



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciência da Informação (FCI)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF)

CÁSSIO MURILO ALVES COSTA FILHO

**ENTRE O SER MODERNO E O DEVIR CONTEMPORÂNEO:
IMPLICAÇÕES DAS DIMENSÕES ESPAÇO E TEMPO NA
(RE)CONFIGURAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DA
ARQUIVOLOGIA**

Brasília
2024

CÁSSIO MURILO ALVES COSTA FILHO

**ENTRE O SER MODERNO E O DEVIR CONTEMPORÂNEO:
IMPLICAÇÕES DAS DIMENSÕES ESPAÇO E TEMPO NA (RE)CONFIGURAÇÃO
TEÓRICA E METODOLÓGICA DA ARQUIVOLOGIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação

Área de concentração: Gestão da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização da Informação

Orientador: Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Coorientadora: Profa. Dra. Angelica Alves da Cunha Marques

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC838e Costa Filho, Cássio Murilo Alves
Entre o ser moderno e o devir contemporâneo: implicações das dimensões espaço e tempo na (re)configuração teórica e metodológica da arquivologia / Cássio Murilo Alves Costa Filho; orientador Renato Tarciso Babosa de Sousa; co-orientador Angelica Alves da Cunha Marques. -- Brasília, 2024.
452 p.

Tese(Doutorado em Ciência da Informação) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. arquivologia moderna. 2. arquivologia contemporânea. 3. compreensão espaço-temporal. 4. fundamentos teóricos e metodológicos da arquivologia. 5. records continuum. I. Sousa, Renato Tarciso Babosa de, orient. II. Marques, Angelica Alves da Cunha, co-orient. III. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ata Nº: 58

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, instalou-se a banca examinadora de Tese de Doutorado do aluno **Cassio Murilo Alves Costa Filho**, matrícula 18/0045571. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. Rogério Henrique de Araújo Júnior / membro titular interno / PPGCINF UnB, Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos / membro titular externo à UnB / Fiocruz, Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt / membro titular externo à UnB / UFF, Dr. Renato Pinto Venâncio / suplente / UFMG e Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa/ orientador / presidente / PPGCINF UnB. O discente apresentou o trabalho intitulado **“Entre o ser moderno e o devir contemporâneo: implicações das dimensões espaço e tempo na (re)configuração teórica e metodológica da Arquivologia”**.

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição do candidato, e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

(x) Pela aprovação do trabalho;

() Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;

() Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de (Nº DE MESES) para nova versão;

() Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa (PPGCINF UnB)
Presidente

Dr. Rogério Henrique de Araújo Júnior (PPGCINF/UnB)
Membro Titular Interno

Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz)
Membro Titular Externo à UnB

Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)
Membro Titular Externo à UnB

Dr. Renato Pinto Venâncio (UFMG)
Suplente

Cassio Murilo Alves Costa Filho
(Doutorando)



Documento assinado eletronicamente por **Renato Tarciso Barbosa de Sousa, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 24/04/2024, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Elian dos Santos, Usuário Externo**, em 02/05/2024, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Henrique de Araujo Junior, Vice-Diretor(a) da Faculdade de Ciência da Informação**, em 02/05/2024, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 02/05/2024, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Cassio Murilo Alves Costa Filho, Usuário Externo**, em 02/07/2024, às 08:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Moreira dos Santos Schmidt, Usuário Externo**, em 02/07/2024, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11140018** e o código CRC **1FE38874**.

Para Laura

AGRADECIMENTOS

Ao encerrar esta etapa crucial do meu desenvolvimento acadêmico e pessoal, é com profundo respeito e gratidão que expresso minha sincera apreciação a todos aqueles que contribuíram para a realização desta tese.

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar e sustentar em cada etapa deste caminho.

Expresso minha gratidão aos meus orientadores, Renato Sousa e Angelica Marques, cuja sabedoria e dedicação foram primordiais em cada fase deste trabalho. Agradeço também aos estimados membros da banca examinadora, Clarissa Schmidt, Paulo Elian dos Santos, Renato Venancio e Rogério Araújo Júnior, por suas avaliações criteriosas e por enriquecerem meu trabalho com suas valiosas contribuições e observações precisas.

Estendo meus agradecimentos aos professores, funcionários e colegas do PPGCINF/UnB. O ambiente acadêmico edificante e o constante intercâmbio de ideias foram essenciais para a minha formação e progresso.

Agradeço também ao TCDF, que generosamente facilitou o desenvolvimento da minha pesquisa. Em especial à Segedam e aos companheiros Cláudio Oliveira, Paulo França e Inês Paiva da Cogedoc. A dedicação e apoio de vocês foram cruciais, criando uma rede de suporte que me permitiu equilibrar responsabilidades profissionais e exigências acadêmicas.

Um reconhecimento especial é devido à minha família, verdadeiro alicerce de minha vida. Aos meus pais, Cássio Costa e Auristela Costa, que me formaram como pessoa e sempre me apoiaram incondicionalmente, à minha esposa, Amanda Freitas, e à minha filha Laura, que compartilharam comigo todas as adversidades e triunfos desta jornada. À Amanda, em especial, agradeço pela paciência e pelo suporte emocional constante. Aos meus irmãos, à minha sogra e aos meus amigos, agradeço pela convivência enriquecedora que me proporcionaram.

Cada um de vocês desempenhou um papel vital em minha jornada, e por isso, meu sincero obrigado.

“Como transmitir aos outros o infinito Aleph, que minha temerosa memória mal e mal abarca? [...] Nesse instante gigantesco, vi milhões de atos prazerosos ou atrozes; nenhum me assombrou tanto quanto o fato de que todos ocupassem o mesmo ponto, sem superposição e sem transparência. O que viram meus olhos foi simultâneo; o que transcreverei, sucessivo, pois a linguagem o é. Algo, entretanto, registrarei. [...] O diâmetro do Aleph seria de dois ou três centímetros, mas o espaço cósmico estava aí, sem diminuição de tamanho. Cada coisa (o cristal do espelho, digamos) era infinitas coisas, porque eu a via claramente de todos os pontos do universo. Vi o populoso mar, vi a aurora e a tarde, vi as multidões da América, vi uma prateada teia de aranha no centro de uma negra pirâmide, vi um labirinto roto (era Londres), vi intermináveis olhos próximos perscrutando-me como num espelho, vi todos os espelhos do planeta e nenhum me refletiu [...] vi a circulação de meu escuro sangue, vi a engrenagem do amor e a modificação da morte, vi o Aleph, de todos os pontos, vi no Aleph a terra, e na terra outra vez o Aleph, e no Aleph a terra, vi meu rosto e minhas vísceras, vi teu rosto e senti vertigem e chorei, porque meus olhos haviam visto esse objeto secreto e conjectural, cujo nome usurpam os homens, mas que nenhum homem olhou: o inconcebível universo”.

(Jorge Luís Borges)

RESUMO

Esta tese investiga a influência do discurso da modernidade na arquivologia, especialmente no que tange às concepções de espaço e tempo, e como essas dimensões estão profundamente integradas ao pensamento arquivístico. O estudo visa notabilizar essa integração e apresentar adaptações teórico-epistemológicas que ressoem com a complexidade da contemporaneidade. A abordagem metodológica da pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória-descritiva, apoiando-se em um abrangente levantamento bibliográfico. Adota o método da história cruzada, articulando dimensões arqueológica, hermenêutica e epistemológica, de modo a possibilitar uma análise multifacetada da arquivologia, sobrelevando as intersecções entre os saberes arquivísticos e as concepções de espaço e tempo. Os resultados da tese evidenciam que as metanarrativas que sustentam o discurso arquivístico moderno, como a santidade da evidência, a proveniência, o ciclo vital dos documentos, a natureza orgânica dos documentos e a hierarquia dos documentos e de suas descrições, absorveram intensamente os princípios da ciência moderna, receberam influências do Estado moderno, bem como as concepções modernas de espaço e tempo. Além disso, a pesquisa constata que a dinâmica da contemporaneidade, caracterizada por avanços tecnológicos e mudanças sociais, desafiam os fundamentos da arquivologia estabelecidos, demandando uma revisão crítica e uma atualização. Para tanto, a tese identifica e discute referenciais teóricos e práticas arquivísticas emergentes, aderentes à concepção espaço-temporal e à realidade contemporânea. Entre essas novas abordagens, acentuam-se o multiverso arquivístico, o *records continuum*, uma concepção renovada de documento, novas abordagens sobre a proveniência, as noções de autonomia arquivística, de arquivos participativos, de arquivos comunitários e a descrição multidimensional. A conclusão da pesquisa reitera a necessidade de uma arquivologia que, fundamentada em uma base teórica sólida e atualizada, possa abraçar as dinâmicas complexas do presente e do futuro, promovendo uma prática arquivística crítica, reflexiva e alinhada às transformações contínuas da sociedade e da tecnologia. A tese visa representar um passo significativo para o avanço da arquivologia brasileira, sugerindo caminhos para a renovação de fundamentos teóricos e metodológicos em resposta às exigências da era contemporânea.

Palavras-chave: arquivologia moderna; arquivologia contemporânea; compreensão espaço-temporal; fundamentos teóricos e metodológicos da arquivologia; multiverso arquivístico; *records continuum*; autonomia arquivística; descrição multidimensional.

ABSTRACT

This thesis investigates the influence of modernity discourse on archival science, especially regarding the conceptions of space and time, and how these dimensions are deeply integrated into archival thinking. The study aims to highlight this integration and present theoretical-epistemological adaptations that resonate with the complexity of contemporaneity. The research's methodological approach is qualitative and exploratory-descriptive, relying on a comprehensive bibliographic survey. It adopts the method of cross-history, articulating archaeological, hermeneutic, and epistemological dimensions, to enable a multifaceted analysis of archival science, highlighting the intersections between archival knowledge and the conceptions of space and time. The thesis's findings demonstrate that the metanarratives underpinning modern archival discourse, such as the sanctity of evidence, provenance, the records lifecycle, the organic nature of records, and hierarchy in records and their descriptions, have intensely absorbed the principles of modern science, received influences from the modern state, as well as from modern conceptions of space and time. Furthermore, the research notes that the demands of contemporaneity, characterized by technological advances and fluid social changes, challenge the established archival foundations, requiring a critical review and update. To this end, the thesis identifies and discusses emerging theoretical frameworks and archival practices adherent to the spatio-temporal conception and contemporary reality. Among these new approaches are emphasized the archival multiverse, the records continuum, a renewed conception of record, new approaches on provenance, archival autonomy, participatory archives, community archives, and multidimensional description. The research conclusion emphasizes the necessity for archival science that, grounded in a robust and contemporary theoretical framework, can embrace the complex dynamics of both present and future, fostering an archival practice that is critical, reflective, and in sync with the ongoing transformations of society and technology. The thesis aims to represent a significant step forward for the advancement of Brazilian archival science, suggesting paths for the renewal of theoretical and methodological foundations in response to the demands of the contemporary era.

Keywords: modern archival science; contemporary archival science; spatio-temporal understanding; archival theoretical and methodological foundations; archival multiverse; records continuum; archival autonomy; multidimensional description.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Desenho teórico-metodológico.	36
Figura 2 - Formas de investigação hermenêutica.	39
Figura 3 - Periodização da história dos arquivos e da arquivologia	111
Figura 4 - Estudos arquivísticos contemporâneos e seus campos e comunidades intersectantes	289
Figura 5 - Modelo <i>Records Continuum</i>	312
Figura 6 - Visão geral do RiC-CM	392
Figura 7 - Esquerda: Representação de dados em uma estrutura hierárquica. Direita: Representação de dados em uma estrutura de grafos.	393

QUADROS

Quadro 1 - Instituições arquivísticas europeias nos séculos XIX e XX	128
Quadro 2 - Eventos notáveis no âmbito da concentração e reagrupamento de arquivos	155
Quadro 3 - Comparativo entre modernidade sólida e modernidade líquida	237
Quadro 4 - Matriz dos possíveis significados do espaço.....	266
Quadro 5 - Os três polos do espírito	277
Quadro 6 - Exemplos de documentos não prototípicos.....	298
Quadro 7 - Atributos dos documentos de arquivo	301
Quadro 8 - Definições de Arquivo Participativo	329
Quadro 9 - Definições de Arquivo Comunitário	334
Quadro 10 - Princípios da abordagem comunitária em arquivos.....	340
Quadro 11 - Tipos de relações previstas no RiC-CM	397

LISTA DE SIGLAS

AERI	Archival Education and Research Institute
ASA	Australian Society of Archivists
CAO	Consult Commonwealth Archives Office
CNPq	Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COSI	Centre for Organizational and Social Informatics
CRS	Commonwealth Records Series
DUA	Declaração Universal sobre os Arquivos
EAD	Encoded Archival Description
EGAD	Expert Group on Archival Description
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
ICA	International Council on Archives
ICIC	International Committee on Intellectual Cooperation
ISAAR(CPF)	Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico
ISAD(G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISDF	Norma internacional de descrição de funções
ISDIAH	Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico
ISO	International Organization for Standardization
LOD	Linked Open Data
LSF	Linguística Sistemico-Funcional
NARA	National Archives and Records Administration
NCA	National Council on Archives
OWL	Web Ontology Language
RCRG	Records Continuum Research Group
RDF	Resource Description Framework
RiC	Records in Contexts
RiC-AG	Records in Contexts - Application Guidelines
RiC-CM	Records in Contexts -Conceptual Model
RiC-FAD	Records in Contexts - Foundations of Archival Description
RiC-O	Records in Contexts - Ontology

SAA	Society of American Archivists
SAADA	South Asian American Digital Archive
TAVP	Texas After Violence Project
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VAN	Vereeniging van Archivarissen
XML	Extended Markup Language

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1. Contextualização e pressupostos da pesquisa	18
1.2. Sistematização	23
1.3. Problema	31
1.4. Justificativa	32
1.5. Objetivos geral e específicos	33
1.6. Referencial teórico-metodológico	33
1.7. Estrutura da tese	43
PARTE I ARQUIVOLOGIA E MODERNIDADE: AS BASES FORMADORAS DO DISCURSO ARQUIVÍSTICO.....	45
2. O DEBATE DA MODERNIDADE	46
2.1. As matrizes da modernidade e seus pressupostos ideológicos.....	46
2.2. Alguns aspectos fundamentais da ciência moderna	54
2.3. O positivismo como baliza do pensamento científico moderno	66
2.4. A constituição do Estado moderno: burocracia, aparato legal e estruturas de poder	72
3. ESPAÇO, TEMPO E MODERNIDADE: APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS	83
3.1. Uma breve análise do estudo das categorias de tempo e espaço.....	83
3.2. A experiência moderna do tempo	90
3.3. Compreensão do espaço na modernidade	100
4. METANARRATIVAS MODERNAS NA FORMAÇÃO DO DISCURSO ARQUIVÍSTICO	109
4.1. Um percurso histórico dos arquivos e da disciplina arquivística no bojo da modernidade	109
4.1.1. <i>As raízes da arquivologia moderna</i>	111

4.1.2. <i>A ascensão da profissionalização arquivística no Século XIX: a formação de arquivistas e a consolidação dos arquivos modernos</i>	113
4.1.3. <i>Os impactos da Revolução Francesa na estruturação e concepção dos arquivos modernos</i>	115
4.1.4. <i>Arquivologia e historiografia: a ascensão dos arquivos modernos como laboratórios da história</i>	122
4.1.5. <i>Arquivos nacionais: a emergência de autoridades arquivísticas centrais</i> ...	126
4.1.6. <i>O manual holandês e os princípios basilares da disciplina arquivística</i>	132
4.1.7. <i>Primeira metade do século XX: records management e ciclo vital dos documentos</i>	141
4.2. <i>O imperativo do Estado: o arquivo como escrita e a arquivologia como saber</i> .	147
4.2.1. <i>As relações intrincadas entre arquivos e Estado</i>	147
4.2.2. <i>O enquadramento estatal na definição consagrada de arquivo</i>	151
4.2.3. <i>A presença da dimensão burocrática na formação prática arquivística moderna</i>	152
4.2.4. <i>Arquivos como pilares da legitimidade estatal: a atuação do Estado moderno na concentração e custódia de arquivos</i>	154
4.2.5. <i>Abertura dos arquivos ao público</i>	159
4.2.6. <i>Arquivos como fontes de poder: a supremacia do discurso estatal</i>	162
4.3. <i>Sinais da modernidade no delineamento dos fundamentos da arquivologia</i>	166
4.3.1. <i>O ideal de verdade moderno como alicerce definidor dos fundamentos arquivísticos</i>	167
4.3.2. <i>Positivismo e cientificidade na conformação no pensamento arquivístico moderno</i>	172
4.3.3. <i>Arquivologia em dissonância: consequências da interdependência com o iluminismo e a pesquisa histórica</i>	177
4.3.4. <i>O ideal orgânico: reflexos das ciências naturais na estruturação da teoria arquivística</i>	181

4.3.5. <i>Princípios arquivísticos em perspectiva: proveniência e respeito aos fundos como reflexos dos ideais da modernidade</i>	187
4.3.6. <i>O manual holandês como protótipo do pensamento moderno</i>	192
4.4. Condições e questões espaço-temporais fundadoras do pensamento arquivístico moderno	202
4.4.1. <i>A noção espacial moderna e sua influência no conhecimento arquivístico</i>	203
4.4.2. <i>Cronologias modernas: a noção de temporalidade no pensamento arquivístico</i>	225
PARTE II O IMPERATIVO DA CONTEMPORANEIDADE: ÍMPETO DE NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS, CORRENTES ATUAIS NO ESTUDO DOS ARQUIVOS E FORMULAÇÃO DE REGRAS CONGRUENTES	232
5. REFLEXÕES SOBRE A CONTEMPORANEIDADE E SUA INSÓLITA DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL	233
5.1. O panorama complexo da contemporaneidade	233
5.2. Um giro epistemológico no saber	238
5.3. Transformações do Estado contemporâneo	246
5.4. A era do espaço virtual e do tempo real	252
5.5. Novas tecnologias e experimentações espaço-temporais	272
6. REFERENCIAIS NECESSÁRIOS À REINTERPRETAÇÃO DE METANARRATIVAS E FUNDAMENTOS DA ARQUIVOLOGIA: RUMO À FORMULAÇÃO DE NOVAS REGRAS	283
6.1. O multiverso arquivístico: a convergência de saberes	283
6.2. Uma interpretação renovada e ampliada do conceito de documento de arquivo	293
6.3. <i>Records Continuum</i> : um modelo arquivístico espaço-temporal	305
6.3.1. <i>As bases teóricas e a configuração do modelo</i>	305
6.3.2. <i>A integração espaço-temporal: explorando simultaneidade e multiplicidade</i>	313

6.3.3. <i>Para além do dualismo: o conceito de diversidade monística</i>	319
6.3.4. <i>O documento em constante estado de devir</i>	322
6.4. <i>Desenvolvendo a autonomia arquivística: o papel dos arquivos participativos e comunitários</i>	324
6.4.1. <i>Arquivos participativos</i>	327
6.4.2. <i>Arquivos comunitários</i>	331
6.4.3. <i>Autonomia arquivística</i>	342
6.5. <i>A redescoberta do princípio da proveniência</i>	347
6.5.1. <i>Limitações da aplicação convencional do princípio da proveniência</i>	350
6.5.2. <i>Cocriação e sua contribuição para a redefinição da proveniência</i>	359
6.5.3. <i>Abordagens contemporâneas acerca da proveniência</i>	365
6.6. <i>Novos horizontes na descrição arquivística</i>	379
6.6.1. <i>Além da ordem e da proveniência</i>	380
6.6.2. <i>A descrição como um processo contínuo e persistente</i>	385
6.6.3. <i>Tecnologia e novas dimensões espaciais</i>	387
6.6.4. <i>Descrição multidimensional: capturando a complexidade e inter-relações do mundo contemporâneo</i>	390
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	400
CONSIDERAÇÕES FINAIS	425
PROPOSTAS PARA ESTUDOS FUTUROS	430
REFERÊNCIAS	432

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização e pressupostos da pesquisa

Na metade da década de 1990, o pesquisador e teórico australiano Frank Upward (1945-2021)¹ articulou e anunciou à comunidade arquivística o modelo teórico *records continuum*. Sua investigação preliminar baseou-se na análise de novas abordagens surgidas no campo da arquivologia² nos anos de 1970 e 1980, sobretudo a partir do advento das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e, conseqüentemente, dos fenômenos de virtualização e digitalização do objeto de estudo e das tradicionais técnicas para o controle dos processos de produção, organização e avaliação de documentos. As abordagens perscrutadas pelo estudioso desenvolveram-se, particularmente, em um contexto de acentuada inquirição da metodologia arquivística tradicional, em face de desafios até então não vislumbrados nas práxis dos profissionais de arquivos, e perante incessantes diligências aos consagrados manuais, até então elaborados para orientar a organização — especialmente o arranjo e a descrição — e preservação de documentos e arquivos.

Um primeiro aspecto desponta como passível de ilação trivial. Naquele dado momento, a disciplina arquivística não apresentava em seu corpo teórico e metodológico soluções consistentes para a manutenção da evidência de registros criados a partir do uso de equipamentos eletrônicos, seja em decorrência das facetas dos formatos exteriorizados ou das extravagantes cadeias de *bits*, seja em razão da complexidade das formas de produção e uso de documentos. Corolário desse fato, diversos estudiosos colocaram-se como figuras centrais no transcurso de uma

¹ Frank Upward foi um arquivista, consultor e educador australiano. Trabalhou no escritório de Vitória do *Commonwealth Archives Office* (CAO) na década de 1970. Na década seguinte, desenvolveu pesquisas na *Monash University* e foi um dos fundadores do *Records Continuum Research Group* (RCRG). Após sua aposentadoria, em 2006, continuou dedicando-se ao ensino e à pesquisa, vinculando-se ao *Centre for Organizational and Social Informatics* (COSI). Recebeu notório reconhecimento da comunidade arquivística internacional por seus trabalhos acerca do modelo teórico *records continuum*. Foi agraciado em 2015 pela *Australian Society of Archivists* (ASA) com o prêmio de *Fellow of the Australian Society of Archivists*.

² Neste aspecto, seguimos a recomendação de Marques (2011) que, embora reconheça a frequência de uso do termo *arquivística* no cenário internacional, elege o termo *arquivologia* para fins de normalização, considerando a institucionalização dessa denominação pelo Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelas universidades brasileiras, na designação dos cursos de graduação.

possível reconfiguração de fundamentos teóricos da arquivologia, os quais passaram a ser discutidos em pesquisas desenvolvidas no âmbito dos principais programas de pesquisa da área, assim como em outras que lhe são próximas, e tiveram seus resultados publicados nos mais renomados periódicos com temática arquivística.

Dentre essas figuras, reconhecemos no interior das comunidades de pesquisadores australianos e canadenses ideias contestadoras e disruptivas em relação aos estudos relativos aos arquivos, realizados no passado. Cabe notabilizar que o fato narrado não pressupõe uma disciplina que permaneceu imutada e estanque durante seu desenvolvimento, assim como não persistiu inquestionável quanto aos modos de realização dos fazeres arquivísticos. Ademais, os casos de inovação, no que diz respeito à aplicação e à interpretação de teorias e métodos, também não ficaram adstritos às localidades aludidas anteriormente. Assistimos, ainda assim, a uma sedimentação de forma constante e incessante desde as práticas da antiguidade até a elaboração dos primeiros manuais por personagens como Samuel Muller (1848-1922), Johan Feith (1858-1913), Robert Fruin (1823-1899)³, Hilary Jenkinson (1882-1961)⁴, Adolf Brenneke (1875-1946)⁵ e Eugenio Casanova (1867-1951)⁶. O que percebemos como *sui generis*, nesse fecundo processo, é o modo como profissionais e estudiosos continuam a significar e dar novas interpretações a conceitos estruturais a partir de pontos de vista carregados de sentidos sociais, culturais e históricos.

Torna-se simples entrever essa assertiva quando Upward (2000) confronta dois momentos distintos, décadas de 1960 e 1990, e passa a considerar o modelo *records continuum* como baliza de um redirecionamento das abordagens teóricas da área. Upward avalia que os precursores dessa abordagem na década de 1960, lan

³ MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1973.

⁴ JENKINSON, H. **A manual of archive administration**. 2nd ed. London: Percy Lund, Humphries & Co. Ltd., 1937.

⁵ BRENEKE, A. **Archivkunde**: Ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des europäischen Archivwesens. Leipzig: Koehler & Amelang, 1953.

⁶ CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. 2ª ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

Maclean⁷ (1919-2003) e Peter Scott (1939-)⁸, empreendiam um novo movimento dentro de um jogo antigo. A analogia carrega um significado relevante, pois, embora os profissionais australianos da época experimentassem seguimentos de uma proveniência assente em um ponto de vista intelectual, eles ainda estavam restritos a um cenário permeado por acervos analógicos, constituído por objetos materiais e concretos, e, portanto, ainda não praticavam um novo jogo propriamente caracterizado até aquele momento.

Desenlace inevitável e imprescindível, na visão do estudioso, se dá a partir da invenção de novas regras para o jogo que passa a se configurar. A metáfora a qual o teórico australiano recorre, que tem como alicerce as formulações do filósofo Jean-François Lyotard (2004) e norteia o artigo *Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes and beyond: a personal reflection*⁹, é de grande serventia para o preâmbulo ora apresentado, pois busca deslindar a complexidade que envolve o campo dos arquivos. Considerando que toda realização analítica parte da segmentação de seu objeto, valer-nos-emos do mesmo subterfúgio e adentraremos de forma sistemática ao cerne desta tese.

Para tanto, preliminar à exposição da estratégia para elucidação e da razão de ser desta tese, julgamos pertinente o situarmos no mesmo plano, e como conseqüente reverberação, da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB) no ano de 2016, sob o título *O ciclo vital dos documentos ante o pós-custodialismo: o modelo records continuum como instrumento de elucidação*¹⁰. Naquela ocasião, vimos a necessidade

⁷ Ian Maclean foi um arquivista australiano que se tornou o primeiro diretor do que veio a se tornar o Arquivo Nacional da Austrália. Iniciou sua carreira arquivística em 1944 na *National Library Division da Commonwealth Parliamentary Library*. Foi responsável pela autonomia da *Archives Division* em 1961, que até então pertencia à estrutura da *National Library*, e que passou a se chamar *Commonwealth Archives Office* (CAO). Teve papel de destaque na organização da visita do arquivista americano T. R. Schellenberg à Austrália em 1954. É apontado como mentor de Peter Scott e como grande colaborador no desenvolvimento do sistema de séries australianas (Upward, 2019a).

⁸ Peter Scott também foi um arquivista australiano. Possuía formação em teoria linguística e adentrou ao quadro de funcionários do CAO em 1963 (Millar, 2012). Em 1964, Scott fez a sugestão radical de abandono do *record group* como unidade básica de controle e descrição de arquivos elegendo a adoção da série, configurada a partir de uma perspectiva funcional (Cunningham, 2012). Em 1966 ele publicou seu mais notável artigo na revista *The American Archivist* (Scott, 1966).

⁹ Artigo publicado no periódico *Records Management Journal* em dezembro de 2000.

¹⁰ COSTA FILHO, C. M. A. Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante o Pós-Custodialismo: o modelo australianas *records continuum* como instrumento de elucidação. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2016.

de analisar um fundamento teórico de grande relevância no campo da arquivologia, o ciclo vital dos documentos, e testar seu comportamento diante de um objeto de estudo transfigurado e frente a um cenário repleto de inovações nas diversas formas de produção e uso de documentos. Sob esses aspectos, concluímos que o modelo *records continuum* melhor se molda à conjuntura analisada. Tratou-se, em síntese, de nos utilizarmos de um novo movimento para melhor compreensão do jogo já estabelecido, mesmo que muitas de suas regras e peças tenham se modificado no decorrer do tempo.

Para o caso desta tese, considerando a indispensabilidade de identificação e sistematização de novas regras no domínio de um novo jogo, realizamos feita semelhante à iniciada na pesquisa de mestrado e intentamos contrastar as principais facetas do jogo atual com o seu antecessor — se é que podemos colocá-los de modo gradativo e subsequente. Agora, trata-se de universo mais amplo, mas sob recortes temáticos mais bem delineados, uma vez que confere protagonismo às categorias de espaço e tempo na criação, produção, organização e preservação dos documentos de arquivo.

Tendo em consideração nossa opção por um recorte empírico mais preciso, traçamos um quadro composto por dois planos convergentes, mas contemplados precipuamente sob suas individualidades. No primeiro, que retrata o jogo antigo, e que corresponde à primeira parte desta tese, analisamos o processo de institucionalização e configuração disciplinar da arquivologia, no sentido positivista do termo, sob a perspectiva espaço-temporal. Em resumo, isso significa que exploramos apreensões e interpretações das dimensões de espaço e tempo com o propósito de melhor compreender a formulação dos produtos teóricos e metodológicos basilares ligados ao tratamento dos arquivos, quer sejam reputados como princípios, fundamentos, conceitos, teorias ou que possuam outras denominações. Apoiamos esse desígnio em estudos que se dispuseram a identificar os pressupostos básicos da disciplina e os vinculamos aos discursos emergidos dos espaços e tempos representados, conforme detalhado no percurso metodológico desta pesquisa.

No segundo plano, que corresponde à segunda parte da tese, e ainda sob a mesma perspectiva, direcionamos nossa análise para o novo jogo, pautado por profundas transformações próprias da contemporaneidade, que trouxe novas visões

de mundo e possibilitou discussões espaciais e temporais apenas vislumbradas, até então, em textos de ficção científica.

A compreensão contemporânea dos arquivos é crucialmente influenciada pela adoção de perspectivas inovadoras, como as ideias de multiverso arquivístico, *records continuum*, e uma visão ampliada do princípio da proveniência, do documento arquivístico e da descrição de arquivos. Estas abordagens, juntamente com a valorização e participação de comunidades marginalizadas e vulnerabilizadas, remodelam conhecimentos e regimes conceituais para a gestão de documentos no espaço-tempo, refletindo uma sensibilidade social mais aprofundada. Novas relações de poder também desafiam as abordagens tradicionais, especialmente no que diz respeito à proveniência, levando em consideração contextos moldados por diversas partes, incluindo a participação ativa de pessoas e comunidades externas às entidades produtoras. Este cenário caracteriza o que entendemos como o novo jogo, no qual a interação dinâmica entre tecnologia, sociedade e poder transforma fundamentalmente tanto a gestão quanto a compreensão dos arquivos.

Em síntese, nosso esforço comparativo e relacional se concentra nos dois planos, precipuamente de forma unidirecional, posto que busca: eleger discursos próprios do jogo antigo e inspecionar seus significados; situá-los no domínio novo jogo; e engendrar ponderações críticas a partir dos dissensos e singularidades encontrados. O que se espera é que as reflexões decorrentes subsidiem e apontem para a formulação de novas regras.

Por fim, acreditamos que esta apresentação nos permite inferir asserções que nos possibilita retornar à metáfora de jogos, definir aspectos estruturantes da tese, formular questões mais amplas e propor uma investigação com o grau de horizontalização conciliável com a nossa proposta. Assim, podemos estabelecer como dois **pressupostos** que subsidiam e perpassam toda a nossa investigação: a arquivologia tem sua configuração teórica e metodológica alicerçada no modelo de ciência e de visão de mundo dominantes; e os fundamentos teóricos e metodológicos da disciplina refletem a concepção espaço-temporal dos contextos dos quais emergem.

Com base nas reflexões suscitadas, conjecturamos os seguintes **pressupostos específicos** que embasam a discussão desta tese:

- dada a relevância dos fundamentos para o *corpus* da disciplina, a percepção das dimensões de espaço e tempo moldam o conhecimento arquivístico ao longo do tempo;
- o estatuto científico da disciplina, legitimado pelo saber moderno e positivista, contribui para a reprodução de sistemas hegemônicos e restringe a formulação de regras para o novo jogo;
- as regras do novo jogo somente podem ser concebidas a partir de uma interpretação renovada dos fundamentos da disciplina, sobretudo tendo em consideração abordagens contemporâneas das dimensões de espaço e tempo.

1.2. Sistematização

Para melhor arranjo dos argumentos motivadores para a realização desta tese, utilizamos a metáfora sobre jogos empregada por Upward (2000), não obstante a parcela de premissas expostas que reafirmam nosso reconhecimento da arquivologia como um campo dinâmico. Em vista disso, buscamos demarcar e caracterizar os jogos distintos, bem como suas abordagens prevaletentes, visando à realização de um empreendimento pormenorizado que visa à elucidação de um campo complexo.

Retratamos o **jogo antigo** como aquele comumente delimitado, em diversas tentativas de sistematização do percurso histórico e epistemológico da área, a partir de sua configuração como disciplina científica até o momento de aparecimento dos documentos eletrônicos, que constituem indícios que marcam o início de um novo jogo. Salientamos que a despreziosa designação desses marcos ocorre por simples conveniência esquemática e não tem o intuito de restringir meramente a fatores tecnológicos as transformações impostas à arquivologia nem circunscrever certos padrões de pensamento e práticas aos períodos determinados.

O período compreendido pelo que estabelecemos como o jogo antigo é fortemente influenciado pelas ideias iluministas que emergiram no final do século XVII e se consolidaram no século XVIII, especialmente no que diz respeito à ênfase no racionalismo, empirismo e rigor científico. Efeito adicional, característica notável no plano do estudo dos arquivos, é a codificação de princípios norteadores de

determinadas práticas em leis, regulamentos, manuais, dentre outros. Não por acaso, é nos países da Europa Ocidental que ocorre a legitimação e o registro das primeiras convenções a respeito da proveniência e da ordem original, como na Prússia e na França.

No caso específico deste último, somos instados a sobrelevar a relevância da Revolução Francesa como evento fundador de uma nova ordem relativa ao campo dos arquivos. Em conformidade com o estabelecido por Marques (2021), questões concernentes à constituição de arquivos nacionais e, sobretudo, a emergência de notável interesse histórico pela utilização de fontes documentais para a escrita de uma história distintivamente nacional — com conseqüente imposição de adequação dos arquivos a novas demandas de acesso de um público especializado — figuram como pontos reconhecidamente marcantes do século XIX na França. Discutiremos e relativizaremos asserções consagradas quanto à apropriação da narrativa histórica e questionaremos “a inquietante crença dos arquivistas atuais de que são herdeiros de nobres ideias que fundamentam o arquivo moderno” (Gordon, 2014, p. 49, tradução nossa).

Importantes estudos sobre a epistemologia da arquivologia nos permitem conceber outro pressuposto fundamental da nossa pesquisa: sua configuração científica se deu — assim como continua transcorrendo — em contextos específicos, marcados por características culturais e sociais próprias de cada espaço e tempo determinado. Exemplificando, o início do processo de delineamento da arquivologia como uma disciplina autônoma é vigorosamente pautado por ideias eminentemente positivistas, que passaram a orientar a ciência moderna a partir do século XVIII, para a explicação regular da realidade. Schmidt (2012) corrobora com essa asserção ao enunciar que:

[...] por ser resultado de uma necessidade prática, a arquivologia ‘acontece’ como área científica num momento de vigor da racionalidade positivista, sendo que desta maneira os elementos a ela atribuídos não exigiam investigações mais profundas sobre sua natureza epistemológica, dificultando assim discursos pertinentes para sua consolidação (Schmidt, 2012, p.92).

Até aqui, podemos apontar como uma das pedras de toque para a compreensão da perspectiva que orienta o desenvolvimento desta tese os dois pressupostos declarados acima, que remetem à configuração científica da

arquivologia e a seus traços particularmente europeus datados em um período permeado pelos ideais positivistas. Parece, portanto, que a consolidação das regras do jogo reputado como antigo teve lugar e tempo bem definidos, o que torna exequível a investigação de seus principais fatores influenciadores, sobretudo sob o prisma dos contextos políticos, sociais e culturais entremeados. Dado o cunho epistemológico da inquirição, é crucial delinear o recorte a ser analisado e destacarmos os pontos centrais para a comprovação desta conjectura, com base em trabalhos que se propuseram a pautar possíveis percursos históricos, epistemológicos, teóricos e metodológicos da arquivologia e de seu(s) objeto(s) de estudo.

Nesse contexto, vemos emergir aquilo que concebemos nesta tese como **metanarrativas**¹¹, que são delineadas justamente pelos fundamentos basilares da disciplina arquivística. Trata-se de compreensão imprescindível ao desenvolvimento de importante artifício analítico que nos possibilita deslocar elementos fundamentais do *corpus* teórico e metodológico da área para o domínio do novo jogo, oportunizando uma interpelação condizente com suas características. Sobre as metanarrativas, sua identificação ocorre de forma progressiva e é dirigida pelos preceitos erigidos no debate proposto na primeira parte desta tese.

Embora não tenhamos como intuito circunscrever os **fundamentos teóricos e metodológicos** da área a um rol exaustivo, e assumindo como premissa o já constatado por Marques (2011)¹², podemos eleger aqueles que mais se coadunam à nossa análise, principalmente naquilo que mais se aproxima do cerne do nosso estudo — as categorias de espaço e tempo. De modo geral, apoiaremos precipuamente nosso intento no que Gilliland (2000) discerne como os fundamentos essenciais que sustentam a perspectiva arquivística:

- a **santidade da evidência**;
- **proveniência**, respeito aos fundos e ordem original;

¹¹ Pelo termo metanarrativa, Lyotard (1993, p.31) considera não qualquer relato, mas aqueles que marcam a modernidade e possuem função legitimadora de um conjunto de práticas culturais e sociais. Um traço característico das metanarrativas é operarem com a ideia de universalidade e de unidade de sentido da história.

¹² 'Todavia, qualquer tentativa de esquematização do pensamento arquivístico internacional seria inócua, sobretudo se considerada cronologicamente, como nos lembra Delsalle (1998). A ciranda arquivística, não linear, multidimensionada entre indivíduos, instituições e documentos representativos de saberes e poderes interdiscursivos, é permeada por tendências diversas, conforme as muitas perspectivas dadas por e para esses agentes em interação' (Marques, 2011, p. 302).

- o **ciclo vital** dos documentos;
- a **natureza orgânica** dos documentos;
- **hierarquia** de documentos e de suas descrições.

Em termos gerais, valendo-nos do referencial instituído pela inquirição aludida anteriormente, sobretudo às que revisaram com rigor a literatura arquivística, buscamos identificar no discurso arquivístico a presença de traços da modernidade, enfatizando suas características fundamentais e a forma como se edificou a noção das categorias de espaço e tempo. Ademais, propomo-nos a investigar de que modo a atuação de determinadas pessoas em espaços e tempos específicos contribuem para a difusão de características inerentes aos modelos de ciência e de visão de mundo predominantes. Esse pressuposto específico ganha sustentação à medida em que a comprovação de tal defluência — saber moderno que acaba influenciando a formação dos princípios formadores da ciência dos arquivos, que por sua vez, legitimam e embasam a concepção de fundamentos — torna-se possível e necessária ao entendimento.

No que concerne ao **novo jogo**, verificamos no âmbito da arquivologia diversos estudos, como os de Thomassen (1999), Taylor (1987), MacNeil (1994) e Ham (1981), que apontam a revolução tecnológica como grande fator impulsionador de um redirecionamento de abordagens da área. Entretanto, além do grande impacto das inovações tecnológicas disruptivas na disciplina, principalmente a partir da década de 1980, é inconcebível nos furtarmos a analisar a pluralidade de outras condições que atuam para a crise do modelo dominante e para uma pujante transformação da sociedade moderna. Hedstrom (1991), nesse sentido, ao propor uma agenda de pesquisa em documentos eletrônicos ainda no início da década de 1990, considera como fundamental a superação de aspectos estritamente técnicos. Em nosso ponto de vista, a inquietação da autora se faz sobremodo pertinente em virtude de sua preocupação com o direcionamento massivo dos profissionais arquivistas para os computadores, seus *hardwares* e *softwares*. Para ela, mais valoroso seria adotar uma abordagem que elegeesse a tecnologia como um construto social, estimando os impactos econômicos, sociais, históricos e culturais das decisões tomadas por organizações e indivíduos.

Damos seguimento ao reconhecimento das questões atinentes ao novo jogo, salientando a assertiva dos australianos Upward (2000) e McKemmish (2001), que estabelecem a abordagem assente no *records continuum* como fundamental para estudo dos arquivos na contemporaneidade, posto que ela repadroniza conhecimentos e regimes conceituais para a gestão de documentos no espaço-tempo. As pesquisas mais recentes baseadas na visão sintetizada pelo modelo *records continuum* têm explorado, sobretudo, sua quarta dimensão, aquela relacionada à pluralização dos arquivos. A maior parte dessas investigações está centrada em temas referentes à segregação de comunidades marginalizadas e vulnerabilizadas causada pela supremacia de governos e estruturas dominantes sobre os meios de criação, captura, organização e difusão de documentos e informações.

Ademais, Gilliland (2017a), no plano do que nomeia como estudos arquivísticos contemporâneos, ressalta o surgimento de outras abordagens influenciadas por perspectivas inerentes ao pós-modernismo, pós-colonialismo, estudos de gênero e diversidade, movimentos teóricos culturais, críticos, políticos, históricos, bem como a formas de conhecimento indígenas. O século XXI também evidencia uma maior conexão da arquivologia com a área de humanidades e cresce o corpo de pesquisas acerca do papel do arquivista em burocracias administrativas sob vieses opressivos, coloniais, autoritários ou militaristas. Em suma, nossa análise aponta para a comprovação do terceiro pressuposto específico elencado na subseção 1.1 desta tese: o estatuto científico da disciplina restringe a formulação de regras para lidar com a pluralidade da experiência humana na contemporaneidade. Gilliland (2017a) clarifica a dialética abordada ao elencar alguns impasses, que ressaltam nosso argumento de necessidade de formulação de novas regras, inerentes à:

- promoção de uma hegemonia que se mostra problemática quando vista sob perspectivas plurais;
- obediência a um construto que reconhece o único criador como proveniência possível e suscita uma negação a outras partes;
- noção de ordem original fixa que não se adequa a estruturas dinâmicas de gestão e não é capaz de documentar múltiplos contextos, corroborando com o privilégio à perspectiva do único criador nos sistemas de descrição;
- preponderância da descrição coletiva, que embora atenda a preocupações relativas ao armazenamento, ao processamento de um grande volume de

documentos e à interpretação de documentos semelhantes quanto a estrutura e conteúdo, falha ao trazer à luz traços de e sobre indivíduos que, na maior parte dos casos, só se manifestam em níveis de descrição mais elementares.

É nesse amplo cenário que, buscando conceber regras mais equânimes no interior do novo jogo, estudos passaram a questionar a forma como a teoria moderna privilegia a perspectiva do criador singular de documentos, que é decorrente da estrita aplicação do princípio da proveniência. Ademais, verificamos ponderações acerca do processo de avaliação, predominantemente conduzido pelos personagens que dão origem aos documentos e detêm a guarda de arquivos, e sobre sistemas de descrição, que capturam o contexto de criação e utilização sob o viés do criador, desconsiderando outros contextos transpassados pelas demais partes participantes. Como consequência do disposto, esperamos desenvolver subsídios sobre as relações de poder e seu impacto na constituição de arquivos, sobretudo a partir da visão do teórico canadense Terry Cook (1997)¹³, sobre novas abordagens relativas à proveniência, como as abordagens de cocriação, proveniência múltipla simultânea e proveniência paralela, proveniência secundária, comunidade de documentos, etnicidade na proveniência e sobre as abordagens acerca de arquivos participativos, arquivos comunitários e autonomia arquivística.

Complementarmente a esse debate, discutimos **modernidade** e **contemporaneidade** como pano fundo teórico para nossa articulação de jogos e para a averiguação das categorias de **espaço** e **tempo**, ressaltando perspectivas concatenadas à primeira e às principais características da segunda. Entendemos que

¹³ Terry Cook (1947-2014), historiador, arquivista e educador, nasceu em Vancouver, British Columbia, em 6 de junho de 1947. Graduiu-se em história pela *University of Alberta* (1969), mestrado na *Carleton University* (1970) e doutorado na *Queen's University* (1977). Em 1975, começou a trabalhar nos então chamados *Public Archives of Canada*, posteriormente renomeados para *National Archives of Canada*, onde se destacou e chegou a diretor da *Records Disposition Division* (1993-1998). Após se aposentar em 1998, Cook dedicou-se à educação arquivística na *University of Manitoba*, contribuindo significativamente para o programa de estudos arquivísticos e supervisionando dezessete dissertações de mestrado. Contribuiu para o avanço da profissão arquivística, especialmente na área de avaliação arquivística, políticas sobre documentos eletrônicos e participou ativamente da *Association of Canadian Archivists*, incluindo como editor geral do periódico *Archivaria* (1982-1984). Recebeu diversos prêmios e honorarias, incluindo o W. Kaye Lamb Prize (1998, 2006) e o Ernst Posner Award (2002). Em 2010, foi eleito para a *Royal Society of Canada*, reconhecimento máximo no Canadá para acadêmicos de qualquer disciplina (Lemieux, 2019).

tal investigação é crucial para a compreensão do desenvolvimento científico da arquivologia e, também, conforme Santos (1989), estão imanentemente imbricados às dimensões de tempo e espaço, bem como da apropriação que a sociedade fez e faz destas duas categorias.

No cerne de nossa análise acerca da modernidade, além da identificação de suas principais características, daremos o devido destaque a dois de seus principais fenômenos: a **ciência** e o **Estado**. Julgamos como primordial a compreensão sobre como se dá a constituição e o desenvolvimento de ambos pois podemos relacioná-los claramente com o processo de configuração da teoria e prática arquivísticas modernas. Igualmente, podemos analisar ciência e Estado na contemporaneidade com o objetivo de destacar mudanças significativas que contribuem para a definição de regras para o novo jogo.

Sobre o que muitos estudiosos tratam como o colapso da modernidade, excetuamos do nosso estudo as reações próprias do movimento cultural modernista do século XIX que refutava a ciência, a razão, o progresso e o industrialismo, em defesa do sentimento, da intuição e do livre uso da imaginação. A justificativa respalda-se na posição de Kumar (1997), que enxerga o movimento como um dilema da modernidade, posto que deu continuidade aos seus princípios. Dentro do nosso escopo, vemos que as concepções iniciais dos estudos acerca da temática partem de um pressuposto comum que, em síntese, consiste na conjuntura de que o ideário dominante da modernidade não proporciona mais elementos suficientes que possam apreender e explicar a realidade contemporânea. O geógrafo britânico David Harvey colaciona características da modernidade e da pós-modernidade para discutir a crise da primeira:

Geralmente percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, o modernismo universal tem sido identificado como a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção. O pós-moderno, em contraste, privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural. [...] A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou totalizantes são o marco do pensamento pós-moderno (Harvey, 2017, p. 19).

Em decorrência disso, chegamos ao terceiro pressuposto específico desta tese, o qual diz respeito à necessidade de uma interpretação renovada dos fundamentos da disciplina, sobretudo no que se refere aos aspectos subjacentes às categorias de

espaço e tempo. Quanto ao primeiro fragmento da assertiva, verificamos sua ampla defesa em trabalhos de autores categorizados como contemporâneos, pós-modernos ou pós-custodiais¹⁴, muitos deles já realçados em nossa referência à configuração do novo jogo. O arquivista holandês Ketelaar (2007) sugere que esse processo pode ser mais bem nomeado por meio das seguintes palavras-chave: enfoque renovado, reconceituação, reformulação e redefinição. Ao longo desta tese, há menções a todos os termos propostos pelo referido autor quando remetemos ao processo que aponta para a premência de novos usos de uma ciência antiga.

Dando continuidade ao detalhamento de nosso último pressuposto específico, adentramos de forma mais acurada na discussão da percepção das dimensões de tempo e espaço, a qual julgamos ser crucial para fomentar e embasar a reflexão acerca da epistemologia da arquivologia proposta nesta tese. Em conformidade com Elias, buscamos o reconhecimento da assertiva “a percepção humana do que chamamos tempo modificou-se ao longo do passado e continua a se modificar em nossos dias” (Elias, 1998, p. 34). Logo, essa mudança de percepção se deve ao conjunto de referências, símbolos e aspectos da sociedade, a qual que constrói a percepção do tempo em dado momento da história. Assim, o tempo é uma instituição que varia conforme o estágio de desenvolvimento atingido pelas sociedades.

O terceiro pressuposto elencado, o qual indica que a percepção das dimensões de **espaço** e **tempo** moldam o conhecimento arquivístico paulatinamente, tem seu arremate em nossa tentativa de compreender apreensões contemporâneas dessas duas categorias. Dentre a grande quantidade de estudos sobre a temática existente no interior das ciências humanas e sociais abordamos aqueles que estão interrelacionados ao que acentuamos como movimentos elementares do novo jogo. Quanto à viragem filosófica em torno da noção moderna das categorias de espaço e tempo, percorremos disposições referentes a estudos sobre espaço, tempo, presente,

¹⁴ De acordo com Cunningham (2015), o pós-custodialismo é uma abordagem arquivística emergente desde os anos 1980, que propõe uma expansão da missão arquivística além da custódia tradicional de acervos. Essa filosofia enfatiza programas que englobam extensão comunitária, colaboração e o suporte para documentos em custódia distribuída, ao invés de se concentrar unicamente na custódia física dos documentos. A ideia é que, na era digital, a eficácia arquivística não depende exclusivamente da posse física dos documentos, mas sim do controle intelectual sobre eles, permitindo uma gestão efetiva de informações distribuídas e digitais. O pós-custodialismo não descarta a custódia centralizada, mas a considera uma entre várias estratégias válidas, destacando a importância de uma abordagem mais ativa, intervencionista e cooperativa na gestão e preservação de documentos e informações em um contexto cada vez mais digitalizado e interconectado.

passado, duração e memória. No cerne da chamada revolução digital, também buscamos compreender questões ligadas aos conceitos de ciberespaço, sociedade em rede e virtualização.

1.3. Problema

No que diz respeito à problemática que conduz nossa pesquisa, compreendemos que ela pode ser abordada a partir de **duas perspectivas**.

A **primeira** corresponde ao que entendemos como o contexto que abrange o jogo já estabelecido, sobretudo quanto ao processo de configuração de suas principais regras. Em nossa pesquisa, esse panorama é demarcado temporalmente pelo período que envolve os séculos XVIII e XIX — momento em que a arquivologia se ilumina como uma disciplina científica (Marques, 2011) — e, espacialmente, pelo centro originador do discurso arquivístico moderno, a Europa Ocidental (Cook, 1997). Considerando a apreensão característica das categorias de espaço e tempo na modernidade (Wertheim, 2001), depreendemos como possível e relevante o desenvolvimento de pesquisa que se concentre nessas impressões tipicamente modernas e sobre como contribuíram para o delineamento dos fundamentos da arquivologia.

A **segunda** consiste no novo jogo, que é marcado por um redirecionamento de abordagens influenciadas pela revolução tecnológica e uma pluralidade de condições socioculturais. Portanto, além do impacto das inovações tecnológicas na arquivologia, conforme ressaltado por diversos pesquisadores, enfatizaremos o viés social dos arquivos na contemporaneidade, especialmente em temas relacionados às relações de poder entre Estado e sociedade, abordando a emergência de novas abordagens inclusivas, e explorando o papel do arquivista em contextos opressivos.

É, portanto, da conjunção entre as mostras da modernidade na composição teórica e metodológica da arquivologia, tendo em conta nossa ênfase espaço-temporal, e da análise da complexidade do atual cenário de produção e uso de documentos, que emerge o **problema** que orienta esta tese. Ao buscarmos compreender de que forma a concepção de espaço e tempo moderna contribuiu para a formação do discurso arquivístico, vemos como oportuno explorar a complexa

dinâmica espaço-temporal da contemporaneidade de modo a identificar regras compatíveis para o novo jogo que emerge na arquivologia. Propomos, em tal caso, decompor o problema de pesquisa em duas **questões centrais**:

- como os preceitos da modernidade e sua noção característica acerca das categorias de espaço e tempo estão presentes no pensamento arquivístico?
- é possível estabelecer e sistematizar subsídios teórico-epistemológicos mais aderentes ao novo jogo que se apresenta?

1.4. Justificativa

Primordialmente, ao justificar nossa tese, defendemos a imprescindibilidade de não renunciarmos ao núcleo identificador da arquivologia. Fazemos isso em consonância com Cook (1997), que considera que o prólogo direcionador do futuro da disciplina advém dos princípios contextuais do passado arquivístico, e com Gilliland (2017a), que valoriza as vantagens de repercussões oriundas de uma base consistente de conhecimentos — propiciada pela definição de fundamentos teóricos comuns, sobretudo por intermédio dos princípios da proveniência e da ordem original —, para o intercâmbio entre instituições e nações.

Acreditamos que nossa tese tem o potencial de contribuir significativamente para a arquivologia brasileira, particularmente diante dos desafios crescentes e complexos enfrentados pelos profissionais da área. Esperamos, de forma elucidativa, demonstrar que o discurso arquivístico é constituído por metanarrativas, as quais foram moldadas por influências de contextos históricos, sociais e culturais. Pretendemos evidenciar que o pensamento moderno, sobretudo sua percepção espaço-temporal, foi crucial nesse processo e está fundamentalmente presente no nosso repertório teórico-metodológico.

Uma vez que tenhamos estabelecido uma compreensão sólida sobre as bases modernas do pensamento arquivístico, estamos convencidos de que poderemos despertar uma consciência mais profunda sobre nossa maneira de pensar os arquivos, sobretudo no Brasil. Presumimos que, cientes disso, teremos uma melhor percepção sobre as razões pelas quais fundamentamos nossas práticas. Conhecedores da complexa dinâmica da contemporaneidade e reconhecendo que a

assimilação das dimensões de espaço e tempo divergem sobremaneira no cenário atual, acreditamos que poderemos despertar uma reflexão crítica mais apurada sobre nossa tendência a aplicar rigorosamente o referencial moderno já estabelecido. Confiamos que, caso essa reflexão esteja ancorada em uma base teórica robusta e atualizada, seremos capazes de promover e orientar uma prática mais crítica, reflexiva e aderente à dinâmica complexa da contemporaneidade.

1.5. Objetivos geral e específicos

O **objetivo geral** da presente tese é demonstrar como o discurso da modernidade, sobretudo sua concepção espaço-temporal, está integrado ao pensamento arquivístico, e sistematizar subsídios teórico-epistemológicos compatíveis com a dinâmica complexa da contemporaneidade.

Visando a esse propósito maior, desmembramos o objetivo-geral nos seguintes **objetivos específicos**:

- a) identificar nos fundamentos teóricos e metodológicos da arquivologia preceitos atinentes ao modelo de ciência e de visão de mundo inerentes à modernidade;
- b) reconhecer indícios da noção de espaço e tempo moderna nos discursos legitimadores da arquivologia e compreender de que modo esses reverberam no delineamento de seus fundamentos basilares;
- c) analisar o panorama complexo da contemporaneidade de modo a assimilar suas configurações espaço-temporais;
- d) identificar referenciais, aderentes à perspectiva contemporânea, que permitam a reinterpretação de metanarrativas e fundamentos da arquivologia, com o intuito de contribuir para a formulação de subsídios congruentes ao novo jogo.

1.6. Referencial teórico-metodológico

Os melhores teóricos da arquivologia são aqueles que foram capazes de reconhecer e articular essas mudanças radicais na sociedade e, então, lidar

conceitualmente com o seu impacto sobre a teoria e prática arquivísticas. Essa articulação forma nosso discurso coletivo, o metatexto ou narrativa que informa nossa prática profissional e, portanto, é propriamente o foco de uma história intelectual dos arquivos (Cook, 1997, p. 20, tradução nossa).

Para perfazer os objetivos apontados, escorados nos pressupostos e em busca de respostas às questões que permeiam a problemática da pesquisa, desenvolvemos uma investigação de **natureza teórica**, com **abordagem qualitativa** e de **caráter exploratório-descritivo** (Creswell, 2003). Consideramos, com base em Foucault (2008), que a materialização dos discursos pertinentes ao nosso interesse está formalizada no conjunto das obras que constituem a literatura arquivística. Por consequência, de acordo com os **procedimentos metodológicos**, nosso universo de pesquisa é delimitado a partir de **levantamento, revisão e análise bibliográficos**.

O **desenho teórico-metodológico** de nossa pesquisa (Figura 1) estrutura-se a partir da proposta da **história cruzada** exposta por Werner e Zimmermann (2003), que nos possibilita analisar as fontes bibliográficas a partir de um referencial teórico composto por três perspectivas, as quais denominaremos: dimensões **arqueológica**, **hermenêutica** e **epistemológica**. Essas se entrecruzam simultaneamente ao longo de toda a tese.

No que se refere à história cruzada, os autores a consideram uma abordagem que integra a categoria dos procedimentos relacionais, que

[...] pergunta pelos elos, materializados na esfera social ou simplesmente projetados, entre diferentes formações historicamente constituídas. [...] Ela permite apreender fenômenos inéditos a partir de quadros renovados de análise. Assim fazendo, ela fornece a ocasião de sondar, por um viés particular, questões gerais como escalas, categorias de análise, relação entre sincronia e diacronia, regimes de historicidade e da reflexividade (Werner; Zimmermann, 2003, p. 90).

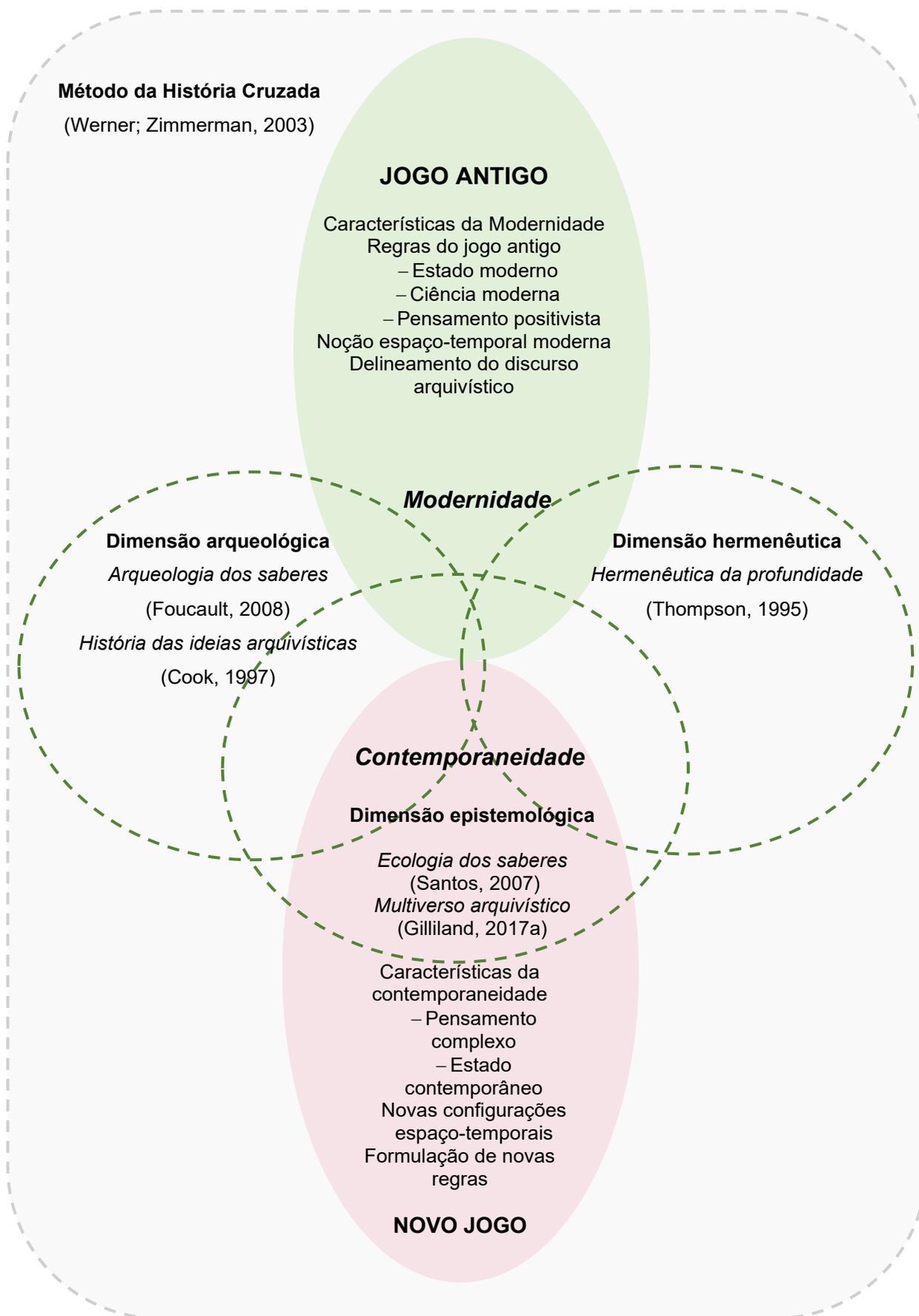
Assim, reconhecemos que a referida abordagem se baseia em um debate aprofundado sobre relacionamentos históricos — para além da comparação —, com o intuito despertar a atenção para a necessidade de historicização do objeto, das categorias e das relações entre o pesquisador e o objeto. Sua principal contribuição para a nossa investigação está na sua qualidade de propiciar um inter-relacionamento de abordagens diversas, sem, contudo, simplificá-las, visto que, para os autores, é apropriado "conceber quadros teóricos e instrumentos metodológicos que permitam

abordar fenômenos de interação implicando uma pluralidade de direções e uma multiplicidade de efeitos" (Werner; Zimmermann, 2003, p. 95).

Sobre o referencial teórico que ancora nossa reflexão, consideramos que nossa análise é arqueológica porque se propõe a analisar quando, onde e como os fundamentos basilares da arquivologia passam a ser considerados próprios de uma área de conhecimento autônoma, e objetiva revelar práticas discursivas que, por meio de distintas modalidades enunciativas, expõem posições daqueles que enunciam em diferentes espaços que ocupam; é hermenêutica na medida em que se dedica interpretação sócio-histórica dos discursos revelados e; por derradeiro, é epistemológica pois investigamos de que modo o conhecimento é produzido, articulado e sistematizado nesse domínio.

Abrimos parênteses para pontuar que as dimensões de espaço e tempo são, concomitantemente, elementos cruciais do nosso objeto de estudo — visto que consideramos a assimilação dessas dimensões como determinantes para a construção do conhecimento arquivístico no decorrer do tempo — e do método de pesquisa empregado em nossa perquirição — dado que cada contexto social, histórico e espacial é relevante para a construção dessas percepções.

Figura 1 - Desenho teórico-metodológico.



Fonte: Elaboração própria.

Sob a visada **arqueológica**, a pesquisa e seleção de textos constantes da bibliografia examinada buscam desvelar articulações e interpretações teórico-conceituais empreendidas por reconhecidos teóricos da arquivologia, com o intuito de identificar acontecimentos e de extrair discursos numa perspectiva que privilegia convenções próprias das abordagens predominantes e apreensões das dimensões de espaço e tempo, considerando os espaços e tempos dos quais emergem. Desse modo, buscamos corresponder ao que sugere o canadense Terry Cook (1997), na ocasião em que aponta para a imprescindibilidade do exame do que intitula como “história das ideias arquivísticas”, o qual deve requerer a escuta do discurso arquivístico do tempo e do espaço envolvidos.

No que se refere ao discurso, esse pode ser definido como um “conjunto de enunciados, que se apoia na mesma formação discursiva; é constituído por um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (Foucault, 2008, p. 135). Os enunciados, unidades elementares do discurso, articulam-se em um determinado arranjo e constituem o que autor denomina como formação discursiva. Esse conceito é reforçado pelo teórico:

O que se descreveu sobre o nome de formação discursiva, constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de performances verbais que não estão ligadas entre si, no nível da *frase*, por laços gramaticais (sintáticos ou semânticos); que não estão ligados entre si no nível da *proposição*, por laços lógicos (de coerência formal ou encadeamentos conceituais); que tampouco estão ligados, no nível da *formulação*, por laços psicológicos (seja a identidade das formas de consciência, a constância das mentalidades ou a repetição de um projeto); mas que estão ligados no nível dos *enunciados* (Foucault, 2008, p. 133).

A constituição discursiva descrita por Foucault (2008) requer o entendimento de sua regularidade, que se consolida na dispersão de enunciados. O objeto do discurso aparece na medida em que as condições históricas subjacentes são reconhecidas, haja vista sua impossibilidade de existir em si mesmo. Por conseguinte, é substancial a compreensão da forma com que as relações entre “instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização” (Foucault, 2008, p. 50) dão visibilidade ao objeto e permitem sua manifestação. Por derradeiro, para o autor, é preciso considerar que essas relações determinam o que um discurso fala de determinado objeto e constituem uma prática discursiva.

Podemos inferir do estabelecido até aqui que além da estrutura formal, também integram a esfera do discurso elementos que são externos ao texto, como o contexto. Assim, o contexto se vincula ao discurso de modo a possibilitar uma interpretação que só faz sentido quando se situa em um contexto social, histórico, linguístico, sociocultural, dentre outros. No nosso escopo, utilizando-nos do referencial oferecido por Marques (2011), os sujeitos corresponderão principalmente aos autores de obras que marcaram a sistematização e comunicação do pensamento arquivístico e os contextos serão analisados com base em tendências históricas.

Concentrando-nos na arquivologia, detectamos que as formações discursivas são estudadas por Barros (2016) a partir da identificação de posições institucionais, endossadas por uma relação político-ideológica enunciada por sujeitos específicos, em conjunturas determinadas, que produzem o desenvolvimento teórico, do percurso histórico e dos pressupostos técnicos da área. À luz do pensamento foucaultiano, Barros (2016) sobreleva a relatividade das verdades que emergem do conhecimento científico, dado o fato de que elas se sustentam em noções, suposições ou princípios baseados na época de sua criação. Logo, de acordo com o que pretendemos elucidar, o autor compreende como possível alcançar “um entendimento renovado de determinado princípio ou conceito contextualizado sob sua própria construção histórica e suas relações disciplinares e sociais” (Barros, 2016, p. 23-24). A sistematização de formações discursivas proposta também nos permite examinar enunciados que evidenciam ou encobrem posições acerca de percepções espaço-temporais próprias de contextos específicos sustentadas por sujeitos determinados.

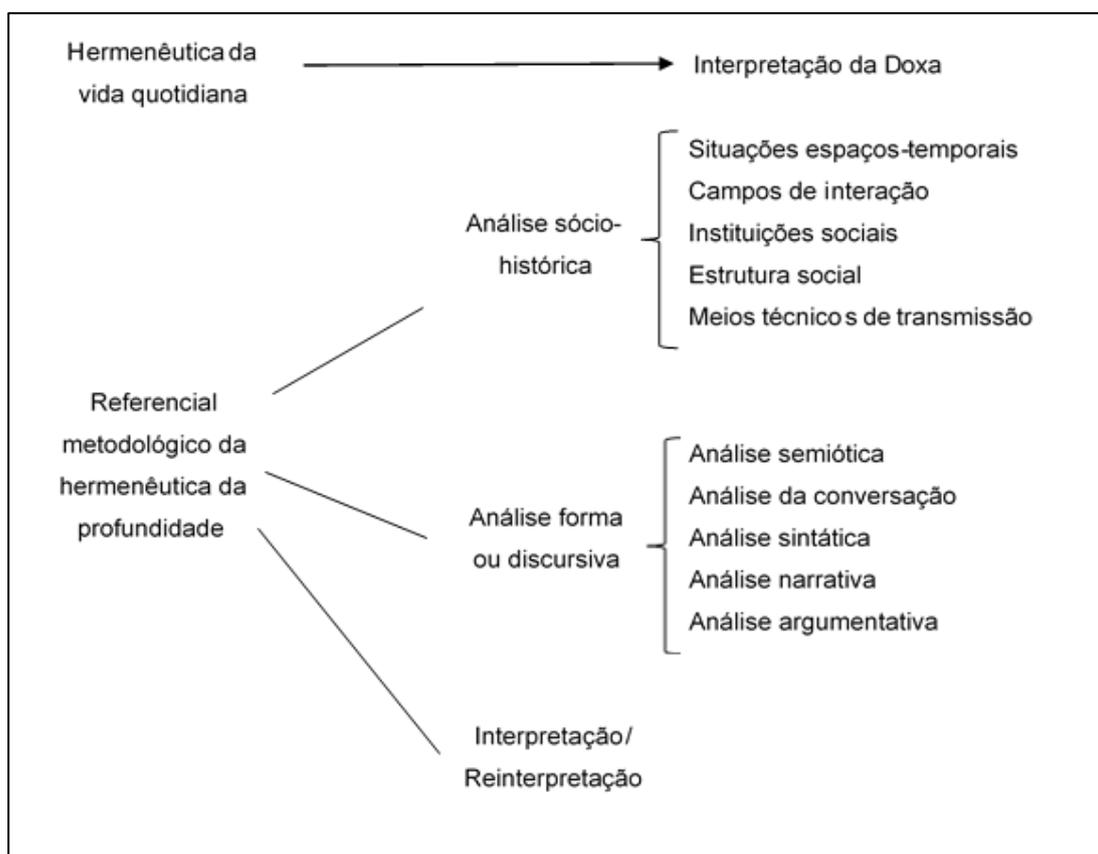
Tendo o conhecimento científico produzido no âmbito da arquivologia como principal fonte e considerando que todo discurso é processo e produto de um determinado contexto que se expressa por intermédio do pesquisador, embasamos nosso esforço interpretativo em função de nossa necessidade de privilegiarmos uma abordagem assente em uma óptica histórica, na perspectiva **hermenêutica** de Thompson (1995). Previamente, salientamos a concepção fundamentadora de Ricoeur (1990), que reconhece o texto como possuidor de múltiplos sentidos e que se faz necessário recorrer a uma noção de significação muito mais complexa do que a dos signos ditos unívocos.

A hermenêutica permanece a arte de discernir o discurso na obra. Mas esse discurso não se dá alhures: ele se verifica nas estruturas da obra e por elas. Consequentemente, a interpretação é a réplica desse distanciamento

fundamental constituído pela objetivação do homem em suas obras de discurso, comparáveis à sua objetivação nos produtos de seu trabalho e de sua arte (Ricoeur, 1990, p. 52).

Nesse sentido, a **hermenêutica da profundidade** proposta por Thompson (1995) parte de um panorama cultural e tem em Ricoeur sua base teórica. Sua principal característica está na valorização das condições sócio-históricas que condicionam a produção de um texto, não atribuindo por completo uma autonomia semântica ao discurso. A cultura, para o teórico, consiste no padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, isto é, ações, manifestações verbais e objetos significativos. O método se adequa ao nosso propósito pois parte da articulação entre a hermenêutica filosófica e seu caráter metodológico de forma a convergir para o delineamento de um referencial metodológico voltado ao estudo das formas simbólicas.

Figura 2 - Formas de investigação hermenêutica.



Fonte: Thompson (1995, p.365).

A primeira fase, análise sócio-histórica, consiste na premissa de que formas simbólicas são produzidas em um determinado substrato e tem como seu meio de produção o contexto histórico. O objetivo dessa investigação, segundo Thompson (1995), é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção de formas simbólicas. Dentro da análise há quatro aspectos fundamentais: situações espaços-temporais, campos de interação, instituições sociais e meios técnicos de construção de mensagens de transmissão.

As formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, inscritas) e recebidas (vistas, ouvidas, lidas) por pessoas situadas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e a locais especiais, e a reconstrução desses ambientes é uma parte importante da análise sócio-histórica (Thompson, 1995, p. 366).

A segunda consiste na compreensão de que formas simbólicas são construções que apresentam estrutura articulada. Nessa categoria, o autor também propõe tipos de análise: semiótica, discursiva, da conversação, sintática, estrutura narrativa e argumentativa. A última etapa diz respeito à interpretação/reinterpretação, que é a absorção, articulação e reconstrução dos elementos na produção de um estudo e implica um movimento novo de pensamento, agindo por síntese e sendo a construção criativa de possíveis significados.

Por mais rigorosos e sistemáticos que os métodos da análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito. As formas simbólicas ou discursivas possuem o que eu descrevi como 'aspecto referencial', elas são construções que tipicamente representam algo, referem-se a algo, dizem alguma coisa sobre algo. É esse aspecto referencial que procuramos compreender no processo de interpretação (Thompson, 1995, p. 375)

O processo de interpretação, por sua vez, é, simultaneamente, um processo de reinterpretção, visto que se dá sobre algo já nasce interpretado. Para Thompson, como hermeneutas, "ao desenvolver uma interpretação que é mediada pelos métodos do enfoque da Hermenêutica da Profundidade, estamos reinterpretando um campo pré-interpretado; estamos projetando um significado possível que pode divergir do significado constituído pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico" (Thompson, 1995, p. 376).

O aspecto **epistemológico** da pesquisa aparece de acordo com o pretendido por Santos (2007). Preliminarmente, destacamos a proposição de Bachelard (1993) que consiste na imprescindibilidade de estabelecimento de um caminho para a reflexão sobre as filosofias implícitas nas práticas explícitas dos cientistas. O pensador considera que as ciências nascem e evoluem em circunstâncias históricas bem determinadas e defende uma epistemologia que deve interrogar as relações suscetíveis entre a ciência e a sociedade, entre as ciências e as diversas instituições científicas ou entre as diversas ciências. Assim, o conhecimento passa a ser entendido como um processo, em vez de um resultado da compreensão definitiva de um fenômeno.

A visão de Santos (2007) nos impele a refletir se a própria caracterização da pesquisa como epistemológica nos direciona para uma investigação que pode se mostrar excludente ao se basear em uma teoria do conhecimento que se mostra como equivalente à teoria da ciência. Essa atitude cientificista, datada principalmente do século XIX e calcada no positivismo, pode reduzir a definição de conhecimento meramente às realizações da ciência. Habermas (1987) aborda o surgimento de uma convicção em que não é mais possível entender a ciência como única forma possível de conhecimento, dado que a fé da ciência nela mesma implica em uma identificação da ciência como o conhecimento em si.

O positivismo firma-se ou se dissipa com o enunciado básico do cientificismo, segundo o qual o sentido do conhecimento está definido por aquilo que as ciências levam a cabo e, por isso mesmo, pode ser suficientemente explicitado por intermédio da análise metodológica dos modos científicos do saber investigatório (Habermas, 1987, p.90).

Em suma, a inflexão científica característica do pensamento moderno está no cerne de nossa análise acerca da configuração teórico e metodológica da arquivologia, mas nos restringe a descortinar a dinâmica complexa do novo jogo. Nessa dimensão, atentamos que Gilliland (2017a) propõe um silogismo que ilustra oportunamente nossa inquietação: (a) a Europa Ocidental foi o berço do desenvolvimento científico da arquivologia; (b) esse conhecimento se estruturou a partir de práticas originárias de arquivos do Estado e da Igreja e se formalizou em universidades e arquivos públicos; (c) como resultado, a ciência arquivística que conhecemos hoje tem a epítome de suas metanarrativas respaldada em um saber

eurocentrado. Sob o viés de uma perspectiva da **ecologia de saberes**¹⁵ que se harmoniza com a noção de **multiverso arquivístico**, objetivamos expandir os conhecimentos acerca da própria concepção de arquivos e documentos, bem como das práticas e dos métodos que envolvem seu gerenciamento e preservação.

A construção uma ecologia de saberes se baseia na tese de Santos (2007) que reconhece a existência de uma ilimitada pluralidade de conhecimentos heterogêneos que devem coexistir e interagir de modo a não comprometer a autonomia de cada um deles. O teórico considera o pensamento moderno ocidental como um pensamento abissal. No campo do conhecimento, ele compreende que esse pensamento consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a Filosofia e a Teologia. Entretanto, ainda que alternativos à luz do método científico, apresentam alta visibilidade em relação a outras formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma das formas de conhecer. Assim, para o estudioso:

[...] existe uma linha abissal invisível que separa de um lado, ciência, filosofia e teologia, e, do outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem, nem aos critérios científicos de verdade, nem aos dos conhecimentos, reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia (Santos, 2007).

Alinhado à perspectiva de ecologia dos saberes, elegemos a noção de multiverso arquivístico como de enorme valia para a presente tese, visto que considera a diversidade epistemológica que envolve os estudos arquivísticos contemporâneos. Partimos da premissa de que as ideias arquivísticas podem ser tanto construtivas quanto limitantes. Segundo Cook (2013), elas evoluíram ao longo de quatro fases, indo do legado jurídico à ênfase na memória cultural, ao engajamento social e, finalmente, aos arquivos comunitários. Nesse processo, com base no autor, o papel dos arquivistas tende a se modificar, passando de um curador passivo a um avaliador ativo e de um mediador social a um facilitador comunitário.

¹⁵ A ecologia dos saberes proposta por Santos (2007) baseia-se no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles, sem comprometer a sua autonomia, e na ideia de que o conhecimento é interconhecimento.

Reconhecemos, com base em Cook (2013), que o foco da arquivologia também foi transformado, deslocando-se da mera evidência para a valorização da memória, identidade e comunidade. Essas mudanças refletem as transformações nas correntes intelectuais mais amplas, que passaram das pré-modernas para as modernas, pós-modernas e contemporâneas. Embora haja sobreposições entre essas fases, a discussão enfatiza a mudança de ênfase, não uma definição rígida. O avanço das ideias arquivísticas e da identidade do arquivista possibilita uma compreensão mais rica e diversificada da prática arquivística.

O respaldo nessas perspectivas nos permite estabelecer um entendimento acerca da arquivologia, tal qual conhecemos hoje, como resultado natural de uma longa e variada trajetória epistemológica e prática que aborda os arquivos, *lato sensu*, dentro de espaços disciplinares, comunitários e profissionais distintos. Ademais, em conformidade com o constatado em nossa pesquisa de mestrado (Costa Filho, 2019), compreende-se que o corpo de conhecimentos que compõe a arquivologia é dinâmico, composto de uma pluralidade de ideias e práticas que continuam não apenas coexistindo, mas emergindo e se enriquecendo contínua e mutuamente.

1.7. Estrutura da tese

Esta tese inicia com uma seção introdutória abrangente, delineada na 1. **INTRODUÇÃO**, que estabelece o cenário para a exploração do tema. Essa primeira seção, fundamental para a compreensão do trabalho, apresenta uma contextualização detalhada, elementos motivadores e os pressupostos da pesquisa. Além disso, expõe a estratégia de sistematização do trabalho, o problema, a justificativa, delineando claramente o foco da pesquisa. Os objetivos, tanto gerais quanto específicos, são meticulosamente definidos, e o referencial teórico-metodológico é apresentado, fornecendo uma base sólida para as análises subsequentes.

A **Parte I**, intitulada *arquivologia e modernidade: as bases formadoras do discurso arquivístico*, é subdividida em quatro seções principais. A seção 2. **O DEBATE DA MODERNIDADE** mergulha nas matrizes da modernidade e seus pressupostos ideológicos, explorando aspectos fundamentais da ciência moderna e o papel do positivismo. Este segmento também aborda a constituição do Estado

moderno, enfocando burocracia, aparato legal e estruturas de poder. A seção 3. **ESPAÇO, TEMPO E MODERNIDADE** aprofunda-se na análise das categorias de tempo e espaço, examinando suas implicações na experiência e compreensão modernas. Por fim, a seção 4. **METANARRATIVAS MODERNAS NA FORMAÇÃO DO DISCURSO ARQUIVÍSTICO** examina o impacto dessas metanarrativas na arquivologia, traçando um histórico dos arquivos e da disciplina arquivística na modernidade, sobrelevando o papel do Estado, identificando os sinais modernos no pensamento arquivístico e discutindo a interação entre a percepção espaço-temporal e os fundamentos da arquivologia.

A **Parte II** da tese, denominada *O Imperativo da Contemporaneidade: ímpeto de novas configurações espaço-temporais, correntes atuais no estudo dos arquivos e formulação de regras congruentes*, inicia com a seção 5. **REFLEXÕES SOBRE A CONTEMPORANEIDADE**, que contempla o complexo panorama contemporâneo e suas dinâmicas espaço-temporais. Esta parte aborda as transformações do Estado contemporâneo, a era do espaço virtual e do tempo real, e novas tecnologias e experimentações espaço-temporais. Na seção 6. **REFERENCIAIS NECESSÁRIOS À REINTERPRETAÇÃO DE METANARRATIVAS**, discute-se a necessidade de revisão de conceitos na arquivologia e propõe novas regras congruentes com a contemporaneidade. Esta seção explora o multiverso arquivístico, novas interpretações do conceito de documento de arquivo, o *records continuum*, a redescoberta da proveniência e novos horizontes na descrição arquivística.

Por seguinte, a pesquisa culmina na **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**, uma seção crucial que sintetiza os achados do percurso investigativo do trabalho. Aqui, as descobertas são vinculadas aos objetivos estabelecidos na seção introdutória, proporcionando um exame reflexivo e crítico dos resultados obtidos. Em seguida, apresentamos as **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, seção que oferece uma visão consolidada sobre as conclusões do estudo, destacando as principais contribuições e implicações do trabalho no campo da arquivologia. Por fim, a seção **PROPOSTAS PARA ESTUDOS FUTUROS** sugere sugestões para o desenvolvimento de pesquisas posteriores.

PARTE I

**ARQUIVOLOGIA E MODERNIDADE:
AS BASES FORMADORAS DO
DISCURSO ARQUIVÍSTICO**

2. O DEBATE DA MODERNIDADE

2.1. As matrizes da modernidade e seus pressupostos ideológicos

Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes (Giddens, 1991, p. 14).

Conceber um quadro em torno do qual se desdobra a modernidade¹⁶ seria uma longa empreitada que, para o caso desta pesquisa, dissiparia nosso esforço e traria infundáveis elementos passíveis de nossa atenção. Conquanto existam diferentes definições, umas de ordem filosóficas e outras atinentes às esferas políticas, econômicas e culturais, o que mais nos interessa, sumariamente, é compreender correntes de pensamento presentes no contexto espaço-temporal em que se dá a enunciação dos primeiros discursos balizados no terreno científico que abriga o estudo dos arquivos. Seguindo esse intuito, almejamos notabilizar ideias confluentes relevantes para a composição desta seção que abre o trabalho e serve de base para a caracterização do jogo antigo.

Nossa tentativa de estabelecer uma delimitação temporal para definirmos o escopo de nossa análise pode se mostrar parcial e incompleta, visto que o prelúdio da modernidade pode adquirir diferentes significados a depender do campo do conhecimento que se dedica a essa tarefa. Ainda que façamos referência a eventos posicionados em épocas anteriores e posteriores, verificamos que o corte arqueológico realizado por Foucault (1999a), o qual separa a idade clássica da modernidade, aponta para o fim do Século XVIII e o reconhece como período em que fica clara a diferenciação de seus discursos, fato que permite sua representação sob a classificação de episteme moderna (séculos XIX-XX), em contraposição a uma clássica (séculos XVII-XVIII). Habermas (2000) também remete aos mil e oitocentos

¹⁶ Não compreendemos a modernidade como um bloco homogêneo ausente de contradições em seu interior. Em conformidade com Koyré (1991), temos como pressuposto que a divisão da História em períodos e épocas apenas serve para fins didáticos. A noção foucaultiana que embasa nosso empreendimento metodológico nos leva a compreensão de que discursos se produzem sobretudo na descontinuidade.

como o decurso do surgimento de uma nova consciência de modernidade, distinta à utilizada para designar a nova ordem cristã em oposição ao passado pagão, própria da antiguidade.

Para Kumar (1997), há marcos históricos que funcionam como retratos da modernidade. A Revolução Francesa de 1789 pode ser reputada como a primeira revolução verdadeiramente moderna pois, ao contrário de outras que findavam e resultavam em um retorno ao seu ponto de partida, inaugurou algo totalmente novo e deixou claro o objetivo do período: a obtenção da liberdade sob a orientação da razão. Já a substância material da modernidade é expressa por outra revolução, a industrial. O teórico salienta que uma possível imagem da modernidade não pode ser concebida de forma dissociada de elementos industriais. Além de ideias e atitudes, a modernidade também é técnica.

Nosso arremate sobre o impasse cronológico encontra respaldo na apreciação de Chauí (2000), a qual busca superar imprecisões e equívocos próprios de escolhas de datas e períodos a partir da ideia de que a filosofia moderna consiste em uma abstração que reconhece a existência de um campo de pensamento ou de um campo discursivo comum a todos os pensadores modernos e no interior dos quais suas semelhanças e diferenças se configura. Ao tentar proceder com uma delimitação temporal, julgamos de suma relevância posicionarmos esse campo que abriga a modernidade espacialmente, isto é, explicitar seu *locus* e frisar sua importância para a produção de discursos. Conquanto subentendido, demarcar a Europa Ocidental como, em conformidade com Habermas (2000), terreno para a germinação das ideias ligadas à Reforma, à Ilustração e à Revolução Francesa, mostra-se conveniente para desenredar o cenário a ser analisado.

No domínio da historiografia, a revolução de 1789 é considerada como um evento fundador. Também o é quando levado em consideração sua dimensão política, o que é destacado por diversos pesquisadores em virtude do desenvolvimento de uma cidadania democrática e do estado de direito dentro dos limites do Estado-nação (Gordon, 2014). Prosseguindo, muitos historiadores dos séculos XVIII e XIX colocam a França como o primeiro experimento político moderno, posto sua referência para outros países europeus.

Por agora, a tarefa de definir o moderno nos direciona, primeiramente, para a compreensão de suas principais características. O novo está no cerne da

modernidade e, conseqüentemente, a necessidade de ruptura com o antigo urge. Diversos pensadores e teóricos do Século XVII passaram a rejeitar a ideia comum entre renascentistas de que os antigos detinham mais sabedoria e seus feitos mereciam uma maior atenção em virtude de seu elevado grau de maturidade. Francis Bacon (1561-1626)¹⁷ e René Descartes (1596-1650)¹⁸, artífices do sustentáculo antropocêntrico do projeto moderno, respondem à máxima medieval de “anões montados em ombros de gigantes”¹⁹ com exaltações ao novo como meio para se descobrir a verdade.

Os tempos modernos tornaram-se o ponto decisivo da história humana. A modernidade adquire *status* messiânico. O passado carece de sentido, exceto como preparação para o presente. Não nos ensina mais pelo exemplo. Sua única utilidade é ajudar-nos a compreender aquilo em que nos tornamos. [...]. O passado é, na verdade, um outro país, diferente. Os modernos são diferentes dos antigos. A história muda a natureza humana, bem como as formas da vida social. Quanto mais recente no tempo, maior é a mudança. O passado não deve apenas ser interpretado, e constantemente reinterpretado, da perspectiva do presente. Ao mesmo tempo sua autoridade é abolida (Kumar, 1997, p.115).

Aliado a isso, Habermas vê a origem da modernidade imbricada ao surgimento de uma consciência temporal individual que cria condições para a reflexão sobre o que acontece no mundo. É em Hegel que o autor visualiza um conceito claro de

¹⁷ Francis Bacon foi um filósofo, estadista e ensaísta inglês, considerado o pai do empirismo e do método científico moderno. Suas obras mais influentes incluem *Novum Organum* e *The Advancement of Learning*, nas quais ele defende a necessidade de uma observação empírica cuidadosa e a coleta de evidências antes da formulação de teorias. Bacon argumentava que o conhecimento deveria ser baseado na experiência sensorial e na experimentação sistemática, opondo-se ao método especulativo da ciência medieval, que era amplamente baseado em Aristóteles. Ele acreditava que o método científico poderia ser aplicado para melhorar a condição humana e promover o avanço tecnológico e social (Vickers, 1992).

¹⁸ René Descartes (1596-1650) foi um filósofo, matemático e cientista francês, considerado um dos principais pensadores da revolução científica. É frequentemente chamado de ‘pai da filosofia moderna’. Sua obra mais famosa, *Discurso do Método*, introduziu uma nova abordagem filosófica baseada no ceticismo e na dúvida metódica, o que significava questionar todas as crenças até que algo inquestionável fosse encontrado. Esse ‘algo’ acabou sendo a famosa declaração ‘*Cogito, ergo sum*’ (‘Penso, logo existo’), que serviu como ponto de partida para uma nova filosofia baseada na razão e no indivíduo. Além disso, Descartes fez contribuições significativas para a matemática, mais notavelmente a invenção da geometria analítica e a formulação do sistema de coordenadas cartesiano, que revolucionou a matemática (Japiassú; Marcondes, 2001).

¹⁹ A metáfora tem origem em Bernard de Chartres mediante citação de João de Salisbury no século XII e diz respeito à veneração dos renascentistas aos antigos. Para ele, ‘somos como anões aos ombros de gigantes, pois podemos ver mais coisas do que eles e mais distantes, não devido à acuidade da nossa vista ou à altura do nosso corpo, mas porque somos mantidos e elevados pela estatura de gigantes’. Em síntese, se os modernos são superiores aos antigos, a justificativa não gira em torno da existência de habilidades naturais magníficas, mas tão somente à herança transmitida pelos antepassados (Salisbury, 1971).

modernidade, ao qual se refere aos “novos tempos” como “tempos modernos”. Segundo ele, “uma vez que o mundo novo, o mundo moderno, se distingue do velho pelo fato de que se abre ao futuro, o início de uma época histórica repete-se e reproduz-se a cada momento do presente, o que gera o novo a partir de si” (Habermas, 2000, p.9).

O confronto entre moderno e antigo, a substituição do passado e do tradicional defasados, possibilita a emancipação da razão e o vislumbre de uma era de progresso humano infindável. O racionalismo cartesiano estipula que a razão pura — ausente da influência dos sentidos, das sensações, das paixões etc. — é a maior fonte do conhecimento. Livres do mundo obscuro dos ditames da crença cega na religião e nos Estados absolutos, os homens colocam no centro do julgamento daquilo que é tido como válido e verdadeiro a experimentação respaldada pela razão. Este novo juízo antropocêntrico enseja uma revolução na ciência, vista como a legítima fonte de conhecimento, capaz de guiar o homem em direção aos avanços almejados. De acordo com Edgar Morin:

As sociedades, arrancadas de suas tradições, iluminavam seu devir não mais seguindo a lição do passado, mas indo em direção a um futuro promissor e prometido. O tempo era um movimento ascensional. O progresso era identificado com a própria marcha da história humana e impulsionado pelos desenvolvimentos da ciência, da técnica, da razão (Morin, 2003, p.75).

As mudanças que fundam a identidade da modernidade aparecem mais claramente no chamado Século das Luzes²⁰, período que abriga o movimento que deriva da revolução científica e é resultado da aspiração em se criar uma sociedade mais racional e humana. Salienta-se que as principais ideias iluministas também estão circunscritas espacialmente, principalmente aos territórios centrais da Europa Ocidental. Habermas (2000) interpreta esse período com um projeto de modernidade, o qual possui objetivos ligados ao desenvolvimento de três perspectivas distintas: as ciências objetivantes, que desencantam a natureza e libertam o sujeito cognoscente; as bases universalistas do direito e da moral, na linha da filosofia kantiana; e a arte autônoma, desvinculando-a das perspectivas medievais. Os elementos caracterizadores do mito da modernidade, apresentados por Hottois (2003),

²⁰ O movimento iluminista teve grande repercussão na Europa. A expressão consagrada na França foi *Les Lumières*, na Inglaterra foi *Enlightenment* e na Alemanha, *Aufklärung* (Hottois, 2003).

complementam o panorama apresentado: universo racionalista; fé na ciência e na técnica; dominação-exploração da natureza pela humanidade; desprezo pelo passado; e utopismo. Logo, apercebe-se que o discurso moderno visa à emancipação do homem a partir da utilização da razão como instrumento.

Para Adorno e Horkheimer (1988), Bacon deixa transparecer notadamente o propósito do pensamento moderno: buscar um conhecimento capaz de propiciar explicações autênticas, diferentemente dos clássicos antigos, cujos métodos bloqueavam ou impediam a relação entre o homem e a natureza. Na ambição iluminista, de modo geral, por intermédio do esclarecimento — ou desencantamento do mundo²¹ —, os homens não deveriam mais temer os mistérios da natureza, mas libertar-se. Esclarecem tal relação os autores frankfurtianos: “O entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada. O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo” (Adorno; Horkheimer, 1988, p. 18).

Em suas reflexões críticas acerca da ideia de modernidade, Touraine (2002) evidencia o que julga como suas principais características. Para ele, o Ocidente passou a acreditar no triunfo da razão sobre crenças e tradições e, resumidamente, na colonização da vivência pelo cálculo. O autor leciona:

O que é modernidade, cuja presença é tão central em nossas ideias e práticas após mais de três séculos e que está em discussão, rejeitada ou redefinida, nos dias de hoje? A ideia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, foi a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelo interesse, mas também pela vontade de se liberar de todas as opressões. Sobre o que repousa essa correspondência de uma cultura científica, de uma sociedade ordenada e de indivíduos livres, senão sobre o triunfo da razão? Somente ela estabelece uma correspondência entre a ação humana e a ordem do mundo, o que já buscavam pensadores religiosos, mas que foram paralisados pelo finalismo próprio às religiões monoteístas baseadas numa revelação. É a razão que anima a ciência e suas aplicações; é ela também que comanda a adaptação da vida social às necessidades individuais ou coletivas; é ela, finalmente, que a arbitrariedade e a violência pelo Estado de direito e pelo mercado. A humanidade, agindo segundo suas leis, avança simultaneamente em direção à abundância, à liberdade e à felicidade (Touraine, 2002, p.9).

²¹ Weber afirma que a modernidade representou um processo de desencantamento do mundo, visto que visava provar para o corpo social a inexistência de poderes metafísicos que pudessem influenciar o pleno desenvolvimento da vida dos homens. Para ele, o desencantamento do mundo consiste no ‘progresso do qual a ciência participa como elemento e motor’ (Weber, 2012, p. 38).

Santos (1993) aborda o que denomina projeto sociocultural da modernidade, que se assenta em dois pilares fundamentais: regulação e emancipação. O primeiro é composto pelos princípios do Estado, do mercado e da comunidade, ao passo que o segundo é composto por três lógicas da racionalidade: a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura; a racionalidade moral-prática da ética e do direito e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica. Pela sua complexidade interna, pela riqueza e diversidade das ideias novas que comporta e pela maneira como procura a articulação entre elas, o projeto da modernidade é ambicioso e revolucionário e capaz de assegurar valores de justiça e da autonomia, da solidariedade e da identidade, da emancipação e da subjetividade, da igualdade e da liberdade.

Considerada o auge do ímpeto em direção à modernidade, a mentalidade iluminista afirma que o método científico — sob o crivo da razão —, baseado na observação, descrição e sistematização de informações da natureza, é o único meio validador do conhecimento. Bacon defende o método indutivo experimental, que se opõe à lógica e ao silogismo próprios do pensamento escolástico da não contradição e considera, empiricamente, os dados provenientes da experiência sensorial como alicerce do conhecimento, caminho que permite minuciar o geral até o particular. Descartes por sua vez, fortemente pautado pela matemática e pela certeza do pensamento dedutivo, almeja encontrar um princípio evidente por si mesmo, tal como um axioma geométrico, e dele deduzir verdades por meio do raciocínio lógico.

A aferição da teoria da modernidade proposta por Max Weber (1864-1920)²² perpassa o processo de racionalização da religião e da sociedade e se orienta à

²² Max Weber, sociólogo, economista, jurista e historiador alemão, é amplamente reconhecido como um dos fundadores da sociologia moderna. Seu trabalho abrange temas diversos como economia, religião, política, administração e direito, influenciando profundamente o estudo das organizações sociais e do Estado. Notável por sua análise em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber argumenta que o desenvolvimento do capitalismo está intrinsecamente ligado a fatores éticos e religiosos, particularmente ao protestantismo. Ele introduziu conceitos chave como os 'tipos ideais', a 'jaula de ferro' da burocracia, e realizou uma distinção pioneira entre ações sociais motivadas por valores subjetivos e aquelas condicionadas por normas ou tradições. Além disso, suas investigações sobre a estrutura e as funções do Estado moderno, a burocracia e a sociedade industrial são fundamentais para a compreensão das dinâmicas do poder e da autoridade. Weber deixou um legado de ensaios e artigos, compilados postumamente, que incluem *Ensaio sobre a teoria da ciência* (1924), explorando a metodologia das ciências sociais, e *O sábio e o político* (1922), que examina a relação

corporificação da consciência moderna nas instituições sociais. O autor apresenta duas componentes essenciais da modernidade: a primeira consiste na análise e descrição do processo de racionalização especificamente ocidental e a segunda, é uma tentativa de caracterização da situação do conhecimento no mundo moderno a partir de uma interrogação fundamental sobre o destino do homem no âmbito das sucessivas formações sociais e nas esferas da sua atividade. A organização da empresa capitalista e a burocratização do estado são exemplos da autonomização ocasionada pela lógica da racionalidade instrumental. Grande parte das reflexões de Weber acerca da modernidade, como processo de racionalização, é resultado das determinações relacionadas ao espaço no qual são realizadas essas reflexões. Weber considera que somente o Ocidente ofereceria as condições ideais para o desenvolvimento desse processo. Diante disso, como características do racionalismo ocidental, Habermas (1987, p.213) enumera determinados fenômenos que indicam a “índole específica do racionalismo da cultura ocidental”: a ciência moderna; o cultivo sistemático e a organização universitária das especialidades científicas; a literatura impressa; a institucionalização do cultivo da arte; a música harmônica e a pintura; a sistematização científica da teoria do direito; as instituições do direito formal; o direito privado e a empresa capitalista.

Citando Weber, o filósofo francês Chevalier (2009) declara que a modernidade se caracteriza pela convergência entre elementos técnicos (desenvolvimento científico), econômicos (concentração de meios de produção) e políticos (advento do Estado), os quais “traduzem um processo de racionalização de organização das sociedades, sob todos os aspectos” (Chevallier, 2009, p. 14). Para ele, as transformações peculiares da modernidade se apoiaram em uma série de valores construídos em torno do culto à razão e do primado do indivíduo. Este passa a ser a referência absoluta — tanto na esfera particular, quanto na esfera pública —, suplantando a visão tradicional das sociedades enquanto entidades coletivas (holísticas). Ademais, a precedência do indivíduo ante a sociedade e o Estado é típica da racionalidade liberal, a qual tem seu discurso legitimador desenvolvido a partir de uma lógica individual. Para os filósofos contratualistas do século XVII, em vez de

entre ciência e política. Sua obra fornece *insights* valiosos sobre a racionalização e a secularização das sociedades modernas, marcando-o como uma figura central no estudo da modernidade (Japiassú; Marcondes, 2001).

viverem um estado de natureza, sem poder e organização, os indivíduos celebraram um pacto, ou contrato, social no qual foram estabelecidas normas de convívio social e de subordinação política. Na visão da corrente moderna, assentada na ideia de racionalidade, o contrato social consiste em uma hipótese racional que justifica o surgimento da sociedade e do Estado.

Reconhecendo que as tecnologias estão ligadas à existência humana desde a antiguidade, é possível afirmar que a chamada Revolução Industrial aguçou a discussão sobre elas, que começaram a se tornar cada vez mais imprescindíveis no bojo da vida cotidiana moderna. Tem-se como consequência da referida revolução a consolidação do capitalismo, com a produção e a circulação de mercadorias em massa, e outros avanços técnicos significativos, com destaque para os sistemas de transporte e de comunicação. A presença cada vez mais marcante da tecnologia na vida diária do homem moderno, aliada aos avanços nas tecnologias da comunicação, determinou um novo modo de ser, de viver e, principalmente, de enxergar o mundo. Meios de transporte como automóveis e trens foram responsáveis pelo rompimento de limitações espaciais e temporais relevantes. Além deles, tecnologias da comunicação como a fotografia, o telefone, o rádio e o cinema possibilitaram também as primeiras experiências de simultaneidade da comunicação. Informações que geralmente tinham seu prazo de transmissão alongado, passaram a ser recebidas de modo quase imediato. Em virtude dos novos padrões de vivência propiciados pelos avanços nos sistemas de transporte e pelas tecnologias da comunicação, a modernidade foi responsável por reconfigurar a percepção sensorial humana, alterando sobremaneira a noção espaço-temporal.

Da vasta teoria acerca da modernidade, salientamos o papel de dois de seus principais fenômenos: a ciência e o Estado. Conforme desenrolar da seção, a justificação da nossa escolha se clarifica na medida em que ambos os conceitos passam a aparecer de forma recorrente como instâncias que deixam impressões significativas no saber e fazer arquivísticos. Tal qual defendido por Bourdieu e Foucault, intentaremos discorrer a respeito de relações entre a categoria de verdade e sua vinculação aos sistemas de poder. Nossa argumentação se baseia na assertiva de que a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e a apoiam e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (Foucault, 2006, p.14). Ademais, ancoramos nossa reflexão na tese de Jardim (1999) a qual considera que

os arquivos constituem uma “escrita do Estado” e que a arquivologia consiste em um “saber de Estado”. Com efeito, os arquivos, na modernidade, atuam como aparatos legais do sistema estatal e a arquivologia, na qualidade de disciplina científica, constitui discurso da imagem moderna do mundo.

Ao finalizarmos esta subseção, resumimos os principais aspectos da modernidade, um período marcado por transformações profundas e variadas definições. Essa era é caracterizada por um novo racionalismo científico e revoluções significativas nas esferas social, política e econômica. Notavelmente, a modernidade estabelece a ciência e o Estado como influenciadores cruciais do conhecimento e prática arquivística. Foucault (1999a) e Habermas (2000) ponderam, respectivamente, a distinção de discursos entre a idade clássica e a modernidade e o surgimento de uma nova consciência temporal. Kumar (1997) ressalta a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial como marcos da substância material da modernidade, enquanto Chauí (2000) aponta para a necessidade de superar limitações de uma estrita delimitação cronológica.

A apreciação crítica da modernidade revela como essa era é fundamentada na emancipação da razão e no ideal de progresso humano contínuo. Adorno e Horkheimer (1988) e Touraine (2002) enfocam o papel da razão e da ciência como forças propulsoras da modernidade. Santos (1993) aborda a modernidade como um projeto sociocultural baseado na regulação e emancipação. A ciência e o Estado, nesse contexto, não apenas influenciam a arquivologia, como também refletem suas práticas e teorias. Bourdieu (1996) e Foucault (2006) vinculam a verdade aos sistemas de poder, ressaltando o papel dos arquivos como aparatos legais do sistema estatal e a arquivologia como um discurso intrínseco à visão moderna do mundo. Essas perspectivas prometem enriquecer a discussão na próxima seção desta tese, avançando na análise da interação entre a modernidade e a prática arquivística.

2.2. Alguns aspectos fundamentais da ciência moderna

Em nossas pesquisas, constatamos que a constituição da ciência moderna se confunde com a própria gênese da modernidade. Logo, impossível abordar uma sem referenciar a outra. Verificamos que o desenvolvimento da ciência não pode ser

apenas creditado a poucas mentes iluminadas, descoladas de seu tempo, mas deve ser compreendido como um construto coletivo pertencente a um projeto maior de atualização — vide crescente interesse pelo novo — das sociedades europeias. Julgamos importante salientar que a síntese aqui realizada não objetiva traçar um panorama global da história da ciência sob a ótica do que conhecemos como modernidade, tampouco destacar feitos dos principais atores envolvidos nesse processo. Nosso intento busca não mais que apresentar características gerais da ciência moderna que são marcantes na configuração teórica e metodológica da arquivologia.

Uma das particularidades essenciais da ciência racionalista situa-se na natureza do saber. Podemos verificar uma verdadeira desconjuntura de um ordenamento preponderantemente teológico e ontológico, típico das formas de conhecimento grega e medieval, para a busca de uma teoria do conhecimento pautada por uma crescente valorização metodológica. Notamos que a perspectiva anterior, muitas vezes reportada como clássica, norteava a concepção da natureza para a essência das coisas visando ao alcance de uma verdade definitiva, ou seja, a uma metafísica²³. A construção moderna do saber deve ser tangenciada por procedimentos ordenados, uniformes e rigorosos, requisitos factuais para seu revestimento de objetividade e consecução de validade. Por conseguinte, toda a capacidade de racionalização é canalizada para a organização de um saber metódico, que recebe a chancela de científico. Para Hannah Arendt,

a ciência moderna nasceu quando a atenção deslocou-se da busca do 'que' para a investigação do 'como'. Essa mudança de ênfase é algo quase óbvio se se pressupõe que o homem somente pode conhecer aquilo que ele mesmo fez, na medida em que essa hipótese implica, por sua vez, que eu 'conheça' uma coisa sempre que compreendo como ela veio existir. Ao mesmo tempo, e pelas mesmas raízes, a ênfase deslocou-se do interesse nas coisas para os interesses em processos, dos quais as coisas iriam em breve se tornar subprodutos quase acidentais (Arendt, 2002, p.89).

Referendando a elucubração de Morin, Gauer (1996) enxerga a ciência desse período por meio de uma categorização composta por duas correntes: a primeira,

²³ 'Entendo por metafísica todo conhecimento que se apresenta como algo que ultrapassa a possibilidade da experiência e, por conseguinte, a natureza ou a aparência das coisas tal como nos é dada, para possibilitar perspectivas àquilo que se esconde atrás da natureza e a torna possível' (Schopenhauer *apud* Jolivet, 1972, p.20).

designada racionalista e idealizada por Descartes, limita o homem à sua razão; e a segunda, dirigida por Bacon, chamada de empirista, limita-o ao domínio de sua sensibilidade. Trata-se de dois modelos de pensamento que permitem a condução de investigações isentas de preocupações teológicas ou metafísicas. Com isso, sendo a natureza um objeto de interesse fundamental do cientista, rompe-se com as fronteiras da contemplação em direção a uma intervenção ativa visando sua domesticação. Ainda de acordo com a autora:

a concepção de ciência moderna ligava a investigação das forças da natureza à utilidade das mesmas para beneficiar a humanidade; a ciência deixava de ser serva da teologia. Nesse sentido, a contemplação formal e finalista foi substituída por um saber que produzia uma técnica capaz de auxiliar o homem. As inovações científicas foram a expressão do esfacelamento do mundo feudal. O racionalismo, poder exclusivo da razão de discernir, distinguir e comparar, substituiu o dogmatismo medieval, assumindo uma atitude crítica e polêmica perante a tradição. O antropocentrismo eliminou o pensamento teocêntrico, possibilitando ao homem moderno colocar-se a si próprio no centro alterando, assim, a visão de mundo (Gauer, 1996, p. 102)

Descartes, um dos grandes precursores do pensamento científico moderno, é uma das mentes responsáveis por sistematizar uma nova metodologia para a busca da verdade. Assim como Bacon, Descartes acreditava na verdadeira ciência como fundamental ao progresso da humanidade. De forma distinta de Bacon, o qual prioriza as investigações experimentais, Descartes assume a tarefa de repensar, por meio da dúvida, todos os saberes desde o seu fundamento e desenvolve uma filosofia centrada na racionalidade humana como instância fundadora da verdade. “[...] a razão não nos dita que tudo quanto vemos ou imaginamos, assim, seja verdadeiro, mas nos dita realmente, que todas as nossas ideias ou noções devem ter algum fundamento de verdade” (Descartes, 1987, p. 51). Na medida em que intenta alcançar um conhecimento seguro, ele acaba por conferir muitos dos requisitos que constituem o método científico moderno. Descartes (1987) em sua consagrada obra *Discurso do Método* enuncia quatro preceitos básicos os quais julga suficientes para compor o seu método:

- Nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse como tal, e não incluir em meus juízos nada além daquilo que se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida;

- Dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas fosse possível e necessário para poder resolvê-las;
- Conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer para subir pouco a pouco até o conhecimento dos mais compostos;
- Fazer tudo em enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse certeza de nada omitir.

Para que pudesse ser fundada sob a excelência do método, a ciência moderna se assentou na objetividade do conhecimento sobre o mundo instrumentalizando-se da observação e da experimentação, dois de seus traços mais significativos. A influência do método cartesiano para o pensamento ocidental o transforma em uma espécie de sinônimo de método científico. Assim, com base na ponderação desses postulados, podemos extrair o que julgamos como as características fundamentais da ciência moderna. Nas sistematizações realizadas por Morin e Le Moigne (2000) acerca do pensamento científico tradicional, podemos constatar claramente uma síntese da aludida abordagem cartesiana. Segundo os autores, a ciência se edificou sob quatro pilares da certeza: o princípio da ordem; o princípio da separação; o princípio da redução; o caráter absoluto da lógica indutivo-identitária. Em seguida, eles propõem uma tríade formada pelos seguintes pilares: ordem, separabilidade e razão.

O primeiro sustentáculo constitui-se como um dos principais objetivos da ciência e decorre de uma concepção determinista e mecanicista do mundo. Parte-se da premissa que, por trás de qualquer desordem, existe uma ordem a ser alcançada.

A noção de 'ordem' se depreendia de uma concepção determinista e mecânica do mundo. Qualquer desordem aparente era considerada como o fruto da nossa ignorância provisória. Atrás da desordem aparente existia uma ordem a ser descoberta (Morin, 2000, p. 199).

A busca pela ordem a partir do determinismo pressupõe que fenômenos ordenados são necessariamente determinados e que há relação causal entre eles, ou seja, caso um ocorra, o outro se sucederá em consequência. Em consequência, vemos a afirmação e consolidação de uma visão de mundo guiada por um determinismo rigoroso, em que tudo é passível de explicação por meio de uma abordagem de causa e efeito. Para Capra (1983, p. 50), “tudo o que acontecia possuía

uma causa definida e gerava um efeito definido: o futuro de qualquer parte do sistema poderia — em princípio — ser previsto com absoluta certeza se se conhecesse em todos os detalhes seu estado em determinada ocasião”. Podemos afirmar que a base filosófica da ciência moderna tem origem na divisão empreendida por Descartes entre *res cogitans* e *res extensa*: acreditava-se ser possível explicar o mundo sem qualquer influência do observador humano, de forma objetiva e universal.

No aspecto mecanicista, enxergamos na perspectiva do físico Isaac Newton (1642-1727)²⁴ a melhor forma de clarificação, posto que tais fundamentos passaram a constituir o alicerce da física clássica. Tendo como principal parâmetro, dentre outros, as descrições matemáticas da natureza empreendidas pelo italiano Galileu Galilei (1564-1642)²⁵ e à semelhança de Descartes, que também atua como um dos fundadores de uma corrente filosófica baseada em uma interpretação mecanicista do universo, Newton usa de uma metáfora básica para guiar seu raciocínio: a do mundo-máquina, mais especificamente a partir da interpretação do relógio mecânico. Constatamos que da segunda metade do século XVII até o fim do século XIX, essa cosmovisão mecanicista foi preponderante no pensamento científico. Para Gauer:

A configuração moderna dos valores subordinou o homem a novas regras, por exemplo, o uso do relógio, que estava vinculado ao mundo público e produtivo das cidades. Os valores como uma construção do pensamento, a precisão das máquinas, resultado da aplicação da ciência à indústria como uma supremacia da teoria sobre a técnica mudaram a relação entre o homem e a natureza (Gauer, 1996, p.24).

²⁴ Isaac Newton, matemático e físico inglês, atuou como professor na Universidade de Cambridge e é reconhecido como o fundador da física moderna. Sua obra *Principia Mathematica* (1687) formalizou a mecânica de Galileu, introduziu a lei da gravidade e avançou significativamente os estudos em óptica. Newton aplicou o formalismo matemático à física e sobrelevou a importância do método experimental, estabelecendo um paradigma científico que influenciou a ciência até o período contemporâneo. Suas ideias impactaram também a filosofia, especialmente entre os empiristas ingleses como Locke e foram admiradas por Kant como um modelo de ciência desenvolvida. Além de suas contribuições à física e matemática, Newton explorou áreas como alquimia e teologia (Japiassú; Marcondes, 2001).

²⁵ Galileu Galilei, professor em universidades como Pisa e Pádua e servidor de estados italianos como Veneza e Florença, é considerado um dos fundadores da ciência moderna. Sua defesa do heliocentrismo de Copérnico e crítica ao geocentrismo revolucionaram a física e a astronomia. Galileu enfatizou a matemática como linguagem fundamental da física, inaugurando um método científico que combina teoria matemática com experimentação para validar hipóteses científicas. Seu uso pioneiro do telescópio confirmou as teorias copernicanas, desafiando a visão tradicional do universo e a doutrina cristã, o que levou à sua condenação pela Inquisição em 1633. Apesar da retratação forçada, Galileu continuou suas pesquisas em segredo. Entre suas obras principais estão ‘O mensageiro das estrelas’ (1610), ‘Il Saggiatore’ (1623), ‘Diálogo sobre os dois principais sistemas do mundo’ (1632) e ‘Discurso sobre as duas novas ciências’ (1638) (Japiassú; Marcondes, 2001).

Da apuração realizada, é possível depreender que determinismo e mecanicismo insurgem como cláusulas de cientificidade. Santos (2010, p. 29) corrobora com o disposto ao declarar que a racionalidade moderna aspira “à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vista a prever o comportamento futuro de fenômenos”. Ademais, ainda observa que

Um conhecimento baseado na formulação de leis tem como pressuposto metateórico a ideia de ordem e de estabilidade do mundo, a ideia de que o passado se repete no futuro. [...] o determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar (Santos, 2010, p. 30).

O segundo preceito, que consiste na subdivisão de qualquer problema a níveis mínimos, reduzindo o todo a seus componentes fundamentais, evidencia o caráter analítico do método científico. Além da fragmentação do objeto, vemos a separação das grandes ciências em disciplinas por meio da propagação da especialização de técnicas, fenômeno mencionado por Morin e Le Moigne (2000) como parcelarização generalizada do saber. Seguindo a classificação desses estudiosos:

O segundo pilar do pensamento clássico é a noção de separabilidade. Ela corresponde ao princípio cartesiano segundo o qual é preciso, para estudar um fenômeno ou resolver um problema, decompô-lo em elementos simples. Esse princípio se traduziu cientificamente, de um lado, pela especialização, depois pela hiperespecialização disciplinar, e de outro, pela ideia de que a realidade objetiva possa ser considerada sem levar em conta seu observador (Morin; Le Moigne, 2000, p. 199).

Além do processo de especialização disciplinar, o qual abordaremos mais adiante incorporando as lições de Foucault, outros aspectos da separabilidade despontam como notáveis características da ciência moderna: o reducionismo e a disjunção. O princípio da redução, também tratado como pilar do pensamento científico tradicional em uma das sistematizações de Morin e Le Moigne (2000), tende a reduzir o conhecível àquilo que é mensurável, quantificável e formalizável. Ele fortalece o princípio da separabilidade ao supor que os elementos de base do conhecimento se delimitam aos domínios físicos e biológicos em detrimento da compreensão do conjunto, da mudança e da diversidade. Já a disjunção diz respeito ao isolamento do objeto ao seu meio e à separação entre o objeto e o sujeito. A definição de uma distância, somente viável por intermédio da razão, pode ser vista como primado para a emancipação de um conhecimento conjecturado por uma

percepção pessoal. A neutralidade enseja a completa independência do objeto investigado de modo a resguardá-lo de uma influência subjetiva do observador. Concomitantemente, em sentido contrário, faz com que o observador busque a não interferência no objeto, reconhecendo sua plena autonomia e controle na observação.

No mundo científico de Newton busca-se a funcionalidade, ou seja, busca-se a compreensão sobre como a máquina universal funciona. Tal qual seus pares modernos, a busca da essência não se constitui na principal função da ciência. Seu posicionamento, assim como foi o de Galileu, restringia-se à descrição de fenômenos naturais em detrimento de sua explicação. Neste contexto científico moderno, apercebe-se como pressupostos básicos a fragmentação, a linearidade e a visão dualista do universo: a visão de mundo material e espiritual; do corpo e da mente; da filosofia e da ciência; do objetivo e do subjetivo; da ciência e da fé, dentre outras.

O terceiro pilar diz respeito à razão absoluta e às questões relativas à lógica indutivo-dedutivo-identitária. Para Morin e Le Moigne (2000), a razão repousa sobre três princípios: da indução²⁶, da dedução²⁷ e da identidade²⁸. Por essa lógica, tudo que não passa pelo crivo da razão deve ser depurado da ciência. Dentro dessa perspectiva, ao elencar os pilares sobre os quais se edifica a ciência moderna, os autores reputam à ciência moderna o princípio da causalidade linear, conceito abordado por ele como de grande relevância para a construção do pensamento científico moderno.

Em seu esquadramento acerca do campo de pensamento e de discursos da filosofia moderna, Chauí (2000) estabelece três características para o que intitula “nova ciência da natureza” ou “filosofia natural”:

- 1) passagem da ciência especulativa para a ativa, na continuidade do projeto renascentista de dominação da Natureza e cuja fórmula se encontra em

²⁶ “A I. é o procedimento que leva do particular ao universal”: com esta definição de Aristóteles (Top., I, 12, 105 a 11) concordaram todos os filósofos. O próprio Aristóteles vê na I. um dos caminhos pelos quais conseguimos formar nossas crenças; a outra é a dedução (silogismo) (An. pr., II, 23, 68 b 30). Além disso, atribuiu a Sócrates o mérito de haver descoberto os ‘raciocínios indutivos’ (Met., XIII, 4, 1078 b 28)’ (Abbagnano, 2007, p.51).

²⁷ ‘A dedução consiste em partir de uma verdade já conhecida (seja por intuição, seja por uma demonstração anterior) e que funciona como um princípio geral ao qual se subordinam todos os casos que serão demonstrados a partir dela. Em outras palavras, na dedução parte-se de uma verdade já conhecida para demonstrar que ela se aplica a todos os casos particulares iguais. Por isso também se diz que a dedução vai do geral ao particular ou do universal ao individual. O ponto de partida de uma dedução é ou uma ideia verdadeira ou uma teoria verdadeira’ (Chauí, 2000, p. 81).

²⁸ Rejeição da contradição.

Francis Bacon: ‘Saber é Poder’; 2) passagem da explicação qualitativa e finalística dos naturais para a explicação quantitativa e mecanicista; isto é, abandono das concepções aristotélico-medievais sobre as diferenças qualitativas entre as coisas como fonte de explicação de suas operações (leve, pesado, natural, artificial, grande, pequeno, localizado no baixo ou no alto) e da ideia de que os fenômenos naturais ocorrem porque causas finais ou finalidades os provocam a acontecer. Tais concepções são substituídas por relações mecânicas de causa e efeito segundo leis necessárias e universais, válidas para todos os fenômenos independentemente das qualidades que os diferenciam para nossos cinco sentidos (peso, cor, sabor, textura, odor, tamanho) e sem qualquer finalidade, oculta ou manifesta; 3) conservação da explicação finalística apenas no plano da metafísica: a liberdade da vontade divina e humana e a inteligência divina e humana, embora incomensuráveis, se realizam tendo em vista fins (o filósofo Hobbes suprimirá boa parte das finalidades no campo da moral, dando-lhe fisionomia mecanicista também, e o filósofo Espinosa suprimirá a finalidade na metafísica e na ética, criticando-a como superstição e ignorância das verdadeiras causas das ações) (Chauí, 2000).

No mesmo sentido, Koyré trata da revolução científica do século XVII, que para ele ocorreu de forma lenta e gradual desde os trabalhos de Nicolau Copérnico (1473-1543)²⁹ até Newton, e a caracteriza, grosso modo, pelos seguintes aspectos: destruição do cosmos finito; geometrização do espaço; e mecânica como nova ciência da natureza. Laconicamente, Chauí (2000), tomando como base as ideias de Koyré, aborda cada um desses pontos:

1) a destruição, vinda do Renascimento, da ideia greco-romana e cristã de Cosmos, isto é, do mundo como ordem fixa segundo hierarquias de perfeição, dotado de centro e de limites conhecíveis, cíclico no tempo e limitado no espaço. Em seu lugar, surge o Universo Infinito, aberto no tempo e no espaço, sem começo, sem fim, sem limite e que levará o filósofo Pascal à célebre fórmula da ‘esfera cuja circunferência está em toda parte e o centro em nenhuma’. Não apenas o heliocentrismo é possível a partir dessa ideia, mas com ela dois novos fenômenos ocorrem: em primeiro lugar, a perda do centro, que levará os pensadores a uma indagação que, de acordo com o historiador da filosofia Michel Serres, é essencial e prévia à própria possibilidade do conhecimento, qual seja, indagam se é possível encontrar um outro centro, ou um ponto fixo a partir do qual seja possível pensar e agir (os filósofos falam na busca do ponto de Arquimedes para o pensamento); em segundo lugar, uma nova elaboração do conceito de ordem e que, segundo Michel Foucault, será a motivação principal na elaboração moderna do método para conhecer

²⁹ Nicolau Copérnico, nascido na Polônia e educado na Universidade de Cracóvia e na Itália, é considerado o fundador da astronomia moderna. Ele desafiou o sistema geocêntrico de Ptolomeu, então universalmente aceito, ao propor um modelo heliocêntrico inspirado em Aristarco de Samos. Sua obra seminal, ‘As revoluções dos orbes celestes’ (1543), apresentou uma fundamentação matemática para a hipótese de que a Terra gira em torno do Sol. As teorias de Copérnico provocaram intensa oposição, especialmente da Igreja e das correntes escolásticas, pois subvertiam a concepção medieval do universo, que colocava a Terra no centro de tudo, com implicações políticas e religiosas significativas. Este movimento, conhecido como ‘revolução copernicana’, foi crucial para o desenvolvimento posterior da ciência, consolidado posteriormente por Galileu (Japiassú; Marcondes, 2001).

(sem ordem não há conhecimento possível, e a primeira coisa a ordenar será a própria faculdade de conhecer);

2) a geometrização do espaço. Este era, na física aristotélico-tomista, um espaço topológico e topográfico (isto é, constituído por lugares — *topoi* — que determinavam a forma de um fenómeno natural, sua importância, seu sentido), o mundo estando dividido em hierarquias de perfeição conforme tais lugares. Agora, o espaço se torna neutro, homogêneo, mensurável, calculável, sem hierarquias e sem valores, sem qualidades [...];

3) a mecânica como nova ciência da Natureza, isto é, a ideia de que todos os fenómenos naturais (as coisas não humanas e humanas) são corpos constituídos por partículas dotadas de grandeza, figura e movimento determinados e que seu conhecimento é o estabelecimento das leis necessárias do movimento e do repouso que conservam ou modificam a grandeza e a figura das coisas por nós percebidas porque conservam ou alteram a grandeza e a figura das partículas. E a ideia de que estas leis são mecânicas, isto é, leis de causa e efeito cujo modelo é o movimento local (o contato direto entre partículas) e o movimento à distância (isto é, a ação e a reação dos corpos pela mediação de outros ou, questão controversa que dividirá os sábios, pela ação do vácuo). Fisiologia, anatomia, medicina, óptica, paixões, ideias, astronomia, física, tudo será tratado segundo esse novo modelo mecânico. E é a perfeita possibilidade de tudo conhecer por essa via que permite a intervenção técnica sobre a natureza física e humana e a construção dos instrumentos, cujo ideal é autônomo e cujo modelo é o relógio (Chauí, 2000).

Em vista das interpretações apresentadas, apercebemos que a ciência moderna passa a se basear em uma concepção mecanicista fortemente vinculada ao saber técnico, a partir da convergência de tradições de pensamento e concepções filosóficas baseadas na experimentação como meio de interpelar a natureza e acessar a verdade. Direcionando seu foco para a filosofia mecanicista, Koyré (1991) destaca que a forma de interrogar metodicamente a natureza se dá por intermédio de uma linguagem própria, que é geométrica e matemática. Descartes (1999, p.18) deixa pistas nítidas ao afirmar que “[...] na procura do reto caminho da verdade, não nos devemos ocupar de nenhum objeto sobre o qual não possamos ter uma certeza tão grande como a das demonstrações da Aritmética e da Geometria”. Chauí (2000) afirma que o método é sempre matemático, não por utilizar a aritmética, álgebra ou geometria, mas por procurar o ideal matemático, ou seja, ser uma *mathesis universalis*³⁰.

³⁰ ‘Refletindo mais atentamente, pareceu-me por fim óbvio que só as coisas e todas as coisas nas quais se observa a ordem e a medida, se reportam à matemática, pouco importa que esta medida se deva buscar nos números, figuras, astros, sons, ou em qualquer outro objeto; que, por consequência, deve existir uma ciência geral que explica tudo o que é possível investigar respeitante à ordem e à medida, sem aplicação a qualquer matéria especial; e que esta ciência se designa, não através de um nome de

A oposição entre ciência e senso comum fica clara a partir da construção do que Bachelard (1996) intitula como o verdadeiro espírito científico. A validade do conhecimento científico, na visão do estudioso, só se concretiza quando outras culturas de conhecimento consideradas falsas são apartadas da ciência. O fenômeno intitulado por ruptura epistemológica é tido pelo autor como um dos atos fundamentais para o desenvolvimento das ciências naturais e sociais. Para o autor, os cientistas passam a se afastar daquilo que não pode ser considerado ciência dentro dos parâmetros da ciência moderna: sobretudo o senso comum, o conhecimento vulgar e a experiência cotidiana.

O apontamento do foco do estudo para as ciências naturais concorre vigorosamente para a configuração da ciência moderna sob essa égide. Importante em nossa aferição é o entendimento da confluência dos imperativos científicos modernos no processo de emergência das ciências sociais — ainda consideradas pré-modernas por não compartilharem de todas as premissas objetivas, lógicas e matemáticas daquelas. Para Santos (2010), o conhecimento científico se estabelece em concordância com sua natureza teórico-metodológica, pautada em princípios e regras ligados à separação, quantificação e classificação, e constitui-se como “um conhecimento causal que aspira à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vista a prever o comportamento futuro dos fenômenos” (Santos 2010, p.29). Na concepção dos estudos sobre a sociedade, fica evidente o determinismo mecanicista próprio das ciências da natureza, ou em outras palavras:

[...] consciência filosófica da ciência moderna, que tivera no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano as suas primeiras formulações, veio a condensar-se no positivismo oitocentista. Dado que, segundo este, só há duas formas de conhecimento científico — as disciplinas formais da lógica e da matemática e as ciências empíricas segundo o modelo mecanicista das ciências naturais — as ciências sociais nasceram para ser empíricas (Santos, 2010, p.33).

empréstimo, mas de um nome já antigo e aceite pelo uso, a *mathesis universalis*, dado conter tudo aquilo em virtude do que se diz que as outras ciências partiram da matemática’ (Descartes, 1999, p. 29).

Logo, para o autor, a consolidação das ciências sociais seguiu duas vertentes principais. A primeira ³¹, que foi dominante, pretendia aplicar os princípios epistemológicos e metodológicos próprios das ciências naturais ao estudo da sociedade ao estabelecer como pressuposto básico a noção de que o único modelo de conhecimento universalmente válido é o científico tradicional. Por consequência, vemos como possível estudar os fenômenos sociais da mesma forma que os naturais. A segunda vertente reivindica para as ciências sociais um estatuto epistemológico e metodológico próprio, levando em consideração as especificidades do ser humano e dos estudos em torno da sociedade. Abrimos parênteses para evidenciar que essa vertente permaneceu secundária durante um longo período, mas atualmente, conforme indica Santos (2010) tem conquistado cada vez mais adeptos, apesar de obstáculos como a ausência de consenso paradigmático nas ciências sociais. Conquanto contenha elementos de crise e sinais de uma possível transição paradigmática, a segunda vertente, de acordo com Santos (2010, p. 39), “revela-se mais subsidiária do modelo de racionalidade das ciências naturais do que parece”, já que mantém as dicotomias características do paradigma científico, como a distinção natureza e ser humano e a visão mecanicista da natureza.

Santos (2010) situa nesse contexto a constituição de um modelo de racionalidade científica que se distingue de duas formas de conhecimento não científico: o senso comum e as humanidades (ou estudos humanísticos, nos quais se incluíram a história, a filologia, o direito, a literatura, a filosofia e a teologia).

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. É esta a sua característica fundamental e a que melhor simboliza a ruptura do novo paradigma científico com os que o precedem (Santos, 2010, p. 21).

Tendo em vista sua restrição ao âmbito das ciências naturais, o modelo de racionalidade científica moderna apenas chega às ciências sociais nos séculos XIX e XX, mesma época em que estas se estabelecem nas universidades e integram o

³¹ Exemplo claro da investigação de fenômenos sociais como tipicamente naturais pode ser vista no prefácio de *As Regras do método sociológico* de Émile Durkheim: ‘O nosso método não tem nada de revolucionário, pelo contrário, ele é essencialmente conservador porque considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais maleável que seja, não pode ser modificada pela vontade humana’ (DURKHEIM, 2004, p.16-17).

processo de estruturação de disciplinas enquanto categorias organizadoras do conhecimento. Corolário ao reducionismo e à separabilidade aduzidas anteriormente, a especialização aparece como mais uma característica significativa da ciência moderna. Morin (2006) alega que a organização disciplinar avançou com o impulso dado à pesquisa científica nas universidades modernas. As disciplinas, portanto, têm sua história “inscrita dentro da universidade, que, por sua vez, está inscrita na história da sociedade; daí resulta que as disciplinas nascem da sociologia das ciências e da sociologia do conhecimento” (Morin, 2006, p. 105). A consolidação e conseqüente autonomia das disciplinas também acarretam a própria delimitação do território de cada uma que, por sua vez, revela cada objeto disciplinar exclusivo. Foucault (1999a) intitula esse processo como “disciplinamento dos saberes”, e por “pôr em disciplina os saberes”. Trata-se da atuação de universidades e organismos oficiais de pesquisa na seleção de saberes e divulgação de verdades científicas.

O desenvolvimento da ciência moderna é profundamente marcado pela busca incessante de uma racionalidade objetiva e metódica. Verificamos que os princípios epistemológicos e regras metodológicas inerentes à ciência moderna, de acordo com Santos (2010), dizem respeito a separar, quantificar, classificar, determinar relações sistemáticas e rejeitar tudo o que não seja objetivo, em estrita conformidade com a cartilha cartesiana. Dispondo dessa natureza teórico-metodológica, o conhecimento científico tem como alicerce a ideia de ordem e estabilidade, que vem a se tornar um dos pilares da ideia de progresso que ganha corpo no pensamento europeu a partir do século XVIII. Por conseguinte, em síntese, diversos povos, em diferentes épocas e de diferentes formas, legitimam determinadas maneiras de produção da verdade. Entretanto, a modernidade se singulariza por se desvincular de qualquer ato de fé, crença ou mito; ou seja, ela rejeita, com base no pensamento científico, qualquer saber que não seja o racional.

A neutralidade científica é essencial para a objetividade e a integridade na investigação científica moderna, visto que busca assegurar que o conhecimento produzido esteja livre de influências subjetivas. Ela permite que o pesquisador mantenha uma distância crítica do objeto de estudo, garantindo um exame imparcial e resultados aplicáveis em diversos contextos. Este princípio é particularmente valorizado no positivismo, que enfatiza a objetividade e a capacidade preditiva da ciência.

Ao final desta subseção, consolidamos a compreensão de que a ciência moderna e a modernidade são fenômenos intrinsecamente ligados, cujo desenvolvimento transcende a contribuição de indivíduos isolados e se insere em um contexto coletivo e histórico mais amplo. A ciência moderna, como sublinhado por Arendt (2002), nasceu da mudança de foco do "quê" para o "como", marcando uma transição para um conhecimento baseado em processos e resultados práticos. Gauer (1996) identifica duas correntes principais neste período: o racionalismo cartesiano e o empirismo baconiano, ambos distanciando o conhecimento científico das considerações teológicas e metafísicas anteriores, pavimentando o caminho para uma abordagem mais interventiva e utilitária da ciência.

Por outro lado, Descartes e Bacon são reconhecidos por estabelecer metodologias para a busca da verdade, que contribuíram significativamente para o avanço da humanidade e a formação do que hoje conhecemos como o método científico moderno. A ciência é transformada em um esforço sistemático e metodológico, carregando a promessa de técnica e progresso. Essa nova ciência, como apontado por Morin (2006) e Foucault (1999a), não apenas muda a forma como interagimos com a natureza, mas igualmente como estruturamos nosso conhecimento, dando origem a disciplinas especializadas dentro das universidades, um fenômeno que reflete o disciplinamento e a especialização do saber. Esses elementos configuram um cenário no qual a ciência moderna se desenvolveu e se consolidou, tornando-se uma força motriz para o conhecimento, a técnica e a sociedade como um todo. Por fim, a consciência filosófica da ciência moderna, alicerçada no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano, condensa-se no positivismo oitocentista.

2.3. O positivismo como baliza do pensamento científico moderno

Retomando as considerações anteriores, a modernidade firmou-se mediante uma profunda transformação epistemológica que ancorou a ciência em princípios rigorosos de objetividade e racionalidade. Esse redirecionamento, influenciado pelo racionalismo cartesiano e empirismo baconiano, levou ao desenvolvimento do positivismo no século XIX, que veio a personificar a expressão máxima do

comprometimento da ciência moderna com o pensamento racional e a rejeição de saberes baseados em fé, mito ou crença.

Inspirado pelo progresso das ciências naturais no século XVIII, Montesquieu compreende que o comportamento das sociedades possui invariabilidades análogas aos eventos do mundo físico. Para o filósofo, regularidades sociais estruturam-se a partir de especificidades ligadas ao clima, à geografia, à raça e aos costumes de um povo. Por esse motivo, dentro do seu escopo de apuração, fatores inerentemente físicos operam e consomem a condição de objetos de estudo razoáveis à formulação de um conjunto de leis políticas e civis cuja aplicação adequa-se a uma população.

Avançando no tempo, o século XIX, com a contínua influência das ciências naturais sobre o pensamento, presenciou o surgimento de Auguste Comte (1798-1857)³², um filósofo que absorveu e refletiu profundamente sobre a perspectiva do conhecimento das leis sociais. Comte, alinhando-se à mentalidade moderna, destacou-se por sua ênfase na supremacia do conhecimento científico, posicionando-o como a chave para o progresso tecnológico e social. Em resumo, o positivismo de Comte, fortemente influenciado pelos avanços e pelo espírito das ciências naturais, consolidou-se como um marco representativo da ciência na modernidade. Esta abordagem, enraizada na busca por leis universais e invariáveis, refletiu a confiança da época no poder transformador e esclarecedor da ciência.

Para Giddens (1997), quando se trata do universo das ciências sociais, o termo positivismo se manifesta usualmente em duas acepções, uma mais específica e outra mais genérica. A primeira, a qual o autor intitula pelo próprio termo positivismo, tem relação com os escritos de autores que se autodenominam francamente como

³² Auguste Comte, nascido em Montpellier, França, é o fundador do positivismo e foi discípulo e colaborador de Saint-Simon. Considerado tanto filósofo quanto reformador social, Comte defendia que a reforma da sociedade pressupunha uma reforma do conhecimento, refletindo o estágio de desenvolvimento espiritual alcançado pela humanidade. O positivismo, termo derivado da lei dos três estados formulada por Comte, descreve as fases históricas da humanidade: teológica, metafísica e positiva, sendo a última caracterizada pela supremacia da ciência, onde o conhecimento é definido pela verificação empírica das leis naturais. Comte é reconhecido como um dos pioneiros da sociologia, buscando harmonizar em sua visão política elementos conservadores, como a defesa da ordem, com aspectos liberais, voltados ao progresso. Este equilíbrio é encapsulado no lema 'o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim'. Suas ideias exerceram profunda influência no Brasil, especialmente na formação do pensamento republicano no final do século XIX, com muitos de seus princípios positivistas integrando a Constituição de 1891. A influência do positivismo no Brasil é simbolizada pelo lema 'Ordem e Progresso' na bandeira nacional. Entre suas principais obras estão 'Curso de filosofia positiva' (1830-1848), 'Sistema de política positiva' (1851-1854) e 'Catecismo positivista' (1852) (Japiassú; Marcondes, 2001).

positivistas, ou com aqueles dispostos a aceitar essa denominação. A segunda, reputada por ele por filosofia positivista, geralmente é empregada de forma mais ampla e difusa e se refere aos teóricos, que embora se reconheçam positivistas, adotam perspectivas conexas.

No ideário de Comte (1978a), o estado positivo constitui o estágio final da evolução humana, ou seja, arquétipo excelso de convívio social para o qual a humanidade se dirige. As outras fases a serem percorridas no âmbito da marcha progressiva do espírito humano são descritas pelo filósofo como teológica (ficção) e metafísica (abstração). A princípio, no estado teológico, o indivíduo focaliza questões transcendentais, isto é, a essência dos seres e as causas últimas dos eventos, e explica fenômenos com base na ação direta e contínua de agentes sobrenaturais, cuja intervenção arbitrária explica as anomalias aparentes do universo. Em seguida, no estado metafísico, as questões transcendentais persistem, mas os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas. Finalmente, é somente no estado positivo que a ciência vence, posto que o espírito humano renuncia a busca por essências, causas últimas e noções absolutas, em favor da observação de fatos. Logo, a partir da denominada teoria dos três estados, depreendemos que a evolução e o progresso estão na base da doutrina comtiana.

Essa lei consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo. Em outros termos, o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente, em cada uma de suas investigações, três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: primeiro, o método teológico, em seguida, o método metafísico, finalmente, o método positivo. Daí três sortes de filosofia, ou de sistemas gerais de concepções sobre o conjunto de fenômenos, que se excluem mutuamente: a primeira é o ponto de partida necessário da inteligência humana; a terceira, seu estado fixo e definitivo; a segunda, unicamente destinada a servir de transição (Comte, 1978a, p. 4).

No domínio do desenvolvimento das ciências, a busca pelo estado positivo representa uma ruptura radical com a postura abstrata e metafísica clássicas ao apregoar como fundamento a substituição de questões filosóficas pautadas pela essência das coisas por outras que remetem diretamente ao observável. O estado positivo caracteriza-se, segundo Comte (1978a), pela primazia da observação frente à imaginação. Isso significa que a visão positiva dos fatos renuncia a reflexão acerca das causas dos fenômenos — procedimentos teológico e metafísico — e transfere o

foco para uma pesquisa que busca identificar leis, essas reconhecidas como relações constantes entre fenômenos observáveis. Trata-se, portanto, de submeter a apreensão legítima da realidade ao crivo da ciência, esta entendida como instrumento legítimo para viabilizar a descoberta de leis fundamentais, naturais e invariáveis, às quais todos os fenômenos estão sujeitos. Para Comte:

Vemos, pelo que precede, que o caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objetivo de todos os nossos esforços, considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas causas, sejam primeiras, sejam finais (Comte, 1978a, p. 7).

É possível reconhecer que a primeira tradição epistemológica atinente às ciências sociais é positivista. A física social, disciplina assim denominada por Comte, considera que os fenômenos sociais possuem a mesma essência daqueles astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos. As quatro categorias mencionadas apresentam uma lacuna essencial relativa a fenômenos sociais que, devido à sua importância e complexidade, merecem uma categoria distinta. É possível distinguir nitidamente a vitalidade da obstinação racional do pensamento moderno no pensamento positivista, tendo em vista que ele também preconiza a construção de um conhecimento da sociedade liberto de ideologias, valores e visões de mundo. Dessa forma, a ciência pura marcada pelo positivismo prescreve que a produção de conhecimento se dá de modo objetivo — isoladamente de interesses e emoções — e tem como referencial a dinâmica das ciências naturais, empíricas em sua essência. Ao estabelecer como pressuposto fundamental do positivismo o entendimento das leis reguladoras da sociedade como congêneres às leis que explicam os fenômenos da natureza, os pensadores positivistas conferem à metodologia das ciências sociais a mesma essência do instrumental das ciências naturais. Fica evidente que a doutrina positivista privilegia o método científico utilizado, o qual consiste em caminho obrigatório para se chegar à verdade.

Portanto, podemos verificar que “o positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro” (Löwy, 2009, p. 17), isto é, só é factível afirmar que uma teoria é legítima se sua comprovação se dá por meio de métodos científicos válidos. É sob esta lógica que as concepções positivistas se inserem na esfera das ciências sociais e firmam uma estrutura coerente

e operacional. De acordo com Löwy, essa estrutura se caracteriza por meio de três axiomas:

1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural.
2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada à natureza (o que classificaremos como 'naturalismo positivista') e ser estudada pelos mesmos métodos, démarches e processos empregados pelas ciências da natureza.
3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as pré-noções e preconceitos (Löwy, 2009, p. 17).

Baseado na identificação dessas leis, o homem se torna capaz de prever fenômenos, logo, passa a ter poder de agir sobre a realidade. Verificamos em Comte (1978b) mais uma característica básica da doutrina positivista: a previsibilidade, aventada sob o lema "ver para prever". De acordo com ele, "o verdadeiro espírito positivo consiste, sobretudo em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais" (Comte, 1978b, p. 50). Ante a perspectiva da previsibilidade, a ciência é capaz de explicar fatos observados. Além do caráter preditivo, a investigação também é pautada por uma relação neutra entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa, visto que sob a perspectiva positivista há uma maior valorização do meio em detrimento do objeto.

Para reorganizar a sociedade, Comte aponta a ordem como condição fundamental para se alcançar o progresso. Em outras palavras, nenhum grande progresso pode efetivamente se realizar se não tender finalmente para a evidente consolidação da ordem. Na segunda parte de *Discurso sobre o espírito positivo*, encontramos a afirmação de que "para a nova filosofia, a ordem constitui sem cessar a condição fundamental do progresso e, reciprocamente, o progresso vem a ser a meta necessária à ordem" (Comte, 1978, p. 69). Uma das ideias centrais da doutrina positiva corresponde, portanto, ao juízo de que a sociedade se encontra em desordem, devendo ser reorganizada a partir das ideias, seguidas da moral, e, por fim, da política. Exatamente, nessa reorganização está inserido o espírito positivo, como aquele que traria uma unidade de método de análise em todos os campos do conhecimento, visto que a ideia de ordem se destaca no empenho positivista de

sistematizar a Filosofia, o que leva à necessidade de classificar as ciências e todo o conhecimento.

Exemplo disso consiste na proposta de Comte de criação de um sistema classificatório das ciências estabelecido com base na distinção entre abstrato e concreto. Para o teórico, a arte de classificar, tal qual empreendida em trabalhos de botânicos ou zoólogos, tem como princípio uma aplicação direta do método positivo. Diferentemente de outras, entendidas como homogêneas por não considerarem distinções positivas, metafísicas e teológicas, a classificação positiva deve provir do próprio estudo dos objetos a serem classificados, “sendo determinada por afinidades reais do encadeamento natural apresentado por eles, de sorte que esta classificação seja ela própria a expressão do fato mais geral manifestado pela comparação aprofundada dos objetos que abarca” (Comte, 1978a, p.22). Nesse ponto, Comte acentua o processo de especialização das ciências, sobretudo a partir de um viés de aperfeiçoamento progressivo, como um dos atributos da filosofia positiva.

No fechamento desta subseção, é essencial sublinhar que a modernidade, ancorada na racionalidade e objetividade, pavimentou o caminho para o positivismo, cujo maior proponente, Auguste Comte, elevou o conhecimento científico a um patamar de autoridade suprema no progresso humano. Constatamos que o positivismo decorre da própria modernidade ao conservar seus ideais e primar pela supremacia da ciência. Não obstante o campo epistemológico do século XX tenha buscado uma ruptura com o positivismo, como poderá ser visualizado na segunda parte desta pesquisa, não se pode negar seu êxito. Sua influência na configuração das ciências sociais perdura até os dias atuais e ainda suscita reflexões acerca de seus principais pressupostos ideológicos, como a objetividade e neutralidade.

O positivismo, conforme desdobrado por Giddens (1997) e Comte (1978a, 1978b), celebra a ciência como a única via legítima de conhecimento, relegando ao esquecimento métodos baseados em crenças ou superstições. Essa fase da humanidade, definida por Comte como o "estado positivo", é marcada pela renúncia à busca por causas ou essências metafísicas, focando, em vez disso, na observação e na identificação de leis invariáveis.

A ciência, no estado positivo, é definida pela sua capacidade de prever e, por extensão, de permitir o controle e a intervenção na realidade, uma ideia que Comte (1978a, 1978b) resume como "ver para prever". A ordem, para ele, é tanto o meio

quanto o objetivo do progresso, indicando que a verdadeira reforma da sociedade deve ser realizada por meio da reorganização das ideias, seguida pela moral e pela política. Este sistema de pensamento, que categoriza as ciências e busca universalidade no método de análise, reflete o espírito da modernidade e seu impulso para classificar e sistematizar o conhecimento. Assim, o legado do positivismo e seu impacto nas ciências sociais permanece relevante, ainda que sujeito a críticas e reavaliações no século XX e além.

2.4. A constituição do Estado moderno: burocracia, aparato legal e estruturas de poder

A ascensão da modernidade, marcada por transformações radicais nas diversas esferas da vida humana, foi crucial na reconfiguração das estruturas de poder. Um dos mais emblemáticos produtos desse período é o Estado³³ moderno, que surgiu como uma entidade amplamente redefinida em relação às suas contrapartes históricas anteriores. Esta reconfiguração foi profundamente influenciada pelos ideais modernos, que priorizavam a objetividade, o progresso e uma confiança renovada nas capacidades humanas de modelar o mundo à sua imagem.

O Estado, enquanto ente abstrato e como modelo de organização baseado no binômio razão e indivíduo, nasce na era moderna e funciona como ápice da prosperidade do racionalismo na política. O protagonismo do indivíduo nas relações sociais modernas progride para a criação artificial do Estado por meio de um pacto de consentimento. Destacamos o desenvolvimento do Estado moderno e de suas instituições constituintes, pois julgamos que ambos são cruciais na articulação e legitimação de práticas alçadas ao *status* de princípios disciplinadores da ciência arquivística. Para tanto, investigaremos as características do Estado moderno, sobretudo seu aparato institucional e simbólico, suas relações de poder com a

³³ 'A denominação Estado (do latim *status* estar firme), significando situação permanente de convivência e ligada à sociedade política, aparece pela primeira vez em *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel (1469-1527), escrito em 1513, passando a ser usada pelos italianos sempre ligada ao nome de uma cidade independente. Durante os séculos XVI e XVII a expressão foi sendo admitida em escritos franceses, ingleses e alemães.

sociedade e a legitimação de seu discurso dominante com base nas formulações de Elias, Hegel, Weber, Foucault e Bourdieu.

Até o Século XVI, conforme Elias (1994), a esfera do Estado se confunde com os interesses privados daqueles que o representam. A partir da Revolução Francesa, verifica-se o desaparecimento da identificação direta entre Estado e seu governante por intermédio de um movimento legislador que intenta dissociar completamente o privado do público. Agora, a imagem do Estado deixa gradativamente de ser representada por uma pessoa e se simboliza por um território. Hegel considera o Estado como o grau máximo do desenvolvimento de uma sociedade, o qual permite a seus indivíduos o desenvolvimento de suas potencialidades de forma livre, justa e racional. Para o teórico, o estado de natureza seria a condição “da injustiça, da violência, do impulso natural desenfreado, dos feitos e sentimentos desumanos” (Hegel, 2014, p. 114), em que o Estado seria o último estágio na consolidação da liberdade, ou o fim em si mesmo, tornando a subjetividade do sujeito em objetividade, contrapondo o “eu” individual pelo “eu” universal. O pensamento hegeliano é responsável por modelar uma ideia de teoria geral do Estado, conjugando os ideais do pensamento moderno ocidental com os processos constitutivos dos Estados no contexto europeu. A representação do Estado como um sujeito ativo, detentor de história, de feitos e direitos é bastante clara no pensamento de Hegel, o qual afirma que

O Estado, as suas leis, as suas instituições são suas; seus são os direitos, e também a propriedade exterior na sua natureza, no seu solo, nas montanhas, no ar e nas águas como seu território, sua pátria. A história deste Estado, os seus feitos e os feitos dos seus antepassados são seus, vivem na sua memória, fizeram deles o que são e pertencem-lhes (Hegel, 2014, p. 118-119).

Uma das características básicas desta abstração denominada Estado é a ideia de soberania, a qual tem sua construção na Idade Média como poder/direito de um soberano sobre seus súditos por intermédio de mecanismos de apossamento de terras. A partir do Renascimento, dadas as transformações políticas e sociais subsequentes, essa ingerência notadamente concreta do senhor sobre a terra, incluindo aqueles que nela vivem, é substituída por uma forma de poder que se dirige ao trabalho. Foucault (1995) o nomeia como poder disciplinar que, contrariamente à soberania medieval, é mais contínuo e permanente. Embora também mais abstrato,

essa forma de poder é mais racionalizável e duradoura. O poder soberano permanece bastante ligado ao conceito de territorialidade, visto que é papel fundamental do Estado — ou da notória figura do Leviatã segundo Thomas Hobbes — garantir as relações sociais de propriedade. Todavia, essa noção é alterada pela crescente intervenção do Estado em outros domínios, como o econômico, e pelo seu consequente crescimento para dar conta de uma complexa atividade gestora de interesses nacionais a partir do desenvolvimento de micro aparelhos de dominação.

Habermas (2003) afirma que é somente com a formação do Estados modernos que esferas pública e privada são de fato separadas. Cabe frisar, também, o surgimento da camada burguesa, a qual consiste elemento alheio ao Estado, mas que assume posição central na esfera pública. Essa camada é constituída, segundo ele, por funcionários da administração feudal, juristas, médicos, pastores, oficiais, professores, ou “os homens cultos”. Esses atores passam a submeter o Estado à justificação e ao esclarecimento por intermédio da exposição pública de argumentos em ambientes comunitários e buscam influência sobre decisões do poder estatal. Dotada de importante função crítica em relação ao funcionamento do Estado, a opinião pública passa a consistir em objeto pertencente a uma elite literária e econômica, àqueles que leem e discutem política em seus círculos sociais. Progressivamente, há um processo de transferência da opinião pública para a imprensa, que que passa a dominá-la e influenciá-la. Ressalta-se que mulheres e dependentes, até então, estão excluídos da esfera pública política.

Em seguida, o teórico aborda a questão a partir das transformações ocorridas no Século XVIII, com a expansão do mercado a novos territórios, sobretudo em virtude da emergência de um novo modelo capitalista impulsionado por uma constante troca de mercadorias e informações. Nesse contexto, surge a noção de território nacional e a consequente ideia moderna de Estado Nação, o qual passa a assumir progressivamente funções administrativas e financeiras, bem como a coletar impostos para subsistir. Portanto, aliado ao controle da atividade econômica pelo Estado, há a solidificação da esfera pública como poder público. O público, para Habermas, é caracterizado como todo evento acessível a qualquer pessoa; já o poder público consiste no Estado, que tem como missão promover o bem público. Notamos que essa acepção é tributária da conceituação de Estado moderno de Weber.

Público torna-se sinônimo de estatal; o atributo não se refere mais à corte representativa, com uma pessoa investida de autoridade, mas antes no funcionamento regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização legítima da força. O poderio senhorial transforma-se em 'polícia'; as pessoas privadas, submetidas a ela enquanto destinatárias deste poder, constituem um público (Habermas, 2003, p. 32).

A leitura sistemática da sociedade por meio das categorias de público e privado realizada por Habermas (2003) se direciona, preliminarmente, para as sociedades antigas, principalmente ao modelo de esfera pública helênica, com o intuito de clarificar as origens dessas categorias. A explanação do autor se inicia na retratação da cidade-estado grega (500 AC), em que havia uma clara delimitação entre *oikos* (casa) e *polis* (espaço comum aos cidadãos livres). Transmitido pela interpretação renascentista, esse modelo de esfera pública se perpetua com autêntica força normativa e se reflete no modelo de esfera pública burguesa, típica do Estado moderno. Arendt (2004), quando de sua ponderação sobre a esfera pública, visualiza nos homens da cidade-estado grega a existência de duas vidas: uma privada; e outra, tal qual nominada por Aristóteles (384-322 a.C)³⁴, *bios politikos*. O ser político, aquele que vive na *polis*, exerce suas atividades políticas por meio de ação e discurso e decide seus rumos mediante palavras e persuasão.

O aprofundamento da perquirição acerca do Estado por Weber confere uma fisionomia burocrática e institucional a essa entidade. O modelo de organização de seu aparato administrativo favorece uma estrutura de poder que legitima seu monopólio dos meios de coerção pelo uso de normas legais. Para o autor, o pleno

³⁴ Aristóteles (384-322 a.C.), filósofo grego nascido em Estagira, Macedônia, foi discípulo de Platão na Academia e preceptor de Alexandre, o Grande. Com o apoio de Felipe e Alexandre, estabeleceu um extenso laboratório e, aos cinquenta anos, fundou sua própria escola, o Liceu, onde seus seguidores ficaram conhecidos como peripatéticos. Nos seus últimos anos, enfrentou lutas políticas em Atenas, levando-o ao exílio na Eubéia, onde veio a falecer. Sua obra é vasta, abrangendo lógica, Física, Ética, Botânica, Zoologia, Metafísica e mais. Entre seus textos fundamentais estão 'Retórica', 'Ética a Nicômaco', 'Ética a Eudemo', o 'Órganon' (série de tratados sobre lógica), 'Física', 'Política' e 'Metafísica'. Aristóteles criticou a teoria das formas de Platão, argumentando que a realidade está nos indivíduos concretos, com as ideias existindo como 'formas' neles. Ele focou nas causas primeiras e princípios, aplicando um enfoque empírico que valoriza a experiência como caminho do conhecimento. Sua filosofia destaca a distinção entre potência e ato, bem como entre matéria e forma, culminando na ideia de Deus como o Primeiro Motor imóvel. Considerava o homem um 'animal político', enfatizando a importância da educação e da prática das virtudes na vida social, que é vista como meio, não fim, da vida moral. Para Aristóteles, a felicidade máxima reside na contemplação e realização da nossa forma essencial, com a política servindo de extensão à moral e a virtude sendo a atividade racional por excelência (Japiassú; Marcondes, 2001).

desenvolvimento dos interesses do Estado se dá com a burocracia, que se constitui na máxima especialização de funções que o dota da plena capacidade de atuar de forma racional. Ademais, o autor considera que “a burocracia moderna destaca-se por uma qualidade que torna seu caráter inescapável essencialmente mais definitivo do que o daquelas outras: a especialização e o treinamento racionais” (Weber, 2012, p. 540-541). O teórico compreende como principal característica do Estado moderno a “ordem administrativa e jurídica que pode ser modificada por meio de estatutos, pela qual se orienta o funcionamento da ação associativa realizada pelo quadro administrativo” (Weber, 2012, p. 35). Por meio de constituições, normas, manuais e demais documentos reputados como oficiais são estabelecidos e modificados os contextos que guiam o funcionamento de atividades institucionais. A ordem age diretamente no regramento de comportamentos e no estabelecimento de protocolos.

A burocracia reflete os ideais da modernidade ao se basear na ideia de especialização do conhecimento e da prática por meio de serviços institucionais alheios à subjetividade humana. Logo, trata-se de uma estrutura ausente de emoções e sentimentos com o fim de exclusivamente atender a anseios racionais. O autor considera que “a razão decisiva para o avanço da organização burocrática tem sido sempre, puramente, a superioridade técnica sobre qualquer outra forma de organização” (Weber, 2006, p. 57). Adicionalmente, salienta-se o Estado como associação, isto é, como espaço reservado a uma relação social vedado a estranhos e apenas permitido mediante admissão por regulamentos. A autoridade nesse âmbito é exercida por indivíduos especificamente encarregados dessa função incluídos em um quadro administrativo (Weber, 2002).

Por conseguinte, o Estado enquanto associação forma-se por dois sistemas de autoridade, um denominado autoridade administrativa, baseado na autoridade que regulamenta a própria ação, e outro alcunhado autoridade regulamentadora, assente em um sistema de autoridade que governa outras ações (Weber, 2002). Nesse aspecto, na visão do autor, o exercício da autoridade necessita de legitimação ou validação, o que requer repetição nos conceitos e padrões formulados para orientar as relações sociais. A estabilidade dessa autoridade pressupõe a combinação de uma conduta “orientada ao costume que goza de prestígio de ser considerada exemplar ou obrigatória, ou possui o que se conhece como legitimidade” (Weber, 2002, p.54). A autoridade legítima reveste-se de poder e exerce dominação sobre os indivíduos

representados. Poder, para o teórico, “significa toda probabilidade de impor a vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (Weber, 1999, p.33). Já a dominação apresenta-se com um sentido de obediência e de formas diversas e consiste em uma “possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria” (Weber, 1999, p.188). Weber define três tipos puros de dominação, que são característicos de contextos históricos específicos:

1) racional legal: baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daquele que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação, obedece-se a ordem impessoal; 2) tradicional: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade; 3) carismática: baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (Weber, 2012, p. 141)

Atendo o nosso exame aos Estados modernos, verificamos a predominância da dominação racional-legal, tida nesse contexto como a mais eficiente. Nesse modelo, há a necessidade de um grande e sofisticado aparato administrativo, intitulado por Weber como burocracia, fundamental para conferir efetividade ao agregado de normas criadas com a finalidade de promover a abrangência do poder estatal sob os mais diversos segmentos da sociedade. Para Weber (2012), toda dominação sustenta-se na administração e “quando a ação social de uma formação de dominação se baseia numa relação associativa racional, encontra seu tipo específico na burocracia”. Segundo Weber (2012b, p. 1999), a burocracia é “um sistema fixamente regulamentado de mando e subordinação”, que opera segundo critérios impessoais e métodos racionais. Alicerçada em uma dominação racional legal e composta por um quadro administrativo, a burocracia se sustenta pela crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles nomeados para exercer a dominação. A administração pública burocrática constrói-se progressivamente com a proliferação de serviços, órgãos e agências com funções públicas, como forma de responder ao intervencionismo econômico, social e administrativo do Estado. Seu avanço, portanto, baseia-se na superioridade técnica sobre qualquer outro tipo de organização.

Ao procedermos a uma averiguação sobre as relações de poder entre Estado e sociedade, relevante se faz o uso da perspectiva foucaultiana, que amplia o escopo

da discussão para além da compreensão da noção de poder restrita a uma instância repressiva. Conforme já indicado na abertura desta seção secundária, a modernidade marca o deslocamento de uma atuação repressiva estatal para a concepção de um poder disciplinar. Portanto, é nesse período em que surge o Estado dotado de novas tecnologias de poder e de novas técnicas de governo, visando à proteção de sua população.

No bojo desse processo está o que o teórico intitula razão de Estado, fator preponderante para o delineamento de características estatais que podem ser notadas até os dias de hoje. Para Foucault (1989), o Estado moderno é produto de múltiplas práticas de governo, e não o ponto final de uma dominação sobre indivíduos. Governar racionalmente, nesse novo contexto, exige uma inteligibilidade do Estado que demanda uma capacidade reguladora da economia, do mercado, da educação e da saúde da população e, portanto, requer o conhecimento detalhado de suas características inerentes e dos elementos que constituem a sociedade.

A razão de Estado, no sentido de um governo racional capaz de aumentar a potência do Estado de acordo com ele próprio, passa pela constituição prévia de um certo tipo de saber. O governo só é possível se a força do Estado é conhecida; assim ela pode ser mantida. [...] Um saber é necessário: um saber concreto, preciso e medido, reportando-se à potência do Estado. A arte de governar, característica da razão de Estado, está intimamente ligada ao desenvolvimento do que se chamou estatística ou aritmética política — quer dizer, ao conhecimento das forças respectivas dos diferentes Estados. Um tal conhecimento era indispensável ao bom governo (Foucault, 2003, p. 376).

Ainda segundo Foucault (2008), a dinâmica de forças relativas à conservação e à ampliação do Estado concorreram para a criação de dois grandes conjuntos: um dispositivo diplomático-militar, relativo à manutenção da relação das forças externas ao Estado; e um dispositivo de polícia, relativo aos mecanismos de segurança que visam assegurar a boa ordem, com base no desenvolvimento de suas forças internas. A polícia domina todos os meios pelos quais a potência do Estado utiliza para crescer, aumenta suas forças internas, ao mesmo tempo em que garante a manutenção da ordem em seu interior. A polícia tem como objetivo “o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado” (Foucault, 2008, p. 433). Em síntese, a polícia como uma das tecnologias oriundas da razão de Estado terá como fim maior a consolidação, ampliação e boa utilização das forças do Estado, bem como proporcionar o bem-estar dos súditos, controlando e regulamentando os

homens em todas suas relações. Dessa rearticulação das bases e dos instrumentos para governar o Estado moderno, surge a necessidade de desenvolvimento de um aparato administrativo para monitoramento e controle social.

Dando prosseguimento à nossa perscrutação acerca do poder do Estado, recorreremos às lições de Bourdieu (2012), o qual reitera que o aparecimento do Estado moderno suscitou a transmutação do privado em público a partir da acumulação progressiva de capital das mais diferentes espécies, como econômico, força física, simbólica, cultural ou informacional. Em seus estudos sobre o Estado, o autor se baseia nas problemáticas levantadas por Marx, Weber, Durkheim, Tilly e Elias, para alcançar uma compreensão da complexa formação e consolidação dessa entidade política. O teórico afirma que o Estado é uma realidade de dupla face, pois seu desenvolvimento pode ser descrito como um progresso na direção de um grau de universalização superior e, no mesmo movimento, como um progresso rumo à monopolização, à concentração do poder, portanto à constituição de uma dominação central. Neste sentido, indo ao encontro da concepção de Weber, que considera o Estado uma comunidade humana que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física em um território determinado, Bourdieu (1996, p. 97) enuncia que "o Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente".

A imposição de consenso e de coesão à sociedade se dá de forma oculta e simbólica, isto é, a legitimação da dominação imposta pelo Estado ocorre por meio de uma violência simbólica, que só é possível de ser exercida por quem detém o poder simbólico. O que caracteriza a abordagem bourdieusiana é o entendimento do Estado como fruto de um processo de concentração de capitais. Tal capital (econômico, financeiro e social) é sinônimo da noção de poder e se configura simbolicamente, confluindo diretamente para a eficácia estatal. Nesse ponto, o Estado detém exclusivamente uma forma de capital que faz agir todos os outros capitais: o metacapital. Logo, para Bourdieu (2012), a gênese do Estado é imanente à construção de um campo de poder e à emancipação de um campo burocrático. Dessa perspectiva, o que mais nos interessa é a concentração do capital de informação como elemento formador de um campo informacional. Bourdieu ressalta que:

O Estado concentra a informação, que analisa e redistribui. Realiza, sobretudo, uma unificação teórica. Situando-se do ponto de vista do todo, da sociedade em seu conjunto, ele é o responsável por todas as operações de totalização, especialmente pelo recenseamento e pela estatística ou pela contabilidade nacional; pela objetivação, por meio da cartografia, representação unitária do alto, do espaço, ou simplesmente por meio da escrita, instrumento de acumulação do conhecimento (por exemplo, com os arquivos) e de codificação como unificação cognitiva que implica a centralização e a monopolização em proveito dos amanuenses ou dos letrados (Bourdieu, 1996, p.105).

Nessa linha de raciocínio, é exatamente por corresponder ao lugar de convergência e operação do poder simbólico, e por deter as rédeas do capital de informação, que o Estado é capaz de produzir e impor categorias de pensamento e classificações oficiais, passando a conservar o monopólio da nomeação legítima do mundo social. Em outras palavras, seguindo a articulação de Bourdieu (1996), o poder simbólico funciona como poder de constituir o dado pela enunciação, de confirmar ou de transformar a visão do mundo. Portanto, permite ao Estado exercer com primazia posição central na padronização e validação de certas noções e categorias que são utilizadas espontaneamente no cotidiano das pessoas. Sobre isso, o teórico declara que:

Ao enunciar, com autoridade, que um ser, coisa ou pessoa, existe em verdade em sua definição social legítima, isto é, é o que está autorizado a ser, o que tem direito a ser, o ser social que ele tem o direito de reivindicar, de professar, de exercer (por oposição ao exercício ilegal), o Estado exerce um verdadeiro poder criador (Bourdieu, 1996, p. 114).

Por consequência, o exercício do poder criador pelo Estado se dá por meio dos discursos oficiais sobre o mundo que acabam por impor os seus sistemas de classificação sob a expressão legítima das taxonomias oficiais.

Outra faceta do poder estatal, nominada por Giddens (2001) como poder administrativo — estreitamente conexa ao poder simbólico aludido anteriormente — corresponde aos mecanismos de vigilância que permitem o "monitoramento reflexivo da ação" dos agentes sociais integrantes do Estado. "O poder administrativo é baseado na regulação e coordenação da conduta humana por meio da manipulação das situações nas quais elas ocorrem. A vigilância, assim como o código de informação, é um elemento essencial de tal poder" (Giddens, 2001, p. 72).

A vigilância é empreendida mediante dois artifícios distintos, mas correlativos: a coleta, o armazenamento e o controle de informações, visando à administração da população adstrita ao Estado; e a supervisão direta de atividades, desempenhada por agentes investidos de autoridade — os funcionários públicos. Na medida em que o poder administrativo do Estado se associa sobremaneira à burocracia estatal, o poder exercido pelo corpo de funcionários se configura como um poder burocrático (Giddens, 2001). Dessa forma, percebemos que a presença do Estado na vida dos cidadãos se faz cada vez mais recorrente, visto que a operacionalização de sua atuação por um aparato administrativo, dotado de funcionários especializados responsáveis pela realização de tarefas de natureza pública, é capaz de exercer influência sobre os mais íntimos aspectos da ação cotidiana dos agentes sociais.

O poder administrativo penetra agora cada vez mais nas minúcias da vida diária e nas mais íntimas ações pessoais e relações. Em uma época cada vez mais invadida pelos modos eletrônicos de armazenamento, coleta e disseminação de informação, as possibilidades de se acumular informação relevantes à prática do governo são quase infinitas. [...] A vigilância é a condição necessária do poder administrativo de Estados, quaisquer que sejam os fins a que esse poder se dirija (Giddens, 2001, p. 320).

Constatamos que a centralidade do Estado na modernidade, sobretudo em sua capacidade de moldar e influenciar o pensamento e a percepção da realidade social por meio do exercício do poder simbólico, é fundamental. Segundo Bourdieu (1996), este poder permite ao Estado produzir e impor categorias de pensamento, controlando e validando a maneira como a sociedade compreende e categoriza seu próprio mundo. Por meio desse poder simbólico, o Estado tem a capacidade de não somente nomear, mas igualmente de legitimar categorias e noções, exercendo uma autoridade que molda a percepção do que é socialmente aceito e reconhecido. Assim sendo, compreendemos a magnitude do impacto do Estado no arcabouço conceitual e estrutural da sociedade moderna.

Por outro lado, Giddens realça o conceito de poder administrativo, estreitamente ligado ao poder simbólico, mas que se concentra nos mecanismos de vigilância e controle da conduta humana. A burocracia estatal, manifestação prática deste poder, permeia a vida diária dos cidadãos, com funcionários públicos e sistemas administrativos encarregados de monitorar, coletar e armazenar informações. A vigilância se torna, assim, uma ferramenta essencial na operacionalização do poder estatal. Este domínio administrativo e burocrático do Estado tem consequências

profundas na autonomia e privacidade dos cidadãos, reforçando a presença constante e influente do Estado na vida cotidiana.

Para a conclusão desta subseção sobre a ascensão da modernidade e o Estado moderno, ressaltamos que o Estado emerge como uma entidade abstrata, redefinida pelos ideais modernos de objetividade e progresso. As reflexões de Elias (1994) e Hegel (2014) elucidam o aperfeiçoamento do conceito de Estado desde a identificação direta com o governante até sua abstração como entidade soberana e detentora de território. Hegel vê o Estado como o ápice do desenvolvimento social, em que a liberdade individual atinge sua plenitude racional. Foucault (1995), por sua vez, apresenta a transição da soberania medieval para um poder disciplinar moderno, mais abstrato e racionalizável, que se estende para além do controle territorial, penetrando as esferas econômica e social.

A especial atenção dada à soberania e ao poder disciplinar na Idade Média e no Renascimento, conforme descrito por Foucault (1995), e à racionalidade burocrática na construção da modernidade, segundo Weber (2012), ressalta o papel intrínseco do Estado na organização e no controle da sociedade. O Estado burocrático, caracterizado pela especialização funcional e pela objetividade, consolida uma estrutura de poder que legitima suas normas e seu monopólio dos meios de coerção. A análise de Bourdieu (2012) complementa essa visão, mostrando como o Estado se torna o centro de concentração de diferentes formas de capital, inclusive o capital informacional, fundamental para a manutenção de sua dominação e do poder simbólico.

Em cima das linhas aqui abordadas sobre o Estado moderno, abrimos espaço para discutirmos de forma mais precisa, na seção 4.2 desta tese, intitulada *Os arquivos como aparatos legais do Estado*, questões relativas aos arquivos como integrantes do aparato burocrático estatal, à concentração de capital informacional, sua ampla utilização como instrumento de exercício de poder simbólico — e suas diversas expressões, tais como administrativo, criador e burocrático — e de validação de discursos oficiais.

3. ESPAÇO, TEMPO E MODERNIDADE: APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

3.1. Uma breve análise do estudo das categorias de tempo e espaço

O espaço e o tempo são categorias fundamentais da experiência e percepção humanas, mas longe de serem imutáveis, são bastante passíveis de mudança histórica (Huysen, 2014, p. 22).

Ao iniciar nossa investigação acerca da percepção espaço-temporal no contexto da modernidade, precisamos, preliminarmente, dispor sequencialmente as premissas que constituem nosso argumento central. Nosso objetivo, em vista disso, é ratificar o pressuposto apresentado na Introdução deste trabalho que versa sobre a percepção das dimensões de espaço e tempo e sua influência na configuração do conhecimento arquivístico ao longo do tempo. Para tanto, julgamos relevante transitarmos entre definições, analogias e postulados fundamentais da epistemologia das ciências sociais de modo a oportunizar e favorecer o diálogo com disciplinas como a história, que se ocupa com primazia do estudo do tempo, e da geografia, detentora de corpo expressivo de conhecimentos acerca do espaço.

A modernidade, conforme abordada na seção anterior, emerge como um fenômeno multifacetado que assinala uma transmutação profunda no curso da história humana. Originando-se de marcos históricos tais como a Revolução Industrial e influenciada por episódios como a Revolução Francesa, este período é caracterizado por uma renovada e acelerada transformação em diversas dimensões, abrangendo desde a esfera tecnológica até o campo filosófico e artístico. Dito avanço gerou uma repensada percepção do tempo e do espaço, viabilizada pela expansão dos sistemas de transporte e pelas inovações nas tecnologias da comunicação. Com efeito, a modernidade reformulou a noção espaço-temporal, exaltando o inédito e o imediato, ao passo que, em muitos contextos, relegava ao ostracismo ou à renúncia o legado e as tradições anteriores.

O espaço e o tempo são categorias fundamentais, e ao mesmo tempo controversas, nas ciências humanas, sociais e naturais do mundo ocidental. Vários foram os pensadores, de diferentes épocas e interesses, que dedicaram sua atenção a essa temática por lhes julgarem basilares. Castells (2020, p. 543) vale-se da

consagrada definição de tempo delineada por Leibniz, para quem tempo é a “ordem de sucessão de coisas”, “de forma que sem as coisas não existiria tempo”. No mesmo sentido, Santos (1994, p.41) entende que “as coisas são os eventos e as suas tramas; o tempo o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama; e o espaço o lugar material da possibilidade dos eventos”.

Em Elias (1998), verificamos que o tempo tal qual assimilado atualmente, foi construído socialmente e resulta de um processo de aprendizagem. Mirando para o decurso histórico da civilização ocidental, podemos perceber que muitos grupos sequer possuíam uma noção de tempo, enquanto outros, como é o caso da sociedade contemporânea, o concebem de maneira sistematizada a partir de diferentes definições e em conformidade com necessidades de orientação da vida prática. Leroi-Gourhan (1987) assinala que pode ter sido no paleolítico superior o início da utilização de dispositivos simbólicos — dentre esses a linguagem foi o principal instrumento — naquilo que intitula como domesticação do tempo e do espaço. Esse processo de domesticação se traduz na “passagem da ritmicidade natural das estações do ano, dos dias, das distâncias da marcha, para uma ritmicidade regularmente condicionada pela rede de símbolos, calendários, horários, métricos...” (Leroi-Gourhan, 1987, p.123), construída e controlada pelo ser humano.

Para Harvey (2017, p. 187), o espaço e o tempo são componentes substanciais da experiência humana e, embora seja possível verificar uma grande gama de estudos sobre o sentido mais real dessas categorias, “tendemos a tê-los por certos e lhes damos atribuições do senso comum ou autoevidentes”. O autor frisa ainda que é inviável conferir ao tempo significados objetivos, já que é somente pela averiguação de processos materiais que se pode compreendê-lo. Nesta perspectiva materialista, as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente por intermédio de práticas e processos materiais que servem à produção da vida social. Exemplificando, o autor aborda sobre indígenas das planícies e grupos étnicos *nueres* africanos, os quais objetivam qualidades de tempo e de espaço tão distintas entre si quanto das arraigadas num modo capitalista de produção. A objetividade do tempo e do espaço advém, em ambos os casos, de práticas materiais de reprodução social; e, na medida em que estas podem variar geograficamente e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são constituídos diferencialmente. Portanto, o autor considera que essas categorias estão estreitamente enredadas em um processo de reprodução

e de transformação das relações sociais e torna-se necessário encontrar alguma maneira de descrevê-las e de fazer uma generalização sobre sua utilização. Sob esse prisma, a história da mudança social é, em parte, aprendida pelos usos ideológicos conferidos às concepções de espaço. Ademais, todo o projeto de transformação da sociedade deve aprender a complexa estrutura da transformação das concepções práticas espaciais e temporais.

Assim, vemos que a problematização dessa relação é historicamente um importante desafio epistemológico das ciências naturais e sociais. Dando prosseguimento à nossa análise, entendemos como peremptória a compreensão dos conceitos espaço e tempo. Desde a antiguidade, gregos já ligavam tempo e espaço. Na modernidade, a produção do conhecimento científico emergiu com base nos conceitos de tempo e espaço, sobretudo nas experimentações realizadas no âmbito das ciências naturais — mais especificamente na física. Verificamos em todo o referencial consultado certo consenso quanto ao apontamento dessas categorias como decisivas para a fundamentação das compreensões de mundo gestadas no decorrer da jornada humana ao longo da história. Logo, trata-se de conceitos elementares, tanto sob o enfoque teórico quanto prático, no que diz respeito à forma pela qual o mundo é interpretado. Ao serem pensados em conjunto por diversas sociedades e ao exprimirem igualmente concepções distintas para cada uma delas, verificamos a presença expressiva de um espectro teórico que reflexiona sobre espaço e tempo como categorias antropológicas.

Esse é justamente o viés que nos interessa. Com base na ideia supracitada, tempo e espaço não constituem categorias pré-definidas, mas são construídas sob determinado universo cultural, constituindo-se como produtos oriundos de estruturas e significações sociais próprias. Em outras palavras, podemos depreender que sociedades distintas estabelecem diferentes concepções de espaço e de tempo. Podemos, tal como Harvey, mencionar povos que conceberam o tempo a partir de uma percepção cíclica baseada na experiência do dia a dia e, de outro modo, povos que se respaldam em uma concepção linear e irreversível.

Na antiguidade, por exemplo, a concepção de história grega sujeitava-se expressivamente a uma compreensão circular dos conceitos de espaço e tempo — uma espécie de eterno retorno ao princípio. Exemplificações desse modo de compreensão espaço-temporal podem ser facilmente verificadas em tragédias

populares da mitologia grega, quando a todo o momento heróis e personagens se deparam com o infortúnio de enfrentar, em uma tentativa de até inverter, a ordem natural das coisas, objetivando um arranjo espaço-temporal mais conveniente, mas quase sempre sem triunfo. Vemos no exemplo de Sísifo³⁵, que como punição por ter desafiado os deuses é impelido a carregar uma imensa rocha até o topo de uma montanha e, ao posicioná-la, vê a pedra rolar outra vez ao ponto inicial; para cumprir com sua obrigação, desce a montanha e repete a mesma dinâmica eternamente.

Para prosseguirmos, é imperioso traçar uma breve contextualização histórica por meio de alguns acontecimentos marcantes da era moderna, fundamentais para o fomento de uma nova modulação da percepção das categorias de espaço e tempo. O primeiro a ser destacado é a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg (1397-1468). A tipografia utilizada representou um enorme ganho em termos de velocidade com relação aos tradicionais métodos manuais marcados por seu ritmo lento e conduzidos pelos escribas medievais. Aliado ao posterior surgimento de jornais e periódicos, e pela operacionalização dos serviços de correios, vê-se o aparecimento de uma nova cronologia pautada pela agilidade e pela periodicidade, suscitando alterações profundas na experimentação espaço-temporal. Outro fator essencial ergue-se com os desdobramentos da revolução industrial, que cria uma configuração inédita no que diz respeito à possibilidade de produção serial e massificada de bens de consumo. Consequência disso é a incorporação da velocidade na experimentação cotidiana do tempo. Em oposição à morosidade, a velocidade sobrepuja o tempo na relação tempo-espaço e faz com que no contexto do capitalismo industrial o máximo de trabalho seja executado no menor tempo possível. A partir daí, tem-se a razão para o ditado “tempo é dinheiro”.

O projeto da modernidade, conforme apresentado na seção anterior, tinha como objetivo principal converter o tempo e o espaço da natureza em tempo e espaço

³⁵ Sísifo, um personagem da mitologia grega e rei de Corinto, é mencionado na ‘Odisseia’ como sendo condenado por Hades, o deus dos mortos, a empurrar eternamente uma imensa pedra montanha acima, apenas para vê-la rolar para baixo antes de alcançar o cume, obrigando-o a iniciar novamente sua árdua tarefa. Este mito é emblemático do esforço inútil e da futilidade perpétua. Albert Camus, em ‘O Mito de Sísifo’ (1942), reinterpreta a história de Sísifo como uma metáfora da condição humana, ilustrando o sentimento de absurdo enfrentado pelo homem na busca incessante de significado e propósito em uma existência que parece não possuir nenhum, apesar de todo esforço e vontade empregados. Para Camus, a luta constante contra uma tarefa inatingível reflete nossa própria jornada na vida, marcada pela persistência diante do absurdo (Japiassú; Marcondes, 2001).

do homem. Em seu processo de rejeição ao passado obscuro e de anúncio a um novo futuro luminoso, deveriam ser superados os conceitos de espaço e de tempo inspirados nas dimensões da divindade e da transcendência, os quais projetavam tudo no futuro, no além. Nesse dado momento, a natureza fragmenta-se quando se constitui em principal objeto de interesse da ciência. Na perspectiva cartesiana, a natureza possui dinâmica parelha ao movimento mecânico da matéria e os organismos vivos, como qualquer corpo físico, podem ser explicados por certo ajuste mecânico de partículas materiais. Isaac Newton, por sua vez, confere uma forma científica mais acentuada ao raciocínio mecanicista, amparando-o em leis expressas matematicamente, as quais se mostram como convenientes no aclaramento de fenômenos naturais. A filosofia cartesiana e a física newtoniana propõem a representação do espaço como um mecanismo, compreendendo que movimentos que se sucedem neste meio são repetitivos e homogêneos. Logo, o entendimento do tempo também segue o mesmo nexos, possuindo em geral as mesmas características de repetição, homogeneidade e determinismo.

Podemos verificar que o tempo é elemento marcante de articulação analítica nos estudos de compreensão da sociedade, aqueles fundadores das ciências sociais. De acordo com Rosa (2019), textos fundamentais da sociologia apontam que a disciplina desde sua origem se baseia na percepção de que a sociedade começou a “mover-se”. O teórico cita a obra de Karl Marx (1818-1883)³⁶, a qual verifica a essencial elaboração de uma economia de tempo, ou de uma mercantilização do tempo. Já em Weber, o tempo é considerado como bem escasso de alta importância, referência para a caracterização do *éthos* da ética protestante. O terceiro clássico

³⁶ Karl Marx (1818-1883), filósofo alemão, teve um impacto duradouro no pensamento social e político global. Originário de Trier, sua educação incluiu direito nas Universidades de Bonn e Berlim, culminando em um doutorado pela Universidade de Jena. Ligado aos jovens hegelianos, sua trajetória o levou a uma intensa atividade política e à autoria do ‘Manifesto Comunista’ com Engels. Exilado na Inglaterra, Marx dedicou-se a pesquisas e escritos influentes na biblioteca do Museu Britânico. Sua obra, que transcende a filosofia abarcando história, ciência política e economia, introduziu o materialismo histórico, argumentando que as relações sociais são moldadas pelas necessidades humanas e pela economia. Junto a Engels, Marx contribuiu significativamente para o estudo das relações de produção e manteve um compromisso com a militância política, visando a transformação da realidade. Entre suas obras principais estão ‘A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel’, ‘A Sagrada Família’, ‘A Ideologia Alemã’, e ‘O Capital’. Suas análises dos eventos de sua época, incluindo as comunas de Paris, permanecem fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas (Japiassú; Marcondes, 2001).

destacado é a obra de Émile Durkheim (1858-1917)³⁷, em que pode ser constatado que a divisão social do trabalho pode ser examinada de uma lógica temporal, já que que os processos de diferenciação e mudanças sociais não constituem em si os problemas da sociedade, mas sim a sua velocidade excessivamente elevada.

É possível afirmar, por exemplo, como tempo e espaço são percebidos pela razão enquanto uma dimensão dela mesma. Nesse contexto, a lei da causalidade é considerada enquanto uma propriedade da razão humana, como eterna e absoluta, apenas pelo fato de que a razão humana considera tudo o que acontece dentro de uma relação de causa e efeito. Nossos sentidos poderiam ser outros, mas não são. De modo algum deixamos de buscar a causa para os fenômenos, assim como nossa percepção do tempo e do espaço poderiam ser totalmente diversas, mas obedecem às imutáveis leis da causalidade, intrínseca ao próprio homem que sob os óculos da razão está sujeito a limites. O tempo, assim como o espaço, aparece como primazia do conhecimento, condições sem as quais é impossível conhecer. Todavia, o conhecimento universal não se extingue neles, e o próprio pensamento kantiano, bem como sua aplicação e suas incógnitas, foram mais tarde reconsiderados.

Verificamos na abordagem kantiana, tal qual salientado na análise da perspectiva antropológica e social reforçada por Harvey (2017), que o aspecto humano é condição *sine qua non*. Ao estabelecer que tempo e espaço não são atributos inerentes ao mundo físico, mas, sobretudo, propriedades da consciência humana, inexistentes fora dela, podemos compreender que espaço e tempo na visão kantiana pertencem por excelência à condição humana e dão origem a um preceito básico: falar de tempo e espaço sempre se restringe ao ponto de vista humano. Logo, ao estarem associados com a atividade cognoscente do sujeito, esses enunciados objetivos estão no cerne do que Immanuel Kant (1724-1804)³⁸ denomina como “juízos

³⁷ Émile Durkheim, sociólogo e filósofo francês, é reconhecido como o fundador da sociologia científica. Ele se dedicou a desenvolver uma metodologia rigorosa para estudar os fatos sociais, tratando-os como fenômenos coletivos passíveis de análise empírica e histórica. Durkheim explorou temas como a divisão do trabalho, o suicídio e as práticas religiosas em obras fundamentais como ‘Da Divisão do Trabalho Social’ (1893), ‘O Suicídio’ (1897) e ‘As Formas Elementares da Vida Religiosa’ (1912), solidificando seu método em ‘As Regras do Método Sociológico’ (1895). Sua influência é crucial para o desenvolvimento da sociologia no século XX (Japiassú; Marcondes, 2001).

³⁸ Immanuel Kant, filósofo alemão de Königsberg, exerceu profunda influência na filosofia contemporânea. Sua carreira é marcada por duas fases: a pré-crítica, onde suas obras ainda refletem o sistema metafísico de Leibniz e Wolff, e a crítica, iniciada com ‘Crítica da Razão Pura’ (1781), questionando as bases do conhecimento e estabelecendo os limites da razão. Inspirado pelo ceticismo

sintéticos *a priori*”, ou seja, formas “*a priori*” do conhecimento, que mesmo experienciados no mundo sensível, não seriam procedentes da experiência, mas sim anteriores a ela. Nesse sentido, verificamos em Braudel (1992) uma perspectiva que sobreleva o aspecto humano na questão temporal. Os denominados rios mutantes do tempo, ideia que concatena as variações entre tempo social e individual, abarcam fluxos de movimentos em direções e durações distintas, tornando perceptível ritmos curtos ou longos na medida em que o reconhecimento da pluralidade do tempo social — que ultrapassa histórias particulares — torna-se possível.

Dialética bastante explorada no domínio dos estudos que envolvem as categorias de espaço e tempo consiste na aclaração do contraste entre as percepções medieval e moderna. Sobre esse tema, a síntese do pensamento de Bauman (1997) reside na consideração de que a solidez e a rigidez medievais tornam-se fluidas e líquidas ao longo dos séculos da modernidade. Na visão do teórico, na ocasião em que tudo era encarado como sólido, permanente e eterno, o tempo não se fazia relevante. Entretanto, com o impulsionamento do movimento na modernidade, distinguimos a emergência de uma maior atenção para a questão espaço-temporal.

É nesse contexto que tempo e espaço controlados por forças divinas passam a ser regulados pela ciência, sob os auspícios da racionalidade. Desse modo, manifesta-se na retaguarda do movimento e do devir naturais a ordem como parâmetro fundamental para a constituição de uma noção moderna de espaço e tempo. Em termos simples, conforme achados da seção anterior, podemos depreender que existe uma ordem presente em toda a natureza, isto é, tudo ocupa o seu espaço e pertence a seu tempo. Isso significa que, imbricada ao processo de percepção moderna do espaço e do tempo, está a inspiração no modelo de organização oferecido pela natureza, com suas respectivas divisões no espaço e no tempo.

de Hume, Kant procurou fundamentar a ciência e a moral frente ao ceticismo, focando em quatro questões principais: o que podemos saber? o que devemos fazer? o que podemos esperar? e o que é o homem? Seu método transcendental buscou analisar as condições de possibilidade do conhecimento, distinguido entre fenômenos (como percebemos as coisas) e númenos (as coisas em si). ‘Crítica da Razão Prática’ (1788) introduz o imperativo categórico, princípio ético universal, enquanto ‘Crítica da Faculdade de Julgar’ (1790) explora os juízos estéticos e teleológicos. Além dessas, Kant escreveu obras significativas em ética, política, estética e antropologia, contribuindo para diversos campos do saber e questionando os limites da razão humana (Japiassú; Marcondes, 2001).

A compreensão das concepções de espaço e tempo ao longo da história humana é intrincada e revela-se indispensável para a devida apreciação das dinâmicas socioculturais que moldaram nossa existência. Sob o prisma da modernidade, observamos que as tradicionais noções destas categorias sofreram uma revisão profunda, impulsionada por transformações rápidas e intensas que permearam diversas áreas, desde avanços tecnológicos até reflexões filosóficas. Estas mudanças reformularam o modo como percebemos o espaço e o tempo, afetando diretamente também a construção e a disseminação do conhecimento. A modernidade, ao exaltar o novo e, muitas vezes, relegar tradições anteriores, trouxe consigo uma nova perspectiva epistemológica, questionando e reinventando os fundamentos que ancoravam a percepção humana dessas dimensões.

3.2. A experiência moderna do tempo

O conceito de tempo no pensamento moderno, o tempo cronológico do calendário cristão, foi utilizado pelo iluminismo europeu como correspondendo a uma noção universal de temporalidade. A universalidade temporal dos acontecimentos sucessivos e irrepetíveis foi consubstanciada pelo racionalismo moderno, cobrindo todo o mundo ocidental (Gauer, 1998, p. 18).

Nosso exercício de compreensão da construção do tempo³⁹ na modernidade perpassa a história do ocidente e necessita de assimilação entre perspectivas objetivistas, que consideram o tempo como um dado real e objetivo da natureza, e subjetivistas, que julgam o tempo como uma forma inata de experiência, um dado subjetivo e não modificável da natureza humana (Elias, 1998). Da conjunção entre as duas concepções, discutiremos a noção temporal no domínio da modernidade, tanto sob o viés de um aspecto físico, quanto de um social.

No meio físico, serve como baliza imprescindível à adaptação aos fenômenos naturais, dos mais constantes aos mais instáveis. No que diz respeito ao meio social, funciona como referência para a harmonização entre o homem e seus iguais.

³⁹ Estabelecemos o ideário do sociólogo alemão Norbert Elias (1998) como axioma básico para o desenvolvimento desta subseção. Nosso objetivo é abordar o tempo como elemento fundamental na coordenação e integração das relações sociais na modernidade.

Seguindo o entendimento de Elias (1998), são destas relações que se sucede o caráter regulador do tempo, uma categoria que serve para normalizar padrões criados no meio social. Ao colocar que o tempo deve ser compreendido a partir de sua determinação e seus usos sociais, como um construto social, o teórico entende que instrumentos desenvolvidos com o intuito de medi-lo transfiguram-se no próprio tempo, visto que são produtos gerados pela necessidade de organização social.

Do imaginário das chamadas sociedades tradicionais, Elias (1998) acentua a prevalência de uma apreensão temporal em consonância com processos naturais, em muitos casos seguindo o ritmo cíclico da natureza. Nesse contexto, a relação com o ambiente natural dita o ritmo que prescinde de marcadores artificiais, ou artefatos técnicos para determinação de padrões como horas, meses e anos.

Nas aldeias relativamente autossuficientes e capazes de entrar em guerra [...] a capacidade de interdependência que vêm cruzar-se no indivíduo são comumente curtas, pouco numerosas e pouco diferenciadas. Nesse estágio, a consciência humana é atingida pela repetição inelutável das mesmas sequências, como o ciclo das estações, do que pela sucessão de anos que não voltarão jamais. Do mesmo modo, a consciência que o indivíduo tem de si como pessoa única e incomparável, desvinculada da cadeia de gerações, não é tão clara quanto nas sociedades altamente diferenciadas (Elias, 1998, p.11).

A figuração do tempo pode ser vista como uma condição para a verificação da temporalidade na história, isto é, suas várias caracterizações — estacionário, linear, cíclico ou outro — são de grande importância para a compreensão do pensamento de determinado período. Le Goff (2003) faz referência ao tempo estacionário, ou circular, que é guiado por um mito e que se baseia na ideia de que os acontecimentos se repetem para sempre. É importante observar que nesse modelo não existe a concepção moderna de história, a que estamos mais habituados, visto que a ordem de sucessão entre passado, presente e futuro é insignificante. Nesse modelo, observamos a busca pelo ponto fixo, ou seja, por uma permanência ou estabilidade no fluxo do tempo.

Em uma configuração linear do tempo, não é possível a repetição de acontecimentos, logo seu caráter é irreversível. Neste caso, de acordo com Le Goff (2003), a sucessão tem preponderância sobre a simultaneidade, que é própria do modelo anterior. Já que não tem como propósito a busca pela estabilidade tal qual o modelo circular, a concepção linear propicia a realização de especulações acerca do

futuro fazendo com que a linha reta do tempo possa se desdobrar em duas: uma em que o presente é visto como inferior ao futuro, mas superior ao passado; e outra na qual o presente é considerado inferior ao passado, porém superior ao futuro.

Ainda de acordo com Le Goff (2003), quanto ao tempo cíclico, ou oscilatório, ocorre o futuro como uma repetição mais ou menos acurada do passado. Nesse caso, o presente se posiciona em uma linha espiral do tempo e depende diretamente da fase do ciclo em que se encontra a eminência de ser percorrida. Assim, na hipótese de uma fase descendente, o tempo é localmente regressivo. Na eventualidade de uma fase ascendente, o tempo é localmente progressivo.

Ao longo do desenvolvimento humano, esforços de medição foram profusamente empregados como valiosos recursos para a orientação do homem em relação a seu meio. No começo, o homem utilizava como referência fenômenos naturais e elementos da natureza, como os movimentos solar, lunar e das estrelas, bem como o ritmo das marés. Com base nessa observação foi possível o desenvolvimento dos primeiros calendários, com o objetivo de compreender e melhor se relacionar com o tempo. Na Roma republicana, a partir do ano 46 a.C., o calendário já era organizado para regular as relações sociais, definir a data das eleições, o pagamento de impostos, os aluguéis, as dívidas e os juros. As reformas pelas quais o calendário passou evidenciam uma crescente desvinculação entre seus símbolos e o que exprimiam, como o movimento do Sol, da Lua, das estrelas. Os calendários usados na Europa medieval seguiram o sistema desenvolvido pelos romanos, mas a Igreja acabou se apropriando deste instrumento para organizar suas datas e liturgias, superpondo-lhe uma lista de festividades cristãs, com grandes mudanças na vivência temporal. Através de representações simbólicas dos anos em unidades como meses, semanas, dias, que se repetem regularmente, os calendários tentam eliminar as irregularidades dos processos naturais e garantir um meio de percepção e orientação social do tempo, mais domesticado.

Whitrow (1993) e Fraser (1989) elegem a tradição judaico-cristã como fomentadora da concepção linear, unidirecional e irreversível do tempo, em contraponto à apreensão grega de um tempo circular. A ideia se torna possível mediante a consolidação do monoteísmo judaico e tem fundamento na impossibilidade de repetição dos eventos distintivos da crença cristã: o nascimento e a morte de Cristo. Daí decorrem as noções tomadas pela civilização ocidental de

tempo linear e progressivo e da existência de um passado, presente e futuro, a qual passou a se orientar a segmentação da história do mundo. Para Whitrow (1993, p. 72), “esta visão essencialmente histórica do tempo, com sua ênfase particular na não-repetibilidade dos eventos é a própria essência do cristianismo”.

A questão da tradição judaico cristã também é sobrelevada por Caswell (2021). Segundo a autora, a concepção linear de tempo emerge das tradições abraâmicas e é inextricável ao Cristianismo. Nessa visão cristã, o tempo avança em linha reta para alcançar o nascimento de Jesus, marcando o início de uma nova contagem para a contabilização do tempo. Após o nascimento de Jesus, o tempo recomeça e dá início a um novo tempo, marcado por um novo calendário, que continua linearmente e de modo acelerado, marcado pela sucessão de acontecimentos e baseado em relações de causa e efeito. A noção moderna acrescenta à ideia de tempo linear própria do Cristianismo o pano de fundo positivista, que vê o tempo se sucedendo de forma progressiva em sentido à melhoria da condição humana. Logo, as coisas inevitavelmente melhoram com o tempo. Para Caswell (2021), essa noção de progresso, a qual emerge da teologia cristã e é ratificada pelo pensamento iluminista — central no âmbito da modernidade —, reforça a ideia da espera pelo futuro positivo.

Compreendemos que a materialização do tempo em instrumentos de mensuração vincula-se à própria percepção temporal humana e reforça a noção de Elias (1998) relativa ao homem construtor do tempo, o qual atua diretamente para regimentar a vida cotidiana. Ainda segundo Elias (1998, p. 153), “[...] à medida que as sociedades humanas se tornaram mais diferenciadas e mais complexas, elas passaram a precisar de uma regulação temporal cada vez mais exata e sem variações”. O relógio e o calendário têm função reguladora das relações sociais.

Essa percepção mostra-se historicamente variável de acordo com a respectiva assimilação sensorial, que se traduz na utilização de símbolos. Como exemplos, Elias (1998) aborda o som, primeiro elemento sensorial, e a utilização dos sinos para difundir marcações que visavam padronizar o andamento do cotidiano nas cidades. Pouco a pouco, a utilização da sensorialidade visual é destacada pelo uso de calendários — que contornam as irregularidades dos processos naturais pela representação simbólica de anos, meses e dias que se repetem regularmente —, e do relógio mecânico, instrumento essencial para a compreensão da percepção temporal na modernidade.

Adentrando o território que nos interessa, com o intuito de corroborar uma concepção temporal própria determinante para a configuração do pensamento ocidental, passamos a evidenciar características recorrentemente abordadas no domínio das análises mais especializadas acerca da temática. Na visão de Oliveira (2003), considerando as assertivas de Koyré, é com Galileu e sua articulação do sistema heliocêntrico que houve de fato um rompimento com a óptica escolástica, a qual considerava o tempo como um atributo do movimento, ou seja, um mero sintoma da transformação em curso em um dado fenômeno. A partir de seus estudos sobre balística, queda dos corpos e regularidades do pêndulo, tornou-se possível conjecturar regras quantitativas — expressas em linguagem matemática — para o movimento em si, não mais para as coisas em movimento. A partir disso, foram atribuídas grandezas relevantes para a caracterização de cada evento particular — como velocidades, distâncias percorridas e durações. Assim, Oliveira (2003) entende que Galileu operou uma transmutação fundamental: de sintoma ou efeito do movimento, o tempo se exteriorizou, isto é, teve sua libertação ante o movimento, passando a constituir uma referência externa, um descritor autônomo e independente para os fenômenos.

Gauer (1998) identifica no pensamento moderno, sobretudo escorando-se no conceito de tempo utilizado pelos iluministas europeus, uma noção universal de temporalidade, a qual é erigida por acontecimentos consecutivos que não se repetem. Para ela, todas as mudanças inerentes ao mundo físico podiam ser descritas em termos de uma dimensão separada — o tempo. Essa dimensão, tal qual o espaço, também era absoluta, sem vínculo com o mundo material, e flui suavemente do passado através do presente e em sentido ao futuro. Um dos efeitos dessa perspectiva é a ordenação da história em uma evolução linear e sucessiva do passado em direção ao futuro. De acordo com a autora:

A sociedade moderna criou um tipo geral e abstrato de civilização unificada por suas técnicas e pelo tempo. Essa unidade pode apresentar-se como contínua, porém, é preciso lembrar que a continuidade foi estruturada através da concepção de tempo linear. A linearidade do tempo apresenta-se como unificadora do tempo histórico. Esse tempo, que, por um lado unifica e, por outro, coloca na história, todas as sociedades, independente das concepções que as mesmas formularam sobre o tempo (Gauer, 1998, p. 17).

Podemos, também, salientar que a concepção moderna do tempo, considerada crucial para a história por Le Goff (2003), está intimamente ligada com a noção de tempo linear inerente ao Cristianismo:

O Cristianismo foi visto como uma ruptura, uma revolução na mentalidade histórica. Dando à história três pontos fixos: a Criação, início absoluto da história, a Encarnação, início da história cristã e da história da salvação, o Juízo Final, fim da história; o Cristianismo teria substituído as concepções antigas de um tempo circular pela noção de um tempo linear e teria orientado a história, dando-lhe um sentido (Le Goff, 2003, p. 64)

Uma das discussões mais recorrentes nas abordagens ditas modernas corresponde à repercussão das concepções de Newton sobre o tempo: a noção de um tempo universal, absoluto e irreversível, que flui em um curso uniforme e ininterrupto à parte de coisas e processos, de modo homogêneo e linear. Trata-se da essência das elucubrações modernas, como pode ser verificado na obra *Principia mathematica*, em que Newton considera o tempo absoluto, verdadeiro e matemático, sem relação com nada de exterior, e que flui uniformemente.

Sob o prisma da ordem simbólica das coisas, constatamos como representação mais acurada da perspectiva newtoniana, sobretudo no que se refere à construção filosófica do mecanicismo na modernidade, o relógio mecânico. Para Oliveira (2003), a importância do relógio mecânico é tamanha que pode ser considerado “a mãe das máquinas”, devido a sua capacidade de induzir direta e indiretamente a elaboração de inúmeros outros aparelhos e instrumentos mecânicos à época. Segundo Capra (1988), Descartes comparou um homem doente a “um relógio mal fabricado” e um homem saudável a “um relógio bem-feito”. Essa analogia serviu de base para fortalecer a ideia de uma natureza mecânica e previsível, bem como endossou a regulação de práticas sociais, a partir da suplantação dos ciclos naturais. A ideia de determinismo é central no século XIX, ou como salienta Oliveira:

Nenhum acontecimento natural é ‘livre’, cada parte da grande máquina universal está determinada, condicionada a mover-se em acordo com o movimento das outras peças; de tal modo que, se conhecemos uma configuração do conjunto de engrenagens em um dado momento, poderemos em princípio prever qualquer configuração futura ou retroceder a qualquer configuração passada. Se conhecemos, por exemplo, a posição da lua hoje, aplicando-se as leis da mecânica clássica, poderemos prever sua posição daqui a um mês, ou rever a posição que ela ocupava no mês passado, com a exatidão que desejarmos (Oliveira, 2003, p.47).

Em suma, o tempo social substituiu o tempo natural. A precisão dos relógios também acarretou um processo de dissipação da conexão entre tempo e natureza, consumando uma nova forma de relacionamento, orientada pela ordem e regularidade do mundo. Para Giddens (1991), a uniformidade de mensuração do tempo, consubstancializada pelo relógio mecânico, levou à padronização mundial dos calendários e desconectou o tempo do espaço, uma vez que, antes do relógio, de cada localidade possuía sua própria dinâmica temporal.

De acordo com Elias (1998), essa concepção de tempo orientou toda a produção de conhecimento da época, sendo primordial para o desenvolvimento da física newtoniana e, portanto, de toda a ciência moderna. Efeito imediato e geral se dá na forma de pensar a história, que tem incutida uma fórmula de periodização elaborada no século XVIII, que implica na admissão dos conceitos de passado, presente e futuro, como também de progresso e utopia. Essa perspectiva de futuro floresce sob os auspícios do pensamento positivista, cujo tempo é linear e evolutivo, fluindo em direção à ordem e ao progresso social. Quanto ao passado, seus acontecimentos são valorizados por conta das transformações importantes sucedidas. O tempo presente é um tempo de calma, que segue tranquilamente para um fim que já está anunciado: o progresso e a felicidade das nações.

Oliveira (2003) frisa que o fluir direcional marca uma concepção bem específica de causalidade: há no tempo uma boa ordem de acontecimentos, um sentido correto para que os eventos-causa desaguem nos eventos-efeito. No modelo positivista, a realidade não é estática. A dinâmica responsável pelas transformações se dá de forma evolutiva, linear e previsível. Apresenta-se com um encadeamento objetivo, pois o estado da civilização humana em cada geração depende do estado da geração precedente e que irá produzir o seguinte.

O espírito positivo, em virtude de sua natureza eminentemente relativa, é o único a poder representar convenientemente todas as grandes épocas históricas, como tantas fases determinadas numa mesma evolução fundamental, onde cada uma resulta da precedente e prepara a seguinte, segundo leis invariáveis que fixam sua participação especial na progressão comum, de maneira a sempre permitir, sem maior inconseqüência do que parcialidade, fazer exata justiça filosófica a qualquer sorte de cooperação (Comte, 1978b, p. 71).

Ao fazer parte do aparato de símbolos sociais utilizados como meio de orientação, torna-se elemento crucial na transmissão de mensagens e regulação do comportamento de um grupo. Para Harvey:

o registro do tempo pelo cronômetro não foi menos totalizante em suas implicações em termos de pensamento e ação. Vista cada vez mais como uma divisão mecânica fixada pela oscilação do pêndulo, a flecha do tempo foi considerada linear progressiva e regressivamente. O conceito de passado e futuro como elementos vinculados linearmente pelo tique-taque do relógio permitiu o florescimento de toda espécie de concepções científicas e históricas. Em semelhante esquema temporal, era possível ver a retrovisão e a previsão como proposições simétricas, assim como formular um forte sentido de potencialidade de controle do futuro. [...] Talvez ainda mais importante tenha sido a significação de tal conceito de tempo universal e homogêneo para concepções da taxa de lucro, da taxa de juro, do salário-hora e de outras magnitudes fundamentais para o processo decisório capitalista (Harvey, 2017, p. 228).

Harvey (2017) alerta, como pode ser observado no excerto destacado anteriormente, quanto às implicações da regulação temporal no cerne da lógica capitalista. Assim como a utilização do dinheiro no comércio, a Europa também foi intensamente impactada pelo surgimento de recursos mais eficazes de medição de tempo. Se os predecessores se utilizavam do ciclo claro e escuro — dia e noite — como parâmetro orientador, agora o emprego de uma divisão abstrata do dia em períodos iguais passou a ditar o ritmo da nova ordem burguesa. Oliveira (2003) complementa com a afirmação de que o relógio mecânico foi o artefato mais importante para a constituição do capitalismo moderno. É nesse cenário que surge o que Foucault (1988) denomina como lógica da disciplina, que colaciona tempo e trabalho por meio do controle e da busca incessante de agilidade e eficiência.

No mesmo sentido e retomando a questão da medição, vemos em Foucault (1999a) e Le Goff (2003) que a transformação do tempo em um objeto passível de medidas e ajustes tornou as atividades humanas sincronizadas com o regime de atenção e disciplina que eram indispensáveis ao capitalismo industrial. Ao passo que o relógio permite medir o tempo gasto no trabalho, ele também oportuniza uma vigilância efetiva sobre o tempo de fato empregado nas atividades laborais. Para muito além da indústria, Foucault (1999a) direciona essa lógica temporal para o âmbito das mais diversas instâncias e instituições sociais, como prisões, escolas, exércitos e hospitais. No seu ponto de vista, o exercício de poder e de instauração de disciplina têm como peça-chave o controle temporal. Nos ambientes mencionados, assim como

nas fábricas, o tempo é fragmentado e compatibilizado à lógica sequencial das mais diversas atividades exercidas, conjuntura essa que se expandiu até as atividades cotidianas das pessoas.

Corroborando com a perspectiva foucaultiana, Elias (1998) assinala que a observação dos fenômenos físicos e a materialização de dispositivos artificiais de medição do tempo, como relógios e calendários, tomam dimensão na prática das sociedades humanas como mecanismos de coerção. O que se deve, entre outros fatores, à dissociação do tempo no plano físico e no plano social, assim como, à separação entre “natureza” e “sociedade”, conforme considera:

A contínua ampliação das sociedades humanas no interior do universo ‘físico’, alheio ao homem, contribuiu para estimular um modo de falar que sugere que ‘sociedade’ e ‘natureza’ ocupariam compartimentos separados, impressão esta que foi reforçada pelo desenvolvimento divergente das ciências naturais e das ciências sociais. Todavia, o problema do tempo coloca-se em termos tais que não podemos esperar resolvê-lo se explorarmos suas dimensões física e social independentemente uma da outra (Elias, 1998, p. 38).

Síntese da perspectiva até aqui apresentada encontramos em Le Goff (1993), que vislumbra uma ruptura entre o declínio da ordem feudal e o surgimento de cidades e mercadores, submetendo o tempo, que tinha sua marcação feita pelos sinos das igrejas em virtude dos ofícios religiosos, ao domínio dos relógios mecânicos, que medem mais precisamente e, por sua vez, auxiliam as chamadas tarefas profanas e laicas, os compromissos de negócios. Em sua formulação de um novo conceito de Idade Média, o autor aborda o tempo da igreja e o tempo do mercador, descrevendo, por exemplo, como certos pensadores cristãos, entre os séculos XII e XIV, se insurgiram contra a perspectiva da “usura” embutida na prática do crédito pelos mercadores. O pecado da usura residiria na utilização do tempo, algo que pertenceria a Deus e não aos mercadores, para a consecução dos seus lucros. Como explica Le Goff (1993, p. 53), “o mercador descobre o preço do tempo na mesma altura em que explora o espaço, pois para ele a duração essencial é a de um trajeto”, para o qual deve se preparar pensando seus negócios e ganhos em relação às estações do ano, às intempéries e cataclismos naturais, entre os quais se inscrevem as pestes e as fomes.

A investigação de Castells (2020) associa tempo e modernidade, de modo a estabelecer uma interdependência entre ambos. Para ele, “a modernidade pode ser

concebida como o domínio do tempo cronológico sobre o espaço e a sociedade” (Castells, 2020, p. 525). A manutenção de uma rotina diária, por exemplo, está na essência do capitalismo industrial e tem como uma de suas principais figuras representativas o cronômetro, instrumento essencial para o controle das linhas de montagens. Como veremos na segunda parte desta tese, esse tempo linear, mensurável e previsível fragmenta-se no âmbito da contemporaneidade. Harvey (2009, p.210) cita exemplos mais claros acerca da relação do controle do tempo na modernidade, como pode ser verificado no fordismo com a introdução da: “[..] folha de ponto, o relógio, os informantes e as multas”.

Nosso empenho concernente a um exame acurado da concepção temporal na modernidade nos leva a uma constatação que permite a ratificação de pressuposto medular do presente trabalho: a imagem de tempo moderna parece ter se tornado natural a ponto de se entremear à mentalidade humana. Subscrevendo a argumentação de Oliveira (2003), consideramos que o tempo metrificado por relógios se torna uma das pedras angulares da recente civilização ocidental. A flecha móvel do tempo, de um presente móvel que se desloca linearmente a uma única direção, constitui a imagem dominante sobre a temporalidade.

Encerrando a discussão desta subseção, a concepção de tempo na modernidade, enfatizada por Gauer (1998) como um padrão cronológico universal adotado pelo Iluminismo europeu, reflete a abordagem racionalista moderna que permeou o Ocidente. Nesse contexto, o tempo é apreendido como uma sequência de eventos sucessivos e irreversíveis, cobrindo todas as dimensões da vida social e natural. Por outro lado, Elias (1998) introduz a percepção do tempo como uma construção social e um mecanismo de regulação, argumentando que os instrumentos de medição do tempo, como relógios e calendários, acabam por se tornar representações do próprio tempo. Essa dualidade entre o tempo físico e o tempo social nos leva a compreender como o tempo se tornou um elemento central e normativo na organização das sociedades modernas.

Elias (1998) e Le Goff (2003) discutem as diferentes figuratividades do tempo — estacionário, linear, cíclico — e suas implicações na compreensão do pensamento de determinadas eras. A perspectiva cristã, em particular, apresentada por Whitrow (1993) e Fraser (1989), introduz a noção de um tempo linear, direcional e irreversível, que é contrastada com a apreensão grega de um tempo cíclico, trazendo à tona a

importância das tradições religiosas na moldagem do conceito de temporalidade. Esse enquadramento temporal do Cristianismo, reforçado por Caswell (2021), estabelece uma linha reta para o tempo, que é acelerada pelo nascimento de Jesus e embasa a noção de progresso inerente ao pensamento moderno.

Adiante, aprofundaremos o papel dos arquivos como elementos de sustentação e reflexo do poder estatal na regulação do tempo, além de explorar a dissociação entre tempo e espaço como um dos pilares da contemporaneidade. A segunda parte desta tese abordará como essa concepção linear e progressiva do tempo, tão característica da modernidade, começa a se fragmentar no contexto atual, conforme indicado por Harvey (2009).

3.3. Compreensão do espaço na modernidade

Nós modernos estamos tão acostumados a pensar o espaço em termos geométrico-físicos que nos é difícil considerar seriamente qualquer outro sistema espacial (Wertheim, 2001, p. 28).

Iniciamos esta seção salientando que as doutrinas modernas acerca do espaço são abundantes e diversas. Nosso intento, tal qual desempenhado na seção anterior, limita-se à descrição de atributos comuns presentes no material selecionado para revisão. Antes de tudo, é importante pontuarmos uma definição genérica do vocábulo espaço e, em seguida, tratar das principais bases da perspectiva moderna. Por agora, seguindo o preâmbulo desta seção constituído a partir de Wertheim (2001), podemos pontuar que a percepção moderna do espaço já está naturalizada e se constrói a partir dos ideais de objetividade, verossimilhança e imparcialidade, que fundamentam um padrão dominante de representação baseado no espaço quantificável e geométrico.

O espaço, do ponto de vista disciplinar, tem sua origem no latim *spatium*, que tem como significado área ou extensão. O verbete presente no *Dicionário básico de filosofia* de Japiassú e Marcondes (2001) está dividido em duas partes: a primeira apresenta um sentido geométrico, “concepção abstrata de um ambiente vazio de todo conteúdo sensível e caracterizado pela continuidade, homogeneidade e tridimensionalidade” (Japiassú; Marcondes, 2001, p.23); e a segunda trata do que os autores intitulam espaço filosófico:

Filosoficamente, é o meio homogêneo e ilimitado, definido pela exterioridade mútua de suas partes (impenetrabilidade), contendo todas as extensões finitas e no qual a percepção externa situa os objetos sensíveis e seus movimentos. Para Kant, o espaço é uma 'intuição pura' ou 'uma forma *a priori* da sensibilidade', quer dizer, não é uma construção do espírito nem tampouco uma realidade independente de nós, mas um dado original de nossa sensibilidade, algo que é constitutivo de nosso modo de perceber e sem o qual não poderíamos ter sensação distintas; porque dois objetos percebidos ou são sucessivos (intuição do espaço) (Japiassú; Marcondes, 2001, p. 65).

As bases de uma concepção moderna, a qual tentamos amalgamar, estão presentes na tradição grega, principalmente nas teorias aristotélicas. A concepção de espaço para os gregos está intimamente ligada à ideia de posição e situação, ou seja, o lugar onde se localiza uma determinada matéria ou forma. Aparece nesse ponto a questão da quantidade na perspectiva matemática, a partir da mensuração do movimento dos objetos pela geometria. O espaço platônico acaba sendo sinônimo de tridimensionalidade, reduzindo a matéria ao próprio espaço e a física à geometria. Conforme abordagem de Jammer:

[...] Platão afirmava que os elementos apresentavam estruturas espaciais definidas: à água ele atribuía a estrutura espacial de um icosaedro; ao ar, a de um octaedro; ao fogo, a de uma pirâmide; à terra, a de um cubo. A terra, na visão de Platão, por sua forma cúbica, era a menos móvel dos quatro, pois suas bases eram mais estáveis. Era natural, portanto, que esse elemento estivesse no centro do Universo; como um núcleo, ele se inseria nas camadas formadas pelos outros elementos do espaço, ordenados conforme sua mobilidade crescente (Jammer, 2010, p. 39).

Para Aristóteles, seguidor de Platão (427-348 ou 347 a.C)⁴⁰, sua teorização acentua a ideia de lugar, que é um aparte do espaço em que os limites coincidem com o corpo que o ocupa. Nesse aspecto, as posições no espaço são de grande relevância, visto que sua concepção não relaciona o espaço com o vazio.

⁴⁰ Platão, discípulo de Sócrates, é um pilar da filosofia grega cujo pensamento transcendeu os séculos. Após a morte de Sócrates, Platão viajou por doze anos, absorvendo conhecimentos de diversas culturas, incluindo os pitagóricos, antes de retornar a Atenas e fundar a Academia. Sua filosofia, que busca reabilitar Sócrates e avançar sua teoria das ideias, propõe uma realidade dualista: o mundo sensível, de aparências, e o mundo das ideias, verdadeiro e imutável. Através da dialética, Platão explora a ascensão do espírito do sensível ao inteligível, culminando na contemplação das ideias, especialmente a do Bem. Introduziu conceitos fundamentais como a reminiscência, imortalidade da alma, e a justiça como harmonia da alma. Suas obras, incluindo 'A República', 'Fédon', 'O Banquete', e 'Apologia de Sócrates', discutem ética, política, amor, conhecimento, e mais, sempre visando a perfeição moral e a ordem ideal. Platão instiga à transformação do sensível inspirado no transcendente, legando um projeto filosófico de profunda influência cultural e intelectual (Japiassú; Marcondes, 2001).

[...] todo e qualquer lugar implica e envolve correlatos de “acima” e “abaixo”, e as substâncias elementares têm uma tendência natural a se mover para seus lugares próprios, ou repousar neles quando neles se encontram — e tal movimento é “para cima” ou “para baixo”, e tal repouso é “acima” ou “abaixo” (Aristóteles *apud* Jammer, 2010, p. 41).

Logo, dentro dessa lógica, o espaço é compreendido como o lugar dos corpos materiais, o que nos leva a interpretar que não há espaço sem corpo material, uma vez que tudo na natureza é composto de forma e matéria. Essas concepções de espaço, que embasaram uma grande quantidade de estudos subsequentes, continham uma vertente mística, ao relacionar os conceitos de espaço e lugar com Deus. De acordo com Koyré (1991), outras perspectivas relevantes para o pensamento moderno destacaram-se, como o atomismo antigo de Leucipo (século V a.C) e Demócrito (460-370 a.C)⁴¹. Essa corrente filosófica, em específico, foi importante para a articulação dos conceitos de substância e extensão de Descartes. Além do atomismo, Jammer (2010) sobrealça as articulações de filósofos neoplatônicos como Proclo Lício (412 d.C. – 485 d.C.) e Damásio (458 d.C. – 550 d.C.), além das críticas de Filopono (490 d.C. – 570 d.C.) à concepção de vazio de Aristóteles.

Antes de adentrarmos no objeto da seção, é importante dispor sobre o plano de fundo que contextualiza a discussão dos filósofos modernos. Chauí (1999) compreende que houve uma transformação profunda na concepção de extensão a partir do Renascimento e o elege como responsável por obrigar uma nova reflexão acerca da relação entre a dimensão do humano e a escala do mundo, sobretudo a partir dos recentes instrumentos de investigação do mundo e das técnicas de pintura. Segundo Crosby (1999), na Itália do século XV, processava-se uma mudança na percepção do espaço. Nas artes, têm-se a influência bizantina, tida como mais figurativa que a ocidental e o fortalecimento de uma tendência naturalista. Ao mesmo tempo há também o crescente interesse na óptica e na geometria, culminando em

⁴¹ Demócrito foi o primeiro filósofo que, efetivamente, tentou explicar as qualidades percebidas das coisas cotidianas de acordo com os diferentes tamanhos, formas e configurações de seus átomos. Em suma, foi Demócrito o primeiro filósofo a imprimir a base epistemológica do atomismo e foi essa base que Descartes, entre outros filósofos do século XVII, usou na formulação de suas ideias sobre espaço e extensão (Kirk; Raven, 1979).

exemplos precisos como na visão geométrica do Paraíso na Comédia de Dante e no 13º Canto do Compêndio de Teologia de Tomás de Aquino.

Jammer (2010) salienta que as teorias formuladas nesse interim contribuíram para uma emancipação do aristotelismo e serviram como base para o ideário moderno. Sob essa nova perspectiva, o espaço precede os corpos e torna-se homogêneo, indiferenciado, capaz de ser ocupado sem resistência pelos corpos e está livre das diferenciações entre alto e baixo, que são agora associadas à reação entre os corpos e não ao espaço. Wertheim (2001) considera que a primeira ruptura mais amplamente reconhecida com a cosmologia medieval foi elaborada por Copérnico, que, no século 16, realizou um minucioso estudo mostrando ser possível um sistema heliocêntrico, concepção já aceita pelas camadas de maior cultura na época.

É também nesse período que a geometria retoma a centralidade nos estudos da física, conforme pode ser apreendido na lição de Galilei presente em sua obra // *Saggiatore*. Nela, o teórico se refere ao universo como um grandíssimo livro em que a linguagem escrita é matemática. Já os caracteres são triângulos, círculos e outras formas geométricas, sem as quais se vagueará em vão por um obscuro labirinto. Para Koyré (2001), a mecânica galilaica também se caracteriza pela proclamação de um novo entendimento do movimento, que passa a ser considerado um estado no espaço e no tempo, assim como o repouso. Há a ruptura com as noções aristotélicas de potência e forma, do movimento enquanto processo. Os corpos não mais se movem num espaço dividido em lugares naturais, mas deslocam-se num espaço formado por caracteres geométricos. Logo, o real é suscetível de ser matematizado.

Dentro do contexto da modernidade, destaca-se da nova concepção de espaço o seu caráter matematizado, tridimensional, redutível à definição de três grandezas — largura, altura e profundidade. Dessas, evidenciamos novamente Descartes, que defendia, grosso modo, que a extensão do corpo era equivalente à extensão espacial, ou, “a mesma extensão que constitui o espaço, constitui também o corpo” (Descartes *apud* Koyré, 2001, p. 102). Verificamos que a filosofia natural de Descartes e sua conceitualização de espaço tem início com a explicação do que seria a substância extensa, o corpo extenso. O teórico sustentava que a substância era a primeira categoria de “ser” existente no mundo e existiriam dois tipos de substâncias: a pensante e a extensa. A substância pensante se revelaria nos modos do pensamento,

que são as ideias, a vontade, a imaginação, o entendimento, por exemplo. Por sua vez, a substância extensa se revelaria por meio da largura, altura e profundidade que pertenceriam ao corpo, isto é, a substância extensa era o próprio corpo e este era uma parte do espaço.

De acordo com Cavailé (1996), para Descartes, não haveria vácuo, só substância extensa distribuída pelo todo. Quanto aos corpos, que constituem partes deste todo, esses também seriam partes do espaço. A física cartesiana se mostra fundamental ao desenvolvimento da física mecanicista, visto que viabiliza uma unidade entre a matéria extensa e o espaço sólido, permitindo a formulação da noção inicial de um espaço material euclidiano e, de igual modo, a possibilidade de representação dos corpos, sendo que a espacialidade — extensão ou propriedade de ocupar um espaço — seria a essência da matéria. Dessa forma, no bojo da noção cartesiana, o espaço é a essência da substância material, sendo inseparável da exterioridade material.

No século XVIII, de forma análoga ao tempo — como já demonstrado na seção anterior — Newton define o espaço como algo absoluto. Para ele, trata-se de um vazio homogêneo, infinito, contínuo, isotrópico e cuja existência independe da presença dos corpos ou de algo externo (Newton *apud* Lopes, 1992). Como somente são mensuráveis os objetos homogêneos uns pelos outros, é o espaço um objeto físico; as coisas são dependentes do espaço. Além disso, o espaço é dependente das coisas num aspecto: somente nos é dado ali onde há coisas.

O tempo absoluto, verdadeiro e matemático, sem relação com nada de exterior, flui uniformemente e se chama duração. [...] O espaço absoluto, sem relação com as coisas externas, permanece sempre similar e imóvel. [...] Os tempos e os espaços não têm outros lugares senão eles mesmos; e eles são os lugares de todas as coisas. Tudo no tempo, quanto à ordem de sucessão; tudo no espaço, quanto à ordem de situação. Aí se determina sua essência e seria absurdo que os lugares primordiais se movessem. Estes lugares são, pois, os lugares absolutos, e a simples translação destes lugares faz os movimentos absolutos (Newton *apud* Lopes, 1992, p. 171).

Koyré, ao analisar a revolução científica do século XVII, caracteriza o nascimento da ciência moderna mediante dois movimentos: a destruição do Cosmos e a geometrização do espaço. Esta diz respeito à substituição à concepção aristotélica de espaço concreto pelo espaço abstrato da geometria euclidiana. Sobre isso, podemos realçar:

A geometrização do espaço — que instaurou o espaço homogêneo e abstrato da geometria euclidiana, substituindo a visão espacial própria da Idade Média — teve grande importância na estruturação de uma nova concepção de mundo que a ciência newtoniana ajudou a construir. Esse aspecto da nova concepção espacial que a revolução científica passou a adotar não se desenvolveu no interior da filosofia natural por homens como Descartes, Galileu, Newton e tantos outros. Foi apropriado dos artistas renascentistas, que, com as técnicas da perspectiva, construíram um novo espaço. [...] A geometrização espacial criada por esses artistas instaurou o espaço dimensional homogêneo e abstrato da geometria euclidiana, substituindo o antigo espaço agregado do medievo. Esse novo espaço infinito abriu a mente dos filósofos naturais para a possibilidade, ainda que abstrata, da infinitude dos movimentos (Braga; Guerra; Reis, 2004, p.76-77).

Em diversos textos pesquisados, verificamos uma estratégia frequente de elucidação das características do espaço, segundo a concepção moderna. Essa consiste, basicamente, no cotejamento com as facetas da perspectiva anterior, isto é, da verificação dos pontos característicos das ideias aristotélicas. De acordo com Koyré (2001), fica fácil entrever as diferenças quando da verificação da substituição do espaço aristotélico, um espaço empírico, compreendido como um conjunto de lugares, pela ideia de universo infinito, sem hierarquia ontológica e coincidente com o espaço da geometria euclidiana. Exemplo claro pode ser apresentado na hipótese em que o espaço concreto aristotélico é posto em análise com vistas à verificação da possibilidade de aplicação de uma física matematizada. O disposto pode ser ilustrado com uma breve investigação acerca do princípio da inércia, que é substancialmente matemático.

Considerando que o espaço da física aristotélica, aquele ligado ao período conhecido como Idade Média, se identifica com o da vida comum, ordinária, da experiência sensível, apercebe-se que nenhum corpo realiza movimento em conformidade com o descrito pelas leis da física moderna. Seguindo a análise de Koyré (2001), verificamos que não é possível a constatação, por meio de uma experiência, de um movimento retilíneo e uniforme produzido por um corpo ao ser lançado. No mundo real, aquele que representa o universo de investigação de Aristóteles, o corpo arremessado dirige-se ao solo, logo não é inerte em sua plenitude. Apenas por meio da construção de um espaço teórico — totalmente distinto do espaço aristotélico —, no qual pode-se simular a ingerência de forças, é que se possibilita a

elaboração de uma geometria tal qual a de Euclides (300 a.C.)⁴². Nesse escopo, torna-se factível o ensaio de corpos eternos se movimentando infinitamente em um espaço matemático, geométrico.

Para Foucault (2001), o trabalho de Galileu é um marco fundamental para a forma moderna de conceber o espaço. Além da redescoberta acerca da translação da Terra em torno do Sol, a noção quanto à extensividade do Universo a um espaço infinito é revolucionária. Apercebe-se que o caráter de infinitude sugerido por Galileu contrasta sobremaneira com a ideia de espaço advinda do medievo e contribui para sua dissolução. Logo, podemos verificar o surgimento de uma forma de pensamento em relação ao espaço que se pauta pelo posicionamento, em detrimento da concepção baseada na localização — conjecturada na Idade Média. Como forma de transição entre as duas concepções, localização e posicionamento, existe a extensão.

De acordo com Foucault (2001), existem duas grandes maneiras de posicionamentos no espaço, que se tratam das utopias e as heterotopias. A primeira, o espaço utópico, é aquele que consiste em um modelo de sociedade aperfeiçoada e organizada, isto é, o espaço da idealização projetado pelas vontades de verdade das instituições e poderes. No segundo caso, o espaço heterotópico, verifica-se a projeção de posicionamentos reais localizados no interior da sociedade que, conquanto estejam representados, apresentam-se de modos contrapostos e invertidos, ou seja, fora de todos os espaços embora sejam efetivamente localizáveis.

Do ideário de Foucault acerca da concepção moderna de espaço, destacamos a noção de heterotopia, que consiste em um lugar real, efetivo e institucionalizado no interior de uma sociedade. O que distingue o lugar heterotópico é a sua capacidade de permitir a pressuposição de representações, contestações e inversões dos espaços reais. Além disso, a heterotopia permite a justaposição de espaços incompatíveis, como é o caso dos teatros e cinemas. Outros exemplos desses espaços podem ser visualizados em casas de repouso, clínicas psiquiátricas e

⁴² Euclides de Alexandria, ativo por volta de 300 a.C., é uma figura central na história da matemática, frequentemente chamado de 'Pai da Geometria'. Sua obra mais conhecida, 'Os Elementos', é um compêndio que compila todo o conhecimento geométrico da Grécia Antiga até sua época e apresenta uma abordagem sistemática e axiomática da matemática. Este trabalho influenciou profundamente o desenvolvimento da matemática ocidental, servindo como texto fundamental até o início da era moderna.

prisões. Tratam-se, muitas vezes, de lugares proibidos, sagrados, privilegiados e reservados.

Não detalharemos todos os princípios fundamentais da heterotopia engendrados por Foucault (2001), mas vemos como relevante abordarmos a ligação entre as heterotopias e os recortes no tempo — heterocronias —, que é estudada pelo autor devido a seu entendimento de uma tendência moderna de acumulação do tempo em determinados espaços. O cemitério, por exemplo, na visão de Foucault, é um lugar de um tempo que não se movimenta, não transcorre.

[...] museus e bibliotecas são heterotopias nas quais o tempo não cessa de se acumular e de se encarapitar no cume de si mesmo, enquanto no século XVII, até o fim do século XVIII ainda, os museus e as bibliotecas eram expressão de uma escolha individual (Foucault, 2001, p. 419).

Vemos nessa relação possibilidade de estabelecermos subsídios para uma análise posterior das instituições de arquivo como lugares heterotópicos, visto que são capazes de acumular a temporalidade ao infinito. Outra característica que pode nos auxiliar a corroborar esse argumento é o que Foucault (2001) define como a existência de um sistema de abertura e fechamento, que é inerente a todas as heterotopias. Tratam-se de ritos de passagem, até mesmo de purificação, próprios que são tomados como quesitos para se possa adentrar nesses locais.

Na jornada pela compreensão do espaço na modernidade, encontramos um panorama intrincado de ideias que se cruzam e evoluem ao longo dos séculos. A partir da noção cartesiana, no qual o espaço é visto como essencial para a substância material, passamos pela definição de Newton de um espaço absoluto, homogêneo e independente da presença de corpos. Ao mesmo tempo, a revolução científica do século XVII marcou a transição do espaço concreto aristotélico para o espaço abstrato da geometria euclidiana. Este espaço infinito e homogêneo, reimaginado pelos artistas renascentistas, abriu as portas para novas compreensões e possibilidades na ciência moderna.

O contraste entre a visão aristotélica do espaço e a concepção moderna revela um desvio do empirismo em direção ao teórico e matemático, um movimento que foi crucial para a emergência da física moderna. Além disso, a contribuição de Galileu estabeleceu um marco, expandindo nossa concepção do universo como infinito. Foucault, por sua vez, apresenta o conceito de heterotopia, locais reais mais

representativos que desafiam e invertem nossa compreensão do espaço. Estes espaços, como cemitérios, museus e bibliotecas, acumulam tempo e, além disso, possuem seus próprios ritos de passagem.

Em suma, a percepção do espaço na modernidade, já naturalizada em nossa compreensão cotidiana e consolidada por Wertheim (2001), é estruturada sobre pilares de objetividade, mensurabilidade e geometria. A partir dessa visão, o espaço torna-se um ambiente quantificável e padronizado, distante de qualquer subjetividade e essencial para a organização da vida social e natural. Complementando essa visão, Japiassú e Marcondes (2001) desdobram o conceito de espaço em duas vertentes: uma geométrica, que remete a um ambiente abstrato e contínuo, e outra filosófica, que o considera como a condição *a priori* da experiência sensível e da localização dos objetos. Essa dualidade reflete a complexidade da noção espacial na modernidade, na qual o espaço físico e o filosófico interagem para moldar nossa compreensão e interação com o mundo.

A tradição grega, especialmente as teorias de Aristóteles, estabeleceu o fundamento para a concepção moderna de espaço, associando-o à posição e ao movimento dentro de uma ordem quantitativa e matemática. Jammer (2010) explora como Platão relacionou os elementos a estruturas espaciais específicas, e Aristóteles definiu o espaço como o lugar ocupado por um corpo material. A transição para o pensamento moderno ocorreu quando essa noção de espaço empírico se transformou no espaço homogêneo e infinito proposto por figuras como Descartes e Newton. Foucault (2001) ampliou essa discussão ao introduzir o conceito de heterotopia, identificando espaços reais dentro da sociedade que tanto refletem quanto invertem arranjos espaciais estabelecidos. Essas múltiplas camadas de entendimento ressaltam o espaço como um elemento central na configuração da modernidade, impactando a filosofia, a ciência e as artes.

Por fim, a concepção moderna do espaço não é apenas uma evolução linear das ideias passadas, mas uma tapeçaria rica e complexa de pensamentos que se intersectam, refletindo a contínua busca da humanidade para entender o mundo ao seu redor. O espaço, em sua essência, tornou-se mais do que apenas uma dimensão física; é agora intrinsecamente ligado à maneira como percebemos, representamos e interagimos com a realidade.

4. METANARRATIVAS MODERNAS NA FORMAÇÃO DO DISCURSO ARQUIVÍSTICO

4.1. Um percurso histórico dos arquivos e da disciplina arquivística no bojo da modernidade

Discorrer a respeito da dinâmica que envolve os arquivos, o seu tratamento e o processo formativo da disciplina que se ocupará de seu estudo, nos exige tecer alguns comentários preliminares, sobretudo para clarificar o caminho a ser traçado nesta subseção. Primeiramente, devemos fazer uma ressalva quanto às múltiplas possibilidades de uso — e diferentes acepções — do vocábulo “moderno” no âmbito do discurso arquivístico. Nesse escopo, identificamos como relevante a asserção de Posner (1940) quando distingue as práticas administrativas surgidas na Europa no século XII. Para ele, e outros que replicam essa ideia, essas se dão em arquivos que podem ser considerados como modernos. Vemos em Cook (1997) que a utilização do termo também se dá como uma forma de qualificar os princípios que podem ser extraídos da interpretação das regras do manual holandês, de 1898. O canadense acentua que a obra instaura o que passa a ser amplamente discutido na área como os “princípios arquivísticos modernos”. Temos ainda o que, em nosso ponto de vista, constitui o emprego mais célebre do termo. Essa se dá na referência realizada por Theodore Roosevelt Schellenberg (1903-1970)⁴³ em sua notável obra *Modern*

⁴³ Nascido em 24 de fevereiro de 1903, em Garden Township, Kansas, Schellenberg desempenhou um papel fundamental na formação da arquivologia moderna. Após formar-se em História pela Universidade do Kansas em 1928 e concluir seu doutorado na Universidade da Pensilvânia em 1934, Schellenberg integrou-se ao NARA, onde sua carreira evoluiu significativamente. Entre suas contribuições, destaca-se o desenvolvimento de um programa de capacitação e treinamento para o NARA e a promoção da preservação de filmes históricos, culminando na fundação da *The Dutch Central Film Archive* em 1919. Sua atuação internacional incluiu uma turnê de palestras pela Austrália e Nova Zelândia, marcando significativamente a arquivologia australiana. Schellenberg também foi um crítico das teorias de Hilary Jenkinson, propondo uma abordagem mais pragmática à avaliação, ao registro e ao Princípio da Proveniência, conceitos que detalhou em sua obra seminal *Modern Archives*. Além de suas contribuições teóricas, Schellenberg desempenhou um papel crucial na modernização dos arquivos latino-americanos e na formação de uma rede internacional de cooperação arquivística. Sua influência estendeu-se a diversos países, ajudando a moldar a prática arquivística moderna globalmente. Apesar das controvérsias e críticas, o legado de Schellenberg na arquivologia é incontestável, com suas teorias e práticas ainda influenciando a disciplina. Seu trabalho pavimentou o caminho para uma compreensão mais profunda dos arquivos como entidades dinâmicas e fundamentais para a preservação da memória histórica (Melo, 2021).

*Archives: principles and techniques*⁴⁴. Nesse caso, o título escolhido pelo autor já traz o vocábulo moderno como forma de singularizar os arquivos que despontam como centrais no domínio do *records management*⁴⁵.

Em nossa pesquisa, trabalhamos frequentemente com os vocábulos “moderno” e “modernidade”, sobretudo por nossa opção de sistematização do trabalho. Baseados na discussão realizada na seção anterior, julgamos fundamental definirmos aqui nosso posicionamento, o qual leva em consideração algumas delimitações teóricas necessárias. É possível verificar, na teoria arquivística, que o uso do termo “moderno” ocorre em larga escala para a qualificação de práticas que se distinguem consideravelmente de outras julgadas como defasadas muitas vezes por serem tidas como antigas ou tradicionais. Com base na análise dos exemplos supracitados, definimos que as utilizações do termo em epígrafe, quando dentro do recorte espacial e temporal definido a seguir, estarão em acordo com as características gerais arroladas da modernidade ao longo da seção anterior.

Seguindo a mesma estratégia que é descrita na abertura da subseção 2.1 desta pesquisa também priorizamos determinar um escopo, a fim de que possamos delinear o panorama de nossa investigação. Desta vez, definimos como pontos centrais de nossa análise a identificação de acontecimentos que se manifestam unissonantes — mesmo que reconhecidos de maneiras diversas — nas narrativas sobre a história da arquivologia. Com isso, esperamos estabelecer parâmetros cronológicos e espaciais mais precisos, sobretudo com o propósito evidente em destacar as características da modernidade e da ciência moderna já aventadas anteriormente, para que estejamos aptos a correlacioná-las à percepção das dimensões de espaço e tempo na próxima subseção deste trabalho.

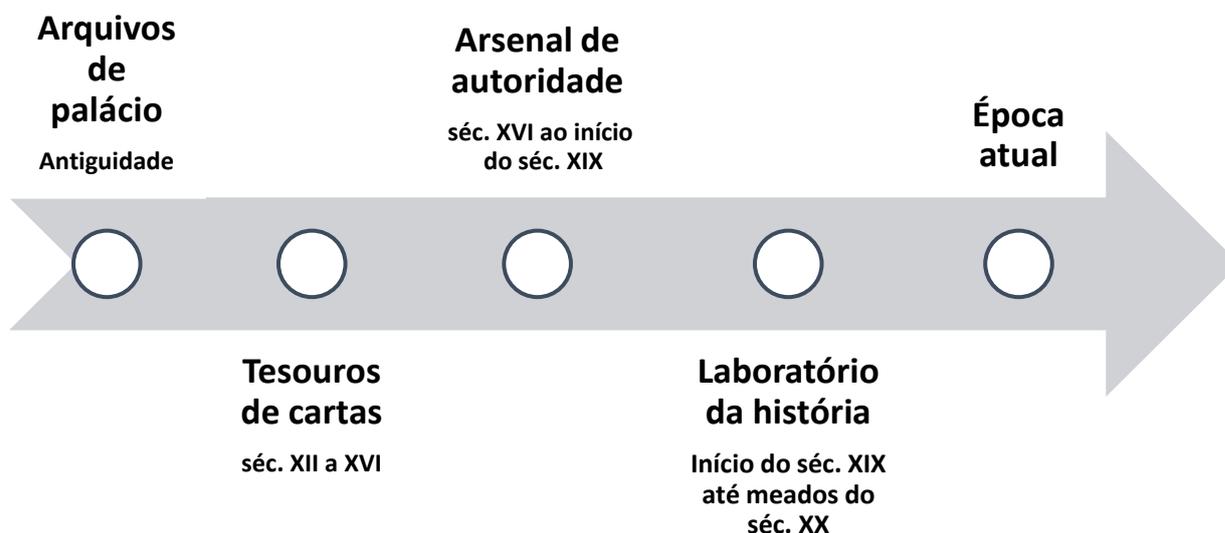
A notória periodização da história dos arquivos e da arquivística realizada pelo estudioso francês Bautier (1968) desponta como de grande serventia para guiar nosso

⁴⁴ A obra foi originalmente publicada pela *University of Chicago Press* em 1956 e imediatamente recebeu aclamação crítica de nomes como Ernst Posner e Waldo G. Leland. Teve traduções para diversos idiomas como espanhol, hebreu, alemão e português. A versão brasileira teve tradução de Nilza Teixeira Soares e foi editada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1973.

⁴⁵No contexto do chamado período pós segunda guerra, arquivistas americanos — sendo Schellenberg a voz mais dissonante — elaboraram ideias ligadas ao *records management*, área do conhecimento que possui como escopo os ‘arquivos modernos’. Pode ser definido como ‘o controle sistemático e administrativo dos documentos ao longo de seu ciclo de vida, a fim de garantir eficiência e economia na sua criação, uso, tratamento, controle, manutenção e destinação’ (Pearce-Moses, 2005).

olhar para os arquivos no âmbito da modernidade. Na referida abordagem, a divisão reconhece cinco fases:

Figura 3 - Periodização da história dos arquivos e da arquivologia



Fonte: Adaptado de Bautier (1968).

Indo direto ao ponto, das fases estabelecidas, elegemos aquelas intituladas pelo teórico como “arsenal de autoridade” e “laboratório da história”, por abrangerem precisamente os aspectos cruciais daquilo que identificamos no capítulo anterior como o cerne da modernidade. A primeira, também reputada em muitos textos como Antigo Regime, tem um corte cronológico que se inicia no século XVI e se estende até a Revolução Francesa. A relevância da abordagem do período que antecede a revolução, que também recebe a alcunha de pré-moderno, mostra-se importante para uma melhor compreensão.

4.1.1. As raízes da arquivologia moderna

Começamos nossa inquirição aos arquivos e à disciplina arquivística na modernidade pelo que Posner (1940) e Blichford (1982) consideram como importantes precursores da modernidade. Desses, notamos que a publicação da obra

De Re Diplomatica de Jean Mabillon (1632-1707)⁴⁶ em 1681 é regularmente apontada como prenunciadora das bases do que viria a se tornar a disciplina arquivística como conhecemos hoje. No discernimento de Ilerbaig (2021), a obra sintetiza tudo aquilo o que ele julga como fundamental ao desenvolvimento de uma teoria própria para os arquivos: a formalização do interesse pela evidência histórica, que se dá com o objetivo de distinguir documentos falsos e verdadeiros, por meio de sua forma e dos efeitos derivados de sua gênese e transmissão. A configuração da disciplina diplomática ocorre juntamente a de uma série de outras disciplinas ligadas à apuração do passado por meio da coleta de fontes não-literárias — ou seja, fontes não baseadas em narrativas de historiadores antigos.

Os antecessores dos historiadores modernos, conhecidos como antiquários dos séculos XVII e XVIII, promoveram o estudo do passado por intermédio de cartas antigas, moedas, monumentos, estátuas e, também, nas epígrafes neles inscritas. O historiador italiano Momigliano (2014) julga de grande importância o trabalho realizado pelos antiquários, visto que criou uma base segura, pautada na análise de fontes não literárias, tanto para a reconstrução de eventos históricos passado, quanto para o desenvolvimento científico do conhecimento histórico, sobretudo em sua disputa com o pirronismo histórico, que lançava um manto de ceticismo sobre o estudo do passado, contestando o valor histórico das fontes autoritárias originais.

⁴⁶ Jean Mabillon, monge beneditino francês e historiador, marcou profundamente a paleografia e a diplomática modernas. Ingressando na Ordem de São Bento em 1653, viveu a maior parte de sua vida no mosteiro de Saint-Germain-des-Prés, Paris. Membro da Congregação de Saint-Maur desde 1654 e da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* a partir de 1701, Mabillon é célebre por '*De re diplomatica*' (1681), obra que revolucionou a autenticação de documentos históricos e a análise crítica de manuscritos, estabelecendo os princípios científicos para essas disciplinas. Sua metodologia inovadora lançou as bases para a paleografia e diplomática, bem como influenciou a gestão e preservação dos arquivos estatais, separando as preocupações administrativas de seus usos políticos e históricos pela monarquia do século XVII. Além disso, publicou extensas edições de textos medievais e documentos históricos, como a '*Acta Sanctorum Ordinis S. Benedicti*', narrando a vida dos santos beneditinos. Sua dedicação a padrões rigorosos de erudição e sua abordagem crítica ao estudo de documentos antigos o tornaram um pilar no desenvolvimento do método histórico moderno e uma influência duradoura para gerações de historiadores e estudiosos (Marques, 2021; Hurel, 2008).

4.1.2. A ascensão da profissionalização arquivística no Século XIX: a formação de arquivistas e a consolidação dos arquivos modernos

O século XIX apresenta um vigoroso movimento em direção à profissionalização de arquivistas, sobretudo no que diz respeito à criação de escolas especializadas no treinamento para a leitura de documentos e para a compreensão de idiomas antigos. Já no começo dos anos noventa do século XVIII, como reflexo da valorização da disciplina diplomática e da necessidade de delineamento de saberes auxiliares à prática de historiadores, Posner (1940) frisa como uma das iniciativas que davam indícios de uma organização formativa nesse sentido, o caso do estabelecimento da cátedra *Diplomatik und Archivalpraxis* na Universidade de Mainz em 1792.

Em acréscimo, Duchein (1992) afirma que o impulso necessário à formação profissional advinha tanto à crescente supressão de espaços tradicionalmente ligados à instrução — tais como mosteiros e tribunais —, como ao rápido desaparecimento do conhecimento concernente às práticas administrativas antigas. Decorrência disso, é a fundação na Itália, no ano de 1811, da mais antiga “escola de arquivo” de acordo com Lodolini (1993), a *Scuola del Grande Archivio* sediada na cidade de Nápoles. Logo em seguida, em 1821, foi criada em Munique a *Archivalische Unterrichtsinstitut am königlichen Bayerischen Allgemein Reichsarchiv*. No mesmo ano, instituiu-se em Paris a *École Nationale des Chartes* (ENC)⁴⁷.

Outras instituições são realçadas por Lodolini (1993), sobretudo as que se firmaram em território italiano — *locus* privilegiado de análise do referido autor. Dentre essas, o teórico menciona as escolas ligadas aos arquivos das cidades de Turim e Milão, em 1826 e 1842; no ano de 1854, o *Institut für Osterreichische*

⁴⁷ Instituição fundada em 22 de fevereiro de 1821 em Paris por Joseph Marie de Gérando (1772-1842), surgiu no contexto que precede o Romantismo literário e político, com o objetivo de formar arquivistas-paleógrafos especializados na leitura de escrituras antigas. Essa formação, de erudição pura ou quase pura, estava inicialmente vinculada ao *Cabinet des Chartes*, criado por Jacob-Nicolas Moreau para centralizar documentos dispersos pelos arquivos do reino e copiar aqueles relevantes para a história da França, formando uma coleção na *Bibliothèque Royale*. A história da ENC é marcada por duas tradições principais: a conservação empírica de documentos e a política documental de seleção, recolhimento e divulgação de documentos históricos, tratados como monumentos. Em 1847, a escola se desvinculou da *Bibliothèque Royale* e se instalou nos *Archives Royales*, rompendo a política com o *Cabinet des Chartes* que a abrigara por mais de duas décadas (Marques, 2021).

Geschichtsforschung em Viena e uma escola de paleografia⁴⁸ e diplomática⁴⁹ em Veneza; em 1859, nasce a *Escuela de Diplomática de Madrid*; outras cinco surgem na Itália, ligadas aos arquivos das cidades de Genova (1873), Parma (1876), Cagliari (1877), Roma (1878) e Bolonha (1890); a escola do arquivo secreto do Vaticano em 1885; a escola de do arquivo do Estado de Marburgo em 1893. Com a unificação das escolas de arquivo dos estados italianos por meio de decretos publicados em 1874 e 1875, sublinhamos o estabelecimento de uma denominação comum a essas: escolas de paleografia e doutrina arquivística.

Posner (1941), em averiguação sobre o que ele considera institutos especiais para a capacitação de arquivistas, enfatiza aquelas que julga mais relevantes:

Por outro lado, institutos especiais para o treinamento de arquivistas já em momento anterior à sua designação foram viabilizados em vários países. Pensamos na *École Nationale des Chartes* em Paris, no Instituto Austríaco de Pesquisa Histórica em Viena, no Instituto de arquivologia e Estudos Históricos Avançados em Berlim-Dahlem, na Escola de Arquivos em Praga, nos cursos de formação ministrados nos principais arquivos estatais da Baviera, nas diferentes escolas de paleografia, diplomática e economia arquivística na Itália, e em instituições descontinuadas, como a Escola de Arquivos de Haia, os cursos de gestão de arquivos dos Arquivos do Reino em Bruxelas e da Escola Espanhola de Diplomática (Posner, 1941, p. 28, tradução nossa).

Ainda sobre o aspecto profissional, Blichford (1982) considera que a nova configuração dos arquivos do século XIX trouxe uma demanda até então incipiente, que se tratava do desejo por literatura especializada com temática arquivística, por parte de profissionais. Nesse ponto, os arquivistas alemães despontam como aqueles que primeiramente dispuseram recursos para o preenchimento dessa lacuna. De

⁴⁸ Paleografia é uma disciplina que se dedica ao estudo da escrita manuscrita antiga, suas formas e variações através do tempo, incluindo a história da escrita e das inscrições. Seu objetivo é ler, interpretar e analisar criticamente textos antigos, estabelecendo sua autenticidade e contextualizando seu uso. Neste campo, os sinais gráficos são avaliados não isoladamente, mas em relação ao seu uso social, gênero e tipos específicos de escrita. A paleografia abrange um amplo espectro de estudos, desde a identificação das peculiaridades das formas de escrita até a compreensão das práticas culturais que influenciaram a evolução da escrita ao longo dos séculos (Guercio, 2015).

⁴⁹ A diplomática é uma disciplina focada no estudo crítico da estrutura formal e da autenticidade dos documentos, além de avaliar sua autoridade como evidência confiável. Este campo é definido como a teoria das formas documentais e aplica-se a qualquer tipo de escrita criada com propósitos jurídicos ou práticos. Essa análise envolve a comparação de documentos com modelos ou paradigmas estabelecidos, utilizando técnicas e processos específicos para verificar sua conformidade. A principal meta da diplomática é compreender a estrutura formal dos documentos para garantir sua autenticidade e legitimidade histórica, fundamentais para a interpretação e uso corretos desses documentos como fontes de informação (Guercio, 2015).

acordo com a autora, baseando-se na investigação de Brenneke (1953), foram publicadas quatro revistas: em 1806, a *Zeitschrift für Archivs- und Registraturwissenschaft* foi publicada em Bamberga por Paul Oesterreicher (1766-1839) and Georg F. Döllinger (1772-1847); em 1834, Ludwig F. Hofer (1786-1862), Heinrich A. Erhard (1793-1852), e Friedrich L. von Medem (1799-1885) publicaram a *Zeitschrift für Archiukunde, Diplomatie und Geschichte* em Hamburgo; em 1850, Friedrich T. Friedemann (1793-1853) publicou a *Zeitschrift für die Archive Deutschlands* em Gota; e em 1875, Franz von Löher (1818-1892) publicou a *Archivalische Zeitschrift*.

Duchein (1992) e Lodolini (1993) salientam que as escolas supramencionadas serviram de modelo para as demais criadas ao longo do século. Duchein frisa que, em sua maioria independentes ou vinculadas a instituições arquivísticas ou universidades, seguiram como modelo as predecessoras. Efeito direto da qualificação por meio de treinamentos promovidos por escolas especializadas é o surgimento da profissão de arquivista. Parte importante desse processo está no reconhecimento de que a disciplina arquivística começa a se distinguir como uma área de conhecimento autônoma e especializada a partir da segunda metade do século XIX.

4.1.3. Os impactos da Revolução Francesa na estruturação e concepção dos arquivos modernos

Tal qual ocorre em outras áreas do conhecimento⁵⁰, diversos estudiosos da história dos arquivos e da teoria arquivística elegem a Revolução Francesa como o acontecimento de grande magnitude que demarca o início modernidade. Todavia, é somente no século XIX que burocratas e acadêmicos europeus, muito influenciados pelas ideias nacionalistas oriundas da Revolução Francesa, juntam forças para organizar o conhecimento arquivístico. A partir da revolução, podemos pontuar acontecimentos que foram determinantes para culminar naquilo que Ribeiro (2001)

⁵⁰ Segundo Gordon (2014), na historiografia francesa, a revolução francesa aparece como um evento fundacional. No campo dos estudos da política, a revolução também aparece como marco da modernidade, ao apresentar novas configurações de democracia, cidadania, Estado de Direito e Estado-nação.

argumenta como o surgimento da arquivologia como um assunto ou como um *corpus* estruturado de conhecimento.

Para Jimerson (2009, p.67, tradução nossa), “a Revolução Francesa inaugurou a era moderna da gestão de arquivos, que se tornaram elementos essenciais para uma sociedade de livre e democrática e para seus cidadãos”. Da mesma forma, de acordo com Gordon (2014), é consenso na teoria que esse episódio histórico constitua o marco inicial para a existência de arquivos à luz de uma concepção moderna, o que significa a manifestação de alguns aspectos que passarão a constituir um arquétipo próprio: centralizados, nacionais e públicos, organizados segundo finalidades jurídicas e administrativas, bem como históricas e culturais. Por conseguinte, diante de tais predicados, é sobretudo a partir da revolução — e de suas implicações políticas, administrativas, sociais e culturais — que buscaremos pistas para identificarmos elementos determinantes no processo de afeiçoamento dos arquivos e da teoria arquivística frente à modernidade.

Adicionalmente, é a partir do cenário francês que chegamos ao que Schmidt (2012) acentua como a formalização do conceito de fundo e do princípio do respeito aos fundos — este último evidenciado pela autora como um dos primeiros ou um dos principais princípios teóricos da área — como o início do estabelecimento de elementos caracterizadores do estatuto científico da arquivologia. Tal direcionamento nos conduz para os anos de 1839 e 1841. No primeiro, segundo Schellenberg (1956), há a publicação de um regulamento de autoria de François Guizot (1787-1874)⁵¹, que visava estabelecer regras para o agrupamento lógico de documentos com base em seus órgãos de origem. No segundo, frisa-se o momento em que o Ministro do Interior francês, Tanneguy Duchâtel (1803-1867), emite uma circular visando adequar o

⁵¹ François Guizot foi um destacado historiador, professor na Sorbonne, político e homem público francês. Sua carreira política abrangente incluiu cargos como membro do Parlamento, da Constituinte de 1848, e ministérios-chave como o de *l'Intérieur* em 1830, da *Instruction Publique* entre 1832 e 1837, e dos *Affaires Étrangères* de 1840 a 1847. Durante seu mandato no *Ministère de la Instruction Publique*, Guizot desempenhou um papel crucial na organização dos documentos públicos provinciais em 1839, evidenciando seu compromisso com a preservação e a ordenação do patrimônio documental francês. Em 1833, fundou a *Société d'Histoire de France*, refletindo seu profundo interesse pela historiografia e pela promoção dos estudos históricos na França. Guizot também alcançou reconhecimento acadêmico, tornando-se membro da *Académie Française* em 1836. Sua carreira diplomática incluiu um posto de embaixador em Londres em 1840, e posteriormente, presidiu o *Conseil de Ministres* entre 1847 e 1848. Com o advento do Império, Guizot tornou-se um crítico veemente do regime, o que marcou o fim de sua influência política direta. Por suas contribuições à França, foi nomeado *grand-croix* da *Légion d'honneur*, uma das mais altas honrarias do país (Marques, 2021).

arranjo dos arquivos dos departamentos e comunas daquele país. Como veremos adiante, a medida é tratada por boa parte dos estudiosos de arquivologia como uma espécie de embrião do princípio básico *respect des fonds*. O arquivista-paleógrafo Natalis de Wailly (1805-1886)⁵², então chefe da seção administrativa do *Archives Royales*, é o responsável por conjecturar a deliberação, sob a arguição de que o agrupamento documental em acordo com o perpetrado em sua origem era a forma mais fácil de operacionalizar a organização de arquivos (Duchein, 1986). Kuroki (2016) salienta que o regulamento de Guizot teve sua ratificação pela circular de Wailly, visto que esta passou a ser elaborada na data de publicação daquele.

Para Duchein (1992), o impulso necessário para tal foi dado pela crescente consciência acerca dos princípios norteadores da gestão de arquivos, em boa parte conjecturados nas referidas escolas. Um passo importante para a afirmação profissional foi dado pelo governo francês em 1850, que passou a restringir o acesso aos postos de trabalho do *Archives Nationales* aos graduados na ENC. Ademais, a distinção da profissão se configurou por meio de treinamentos nas escolas de paleografia e diplomática de forma independente daqueles ministrados a bibliotecários. Caso relevante sobre essa cisão pode ser observada na França, em que a escola estava vinculada ao *Cabinet des Chartes*, o qual estava subordinado à *Bibliothèque Royale*, e passou a integrar a estrutura do *Archives Royales* em 1847 (Marques, 2021).

Santos (2008, p. 89) indica que “na transição do século XIX e XX e durante os primeiros anos deste, assiste-se a uma consolidação definitiva das ideias originárias

⁵² Joseph-Noël de Wailly, também conhecido como Natalis de Wailly, foi um advogado, arquivista-paleógrafo, literário e arqueólogo francês. Notável por sua contribuição significativa à arquivologia, Wailly serviu como conservador de manuscritos na *Bibliothèque Nationale* em Paris. Discípulo de François Guizot, foi nomeado chefe de gabinete no *Ministère de l'Intérieur* sob sua tutela. Lá, propôs ajustes ao plano de classificação de arquivos elaborado por Daunou em 1809, introduzindo a subdivisão da série F dos arquivos do ministério por assunto principal, refletindo a ação administrativa executada. Em 1841, a pedido de Tanneguy Duchatêl, ministro de *l'Intérieur* e antigo colaborador do jornal *Globe*, Wailly redigiu uma instrução para a classificação dos arquivos departamentais. Esta instrução introduziu pela primeira vez o princípio do respeito aos fundos, estabelecendo a organização dos documentos por proveniência. Apesar de promover a classificação por assunto dentro dos fundos definidos, sua abordagem inovadora influenciou profundamente as práticas arquivísticas. Wailly também liderou a seção histórica dos *Archives Nationales* por dois anos antes de assumir a chefia do *Département des Manuscrits da Bibliothèque Impériale*, onde implementou uma classificação biblioteconômica baseada no idioma das obras. Em 1841, foi eleito membro da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, reconhecendo seu impacto no campo da arquivologia e biblioteconomia (Marques, 2021).

da Revolução Francesa quanto ao modelo arquivístico. É a afirmação inequívoca da perspectiva histórica e positivista que se desenvolveu na Europa ao longo do século XIX”. A revolução, de acordo com Bautier (1968), possibilitou a percepção de um plano significativo, sobretudo quando considerada sua abrangência. Para ele, pode-se afirmar que os arquivos de todo o regime e em todas as suas dimensões — política, administrativa, feudal, religiosa — superaram até mesmo a noção de arquivos do Estado para formar arquivos da nação. Para Marques:

A Revolução Francesa marcaria a trajetória da arquivologia com a hierarquização dos depósitos; a nacionalização e centralização dos arquivos, que, até então, eram conservados por instituições e pessoas de forma independente; a triagem; a divulgação e proteção dos acervos; e, sobretudo a concepção dos arquivos nacionais, mantenedores da memória na perspectiva do significado histórico dos documentos [...] (Marques, 2011, p. 84).

Panitch (1996) destaca desse processo a constituição do novo arquivo nacional francês, que embora fortaleça a querela histórica entre a glorificação das conquistas da revolução e a marginalização dos acontecimentos antecessores a essa, como essencial à legitimidade política e psicológica do novo regime. Tendo em conta os ecos oriundos da revolução, Cook (2013) afirma que a França desponta como o local de ruptura com instituições, práticas e teorias precedentes — *Ancien Régime* — e tem seus arquivos integralmente ligados ao que chama de “despertar arquivístico” no século XIX na Europa. O teórico também chama atenção para o fato de a França ser responsável por exportar todo um ideário arquivístico para o mundo, e considera sua importância tão crucial para esse processo que assinala que sem o país não existiria tradição arquivística moderna. Marques (2021) salienta que os arquivos e a arquivologia francesa foram seminais para a formação das instituições arquivísticas, da disciplina e dos arquivistas no mundo.

Quanto às repercussões da revolução, Posner (1940) defende que as ideias originadas durante tal evento constituem as principais correntes subjacentes ao desenvolvimento arquivístico dos séculos XIX e XX. O período representa o início de um serviço de arquivo público especializado, que se caracteriza por um modelo de administração de arquivos que prezava pela centralização do arquivamento e por disponibilizar documentos para acesso público. Não tardou para que virasse referência a outros países, primeiramente os vizinhos europeus, e posteriormente outros do mundo ocidental.

Sendo um dos proeminentes pensadores da corrente que coloca a Revolução Francesa como divisor de águas na história dos arquivos e da arquivologia, Posner (1940)⁵³ argumenta que além de estabelecer a administração dos arquivos como ramo especializado do serviço público, o evento marcou o início de uma série de adequações dos arquivos ao novo plano político, econômico, social e cultural. Esse movimento inaugurou particularidades que se repetiriam tão logo pelo continente europeu: a centralização dos arquivos do Estado, ao qual foram subordinados os depósitos provinciais; o reconhecimento da responsabilidade do Estado em relação ao cuidado com a herança documental; e o estabelecimento do princípio da acessibilidade dos arquivos ao público, tornado possível o exame erudito dos documentos, e não mais apenas para fins judiciais ou legais.

No que concerne a essa nova sistemática francesa pós-revolucionária de organização de arquivos, Gordon (2014) amplia a leitura de Posner e assinala quatro características absolutas originárias do modelo:

- a manifestação do direito de acesso público aos documentos;
- a centralização de arquivos e uma consequente sistematização a nível nacional;
- o reconhecimento da responsabilidade estatal pela proteção e preservação de documentos com valor jurídico e histórico; e
- o papel dos arquivos na construção de uma identidade nacional.

Vamos à averiguação de cada uma das facetas arroladas. A primeira reside na crença de que os arquivos da revolução deveriam estar disponíveis ao povo francês, que agora tinham direito de acesso assegurado em lei. Essa situação diverge sobremaneira do que era praticado nos arquivos monárquicos e eclesiásticos do antigo regime — os quais eram instrumentos garantidores da subordinação dos camponeses às elites por meio da ocultação de documentos ligados à titularidade de posse de propriedades. Ainda na visão de Gordon (2014), o direito de o público ter

⁵³ Embora não tenha sido o primeiro teórico a enquadrar a arquivologia sob um recorte historicista, a narrativa de Posner sobre o desenvolvimento da arquivologia moderna exarada em 1940 no seu seminal ensaio *Some aspects of archival development since the French Revolution* tornou-se canônica para os estudiosos de língua inglesa. Ressaltamos que a aprovação no Brasil também foi singular, posto que teve tradução para o português em 1959 por Lêda Boechat Rodrigues a partir de iniciativa do então diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues.

acesso a qualquer documento era visto, idealmente, como uma garantia de controle do governo por aqueles que legitimavam a sua própria existência. Logo, concebia-se a possibilidade de o público asseverar que o governo realmente estaria empenhado em trabalhar em prol do povo e não, como fazia o rei deposto, em benefício particular. No entanto, é crucial abordar que o ideal de acesso irrestrito aos documentos governamentais, embora amplamente proclamado, destaca-se mais como um objetivo a ser alcançado do que uma realidade plenamente concretizada.

Nesse ponto, o autor levanta mais uma questão primordial relativa aos arquivos na modernidade: a renúncia à incumbência de depósito e a solidificação de sua função como mediador do contrato social estabelecido entre povo e governo. Gordon (2014) respalda sua argumentação em Cox (2008), que afirma que a Revolução Francesa, juntamente do advento das sensibilidades modernas, foi um evento divisor de águas na democratização de todos os aspectos da sociedade. Em outros termos, a revolução foi responsável por estabelecer um princípio de que os documentos ostentam impecabilidade no que compete à proteção dos direitos das pessoas, posto que se verificou um cenário em que seria permitida a inspeção de registros produzidos e custodiados pelo governo por parte de seus cidadãos. Além disso, Duranti (2000) enfatiza uma modificação importante no perfil do profissional arquivista, que se tornou guardião dos direitos das pessoas conforme evidenciado pelos documentos.

Seguidamente, a segunda inovação oriunda da revolução consiste na fundação de um sistema nacional de arquivos, os chamados *archives départementales*, coordenados por um arquivo nacional. Schellenberg (1956) associa a esse modo de organização o aspecto burocrático da eficiência administrativa, fundamental para assegurar que o arquivo cumpra com sua função democrática. Similarmente, Ribeiro (2001) entende que a noção de Estado-nação difundida pela França para o mundo ocidental teve intenso impacto nos arquivos e teve como um de seus principais efeitos a herança que pode ser visualizada no modelo prevalecente até hoje, no qual existe um organismo — arquivos nacionais — dotado de competências para coordenar políticas de gestão de arquivos em um nível nacional. Embora não se possa afirmar com certeza que os arquivos do Estado sejam de fato uma criação moderna, é na modernidade que as instituições de guarda de documentos generalizam-se e, sobretudo, são regulamentadas, de acordo com Silva *et al.* (1999). Em nosso discernimento, os arquivos nacionais da forma como conhecemos — devido a sua

repercussão global, estabilidade e expressividade até os dias de hoje — podem ser considerados uma faceta moderna.

A partir do século XVI, as rotinas da profissão começam a ser frequentemente disciplinadas por normas regulamentares, algumas inclusive de caráter oficial. Não obstante o conteúdo pragmático das mesmas, verifica-se que elas têm já imanes princípios gerais de natureza arquivística, os quais irão adquirir depois a forma de postulados, levando ao nascimento de uma nova disciplina — a arquivologia — como construção conceitual e sistemática do saber adquirido por uma prática milenar da gestão de arquivos (Silva *et al.*, 1999, p. 93).

O progresso da padronização, fortalecido pelos sistemas nacionais, tem ligação direta com o arcabouço legal erigido para subsidiar a criação de instituições de ensino, associações profissionais, bem como para reforçar a autoridade dos arquivistas quanto à destinação de documentos. Nesse processo, é lugar-comum nos estudos analisados o destaque dado à ENC, a partir década de 1820, sobretudo em relação à capacitação de arquivistas-paleógrafos para o setor público. A relação com o processo de centralização dos arquivos já se inicia no ato de sua criação, que de acordo com Lodolini (1993), ocorre apenas nove dias após o decreto do Ministro do Interior de 13 de fevereiro de 1821.

Além de ser responsável pela qualificação de profissionais franceses e europeus, Gordon (2014) também notabiliza a escola como terreno fértil para ideias fundadoras da noção de proveniência e outras diretamente ligadas ao aperfeiçoamento do sistema de arquivos francês. Ao prover meios para a organização dos arquivistas em uma profissão, o autor considera que o sistema de arquivos francês exerceu função primordial no “despertar arquivístico” consignado por Cook. Além de dar sustentação ao anseio incessante pela eficiência, Brichford (1982) ressalta que a promoção de um arquétipo centralizado favoreceu a criação de padrões nacionais, que por sua vez estimulou o treinamento de profissionais arquivistas. Para a autora, os sistemas nacionais foram “essenciais para o desenvolvimento e a disseminação da teoria arquivística” (Brichford, 1982, p. 90, tradução nossa).

O terceiro aspecto destacado está no reconhecimento do Estado sobre seu dever pela proteção do patrimônio documental francês e o advento da pesquisa histórica. Nesse ponto, faz-se relevante abordar mais uma vez a dialética novo e antigo, agora motivada pelo conflito de interesses entre a gestão dos novos

documentos do governo e a preservação dos documentos do antigo regime. Gordon (2014) narra que, no começo da revolução, camponeses promoveram uma queima deliberada de uma grande quantidade de documentos representativos do antigo regime, com o intuito de expurgar o poder e a autoridade da nobreza sobre a classe campesina. Fato curioso é que esse aniquilamento foi incentivado pelo governo republicano. Entretanto, ao final dos anos de 1790, a assembleia aprovou leis que reconheciam a responsabilidade estatal pela segurança e preservação de documentos com valor histórico, educacional e legal.

4.1.4. Arquivologia e historiografia: a ascensão dos arquivos modernos como laboratórios da história

Sabe-se que os arquivos já eram utilizados como fontes para a escrita da história, conforme abordado por Duranti (1993) e MacNeil (2011), muito antes da Revolução Francesa. Entretanto, Gordon (2014) sobreleva que o assentamento da perspectiva histórica nos arquivos modernos estava diretamente ligado à emergência da disciplina historiográfica. Logo, a manipulação de documentos buscava atender às necessidades do novo perfil de historiadores que colocavam o documento como fonte preferida para cumprir as exigências científicas da história. Contar a história e como ela realmente ocorreu transforma-se em premissa básica do fazer historiográfico e impacta diretamente na profissão arquivística. Interessante se faz frisar a amálgama entre as profissões de arquivista e historiador no século XIX, já que muitas vezes o treinamento dado era o mesmo e resultava em situações em que os próprios arquivistas conduzissem as pesquisas de seu interesse. Orr (1981) acentua que:

A Revolução Francesa fundamentalmente transformou o propósito e a função dos arquivos com sua abertura para um público amplo, facilitando sua utilização na pesquisa histórica. O romantismo do início do século XIX, com sua predileção por épocas exóticas e remotas, também incentivou o arquivista a ser um historiador (Orr, 1981, p.27, tradução nossa).

A afinidade de padrões presentes no desenvolvimento científico de ambas as áreas é tamanha que nos exige uma explicitação mais detalhada e uma reflexão mais acurada. O caso dos países de língua alemã, sobretudo no século XIX, é a melhor amostra da intensificação do relacionamento entre os arquivos e a pesquisa histórica.

Lustig (2019) parte da forte aspiração de intelectuais da historiografia pela ascensão de suas práticas ao *status* de ciência e considera que um dos meios utilizados para a consecução desse objetivo estava ligado ao emprego de um maior rigor na pesquisa arquivística — momento que Bautier (1968) denota como a mudança da visão de arquivos como “arsenais do poder estatal” para “laboratórios da história”. O autor complementa:

A ascensão da pesquisa arquivística, então, pode ser melhor compreendida como um produto de uma série de fatores contingentes, mas coincidentes, em vez de uma estrutura epistemológica particular: um renovado imperativo de pesquisa e um esforço para delinear e profissionalizar a história como uma “ciência”, tanto com seus métodos científicos quanto com seus espaços de pesquisa, ao lado da divulgação dos alunos de Ranke e da abertura dos arquivos do Estado à pesquisa (Lustig, 2019, p. 7, tradução nossa).

Nesse exemplo, parece-nos que a visão de arquivos como instrumentos auxiliares do fazer historiográfico é reforçada, visto que o interesse pela pesquisa é efeito colateral da tentativa de delineamento científico da historiografia. Em nossa visão, é tarefa bastante difícil asseverar qual o fator propulsor desse movimento de configuração científica que acaba sendo determinante entre as duas áreas. Entretanto, julgamos que, assim como faz Lustig (2019) em sua tentativa de identificar causas para o advento da investigação em arquivos, trata-se de fatores convergentes. Alguns desses fatores podem ser sintetizados pelas correntes de pensamento que perpassavam o desenvolvimento científico moderno, com bases marcadamente de tendência científica iluminista, aprovionada pela concepção do método positivista. Além desses, a renovação da historiografia contribuiu para alçar os documentos à condição de prova empírica, tornando-os fundamentais para a construção da história nacional e para a legitimação do Estado (Silva *et al.*, 2009).

Silva *et al.* (2009) salientam que a tendência positivista preconizava a verificação documental como método a serviço da análise histórica, contribuindo para que documentos adquirissem uma posição instrumental de valorização enquanto fontes históricas, o que permitiu o progresso da pesquisa nos arquivos. Rousseau e Couture (1998, p. 45) enfatizam:

Com o advento dos movimentos romântico e nacionalista, bem como com o desenvolvimento de novos métodos históricos, o arquivista abandona o seu papel de colaborador da administração. Volta-se para a interpretação dos documentos que já possui. Esta nova especialização será aliás acentuada pela vinda, para o mercado de trabalho, de arquivistas formados nas grandes

escolas tanto em França como na Áustria, em Espanha ou em Itália (Rousseau; Couture, 1998, p. 45).

Dentre os acadêmicos da historiografia responsáveis pela configuração da disciplina com base na lógica positivista, destaca-se Leopold von Ranke (1795-1886)⁵⁴ como um dos proeminentes do novo grupo de historiadores cientistas. Stielow (1991) cita que a incessante busca pelo “passado como ele realmente foi” pautou-se na objetividade, que por sua vez, apoiava-se na imparcialidade das ditas ciências auxiliares da história.

É interessante destacar que havia um crescente dissentimento entre arquivos e biblioteca. Quanto a isso, Moore (2001) frisa os debates ocorridos na França na década de 1860 como momento de virada no que tange ao delineamento de identidades cada vez mais distintas. Para a autora, até a década de 1850, não havia uma distinção clara entre acervos pertencentes a arquivos e bibliotecas por parte de vários governos franceses. Exemplo disso era a presença dos mesmos tipos de documentos históricos em ambas as instituições, sem que houvesse uma justificativa clara acerca de critérios definidores da guarda em uma ou outra instituição. Os anos 1860 marcam o início de um embate conduzido por um grupo de historiadores que buscava se autoafirmar por meio de uma profissão “científica”, cujo requisito central era a premissa que os arquivos — e não as bibliotecas — guardavam as fontes originais mantenedoras da verdade histórica e constituíam um rito de passagem indispensável.

Entre 1830 e 1850, é possível identificar uma transição dos arquivos como instrumentos tradicionais de poder para laboratórios da história — ainda de acordo com as lições aclamadas de Bautier (1968). Cruz Mundet (1993) enxerga que esse é o momento crucial na cisão entre arquivos administrativos e históricos, dialética que

⁵⁴ Leopold von Ranke, reconhecido como um dos fundadores da metodologia moderna da historiografia, promoveu uma revolução no estudo da história com seu enfoque na pesquisa primária e análise crítica de fontes históricas. Formado na Universidade de Leipzig, onde se interessou por história eclesiástica, Ranke introduziu uma abordagem inovadora que contrastava com a historiografia especulativa de sua época, adotando o princípio de "*wie es eigentlich gewesen*" (como realmente aconteceu) para garantir uma narrativa histórica mais científica e objetiva. Nomeado professor na Universidade de Berlim, suas viagens de pesquisa financiadas pelo Estado para arquivos internacionais e seu seminário para futuras gerações de historiadores enfatizaram sua influência acadêmica e política. Estabelecendo a história como uma disciplina científica autônoma, Ranke deixou um legado duradouro na prática da análise rigorosa de fontes primárias, moldando a historiografia até os dias atuais (Araújo, 2013).

continua a pautar importantes debates ao longo do século seguinte, sobretudo com a consolidação do *records management* e da disseminação do conceito de ciclo vital dos documentos. Frisa-se que essa questão será detalhadamente discutida nas subseções 4.1.7 e 6.3.2 desta tese. Dando continuidade, o século XIX marca a conferência de traços de uma identidade própria à arquivologia frente a outras disciplinas também entendidas como “documentais”. Essas características emergem da formulação do princípio de respeito aos fundos que, basicamente, defende o agrupamento de documentos provenientes de uma administração, estabelecimento ou pessoa sem misturá-los aos de outra distinta.

De acordo com Cruz Mundet (1993), desde o Séc. XV e durante toda a idade moderna verifica-se uma modificação na valorização do documento como fonte de conhecimento. Se a cronística medieval havia se baseado nas fontes orais e narrativas, a historiografia muda o rumo consideravelmente e passa a se interessar pela documentação original como matriz precípua para, mediante o emprego da crítica textual, rever os pressupostos da história.

O quarto ponto resultante do modelo francês de administração dos arquivos modernos coincide com o anterior — a valorização da pesquisa histórica — mas amplia seu sentido em direção à preservação cultural e à escrita da história nacional francesa. A visão de arquivos como *patrimoine* é bastante característica do período aqui analisado. Embora a percepção de arquivos como verdadeiros tesouros não seja fruto da guinada francesa, Ketelaar (2007) revela que é a partir do século XVIII que a patrimonialização de arquivos, a aquisição da condição de monumentos nacionais, ganha força. Gordon (2014) salienta que há grupos de arquivistas que relatam momentos divergentes acerca do início de uma relação entre arquivos e identidade nacional. O primeiro, pode ser sintetizada pelo argumento de Posner:

Como resultado da luta contra as tendências niveladoras da Revolução e contra a dominação estrangeira de Napoleão, desenvolveram-se os primórdios do nacionalismo. Os povos da Europa tornaram-se gradualmente conscientes de sua individualidade nacional e começaram a usar a história nacional como fonte de encorajamento em momentos de desastres nacionais. O romantismo começou a glorificar o passado, suas obras de arte e seus monumentos literários e documentais. Publicar as fontes documentais, disponibilizá-las para a história do país e escrever sua história a partir dos materiais recém-descobertos tornaram-se o objetivo de um movimento historiográfico vigoroso e entusiasmado (Posner, 1940, p. 166, tradução nossa).

O segundo grupo considera que foi na Revolução Francesa em que, pela primeira vez, documentos de arquivo foram utilizados com a finalidade de se criar uma nova identidade nacional. A espanhola Mendo Carmona (1995), por exemplo, acredita que o sentimento nacionalista é um dos fatores motivadores da busca no passado pelas raízes de uma identidade nacional. Isso, de certo modo, fomentou o desenvolvimento da historiografia científica que encontrava em documentos de arquivo os elementos vitais para a sua investigação — reforçando a concepção dos arquivos como verdadeiros laboratórios da história.

Do período em apuração, verificamos que a segunda metade do século XIX apresentou uma acentuação da orientação dos arquivos em favor da história nacional, culminando no interesse pelos arquivos da Idade Média e, conseqüentemente, no desenvolvimento de inventários (Marques, 2021). A autora considera que a arquivologia se apoia, então, em dois eixos: 1) descritivo, como “ciência auxiliar da história”, voltada para identificação, classificação e inventário de fontes; e 2) de gestão, dedicada à administração dos serviços de arquivo (especialmente os arquivos departamentais), tidos como “laboratórios da história”, a serviço da história positivista.

4.1.5. Arquivos nacionais: a emergência de autoridades arquivísticas centrais

Baseando-se na periodização de Bautier (1968), Cruz Mundet (1993) concebe a estruturação da história dos arquivos e da arquivologia utilizando como parâmetro a autonomia da disciplina enquanto área do conhecimento (Schmidt, 2012). Das duas fases delineadas, período pré-arquivístico⁵⁵ e período de desenvolvimento arquivístico, enxergamos neste último elementos que se mostram importante para nossa análise da modernidade, por se tratar de período que marca a configuração progressiva da arquivologia como uma disciplina com identidade consolidada. A relevância de se compreender as causas que justificam o fenômeno fica clara quando Cruz Mundet (1993) apresenta o que julga serem as necessidades teórico-práticas:

⁵⁵ Período em que o tratamento dos fundos documentais é caracterizado pela indefinição em seus pressupostos e pela submissão a princípios de outras disciplinas (Schmidt, 2012, p.101).

- Fazia falta concentrar a documentação das instituições extintas, ou então distribuí-la em arquivos cuja única orientação futura deveria ser o serviço para a investigação e para a cultura.
- Era necessário conceber um sistema global de organização dos ditos fundos documentais procedentes de numerosas instituições com âmbitos e competências diversos — respeitando a sua individualidade.

A solução para primeiro problema parte da França com a criação do *Archives Nationales*⁵⁶, ideia que foi amplamente replicada em outros países europeus: na Romênia, em 1831; o da Bélgica, em 1835; e o Histórico Nacional na Espanha, em 1866. A tendência é a concentração de fundos pertencentes às instituições centrais do Estado em grandes depósitos documentais e a existência de um sistema de arquivos de menor dimensão para recolher fundos de instituições regionais, provinciais, assim como arquivos mais antigos acumulados pelo Estado. Utilizando como exemplo o modelo espanhol, o autor cita os casos do *Archivo General de Simancas* e do *Archivo General de Indias*. Cruz Mundet (1993) frisa que a criação de arquivos nacionais não está ligada apenas à ideia de recolhimento da documentação oriunda das instituições componentes da estrutura estatal, mas tem como grande fator impulsionador a custódia de acervos procedentes de instituições religiosas desamortizadas.

Marques (2011) destaca que é no contexto do Iluminismo que os arquivos passam a ter relevância como auxiliares da administração pública. Para a autora, a criação do Arquivo Nacional da França marca o surgimento de instituições arquivísticas, sobretudo ao longo dos séculos XIX e XX. Destacamos, no Quadro 1, a constituição desses depósitos centrais em vários países da Europa:

⁵⁶ Frisamos, de acordo com Milligan (2002), que as menções ao arquivo nacional francês obedecem à denominação vigente à época abordada. Estabelecido em 1790, a entidade não escapou daquilo que Léon de Laborde (1807-1869) chama de vicissitudes da história política francesa. No caso, as variações referem-se as mudanças de nome ao longo do tempo: *Archives Nationales* (1791-1800); *Archives de l'Empire* (1800-1815); *Archives Royales* (1815-1848); *Archives Nationales* (1848-1852); *Imperial Archives* (1852-1871); e *Archives Nationales* em 1871, nome que permanece até hoje.

Quadro 1 - Instituições arquivísticas europeias nos séculos XIX e XX

PAÍS	ARQUIVO	ANO DE CRIAÇÃO
Espanha	<i>Archivo de la Corona de Aragón</i>	1318
Portugal	Arquivo da Torre do Tombo	1325
Espanha	<i>Archivo de Simancas</i>	1540
Inglaterra	<i>State Paper Office</i>	1578
Vaticano	<i>Archivo Secreto del Vaticano</i>	1611
Portugal	Arquivo Geral da Marinha	1736
Espanha	<i>Archivo de Indias</i>	1788
França	<i>Archives Nationales</i>	1789
Bélgica	<i>Archives Générales du Royaume / Archives de l'État</i>	1796
Suíça	<i>Archives des cantons</i>	1798
Holanda	<i>Arquivos gerais</i>	1802
Alemanha	<i>República Federal - Bundesarchiv de Coblença</i>	1815
Espanha	<i>Arquivos da Coroa de Navarre</i>	1836
Inglaterra	<i>Public Record Office</i>	1838
Suíça	<i>Archives fédérales</i>	1848-1849
Portugal	Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território	1852
Espanha	<i>Archivo Histórico Nacional</i>	1866
Alemanha	<i>República Democrática - Depósito central de Potsdam</i>	1867
Portugal	Arquivo Histórico Militar	1911
Áustria	<i>Arquivos de Habsbourg e do Governo Imperial</i>	1918
Rússia	<i>Fonds d'archives de la Fédération de Russie</i>	1918
Portugal	Arquivo Histórico Ultramarino	1931
Portugal	Arquivo Histórico do Ministério das Finanças	1937

Fonte: Baseado em Marques (2011, p. 86).

De qualquer forma, o fim do Antigo Regime provoca a separação dos arquivos entre históricos e administrativos. Marques (2011) salienta que, na pretensão de servir tanto à história como à administração, tem-se início a distinção entre a documentação administrativa e a histórica. Os primeiros arquivos, ao abrigo do processo de renovação historiográfica desenvolvido no Séc. XIX, são abertos ao público especializado e constituem-se em objeto favorito dos arquivistas. Ao caracterizar o direcionamento das atividades empregadas nos arquivos a interesses históricos e

culturais de uma pesquisa especializada como uma corrente, a qual suscita um movimento crescente de formação profissional e de elaboração de instrumentos de descrição documental. Este fenômeno reflete um comprometimento crescente com a valorização e a preservação do patrimônio documental, indicando um período de inauguração da arquivologia como campo disciplinar.

De acordo com Marques (2011), apesar dos progressos ocorridos, no período de transição do século XIX para o XX, as influências oriundas da Revolução Francesa continuaram a ter um papel significativo no âmbito da arquivologia. Essas influências se mantiveram dentro de uma perspectiva historicista e positivista, com um foco voltado para os serviços especializados que facilitavam o acesso dos pesquisadores e do público em geral aos documentos (Silva *et al.*, 1999). Para coordenar esses serviços, diversos países criaram uma autoridade arquivística central.

É importante mencionar que há contrapontos relevantes acerca da consideração do papel da Revolução Francesa como ruptura com o passado. Alguns autores relativizam alguns dos impactos profícuos advindos da queda do antigo regime e enxergam o papel da revolução como importante, mas de ordinária continuidade. Verificamos algumas hesitações quanto ao amplo reconhecimento da abertura dos arquivos para acesso público. Um bom exemplo pode ser encontrado na reflexão de Cruz Mundet (1993), que embora reconheça aspectos decisivos para a reprodução ampla do modelo francês⁵⁷, julga que esses eventos não produziram variações substanciais no desenvolvimento arquivístico. Em sua visão, a teoria e prática arquivísticas mantiveram-se nos mesmos parâmetros observados. Isto é, o autor considera que a “mítica” abertura dos arquivos ao público na França, na prática, não passou de uma intelectualidade, a julgar pelos impedimentos colocados à efetiva consulta da documentação pública. Berger (2013) corrobora com essa visão ao afirmar que a abertura que se viu não ocorreu de maneira irrestrita. Segundo o autor, por conveniência política, governos nacionais passaram a restringir o acesso aos

⁵⁷ Os aspectos decisivos sobrelevados por diversos outros teóricos também o são em Cruz Mundet (1993), quando salienta que há motivações centrais para o fato de o modelo francês ser amplamente reproduzido: em primeiro lugar a estruturação dos arquivos num sistema nacional; em segundo lugar, a mudança de conceituação desses, que passam de arquivos do Estado para arquivos da Nação; e, em terceiro lugar, a supressão das instituições do antigo regime, agora desprovidas de valor enquanto armas jurídicas, fez com que a documentação pertencentes a essas, carentes de utilidade administrativa, passassem a constituir os novos arquivos de carácter exclusivamente histórico e, enquanto tal, de livre acesso.

arquivos nacionais somente a alguns agentes autorizados, sobretudo na segunda metade do século XIX. O controle mais rigoroso de acesso dificultou profundamente a pesquisa histórica em vários estados europeus.

Para Bautier (1968), a veneração da Lei 7 messidor⁵⁸, ano II (25 de junho de 1794) da Convenção Nacional como proclamação do direito de acesso aos arquivos pelos cidadãos não passa de um verdadeiro mito. Seu compatriota Delsalle corrobora da visão e é mais enfático ao considerar que “embora tenha sido escrito centenas de vezes, é falso e ridículo afirmar que o acesso público aos arquivos date do período revolucionário. A consulta pública de arquivos é praticada sob o Antigo Regime” (Delsalle, 1993, p.10, tradução nossa). O contraponto demonstrado nos é de grande utilidade para a formação de nosso entendimento, que nos alerta sempre que a busca pela simplificação da investigação a partir de um recorte espacial e temporal mais bem definido nos requer uma observação atenta para que evitemos realizar generalizações errôneas.

Dando seguimento, salientamos alguns dos eventos relativos à regulamentação administrativa promovida pelo governo francês para uma melhor compreensão dos arquivos na modernidade. Conforme mencionado anteriormente, a referida Lei 7 messidor também foi de fundamental importância para a constituição do *Archives Nationales*, visto que se tornou o “depósito central para toda a República, de todos os documentos enumerados” na referida lei (Marques, 2021, p.48). Dentre outros feitos relevantes, Marques (2021) salienta a criação da *Agence temporaire de titres* em 1791, com o objetivo de gerenciar, selecionar e eliminar documentos. Adicionalmente, tem-se entre 1794 e 1801, o *Bureau de Triage* que atuou na classificação de documentos segundo os interesses e não conforme suas origens. Coadunando com um dos efeitos da revolução destacado por Gordon (2014), as medidas relativas à centralização administrativa de arquivos ainda se acentuam frente às demais medidas.

⁵⁸ Ketelaar (2007) cita que Schellenberg (1956) chega a mencionar a referida lei como uma espécie de *Bill of Rights* para os arquivos, aludindo à histórica declaração de direitos dos EUA. A *Bill of Rights* é o nome dado às primeiras dez emendas à Constituição dos Estados Unidos, ratificadas em 1791, que garantem direitos fundamentais e liberdades civis aos cidadãos, como a liberdade de expressão, liberdade de religião e o direito a um julgamento justo. Ao comparar a francesa com a norte-americana, Schellenberg sugere que essa legislação serve como um marco fundamental na proteção e garantia dos direitos de acesso, preservação e utilização dos documentos arquivísticos, essenciais para a democracia, a pesquisa histórica e a transparência governamental.

Anos mais tarde, em razão das dificuldades decorrentes da dispersão dos lugares de depósito dos arquivos para a sua conservação e consulta, Napoleão Bonaparte os reúne em um único lugar, em 1808: o *Palais de Soubise*, destinado a acolher 'todos os arquivos existentes em Paris, sob qualquer denominação que pudessem ter' (Babelon, 2008, p.17). Depois da centralização dos arquivos nesse palácio (Decreto imperial de 6 de março de 1808), os *Archives Nationales* são divididos em três seções (histórica, administrativa e judiciária), em 1846. Em 1897 são criadas diferentes seções cronológicas para o arranjo de documentos. Decreto de 21 de julho de 1936 torna obrigatório o recolhimento dos documentos dos ministérios e das administrações que deles dependem aos depósitos de arquivos do Estado (Marques, 2021, p. 52).

Entretanto, no meio de todo o arcabouço legislativo de fisionomia notadamente arquivística, sobressai a notável circular engendrada pelo arquivista e historiador Natalis de Wailly em abril de 1841, a qual aventava "[...] agregar os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (documentos) provenientes de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo, e dispor segundo uma determinada ordem os diferentes fundos" (Sousa, 2003, p. 249). Ademais, para evitar qualquer tentativa de constituição de coleções artificiais, a circular acrescentava: "[...] os documentos que apenas têm relação com o estabelecimento, um corpo ou uma família não devem ser confundidos com fundo desse estabelecimento, desse corpo ou dessa família" (Sousa, 2003, p. 249). Segundo Duchein (1986):

Por isso a teoria formulada em 1841 pelo historiador francês Natalis de Wailly, antecipando-se ao estruturalismo, marca uma reviravolta na história da Arquivística. De Wailly, então chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior, foi o inspirador de uma circular assinada pelo Ministro Duchâtel e divulgada a 24 de abril de 1841, que é a certidão de nascimento da noção de fundos de arquivos. Eis seus termos: 'reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos... Documentos que apenas se refiram a urna instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação ou dessa família...' (Duchein, 1986, p. 16).

A notável circular de 1841 fez parte de uma série de regulamentos administrativos publicados entre 1835 e 1844. Boa parte desses tratava de matérias relativas à eliminação de documentos departamentais. Brichford (1982) frisa que a partir de 1854 o caráter das publicações se modificou, passando também a abranger inventários arquivísticos. O autor entende que esses primeiros esforços contribuíram para a publicação de várias obras importantes de arquivistas franceses entre 1883 e 1895. A primeira delas foi o livro intitulado *Traité theorique et pratique des archives*

publiques de Gabriel Richou (1852-1915), em 1883. Seguidamente, em 1889, Maurice Prou (1861-1930) — que foi diretor da ENC — produziu o *Manuel de paléographie latine et Française*. Em 1893, Arthur Giry (1848-1899)⁵⁹, que foi professor de Prou na escola, elaborou o *Manuel de diplomatique*. Em 1891 e 1895, Charles Langlois (1863-1929)⁶⁰, arquivista-paleógrafo formado pela escola e diretor geral do *Archives Nationales* de 1913 a 1929, escreveu *Les archives de l'histoire de France* e *Le Science des Archives*, respectivamente.

4.1.6. O manual holandês e os princípios basilares da disciplina arquivística

Dando continuidade às nossas diligências, direcionamos nossa exploração para a Holanda, por ser o país que apresenta os primeiros indícios do desenvolvimento da arquivologia como disciplina científica. Nesse aspecto, elegemos o consagrado manual *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*⁶¹

⁵⁹ Arthur Giry foi um renomado historiador e arquivista-paleógrafo francês, com especialização na Idade Média. Sua carreira acadêmica foi temporariamente interrompida pela guerra de 1870, após a qual trabalhou na *Bibliothèque Nationale* e, subsequentemente, nos *Archives Nationales* a partir de 1873. Giry destacou-se no campo da diplomática, tornando-se titular da cadeira na ENC em 1884, além de lecionar ciências auxiliares da história na Sorbonne entre 1881 e 1885. Sua contribuição para a historiografia e a paleografia foi amplamente reconhecida, culminando na eleição como membro do *Institut de France* e da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* em 1896. Giry é lembrado por sua metodologia rigorosa na análise de documentos medievais e pelo desenvolvimento das ciências auxiliares da história, influenciando gerações futuras de historiadores e arquivistas (Marques, 2021).

⁶⁰ Formado em história e direito (Sorbonne, 1883), Langlois tornou-se arquivista-paleógrafo pela ENC em 1884. Concluiu seu doutorado em letras (1887) e ministrou aulas de letras nas Universidades de Douai e Montpellier. Depois, na Sorbonne, ensinou ciências auxiliares da história, história da idade média, paleografia, bibliografia histórica, cronologia e diplomática. Dentre as suas contribuições para os estudos históricos, notabiliza-se a sua defesa de que estes deveriam ser fundamentados nas provas fornecidas pelos documentos de arquivo, conforme uma metodologia positivista (Marques, 2021).

⁶¹ O livro ficou pronto em maio de 1898. Em 1910, Muller e Fruin — Feith não estava mais ativo — iniciaram uma revisão para uma segunda edição que foi publicada em 1920. A obra foi traduzida por Manoel Adolpho Wanderley como *Manual de arranjo e descrição de arquivos* e publicada no Brasil, em 1960, pelo Arquivo Nacional.

editado pelos arquivistas holandeses Samuel Muller⁶², Johan Feith⁶³ e Robert Fruin⁶⁴ e publicado em 1898, como fundamental para embasar a compreensão desse processo. Ao longo de todo o trabalho, nos referiremos a esta obra como "manual holandês". Justificamos aqui, em apertada síntese, que se trata de obra que coincide

⁶² Nascido em 22 de janeiro de 1848, formou-se em direito pela Universidade de Amsterdam e história pela Universidade de Leiden. Muller obteve seu doutorado em direito em 1872. Em 1874, aos 26 anos, foi nomeado arquivista do município de Utrecht, e em 1879, arquivista da Província, posição que ocupou até 1918. Sua influência se estendeu pela organização de arquivos históricos, análises diplomáticas e a fundação da Associação dos Arquivistas Holandeses. Muller é especialmente lembrado por sua defesa da ordem original na organização arquivística, contrapondo-se à classificação temática prevalente na época. Essa visão foi influenciada por sua formação em Paris e se refletiu no manual de 1898, que ele ajudou a elaborar, promovendo a política de acesso a documentos e materiais históricos. Além de suas contribuições técnicas e teóricas, Muller desempenhou um papel político na arquivologia, usando sua influência para promover mudanças significativas, como na aprovação da Lei dos Arquivos Holandeses em 1918. Seu legado inclui a promoção da visibilidade dos arquivistas e a internacionalização das práticas arquivísticas, como demonstrado em sua participação no Congresso Internacional de Bibliotecários e Arquivistas de Bruxelas em 1910 (Melo, 2021).

⁶³ Nascido em Groningen em 25 de setembro de 1858, filho de um arquivista. Sua formação em direito pela Universidade de Groningen e seu doutorado na mesma área em 1885 delinearam um caminho que, embora inicialmente acadêmico, rapidamente se voltou para a arquivologia, seguindo os passos de seu pai após sua aposentadoria em 1884. Feith distinguiu-se não apenas pela sua linhagem familiar de envolvimento com as artes, música, literatura e história, como também por sua própria contribuição à cultura e ao patrimônio, exemplificada pela fundação do Museu de Groningen em 1894. Seu trabalho arquivístico foi marcado por uma dedicação à preservação da história e da memória, evidenciando para o prefeito da cidade a importância da manutenção e organização adequada dos fundos de arquivo, divergindo das práticas de ordenamento e classificação cronológica e temática anteriormente empregadas por seu pai, em favor do respeito aos fundos e à ordem original. Embora sua participação direta na elaboração do influente manual de 1898 seja menos documentada, Feith compartilhava a visão de fundo e de respeito à ordem original com os coautores Muller e Fruin. Sua contribuição ao campo, no entanto, foi limitada por questões de saúde, que restringiram sua visibilidade e envolvimento nos esforços de divulgação da obra. Apesar disso, sua atuação em Groningen e sua influência política, como membro do Conselho da Província, onde frequentemente consultava sobre questões jurídicas e históricas, sublinham sua importância. Feith faleceu em 1905 sem testemunhar a internacionalização do manual nem participar dos eventos promocionais subsequentes (Melo, 2021).

⁶⁴ Nascido em Dordrecht em 22 de novembro de 1857, trilhou um caminho distinto na arquivologia após se formar em direito na Universidade de Leiden em 1886. Sua carreira nos arquivos foi impulsionada tanto pelo seu interesse acadêmico em administração pública, paleografia e sistemas de arquivos quanto pela sua convicção na importância de preservar filmes históricos, culminando na fundação da *The Dutch Central Film Archive* em 1919. Em 1887, Fruin aceitou um convite de Samuel Muller para colaborar nos Arquivos de Utrecht, uma experiência que aprofundou seu interesse pela arquivologia e pela descrição documental, aprendendo com Muller a importância do respeito aos fundos. Sua articulação e habilidade política, reconhecidas tanto na academia quanto no governo, permitiram-lhe desempenhar papéis significativos, incluindo conselheiro municipal de Middelburg e professor na Universidade de Amsterdam, onde defendeu a arquivologia como uma ciência independente. A parceria de Fruin com Muller foi crucial na publicação do manual de 1898, definindo um caráter normativo para a arquivologia. Além disso, Fruin foi peça-chave na fundação da Associação dos Arquivistas Holandeses (VAN) em 1918, atuando em diversos cargos e contribuindo significativamente para a disseminação da teoria arquivística. Apesar de confrontos com Theodore van Riemdijk, Fruin utilizou sua influência para promover a Lei dos Arquivos, aprovada em 1918, embora enfrentasse críticas pela sua abordagem pessoal na lei. Seu compromisso com a educação em arquivologia levou à organização do primeiro curso de arquivos da Holanda no Arquivo Nacional, marcando um legado duradouro na formação arquivística holandesa. Fruin, um aliado de Muller na elevação da arquivologia, desempenhou um papel central na 'canonização' do manual de 1898 e na promoção de sua importância para a comunidade arquivística. Seu falecimento, dois anos após sua aposentadoria em 1933, marcou o fim de uma era, mas seu impacto na arquivologia permanece indelével (Melo, 2021).

com o recorte destacado — tempo e espacialmente — e, segundo Cook (1997), marca a autonomia da disciplina, codifica a prática arquivística europeia e compendia enunciados que derivam do pensamento ocidental moderno. Logo, vislumbramos na bíblia da ciência arquivística ⁶⁵ uma bússola para guiar nossas diligências à modernidade, conforme veremos no decorrer desta seção.

Conforme entendimento de Heredia Herrera (1991) e Cruz Mundet (1993), as origens da arquivologia, como disciplina empírica, estão no século XIX. Entretanto, a autora, de forma mais precisa, aponta para o manual holandês como o primeiro compêndio de uma série de obras técnicas que pode ser considerado como o marco de uma ciência dedicada ao estudo dos arquivos e de suas implicações. Schmidt (2012, p. 113), com base em Ridener (2009), cita que “as teorias postas no referido manual representam a consolidação de boa parte da teoria arquivística que foi se construindo desde os tempos medievais até o início do século XX, refletindo o pensamento europeu, mais especificamente o holandês, oriundos da experiência prática do lidar com documentos medievais”.

Frisa-se que a elaboração de uma teoria acerca dos arquivos antecede o manual holandês. O francês Langlois é apontado por Marques (2021) como o primeiro estudioso que se dedicou à teorização e definição da arquivologia. Em artigo publicado no primeiro número da *Revue Internationale des Archives, des Bibliothèques et des Musées*, em 1895, o estudioso reconhece a existência de ciências auxiliares que são específicas aos arquivos, às bibliotecas e aos museus (Marques, 2021). Para o referido autor a *Science des Archives* é concebida sob a tríade da história dos fundos, da bibliografia dos instrumentos de pesquisa e da arquivoeconomia e “trata da economia, da organização teórica, descritiva e comparativa e da história dos depósitos de arquivos, que lista esses depósitos e que divulga os repertórios” (Langlois *apud* Marques, 2021, p. 62).

O período que antecede a publicação do célebre manual holandês, sobretudo o contexto holandês, é estudado com primazia por Horsman, Ketelaar e Thomassen (2003) e se revela bastante relevante para nosso intento de delimitar recortes espaciais e temporais. Para os autores, o ano de 1874 pode ser considerado o início

⁶⁵ Essa expressão foi utilizada por vários estudiosos da arquivologia, tais como Schellenberg (1956, p. 175), Elio Lodolini (1993, p.61), Dekker (1992, p.69-79) e Van Albada (1991, p. 401).

de uma nova era para a gestão de arquivos na Holanda. O reavivamento dos arquivos ocorreu lentamente em seus primeiros anos. A justificativa para tal está ligada ao fato de a maioria dos arquivistas atuantes do período serem pertencentes à geração dos anos de 1850, cuja principal característica era o seu apego aos métodos testados por Isaac Nijhoff (1754-1823)⁶⁶. Em contramão ao modelo dominante, discussões sobre novas alternativas foram fomentadas pelo que os autores chamam de nova geração, que consiste em um grupo de profissionais que possuíam ideias modernas sobre o estudo da história, da diplomática, bem como do arranjo e da descrição de arquivos.

O modelo dominante é abordado por Ridener (2009). O autor assinala que a abordagem prática e empírica subjacente aos trabalhos desempenhados pelos arquivistas holandeses da época são em muito procedentes de um trabalho publicado no início do século XIX, mais precisamente no ano de 1804, por Josef Anton Oegg (1762-1817), intitulado *Ideen Einer Theorie Der Archivwissenschaft* — ou “ideias acerca da teoria da arquivística”. O foco do trabalho era eminentemente prático em virtude da qualidade dos acervos que apresentavam características semelhantes por serem provenientes de uma única fonte. Logo, se o escopo era bastante restrito e homogêneo, os arquivistas demoraram para iniciar atividades referentes à consolidação e padronização da prática.

Retomando o ano de 1874, Horsman, Ketelaar e Thomassen (2003) ressaltam a nomeação de Samuel Muller — logo após um período de palestras na ENC — como arquivista da cidade de Utrecht. Com o auxílio de Theodoor van Riemsdijk (1848-1923), que fora nomeado em 1875 arquivista da cidade de Zwolle, promoveu um trabalho com vistas à organização do museu da cidade. Ambos, nos anos seguintes, passaram a se debruçar sobre atividades que envolviam o arranjo dos acervos custodiados pelas instituições as quais dirigiam. Interessante se faz mencionar que em uma carta trocada entre ambos no ano de 1880, é possível verificar questionamentos acerca de qual princípio classificatório seria ideal. Dentro em pouco, Muller publicaria o que conjecturava serem os princípios arquivísticos em um relatório anual do arquivo da cidade. Logo em seguida, van Riemsdijk concluiria um livro que

⁶⁶ Nijhoff foi arquivista da província de Guéldria na primeira metade do século XIX. Foi o primeiro arquivista da Holanda a aplicar preceitos da diplomática no arranjo e na descrição dos arquivos. Para Nijhoff, a principal exigência era que os documentos fossem organizados segundo uma ordem cronológica (Horsman; Ketelaar; Thomassen, 2003).

atrelava a organização de um arquivo ao respeito à classificação atribuída quando de sua origem.

Ridener (2009) considera que à medida que o governo nacional da Holanda começou a expandir seu poder e a criar uma identidade nacional, houve uma maior exigência quanto à padronização de um método para a gestão de arquivos. O autor destaca o papel do governo holandês, sobretudo o empenho de Victor de Stuers (1843-1916) e van Riemsdijk, arquivista do Estado da Holanda de 1887 a 1912, na consolidação e padronização de arquivos e práticas arquivísticas. A preocupação de ambos se dava sobre a tentativa de um consenso quanto a um sistema de classificação em acervos arquivísticos públicos. É importante mencionar que os dois trabalharam em estreita colaboração para a produção do célebre manual holandês, com o objetivo principal de viabilizar a existência de arquivos nacionais semipadronizados, criados a partir de uma metodologia única. Em outras palavras, Ridener (2009) atribui ao manual a alcunha de produto dos diversos esforços empregados com vistas à padronização do arranjo e da descrição de arquivos.

O ano de 1891 marca uma crescente conscientização da comunidade profissional de arquivistas da Holanda que culmina na criação da primeira associação profissional de arquivistas do mundo na cidade de Haarlem: a *Vereeniging van Archivarissen* (VAN), associação holandesa de arquivistas (Horsman; Ketelaar; Thomassen, 2003). A importância de sua criação se aclara em dois eventos que favoreceram a discussão sobre aspectos técnicos da profissão e sobre a divulgação de métodos de arranjo e descrição: a reunião anual de seus membros e a criação da revista *Nederlandsch Archievenblad*. Iniciativas acerca de uma padronização metodológica foram verificadas em 1887, quando Van Riemsdijk ocupou o cargo de arquivista geral e tentou promover ajustes na classificação de acervos em uma das reuniões anuais da associação. Eleito presidente da VAN em 1893, Muller insistiu na proposta, o que resultou na elaboração, por parte do conselho, de um conjunto de tópicos acerca da matéria. Frisa-se que boa parte dessas categorias foram transpostas em sua integridade para os capítulos do manual. Partiu de uma decisão do conselho abandonar a estratégia de trabalho adotada até então, sendo deliberada, pelo conselho, a criação de uma comissão composta por apenas três membros, que iniciou seus trabalhos em 1895. Os integrantes eram o trio de arquivistas Muller, Feith

e Fruin. Em nosso ponto de vista, fica clara a relação entre o fortalecimento profissional com o desenvolvimento da teoria arquivística.

É interessante acentuar que o texto que dá corpo ao mais importante manual de organização de arquivos do período recebe influências de outros importantes estudos procedentes de países como Alemanha e França. Desses, Brichford (1982) sobreleva os manuais de diplomática do alemão Harry Bresslau (1848-1926)⁶⁷ e do francês Arthur Giry⁶⁸, que são referenciados no trabalho. Entretanto, para o autor, é possível verificar que os autores holandeses estavam bastante familiarizados com vários outros escritores alemães e franceses, mesmo que não tenham realizado menção explícita aos seus nomes. Apercebe-se, também, referência evidente a autores italianos, como Clemente Lupi (1840-1919) e Leopoldo Galeotti (1813-1884), na seção 16, e à noção inglesa de custódia, na seção 36. Logo, em nossa visão, fica claro que o empreendimento holandês se trata da consolidação das ideias referentes ao tratamento de arquivos que perpassavam os países da Europa ocidental.

Chegamos agora ao ponto nodal de nossa investigação sobre os arquivos e a disciplina arquivística no bojo da modernidade: a publicação do manual holandês que, segundo Cook (1997), marca a autonomia da disciplina, codifica a prática arquivística europeia e compendia enunciados que derivam do pensamento ocidental moderno. Lembremos que a identificação de facetas eminentemente típicas da modernidade será realizada na subseção posterior. Aqui, pontuaremos aquilo que eminentes estudiosos da arquivologia notabilizam como as bases para a sua formalização enquanto disciplina científica. Rousseau e Couture (1998), remetem à já abordada Instrução n° 14 engendrada por Wailly como detentora do primeiro anúncio formal da noção do princípio da proveniência⁶⁹, ou *respect des fonds*⁷⁰⁷¹, e responsável por dar uma personalidade disciplinar própria aos arquivistas, aprovisionando-os com uma

⁶⁷ BRESSLAU, H. **Handbuch der Urkundenlehre für Deutschland und Italien**, 1889.

⁶⁸ GIRY, A. **Manuel de diplomatique**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1894.

⁶⁹ Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio de respeito aos fundos (Arquivo Nacional, 2005, p. 136).

⁷⁰ Na definição de Wailly, o princípio de respeito aos fundos foi definido como '[...] reunir os vários documentos por fundos, ou seja, formar uma coleção de todos os títulos que provêm de um órgão, de uma instituição, de uma família ou de um indivíduo' (Bechú *apud* Marques, 2021, p. 60).

⁷¹ Na investigação de Kuroki (2016), constatou-se que há autores que consideram o respeito aos fundos como um princípio arquivístico e outros que o entendem como um dos graus do princípio da proveniência. No seu entendimento, o respeito aos fundos consiste em uma aplicação do princípio da proveniência, isto é, um desdobramento na demarcação externa dos fundos.

maneira singular de abordar os arquivos, a qual os possibilitara evitar graves e irreparáveis erros oriundos da organização empírica com base em assuntos, temas ou quaisquer outros fatores.

Ademais, o pronto reconhecimento desse princípio como basilar para a gestão de arquivos por toda uma comunidade profissional leva Duchein (1992) a enfatizar outro preceito básico da gestão de arquivos, o princípio do respeito à ordem original⁷², cujo afloramento não tem origens bem definidas — conforme será mais bem explorado na subseção 4.3.5 desta tese —, mas que parece ser concomitante ao dealbar científico da arquivologia. O assentamento deste cânone é visto por teóricos como Martín-Pozuelo Campillos (1996), como decorrente do respeito aos fundos ou, de certa forma, como consubstancial a esse. Kuroki (2016) destaca que Lodolini (1993) e Heredia Herrera (1991) consideram que o princípio da ordem original foi definido como *metodo storico* por Francesco Bonaini (1806-1874)⁷³, em 1867, na Itália.

Verificamos que, em conformidade com Schimidt (2012), o segundo capítulo do manual holandês, intitulado “O arranjo dos documentos de arquivos”, apresenta claramente o princípio da proveniência como norteador das práticas arquivísticas — em especial o arranjo. Esse capítulo estabelece premissas que regem a classificação, com a ressalva evidente de que essa não deve ser realizada com base em conteúdos ou nos assuntos dos documentos. As regras 16 e 17 sintetizam o disposto:

⁷² Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu (Arquivo Nacional, 2005, p. 137).

⁷³ Francesco Bonaini foi um distinto historiador, arquivista-paleógrafo e acadêmico italiano, notável por suas contribuições significativas à historiografia e à arquivologia. Graduado em direito canônico e civil pela Universidade de Pisa em 1825 e em Teologia em 1826, Bonaini dedicou sua carreira à pesquisa histórica, especialmente focada na história de Pisa, utilizando extensivamente arquivos eclesiásticos e outros arquivos significativos da Itália. Em 1840, renunciou a suas posições eclesiásticas para assumir a cátedra de história do direito italiano e, em 1843, tornou-se bibliotecário da Universidade de Pisa. Bonaini foi pioneiro na publicação de estatutos de comunidades medievais e colaborou estreitamente com o *Archivio Storico Italiano*. Ele desempenhou um papel crucial na fundação dos Arquivos Centrais da Toscana em 1855, estabelecendo uma base para o sistema arquivístico no Grão-Ducado da Toscana. Como superintendente dos arquivos da Toscana a partir de 1856, Bonaini aplicou métodos inovadores de classificação e promoveu a educação em paleografia, diplomática e doutrina arquivística. Sua defesa pelo princípio do respeito ao arranjo original dos fundos e pela descrição detalhada de fundos arquivísticos reflete sua abordagem histórica à arquivologia. Bonaini também contribuiu para a legislação arquivística italiana, enfatizando a importância da supervisão regional dos arquivos e da formação de redes de escolas de paleografia e diplomática. Reconhecido como o arquivista mais ilustre do século XIX por Elio Lodolini, seu legado inclui a promoção do acesso aos arquivos para pesquisa e a divulgação de resultados de pesquisa, solidificando a importância cultural e científica dos arquivos na historiografia moderna (Bonfiglio-Dosio; Giorgi, Moscadelli, 2019).

16. O sistema de arranjo deve ser baseado na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu (Muller; Feith; Fruin, 1973, p. 44).

17. No arranjo do arquivo, portanto, urge, antes de mais nada, restabelecer quanto possível a ordem original. Somente então será possível julgar-se se é conveniente, ou não, e até que ponto, dela apariar-se (Muller; Feith; Fruin, 1973, p. 49).

Analisando o caminho percorrido até então, podemos sobrelevar as asserções de Cook (1997) acerca do fato de os princípios arquivísticos terem emergido precipuamente com a finalidade de resolver problemas referentes ao arranjo e à descrição de documentos antigos. O autor acrescenta que esses princípios refletiam majoritariamente os contextos espaciais e temporais nos quais os teóricos estavam inseridos.

Apesar das menções frequentes aos franceses e holandeses, constatamos que as ideias centrais que regem as convenções relativas à proveniência e à ordem original já eram conhecidas, e até mesmo praticadas, em outros países europeus. Schmidt (2012), por exemplo, ressalta que o princípio da proveniência não é de autoria de Wailly, nem o da ordem original é invenção de Muller, Feith e Fruin. É importante salientar que o papel de destaque dos holandeses é dado por sua anunciação e divulgação à comunidade arquivística. Sobre isso, Sousa realça que:

Apesar da literatura apontar a França como precursora do princípio, Herrera (1991, p. 33) afirma, a partir de Lodolini, que o princípio de proveniência foi aplicado pela primeira vez na Dinamarca, em 1791, com a instrução de uma comissão para a ordenação dos arquivos. Brenneke considera precursor desse princípio Philipo Ernst Spiers em sua obra *Von Archiven* (1777). Entretanto, em 1826, foi aplicado em alguns arquivos da Holanda e, no ano seguinte, nos arquivos toscanos (Sousa, 2003, p.250).

Duchein (1992) afirma que a arquivologia moderna tem seu início com esses dois princípios básicos: o princípio da proveniência e o princípio do respeito à ordem original. Ribeiro (2001), que enxerga a arquivologia como um produto recente, tipicamente moderno, entende que o modelo que sustenta a disciplina procede de uma noção estática e meramente operacional da noção de fundo — formalizada em 1841 por Wailly — e dos princípios teóricos baseados na evidência e pragmatismo como o “respeito aos fundos” e a “ordem original”. Mesmo que o termo estivesse conectado a uma disciplina auxiliar da história ou, na área profissional ao arquivista-paleógrafo formado pela ENC, já era possível falar em uma ciência dos arquivos —

tal qual apontado por teóricos como Marques (2021) — a contar da segunda metade do século XIX.

Um dos benefícios do uso do princípio da proveniência é mencionado por MacNeil (1995), que se concentra principalmente em como a proveniência é observada. O objetivo da proveniência como um princípio abrangente "captura e comunica conhecimento sobre os amplos contextos administrativos e documentais da criação de documentos dentro de uma organização como um todo à medida que se afasta das circunstâncias originais de criação" (MacNeil, 1995, p. 30, tradução nossa). Se essa noção de proveniência for mantida e praticada na descrição, então os arquivistas podem melhor "preservar, perpetuar e autenticar o significado ao longo do tempo para que esteja disponível e compreensível para todos os usuários — presentes e potenciais" (MacNeil, 1995, p.30, tradução nossa). Neste contexto, verificamos que a aplicação extensiva do princípio da proveniência possibilita aos arquivistas a comunicação eficaz de detalhes relacionados à origem e às condições sob as quais os documentos foram originados, utilizando um sistema que é tanto padronizado quanto de fácil navegação.

Um benefício adicionado ao princípio da proveniência, notabilizado por Schellenberg (1956), é a ampliação do acesso a um público mais vasto. Sobre isso, o estudioso reconhecia a proveniência como a única forma de salvaguardar a integridade das informações contidas nos documentos, servindo também como um meio fundamental para dar início ao processo de pesquisa. No entanto, ele almejava direcionar o esforço intelectual dos arquivistas para transcender suas limitações enquanto via de acesso às informações. Salientamos que Schellenberg considerava a proveniência como o princípio exclusivo que não apenas protege os documentos e suas informações, como também fornece aos arquivistas melhores caminhos para acessar essas informações. Esse acesso expandido aos documentos é vantajoso para pesquisadores que buscam começar seus trabalhos e necessitam de documentos válidos e confiáveis, assegurados por este princípio.

Adicionalmente, Tognoli (2010) faz algumas considerações sobre como alguns teóricos compreendem e interpretam o princípio da proveniência. Ela menciona Schellenberg (1956), que discorre sobre dois princípios distintos, o da proveniência e o da ordem original; e Rousseau e Couture (1998), que, por outro lado, abordam dois graus do princípio da proveniência, integrando o respeito aos fundos à ordem original,

no segundo grau. Outro aspecto relevante diz respeito às relações todo e parte no cerne da aplicação prática do princípio da proveniência. Sobre isso, a autora pontua que a criação de documentos é vista como uma consequência natural da produção documental, surgindo por razões funcionais, administrativas e legais. Ela enfatiza que um documento é considerado arquivístico pela sua característica de pertencer a um conjunto maior. Tognoli cita Duchein (1986), afirmando que “o documento de arquivo, ao contrário do objeto de coleção ou da documentação feito de peças heterogêneas de origens diversas, possui uma *raison d'être* apenas por fazer parte de um todo”. Além disso, ela ressalta que um documento de arquivo faz parte de um processo e não é concebido isoladamente, mas como resultado de uma ação que gera outra ação e, conseqüentemente, outro documento. Tognoli (2010) reitera a ideia de Duchein de que um documento possui uma característica utilitária, que se torna evidente quando mantido em conjunto com os demais documentos relacionados.

Tognoli (2010), em sua ponderação, destaca que o princípio da proveniência é fundamental tanto teórica quanto praticamente para a arquivologia moderna, elevando-a ao *status* de disciplina ao ser universalmente considerado. Segundo suas observações, Duchein (1986) oferece justificativas teóricas e metodológicas para a aplicação universal desse princípio. Além disso, a autora estabelece que as funções arquivísticas de classificação e avaliação, fundamentais no domínio do conhecimento arquivístico, baseiam-se na proveniência e no contexto de conjuntos documentais.

4.1.7. Primeira metade do século XX: records management e ciclo vital dos documentos

Nosso exame histórico sobre a modernidade nos leva até a primeira metade do século XX, deslocando-se da Europa para os Estados Unidos da América (EUA). Este cenário norte-americano dos anos 1930 e 1940 se apresenta como um momento crucial para a arquivologia, marcado tanto por inovações tecnológicas e desenvolvimento de novos suportes de informação, quanto por uma significativa “explosão documental” resultante da expansão administrativa e da crescente complexidade das organizações.

Diante deste panorama, emerge o *records management*, um modelo planejado de gestão de documentos que abrange desde sua produção até sua destinação final, incorporando a ideia do ciclo vital dos documentos. Este conceito preconiza etapas distintas pelas quais os documentos transitam, desde sua criação até a decisão sobre sua conservação permanente ou eliminação. Verificamos que a primeira metade do século XX testemunha o surgimento de abordagens que sobrelevam o *records management*, redirecionando o foco para a avaliação dos documentos modernos. Isso resulta no protagonismo de conceitos como o de *record group*, de ciclo vital e na utilização de critérios para a estipulação de valores aos documentos. O resultado desse processo consolida o binômio *archives* e *records*, culminando, em alguns países de tradição anglo-saxônica, na secessão entre os profissionais *archivists* e *records managers*.

Mendo Carmona (1995) acentua o viés administrativo dos arquivos como o foco dos profissionais nesse período. Apesar de o século XIX ter sido um período em que a atenção se voltou majoritariamente para documentos com valor histórico, os anos 30 e 40 do século XX marcaram uma inflexão, concentrando esforços na resolução de desafios trazidos pelo crescimento organizacional e avanços técnicos em produção, reprodução e organização documental. Esta era exigiu soluções inovadoras para o tratamento de um volume crescente de documentos, priorizando a preservação do essencial.

Nesse contexto, o *records management* estabelece-se como pilar da teoria arquivística. Trata-se de uma vertente da gestão voltada ao controle completo sobre os documentos de arquivo, desde sua produção até sua destinação. O objetivo central desta abordagem é a eficiência administrativa. Segundo Mendo Carmona,

Ao lidar com documentos contemporâneos, organizando-os para uso imediato, os arquivistas não somente prestam um serviço vital ao governo, mas também garantem aos historiadores o acesso à documentação essencial para seus estudos, visto que os arquivos de hoje configuram a história do amanhã (Mendo Carmona, 1995, p. 128, tradução nossa).

De acordo com Costa Filho (2019), desde seu surgimento na década de 1940, o *records management* teve a sua aplicação voltada para a resolução de desafios práticos relacionados à enorme quantidade de documentos gerados por organizações modernas — um resultado do aumento da especialização e complexidade das

atividades administrativas, juntamente com as crescentes demandas sociais — expandiu-se rapidamente. Isso resultou na criação de um padrão consistente para o controle sistemático de documentos, desde sua criação até sua eliminação ou arquivamento permanente.

Marques (2011), nessa conjuntura, acentua a relevância do conceito de *record group*, argumentando que ele é a base do que é conhecido como o fenômeno do *records management*, consistindo em uma contribuição significativa do pensamento arquivístico norte-americano. Ela observa que, gradativamente, a tradução para "gestão de documentos" foi realizada por canadenses, franceses e espanhóis, especialmente no que diz respeito à intervenção arquivística na produção documental. Nesse aspecto, para a autora, a gestão de documentos começa a se configurar como um campo distinto, estreitamente relacionado à Administração, ao mesmo tempo em que se afasta, pelo menos em sua versão tradicionalmente associada à história, da arquivologia. A autora também notabiliza que a distinção norte-americana entre arquivos administrativos e históricos resultou em uma separação entre a gestão de documentos e a arquivologia. Citando os autores portugueses, ela menciona que "os arquivos intermédios acabaram por constituir instrumentos de desarticulação da cadeia documental na sua natural evolução" (Silva *et al.*, 1999).

Dentro desse contexto podemos enfatizar um conceito fundamental para a formação do pensamento arquivístico moderno: o ciclo vital dos documentos. Diversos estudos, de acordo com Costa Filho (2019), indicam que o ponto de partida para a formulação do conceito de ciclo de vida está relacionado à apresentação do artigo *What records shall we preserve?* de Philip C. Brooks em uma reunião da *Society of American Archivists* (SAA) em Washington, em abril de 1940. Posteriormente, o artigo intitulado *Selection of records for preservation* foi publicado no periódico *The American Archivist*, também em 1940. Nestes estudos, Brooks foi pioneiro ao sistematizar a analogia entre o processo de gestão de documentos e o ciclo de vida de um organismo biológico.

Conforme verificado em Cook (1997), a noção de ciclo vital emerge das preocupações com o tratamento dos documentos administrativos e a constante demonstração da relevância do envolvimento dos arquivistas na gestão desses documentos:

Os documentos devem primeiramente ser organizados e ativamente utilizados por seus criadores, para então serem guardados por um período adicional de menor frequência de uso em *records centers*, para, por fim, quando estiver extinto o seu uso operacional, serem selecionados, caso tenham “valor arquivístico” ou serem declarados “não arquivístico” e serem destruídos (Cook, 1997, p. 26, tradução nossa).

De forma intrinsecamente ligada à concepção do ciclo vital, merece ênfase a significativa contribuição de Schellenberg, que introduziu critérios de avaliação de documentos fundamentados na definição de valores — primário e secundário. Segundo Klumpenhower (1988), os princípios definidos por Schellenberg e as abordagens correspondentes enriquecem o conceito do ciclo de vida dos documentos. Além disso, o autor concorda que esses princípios funcionam mais como categorias de avaliação no contexto do ciclo de vida, em vez de serem simples afirmações de valor. Ilustrando essa afirmação:

O estrito delineamento entre os valores primário e secundário era claramente formulado para servir ao processo de gestão que requeria a separação administrativa de pessoal, de procedimentos e de instalações para os documentos utilizados pelos funcionários das *agencies* produtoras de documentos e para os documentos utilizados posteriormente pelos pesquisadores nos arquivos. Em segundo lugar, o conceito de valor probatório, enquanto claramente definido, destaca a estrutura e as funções da *agency* produtora de documentos como algo de significado especial, principalmente porque isso ajuda a documentar bem o ciclo de vida administrativo dos documentos. Em terceiro lugar, o conceito de valor informativo, que lida com a realidade externa ao funcionamento da *agency* original e do processo de gestão do ciclo vital, necessariamente exige uma definição da relativa importância de uma pessoa, lugar ou coisa que devem ser documentados, e na medida em que Schellenberg falhou ao oferecer tal definição, o conceito permanece vago e geral para ser útil (Klumpenhower, 1988, p. 94-95, tradução nossa).

Como resultado da concepção do ciclo de vida e das categorias de valor, observamos o fortalecimento de uma divisão profissional no campo dos arquivos, levando ao surgimento de diferentes categorias de profissionais para atuar de acordo com as fases estabelecidas no ciclo de vida. Nesse contexto, os *records managers* concentravam-se no trabalho relacionado aos documentos administrativos, ou seja, aqueles correntes e intermediários, dedicando-se ao que Schellenberg (1956) considerava documentos de valor primário. Por outro lado, os arquivistas voltavam sua atenção para os documentos históricos ou permanentes, que possuíam valor secundário.

De acordo com Costa Filho (2019), embora Schellenberg preconizasse uma maior participação dos arquivistas nas fases iniciais do ciclo de vida, sua visão também reforçava a ideia de que a participação dos arquivistas na gestão dos documentos modernos se assemelhava mais a uma maneira de garantir que esses documentos se tornassem arquivos permanentes "qualificados," devido à determinação dos valores secundários pelos arquivistas. A divisão dos documentos em ativos e semiativos, primários e secundários, foi considerada por Schellenberg como a melhor solução para as questões relacionadas à gestão de documentos modernos na época. Cook (1997) reconhece que essa visão evidencia a distinção entre *records* e *archives*, o que ocasiona um maior distanciamento entre *records managers* e *archivists*, em vez de acentuar as similaridades e interconexões.

Além disso, é fundamental ressaltar a relevância da teoria das três idades para a formação do pensamento arquivístico moderno. Vale mencionar que o primeiro teórico a fazer menção às três idades, no contexto da gestão de documentos arquivísticos, foi o francês Yves Pérotin em 1961, em artigo intitulado *L'administration et les 'trois ages'*.⁷⁴ O francês Bruno Delmas (2010) defende que "foi nesse contexto que, em 1961, Yves Pérotin, arquivista do município de Paris, formulou a teoria das três idades dos arquivos [...]". No referido artigo, Pérotin discorre acerca da concepção de três idades:

A *primeira idade* não apresenta grandes problemas teóricos. A única exigência é que os *bureaux* mantenham bons documentos e produzam dossiês que não sejam arquivados com papéis inúteis. Esses dossiês e o restante dos documentos correntes devem ser mantidos em uma boa ordem. [...]. A *segunda idade*, deve-se dizer, é definitivamente mais difícil. Nós temos visto que a administração, nesta fase, muitas vezes tem uma tendência em não reconhecer a sua prole. Ela os expulsa prematuramente de seus lares ou casas e os coloca em porões sob condições deploráveis. Os serviços de arquivo, por seu lado, hesitam em aceitar os documentos nesta fase, que — devidamente classificados — poderiam estar sob o uso dos *bureaux*, já que ainda não podem ser disponibilizados ao público, não estão bem acondicionados e que são, portanto, muito complicados. A *terceira idade* fica totalmente a cargo dos serviços de arquivo. Os administradores, porém, não são completamente estranhos a ele: eles têm colaborado na eliminação preliminar, impondo quais são seus documentos que demandam conservação e expondo seus pontos de vista com autoridade sobre o valor dos documentos. Por outro lado, eles permanecem sempre como os clientes privilegiados dos arquivos, assim garantindo excelência na documentação retrospectiva (Pérotin, 1961, p. 368-369, tradução nossa).

⁷⁴ PEROTIN, Y. L'administration et les 'trois ages' des archives, p. 1-4.

De acordo com Costa Filho (2019), a teoria das três idades consiste na principal interpretação no que se refere à aplicação prática do ciclo vital dos documentos. Marques (2011) enfatiza a importância da teoria das três idades na arquivologia, evidenciando o consenso teórico que ela trouxe para o campo, mesmo que seu caráter seja altamente contingencial, uma vez que o conceito se ajusta de acordo com as necessidades práticas de cada país.

É importante lembrar que a concepção dos arquivos intermediários, (re)inaugurando a teoria das três idades, traria certo consenso teórico para o pensamento arquivístico internacional, embora a sua aplicação seja contingencial, de acordo com as concepções de arquivo que se tem em cada país (Marques, 2011, p. 109).

Por fim, levando em conta Costa Filho (2019), constatamos que no âmago do que consideramos o pensamento arquivístico moderno, encontra-se o conceito do ciclo de vida dos documentos e, conseqüentemente, sua interpretação mais célebre: a teoria das três idades. Sua importância e aplicabilidade não estão limitadas a um período específico nem a uma localização geográfica particular, como os Estados Unidos. É possível verificar que o a noção de ciclo de vida dos documentos abrange um extenso período de aproximadamente setenta anos e continua a ser relevante. Além disso, esse conceito foi amplamente adotado, disseminado e adaptado de acordo com as necessidades práticas, mesmo sob as tradições de diferentes países.

Com base nas averiguações realizadas, podemos concluir que o ciclo de vida dos documentos é uma parte fundamental da base teórica e metodológica da arquivologia. Conforme constatado por Costa Filho (2019), observamos que o conceito do ciclo de vida dos documentos foi amplamente aceito e proporcionou uma base sólida para sua aplicação prática em um campo diversificado, influenciado por diferentes tradições sociais, culturais e administrativas e fornece uma visão que proporciona o emprego regular de uma leitura linear dos processos de gestão de documentos.

4.2. O imperativo do Estado: o arquivo como escrita e a arquivologia como saber

Se os arquivos configuram uma escrita do Estado, a arquivologia é um saber de Estado. Aquilo que tem sido legitimado internacionalmente como arquivologia permite-nos abordá-la como um saber de Estado (Jardim, 1999, p. 46).

No que diz respeito ao papel do Estado, sobretudo considerando sua feição moderna, iniciamos aqui uma interpelação ao ente responsável pela gênese de registros oficiais que dá origem aos arquivos e, conseqüentemente, valida aspectos fundamentais como provas e formação profissional. Traços da presença de arquivos no corpo estatal e governamental são provenientes da Grécia antiga, nos quais o conceito de arquivo estava estreitamente ligado a locais de exercício de poder. Nas palavras de Cook (2001, p. 18, tradução nossa), os arquivos foram tradicionalmente “fundados pelo Estado, para servir ao Estado, como partes da estrutura hierárquica e da cultura organizacionais estatais”. Para Ampudia Melo (1988, p.35, tradução nossa) “a Administração Pública cria com documentos e arquivos a linguagem que lhe é própria, e que os requer como garantia e instrumento para sua subsistência e funcionamento”.

Prosseguiremos, ao longo da subseção, com a adoção do mesmo padrão sequencial de argumentação empregada na subseção anterior. Nesta ocasião, com o fito de corroborar um dos pressupostos de nossa pesquisa — o conhecimento arquivístico se estruturou a partir de práticas originárias de arquivos do Estado e da Igreja e se formalizou em universidades e arquivos públicos — buscaremos abordar os achados modernos relativos aos arquivos e à arquivologia, que remetem a fatores como: centralização administrativa, acesso público, formação profissional, movimento associativo e configuração científica.

4.2.1. *As relações intrincadas entre arquivos e Estado*

Como praxe, nesta seção efetuamos uma regressão histórica muito necessária à elucidação de termos e conceitos doravante utilizados. Em primeiro lugar,

precisamos salientar toda a questão jurídica que perpassa os arquivos desde a antiguidade, sobretudo sua constituição como um espaço de autoridade que aquinhoa documentos com autenticidade ao longo do tempo. Base das civilizações ocidentais, esse modelo tem origens na Grécia e Roma antigas, e segundo Iacovino (2005), caracteriza-se por possuir, claramente, arquivos eivados de poder estatal servindo como recursos para o exercício da autoridade governamental contendo documentos naturalmente acumulados e gerenciados por funcionários públicos no exercício de suas funções. As instituições responsáveis pelo arquivamento atuavam como verdadeiras avalistas, visto que seus mandatos eram fundamentais para afiançar tanto transações públicas como privadas.

Elementos do direito romano, sobretudo aqueles relativos à autenticidade, constituem as bases da teoria arquivística e dos seus mais terminantes princípios. Desses, Duranti (1994) notabiliza a “fé pública” e a “memória perpétua” como conceitos peremptórios ao sistema que se forma entre documento, arquivo e sociedade, visto que “a memória perpétua expressa à relação entre documentos de arquivo e os fatos que eles atestam, e que a fé pública expressa à relação entre os arquivos e a sociedade a que servem”. Em outros termos, Iacovino (2005) sintetiza essa trama afirmando que a relação entre esses conceitos com os princípios arquivísticos está na função dos documentos públicos como memória coletiva, que ao mesmo tempo propiciam continuidade e estabilidade no plano social.

Resumidamente, com vistas a uma melhor contextualização, podemos fazer uma rápida digressão histórica nos utilizando da lição de Ampudia Mello (1988), o qual afirma que sempre que existiu qualquer tipo de organização governamental existiram arquivos produzidos e utilizados por essa. O autor complementa:

Assim, há mais de quarenta séculos, a civilização mesopotâmica não só criou um dos primeiros Estados dos quais se há notícias, como também os arquivos mais antigos que são conhecidos, formados com tábuas de argila assada, em que são registradas informações sobre as atividades daquela administração pública remota, e necessárias, sobretudo, para seu próprio funcionamento; assim como os egípcios, fenícios, gregos, romanos, gauleses, alemães, chineses, maias e astecas — para citar apenas alguns dos muitos casos que poderiam ser apontados — criaram com os mais diversos materiais e formas arquivos de suas respectivas organizações estatais, não, é claro, com o propósito de preservar notícias deles para civilizações posteriores, mas com o propósito de satisfazer as necessidades concretas e imediatas de suas próprias instituições (Ampudia Mello, 1988, p. 25, tradução nossa).

Avançando no tempo, durante o intervalo que abrange os séculos XVI a XVIII, tem-se o que Mendo Carmona (1995) considera como o desenvolvimento derradeiro da arquivologia como uma doutrina jurídica a serviço da administração. Aquilo que Bautier (1968) compreende como a fase que colaciona aos arquivos o epíteto arsenal de autoridade está ligado ao estabelecimento de um novo sistema administrativo e de governo, em virtude do Estado moderno. Caracterizado por suas monarquias absolutistas e centralizadoras, esses estados promovem a constituição de arquivos do Estado visando à concentração da documentação existente pelas coroas europeias. A autora considera que:

Era hora de reunir os documentos que tratavam do governo do Estado e que haviam permanecido espalhados até então, nas mãos de conselheiros, secretários, diplomáticos e outros membros que exerciam as funções de governo juntamente ao rei. A noção de propriedade dos arquivos foi substituída pela dos arquivos públicos, depositários dos documentos relativos ao Estado e cuja preservação era ou poderia ser de interesse público. O arquivo tornou-se elemento fundamental da máquina administrativa e, portanto, adquiriu uma função predominantemente jurídico-política, oferecendo aos soberanos documentação útil para a afirmação dos direitos da Coroa e do Estado, e para o exercício do poder em seus territórios e nas relações com estrangeiros (Mendo Carmona, 1995, p. 119, tradução nossa).

Do antigo regime podemos salientar o uso de documentos, com o intuito de apropriação da verdade subjacente a esses, para a legitimação de poder. Duchein (1992) destaca como acontecimentos relevantes do período a já abordada instituição do *Archivo de Simancas* em 1542 e, em 1610, o apontamento por parte do rei Jaime I de apontar Levinus Munck (1568-1623) e Thomas Wilson (1524-1581) como *Keepers and Registers of Papers and Records*, que passaram a gerenciar importantes acervos estatais que viriam a se constituir no futuro no *Public Records Office*, o arquivo nacional britânico. Para Duchein (1992), ambas as fundações integram o fenômeno conhecido como nascimento das monarquias administrativas na Europa, que tiveram suas administrações locais se multiplicando e se especializando rapidamente, o que culminou em uma maior valorização dos documentos.

Iacovino (2005) se utiliza do notório caso que envolve a falsificação da insigne *Doação de Constantino*⁷⁵ como tentativa de afirmação do poder da Igreja Católica.

⁷⁵ Tognoli (2010) sintetiza o episódio como uma tentativa de doação de terras e imóveis dentro e fora do território italiano realizada pelo imperador Constantino (306-337) ao Papa Silvestre I (314-335), a

Além desse episódio, a autora salienta que a utilização de documentos como instrumentos de uso de poder pelo Estado evidenciou-se ainda mais no século XVII devido às guerras diplomáticas. Essas, de acordo com Tognoli (2010), se caracterizam pelos constantes episódios de discussão sobre a autenticidade e falsidade de diplomas que comprovavam direitos de propriedade. A guerra diplomática mais notável — travada entre o jesuíta holandês Daniel Paperbroch (1628-1714) e o beneditino Jean Mabillon — ocorrida em 1665 pode ser considerada uma das origens teóricas da diplomática clássica.

O filósofo francês Derrida (2001) relaciona o sentido do arquivo a um lugar onde se exerce autoridade. Não há poder político sem o controle dos arquivos e os arquivos evidenciam o poder daqueles que buscavam determinar leituras particulares do passado. Como resultado do exercício do poder estatal, pode-se verificar que a figura do arquivo nacional funcionava como um limite entre o que — ou quem — era considerado parte da nação e que não era. Como exemplo, Berger (2013) cita os povos ciganos Roms e Sinti, que espalhados por vários estados-nação europeus, tendiam a não deixar vestígios nos respectivos arquivos nacionais desses países. O povo indígena Sami, da região da Escandinávia, foi igualmente excluído dos arquivos nacionais desses Estados. Veremos, na seção 6, deste trabalho que os esforços para a organização e o reconhecimento estatal de arquivos provenientes dessas comunidades marginalizadas são recentes.

Na visão de Berger (2013), os arquivos, em virtude de sua função legitimadora e autenticadora, se tornaram fetiches: a última palavra para a determinação da verdade histórica. Essa busca incessante pela veracidade culminou no que Derrida (2001) intitula como “mal de arquivo”, que é o “desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico” pelo arquivo (Derrida, 2001, p. 119). Berger complementa:

No entanto, tensões consideráveis se desenvolveram entre as reivindicações de verdade dos arquivos e sua óbvia função legitimadora para os estados-nação. Afinal, era dos arquivos nacionais que as narrativas mestras históricas dos Estados-nação deveriam emergir. A importância atribuída a eles estava diretamente relacionada à importância da formação da nação na Europa do século XIX. Os Estados-nação que surgiram no século XIX eram muitas vezes particularmente rápidos no estabelecimento de arquivos nacionais. Em todos os lugares, os arquivos nacionais tornaram-se a espinha dorsal

qual foi refutada a partir de crítica filológica empregada no documento por Lorenzo Valla (1407-1457) em 1440.

institucional de grandes projetos editoriais compilando documentos-chave (Berger, 2013, p. 12, tradução nossa).

4.2.2. O enquadramento estatal na definição consagrada de arquivo

O ideário de Iacovino (2005) mais uma vez se manifesta fundamental para nossa análise sobre as influências da esfera estatal no delineamento do saber arquivístico, sobretudo a definição incipiente de seu objeto de estudo. Escolhemos aqui o célebre manual elaborado na Holanda, em 1898, pois, conforme já afirmado ao longo desta tese, trata-se de representante privilegiado. Ridener (2009) corrobora com um de nossos pressupostos de pesquisa ao declarar que o aludido manual foi escrito em um contexto de mudanças ao redor do mundo, sobretudo quanto ao poder e à influência das nações e de seus respectivos governos nacionais. A elaboração do manual tem como pano de fundo o momento que a modernidade alcançava seu ápice sob os auspícios da velocidade e da eficiência. Após a breve contextualização, salientamos o que os arquivistas holandeses compreendiam por arquivo:

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (Muller; Feith; Fruin, 1973, p. 13).

Da renomada definição de arquivo presente no manual holandês podemos verificar que seu escopo é restritivo ao ambiente estatal, isto é, considera aspectos próprios e exclusivos do Estado: órgãos administrativos ou funcionários atuando na produção e no recebimento de documentos no transcurso de uma atividade oficial. Muller, Fruin e Feith soblevam essa questão no exame pormenorizado de cada trecho que compõe a definição apresentada acima:

Oficialmente. Somente os documentos oficiais, isto é, os recebidos ou produzidos pelos órgãos administrativos ou pelos funcionários, «a título oficial», pertencem ao arquivo. Os recebidos ou produzidos a outro título, pelos membros de um órgão administrativo, ou pelos seus funcionários, e frequentemente encontrados no arquivo, não lhe pertencem. Da mesma forma, as cartas particulares a funcionários dele não fazem parte (Muller; Feith; Fruin, 1973, p.15).

Para Parkinson (1993), a teoria arquivística tradicional é baseada em conceitos de estrutura, autoridade e competências. Logo, seus principais atributos estão bastante próximos ao ideário weberiano. Outro aspecto definidor é a custódia estatal como outro requisito básico inerente à identidade do arquivo. Lodolini (1993), com base em Bautier, tece comentários sobre o escopo de aplicabilidade do referido manual. Para ele, no âmbito da obra aludida, somente são considerados documentos de arquivo aqueles formados e conservados por parte da administração pública, excluindo-se dessa qualidade, portanto, os arquivos privados. Para o teórico, a assimilação dos holandeses tem suas raízes abalizadas na concepção jurídico-administrativa dos arquivos:

Mas, em nossa opinião, a exclusão dos arquivos privados da categoria de 'arquivos' não deriva da predominância do aspecto histórico, mas, pelo contrário, precisamente de uma concepção jurídico-administrativa do arquivo e da afirmação da 'fé pública' inerente ao documento de arquivo, que obviamente diz respeito apenas ao arquivo público (Lodolini, 1993, p. 142, tradução nossa).

A vinculação à esfera estatal se apresenta tão convincente no desenvolvimento da teoria arquivística que Lodolini (1993), ao investigar opiniões sobre a amplitude do termo "arquivo", caracteriza como uma corrente teórica singular as ideias que vertem para a consideração de arquivos apenas aqueles inerentemente públicos, excluindo-se os privados. "A visão de que os arquivos seriam apenas públicos, aliás, pode ser considerada como consequência direta da fé pública atribuída aos arquivos na Idade Média e, em parte, na era moderna" (Lodolini, 1993, p. 77, tradução nossa). Logo, considerando-se o recorte temporal empreendido em sua pesquisa, Lodolini verificava uma presença determinante de teóricos que seguiam rigorosamente a regra formalizada no canônico manual holandês que considera como arquivo somente aqueles produzidos por uma autoridade pública.

4.2.3. A presença da dimensão burocrática na formação prática arquivística moderna

Um ponto fundamental para adentrarmos no terreno do Estado moderno é compreender uma de suas principais facetas: a teorização acerca da burocracia

engendrada por Weber. Mortensen (1999) afirma que diversos estudiosos asseguram que a teoria e prática arquivísticas dependem fortemente da perspectiva weberiana e complementa:

Notavelmente, isso não é surpreendente: a teoria arquivística moderna, do manual holandês a Jenkinson e Schellenberg, desenvolveu-se em grande parte como resposta aos problemas do gerenciamento do enorme número de documentos gerados pelas estruturas burocráticas estudadas por Weber. É claro, então, como este exemplo ilustra, que uma mudança política, social e econômica pode influenciar a teoria e a prática arquivísticas (Mortensen, 1999, p. 15, tradução nossa).

Verificamos, e pretendemos clarificar esse ponto até o fim de nosso intento, que há uma confluência conceitual que julgamos fundamental: o relacionamento progressivo entre a burocracia estatal — uma das principais expressões modernas — e as raízes do conhecimento arquivístico. Já vimos na subseção 1.4 deste trabalho que a burocracia se sustenta pela crença na legitimidade das ordens estatuídas pelo Estado e do direito de mando daqueles nomeados por esse para exercer a dominação. Além do mais, a administração pública orientada pelo modelo burocrático edificou-se gradativamente com a estruturação de um sistema composto por serviços, órgãos e agências dotados de funções públicas. Dentre esses, dirigimos nosso foco à incumbência estatal de proteção dos documentos públicos e aos órgãos designados para a consecução dessa missão.

Achamos em Parkinson (1993), em especial em suas pesquisas acerca do *accountability* governamental, elementos para embasar nosso arrazoado sobre o desenvolvimento de burocracias estatais no século dezoito e sua estreita correlação com arquivos — fato corroborado por diversos estudiosos do campo da administração. Ao analisar o ideário de Jeremy Bentham (1748-1832)⁷⁶, a autora localiza comprovações da substancialidade de documentos como instrumentos de controle dentro de uma organização e utiliza como exemplo o uso crescente de informações acerca do comportamento e de resultados de subordinados. Além disso, Parkinson (1993) também encontra na obra de John Stuart Mill (1806-1873)⁷⁷ asserções acerca do argumento de que uma boa máquina governamental deve assegurar que “um correto e inteligível documento” seja mantido. De acordo com Weber (1999), ações e

⁷⁶ HUME, L. J. **Bentham and Bureaucracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

⁷⁷ MILL, J. S. **Consideration on Representative Government**. London: The Floating Press, 2009.

decisões são tomadas com base em regulamentos escritos. Os registros documentais fornecem um mecanismo para monitoramento do desempenho de indivíduos e estabelecem precedentes para ações futuras. Os arquivos documentam essas decisões e, na visão do teórico, devem ser preservados em sua forma original.

O problema do aumento significativo da massa de documentos teve importância crescente ao longo dos séculos XVII e XVIII à medida que os Estados-nação formavam sua estrutura burocrática e o consequente uso de documentos escritos espalhava-se consideravelmente. Brichford (1982) ressalta que uma série de processos e dossiês, das mais variadas finalidades governamentais — como penais, militares e de saúde —, tornaram-se corriqueiros, assim como os sistemas de gerenciamento desenvolvidos para o tratamento adequado desses documentos. Já pode se verificar, nesse período, a existência de critérios classificatórios utilizados por cartórios na identificação antecipada de valores documentais visando à destruição ou separação para arquivamento levando em consideração essa avaliação.

Assim sendo, um componente crucial no processo de estabelecimento de arquivos nacionais, além dos fatores anteriormente elencados, é a dimensão burocrática. Gordon (2014), inspirado nas ideias de Schellenberg (1956), defende que a criação de um sistema arquivístico nacional impulsiona uma burocracia governamental mais eficiente, bem como reforça a função democrática dos arquivos. Uma coordenação centralizada, baseada em regras padronizadas, tem o poder de influenciar e orientar os diversos órgãos estatais. Este aspecto leva a um ponto de discussão essencial para a próxima subseção, que se debruçará sobre a custódia, centralização e responsabilidade do Estado na tutela e gestão dos arquivos.

4.2.4. Arquivos como pilares da legitimidade estatal: a atuação do Estado moderno na concentração e custódia de arquivos

Nesse período, verificamos as primeiras tentativas de concentrar arquivos em repositórios centralizados e especializados, sob a responsabilidade de entidades que podem ser consideradas protótipos dos arquivos nacionais modernos. Cruz Mundet (1993) reconhece que o início deste processo acontece na Espanha, com a concentração de arquivos na *Chancillería de Valladolid*, ordenada pelos reis católicos

espanhóis em 1489. Em seguida, Carlos V, em 1545, é responsável por rematar a concentração de arquivos procedentes de todos os conselhos, audiências, *chancillerías*, tesourarias, secretarias e outros órgãos integrantes do Estado.

A consagração desse processo ocorre com a instituição do *Archivo de Simancas*, e Duchein (1992) julga que aprovação do *Reglamento para el Gobierno del Archivo de Simancas*, em 1588, pode ser considerado como o primeiro documento conhecido sobre esta matéria. Seguido como modelo de organização por outros países europeus, Cruz Mundet (1993) salienta a relevância e o pioneirismo do arquivo do Estado da Espanha desde o começo do século XVI: a França inicia esse processo em 1589; na Itália, há a criação dos arquivos de Florença, Siena e Vaticano em 1610; e na Inglaterra há a fundação do *State Paper Office* em 1578. Para Ribeiro (2018, p.17), “os arquivos dos Estados modernos conhecem nesta época um incremento considerável e muitos monarcas europeus investem na sua organização”.

A partir do século XVII, Mendo Carmona (1995) chama a atenção para o desenvolvimento de uma literatura própria para as questões relativas aos arquivos, fomentada, principalmente, por tópicos alusivos a seu aspecto jurídico. Ainda no final do século XVI, a autora sublinha os tratados que defendiam incisivamente a necessidade de manutenção de arquivos em virtude do interesse prático do Estado e, em especial na Espanha, sobre o aparecimento de estudos sobre a paleografia, que se justificam pela necessidade crescente de leitura de documentos antigos com vistas à garantia dos direitos de seus proprietários.

Ao longo do século XVII verifica-se uma melhora nos métodos de concentração de acervos em grandes depósitos e na organização de arquivos administrativos. Todavia, é no século XVIII, precisamente a partir do ano de 1720, que Cruz Mundet (1993) constata eventos distintivos quanto à forma de concentração e ao reagrupamento de arquivos, conforme pode ser visualizado no Quadro 2.

Quadro 2 - Eventos notáveis no âmbito da concentração e reagrupamento de arquivos

País	Ação Arquivística
Itália	Reorganização dos arquivos do Estado de Saboya, em Turim.

País	Ação Arquivística
Rússia	Instituição de dois arquivos centrais pelo czar Pedro o Grande para todo o território.
Áustria	Concentração de todos os depósitos documentais dispersos no <i>Haus-Hof-und Staatsarchiv</i> de Viena por María Teresa, em 1749.
Escócia	Fundação da <i>Register House</i> , em 1774
Espanha	Concentração de toda a documentação relativas aos territórios ultramarinos no Arquivo das Índias, em 1781.

Fonte: Baseado em Cruz Mundet (1993).

Dos eventos listados, que caracterizam o primeiro grande movimento uniformizado de centralização arquivística, Cruz Mundet (1993) extrai duas características importantes da concentração de arquivos pelo Estado: a aquisição de uma consciência clara por parte dos governantes quanto à significância dos documentos para o governo e para a administração; e a concepção de que arquivos funcionam perfeitamente como fontes de poder, imprescindíveis ao exercício do poder externo e interno — diante de outros estados e de seu povo respectivamente — e à afirmação de seus direitos. Utilizando-se do respeitável referencial de Bautier e Favier, o autor elege três conceitos como formadores da nova concepção de arquivos como fontes de poder e arsenais de autoridade:

- Reivindicação da posse de documentos públicos: tendo em vista a obtenção de direitos sobre todos os documentos públicos, as monarquias começam a requerer a posse da documentação que porventura estivesse sob o poder de funcionários em razão do exercício de seus cargos. Nas palavras do autor, “trata-se do exercício do direito superior que possui o Estado sobre o conjunto da documentação pública e o direito que lhe assiste a reivindicá-la” (Cruz Mundet, 1993, p. 116, tradução nossa).
- Tomada de consciência quanto à organização documental: esta visão dos arquivos como instrumentos representativos de poder e autoridade não foi privativa dos soberanos, mas outros tipos de entidades, tanto públicas como

privadas. Tal fato as levou, paralelamente, ao reconhecimento da importância que tinha a organização de seus fundos documentais. Este é o momento no qual os municípios, parlamentos etc., empreendem e observam com assiduidade a estruturação dos seus fundos.

- Instituição do princípio do segredo e da proibição de acesso sem autorização real: enquanto fonte de poder, a concepção do arquivo como território inexpugnável e presidido pelo princípio do segredo e incomunicabilidade é reforçada. Começando pelo regulamento de Simancas e continuando pelos que se lhe seguiram, institui-se o princípio do segredo, o que quer dizer, a proibição de acesso e comunicação sem autorização real, ainda que de trate de altos dignatários da administração.

Sobre o primeiro ponto, julgamos relevante notabilizar o exemplo francês — materializado pela já mencionada circular de 1841 — como a maior expressão de uma resposta às desorganizações causadas pela concentração arrebatadora de arquivos. De acordo com Ribeiro (2018), conquanto a política concentracionista dos fundos documentais, implementada pelo novo regime liberal em prol da defesa da memória da Nação, tenha tido efeitos muito importantes no tocante à salvaguarda dos arquivos, consequências gravosas também foram significativas. As incorporações em massa de conjuntos documentais aos arquivos do Estado produziram sistemáticas de organização díspares e conduziram a uma reordenação metódica dos documentos, a partir de classificações antinaturais que adulteraram a relação orgânica original que os fundos apresentavam nos seus locais de origem, e a uma acumulação caótica de conjuntos documentais de múltiplas proveniências.

A despeito disso, verificamos um importante fator positivo para o desenvolvimento teórico da arquivologia, que consiste na necessidade de tratamento e de organização das massas documentais que passaram a estar sob tutela do Estado, como pressuposto para o surgimento de profissionais habilitados para desempenhar essas tarefas. Assim, podemos afirmar que o impulso dado à formação profissional no âmbito dos arquivos tem como um de seus precursores o Estado.

Novamente, em nosso percurso, a Revolução Francesa aparece como pedra angular da nossa exploração. Podemos, igualmente, destacar relevantes aspectos da

atuação do Estado nas repercussões da revolução na França e na Europa Ocidental. Primeiramente, relembremos o que destacamos da apreciação de Gordon (2014) como as principais inovações trazidas por este evento histórico: a centralização de arquivos e uma consequente sistematização a nível nacional; a manifestação do direito de acesso público aos documentos; o reconhecimento da responsabilidade estatal pela proteção e preservação de documentos com valor jurídico e histórico; e o papel dos arquivos na construção de uma identidade nacional. Antes de procedermos à análise de cada um dos itens, fazemos questão de frisar que nosso intento se pauta na premissa de que a atuação estatal, compreendendo de igual modo todo seu aparato burocrático administrativo, perpassa todo o panorama retratado.

Já podemos visualizar tal afirmação no primeiro tópico, o qual remete à concentração de arquivos com vistas à uma administração centralizada em âmbito nacional. O tema já teve seu embrião delineado aqui nesta subseção, quando de nossa menção à fase categorizada por Bautier (1968) como arsenal de autoridade. Agora, a partir de uma perspectiva eminentemente moderna, devemos sobrelevar a figura do arquivo nacional como central nesse processo. Mendo Carmona (1995) frisa que a queda do antigo regime permitiu a concentração de arquivos de instituições público e privadas extintas — já não mais necessários do ponto de vista administrativo — em depósitos únicos, dando origem a um arquivo nacional. Ademais, o Estado, nesse momento, assumia a responsabilidade pela custódia e preservação desses documentos, atuando também na promoção do acesso público por seus cidadãos. Por isso, podemos ver razões suficientes para que essas instituições arquivísticas fossem dotadas de uma infraestrutura administrativa. Dos mais relevantes, a autora enfatiza o *Archives Nationales* francês (1789), o *Public Record Office* britânico (1851), o *Archivo General Central del Reino* espanhol (1858), *Archivo Histórico Nacional* também espanhol (1866) e o *Archivio di Stato de Roma* em (1871).

No discernimento de Berger (2013), a centralização de arquivos é característica inerente ao projeto de existência e consolidação do Estado-nação. Quanto mais centralizado o Estado, mais centralizados são os seus arquivos. Exemplar desse fenômeno é a formação das nações francesa e espanhola no século XIX, que demonstra claramente a convergência de acervos para as respectivas capitais desses países. Na França, por exemplo, Berger cita o empreendimento megalomaniaco de Napoleão Bonaparte (1769-1821) baseado na ideia de um *Archive de l'Empire* capaz

de reunir os arquivos de todas as nações ocupadas. Outra amostra importante pode ser observada na Alemanha dos anos 1800 com a ascensão do ideal de um arquivo central em Berlim — para onde deveriam ser enviados todos os documentos de ministérios e administrações provinciais — como artefato para a promoção da identidade nacional alemã.

É sob essa órbita que Berger (2013) alvitra que nenhum Estado-nação se recusou a construir arquivos nacionais no século XIX, visto que essas instituições funcionariam como verdadeiros repositórios do passado nacional. Cabia ao Estado, precipuamente, decidir sobre o que seria mantido ou destruído e estabelecer regramento básico quanto ao acesso, determinando quais parcelas deveriam permanecer secretas e quais poderiam se tornar públicas.

4.2.5. Abertura dos arquivos ao público

Quanto à questão do acesso aos arquivos pelo público, observamos que a figura do Estado sempre foi central nesse processo. Coube à administração pública a mediação dos pedidos de acesso e de permissão de uso de documentos, que sempre foi um requisito básico de qualquer pesquisa em arquivos. Já tratamos anteriormente do caso francês inaugurado pela lei aprovada em 25 de junho de 1795, a qual conferia ao acesso e uso de arquivos o caráter de direito cívico. Todavia, Müller (2013) sobreleva que no passado recente, no restante da Europa, a prática comum era que súditos apresentassem um apelo formal à autoridade estatal, o soberano, para que ele deliberasse acerca do fornecimento de uma cópia ou extrato de documentos pertencentes aos arquivos do estado. Nesse período, Berger (2013) afirma que a avaliação da solicitação de acesso também levava em consideração a personalidade do requerente. Isto é, ratificando a segregação expressada logo acima, grupos específicos — sobretudo estrangeiros — encontravam grandes dificuldades impostas pelo Estado para a garantia de seus direitos.

Nessa esteira, no decorrer do século XIX, o processo tornou-se mais burocrático e menos individualizado. O autor salienta que o processo para que o uso de arquivos fizesse parte de uma cultura histórica rotineira não se deu de imediato, e ocorreu deveras lentamente. Enquanto isso, os profissionais responsáveis pelos

arquivos cumpriam seu papel de guardiões com destreza e Berger (2013) apresenta detalhadamente situações que explicitam o relacionamento entre pleiteantes e representantes do Estado. Fosse na Rússia, Áustria, Hungria, Prússia ou Baviera, todos os requisitantes necessitavam obter uma permissão do chefe do órgão responsável pelo arquivo específico antes de que pudessem proceder com sua entrada. Müller (2010) salienta que o poder conferido aos arquivistas era tamanho que, por muito tempo, permitiu que esses pudessem silenciar fontes. O autor cita, como exemplo, o caso do historiador alemão Ranke que costumava se apresentar pessoalmente aos funcionários públicos responsáveis — arquivistas — para causar uma boa impressão, visto que esses detinham as chaves dos acervos. O bom trato se estendia à execução dos trabalhos de pesquisa e Müller (2010) cita uma frase de Ranke sobre esse relacionamento: “favor e boa vontade exigiam lealdade, caso o peticionário não quisesse perder suas fontes de apoio” (Müller, 2010, p. 119). O autor também menciona o caso do historiador austríaco Baron von Hormayr (1782-1848) que precisava ressaltar o “elevado amor do soberano pela ciência e pela arte, apelar à boa vontade e misericórdia do soberano em demandas precedentes e elogiar a riqueza dos tesouros de posse do Estado”.

Ainda sobre a autorização de acesso por autoridades estatais, Berger (2013) sustenta que o interesse das autoridades pelos arquivos encontrava justificativa no fato da eventualidade de emergir das profundezas dos arquivos possíveis revelações advindas dos documentos que pudessem levar a escândalos ou à divulgação de verdades indesejadas. Sobre a atuação dos arquivistas como verdadeiros agentes garantidores do poder do Estado, o autor complementa a descrição desse cenário afirmando que:

É também por isso que eles raramente concediam acesso integral e estavam bastante interessados em manter o controle sobre todo o material disponível. Eles frequentemente insistiam em examinar notas privadas feitas pelos usuários, e muitos arquivos pediam aos seus usuários que entregassem seus excertos ao saírem do arquivo para que pudessem corrigir qualquer uso indiscreto ou desleal do arquivo. O conhecimento oculto sobre os arquivos foi tratado como propriedade do Estado, e o Estado manteve um controle rígido sobre o material. O primeiro-ministro italiano Giolitti justificou sua recusa em conceder acesso aos arquivos italianos para o período após 1814 por seu desejo de impedir que os historiadores destruíssem ‘os belos mitos do *Risorgimento*’ (Berger, 2013, p. 7, tradução nossa).

No que concerne à responsabilidade estatal pela proteção de documentos, devemos notabilizar como decorrência fundamental desse fenômeno o fomento do interesse pela pesquisa histórica. Com base em Gordon (2014), podemos afirmar que o Estado propiciou os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina historiográfica. Como fundamentação do disposto, o autor considera que no período pós-revolucionário, houve um importante movimento realizado pelo Estado francês para preservar documentos oriundos do *ancien régime*, bem como para o gerenciamento dos próprios registros do governo vigente. Esse esforço pode ser visto como um reconhecimento pelo Estado de seu papel na proteção do patrimônio documental da França.

O início do mandato histórico inerente aos arquivos modernos, já discutido na subseção anterior, somente tem sua viabilização possibilitada depois que o Estado intervém por intermédio da assembleia, que aprova leis que reconheceram a responsabilidade do Estado pela garantia da preservação de registros com histórico, valor educacional e legal durante a década de 1790 (Posner, 1940). Há clara vinculação do que o autor chama de mandato histórico — momento em que historiadores passam a ver os arquivos como fontes preferidas para o cumprimento das demandas da nova ciência da história — com a atuação do Estado na preparação dos arquivos para atender às necessidades dessa classe de profissionais. Rabello e Rodrigues (2016) reforçam o papel do Estado como responsável pela incitação, e viabilização, do entusiasmo de pesquisadores na dimensão histórica dos arquivos no século XIX:

[...] Além disso, para os historiadores 'tradicionais', a historiografia somente seria possível por meio de documentos escritos que permitiriam '[...] atingir numa imagem a mais próxima possível daquela que teria dado a observação direta do fato passado.' (Chartier, 1978, p.517). Parte dessa crença incorporada pela historiografia do século XIX decorre, em grande medida, da autoridade conferida pelo Estado à instituição arquivo, sendo esta decisiva para a atribuição de valor de autenticidade legal ao documento, podendo assumir natureza jurídica por refletir em suas inscrições as relações entre o Estado e os cidadãos — esferas políticas, legais, sociais e administrativas (Rabello; Rodrigues, 2016, p. 8).

Fenômeno conseqüente da criação de arquivos nacionais é, de acordo com Posner (1940), o desenvolvimento de uma consciência mais apurada quanto à individualidade nacional e ao início do uso da história nacional como poderoso recurso de encorajamento da população em momentos de crises e desastres. Nesse aspecto,

o Estado aparece mais uma vez como protagonista visto que assegura a disponibilização e publicação de fontes documentais pelos novos arquivos nacionais. Frisamos que essas foram medidas fundamentais para o estímulo da escrita da história e, por conseguinte, constituíram instrumentos incontestáveis para o fortalecimento do movimento historiográfico do século XIX. Nesse ponto, podemos acentuar também que o sentimento de pertencimento nacional foi crucial para o desenvolvimento, pelo Estado, de cursos e treinamentos visando dotar os arquivos de profissionais competentes e comprometidos com o cumprimento da missão de atender aos anseios dos pesquisadores.

4.2.6. Arquivos como fontes de poder: a supremacia do discurso estatal

Após elucidar a profunda relação entre arquivos e Estado, em especial pela perspectiva burocrática, nosso foco voltar-se-á ao que antecipamos no final da subseção 2.4: a acumulação de capital informacional e seu papel como veículo de exercício do poder simbólico — que se manifesta em sua faceta administrativa, criadora e burocrática — e como fundamento para discursos oficiais. Ancoramo-nos na visão de Jardim (1999) — que também inspira o título desta subseção — sobre as conexões entre o arquivo como expressão escrita e a arquivologia enquanto domínio estatal. Para embasar sua posição, Jardim recorre às reflexões de Chartier, Bourdieu e Pulantzas, estabelecendo premissas chave: o Estado como epicentro de capital informacional; os arquivos representando materializações do capital simbólico estatal, atuando como agentes desse poder; e a arquivologia sendo moldada e disseminada no ambiente estatal, especialmente nas instituições arquivísticas.

As relações acentuadas por Jardim (1999) são exemplificadas por Cruz Mundet (1993), que considera os arquivos como uma fonte de justificação jurídica do poder, não apenas pelo que os governos realizavam quando da sua utilização, mas pela fundamentação da existência do Estado, conferindo legitimidade a todas as ações desde as suas origens. Quanto ao capital informacional, Jardim (1999) adota a perspectiva bourdieusiana para afirmar que o processo de constituição do Estado moderno trouxe consigo uma concentração de capital econômico, que se deu com a instauração de um fisco unificado, juntamente de um capital informacional e de um

simbólico. A ação do Estado que visa à homogeneização das formas de comunicação burocrática, como exemplo impressos e formulários, consiste na objetivação do capital simbólico. Assim, os arquivos nada mais são que facetas dessa objetivação, constituindo métodos de governo e de gestão, inerentes ao campo administrativo. O pensador francês estabelece que o capital simbólico inerente ao Estado consiste, parcialmente, em capital de informação no cerne de uma dimensão objetiva — como é o caso da cartografia, do recenseamento, da estatística, do meio escrito, do arquivo — e se manifesta em operações unificadas, totalizadoras, universalizantes e homogeneizadoras, como forma de racionalidade burocrática (Bourdieu, 1996). O teórico complementa:

A concentração das forças armadas e dos recursos financeiros necessários para mantê-las não funciona sem a concentração de um capital simbólico de reconhecimento, de legitimidade. É preciso que os corpos de agentes encarregados de cobrar o imposto e capazes de fazê-lo sem desviá-lo em proveito próprio e os métodos de governo e de gestão que ele põe em ação — contabilidade, arquivos, julgamento das desavenças, procedimentos, controle dos procedimentos etc. — possam ser conhecidos e reconhecidos como legítimos, que sejam ‘facilmente identificados com a pessoa, a dignidade do poder’ (Bourdieu, 1996, p. 105).

Ademais, Jardim (1999, p.46) assinala que “os arquivos constituem agências do poder simbólico com caráter classificatório, explícito ou implícito, em suas práticas”. Ainda, o autor sugere que se os arquivos configuram uma escrita do Estado, visto que todo o agir estatal deixa marcas escritas, a arquivologia pode ser considerada um saber que nasce dessa dinâmica. Dos elementos balizadores sugeridos por Jardim acerca de uma perspectiva teórica que coaduna arquivos e estado, salientamos:

- A informação arquivística reflete e fornece elementos à construção de uma racionalidade estatal;
- Os dispositivos de gestão dessa informação expressam um domínio do saber — o arquivístico — que resulta dessa mesma racionalidade;
- Pelo seu próprio caráter reflexo da ação do Estado, a informação arquivística expressa os demais saberes, discursos e práticas do Estado;
- O controle do capital informacional do Estado — do qual os arquivos constituem parte significativa — é um fator decisivo para a produção e a reprodução de hegemonia;
- Os arquivos — sejam como conjuntos documentais ou como agências do aparelho de Estado — constituem um mecanismo de legitimação do Estado e simultaneamente agências do poder simbólico;

- A legitimidade do domínio do Estado encontra-se diretamente relacionada ao acúmulo de capital informacional, no aparelho de Estado, por parte dos setores dirigentes [...] (Jardim, 1999, p.47).

Persistimos na apreciação do Estado como concentrador de capital informacional e simbólico, pois entendemos que ela é o caminho para trazermos à luz mais elementos clarificadores de nosso intento. Rabello e Rodrigues (2016) também se apoiam em Bourdieu para analisarem a materialidade da informação em uma dimensão simbólica. Insere-se nesta lógica o debate concernente à simbolização do discurso estatal enquanto oficial por decorrer de situação de autoridade. Em vista disso, os autores compreendem que a validação institucional dos atributos de autoridade do documento de arquivo está intrinsecamente relacionada à lógica de funcionamento do Estado burocrático moderno. Tal visão fica clara quando os autores assinalam que “embora os atos dos sujeitos personificados na figura universal do Estado sejam arbitrários o reconhecimento de sua autorização de fazê-lo lhe confere uma espécie de submissão a uma ‘impostura legítima’” (Rabello; Rodrigues, 2016, p. 11).

Visando à clarificação dessa articulação, os autores apresentam uma exemplificação baseada na análise de atos ou discursos oficiais. Utilizando como amostras a nomeação ou o atestado, os autores conseguem discorrer que esses são simbolicamente eficientes em virtude de seu fazimento em uma situação de autoridade, por pessoas autorizadas, em um rito oficial, que agem *ex officio*, como detentores de uma função pública atribuída pelo Estado.

A autoridade dos discursos oficiais do Estado se concretiza a partir da aceitação desse domínio simbólico por parte dos agentes que se defrontam como uma forma de validação externa, delegada, legitimada e capaz de criar, instituir, nomear, declarar, prescrever e, em sua materialidade, registrar em documentos sua vontade. Ora, se por um lado a burocracia impõe um tipo de racionalidade, por outro também traz consigo o imperativo da crença a um poder simbólico universal que se impõe às particularidades (Rabello; Rodrigues, 2016, p. 12).

Malgrado as questões internas imanentes ao poder exercido pelo Estado tenham se sobressaído às externas, quando de nossa exploração até aqui, fazemos questão de externar, ainda que sumariamente, como o uso dos arquivos no contexto de conflitos entre nações se faz imperioso. Para cumprir tal tarefa, recorreremos novamente a Berger (2013), especificamente no que toca seu argumento de que

revoluções sejam frequentemente associadas à destruição e reorganização de arquivos. Nesse ponto, o autor cita que revolucionários costumaram ser hostis aos documentos de arquivo, visto que visualizavam ali símbolos da repressão a que estavam ordinariamente subordinados.

Nos casos de ocupações de países por outros são comuns os registros de perdas significativas ou deportação de acervos. Muitas vezes a potência ocupante tentou pela transferência forçada de arquivos para o seu centro de poder, muitas vezes sua capital. Como exemplo, Luís XIV (1638-1715), em suas guerras quase que constantes, estava habituado a se apoderar dos arquivos dos territórios invadidos e a proceder imediatamente com sua transmissão para Paris. Napoleão, de igual modo, nos fornece outro bom exemplar, visto que em sua conquista europeia viu-se uma série de saques de arquivos em todos os países ocupados com o conseqüente transporte para a capital da França. No cenário da II Guerra Mundial, o autor menciona as viagens de arquivistas por toda a Europa a fim de avaliarem quais fundos de arquivos deveriam ser transferidos ao Reich alemão.

A representação simbólica dessa operação pode estar ligada, na visão de Berger (2013), à efetivação de uma anexação territorial. Assim como a presença de soldados nas ruas, a tomada de arquivos também constitui uma representação eloquente da perda de soberania de uma nação. Além disso, para o autor há o que ele entende como a possibilidade de suplantação de uma narrativa mestra⁷⁸ autenticada por outra. A reescrita da história pode ter seu prólogo em atos de violência contra lugares de memória — e seus conteúdos — que simbolizam fontes de autenticação da narrativa mestra derrotada. Encerramos esse assunto reafirmando a forte vinculação entre nacionalismo e arquivos desde o século XIX. Esse ímpeto justifica-se pelo fato de o Estado ter os documentos de arquivo como referências vitais da verdade acerca de suas origens e como recursos estratégicos quanto à afirmação de sua superioridade perante os seus vizinhos.

⁷⁸ Silva (2000, p. 78), baseando-se nas lições acerca do pós-modernismo de Lyotard, sintetiza metanarrativa como 'qualquer sistema teórico ou filosófico com pretensões de fornecer descrições ou explicações abrangentes e totalizantes do mundo ou da vida social. O termo pode ser compreendido com o mesmo sentido 'grande narrativa' ou 'narrativa mestra'. Aqui, nesta tese, optamos pela utilização de metanarrativa quando da abordagem da construção teórica da arquivologia. Narrativa mestra aparecerá quando tratarmos das relações entre arquivos, memória, poder e Estado.

Por derradeiro, podemos extrair contributos significantes para compor a validação de nosso pressuposto referente à arquivologia como espelho da visão de mundo dominante. O pequeno apanhado histórico acerca das principais facetas do Estado e das teorias concernentes à sua origem, ao seu funcionamento e à sua autoridade, oferece subsídios expressivos à compreensão do olhar moderno para os arquivos e do delineamento das teorias medulares da arquivologia. Adiante, exploraremos de que forma a influência estatal moldou a constituição da metanarrativa moderna que fundamenta extensivamente a teoria arquivística.

4.3. Sinais da modernidade no delineamento dos fundamentos da arquivologia

Refletir acerca da constituição científica da arquivologia nos leva, inevitavelmente, à análise da consolidação da ciência moderna como forma legítima de produção de conhecimento e de intervenção na natureza e na sociedade (Schmidt, 2012). O cruzamento entre a construção moderna e positivista do saber e a configuração de uma teoria distintiva para embasar o estudo dos arquivos constitui o cerne desta subseção. Para facilitar nossa construção argumentativa, basearemos nossa discussão nos achados decorrentes das inquirições realizadas nesta seção e nas já mencionadas abordagens realizadas por Gilliland (2000) quanto aos fundamentos teóricos e metodológicos básicos da arquivologia — os quais conjugamos no rol exemplificativo a seguir:

- santidade da evidência;
- respeito aos fundos, proveniência e ordem original;
- ciclo vital dos documentos e abordagem das três idades;
- natureza orgânica dos documentos;
- hierarquia de documentos e de suas descrições.

Antes de procedermos com o exame dos sinais da modernidade presentes no balizamento teórico da arquivologia, abordando subsidiariamente os fundamentos elencados acima, precisamos analisar de que forma a arquivologia pode ser caracterizada como uma disciplina que compartilha do estatuto científico positivista e

moderno. Preliminarmente, relembremos as decorrências procedentes da investigação empreendida na seção 2 deste trabalho. O corpo de conceitos erigido é significativo e nos exige determinar um parâmetro quanto à forma de abordagem de cada um deles ao longo desta subseção. Como exemplo, vimos que, conforme Santos (2010), os princípios epistemológicos e as regras metodológicas inerentes à ciência moderna dizem respeito a separar, quantificar, classificar, determinar relações sistemáticas e rejeitar tudo o que não seja objetivo. Esses termos também aparecem naquilo que Morin e Le Moigne (2000) colocam como os sustentáculos do saber científico moderno, sintetizados em três pilares: ordem, separabilidade e razão. Cabe ressaltar que cada princípio acarreta facetas particulares — tais como determinismo, mecanicismo, reducionismo e disjunção.

A quantidade de termos se estende quando chegamos à descrição do pensamento positivista, que é base do fazer científico moderno, e compreende ideias que abrangem as características aludidas anteriormente. Salientamos o foco no estudo e no exame de fenômenos anteriores e mais genéricos, com o intuito de se compreender como esses influenciam os fenômenos subsequentes; a identificação de regularidades e formulação de leis gerais; a relação neutra entre pesquisador e seu objeto de estudo; e a busca pela ordem como condição para alcance do progresso. Constatamos que as características sobrelevadas pelos autores constituintes de nosso referencial teórico se entrecruzam e se complementam, o que nos faz optar pela generalização terminológica, isto é, no privilégio da essência de cada ideia fundamental em detrimento do termo preferido de cada autor.

4.3.1. O ideal de verdade moderno como alicerce definidor dos fundamentos arquivísticos

É da caminhada em direção ao gradual cotejamento dos fundamentos da arquivologia frente à modernidade, que colocamos o nosso ponto de partida: o ideal filosófico de verdade moderno como definidor de uma metanarrativa histórica e legal no escopo da disciplina. Tognoli e Guimarães (2011), ao definirem as bases para o entendimento dos documentos como fontes históricas e provas de um fato, declaram que os parâmetros utilizados para o estabelecimento da verdade do racionalismo do

XVIII e do positivismo do século XIX pressupunham inferências, generalizações e probabilidades. Para os autores, os padrões legais e históricos característicos do período foram incorporados pela teoria e pelo método arquivísticos e menciona MacNeil (2001, p. 39, tradução nossa), a qual julga que esses “permanecem incorporados no pensamento arquivístico e sustentam nossas suposições atuais sobre o que constitui um documento confiável e autêntico em geral”. A apropriação do protótipo de verdade moderno pode ser claramente visualizada quando da aferição de características inerentes aos documentos arquivísticos — como imparcialidade, autenticidade, naturalidade e inter-relacionamento (Duranti, 1994) — que se constituem em bases para o desenvolvimento de teorias que apontam para outras peculiaridades — tais quais as moldadas nos postulados de Jenkinson⁷⁹ (1937) como “imparcialidade”, “naturalidade” e “neutralidade” (Tognoli; Guimarães, 2011).

Podemos afirmar que a priorização do método científico, único meio legítimo para alcance da verdade durante a modernidade, se fez presente na configuração do saber arquivístico desde os seus primórdios, inclusive nas primeiras teorizações sobre a crítica da autenticidade e da confiabilidade de documentos oficiais escritos — diplomas (Rabello; Rodrigues, 2016). A diplomática, por exemplo, tem seu desenvolvimento pós-renascimento e é largamente reconhecida como a “ciência dos diplomas” (Foscarini, 2012). Para Rabello e Rodrigues, é possível constatar que Mabillon lera o *Discurso do Método* de Descartes publicado quarenta anos antes e sustentam o afirmado alegando que:

O emprego do método cartesiano para a análise dos ‘diplomas’ era incentivado por Mabillon para enfrentar, por intermédio do que Descartes denominava os quatro preceitos da lógica [...]. O método de Mabillon, de fato, supunha debruçar-se sobre um conjunto de documentos e examiná-los no

⁷⁹ Nascido em 1º de novembro de 1882 em Londres, Jenkinson é uma figura emblemática na arquivologia, conhecido por seu perfeccionismo e dedicação ao campo dos arquivos. Formado em literatura clássica no *Pembroke College*, Jenkinson dedicou sua vida ao serviço dos arquivos, muitas vezes colocando sua missão acima de sua vida pessoal, inclusive arriscando-se em zonas de guerra para recuperar documentos essenciais para a preservação da memória nacional. Em 1906, iniciou sua carreira no *Public Record Office*, onde, em 1912, tornou-se chefe da Seção de Referência. Sua expertise não se limitou à gestão de arquivos; Jenkinson também desempenhou papéis cruciais durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, trabalhando na recuperação de documentos danificados e promovendo a proteção de arquivos em territórios ocupados. Além do trabalho no *Public Record Office*, Jenkinson foi fundamental na fundação da *Society of Archivists in Great Britain*, atuando como seu secretário honorário e presidente. Seu legado inclui contribuições significativas para o ensino de paleografia e diplomática na Universidade de Cambridge e na Universidade de Londres, onde moldou as mentes de muitos teóricos arquivísticos futuros. O *Manual of Archive Administration*, publicado por Jenkinson em 1922, é reconhecido mundialmente por seus princípios inovadores, especialmente sua ênfase na imparcialidade dos documentos de arquivo e a noção de custodialismo (Melo, 2021).

que tinham de comum e também de diferente entre si para, então, ordená-los segundo essas características às quais chamou de elementos internos e externos da forma documental, ambas subdivididas em várias partes. Isso permitiria estabelecer a autenticidade do documento (Rabello; Rodrigues, 2016, p. 4).

Ainda de acordo com Rabello e Rodrigues (2016), verifica-se que o legado da diplomática de Mabillon sobrepuja sua instrumentalidade como mero recurso de investigação a serviço de determinados interesses teleológicos disciplinares, seja para o direito, para a história, para a arquivologia ou para outros campos. A contribuição da disciplina se mostra fundamental por inaugurar, no campo dos arquivos, uma forma metódica e lógica de apuração, pela primeira vez em conformidade com os pressupostos científicos modernos, sobretudo o já destacado racionalismo cartesiano.

Com a 'crítica documental', encarnada na empreitada da diplomática, criaram-se princípios heurísticos, com base lógica, racional e empírica, ainda orientadores de disciplinas contemporâneas, cujos interesses científicos — ou, numa palavra, teleológicos — encontram valor de veracidade para a representação da realidade a partir da autenticidade do documento ou das características e institucionalidades do espaço de custódia. Esse realismo científico foi incrementado e orientado no século XIX pela lente do positivismo, corrente filosófica que tem auxiliado, desde então, setores das ciências humanas e sociais a buscar soluções para a descrição da realidade sem considerar, muitas vezes, tensões e conflitos sociais ou controvérsias teóricas, construindo edifícios intelectuais cujo alicerce se ergue mediante um tipo de formalismo lógico particular, expresso nos procedimentos técnicos e metódicos para a obtenção de resultados factíveis. O documento probatório, quando utilizado como tijolo para a tal edificação de verdades, se constitui a partir da forma documental, da sua coisificação/fisicalidade e do valor de fidedignidade outorgado institucionalmente, p. ex., sob uma 'racionalidade burocrática' (Rabello; Rodrigues, 2016 p. 19).

Com a mesma ênfase, MacNeil (2000) aborda a emergência do racionalismo empírico como definidor de um novo arcabouço epistemológico quanto à inspeção da confiabilidade de registros, que teve grande influência na constituição da historiografia e do direito. A partir desse momento, tem-se como premissa fundamental para o estabelecimento da verdade a análise da evidência, que tem sua relevância medida em termos de probabilidade, e não de certeza absoluta. A autora salienta o prestigiado *Ensaio acerca do Entendimento Humano*⁸⁰ de autoria de John Locke, como arquétipo do pensamento filosófico alusivo à determinação da verdade — ou da falsidade — de uma proposição com base em julgamentos de probabilidade. Em síntese, a tese de

⁸⁰ LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Cortez, 2001.

Locke consiste na utilização da evidência como critério de aprovação. Em outros termos, uma experiência própria de um indivíduo difere daquela de um terceiro e, quanto a esta, há graus de confiança que variam de acordo com o número, a integridade e a habilidade das testemunhas, com a consistência das partes do depoimento e com depoimentos contrários. Como exemplo, uma cópia autenticada de um documento possui uma melhor evidência de que um evento de fato ocorreu, quando comparada à mesma cópia sem a devida autenticação. Ou ainda, o depoimento de uma testemunha pode ser uma boa evidência de que um evento se sucedeu, mas um relato sobre esse relato talvez não seja aceito em um tribunal. Em regra, quanto mais distante da fonte, mais fraca a evidência se torna.

Decorre do intento que visa à manutenção das características de confiabilidade e autenticidade o que Gilliland (2000) sobreleva como a santidade da evidência, crucial para o desenvolvimento da teoria arquivística. A integridade do valor de evidência — ou probatório — de um documento tem sua imutabilidade garantida pela preservação de sua cadeia de custódia⁸¹, isto é, da documentação dos procedimentos relativos à guarda desde a sua criação à integração ao agrupamento a outros documentos de mesma proveniência.

Essa busca pelo ideal de santidade da evidência é concretizada por meio do papel desempenhado pelo arquivista, que, na visão do teórico, é caracterizado como a defesa física e moral dos documentos. A primeira responsabilidade diz respeito à obrigação de o arquivista fornecer um armazenamento adequado e a segunda, a assegurar que os documentos estejam protegidos contra perda ou alterações. Cook (2013) ressalta que Jenkinson descreveu o arquivista ideal como alguém cujo

credo é a santidade da evidência; sua tarefa, a conservação de cada fragmento de evidência ligado aos documentos sob sua responsabilidade; seu objetivo, prover, sem preconceito ou reflexão posterior, para todos que desejam conhecer os meios de conhecimento... o bom arquivista é talvez o mais altruísta devoto da verdade que o mundo moderno produz (Jenkinson *apud* Cook, 2013, p. 100, tradução nossa).

Segundo Cook (2013), as noções centrais da arquivologia, como o respeito aos fundos, a ordem original e a proveniência, foram criadas justamente para preservar os

⁸¹ A sucessão de órgãos ou pessoas que mantiveram documentos desde o momento de sua criação (Pearce-Moses, 2005, tradução nossa).

documentos como evidência do contexto funcional-estrutural e das ações que levaram à sua criação. Seguindo esses princípios fundamentais e procedimentos relacionados, os arquivistas esperam refletir ou, quando necessário, recriar de forma tão transparente quanto possível, a ordem e o caráter dos documentos como eram com seus proprietários originais e subseqüentes. Essa transparência, supõe-se, permite que os documentos sirvam como evidência confiável dos fatos, ações e ideias dos quais são testemunhas. A adesão estrita a esses princípios também minimizaria a interferência do arquivista nas características dos documentos como portadores de evidência, preservando assim a "verdade" documental do mundo moderno, como Jenkinson afirmou. Neste contexto, o arquivista é visto como neutro, objetivo e imparcial, um intermediário honesto entre o criador e o pesquisador, trabalhando "sem preconceito ou reflexão posterior" (Jenkinson, 1980b, p. 258-259, tradução nossa).

Podemos também estabelecer que o ideal de verdade na ciência moderna está intrinsecamente ligado ao emprego do método científico, que por sua vez pressupõe a neutralidade como uma de suas características fundamentais. Verificamos, na subseção 2.2, que a neutralidade é essencial para assegurar a objetividade na pesquisa científica, manter as influências pessoais do pesquisador afastadas do objeto de estudo, preservando a integridade e relevância dos resultados. Podemos verificar que a neutralidade científica se faz presente naquilo que Jenkinson (1937) identifica como a primeira característica dos arquivos: a imparcialidade. Embora esteja ligada ao documento de arquivo, podemos verificar que a imparcialidade também é um atributo do arquivista no sentido de que eles devem evitar favorecer algum tipo específico de uso ou usuário dos documentos. Duranti (2015a) afirma que o termo preferível para esta característica é objetividade, que significa que o arquivista não deve ser parcial em relação a qualquer tipo de uso ou usuário, mantendo o foco primário na proteção das características dos documentos, sem servir a interesses que não estejam alinhados com essa finalidade.

Sobre isso, Jenkinson (1980a) explicita sua crença de que os arquivistas não devem estar envolvidos na eliminação de documentos, ou seja, não devem participar do processo de avaliação. Ele argumenta em detalhes, na terceira parte de seu manual (Jenkinson, 1937), que a seleção de documentos para preservação a longo prazo por arquivistas, por razões históricas ou outras, prejudicaria a integridade dos

arquivos e, em particular, sua imparcialidade ou a capacidade de fornecerem evidências dos assuntos para os quais foram criados. Ademais, ele enfatiza que

Deixe-se afirmar de imediato que o título destas notas não deve ser interpretado como uma aprovação implícita da destruição de documentos ou como uma sugestão de que quaisquer qualidades de erudição ou experiência tornarão possível para alguém 'escolher' com certeza, dentre uma massa de documentos, aqueles que historiadores futuros acharão mais úteis. Documentos não devem ser destruídos: a seleção necessária dos documentos correntes de escritório para preservação final como documentos deve ter ocorrido muito antes de atingirem o 'estágio de documento' (Jenkinson, 1980a, tradução nossa).

Em suma, verifica-se que o foco da arquivologia sobre a descrição e preservação das evidências inscritas nos documentos arquivísticos tem muito a ver com a persecução da verdade típica da era moderna.

A ideia de existência de 'uma' verdade nos objetos institucionalizados, alcançada mediante um saber sistemático, claro e distinto, ultrapassa disciplinas e alimenta a crença, presente ainda hoje, de que, por intermédio dos documentos, seria possível alcançar a representação inequívoca da realidade social. Já no século XIX, verifica-se uma vigorosa reverberação do cientificismo em diversas áreas do conhecimento (Rabello; Rodrigues, 2016, p. 8).

4.3.2. Positivismo e cientificidade na conformação no pensamento arquivístico moderno

O ideal de representação da realidade aludido anteriormente ganha forma e vicissitude no século XIX, sobretudo com a disseminação da corrente filosófica positivista (Rabello; Rodrigues, 2014). Os autores mencionados acentuam, em seu ponto de vista, o que constitui os principais atributos do positivismo frente à descrição da realidade social, que a partir dessa óptica pode ser: “[...] descrita, classificada, enfim, representada inequivocamente numa linguagem objetiva e universal, seguindo preceitos empíricos e metódicos de observação, de coleta e análise de dados e de apresentação dos resultados” (Rabello; Rodrigues, 2014, p.17). Gordon acredita que a fundamentação positivista tem estrita relação com o sobrepujamento da já aludida santidade da evidência:

Enquadrando seu trabalho na linguagem positivista oriunda de um racionalismo tanto científico quanto burocrático, os guardiões de documentos imaginam que eles podem permitir que os documentos persistam o mais

inalterado possível para que os clientes possam conhecer o passado como ele realmente foi (Gordon, 2014, p. 148, tradução nossa).

Podemos notar, como evidência do disposto acima, que menos de vinte anos após o lançamento da seminal obra *Discours sur l'esprit positif* (1844) de Auguste Comte, já havia menção ao ponto central de sua proposição em um informe do *Ministerio de Instrucción Pública* de Florença em 1867, no qual Bonaini resumia seu pensamento acerca do método ideal de organização de arquivos, que teria como pedra de toque o estudo da história da instituição produtora:

De pensar como os arquivos foram se formando e acrescentando no curso dos séculos, emerge o mais seguro critério para sua organização. Toda instituição nasceu, se transformou, deixou de existir; diremos melhor: cedeu lugar a outra, surgida em virtude de um transtorno social, de uma necessidade, de uma circunstância qualquer. O testemunho dos fatos, a sucessão das vicissitudes, permanece nos documentos [...]. *Mais que as enganosas teorias, pelo menos no nosso caso, vale o extenso conhecimento da história: nela o organizador dos arquivos encontra os verdadeiros elementos de sua ciência; ciência positiva, aplicada com juízo.* Ao entrar em um grande arquivo, o homem que já sabe não tudo o que há, mas o que pode haver, começa a procurar não os temas, mas as instituições (Bonaini *apud* Lodolini, 1993, pp. 158-159, tradução e grifo nosso).

Veremos que a apreciação sobre a influência positivista no bojo da teoria arquivística traz necessariamente consigo uma reflexão mais apurada sobre o desenvolvimento científico da historiografia. Como já sublinhado na subseção 3.1, a afinidade de padrões presentes no desenvolvimento científico de ambas as áreas é significativa. Logo, nesse aspecto, nos parece impossível um apartamento de ambos os tópicos, sendo exigido de nossa parte um debate que contemple as nuances positivas no delineamento científico das duas disciplinas.

No âmbito da pesquisa histórica, Dosse (2003) evidencia o aparecimento da escola metódica — também denominada positivista —, criada com base no axioma da história como ciência positiva. Seu surgimento está ligado à ideia de que a o estudo da história consistia, até então, em uma atividade acadêmica de segunda classe, pois o relato sobre o passado carecia de uma abordagem explicitamente científica (Ridener, 2009). A constatação da ausência de elementos notadamente científicos, requisitos cruciais à persecução da verdade tão almejada, culminou em um movimento de historiadores que visavam obter uma unidade procedimental por meio

da criação de regras pelas quais fosse possível avaliar os trabalhos desenvolvidos entre os pares.

Tendo como preceitos a fuga ao subjetivismo, por meio do emprego do método científico, e o respeito à verdade, os chamados historiadores metódicos foram responsáveis por um movimento que condicionava o conhecimento da verdade histórica objetiva à aferição de fontes documentais. É o que Le Goff (2003) conclama como o triunfo do documento — o qual resplandece como recurso indispensável ao fazer do historiador. A máxima “sem documentos não há história”⁸² simboliza a crença de que o trabalho desempenhado pelos profissionais da história se baseava em escrever a história exatamente como ocorreu. Ademais, sintetiza a relação de proximidade e interdependência entre as práticas de pesquisa histórica e de organização de acervos documentais do período.

A visão historicista que, já no século XVIII, havia suscitado o interesse pelas fontes documentais, ganha agora uma outra dimensão e os arquivos passam a constituir verdadeiros ‘laboratórios’ da ciência histórica que, na segunda metade de Oitocentos, aliada ao Positivismo, se desenvolve de forma incontornável. Nesta conjuntura, a Arquivística e os seus praticantes passam a constituir auxiliares preciosos do *métier* de historiador (Ribeiro, 2001b, p. 3).

Reis (2006) salienta que foi na Alemanha que se desenvolveu o método crítico histórico, norteado pela crítica bíblica, pela história das religiões e pela renovação dos estudos filológicos⁸³, originários do século XV. Nota-se, nesse período, um forte influxo racionalista na formação de historiadores alemães a partir do século XVIII. Desses, sobressai-se a figura de Ranke, um dos mais importantes representantes da prática da “história científica”, conforme discutido na subseção 4.1.4 desta tese. A proposta do historiador alemão consistia no desvio do caminho da metafísica e filosofia e tem sua obra marcada pelos seguintes aspectos:

(a) o historiador não é juiz do passado, não deve instruir os contemporâneos, mas apenas dar conta do que realmente se passou;

⁸² A frase, e suas variações, pode ser observada em textos de renomados historiadores dos séculos XIX e XX como Fustel de Coulanges, Langlois e Seignobos, Samaran, Lefebvre, dentre outros (Reis, 2006).

⁸³ ‘A Filologia, criatura do humanismo renascentista, deu um impulso específico à elaboração de um método mais sofisticado para determinar a confiabilidade de um documento, com base em uma avaliação da plausibilidade de seu conteúdo em relação ao contexto legal, histórico e social em que foi gerado’ (MacNeil, 2000, p. 10, tradução nossa).

(b) não há nenhuma interdependência entre o historiador, o sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados. O historiador seria capaz de escapar a todo condicionamento social, cultural, religioso, filosófico etc. em sua relação com o objeto, procurando a 'neutralidade';

(c) a história — *res gestae* — existe em si, objetivamente, e se oferece através dos documentos;

(d) os fatos, extraídos dos documentos rigorosamente criticados, devem ser organizados em uma sequência cronológica, na ordem de uma narrativa; toda reflexão teórica e nociva, pois introduz a especulação filosófica, elementos a priori subjetivistas;

(e) a história-ciência pode atingir a objetividade e conhecer a verdade histórica objetiva, se o historiador observar as recomendações anteriores (Reis, 2006, p. 17).

Na França, sob influência do positivismo e da perspectiva histórica alemã, notabilizaram-se os trabalhos de Charles Langlois e Charles Seignobos (1854-1942), sobretudo pela publicação do manual de metodologia *Introduction aux études historiques*⁸⁴, em 1898. Ambos são considerados expoentes da utilização de métodos históricos para a determinação da confiabilidade de documentos, com vistas à sua utilização como fontes históricas. Sob o prisma do fazer arquivístico, é possível identificar na obra mencionada elementos concernentes à categorização de evidências históricas a partir de procedimentos para estipulação de sua autenticidade e confiabilidade.

Além dos manuais, aparece, como meio profícuo para a fundação e disseminação do ideário científico positivista, a *Revue Historique*, criada em 1870 por Gabriel Monod (1844-1912) e Gustave Fagniez (1842-1927). Interessante se faz notar a grande presença de arquivistas dentre os seus cinquenta e três fundadores (Reis, 2006). O prestígio de seus membros concretiza-se por intermédio da progressiva presença nos órgãos integrantes do Estado francês. Trata-se, em nosso ponto de vista, da infusão da ótica científica em um espaço legitimado.

Os 'positivistas' da *Revue Historique* passaram a controlar todas as instituições históricas francesas: universidades, arquivos, bibliotecas, museus, que conheceram um crescimento considerável. O Estado francês criou arquivos públicos unificados e enviou comissões de historiadores para diversas regiões do mundo, a fim de coletar os documentos que interessavam diretamente à história da França e à historiografia em geral. A história se liberou da literatura e era ensinada de forma autônoma na universidade francesa, seguindo o modelo das faculdades alemãs. 'Método' tornou-se a palavra-chave, e o que distinguia a história da literatura. A história se

⁸⁴ LANGLOIS, C. V.; SEIGNOBOS, C. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.

profissionalizou definitivamente: numerosas cadeiras na universidade, sociedades científicas, coleções de documentos, revistas, manuais, publicação de textos históricos, um público culto comprador de livros históricos (Reis, 2006, p. 22).

Rabello e Rodrigues (2016) ressaltam que a perspectiva de representação da realidade calcada na possibilidade de consecução da verdade a partir do emprego de um saber sistemático, ganha forma no século XIX. A corrente cientificista se faz presente na proposição de disciplinas como a sociologia e a história e culmina em uma aspiração exacerbada por uma objetividade científica característica das ciências naturais. A tentativa de adequação da investigação de fenômenos sociais tomando como baliza o método próprio das ciências naturais teve, evidentemente, suas repercussões na apuração da fidedignidade de documentos. MacNeil (2000) detalha esse processo de espelhamento metodológico: já que o propósito é se chegar a uma observação científica precisa, faz-se necessário um refinamento do documento por meio de sua decomposição em afirmações.

A valorização e conseqüente predileção por fontes primárias — em detrimento daquelas derivadas, provenientes de histórias literárias — fica cada vez mais presente na pesquisa histórica. Rabello e Rodrigues (2014, p. 17) usam da analogia de que os documentos representam verdadeiros relatos de “testemunhas documentais oculares”, ou seja, as fontes documentais são enaltecidas por terem como substância a autenticidade. A crença em uma história-ciência, que pode atingir a objetividade almejada e conhecer a verdade histórica objetiva com o emprego do método, passa a ser exequível. É, nesse momento, que o arquivo se estabelece como o lugar privilegiado do historiador. Brothman (1991) julga que a arquivologia exhibe um desejo similar ao da história no que tange à extração de algum tipo de registro objetivo e inalterado do passado. São essas propensões que, para o autor, levantam questões sobre a ordem original e o respeito aos fundos.

Além da perseguição da objetividade, verifica-se que a obtenção da chancela científica apenas podia tornar-se completa com a atuação de um sujeito que se neutraliza para fazer aparecer mais claramente o seu objeto. Reis complementa:

Os fatos falam por si e o que pensa o historiador a seu respeito é irrelevante. Os fatos existem objetivamente, em si, brutos, e não poderiam ser recortados e construídos, mas sim apanhados em sua integridade, para se atingir a sua verdade objetiva, isto é, eles deverão aparecer ‘tais como são’. Passivo, o sujeito se deixa possuir pelo seu objeto, sem construí-lo ou selecioná-lo. É

uma consciência 'recipiente', que recebe o objeto exterior em si, ou uma consciência 'espelho', que reflete o fato tal como ele é, ou, ainda, uma consciência 'plástica', que toma a forma dos objetos que se apresentam diante dela. Para obter esse resultado, o historiador deve se manter isento, imparcial, emocionalmente frio e não se deixar condicionar pelo seu ambiente sócio-político-cultural (Reis, 2006, p.7).

Acreditava-se, portanto, ser possível alcançar um conhecimento histórico objetivo, ou seja, um retrato fiel do passado. Podemos constatar que os principais atributos da ciência moderna e do pensamento positivista são componentes frequentes dos discursos que legitimam a configuração da arquivologia e da história enquanto disciplinas científicas. Como exemplo, a própria *Revue Historique* se declarava “neutra, imparcial, devotada à ciência positiva, fechada às teorias políticas e filosóficas” (Reis, 2006, p. 21). A consolidação da escola metódica e a influência da filologia clássica ofereceram terreno fértil para que, ao final do século XIX, a diplomática retomasse seu papel de protagonismo e reaparecesse como ciência auxiliar da história. MacNeil (2000) frisa que a concepção da diplomática, e da paleografia, como disciplina acadêmica tem lugar na ENC, em 1821, e no *Austrian Institute of Historical Research*, em 1854. Por derradeiro, Ridener (2009) compreende que a vindoura padronização da teoria e prática arquivísticas viria a reforçar a objetividade e cientificidade almejada pela historiografia beneficiando mutuamente ambas as áreas.

4.3.3. Arquivologia em dissonância: consequências da interdependência com o iluminismo e a pesquisa histórica

Além dos pontos de convergência expostos, julgamos importante dissertarmos sobre o que alguns teóricos acentuam como fatores desfavoráveis aos arquivos, decorrentes da relação de interdependência — muitas vezes de subordinação — com a pesquisa histórica. Mendo Carmona (1993) cita que, no século XVIII, houve uma tendência de mudança na gestão dos arquivos, antes confiada a oficiais públicos, para atender aos interesses dos pesquisadores dedicados à escrita de histórias científicas. Sob o comando de eruditos, que prezavam pela realização de buscas rápidas a informações, os arquivos passaram por mutações expressivas em sua forma de organização, sobretudo com a mescla de fundos — independentemente da

procedência dos acervos —, a qual visava a uma organização temática. Da mesma forma que ocorreu no campo prático, o delineamento da teoria arquivística também acompanhou o papel de auxiliar ante a historiografia. Ribeiro (2018) afirma que a arquivologia, principalmente a partir do século XIX, entrou em uma fase de autoafirmação como disciplina auxiliar da história. Mendo Carmona (1993) corrobora do disposto e coloca a arquivologia ao lado da diplomática e da paleografia como disciplina suplementar, acessória à inquirição histórica.

O rompimento da vinculação entre arquivos e suas respectivas entidades produtoras também é enfatizado por Cruz Mundet (1993), como fruto da organização de acervos em função da investigação histórica. Para ele, os princípios de racionalidade e cientificismo, próprios da ilustração, podem estar nas bases da práxis que, em seu entendimento, deu lugar a graves desarrumações em boa parte dos fundos documentais europeus. Tais práticas consistiam, grosso modo, no emprego de métodos preconizados por bibliotecários, que levavam em consideração os temas ou assuntos aos quais se referiam os documentos. O resultado, para o referido autor, foi a desintegração e desnaturalização dos grupos documentais. Chamamos a atenção para que a compreensão da abordagem de pertinência não seja limitada e evidenciamos Berger (2013), o qual esclarece que as aplicações de classificações temáticas exorbitavam o assunto do documento como principal parâmetro classificatório e consideravam qualidades relativas às características físicas dos documentos — como agrupar mapas de proveniências diversas apenas em virtude de seus formatos.

De igual modo, Duchein (1992) afirma que o conceito ideológico de classificação arquivística teve grande relevância durante muito tempo em virtude do desenvolvimento de sistemas de classificação mais arraigados, como aqueles em uso na zoologia, botânica e química. Corolário desse fato está o interesse por objetos individuais sem se levar em consideração sua vinculação ao seu contexto histórico, tal qual ocorria em algumas escavações arqueológicas na Pompéia ou no Egito, citando em específico as expedições de Bonaparte que enxergavam o valor de objetos apenas pelo seu valor artístico para coleção e não do ponto de vista de preservação em virtude do contexto de sua descoberta.

Ribeiro (2018) atribui ao surgimento de ideias iluministas uma maior busca pelos arquivos, principalmente devido à ênfase na utilização de arquivos como fontes

de informação, isto é, para além dos usos que até então se restringiam às unidades produtoras. Ainda que a atração do interesse dos pesquisadores representasse uma conquista relevante, a autora salienta que, por outro lado, houve consequências adversas. Lodolini (1993), igualmente, sublinha que esse sistema de classificação — alcunhado como princípio da pertinência — foi predominante durante os anos de 1700, e recebeu grande influência das enciclopédias produzidas sob a perspectiva iluminista. Para o autor, seu uso consistia na organização de arquivos históricos de acordo com o assunto, com base em uma tabela de classificação formada pelo arquivista, sem levar em conta a origem dos documentos.

No mesmo sentido de Cruz Mundet (1993), Ribeiro (2018) avalia que a concepção e aplicação de classificações metódicas, de base racionalista, buscavam atender a interesses externos às entidades produtoras. Por conta disso, ocorreram desvios na organização dos arquivos, visto que tais sistemáticas de arranjo prezavam pela execução de operações de ordenação cronológica, as quais comprometiam o atendimento ao contexto orgânico produtor e desvirtuavam a originalidade sistêmica dos acervos.

O século XIX caracterizou-se pela ocorrência de novas deturpações sobre a função dos arquivos e seus princípios de organização, agora já não por razões político-administrativas, mas por outra ordem de fatores, ligados ao desenvolvimento do Positivismo e do Historicismo. A Arquivística emergiu como disciplina, mas com o estatuto de “auxiliar” da Ciência Histórica, associando-se à paleografia e à diplomática, dentro dos parâmetros metodológicos do conhecimento histórico. Os arquivos passaram, muitas vezes, a ser geridos por pessoas sem formação administrativa, que provocaram ativamente uma desagregação de muitos acervos documentais, em nome dos interesses dos historiadores e da investigação sobre o passado histórico. Embora se deva reconhecer os benefícios da recolha de fontes e da produção de instrumentos de pesquisa, que marcaram amplamente este período, os efeitos perversos foram evidentes. Começou a acentuar-se o primado discriminatório do valor dos documentos de interesse histórico e, para além disso, o desenvolvimento dos arquivos destinados a incorporar esse tipo de documentos fez com que crescessem, de forma artificial, serviços (públicos) especializados, cuja exclusiva função passou a ser a de preservar e tornar acessível a documentação que custodiavam, num crescente e nefasto afastamento das administrações produtoras, que continuavam na sua atividade corrente a gerar e a acumular quotidianamente nova documentação/arquivos ao serviço da sua própria gestão (Ribeiro, 2011, p.61).

Julgamos importante sublinhar aqui o pensamento de Giroux (1998), que argumenta que a circular produzida pelo arquivista, diplomata e historiador Natalis de Wailly, a qual define brevemente o conceito de respeito aos fundos, não foi

causadora de ruptura instantânea quanto à mudança de perspectiva acerca organização de arquivos. Pelo contrário, corroborando com uma das premissas de nossa pesquisa, verificamos que essa abordagem não substituiu, mas coexistiu com a noção de pertinência. Em termos práticos, isso significa que, embora os documentos permanecessem arranjados em acordo com seus fundos originários, sua classificação interna muitas vezes correspondia a critérios temáticos. Sobre Wailly, Marques (2021, p.60) destaca que “uma vez definido o fundo, ele defendia a classificação do tipo documental por assunto”. Podemos afirmar, ainda com base em Giroux (1998), que as novas tendências metodológicas da pesquisa histórica exigiram uma maior neutralidade dos profissionais arquivistas e contribuíram para um gradual afastamento da classificação temática. Entretanto, não podemos afirmar de forma categórica que houve descontinuação.

Podemos fechar a questão da relevância das classificações temáticas no âmbito da prática arquivística moderna salientando o entendimento de Sweeney (2008) quanto às origens do aludido método. Para a autora, é possível que os arquivistas tenham tomado emprestada a noção de organizar materiais de acordo com seus assuntos, tal qual ocorria nas atividades desempenhadas por bibliotecários. Outra hipótese, que é a mais usual e que acaba de ser relatada em nosso trabalho, é a de que arquivistas podem ter seguido cientistas do Iluminismo europeu, os quais empregavam esquemas de classificação como recursos de elucidação de suas teorizações — como na química, na zoologia, na botânica etc. A última circunstância, pode estar ligada ao período pós-Revolução Francesa, que registra o aumento do interesse de historiadores pelas fontes documentais. Nesse contexto, muitos arquivos tentaram atender às necessidades específicas desses clientes, organizando documentos em conformidade com classificações de assunto que mais os interessavam.

Entretanto, ainda que familiarizados com argumentos procedentes de filósofos e historiadores do século XIX, concernentes à relação entre a escrita do passado a partir de documentos, sobre a relação do historiador com o passado e seus documentos, a comunidade de arquivistas não renuncia ao propósito de extrair algum tipo de verdade objetiva dos registros inalterados do passado. Daí surgem questões acerca dos ideais de respeito à proveniência e à manutenção da ordem original dos arquivos. Ribeiro (2011) entende que essa ruptura se torna mais visível com a edição

do manual holandês, em 1898, visto que esse veio dar respostas às questões referentes à organização dos arquivos majoritariamente administrativos. A autora entende que essa é a marca do início de um novo período, “em que o predomínio da vertente técnica se começa a afirmar de forma clara, libertando a teoria e a prática dos arquivos da dependência direta das concepções historiográficas” (Ribeiro, 2011, p. 61). Abordaremos esse tópico mais adiante.

4.3.4. O ideal orgânico: reflexos das ciências naturais na estruturação da teoria arquivística

Outro forte indício da modernidade que desponta quando de nossa reflexão mais aprofundada acerca da essência da arquivologia é o ideal orgânico proveniente das ciências naturais. De acordo com Mortensen (1999), podemos constatar facilmente um quê de vestígios das ciências naturais na feição da disciplina. Vemos culminar dessa aproximação a articulação do ideal da natureza orgânica, fundamental no delineamento da teoria arquivística. Duranti (2015a) salienta que, desde o século XVII, os pensadores arquivísticos reconhecem que os documentos de arquivo se acumulam progressiva e continuamente ao longo do tempo, semelhante às camadas geológicas ou aos sedimentos de um rio em seu leito. É importante acentuar que a naturalidade consiste em uma das características fundamentais dos arquivos de acordo com a conceituação da autora.

Iniciando nossa análise, julgamos possível acentuar alguns achados oriundos de uma apuração terminológica elementar sobre o próprio termo utilizado para designar a disciplina arquivística. Conforme Procter (2008), há indicativos naturais nessa apropriação. Furtando-nos a um debate terminológico mais experimentado, podemos afirmar que as nomenclaturas utilizadas para representar a disciplina que passaria englobar o corpo de conhecimentos relativos à organização de arquivos sempre abrangem, de alguma forma, a ideia de ciência — como acontece no inglês em *archival science* — ou de teoria — como acontece no sufixo “logia”, oriundo de *logos*. Assim, a ciência dos arquivos — como qualquer outra disciplina científica no bojo da modernidade — nasce sob a égide da aplicação de regras derivadas das ciências naturais.

Abrimos parênteses para informar que essa condição, inclusive, representa requisito primacial para a distinção do saber científico frente àqueles oriundos do senso comum. Podemos formular o seguinte silogismo: se para ser científico há a necessidade do emprego do método, fica claro que a referência somente pode advir das ciências reputadas como duras. Isso culmina no que Bachelard (1993) intitula como ruptura epistemológica, que exige como preceito de diferenciação um conjunto de regras e procedimentos validadores do conhecimento científico.

Prosseguindo com a identificação de tais indícios no cerne da teoria arquivística, encontramos primeiramente analogias realizadas com disciplinas naturais de viés abalazadamente histórico, como é o caso da paleontologia⁸⁵. Nesse sentido, Ilerbaig (2021) indica que, por meio do uso de metáforas biológicas, surgem apurações que se baseiam na leitura do arquivo tal qual a observação de um esqueleto de um ser vivo, por exemplo. Há também aqueles teóricos que traçaram como caminho lógico para a compreensão e descrição de fatos sucedidos nos arquivos modernos a correlação das evidências presentes nos documentos como sedimentos acumulados naturalmente. No que concerne à aproximação geológica, os primeiros teóricos da arquivologia a viam como uma metodologia consistente para a leitura da história a partir da acumulação espacial de sedimentos e de outros traços da atividade geológica. Ao considerarem a geologia⁸⁶ uma disciplina eminentemente histórica, conseqüentemente, julgava-se que ela poderia ser utilizada como modelo para um entendimento rigoroso — e, portanto, científico — daquilo que era único e individual em um corpo de documentos provenientes do passado.

Esse espelhamento é verificado por Ilerbaig (2021) e intitulado como metáfora da sedimentação, que nada mais é que a visão da teoria arquivística moderna que culmina na noção de que é possível a leitura de uma evidência documental tal qual

⁸⁵ Paleontologia é a ciência natural que se dedica ao estudo da vida que existiu no passado da Terra, assim como ao seu desenvolvimento ao longo do tempo geológico. Além disso, ela também investiga os processos pelos quais a informação biológica é integrada ao registro geológico, ou seja, a formação dos fósseis. O termo 'paleontologia' deriva do grego *palaiós*, que significa antigo, *óntos*, que significa ser, e *lógos*, que significa estudo (Mendes, 1988).

⁸⁶ Geologia é a ciência que estuda a composição, estrutura, propriedades e a história da Terra, bem como os processos que a modificam ao longo do tempo. Esta disciplina científica abrange o estudo dos minerais, rochas, placas tectônicas, estruturas geológicas e formas de relevo, além de investigar os eventos geológicos que modelam o planeta, como terremotos, vulcanismo, erosão e sedimentação. Por meio da análise de fósseis e formações rochosas, a geologia também fornece *insights* cruciais sobre a evolução da vida na Terra e as condições ambientais do passado (Popp, 2010).

um geólogo poderia ler evidências estratigráficas da história terrestre apenas com base no arranjo e na configuração de estratos rochosos.

Assim, no final do século XIX, quando a ciência arquivística e outros ramos das humanidades, como arqueologia, antropologia e filologia comparativa, buscaram sua própria base metodológica como disciplinas modernas, eles mantiveram a ideia de 'organização estratigráfica' como um dos elementos da ciência bem-sucedida da geologia que poderia ser incorporada em seu armamento metodológico. No caso da arquivologia, o trio holandês usou a metáfora do sedimento, juntamente com a metáfora paleontológica dos arquivos como um esqueleto. Ambas as analogias podem ser consideradas parte da mesma metáfora estendida que, pensando em arquivos como conceitos e práticas de arquivo orgânicos e conectados a conceitos e práticas que se tornaram amplamente bem-sucedidas ao longo do século XIX: geologia e paleontologia. A tarefa do arquivista passou a ser metaforicamente ligada às tarefas dos naturalistas que reconstruíram a história da Terra e da vida na Terra através da investigação de traços naturais (orgânicos e inorgânicos) (Ilerbaig, 2021, p. 9, tradução nossa).

O aparecimento de sistemas de classificação como importantes recursos ao trabalho desenvolvido na organização de acervos também são apontados por Duchein (1992) como derivações de disciplinas naturais estruturadas no XVIII, como a química, a zoologia, a botânica e a astronomia. Trata-se de decorrência lógica do pensamento iluminista, que apregoava o tratamento de um objeto de estudo em acordo com uma disposição definida e ordenada em planos lógicos. No âmbito dos arquivos, os profissionais passaram a aplicar essa abordagem na organização de documentos a partir da distribuição de documentos em classes ou séries que correspondiam a conceitos legais e administrativos. Duchein (1992) enfatiza que o primeiro instrumento dotado dessas características é fruto dos trabalhos de Pierre Danou, dos *Archives Nationales* da França em 1808, que culminou na distribuição de documentos originários do governo real e de instituições religiosas em seções “legislativa”, “administrativa”, “jurídica” e “histórica”.

Nos anos de 1920, alguns teóricos da arquivologia — como exemplo Jenkinson e Casanova⁸⁷ — discutiam a noção que apregoava os arquivos como uma entidade

⁸⁷ Nascido em Turim, Itália, destacou-se como arquivista, historiador e educador, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da arquivologia e da historiografia. Após se graduar em direito e obter um diploma em paleografia, Casanova iniciou sua carreira nos Arquivos Estaduais de Florença em 1886, colaborando com importantes intelectuais na edição do *Archivio Storico* italiano. Seu trabalho em Nápoles, como diretor dos Arquivos do Reino das Duas Sicílias, foi marcado por esforços na organização e preservação dos arquivos, refletindo sua transição para a arquivologia moderna. Casanova foi pioneiro ao planejar o Congresso de Bruxelas de 1910 e fundar, em 1914, o *Gli*

orgânica em crescimento. Trata-se de mais um exemplo da aplicação de uma metáfora orgânica, agora empregada no sentido de caracterizar o objeto de estudo da disciplina. Ilerbaig (2021) cita que Jenkinson (1937), particularmente, se utilizou da referida metáfora para avaliar sua tão difundida perspectiva acerca da imparcialidade do processo de acumulação, a qual é crucial para a distinção entre arquivos — acumulações naturais — de outros tipos de coleções que eram formadas artificialmente. Nesse ponto, a acumulação e a formação se contrapõem pela intencionalidade de uma intervenção humana. No arquivo, por exemplo, sua lógica interna ligava-se a uma força motriz interna independente de propósito humano. Lövblad complementa:

Um arquivo é composto por documentos e pelas relações entre eles. Um arquivo é originário da atividade de um criador de documentos. Mais precisamente, o que constitui arquivos não são documentos, mas documentos arquivísticos. O processo é dado por uma metáfora geológica. Um arquivo cresce naturalmente e continuamente por si só e, simultaneamente, dá origem a um único, autêntico e estruturado contexto de suas partes, os documentos arquivísticos (Lövblad, 2003, p. 140, tradução nossa).

Além da aplicação para a ilustração do processo de constituição de um arquivo, que ocorre por acumulação — orgânica e natural — e não por formação, a metáfora orgânica da sedimentação também é notabilizada por Ilerbaig (2021) por sua utilização como recurso para a compreensão de arquivos como entidades históricas e veículos de evidência histórica. Nesse sentido, Bautier (1961) afirma que “os documentos são depositados nos arquivos exatamente como os sedimentos que formam as estratificações geológicas, progressivamente e constantemente” (Bautier, 1961, p. 1120, tradução nossa).

Archivi Italiani, o primeiro periódico italiano dedicado à arquivologia como uma disciplina autônoma. Como diretor dos Arquivos Estaduais de Roma, defendeu a repatriação de fundos arquivísticos e o princípio de territorialidade do patrimônio cultural após a Primeira Guerra Mundial. Em 1925, tornou-se o primeiro a lecionar arquivologia em uma universidade italiana, e em 1928, publicou *Archivistica*, tratado que se tornou referência na área. Além de suas contribuições para a arquivologia, Casanova teve um papel ativo na historiografia do *risorgimento* italiano, atuando como secretário da *Società Nazionale per la Storia del Risorgimento Italiano* e diretor da *Rassegna storica del Risorgimento*. Apesar de enfrentar desafios profissionais, incluindo aposentadoria forçada e controvérsias acadêmicas, ele se voltou para a demografia histórica e a sociologia, áreas nas quais também contribuiu significativamente. Casanova faleceu em 1951, deixando um legado duradouro no campo da arquivologia e da historiografia italiana (Michetti, 2019).

Novamente, teóricos da arquivologia acharam na ótica geológica não apenas um caminho metodológico capaz de prover de legitimidade seus empreendimentos no ambiente positivista da virada do século, como, também, um modelo disciplinar apto a resolver questões relativas ao relacionamento com a ciência historiográfica. Retomaremos a questão na subseção seguinte, especificamente quando tratarmos de questões temporais e espaciais sobre a noção de deposição e sedimentação ligada ao processo de acumulação de documentos e formação de acervos arquivísticos.

Ainda sobre a reprodução da metodologia das ciências naturais, verificamos a na observação de alguns estudiosos, como Vismann (2000) e Steglich (2021), a relevância do pensamento orgânico para a configuração da ciência moderna no século XIX. Muito além dos trabalhos publicados pelo eminente teórico Charles Darwin (1809-1882), sobretudo *A origem das espécies*, de 1859, a perspectiva da organicidade perpassava diferentes áreas do conhecimento. Na arquivologia, em específico, um entendimento uniforme quanto ao arquivo como possuidor de qualidades orgânicas data justamente desse período (Gomes, 2019), como pode ser facilmente visualizado nas articulações referentes ao princípio da proveniência.

Horsman, Ketelaar e Thomassen (2003) alegam que o darwinismo era elemento chave no espectro de perspectivas científicas do século XIX. Para eles, pode-se verificar vestígios da referida teoria sobre a evolução das espécies na seção 2 do manual holandês, intitulada *Um arquivo é um todo orgânico*, visto que estabelece que: “o arquivo é, ao contrário, um todo orgânico, um organismo vivo que cresce, se forma e sofre transformações segundo regras fixas. Se se modificam as funções da entidade, modifica-se, concomitantemente, a natureza do arquivo” (Muller; Feith; Fruin, 1973 p. 18). Ademais, com base em uma das primeiras asserções básicas do manual, a qual estabelece que o arquivo surge como consequência das atividades da entidade que o origina, podemos verificar indícios da metáfora da sedimentação, visto que os documentos podem ser visualizados como sedimentos de suas funções ocasionadoras. Os autores ainda mencionam outros pontos do texto, seções 16 e 20, que corroboram com o disposto:

A ideia central é que um arquivo não é tanto uma coleção arbitrária, mas um todo que surgiu organicamente, originalmente até mesmo um ‘organismo vivo’, que cresce e muda com a organização que o cria. Por esta razão, a estrutura original de um arquivo deve ser cuidadosamente estudada quando organizada e descrita. As seções 16 e 20 elaboram mais sobre este ponto; a metáfora lá utilizada sobre a série que forma o esqueleto do arquivo se

encaixa perfeitamente na maneira orgânica de pensar (Horsman; Ketelaar; Thomassen, 2003, p. 261, tradução nossa)

Mais uma vez a analogia ao trabalho do paleontólogo aparece, desta vez Steglich (2021) a cita como meio para fortalecer a ideia do arquivo como um corpo orgânico em crescimento natural. Destacamos outros sucedidos quanto à utilização de uma metáfora biológica. Primeiramente, sobrelevamos o exemplar presente no manual holandês:

O arquivista procede com o arquivo como o paleontólogo com os ossos de animal pré-histórico; tenta, a partir deles, recompor o esqueleto do vertebrado. [...] O arquivista se assemelha ao paleontólogo ainda sob outro aspecto: ambos podem restaurar tão-somente um estado particular do organismo, ao passo que este, enquanto vivo, mudava frequentemente de estado (Muller; Feith; Fruin, 1973, p. 57).

Por seguinte, o arquivista americano Waldo G. Leland (1912, p.24, tradução nossa) afirma que “arquivos são o produto e registro do desempenho de suas funções por um corpo orgânico, e devem refletir fielmente o funcionamento desse organismo”. Por fim, destacamos a perspectiva do alemão Brenneke, que entendia a acumulação de arquivos como decorrente do curso natural das atividades da administração pública. Para ele, “os arquivos nascem dos documentos” e são “células de um corpo vívido que tem uma vitalidade pulsante” (Brenneke, 1953, p.22, tradução nossa). Essa discussão se estende ao longo desta subseção e veremos adiante mais analogias com a metodologia das ciências naturais — que reforçam os ideais da santidade da evidência e da natureza orgânica dos documentos — quando da apreciação mais verticalizada das impressões modernas no manual holandês.

Avançando no tempo, vemos mais uma vez sobressair a aproximação com as ciências naturais. Agora, trata-se de uma nova utilização de metáfora biológica, desta vez na articulação do conceito de ciclo vital de documentos. Cabe ressaltar que a noção cujo propósito é associar procedimentos de gestão de arquivos e documentos à vida de um organismo vivo é tida como substancial no âmbito da teoria arquivística moderna, vide o rol alvitado no início desta subseção. Assim como o ciclo vital dos documentos, compreendemos que sua principal interpretação — a teoria das três idades — tem sua articulação baseada na mesma estratégia elucidativa. Brothman (2006) julga que a adaptação do ciclo de vida no âmbito da arquivologia não ocorreu

de modo inocente, posto que há muito capital intelectual, estratégico, profissional, político e, agora, tecnológico investido nessa perspectiva. Para Dingwall

essa metáfora é uma das que é mais frequentemente aplicada em conjuntos de objetos que possuem uma existência temporal definida pela ligação entre sua criação e extinção (nascimento e morte) e que experimentam uma mudança na natureza de suas propriedades (crescimento, amadurecimento e declínio) à medida que progridem pelas várias etapas entre essas fronteiras (Dingwall, 2010, p. 42, tradução nossa).

Já Costa Filho (2019) associa como decorrências da aproximação biológica o que denomina como metáforas religiosas, bastante utilizadas nas produções técnicas sobre a gestão de documentos, como por exemplo Schellenberg e James B. Rhoads, e estabelece que:

Com o intuito de acentuar as características essenciais do ciclo vital, verificamos a constante utilização de analogias. Acreditamos que esse uso se constituiu de um notável recurso didático, dado que a associação da gestão à vida de um organismo biológico foi facilmente apreendida pelos profissionais da área. As principais metáforas referem-se à vida de um organismo biológico — o qual nasce, cresce, decresce e morre — e ao uso de metáforas religiosas, intrinsecamente vinculadas à vida, que são utilizadas para designar períodos de inatividade, como purgatório, e para se referir a documentos remanescentes de eliminações, como reencarnação (Costa Filho, 2019, p. 150).

Por agora, podemos afirmar que houve uma transposição, quase que irrestrita, do referencial teórico e metodológico das ciências naturais de forma a estabelecer limites epistemológicos de produção de sentidos no âmbito da arquivologia, que passou a se delinear dentro de uma concepção racionalista, mecanicista e marcadamente instrumental.

4.3.5. Princípios arquivísticos em perspectiva: proveniência e respeito aos fundos como reflexos dos ideais da modernidade

Chegamos agora à abordagem daquilo que muitos teóricos compreendem como o cerne da teoria arquivística: as noções de respeito aos fundos, de proveniência e de ordem original. Salientamos que não intentaremos enquadrá-los em uma articulação específica, como, por exemplo, a de Rousseau e Couture (1998) que compreendem a ideia de respeito aos fundos como integrante do chamado princípio

da proveniência, e entendem o princípio da ordem original como um segundo grau de aplicação deste último. Nosso intuito é apenas verificar de que modo o surgimento e a consolidação dessas concepções se relacionam com os ideais da modernidade identificados ao longo da seção 2 desta tese.

Primeiramente, recorreremos a Brichford (1989) para justificar nosso entendimento quanto à ampla aceitação e consequente consolidação das ideias reportadas anteriormente no bojo da teoria arquivística. Corroboramos com o argumento do estudioso de que não é completa e exaurida a história convencional a qual apregoa que o princípio da proveniência surge na França nos anos 1820 e é gradualmente adotado por toda a Europa ao longo do século XIX como uma resposta à necessidade de organização de arquivos visando ao atendimento da pesquisa histórica. Essa narrativa induz à inferência de uma sucessão lógica e ordenada de acontecimentos que se inicia com a conceituação presente no decreto francês de 1841, sua adoção por parte do manual holandês e, por conseguinte, sua ratificação no *Congrès de Bruxelles*⁸⁸, em 1910.

Compreendemos, com base em Brichford (1989), que ao considerarmos a prática e a literatura arquivísticas do período, podemos relativizar a narrativa tradicional. Para ele, o princípio da proveniência não surgiu como uma ideia nova, mas como uma formulação teórica baseada na experiência. Esse exercício nos leva à verificação de que o ideal de proveniência, incluindo as noções decorrentes, é reflexo imediato da modernidade. Explicaremos a afirmativa a seguir. Primeiro, para o teórico reportado, a organização de acervos seguindo o critério da proveniência de seus documentos era uma prática normal e natural, visto que a burocracia e a hierarquia propiciaram uma estrutura organizacional racional padronizada para governos e, conseqüentemente, demandou um esquema de organização natural para arquivos. Logo, foram questões contingenciais ligadas à burocracia governamental — que eram

⁸⁸ O Congresso de Bruxelas, realizado na capital belga em 1910 durante a Exposição Universal, marcou um momento significativo para a cooperação intelectual internacional no campo da informação. O evento, organizado pela *Association des archivistes et des bibliothécaires de Belgique*, contou com a participação de mais de 500 arquivistas e bibliotecários de diversos países, incluindo Alemanha, Inglaterra, Áustria, Brasil, Canadá, Cuba, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Hungria, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Mônaco, Noruega, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Suíça e Bélgica. O congresso foi dedicado a discutir aspectos teóricos e técnicos da arquivologia e da biblioteconomia, além de promover um acordo internacional para o estímulo de reuniões similares (Marques, 2021).

compartilhadas pelos chamados estados modernos — que originaram um arcabouço de soluções congêneres de forma paralela em países distintos.

Como exemplo claro, podemos colocar as divergências quanto à origem exata da idealização desses princípios medulares em análise. Percebemos que, da pesquisa realizada na literatura, diversos teóricos tendem a privilegiar os feitos ocorridos em seus países de origem. É o que Lustig (2020) entende como a justificção para a centralidade desses princípios, posto que os teóricos da arquivologia reivindicam a sua invenção. Como exemplo, além da já mencionada articulação francesa de *respect des fonds*, Lodolini (1993) salienta a relevância do *metodo storico* italiano, que consistia no respeito máximo a *ordine originaria* de um arquivo, como premissa básica para a compreensão da evolução histórica de sua entidade produtora. Duchein (1992) cita que tal regra fora formulada e utilizada em Florença por Francesco Bonaini, em 1867, e se transformou em política pública em toda a Itália, em 1875. Na Alemanha, a concepção de manutenção da ordem original também era usual na prática de arquivistas do Arquivo Real da Prússia por volta de 1880, que a denominavam como *Strukturprinzip*. Schellenberg (1956) cita que o princípio da proveniência se baseia no *Provenienzprinzip*, que foi primeiramente publicado pelo diretor do *Prussian Privy State Archives*, Heinrich von Sybel (1817-1895), quando das regulamentações elaboradas por Max Lehmann (1845-1929) em 1881⁸⁹.

Somos capazes de verificar, ainda, abordagens com o mesmo fulcro formuladas em localidades diversas — ainda que dentro do território europeu — em tempos mais longínquos. Sweeney (2008) cita que Heredia Herrera (1991) menciona outros casos para ilustrar o uso difundido da abordagem de respeito aos fundos, como na Saxônia, em 1777, na Dinamarca, em 1791 e em Nápoles, em 1812. Horsman (2002) cita que a prática já era comum na Holanda, em 1826. Muller, Feith e Fruin (1973), a Holanda desenvolveu uma noção similar à alemã *provenienzprinzip* chamada *herkomstbeginsel* que reconhecia a importância do criador — por produção ou recepção — de um corpo de documentos e natureza orgânica da acumulação

⁸⁹ Kuroki (2016) menciona que no referido ano Von Sybel elaborou o regulamento *Regulative fur die Ordnungserbeiten im Geheimen Staatsarchiv*, que articulava o princípio da proveniência, que estabelecia que todos os documentos de determinada unidade administrativa deveriam ser mantidos juntos, e o respeito à ordem original, o qual apreçoava que os documentos deveriam ser mantidos na ordem em que foram produzidos.

desses documentos. Para Horsman (2002), na noção holandesa de *herkomstbeginsel* coexistem as abordagens de proveniência e de ordem original. Há ainda, segundo Sweeney (2008), autores que garantem que havia instruções similares à de Wailly na Bélgica, na mesma época.

Alguns teóricos privilegiam a perspectiva francesa em relação à proveniência frente às demais, argumentando que esta abordagem se particulariza de maneira significativa. Cruz Mundet (1993) faz uma aferição das abordagens mencionadas acima e afirma que, embora tenha sido comum as referidas aplicações práticas relativas à organização de arquivos levando em conta a relação com seus organismos produtores, não fica clara a validade e os efeitos doutrinários como um princípio. O autor justifica sua tese com base em quatro argumentos. Primeiramente, trata-se de aplicações pontuais no tempo e no espaço, isto é, apenas em fundos determinados sem que houvesse difusão ou generalização da prática. Além disso, apercebe-se que as práticas não perduraram no tempo, tendo uma existência limitada. Ademais, em nenhum dos casos reportados o processo de aplicação da proveniência foi precedido de sistematização ou teorização condizentes com princípios científicos. Além disso, não é possível constatar a existência de debates promovidos por comunidades de profissionais arquivistas conscientes de sua própria existência. Por fim, como consequência, as aplicações precedentes à articulação francesa não foram capazes de gerar um efeito em cadeia no decorrer do tempo nem produziram uma aplicação universal de forma sucessiva e concatenada.

De modo oposto, a declaração de Wailly sustenta requisitos que são passíveis da defesa da enunciação de um princípio, visto que se reveste de elementos que a individualizam e a diferenciam frente às demais ciências. Logo, ainda que a essência da ideia central se faça presente em algumas aplicações práticas e individuais pretéritas, sua cientificidade somente é adquirida com a norma pois, segundo Cruz Mundet: a mencionada circular de 1841 e os textos legais sucedentes positivam o princípio e constituem um corpo doutrinário reconhecido; conquanto tenha se originado na França e em fundos de arquivo específico, fica clara sua extensão por outras categorias de arquivos de outros países; além da expansão geográfica, tem sua universalização cronológica significativa; após sua formulação, surge um debate coordenado por uma comunidade de profissionais que passa a ter consciência sobre sua existência e natureza. Mendo Carmona (1993) tece comentários no mesmo

sentido. Para a autora, o intento inicial da mera norma administrativa expedida pelo ministro do interior Tanneguy Duchâtel visava à solução para uma questão contingencial da estrutura administrativa do governo francês. Entretanto, a partir da repercussão de sua aplicação — sobretudo em tratados de arquivologia na França, Holanda e outros países — pode-se afirmar que se inicia o processo de aquisição de cientificidade.

Ao abordar as controvérsias relacionadas à origem precisa do princípio da proveniência, Tognoli e Guimarães (2020) ressaltam que é essencial reconhecer que o princípio da proveniência não é uma construção isolada, concebida como solução para um problema específico. Ao contrário, esse princípio surge das experiências de diversos países que enfrentaram problemas similares, embora em realidades distintas. Nesse contexto, a contribuição dos autores franceses, alemães e holandeses para a construção teórica do princípio merece especial atenção. Como enfatizado por Nesmith:

Enquanto outros na Bélgica, Itália e outros lugares contribuíram para a discussão, arquivistas-historiadores alemães refinaram o princípio de duas maneiras - enfatizando a importância da relação de um fundo com seu criador administrativo específico (o que eles chamaram de *provenienzprinzip*) e preservando a ordem original dos registros dentro dos fundos (o *registraturprinzip*). Arquivistas holandeses fizeram uma contribuição crucial para a consolidação do princípio da proveniência em 1898 com a publicação, sob os auspícios da Associação Holandesa de Arquivistas, do manual para o Arranjo e Descrição de Arquivos. O manual não apenas aceitou a ênfase francesa na origem dos fundos e os dois componentes alemães do princípio da proveniência, mas também respondeu às questões práticas mais importantes da época, surgidas de problemas na aplicação deles. Com base nesse trabalho preliminar, o Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários de 1910, realizado em Bruxelas, endossou formal e unanimemente o princípio como a melhor base para o arranjo e descrição arquivística e pesquisa histórica nos arquivos (Nesmith, 2015, p. 285, tradução nossa).

Portanto, mesmo que sejam claras as variações regionais, a perspectiva central de alocação de arquivos respeitando, como critério de diferenciação, a entidade originadora permanece em todas as teorizações mencionadas. Sweeney (2008) relata que constatou em importantes trabalhos procedentes de diversos teóricos da arquivologia que houve uma forte corrente de pensamento que englobava aspectos de proveniência e ordem original em diversos países europeus no século XIX. Mesmo que muitos tenham experimentado classificações temáticas — fruto do ideário enciclopédico iluminista —, o retorno à proveniência como princípio de organização

ocorreu em todos os casos. Prova disso está na consolidação de ideias e reconhecimento formal dos princípios da proveniência e da ordem original no Congresso de Bruxelas em 1910.

4.3.6. *O manual holandês como protótipo do pensamento moderno*

Ao analisarmos o conjunto de regras que compõe o renomado manual holandês de 1898 verificamos mais elementos da modernidade que estão marchetados no âmago do discurso arquivístico. Ridener (2009) recorre à análise do discurso para embasar seu argumento acerca da imprescindibilidade de exame do contexto político e governamental que esteia a elaboração de cada prescrição para a resolução dos impasses pelos quais os arquivos holandeses se defrontavam. O autor estabelece a seguinte premissa: por mais que a teoria arquivística seja produto do contexto em que é criada, ela também é produto imediato dos próprios teóricos. Em seguida, lança uma estratégia que consiste no estudo das biografias dos arquivistas holandeses como recurso auxiliar à compreensão do contexto e dos objetivos dos enunciados constantes do manual. Com base nessa tática, verifica-se rapidamente o fato de por que os documentos estatais receberem atenção especial, senão quase exclusiva. Como já destacado na subseção anterior, os três autores serviam ao Estado e estavam familiarizados com as necessidades dos órgãos de governo.

Sobre o assunto, ratificando tais preceitos como expressões modernas, Cook estabelece que:

[...] praticamente todos os arquivistas modernos, em todas as culturas, línguas e nações ecoam em voz alta essas afirmações sobre a importância do respeito aos fundos e os princípios relacionados de proveniência e ordem original. Ao aderir a esses princípios, os arquivistas podem preservar a natureza orgânica dos arquivos como evidência de transações. Por meio dessa adesão, o caráter probatório dos arquivos é protegido, pelo que os documentos refletem inerentemente as funções, programas e atividades da pessoa ou instituição que os criou e os processos transacionais pelos quais essa criação real ocorreu. Arquivos não são coleções artificiais adquiridas, organizadas e descritas em primeira instância por tema, assunto, lugar ou tempo; em vez disso, eles são adquiridos e descritos em uma relação contextual, orgânica e natural com seu criador e com os atos de criação. Respeitando assim o fundo como emanção orgânica de um criador de documentos, arquivistas de todo o mundo agregam valor aos documentos como evidência e para pesquisa, bem como valorizam sua própria identidade como profissionais da informação que entendem a complexidade da relação única entre cada criador de documentos e os registros resultantes, e entre e

entre séries inter-relacionadas ou agrupamentos de registros (Cook, 1993, p. 26, tradução nossa).

Considerando a reverberação da abordagem científica dominante, que objetivava articular princípios universais aplicáveis em qualquer contexto histórico, legal ou cultural particular, precisamos externar que o referido manual, segundo Mortensen (1999), constitui perfeito exemplar para averiguação sobre como se dá a recepção da teoria científica no processo de configuração disciplinar da arquivologia. Para o autor, o manual holandês pode ser assimilado como o primeiro tratado científico de arquivos, visto que seu conteúdo demonstra uma intenção de fazer com que a arquivologia operasse em um sistema autorreferencial, autônoma de influências políticas, legais e culturais. Duranti (1996b) complementa que se trata do primeiro esforço real para articular sistematicamente os conceitos e métodos que encontram sua validade em teorias arquivísticas que privilegiam a lógica e a consistência interna dos arquivos, em vez de seu contexto histórico, legal ou cultural, concepções políticas, jurídicas ou culturais.

Para a autora, quando isso de fato é alcançado, a validade universal pode ser obtida. Lembremos que a universalidade de leis naturais e invariáveis que descrevem fenômenos é marca distintiva da concepção positivista da ciência. Verificamos, pois, que a “aplicabilidade universal” do manual holandês, conforme observa Duranti, “foi claramente percebida por arquivistas contemporâneos e futuros, como demonstrado pelas traduções que foram feitas por mais de sessenta anos após sua primeira edição” (Duranti, 1996b, p. 5, tradução nossa). Para Horsman (2002), a disseminação internacional das ideias do manual holandês— sobretudo as traduções para o alemão em 1905, para o italiano em 1908 e para o francês em 1920 — pode ser, inclusive, tratada como a primeira globalização arquivística. Portanto, podemos constatar nessas asserções a busca incessante daquilo que é imprescindível para que a arquivologia alcançasse o *status* de cientificidade: universalidade, autonomia, lógica e consistência interna.

Nesse contexto, a universalização inerente à modernidade foi ressaltada sobremaneira por meio das transformações tecnológicas e industriais que dominaram o cenário global, fato que permitiu, a grupos de pessoas, um deslocamento mais livre e veloz de uma forma sem precedentes na história. A comunicação também se tornou

mais ágil e as tecnologias relacionadas, como é o caso da comunicabilidade por voz, passaram a estar disponíveis a um maior número de pessoas. Para Ridener (2009) os avanços tecnológicos ocorridos no período foram possibilitados em virtude do desenvolvimento científico.

Os avanços tecnológicos e de comunicação durante a última década do século XIX dependiam da ciência empírica que influenciou desenvolvimentos profissionais de todos os tipos. As noções de empirismo de Descartes e o método científico de Bacon dominaram os dias em termos de estudo acadêmico e inovação entre as disciplinas (Ridener, 2009, p. 25, tradução nossa).

Duchein (1992) cita que o início do século XX marca um movimento mais constante de arquivistas europeus para além das fronteiras de seus países, geralmente com o intuito de consultar e copiar documentos do interesse de suas nações. Como exemplo, o autor menciona as viagens realizadas pelos copistas do *Public Records Office* aos arquivos do Vaticano. Verificamos, nas fontes pesquisadas, que o evento de grande expressividade nesse sentido foi, indubitavelmente, o Congresso de Bruxelas de 1910. Para Shepherd (2009) o referido encontro abordou temas profissionais acerca da formação de arquivistas, de princípios de avaliação e da construção de acervos. Marques (2021) evidencia a adoção e difusão das noções de fundo e de respeito aos fundos. Frisa-se que o presidente da seção relacionada aos arquivos do evento foi o holandês Samuel Muller, logo, conforme Horsman (2002), apercebe-se a predominância de suas ideias durante os debates. Horsman endossa a relevância do congresso para a ratificação da universalidade do princípio da proveniência:

A aceitação unânime (ou simplesmente a não rejeição?) desta interpretação holandesa do princípio no Congresso de Bruxelas teve o efeito não intencional (e indesejável) de dogmatizar o manual, onde uma opinião fundada não contestada gradualmente tornou-se uma doutrina rígida (Horsman, 2002, p. 10-11, tradução nossa).

Com previsão para ser realizado em 1915 na cidade de Milão, o segundo congresso a nível internacional teve seu cancelamento em virtude da eclosão da primeira guerra mundial (Delsalle, 2000). Após o conflito, mediante assinatura do Tratado de Versalhes, criou-se a Liga das Nações e, no seu âmbito, ocorreu o que Mendo Carmona (1993) compreende como o momento de institucionalização da cooperação internacional a respeito das questões relativas aos arquivos. O fato

reportado consiste na instituição da organização consultiva intitulada *International Committee on Intellectual Cooperation* (ICIC), em 1922, a qual visava promover o intercâmbio internacional entre cientistas, pesquisadores, professores, artistas e intelectuais. Importante mencionar que o referido comitê é o predecessor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Durante sua atividade, a instituição manteve uma série de subcomitês relacionados a temáticas como museus, artes e letras, direitos intelectuais, bibliografia etc. Desses, destaca-se, em 1931, o estabelecimento do *Permanent Consultative Committee on Archives*, que viria a publicar, poucos anos depois, o primeiro *International Guide on Archives*. Segundo Shepherd (2009), dentre os profissionais que contribuíram para a elaboração do referido manual estava o britânico Jenkinson.

Ainda no escopo de tentativas para a convocação de mais um encontro internacional, o arquivista norte-americano Solon J. Buck (1884-1962), do *National Archives and Records Administration* (NARA), logrou êxito junto à UNESCO para a realização de uma reunião em Paris no ano de 1948 (Shepherd, 2009). No bojo da reunião estava a proposta para a criação de um órgão para estabelecer e fortalecer a interação entre arquivistas, promover uma administração profissional nos arquivos, facilitar a utilização de arquivos, promover e organizar um congresso internacional e para cooperar com outras instituições. Em consequência, o *International Council on Archives* (ICA) foi fundado em 9 de junho de 1948.

Esse marco histórico, refletindo uma busca por universalidade e padronização, abre caminho para aprofundarmos na discussão sobre outro pilar fundamental da modernidade na arquivologia: a objetividade. Além da busca por normas aplicáveis em diversos contextos, a objetividade emerge como um critério essencial para o avanço científico da disciplina, influenciando diretamente na forma como os arquivistas abordam a gestão e preservação de arquivos, visando uma prática fundamentada em critérios claros e imparciais. Este movimento em direção à objetividade reflete o espírito científico da época, buscando estabelecer a arquivologia em bases sólidas e universalmente aceitas.

De acordo com Kuroki (2016) a objetividade é inerente às atividades científicas, especialmente enquanto *ethos* da arquivologia. Isso significa que ela se encontra em constante observação na construção dos saberes científicos, principalmente na maneira como os cientistas desenvolvem reflexões e elaboram enunciados, princípios,

teorias e leis. Para Gilliland, tal noção no âmbito da arquivologia é bastante utilizada como sinônimo de neutralidade e, em alguns casos, aparece de forma similar à imparcialidade. Para a autora, a objetividade deriva de uma "posição filosófica em que ações podem se basear em uma verdade factual discernível ou atingível por meio do método científico e independente das crenças humanas, das quais se deve desconfiar" (Gilliland, 2011, p. 197, tradução nossa).

Como já vimos, o manual holandês foi estruturado em uma época em que o enfoque científico constituía um ideal tanto para arquivistas quanto para historiadores. Não seria diferente que suas regras não procurassem ser diretivas e objetivas. No referido manual apercebe-se claramente que seu propósito está ligado à prescrição de métodos e instruções visando à aplicação prática em arquivos. Implicitamente, mas talvez intencionalmente, o foco na padronização procedimental permitiu que questões filosóficas fossem relegadas a um segundo plano, ou até mesmo excluídas do debate. Trata-se de exemplo inteligível sobre a tentativa de superar tensões que naturalmente surgiriam quando da priorização de particularidades de fundos distintos. Logo, a padronização — conquistada a partir de um discurso agudamente objetivo — propiciou a articulação de uma base teórica unificada para que a prática arquivística se desenvolvesse. E, em nosso ponto de vista, é inegável que Muller, Feith, Fruin tenham logrado êxito nessa investida.

Uma importante sistematização do pensamento positivista está presente no método dedutivo-nomológico de explicação de Carl Hempel (1905-1997), que consiste em uma tentativa de formulação de princípios genéricos como recursos de compreensão de casos específicos. Mortensen (1999) menciona que de acordo com o referido método, a explicação de algo consiste na compreensão de um fenômeno específico a partir de uma lei geral, isto é, o fenômeno individual é explicado por estar subordinado a uma lei geral. Logo, o melhor caminho para se explicar algo, de acordo com a abordagem eminentemente positivista de Hempel, é a partir da dedução. Podemos verificar que alguns indícios de emprego do método dedutivo no âmbito da teoria arquivística, ainda que anterior à formulação de Hempel. O exemplo utilizado pelos autores holandeses citado acima, acerca da imprescindibilidade da reconstrução da ordem original, demonstra a relevância da integridade do acervo para a formulação de questões gerais que podem ser utilizadas para a melhor compreensão das partes.

Podemos, ainda, extrair outros enunciados relevantes do manual holandês. Como já sobrelevamos anteriormente, o exercício para obtenção do conhecimento científico também se pauta na observação de regularidades como requisito para a formulação de leis gerais. Nesse aspecto, podemos considerar que um dos postulados teóricos mais relevantes estabelecidos pelos arquivistas holandeses diz respeito à prescrição da não descrição de itens individuais, sob pena de prejudicar a integridade do todo. Essa perspectiva, que coloca o arquivo como uma entidade distinta e inteira e que deve permanecer intacta, estabelece-se como padrão para a compreensão de muitos aspectos da teoria arquivística moderna. Preliminarmente, podemos destacar a noção que sobreleva a relevância do todo — o arquivo —, julgando-o fundamental ao respaldo institucional para validação da veracidade de suas partes — os documentos:

A emergência de uma preocupação específica com o documento, aparece com a historiografia. Notadamente com a corrente positivista do século XIX, para a qual não existia veracidade do 'dizer o passado', se não estivesse respaldada pela simples existência do documento. [...] A arquivologia aderiu a visão positivista mencionada, jogando no documento de arquivo três tipos de valores: administrativo, histórico e de informação. Os três valores, sempre embasados nessa veracidade escondida no simples ser do documento. Sem perceber que, paradoxalmente é o respaldo institucional do arquivo e simplesmente ele, e não o documento, que faz 'dizer a verdade' (Murguia, 2011, p. 51).

Essa relação entre o todo e as suas partes pode ser verificada claramente no manual holandês. Apercebe-se que os autores holandeses aplicam de forma clara essa premissa positivista e a ilustram concretamente, cuja procedência decorre de um exemplo utilizado por um professor da ENC, que versa acerca das vantagens pertinentes à reconstrução da ordem original:

Em várias divisões de arquivo achavam-se numerosos documentos isolados do fim do século XVIII, na maioria sem data e, em grande parte, não completamente inteligíveis, mas relativos sempre a assuntos de interesse. Quando se dispersaram tais papéis, com mira no arranjo cronológico, soube-se, acidentalmente, por meio de uma nota, que todos foram achados no Gabinete de Luís XVI. Naturalmente, houve pressa em reuni-los e ligá-los, o que se afigurava ainda possível mercê das marcas externas. E então, quando um documento elucidou o outro, quando, por compará-los, se revelaram as datas e se conseguiu identificar a maior parte das escritas, tornou-se evidente que os papéis formavam uma coleção que, como o indicava o fato de haver sido encontrada no Gabinete Real, adquirira grande importância para o conhecimento da política de Luís XVI nos últimos anos do seu reinado (Muller; Feith; Fruin, 1973, p. 43).

O manual holandês, conforme ressaltado por Ribeiro (2001), marca um prelúdio de emancipação no final do século XIX, quanto à autonomia da arquivologia. Com os avanços tecnológicos ocorridos no início do século XX e a partir dos impactos causados pela Primeira Guerra Mundial, novos tipos de informação e meios de comunicação favoreceram um aumento na produção documental e suscitou novos desafios: como avaliar, selecionar e eliminar? Aliadas a isso, as grandes massas de documentos incorporadas aos arquivos estatais evidenciaram sinais críticos: a insuficiência material de instalações e a incapacidade em dispor para acesso todos os documentos de modo a atender às demandas de pesquisa de historiadores.

A manutenção da integridade interna dos fundos, como ideal a ser perseguido, é colocada por Duchein (1992) como uma das bases formadoras do princípio da proveniência — juntamente da noção de respeito aos fundos. O mesmo autor também cita que, além da perspectiva que compreende a ordem original como a dimensão interna da proveniência, há aquela que a considera um princípio apartado. Como não temos o intuito de aprofundarmos essa discussão, fechamos a questão abordando que a noção decorre como solução para problemas próprios do tratamento de arquivos na era moderna. Quanto às origens e aplicações mais notáveis, Duchein (1992) menciona a *ordre primitif* apregoada pela circular francesa de 1841 e a alcunha *Strukturprinzip* proveniente dos Arquivos Reais da Prússia. Na Holanda, Sweeney (2008) traz o entendimento de Ketelaar quanto ao pioneirismo do arquivista P. J. Vermeulen (1809-1878), antecessor de Muller na administração do arquivo da província de Utrecht. É importante salientar a visão de Vermeulen, expressada em 1850, acerca da substancialidade da observância ao *respect de l'ordre primitif*. Para ele, a restauração da ordem original consistia em um pré-requisito à consecução de arranjos e inventários científicos (Sweeney, 2008, p. 199).

Lodolini frisa que a reconstituição da ordem original tinha caráter abalizadamente objetivo, isto é, podia ser empreendida por qualquer arquivista em qualquer fundo ou arquivo e deveria obter o mesmo resultado. Nas palavras do teórico, “se uma coleção fosse desordenada dez ou cem vezes e se lhe fosse encarregada a organização por até dez ou cem arquivistas diferentes, o resultado final teria que ser sempre o mesmo” (Lodolini, 1993, p. 152, tradução nossa). A fundamentação dessa ideia, para Lodolini, provinha das ciências exatas, mais especificamente do método de Galilei, que apregoava que um experimento, repetido por qualquer pessoa sob as

mesmas condições e por meio do mesmo método, teria sempre de apresentar o mesmo resultado. Ainda no âmbito das relações entre a teoria arquivística e as ciências naturais, Lodolini (1993) destaca um episódio do Congresso Internacional de Arquivos ocorrido em Paris, no ano de 1950, que ilustra a grande valorização, ainda que inconsciente, do emprego de métodos próprios das disciplinas exatas. O teórico cita a saudação realizada por Georges Bourgin (1879-1958) ao eminente estudioso italiano Casanova, ao qual se referiu a ele como “o grande matemático dos arquivos”.

Além do viés que tinha como de pano fundo facilitar a compreensão do acervo, que se deu naturalmente segundo os autores do manual holandês, vale notabilizar a observação de Lustig (2020) sobre o contexto específico que fomentou o interesse, sobretudo dos arquivistas holandeses, na recriação da ordem original em que os arquivos se formaram: o período de controle, inclusive por meio de ocupação, do território holandês pela França de 1795 a 1813. É nesse período que ocorre um desarranjo ocasionado pela reorganização administrativa e pelas sucessivas extrações de documentos — com o intuito de transferência para Paris, a fim de viabilizar o projeto megalômico do *Archives de l'empire* francês. Como resposta futura, os arquivistas enxergavam como a principal solução reparadora para os efeitos desfavoráveis causados pela aludida intervenção estrangeira um esforço coordenado para a reconstituição do contexto histórico originário a partir da tentativa de arranjo tal qual empreendida pela entidade criadora.

Neste ponto de nossa investigação, torna-se importante desenvolver de forma mais detalhada as relações entre o manual dos holandeses, considerando especificamente o recorte espacial e temporal abordado, e suas relações com o estatuto científico da arquivologia. Ribeiro (2001) defende que a configuração da arquivologia como uma disciplina científica autônoma se deu a partir do desenvolvimento de um modelo ao qual ela reputa como “histórico-tecnista”, que tem como pilares:

- A criação dos “arquivos históricos” com o objetivo de servir como fonte para a historiografia;
- A existência de um organismo estatal coordenador de uma política de arquivos;
- Um respaldo teórico baseado na noção instrumental de fundos;

- Os chamados princípios teóricos da disciplina — respeito aos fundos ou proveniência e ordem original —, que por serem erigidos com base na evidência e no pragmatismo, não são submetidos à confirmação ou refutação pela pesquisa científica.
- A adoção de “teorias” como base para escolhas meramente operacionais, tal qual a “teoria das três idades”.
- Uma supervalorização de componentes técnicos e ênfase na padronização;
- A assunção do documento como o material básico do arquivo.

Para Schmidt (2012), o final do século XIX pode ser considerado como o momento que marca a busca das ciências pela ocupação de seus espaços na sociedade. Tendo em consideração que, no campo da arquivologia, a publicação do manual holandês ocorre exatamente nesse período, a autora traça uma relação de lógica mútua entre a finalidade do respectivo manual e a relevância de inclusão de elementos resultantes do fazer arquivístico em discussões pertinentes ao campo teórico científico. Para a autora:

Isto posto, por se traduzir em resultado ‘acabado’ do progresso científico nos moldes positivistas desta época científica moderna, na qual o importante era documentar técnicas para reproduzi-las em caráter de tarefa, o conhecimento transmitido através da publicação do Manual dos Holandeses foi capaz de elevar práticas e técnicas arquivísticas ao *status* de ciência, já que se apresentava como o resultado de conhecimentos aplicados com vistas a desenvolver problemas/fenômenos de ordem prática (Schmidt, 2012, p. 88).

Considerando os requisitos de cientificidade elencados por Couture (1996), não podemos afirmar que a arquivologia já pode ser reconhecida como uma ciência autônoma no momento da publicação do manual e até nas primeiras décadas subsequentes. Nossa posição coaduna com a de Marques (2011) e Schmidt (2012) no sentido de reconhecer o referido manual como marco para o momento em que a arquivologia se ilumina como disciplina científica. De acordo com Couture (1996), para que a arquivologia adquirisse o status de disciplina científica e de profissão foi necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Contribuição para o conhecimento (existência de princípios e métodos específicos para o campo);
- Desenvolvimento de habilidades (regras e normas);

- Presença de produção científica (periódicos, publicações etc.);
- Participação na cultura acadêmica (especificidade, valor simbólico).
- Existência de associações profissionais;
- Criação de programas de formação;
- Reconhecimento legal ou profissional do campo;
- Existência de uma clientela.

Afirmamos que muitos dos elementos enfatizados por Couture (1996) se manifestaram ou ganharam maior destaque com a publicação do manual holandês. Contudo, é importante ressaltar que não podemos afirmar de maneira definitiva que a arquivologia já havia se estabelecido como uma disciplina madura naquele período. Mesmo durante a elaboração de seus estudos na década de 1990, Couture expressava a crença de que o corpo de conhecimento da arquivologia ainda não havia alcançado plena maturidade. Em contrapartida à perspectiva de Silva *et al.* (1999), que sustentavam que a arquivologia se tornou uma ciência imediatamente após a publicação do manual holandês, argumentamos que o referido manual desempenhou um papel marcante na inauguração da arquivologia como uma disciplina científica autônoma, conforme também defendido por Cook (1997) e Ribeiro (2001).

Concluindo a apreciação do renomado manual holandês de 1898 e suas repercussões no campo da arquivologia, percebemos como essencialmente ele encarna os ideais da modernidade, notabilizando-se por sua busca por universalidade e objetividade. Esta obra reflete uma era de avanços científicos e tecnológicos e se alinha à abordagem positivista de formulação de leis gerais, cristalizando-se como um marco na sistematização do conhecimento arquivístico. A partir dele, emerge um modelo que transcende as variações políticas, legais e culturais, propondo princípios aplicáveis globalmente, independentemente do contexto específico. Sua recepção e influência duradoura, evidenciadas por traduções e adoções em diversos países, sublinham sua relevância e atestam sua universalidade. Este manual delineou práticas arquivísticas e, adicionalmente, pavimentou o caminho para uma compreensão mais profunda e científica dos arquivos, alinhando-os com o espírito científico e positivista da época.

Além disso, o manual holandês, em sua essência, reflete um compromisso com a objetividade, um pilar central na construção do conhecimento científico na arquivologia. A abordagem dos autores, pautada em métodos científicos e em uma busca por padrões replicáveis e consistentes, ressalta a importância da integridade e coesão do arquivo como um todo. Essa perspectiva, profundamente enraizada no positivismo e na dedução científica, busca estabelecer leis gerais para a compreensão e a organização arquivística. A orientação para a reconstrução da ordem original dos documentos, um dos princípios fundamentais do manual, ilustra a aplicação prática desse ideal, fornecendo uma base sólida para a formulação de teorias e práticas arquivísticas. Assim, o manual holandês não é apenas um documento histórico, mas uma expressão viva dos ideais da modernidade na arquivologia, influenciando gerações de teóricos e profissionais na busca por uma compreensão mais objetiva e universal dos arquivos.

Por fim, o manual holandês desempenhou um papel fundamental na inauguração da arquivologia como disciplina científica autônoma, embora não tenha estabelecido imediatamente essa condição. Couture (1993) acentuou que muitos elementos importantes surgiram ou se fortaleceram com sua publicação, mas não se pode afirmar que a arquivologia já era uma disciplina madura naquele momento. Portanto, o manual pode ser considerado um marco significativo nesse processo de desenvolvimento da disciplina.

4.4. Condições e questões espaço-temporais fundadoras do pensamento arquivístico moderno

Iniciaremos nossa análise explorando como as dimensões de espaço e tempo, consideradas cruciais durante a modernidade, influenciaram e moldaram o campo do conhecimento arquivístico. Esta investigação parte da premissa, já introduzida anteriormente, de que a maneira como percebemos e entendemos o espaço e o tempo tem um impacto direto na formação e nos avanços da arquivologia como uma disciplina científica. Pretendemos, portanto, examinar como essas variáveis permearam os discursos fundamentais da área e contribuíram para a estruturação de seus conceitos e práticas essenciais. O pressuposto central de nosso estudo é que a

percepção moderna das dimensões de espaço e tempo influenciou e deu forma ao conhecimento arquivístico, moldando-o de acordo com as necessidades e o entendimento da época.

Aprofundando neste tema, consideraremos como as transformações socioeconômicas e filosóficas da modernidade afetaram a maneira como os documentos de arquivo são organizados, preservados e interpretados. Este período, caracterizado por um intenso foco na racionalidade e no progresso, trouxe consigo uma nova compreensão das dimensões de espaço e tempo, influenciando significativamente a metodologia e a teoria arquivística. Assim, pretendemos desvendar até que ponto as mudanças de percepção espacial e temporal contribuíram para o desenvolvimento da arquivologia, analisando como as práticas e teorias arquivísticas refletiram essas mudanças. Ao investigar a interseção entre espaço, tempo e arquivologia, buscamos oferecer uma visão abrangente de como as variáveis espaciais e temporais da modernidade se entrelaçam com os fundamentos da arquivologia, revelando uma relação intrínseca entre eles.

4.4.1. A noção espacial moderna e sua influência no conhecimento arquivístico

Vimos, nas subseções anteriores, que embora a existência dos arquivos date de milhares de anos, grande parte do conhecimento arquivístico aglutinou-se nos séculos XIX e XX. Como prova disso temos esse período como crucial no que concerne à publicação de significativos tratados e manuais que codificam a teoria e prática arquivísticas. É importante salientar que anterior à concepção espacial moderna, que será abordada ao longo desta subseção, o espaço aparece primeiramente como definidor da própria configuração da arquivologia.

De acordo com Gordon (2014), a imagem da Revolução Francesa como evento fundacional da modernidade desperta reflexões relevantes. Além de consistir meio fundamental para o entendimento político do período, sua relevância está associada à construção de histórias eurocêntricas, que tendo em conta os grandes avanços científicos, econômicos, sociais, culturais e tecnológicos ocorridos, coloca toda a região em vantagem sobre outras civilizações. A partir das reflexões de Samir Amin (1989), o autor considera que existe um mito constituinte da imagem da Europa,

ou seja, uma representação que difere sua essência do restante do mundo. O resultado desse pensamento, sobretudo a partir da história contada sob uma perspectiva eurocêntrica, é inevitavelmente parte de uma premissa em que a Europa é tida como a grande autora do mundo moderno, até mesmo confundindo-se com este.

Feita essa colocação inicial, podemos começar nossa exploração evidenciando as relações entre o arquivo e o espaço. Sobre isso, Derrida desenreda o termo arquivo por meio da etimologia da palavra e chega ao grego *arkheion*, que consiste justamente em um espaço que pode compreender uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que comandavam (Derrida, 2001, p.12). Para o filósofo, a institucionalização do documento, processo o qual reputa como *domiciliação*, marca a passagem de uma informação da esfera privada para o domínio público. Partindo da concepção do arquivo dotado por uma autoridade publicamente reconhecida, o filósofo o compreende como lugar em que se depositavam os documentos oficiais e que esse espaço é razão de sua própria existência:

Os arcontes foram os seus primeiros guardiões. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder interpretar os arquivos, depositados sob a guarda desses arcontes, estes documentos diziam, de fato, a lei: eles evocavam a lei e convocavam à lei. Para serem assim guardados, na jurisdição desse dizer a lei eram necessários ao mesmo tempo um guardião e uma localização. Mesmo em sua guarda ou em sua tradição hermenêutica, os arquivos não podiam prescindir de suporte nem de residência (Derrida, 2001, p. 12-13).

Posner (1972) argumenta que desde os primeiros arquivos — aqueles que remontam as civilizações antigas da Suméria, Mesopotâmia, Assíria etc. — sua utilização para apoiar atividades comerciais e comprovar a posse de propriedades estava ligada aos locais onde esses estavam armazenados. Tal característica acompanhou outras civilizações como a egípcia, a persa e a chinesa, as quais possuíam espaços próprios para que arquivos pudessem cumprir com sua finalidade.

Como citamos anteriormente, a modernidade traz consigo o espaço oficial delimitado pelo Estado como um importante requisito de institucionalização de documentos de arquivo. Salienta-se que essa ideia provém, de acordo com Jenkinson (1937) e Duranti (1989) da antiguidade, em que a autenticidade de documentos não

estava ligada às suas características internas, mas ao lugar encarregado por sua preservação, que poderia ser um templo, um prédio público, uma tesouraria ou o próprio arquivo. Essa noção, bastante explorada por Rabello e Rodrigues (2016), nos auxilia na compreensão das características e institucionalidades inerentes aos espaços de custódia que garantem condições de autenticidade e confiabilidade aos arquivos. Para os referidos autores:

Assim como os testemunhos orais, os documentos de arquivo enriquecem ou potencializam sua fala se postos em situação contraditória aos demais documentos que lhe conferem autenticidade, estando em jogo forma e conteúdo documental quando em relação à proveniência e à organicidade que auxiliam a recuperar sua 'biografia funcional'. Dessa forma, o testemunho além de ser concebido como expressão de uma memória declarada por meio de um depoimento proferido, autenticado e regulamentado, também passa a ser compreendido como palavra inscrita e 'aprisionada' num determinado suporte, armazenada e ordenada num espaço para ser consultada (Rabello; Rodrigues, 2016, p.15).

De acordo com Duranti (2007), a origem do conceito de arquivo como lugar tem origem no direito romano, que por sua vez funda toda a perspectiva jurídica da civilização ocidental. O Código de Justiniano, que pode ser considerado uma sumarização da jurisprudência e da legislação romanas, traz de forma bastante clara a associação dos arquivos ao espaço, considerando-o como um lugar de preservação sob a jurisdição de uma autoridade pública. Nesse código, o arquivo é definido como um "*locus publicus in quo instrumenta deponuntur quatenus incorrupta maneant fidem faciant perpetua rei memoria*", isto é, "um local público onde feitos são depositados e com isso podem permanecer incorruptíveis, fornecendo evidências confiáveis e constituindo-se memória permanente daquilo que atestam".

Logo, já podemos vislumbrar nessa noção, a ideia do espaço como verdadeiro legitimador e garantidor da autenticidade documental quando Duranti (2007) trata do *archii limes* ou "limiar arquivístico". Ao abordar o *Tabularium*, traçando um percurso por sua estrutura física, a autora salienta que existe um espaço que funciona como um limite para que documentos sejam confirmados como veículos de evidência e memória. É em um espaço dentro do edifício, ou seja, no limiar arquivístico, que um funcionário dotado de autoridade pública se encarrega de identificar e associar intelectualmente documentos, de forma a encaminhá-los ao espaço interno. Para Duranti (2007), é a partir dessa transição espacial que ocorre o processo de autenticação.

Outros fatores inerentes ao espaço provenientes da prática romana nos chamam a atenção. Primeiramente, a própria localização dos depósitos de arquivo demonstrava a intenção de manutenção dos documentos livres de qualquer tipo de contaminação ou corrupção. Apercebe-se que os depósitos de guarda de documentos eram cuidadosamente segregados de qualquer outro espaço aberto ao público. Essa inacessibilidade física colaborou para que os documentos adquirissem caráter de testemunho autoritário e poderoso de ações. Para a autora:

O local de depósito dos documentos arquivísticos situava-se na parte mais afastada do edifício arquivístico, completamente isolado de áreas de trabalho e de qualquer possível fonte de contaminação ou corrupção, e os documentos que entrassem nessa zona restrita viveriam para sempre em seu próprio tempo de criação, em seu próprio contexto, como entidades estáveis e imutáveis, intocáveis por questões políticas ou sociais eventuais, interesses, tendências ou influências (Duranti, 2007, p. 449, tradução nossa).

Outro ponto relevante se apresenta na localização dos prédios de arquivo, que no exemplo de Duranti (2007) consiste na posição ocupada pelo *tabularium*, dentro do contexto espacial permeado pelos outros órgãos pertencentes à administração pública. Sobre isso, a autora estabelece que o *tabularium* foi erguido na colina do Capitólio, no ponto mais alto do fórum romano, mais alto que o Senado e próximo a outros importantes prédios, como templos e mercados.

Deriva-se da experiência romana o que Duranti (2007) intitula como o “direito ao arquivamento”, que consiste no direito de manter um lugar capaz de conferir autoridade aos produtos documentais de ações, dotando-os de autenticidade. Ao longo do tempo, verifica-se que esse direito foi incorporado por todos aqueles órgãos aos quais a soberania foi delegada por poderes supremos seculares ou religiosos — dentre esses, Estado e igrejas.

Duranti (2007) também menciona que com a formação dos principados e monarquias, houve uma grande proliferação de prédios públicos destinados à guarda de documentos. Nos mesmos moldes dos antigos *tabularium*, esses estavam situados no centro das cidades e no cerne do exercício da vida cívica da população. A autora cita que diversos juristas que escreveram acerca dos arquivos dos séculos XVI e XVII os definiram como locais públicos onde resíduos documentais de atividades práticas eram mantidos e protegidos. Surge de uma interpretação da função dos arquivos a característica da inviolabilidade, que nada mais é que uma qualidade dada ao espaço

cuja capacidade de dotar documentos de origem privada ali depositados os conferia fidedignidade.

Associado a isso está o papel da custódia como requisito para a conferência de autenticidade aos documentos de arquivo. Duranti (2007) entende que a confiabilidade é atributo vinculado à criação do registro, diferentemente da autenticidade, que diz respeito à transmissão e preservação. Portanto, o espaço atua para propiciar condições físicas necessárias à recepção e ao armazenamento seguro de documentos. Decorrente desse pensamento, está a articulação de Jenkinson (1937) acerca da custódia ininterrupta, que nada mais era que um importante requisito para a consecução da autenticidade documental. A transmissão espacial que precede essa operação também pode ser compreendida como uma declaração de autenticidade e uma declaração de responsabilidade sobre a preservação dessa autenticidade.

Entretanto, a aceitação em custódia é mais do que uma declaração de autenticidade. Está assumindo a responsabilidade de preservar essa autenticidade, e exige tomar as medidas apropriadas para garantir que a autenticidade nunca seja questionada, medidas que vão muito além da segurança física. A identificação dos documentos, a atribuição a eles de um lugar intelectual e físico no conjunto dos documentos autênticos, ou seja, sua localização e descrição no contexto, congelando e perpetuando suas inter-relações, garantem que possíveis adulterações sejam facilmente identificadas. Por tudo isso, qualquer documento que ultrapasse o limiar arquivístico, enquanto existir, é verdadeiramente um monumento permanente às ações de seu criador (Duranti, 2007, p. 454, tradução nossa).

O espaço também é responsável por uma certa adequação terminológica no campo do incipiente estudo sobre os arquivos. Duranti (2007) indica que, no século XVIII, o nome dado ao local de preservação passou a ser utilizado como referência aos seus conteúdos, ou seja, ambas as entidades — tanto o espaço quanto o material armazenado — passaram a ser alcunhadas com o termo arquivo. Isso se deve à importância do “limiar arquivístico” como requisito para que documentos se tornassem completos para a produção de todos os efeitos, tais como criar, modificar e extinguir relações jurídicas entre pessoas físicas e jurídicas.

Para além das questões que envolvem o espaço como crucial na legitimação de autoridade de documentos, a ordem também aparece como elemento formador de uma importante metanarrativa moderna no âmbito da teoria arquivística. Faceta inerente ao fazer científico do período, a noção se inscreve no cerne de arquivologia,

manifestando-se nos princípios estruturantes da disciplina, tal qual percurso demonstrado na subseção anterior. As noções de respeito aos fundos e de manutenção da ordem original decorrem de soluções para problemas contingenciais experimentados por profissionais de vários países da Europa Ocidental. Vimos que ambos os princípios têm sua codificação mais conhecida e difundida pelo célebre manual holandês. Até chegar ao amadurecimento, entendemos que há elementos importantes concernentes às práticas arquivísticas anteriores — as quais podemos alcunhar como pré-modernas — que confluem para a uniformização e consolidação da ordem como subsídio teórico básico da teoria arquivística. Para tal desígnio, vamos explorar o trabalho de Friedrich (2018) que considera os arquivos como estruturas espaciais e os relaciona de forma primorosa à ordem e ao próprio espaço.

Primeiramente, o autor afirma que o advento e assentamento da cultura da escrita criou, necessariamente, objetos físicos tais como páginas, rolos, livros para servirem como meios e suportes de registro de ideias e informações. Logo, considerando apenas o suporte, é inevitável que a existência dos arquivos no contexto moderno esteja vinculada a uma dimensão espacial. Para o autor, o início da era moderna também confere ao termo arquivo outro viés que o avigora enquanto estrutura espacial, visto que a recuperação de conhecimentos registrados e armazenados dependia de como e se esses poderiam ser localizados ou utilizados. À vista disso, nesse contexto, falar em ordem do conhecimento não significava apenas tratar de estruturas mentais e conceituais, mas basicamente de um arranjo físico realizado de modo sensato, isto é, não valia de nada saber o que estava em um volume de documentos se não se pudesse encontrá-lo posteriormente na sala ou tirá-lo com segurança da prateleira. A ordem do conhecimento nos arquivos equivalia à disposição dos objetos no espaço.

A ênfase na dimensão física dos documentos guiou a prática arquivística e tornou o espaço dimensão fundamental no processo de organização. Isso se concretizou porque, segundo Friedrich (2018), a ordem somente se consubstanciava no espaço, ou seja, perfazer a ordem demandava o emprego de processos físicos. O autor ilustra o empreendimento realizado por um arquivista chamado Heinrich Ernst Moritz Leonhardi, em 1741, na reorganização do arquivo de Altenkirchen, que denota uma atividade corriqueira dos profissionais incumbidos pela organização de documentos do período: a colocação de toda a documentação em mesas, e até

mesmo no chão, e sua disposição e pilhas para a primeira ordenação em categorias genéricas e depois a realização de consecutivos agrupamentos cada vez mais específicos. O autor entende que a descrição dessa atividade nos permite imaginar uma sala de trabalho cheia de pilhas de papel e o trânsito intenso do arquivista por todo o espaço, de forma a melhor utilizá-lo.

Há muitas outras descrições, sobretudo na literatura arquivística, de práticas espaciais com o intuito de produção de ordem como importantes primeiros passos em direção à organização de acervos. Em decorrência da persecução do ideal de ordem, há uma sistematização de métodos para a realização de tarefas, visto que as atividades de organização envolviam também constantes transferências para novas instalações. Friedrich (2018) salienta que é daí que surgem instrumentos para auxiliar a localização de documentos no espaço, como guias e catálogos. Além desses, o autor cita a utilização do recurso da rotulagem como ferramenta importante para o arquivamento adequado. Logo, apercebe-se que a dimensão espacial possibilitou o desenvolvimento de técnicas para viabilizar a ordenação de documentos e arquivos a partir do emprego de procedimentos eminentemente físicos. Friedrich (2018) ressalta que isso moldou a autopercepção dos arquivistas em um grau considerável.

É interessante frisar que há representações — desenhos e pinturas da época — que idealizam os arquivos como lugares de perfeita ordem. Em nosso ponto de vista, trata-se de mais uma exemplificação, agora visual, da imbricação entre arquivos, ordem e espaço. Friedrich (2018) apresenta um desenho proveniente da Bolonha, datado de 1726, que mostra o arquivo notarial local a partir de uma perspectiva central. A imagem apresenta uma distinção clara na organização da documentação entre aqueles arquivos que se localizam à direita e aqueles que estão situados à esquerda. Friedrich (2018) assinala que há outras representações modernas de arquivos que confirmam essa visão estilizada. O autor cita como exemplo as gravuras que documentam a reconstrução dos Ministérios da Guerra, da Marinha e Relações Exteriores da França em Versalhes, em 1761. Além das representações mencionadas, há objetos que demonstram questões espaciais relevantes ligadas aos arquivos. Dentre essas, Friedrich faz uma importante reflexão acerca das portas dos arquivos:

Em muitas ocasiões, as portas de arquivo não somente fechavam o espaço, mas também deixavam claro com sua forma arquitetônica marcante que uma esfera especial começava além das partes geralmente acessíveis de um

edifício. A porta do arquivo era proibitiva e promissora, tanto convidativa quanto renunciadora. O arquivo deveria simultaneamente ser mostrado e escondido (Friedrich, 2018, p. p.118, tradução nossa).

Brothman (1991) defende que os arquivos sempre foram, e ainda são desafiados a impor ordem ao espaço em que habitam. Colocar as coisas em seus devidos lugares, ou seja, distribuir artefatos no espaço é um construto mental que consiste em uma noção elementar do fazer arquivístico. Essa ordem pode ser ou física, quando da arrumação de papéis, mapas, fotografias, fitas ou intelectual, quando do arranjo em acordo com certos princípios metodológicos da profissão. O rastreamento da fundação do ideal de ordem no espaço, considerado pelo autor como um postulado arquivístico, no âmbito da arquivologia, nos direciona novamente para o século XVIII, o qual é apontado por Brothman (1991) como fundamental no delineamento da ciência moderna, tendo seu exemplo mais claro o campo da história natural. O autor recorre a Foucault para exemplificar o disposto:

Os documentos dessa história nova não são outras palavras, textos ou arquivos, mas espaços claros onde as coisas se justapõem: herbários, coleções, jardins. [...] Diz-se frequentemente que a constituição dos jardins botânicos e das coleções zoológicas traduzia uma nova curiosidade para com as plantas e os animais exóticos. De fato, já desde muito eles haviam suscitado interesse. O que mudou foi o espaço em que podem ser vistos e donde podem ser descritos. [...] Sabe-se da importância metodológica que assumiram esses espaços e essas distribuições “naturais” para a classificação, nos fins do século XVIII, das palavras, das línguas, das raízes, dos documentos, dos arquivos, em suma, para a constituição de todo um ambiente de história (Foucault, 1999b, p. 178-179).

A era moderna também se caracteriza pela generalização de prédios mais adequados à guarda exclusiva de arquivos. Friedrich (2018) argumenta que anterior ao século XIX eram poucas as instalações especializadas e específicas, realidade que contrastava com as bibliotecas. Na antiguidade e na idade média, a prática comum de acomodação de arquivos envolvia a destinação de salas e quartos em edifícios já existentes. Também era usual, tanto por razões de segurança como de simbolismo, a preferência por torres da cerca⁹⁰ e igrejas ou sacristias. Com o advento da modernidade, e do aparato administrativo burocrático, é possível verificar um

⁹⁰ Na arquitetura militar significam as torres integradas e salientes das cercas ou muralhas dos castelos medievais. Estas torres tinham como função principal servir de posto de vigia e de defesa em caso de ataque (Friedrich, 2018).

movimento padrão de reposicionamento dos arquivos, sobretudo os provenientes da administração, em localidades próximas aos postos de trabalho que os originam. Já que a demanda por acesso era praticamente diária, viu-se como necessária o armazenamento dos arquivos em locais próximos aos funcionários. Com isso, muitos arquivos foram deslocados para palácios reais e outros prédios já passaram a constar em seus planos de construção espaços destinados aos arquivos.

Entretanto, há de se destacar que as condições geralmente não eram favoráveis. Verificamos, em Friedrich (2018), que a escassez de espaços para o armazenamento e tratamento de arquivos também era comum, o que gerava um cenário de condições desconexas que relegava ao arquivo um *status* ambivalente: ora tratados como tesouros, ora tidos como descartáveis. O autor cita a acirrada disputa por espaços entre diferentes arquivos em Paris, no ano de 1760, como fator que justifica a valorização e atenção prestada aos arquivos. Todavia, em outros casos, pode se verificar que era usual os arquivos serem adaptados ao espaço disponível e não vice-versa.

Retomando o ideal moderno da ordem, Friedrich pontua que há artefatos que, embora não tenham recebido a atenção adequada nos relatos históricos, serviram de forma primorosa à efetivação desse propósito: os mobiliários. Para o autor, “a ordem do conhecimento no espaço implica sempre o uso de subsídios para a estruturação do espaço” (Friedrich, 2018, p. 123, tradução nossa). Foram esses objetos que trouxeram ordem aos acervos arquivísticos, posto que materializavam nitidamente no espaço separações e partições inerentes ao emprego de métodos classificatórios.

Na visão do autor francês Pierre Camille Le Moine, as estruturas espaciais que os móveis de arquivo podem criar eram um pouco mais complexas: partes de armários ou armários inteiros poderiam dividir um arquivo ‘geralmente’ por tópico, enquanto as gavetas ou compartimentos atrás deles poderiam produzir uma ‘classificação detalhada’ (Friedrich, 2018, p. 125, tradução nossa).

Corroborando com o disposto, o autor cita que portas e gavetas e armários eram concebidos de forma a permitir a visualização dos distintos níveis de organização do arquivo. Os móveis representavam ferramentas mentais para conceber e desenvolver ordem. O simples ato de agrupar documentos e colocá-los em compartimentos específicos foi um passo importante para a transformação de coleções de documentos até então desorganizados em séries documentais —

uniformes e claramente categorizadas. Além de proporcionar meios para a subdivisão do conhecimento, os móveis também desempenhavam função fundamental para a realização de tarefas diárias dos profissionais arquivistas. Podemos afirmar, com base em Friedrich (2018), que a mobília dos arquivos permitiu ao arquivista sua orientação no espaço, contribuindo sobremaneira para a localização eficiente de documentos. O autor complementa:

A eficiência dos arquivamentos depende não apenas de um inventário incluir todos os arquivos (ou o maior número possível) em uma organização intuitiva para os usuários — possibilitando ver quais arquivos estão disponíveis e quais devem ser usados. Além disso, é necessário que se consiga encontrar os volumes que se deseja na sala de forma rápida e fácil. A lista de todos os materiais de arquivo deve ser combinada com uma lista de suas localizações (Friedrich, 2018, p. 125, tradução nossa).

Ampliando a ponderação, podemos afirmar que o mobiliário — tais como armários, estantes e baús — foi extremamente importante para a prática arquivística, bem como para a história do saber, visto que funcionaram como elementos determinantes à existência dos objetos materiais portadores do saber.

Cunningham (2017) sublinha que uma metáfora comum, ao longo de muitas décadas na cultura ocidental, consistiu no uso arquitetônico de prédios de arquivo para a criação de declarações simbólicas sobre o papel e o significado dos arquivos na sociedade. Das características arquitetônicas que podem ser inferidas dos traços atinentes aos edifícios de arquivo podemos sobrelevar aquelas que sugerem: solidez, impenetrabilidade, durabilidade e autoridade. O motivo do templo tem sido um tema particularmente comum na arquitetura de arquivo ao longo de muitas décadas. Ketelaar (2002) faz menção aos templos e igrejas, locais frequentemente escolhidos para o armazenamento de arquivos, que transmitem por sua arquitetura a ideia de vigilância e poder.

No mundo antigo e na Idade Média, o tesouro em templos e igrejas continha tanto os tesouros quanto os registros, armazenados com segurança e escondidos do olhar dos estranhos. Independentemente de sua arquitetura, os arquivos servem simbolicamente como templos protegendo um ídolo do olhar dos não iniciados, guardando os tesouros como um monopólio do sacerdócio, exercendo vigilância sobre aqueles que são admitidos (Ketelaar, 2002, p. 234, tradução nossa).

A questão espacial agora se relaciona ao poder do arquivo, conforme podemos visualizar na ponderação de Ketelaar (2002). O autor, além da figura do templo, utiliza

como exemplo para abordar a relação entre arquivo e poder a instituição prisão, ou melhor, o panóptico de Jeremy Bentham. Desenhado no século XVIII, tratava-se de uma prisão em que os detentos eram mantidos sob constante vigilância por guardas que ficariam localizados em uma torre de controle central, os quais não poderiam ser visualizados pelos prisioneiros. Logo, o poder do sistema não estava apenas no aprisionamento dos presos em celas, mas na crença de que estavam constantemente sendo observados. É interessante observar que esse modelo arquitetônico além de inspirar a construção de prisões também foi utilizado para a concepção de bibliotecas, museus e arquivos. Ketelaar (2002) pontua que o exemplo mais conhecido da aplicação do modelo de panóptico em instituições de acesso à informação pode ser constatado no Museu Britânico, de 1854. Quanto aos arquivos o autor adiciona:

O poder do arquivo é derivado de sua visualização panóptica, visto sem ser visto, porque todos os registros 'podem ser sobrepostos, reembaralhados, recombinações e resumidos, e que fenômenos totalmente novos emergem, escondidos das outras pessoas de quem todas essas inscrições foram exigidas', como escreve Latour. O arquivo panóptico disciplina e controla por meio do conhecimento-poder. Esse conhecimento está incorporado nos documentos, seu conteúdo, forma, estrutura e contexto. Além disso, a ordenação física dos arquivos no mundo do papel e a ordenação lógica dos arquivos digitais expressam o poder do conhecimento. As instituições de arquivo, ao contrário das bibliotecas, não exibem publicamente suas participações para oferecer uma visão panóptica aos seus usuários. Mas elas exibem o poder do conhecimento dos instrumentos de pesquisa, como representação do que o público pode não ver abertamente, mas pode esperar encontrar atrás das portas fechadas do repositório aprisionado (Ketelaar, 2002, p. 234, tradução nossa).

Ainda de acordo com Ketelaar (2002), tal qual em uma prisão, o deslocamento espacial por um prédio de arquivo exige o cumprimento de uma série de requisitos e regras impostas pelo detentor da custódia dos documentos. Primeiramente, os usuários devem se registrar e assinar uma declaração de que cumprirão as regras estabelecidas pela instituição. Em seguida, esses interessados também devem se desvincular de bolsas e de outros pertences pessoais. Aqueles pertences admitidos na sala de consulta, tais como papéis e canetas para que possam tomar nota dos conteúdos de seu interesse, são meticulosamente inspecionados. Uma vez dentro do espaço de consulta, regras relativas à manutenção do silêncio são aplicadas. Além disso, a supervisão por seguranças, câmeras e profissionais arquivistas é constante.

Como já abordado anteriormente, vemos na preconização da centralização de arquivos — um instrumento de organização notadamente oriundo do aparato

burocrático estatal — mais possibilidades de análises que nos levam a constatar outros aspectos espaciais relevantes na construção do pensamento arquivístico. Conforme assinalado por Cruz Mundet (1993) a centralização de todos os arquivos pertencentes a um Estado-nação surge do exercício do direito superior que possui o Estado sobre o conjunto da documentação pública. Logo, é legítima a reivindicação de sua posse. Verificamos que o aparecimento e consolidação dos arquivos nacionais traz para a teoria arquivística um modelo de organização que passa a ser reproduzido em dimensões e em escalas distintas.

Bastian (2002) afirma que a noção moderna de custódia, conjecturada por Jenkinson (1937), tem suas raízes nas ideias relativas à constituição de um depósito central de arquivos:

Em 1320, a ideia de abrigar todos os arquivos reais em um depósito central foi abordada quando os Cavaleiros Templários, que tinham sido os guardiões da maior coleção, foram dissolvidos. Clanchy observa que, 'a ideia de ter um arquivo real central em um lugar fixo sob o controle direto do rei tinha finalmente sido realizada, mas o governo deixou escapar a oportunidade e muitos dos documentos foram devolvidos aos seus antigos repositórios. Os registros não foram novamente trazidos sob uma única custódia até *Public Record Act* de 1838. [...] Sem repositório central, documentos como cartas de terra e documentos semelhantes foram às vezes entregues à custódia segura da igreja, mas muitas vezes eram mantidos pelos proprietários e, assim como muitas vezes eram roubados (Bastian, 2002, p.83, tradução nossa).

Quanto à concentração espacial de documentos, podemos verificar que o manual de Muller, Feith e Fruin (1973) já exibia prescrições que relacionava a questão da custódia à manutenção do controle probatório dos documentos — como a regra 38. Entretanto, é em Jenkinson (1937) que a custódia ganha relevância, sendo inclusive considerada pelo próprio autor como a única contribuição teórica britânica para a arquivologia (Bastian, 2002). Jenkinson eleva a custódia ao *status* de princípio arquivístico que é crucial para sustentar a defesa moral e física dos arquivos:

A qualidade do arquivo depende da possibilidade de provar uma linha imaculada de custodiadores responsáveis.... A pergunta naturalmente sugere a si mesma, qual é o critério de custódia? Parece que a custódia de qualquer pessoa ou funcionário não deve cessar sem que ele entregue expressamente suas funções como guardião dos arquivos a outra pessoa responsável (Jenkinson, 1937, p. 9, tradução nossa).

Cunningham (2017) traça uma correlação simples para explicar a grande proliferação de prédios públicos de arquivo: a emergência da administração moderna

e o advento da prensa de impressão. Tem-se, com isso, um aumento significativo na produção de documentos. Essa abordagem nos leva à discussão de outro ponto fundamental da arquivologia moderna, que se trata da questão do acesso. Vimos que o surgimento de espaços adequados à guarda e emprego de técnicas para a preservação de acervos não garantiram o acesso pleno à documentação pela população, mas serviram como uma importante virada epistêmica da disciplina arquivística.

O Renascimento criou demanda de acesso à informação para fins de apoio acadêmico e investigação em oposição aos propósitos políticos, financeiros, legais, administrativos e simbólicos mais comuns. No entanto, o acesso aos arquivos era estritamente controlado por seus proprietários, geralmente monarcas ou igrejas, que muitas vezes os manteve inacessíveis a todos, exceto a si mesmos e seus funcionários (Cunningham, 2017, p. 60, tradução nossa).

Com a Revolução Francesa, o acesso aos arquivos ganha novos contornos. O mesmo decreto de 1794, que garantia, ao novo Arquivo Nacional, jurisdição sobre os documentos de todas as órgãos e entidades integrantes do aparato governamental, proclamou o direito de acesso público aos documentos. O espaço destinado à custódia agora incorpora incumbências que tornam o arquivo moderno como uma instância que tem como objetivo atuar como protetor dos direitos e prerrogativas do povo e como instrumentos de *accountability* e transparência do governo (Cunningham, 2017).

A conversão dos arquivos em espaços públicos é abordada por Berger (2013) como parte integrante do processo de aprimoramento dos Estados-nação com vistas ao estreitamento das relações com seus cidadãos, que cada vez mais se interessavam pela apropriação da visão de passado da nação. Para tal, paulatinamente, os arquivos passaram a se tornar lugares públicos por meio da adaptação dos prédios, primeiramente com a instauração de salas destinadas à consulta e à leitura de documentos e, sem seguida, com a adoção e divulgação de seus horários de funcionamento para atendimento do público interessado. Berger (2013) sublinha que a organização do arquivo se modificou significativamente com sua transfiguração para um lugar público, estimulando a inventariação de espólios arquivísticos e a compilação de instrumentos de pesquisa.

A visualização da questão da ordem espacial como fundamental no pensamento arquivístico moderno também fica clara quando da apreciação da essência do princípio da proveniência. McKemmish (1994) cita que a implementação das regras de respeito aos fundos teve sua operacionalização baseada na segregação de documentos oriundos de diferentes criadores dentro de um repositório. A organização se deu a partir de agrupamentos físicos, que representavam as estruturas externas dos órgãos formadores de cada um daqueles arquivos e refletiam, também, as funções e atividades dos criadores dos documentos. Por seguinte, dentro de cada estrutura, séries individuais foram então ordenadas para a recriação das estruturas internas de arquivamento. Uhl (2001), em sua tentativa de justificar que a aplicação do princípio da proveniência não é um fim em si mesmo devido às exigências da pesquisa histórica, destaca que a separação de fundos pertencentes a entidades distintas deveria ser premissa básica antes da centralização de todos esses em um único espaço.

O fato de que a aplicação do princípio da procedência não é simplesmente um fim em si deve ser claro a partir da observação de que foi a pesquisa histórica que primeiro levantou a demanda na literatura por seu emprego em relação aos arquivos: No terreno de trás das reformas prussianas, a Academia de Ciências de Berlim se aproximou desta questão em um relatório escrito pelo bibliotecário-chefe Friedrich Wilkens em 1819. A academia avisou o governo prussiano que seria 'favorável ao trabalho sobre a história especial do Estado prussiano se os arquivos das várias regiões, abadias e mosteiros ainda fossem mantidos separados mesmo após sua centralização em uma cidade ou um local'. Não seria aconselhável misturá-los. Especialmente em vista da pesquisa, a academia defendeu a criação de um arquivo central para a região. O relatório argumenta claramente que, no caso da concentração de arquivos anteriormente independentes em um arquivo central, sua identidade como fundos deveria ser preservada (Uhl, 2001, p. 94, tradução nossa).

Para Codebò (2010), o princípio da proveniência se caracteriza pela homogeneidade da origem dos arquivos, em detrimento de seus conteúdos. Portanto, uma vez sendo os documentos agrupados em séries, o arquivista busca respeitar a ordem de arquivamento empreendida pelo órgão de origem. De acordo com o autor, o princípio da proveniência objetiva organizar os documentos de modo a espelhar a disposição espacial dos diversos órgãos que os criaram, ou seja, "em um arquivo regido pelo princípio da proveniência, as relações espaciais tornam-se o principal instrumento estruturante da organização dos documentos" (Codebò, 2010, p. 14, tradução nossa). Secundariamente, a organização interna se dava cronologicamente de acordo com a criação de documentos, que se sucedia temporalmente, dia a dia,

em decorrência da rotina de trabalho da entidade produtora. Para o autor, a dimensão temporal representa apenas um pano de fundo, quando considerada a relevância da dimensão espacial. Essa, sobretudo ao se eleger o local de produção, pode ser considerada o fator primordial para a organização de documento. É importante frisar que essa escolha teórica culminou diretamente na disposição física dos documentos, visto que a procedência era critério básico para a ocupação do mesmo espaço em uma estante.

A visão de Codebò (2010) corrobora com nosso argumento de reputar à dimensão espacial a condição de elemento estruturante da organização de um acervo. O autor dá prosseguimento em sua aferição afirmando que “um arquivo regido pelo princípio da proveniência torna-se uma rede de relações espaciais” (Codebò, 2010, p. 14, tradução nossa). Em comparação com a dimensão temporal, vê-se que, na prática, os arquivos modernos visam reconstruir os mapas — ou organogramas — de certas administrações e não seus calendários de atividades. Para que os pesquisadores descubram a sequência temporal de uma série documental, é necessário que penetrem pela primeira camada da organização arquivística, que leva em conta a questão espacial. Para Codebò (2010), no arquivo o espaço armazena o tempo, visto que os acontecimentos que se desenvolveram no tempo, como o dia a dia de determinada administração, são transformados em caixas e pastas colocados em localizações espaciais nas estantes do arquivo.

Outra implicação tipicamente moderna, relacionada a concepção espacial do período, também advém do uso dos arquivos para a pesquisa histórica. Duranti (1993) cita que esse uso já era comum nos séculos XV e XVI, mas se intensificou a partir das reformas administrativas empreendidas durante o período iluminista. Grande mudança constatada nesse período foi o fechamento de fundos pertencentes a gestões anteriores, isto é, a separação entre documentos em plena utilização daqueles que já tinham cumprido sua função administrativa. Com isso, os arquivos, que continham apenas fundos fechados, passaram a adquirir uma função cultural. Consequência desse fato, Duranti (1993) cita que diversas instituições detentoras de documentos de grande relevância para os estudos históricos — como igrejas, instituições de caridade, hospitais etc. — viram potencial na exploração de seus acervos por pesquisadores. Como medidas para a valorização, adotaram métodos de organização melhor adaptados aos interesses da pesquisa, formalizando-os em

instrumentos de busca. O padrão de arranjo era, em muitos casos, cronológico e temático, em estrita consonância com a mentalidade racionalista e classificatória do século XVIII.

Duranti (2007), ao explorar o novo regramento francês, identifica o surgimento da dicotomia entre arquivos administrativos e históricos, que se operacionaliza sobretudo por meio da aplicação de um corte temporal que resulta na secessão entre os arquivos da república e os arquivos do *Ancien Régime*. Para a autora, trata-se de um desenvolvimento adverso que apregoa uma distinção das funções legais e administrativas daquelas sociais e culturais do arquivo. A partir da revolução, Duranti assinala que esse modelo se constitui importante referência para a ampla disseminação de uma leitura, a qual julga usurpada. Além da visão de Duranti (2007), há autores que o novo modelo não foi o causador da ruptura reportada. Panitch (1996) entende que, embora novas funções tenham sido agregadas, em virtude da garantia do direito de acesso, o papel essencial das instituições de arquivo — legal, administrativo e simbólico — permaneceu inalterado. Inegável é, em nossa visão, que a delimitação de funções concorre para utilização de espaços distintos para atender às diversas finalidades mencionadas.

Podemos identificar, na apuração entre a conformação do princípio da proveniência às necessidades da pesquisa histórica, quando questões atinentes à reconstrução do passado a partir da manutenção da ordem original de acumulação documental. Para Brothman (2001), havia a crença, por parte da história positivista, em um passado acessível que se tornava viável e possível pela organização empreendida por arquivistas na reconstrução da ordem original. Segundo Cook (1993), a ideia de fundos de arquivo pautou-se na noção que considerava a natureza de arquivos corporativos ou pessoais — fundos — como artefatos físicos que poderiam ser reconstituídos nas prateleiras de um repositório e poderiam, inerentemente, refletir funções, programas e atividades da pessoa ou instituição criadora.

Na subseção 4.2 de nosso trabalho, verificamos que uma das principais heranças modernas da arquivologia consiste no modelo organizacional burocrático do século XIX em que a burocracia e a hierarquia propiciaram uma estrutura organizacional racional padronizada para governos e, conseqüentemente, demandou um esquema de organização natural para arquivos. Para Bearman e Lytle (1985),

essa visão ortodoxa sobre as organizações enfatiza a importância da hierarquia, que se operacionaliza na prática por meio da subordinação direta de uma unidade a uma superior. Os autores citam que esse tipo de hierarquia é próprio de um modelo conhecido como estrutura mono-hierárquica e é aplicado em organizações burocráticas que enfatizam a cadeia de comando.

A teoria arquivística tem sido fortemente influenciada pela visão do século XIX sobre as organizações. A teoria organizacional clássica assume que a organização típica é autônoma e soberana. Nos níveis mais altos, as ações da organização e as estruturas que produz são assumidas como resultado unicamente de políticas formuladas internamente. [...] Em suma, a visão clássica das organizações enfatiza a importância da hierarquia, em um mundo teórico onde uma determinada unidade burocrática é diretamente subordinada a não mais do que uma unidade superior. Esse tipo de hierarquia é chamado de estrutura mono-hierárquica por cientistas da informação, e sua aplicação em organizações enfatiza a dimensão da cadeia de comando das organizações (Bearman; Lytle, 1985, p. 17, tradução nossa).

O desenvolvimento da análise funcional na arquivologia é um reflexo direto do modelo organizacional burocrático que emergiu no século XIX, demonstrando a influência dessas estruturas administrativas no campo da gestão de documentos e informações. Para Foscarini (2015, p. 217), “as hierarquias de funções, atividades e transações sobre as quais construímos nossas ferramentas de gestão de documentos e arquivos são sempre construídas subjetivamente”. A autora analisa a contribuição de Schellenberg, que tanto forneceu uma definição de função, quanto um primeiro esforço em análise funcional. A função é vista como todas as responsabilidades atribuídas a uma organização para alcançar os propósitos amplos para os quais foi estabelecida. Schellenberg (1956) desenvolveu um esquema de classificação de documentos baseado em funções, dividindo as funções identificadas em atividades mantenedoras ou atividades-meio e as substantivas ou atividades-fim ou finalísticas. As atividades de administração interna, conhecidas como atividades-meio, são comuns a diversas instituições incluindo, mas não se limitando a áreas como gestão de pessoas, financeira e patrimonial. Em contraste, as atividades finalísticas são específicas ao propósito técnico de cada entidade, envolvendo funções que definem seu papel e missão únicos. As definições funcionais e a hierarquia função-atividade-transação, bem como o modelo de classificação (F-A-T) proposto por Schellenberg, são ainda hoje vistos como uma estrutura útil para a análise de atividades em organizações.

Segundo Foscarini (2015), é interessante notar que os primeiros estudiosos da arquivologia reconheceram as vantagens da abordagem funcional, em linha com a natureza dos documentos e ajudando a preservar o contexto desses. No entanto, eles não distinguiram claramente entre as funções e a estrutura de uma organização, já que ambos os conceitos tendiam a se sobrepor na configuração das burocracias. Até a Segunda Guerra Mundial, órgãos públicos e privados eram caracterizados por estruturas hierárquicas simples, rígidas e estáveis, com divisão racional do trabalho. As funções, conforme definidas no mandato da organização, eram implementadas por meio de procedimentos repetitivos, vinculados a conjuntos fixos de responsabilidades atribuídas a cada escritório ou departamento, seguindo regras e regulamentos escritos. A comunicação fluía de cima para baixo, e os processos decisórios eram lineares e envolviam poucos atores que desempenhavam constantemente as mesmas tarefas.

Partindo da mesma premissa do modelo organizacional burocrático do século XIX, observamos um impacto significativo também no que diz respeito ao arranjo e à descrição arquivística. Essa influência histórica moldou o modo como os arquivos são sistematicamente organizados e descritos, refletindo a hierarquia e as operações das entidades que os criaram, e estabelecendo um paralelo direto entre as práticas arquivísticas e as estruturas burocráticas da época. Trace (2015) reconhece que a descrição e o arranjo arquivísticos tradicionais enfatizam um método hierárquico e linear, com a descrição atuando como uma representação do arranjo e facilitando a acessibilidade ao refletir e explicar a natureza e o contexto dos documentos arquivados.

A ideia de estabelecer controle físico e intelectual sobre documentos, por meio da ordem, continua no processo arquivístico de descrição. Tradicionalmente, a descrição é vista como dependente do arranjo, com o instrumento descritivo refletindo os níveis de arranjo de maneira hierárquica e linear em que as coleções são descritas. Assim, a descrição arquivística atua como uma forma de representação do arranjo e, ao explicar a natureza e o contexto do material arquivado, ajudando a promover sua acessibilidade (Trace, 2015, p. 312, tradução nossa).

De acordo com Trace (2020), nos EUA, o tamanho do aparato burocrático do governo e o volume de informações criadas levaram o *National Archives*, estabelecido recentemente, a repensar os parâmetros tradicionais do fundo e criar *records groups* para gerenciar eficientemente os documentos governamentais sob custódia. A

concepção de arranjo arquivístico como a divisão de um conjunto em suas partes individuais, uma ideia originariamente proposta por Schellenberg (1956), foi mais detalhadamente desenvolvida por Oliver Wendell Holmes (1902-1981), integrante da equipe do *National Archives*, em 1964. Na visão de Trace (2020), Holmes estabeleceu um modelo hierárquico para o arranjo físico dos materiais e para a documentação desses resultados. Ele desenvolveu um sistema que começava com a descrição do fundo e avançava para descrever os componentes do fundo, como grupos e subgrupos, séries e subséries, refletindo a aplicação do princípio do respeito aos fundos nos níveis de grupo e subgrupo de documentos, e o princípio da ordem original nos níveis de série e abaixo.

Este modelo de Holmes, que estruturou níveis hierárquicos, foi incorporado na prática descritiva arquivística mais ampla, com a noção de controle multinível baseado na proveniência, formando uma parte essencial dos primeiros padrões de estrutura de dados e conteúdo de dados. Como ressalta Trace (2015), Holmes via o processo de agrupamento de documentos em uma conexão direta e o armazenamento deles em locais específicos como uma representação física clara da hierarquia arquivística. Para Hensen (1997), o modelo de Holmes consolidou um verdadeiro dogma no pensamento arquivístico, baseado na natureza essencialmente hierárquica dos arquivos, ditando requisitos descritivos e de arranjo distintos para cada um desses níveis.

Para Cook (1993), a descrição de documentos de arquivo seguiu de perto sua organização em fundos, sendo esses fundos projetados com o intuito de refletir a ordenação original dos documentos em seus locais de criação. Considerando o contexto da época, no qual predominavam documentos públicos, procedentes do Estado, a organização de um arquivo partia da vinculação dos documentos aos seus órgãos de origem e o arranjo se dava com base na tentativa de reproduzir o arranjo original empreendido originalmente. Cook pontua que “em um mundo de estruturas organizacionais hierárquicas simples, onde cada escritório tinha uma função distinta e única, e os documentos estavam vinculados a essa função, e o volume de documentos era relativamente pequeno, essa abordagem era viável” (Cook, 2013, p. 106, tradução nossa).

Um exemplo claro pode ser verificado em um dos principais produtos da descrição arquivística, o inventário, que dentre suas principais características possui

uma estrutura organizada hierarquicamente em vários níveis. Thibodeau (2015) distingue que esta estruturação permite que a informação descritiva seja apresentada de forma progressiva, começando com aspectos gerais e avançando para detalhes específicos. Informações contextuais iniciais aplicam-se a todos os componentes do inventário, como subgrupos e séries. Além disso, as listas de documentos individuais herdam informações relevantes da descrição das séries das quais fazem parte. Para utilizar efetivamente um inventário, é crucial que os usuários dos arquivos saibam como manusear essa estrutura multinível. Portanto, verificamos que a essência hierárquica do inventário arquivístico, que se desdobra do geral para o particular, tornou-se fundamental para uma compreensão profunda e eficaz da estrutura e do conteúdo dos arquivos.

Fica evidente a consolidação do ideal moderno de ordem no bojo da teoria arquivística, sobretudo seu caráter hierárquico, quando analisamos o conceito de fundo. Banat-Bergere e Nougaret (2015) enfatizam que a ordem dos documentos dentro dos fundos de arquivo é um reflexo da organização interna e das atividades do corpo criador. Esse conceito, orgânico por natureza, foi defendido progressivamente por diversos teóricos da arquivologia, incluindo Muller, Feith e Fruin em 1898, Jenkinson em 1922, Schellenberg em 1956 e Duchein em 1977. Com a publicação da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) em 1994 pelo ICA, a importância e a validade do conceito de fundos foram reafirmadas. Além disso, o padrão identifica dentro dos fundos uma hierarquia de níveis de arranjo e descrição, que inclui fundos, séries, dossiês e itens individuais.

Ademais, enxergamos ser possível traçar aqui uma interpretação acerca do arquivo em conformidade com o conceito foucaultiano de heterotopia. Para o pensador francês, conforme já discutido na subseção 3.3 desta pesquisa, a heterotopia é o lugar que está fora de todo e qualquer lugar, tendo, porém, realidade espacial. É importante assinalar que, para o autor, as heterotopias conseguem amalgamar, em um mesmo espaço, diferentes lugares que podem ser incompatíveis e, também, o caso de as heterotopias estarem associadas a cortes de tempo, ou seja, heterocronias, como é o caso dos cemitérios, ou, também, dos museus, das bibliotecas e de lugares de festividades, no quais o tempo fica suspenso.

Concentrando a nossa apreciação nos arquivos, e nos utilizando do referencial de Foucault (2001), podemos verificar que se tratam de heterotopias por excelência,

visto que são construídos a partir do jogo de identidades em que espaço, história e memória propõem ao sujeito participar. Os documentos custodiados propiciam a experimentação subjacente à construção de identidades e carregam marcas de tempos passados. Logo, para os sujeitos imersos em uma instituição de arquivo, onde se dá a acumulação de tempo, o espaço real proporciona sensações de viagem no tempo à medida que a memória dos tempos passados tem o poder de transportar sujeitos para um espaço distinto e dotado de magia.

Concluindo, o estudo reitera a importância do espaço como elemento fundamental na institucionalização e autenticação de documentos arquivísticos. A custódia e a localização estratégica dos depósitos de arquivos emergem como dispositivos essenciais na preservação da integridade documental e na prevenção de contaminação ou corrupção, assegurando, assim, a confiabilidade e a autenticidade dos registros históricos. Ademais, a arquitetura dos edifícios de arquivo não apenas protege fisicamente os documentos, como ainda serve como um poderoso símbolo do valor e do papel dos arquivos na sociedade. A ordem e a estruturação do espaço refletem uma metanarrativa moderna de conhecimento e poder, na qual a organização documental espelha a ordem do conhecimento.

O princípio da proveniência, como um pilar da arquivologia, sustenta a organização dos documentos de maneira a reproduzir a estrutura espacial das entidades que os originaram, mantendo a relação intrínseca entre o espaço físico e a informação. A descrição dos documentos segue esta ordem, garantindo que a estrutura e a função originais sejam preservadas e refletidas nos arquivos. Podemos afirmar que o pensamento arquivístico moderno é fortemente marcado por uma abordagem hierárquica, estruturada do geral para o particular, como pode ser exemplificado na análise funcional, no conceito de fundo e no arranjo e descrição.

Constatamos que a análise funcional reflete o modelo burocrático hierárquico do século XIX. Schellenberg contribuiu para este campo, estabelecendo um modelo de classificação de documentos baseado em funções, distinguindo entre atividades-meio e finalísticas. Este modelo ressalta a influência das estruturas organizacionais hierárquicas, nas quais funções e estruturas se sobrepõem, na gestão e classificação de documentos. A organização dos documentos nos fundos reflete a estrutura interna e as atividades do criador, que, por sua vez, refletem a estrutura burocrática weberiana. Verificamos que a noção consagrada de proveniência e de fundo é

sustentada por teóricos desde o final do século XIX. A ISAD(G) reafirma a relevância desta noção, estabelecendo uma hierarquia de arranjo e descrição nos fundos, que engloba fundos, séries, dossiês e itens. A importância da hierarquia também se notabiliza nos inventários arquivísticos, que organizam a informação descritiva em múltiplos níveis, do geral ao específico. Este sistema multinível facilita o acesso e a compreensão dos arquivos, permitindo que usuários naveguem eficientemente desde contextos gerais até detalhes de subgrupos e séries específicas.

Em síntese, o espaço na arquivologia moderna é mais do que uma mera locação física; ele é a espinha dorsal que sustenta a integridade, autenticidade e ordem dos arquivos. A institucionalização dos documentos é efetivada pela sua localização em espaços oficialmente reconhecidos, conferindo-lhes autenticidade. Este fenômeno é explicitado pela preocupação com a custódia dos documentos, cuja função vai além da preservação física, atuando como um certificado de autenticidade e uma barreira contra a corrupção dos dados. A arquitetura dos prédios de arquivo, além de sua funcionalidade prática, exerce um papel simbólico significativo, refletindo o valor e a posição dos arquivos na sociedade. Os prédios, com sua solidez e imponência, simbolizam a permanência e a importância do conteúdo que protegem. Eles também representam o poder dos arquivos, criando espaços seguros que guardam a evidência das atividades humanas. A centralização dos arquivos, uma consequência do desenvolvimento dos Estados-nação, tem como objetivo não apenas a preservação da memória, como também a afirmação da autoridade e do poder estatal. Este aspecto fica evidente na arquitetura e na disposição dos prédios de arquivo, que muitas vezes assumem formas que remetem a templos, transmitindo a ideia de solidez e permanência.

Por fim, a noção espacial permeia e influencia diretamente as práticas arquivísticas, desde a autenticação e a descrição dos documentos até o acesso e a utilização dos arquivos pelo público. Ao compreender o arquivo como um espaço de poder e conhecimento, onde a ordem espacial é primordial, reafirma-se a noção moderna de arquivologia como um campo onde espaço e conhecimento estão indissociavelmente entrelaçados. O espaço do arquivo, assim, é transformado em um cenário no qual o passado é preservado, o presente é informado e o futuro é orientado.

4.4.2. Cronologias modernas: a noção de temporalidade no pensamento arquivístico

Deste ponto em diante, trataremos da questão da assimilação temporal como importante fator de influência para o pensamento arquivístico moderno. Primeiramente, retomaremos alguns conceitos chave sobre a experiência moderna do tempo, conforme resultados apresentados na subseção 2.2 deste trabalho. Vimos que a ideia de flecha móvel do tempo, que consiste no deslocamento linear em sentido único de um presente móvel para um futuro, consiste a imagem dominante e consolidada de tempo no âmbito da modernidade. Inserido nessa ideia está também a noção de causalidade, que pressupõe um sentido correto para que eventos-causa culminem em eventos-efeito. Diante disso, vemos que o tempo cronal consiste na temporalidade do cotidiano moderno, o qual é marcado por relógios de precisão — os quais reforçam as facetas de linearidade, sucessão e segmentação — e guiado pela cosmovisão mecanicista — pautada sobretudo pela universalidade e pelo caráter absoluto.

Impressões da noção de temporalidade moderna são verificadas na teoria arquivística de diversas maneiras e se inscrevem tacitamente em seus princípios e fundamentos. Destacaremos aqui visões que são suscitadas a partir de investigações de questões relativas à compreensão do presente e do passado e suas relações com o conceito de memória e à utilização de metáforas biológicas para o desenvolvimento de modelos de gerenciamento de documentos e arquivos.

É conveniente que nossa explanação sobre a primeira visão parta de uma das principais metáforas acerca da razão de ser do profissional arquivista: preservar vestígios e traços do passado para o futuro. Inscrito nesse discurso está a noção de temporalidade linear que está enraizada nas narrativas modernas, como o positivismo, sobre o progresso. Em decorrência disso, Caswell (2021) julga que a temporalidade arquivística dominante tende a fixar o documento em um momento singular do tempo e o imbuir com uma potencialidade de uso futuro.

Lodolini (1993) expõe que o profissional arquivista deve deslocar-se no tempo para atuar como uma espécie de contemporâneo do criador dos documentos de arquivo. Utilizando como exemplo o método histórico italiano, caberia ao arquivista a

reconstituição absoluta da ordem original da documentação. Para tanto, seria fundamental, ao arquivista, o conhecimento histórico da instituição a que os documentos pertencem, ou pertenceram, a vista de que pudesse empreender tal ordenação. McKemmish (1994) entende que o processo de descrição documental, advindo da noção moderna de compreensão temporal, ocorre de forma semelhante ao conjecturado por Lodolini, qual seja, como um processo que exige do arquivista a capacidade de retornar ao passado. A apuração de um registro congelado no passado, como se fosse uma fotografia pertencente a um filme em movimento mais amplo, tornou-se base e requisito para permitir que seus assuntos estivessem imobilizados por tempo suficiente para que fossem congelados no filme.

A percepção dos arquivos como depósitos estáticos de registros ordenados prevaleceu desde a publicação de Jenkinson (1937). Para ele, os arquivos são imparciais e se dizem sem opinião, constituindo-se simples memoriais escritos, autenticados pelo fato de sua preservação e um lugar oficial, representando eventos que realmente ocorreram e dos quais eles próprios fazem uma parte. Com isso, eles fornecem uma declaração exata dos fatos. Os arquivos são entendidos como entidades passivas, desinteressadas e fixas que revelam uma verdade. A dimensão temporal concernente à existência dos arquivos, a partir da interpretação da conjectura de Jenkinson, é única e linear, à medida que eles emergem da quietude para o movimento pertinente ao seu uso até o momento em que retornam ao seu lugar original para armazenamento.

Dos cambiantes que envolvem o estudo da memória no âmbito da modernidade, verificamos que são regularmente evidenciados os locais privilegiados que funcionam como elo entre o presente e o passado. Panitch (1996), utilizando-se de lição do francês Pierre Nora, aponta que os arquivos se enquadram nessa designação, visto que funcionam como lugares de memória. Segundo o teórico francês, a memória moderna é, acima de tudo, arquivística. Baseia-se na materialidade do vestígio, no imediatismo da gravação, na visibilidade da imagem; uma "obsessão pelo arquivo... marca nossa idade", e "nenhuma sociedade jamais produziu arquivos tão deliberadamente quanto os nossos".

Steglich (2021) também enaltece o registro documental, sobretudo sua materialidade, como marca e premissa básica da concepção temporal moderna. Além disso, ao considerar que o tempo havia perdido sua plausibilidade e sua auto-

evidência, credita ao arquivo o papel de renaturalizá-lo como história visível e tangível para viabilizar a consecução de uma experiência histórica imediata. Para justificar tal assertiva, o autor indica como faceta fundamental da credibilidade do vestígio material, o documento, caráter orgânico. Para tanto, recorre ao ensaísta americano Lionel Trilling (1905-1975), o qual pressupõe o orgânico como principal atributo do que é autêntico. Logo, é por meio do arquivo, e de sua materialidade, que o tempo histórico pode oferecer uma maneira de experienciar o passado como autêntico.

Para Caswell (2021), a noção arquivística dominante acerca da temporalidade advém do pensamento linear cristão ratificado pela perspectiva positivista. De outro modo, o tempo circundante está galgado na ideia da inevitável marcha da história em direção ao progresso humano. Logo, assim como estatuído por Lodolini e McKemmish, a temporalidade arquivística tradicional fixa o documento em um momento singular do tempo e o imbui de uma potencialidade de uso futuro. Essa visão fortalece a imagem do arquivista como guardião de rastros do passado para o futuro e, também, delimita de forma quase definitiva dois momentos distintos cruciais como marcadores da linha temporal: o evento de criação e uso primário, em acordo com as finalidades almejadas no momento de sua gênese; e o momento do potencial uso futuro, que se baseia nos possíveis usos após o arquivamento.

No bojo da lógica engendrada pela narrativa temporal arquivística dominante, o passado é singular e acabado. Nas palavras de Cook (1997), o passado é meramente o prólogo do futuro. O presente, de outro lado, é onde a ação acontece, onde as intervenções arquivísticas tomam seus lugares. Caswell (2021) salienta que as consequências dessas intervenções, que se dão durante o uso dos documentos, são adiadas para um futuro não conhecido. Dentro dessa construção, os documentos são fixados no tempo e viajam do passado ao futuro para servirem como evidência. A noção de futuro também é singular, visto que é dependente do passado — subjaz à perspectiva moderna de causa efeito — e, portanto, inevitável. Seguindo o rumo da flecha do tempo, o futuro se desdobra naturalmente a partir do passado de forma lógica, unidirecional e irreversível.

Ademais, a faceta positiva aparece de forma cristalina quando implica ao futuro a condição de ser uma melhoria do passado, isto é, culminando em algum tempo utópico em que é possível a realização de todo o potencial humano. Caswell afirma que “essa construção linear coloca os documentos como sementes plantadas no

passado para serem regadas no presente e colhidas no futuro” (Caswell, 2021, p. 35, tradução nossa) e acrescenta que está incorporada ao pensamento arquivístico:

A noção de tempo linear está tão fundamentalmente incorporada nas teorias e práticas arquivísticas ocidentais que é difícil desvincular as duas. Como arquivista Kimberly D. Anderson expõe brilhantemente, interpretações dominantes de conceitos arquivísticos fundamentais, como documento e evidência, baseiam-se na ‘exigência de uma desconexão temporal entre a criação (do documento) e o uso’. O documento foi criado como um ‘subproduto’ de um evento. O evento acabou; o registro permanece. O registro, se preservado agora, pode ser usado no futuro. Há uma linha reta entre criação, arquivamento e uso (Caswell, 2021, p.35, tradução nossa).

De acordo com Anderson (2013), os documentos arquivísticos tem como objetivo precípuo, inerente à sua razão de ser, a manutenção de seu significado para cumprir uma função específica por um determinado período. Fazendo-se concretizar a propensão de incorporação e preservação por uma instituição arquivística, os documentos têm seu alcance temporal ampliado, posto que passam a servir como novos tipos de provas diferentemente daquelas originalmente planejadas. A autora destaca que esse conceito de ampliação de alcance temporal vai ao encontro da abordagem de valores — primário e secundário — do americano T. R. Schellenberg. Embora o teórico não discuta explicitamente aspectos temporais concernentes à manutenção de documentos de arquivo, fica implícita, na leitura da noção de valores, uma ruptura temporal que se manifesta na distinção entre os momentos e as finalidades apartados, o primeiro ligado às necessidades do produtor e o segundo comandado por interesses distintos daquele. Anderson (2013) julga que a desconexão do tempo respaldada pela ideia de valores fortalece a noção de tempo linear.

Essa ideia permeia a narrativa arquivística de ciclo vital dos documentos, que consiste na ideia de que os documentos passam por fases distintas durante sua vida útil. É possível verificar que o conceito de ciclo de vida representa perfeitamente uma estrutura de passado-presente-futuro (Anderson, 2013), em que o passado consiste na criação, o presente corresponde ao uso e o futuro é o eventual arquivamento definitivo do documento. Brothman (2001), no mesmo sentido, afirma que a narrativa central que permeia a noção de ciclo vital dos documentos baseia-se na ideia de que os documentos passam por três estágios ou idades: fase ativa ou administrativa, fase semiativa ou latente e fase inativa.

Subjacente ao emprego de fases e idades, está o uso da linguagem biológica que transpassa o discurso arquivístico moderno. Brothman (2006) entende que ela fundamenta o discernimento de que os documentos são objetos que acumulam tempo, ou seja, confere-lhes uma sensação de idade crescente. De todo o universo de documentos produzidos, apenas um extrato alcança a idade de arquivo, fato que significa que sobreviveram à sua razão de ser inicial. Na visão do autor, o distinto modelo de três idades ofereceu às organizações modernas — concebidas segundo uma estrutura mono-hierárquica — a vantagem da simplicidade conceitual, visto que descreve um processo organizacional de fácil gerenciamento e simples de ser replicado.

Costa Filho (2019) pontua que a concepção do ciclo vital dos documentos estabelece uma segregação profunda nas práticas de gestão de documentos e arquivos. Esta abordagem, fundamentada em estágios claramente definidos⁹¹, cria distinções entre a gestão de documentos correntes e históricos. Baseando-se no tempo, os documentos passam por fases até que, exceto por aqueles selecionados para preservação, alcançam o fim de sua utilidade. Este processo temporal implica que as ações executadas sobre os documentos ocorrem em etapas fixas, numa sequência definida, e são responsabilidade de grupos profissionais específicos. Essa separação de responsabilidades entre produtores, usuários, gestores de documentos e arquivistas reflete uma divisão artificial entre as finalidades administrativas e históricas da gestão de arquivos. Este distanciamento entre espaços e tempos é intensificado pela segmentação em estágios, perpetuando uma visão fragmentada e limitada dos processos de gestão de documentos e arquivos.

O autor também verifica que o fato de os documentos serem tratados em diferentes fases de sua existência, promove uma divisão profissional. Considerando a

⁹¹ Sobre a utilização de estágios ou fases, Costa Filho (2019) identifica principalmente duas correntes de sistematização do ciclo vital de documentos na literatura arquivística. A primeira, a qual denomina 'abordagem local-cronológica', foca em aspectos espaciais, temporais e de uso dos documentos, seguindo a teoria das três idades e é mais comum em países que seguem a tradição europeia. As fases ou estágios são geralmente estabelecidas como: primeira idade, segunda idade, terceira idade; arquivos correntes, intermediários e permanentes; ou arquivos ativos, semiativos e inativos. A segunda, denominada 'abordagem prática da gestão de documentos', se alinha com a gestão de documentos, enfatizando procedimentos e operações técnicas ao longo do ciclo de vida dos documentos, e é mais comum em países de tradição anglo-saxônica. As fases ou estágios são geralmente estabelecidas como: criação ou produção, utilização/manutenção e destinação; ou produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento.

tradição anglo-saxônica, verifica-se que, por um lado, os *records managers* concentram-se nos arquivos ativos e correntes sob uma perspectiva administrativa, lidando com a eficiência operacional e a acessibilidade imediata. Por outro, os *archivists* dedicam-se aos documentos históricos, abordando-os sob uma perspectiva mais voltada para a preservação a longo prazo e a pesquisa histórica.

De acordo com Costa Filho (2019), mesmo na ausência de uma divisão profissional formal, como observado no Brasil, não é possível assegurar uma gestão integrada de documentos, isto é, aliando perspectivas administrativas, de *accountability*, históricas e comunitárias. Isso ocorre devido ao distanciamento criado pela divisão em estágios distintos de gestão, que mantém espaços e tempos segregados. Esta separação implica mais do que meras diferenças funcionais, impactando diretamente na eficiência da gestão de documentos. Esta visão estreita dos documentos, como objetos físicos tangíveis dentro de um ambiente estático, enfatiza a natureza fragmentada e isolada das práticas de gestão de documentos na modernidade.

Ao encerrar esta subseção, podemos refletir sobre a interconexão entre a temporalidade e a prática arquivística moderna. A metáfora da flecha do tempo, com sua linearidade incontestável, permeia a arquivologia ao fixar os documentos em uma sequência temporal que começa com a sua criação e se estende até seu potencial uso futuro. Este conceito linear de tempo, que encadeia causa e efeito em um fluxo unidirecional, implica que cada documento possui um ciclo vital, começando com sua geração ativa e se encerrando em um estado de inatividade, no qual espera ser redescoberto como uma fonte histórica ou prova.

Conforme as ideias presentes nos referenciais analisados, percebemos que os documentos arquivísticos são frequentemente vistos como entidades estáticas e fixas no tempo. Eles são considerados elos entre o presente e o passado, com sua materialidade atuando como uma âncora que concretiza o tempo histórico. Como registros imutáveis do passado, estão congelados em um momento específico, carregando consigo a potencialidade de uso futuro. Esta percepção, enraizada em uma noção de temporalidade linear, exige dos arquivistas a habilidade de navegar no tempo e reconstituir a ordem original dos documentos, atuando como contemporâneos dos seus criadores. Esta abordagem, reforçada pelas ideias de Jenkinson (1937), enxerga os arquivos como depósitos passivos e imparciais, que servem como

memoriais escritos autenticados pela preservação e pela localização oficial. Nesta visão, os arquivos são considerados fontes exatas e verídicas de eventos históricos, emergindo da quietude para o movimento apenas quando utilizados, antes de retornarem ao seu lugar de armazenamento. A dimensão temporal dos arquivos, portanto, é interpretada como única e linear, refletindo a natureza imutável e fixa dos documentos.

A arquivologia utiliza metáforas biológicas para descrever o gerenciamento de documentos, atribuindo-lhes um ciclo vital orgânico, desde o nascimento até a inatividade. Essa linguagem biológica reforça a ideia de que apenas uma fração dos documentos produzidos alcança a idade de “arquivo”, o que significa que eles transcendem seu propósito inicial e são preservados por seu valor contínuo. Costa Filho (2019) ressalta que a abordagem do ciclo vital dos documentos promove uma segregação marcante nas práticas de gestão documental e arquivística. Esta abordagem, baseada em estágios distintos, diferencia o tratamento de documentos correntes e históricos, resultando em um processo em que os documentos passam por fases definidas e são manuseados por profissionais especializados em diferentes etapas. Isso leva a uma divisão artificial entre os propósitos administrativos e históricos da gestão de arquivos, fragmentando as práticas de gestão e limitando a eficiência geral do processo. Mesmo na ausência de uma divisão formal de funções, como no Brasil, persiste uma lacuna na integração efetiva das perspectivas administrativas, de *accountability*, históricas e comunitárias na gestão de documentos.

Concluindo, a arquivologia moderna está profundamente enraizada em uma concepção de tempo que é ao mesmo tempo linear e progressiva, atribuindo aos documentos uma função que vai além de sua utilidade imediata, vendo-os como veículos de memória que ligam o passado ao futuro. Assim, os arquivos são projetados para atuar não apenas como repositórios de informação, mas como instituições que preservam a essência do tempo e do progresso humano.

PARTE II

O IMPERATIVO DA

CONTEMPORANEIDADE: ÍMPETO DE

NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPAÇO-

TEMPORAIS, CORRENTES ATUAIS

NO ESTUDO DOS ARQUIVOS E

FORMULAÇÃO DE REGRAS

CONGRUENTES

5. REFLEXÕES SOBRE A CONTEMPORANEIDADE E SUA INSÓLITA DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL

5.1. O panorama complexo da contemporaneidade

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela (Agamben, 2009, p. 59).

É inegável que o mundo sofreu com diversas transformações societárias no decorrer do século XX. A partir da ótica do capitalismo, é possível constatar uma verdadeira mudança na ordem estrutural do mundo, a qual foi guiada por um processo de reestruturação e reorganização da sociedade, que teve consequências no mundo do trabalho, da política, da economia, bem como transformações eloquentes que inflexionaram a cultura, a ideologia, a estética, a educação, a ética e o ritmo dessa nova configuração contemporânea de sociedade. Tendo em vista a vastidão desse universo temático e considerando nossos objetivos de pesquisa, abordaremos nesta subseção características marcantes da contemporaneidade e suas consequências e reflexos sobretudo sobre as construções modernas de ciência — em especial as sociais — e de Estado.

Iniciamos nossa investigação acerca do panorama complexo da contemporaneidade explorando o que muitos teóricos da sociologia tratam como o colapso da modernidade. Alguns teóricos apontam para uma segunda etapa da modernidade, alcunhada por Gilles Lipovetsky (1944-) como “hipermodernidade”, por Zygmunt Bauman (1925-2017) como “modernidade líquida” e por Jean-François Lyotard (1924-1998) como “pós-modernidade”. Para eles, essa nova fase representa um contraste da contemporaneidade em relação à modernidade — que é caracterizada por Bauman como pesada e sólida. De acordo com ele, a passagem da solidez para o estado líquido tem origens no aumento de incertezas, no desaparecimento de condições para projetos de longo prazo e pela instabilidade e

imprevisibilidade socioeconômica (Bauman, 1999). Compreendemos que há algum consenso, visto nossa observação acerca de trabalhos realizados por importantes pesquisadores, de que nos encontrarmos em um momento de transição, em que a modernidade, conforme analisa Bauman (1999), já enfrenta a inexecuibilidade de seu projeto original.

O referido projeto do pensamento moderno, de acordo com Harvey (2017) tem seu surgimento por volta do século 18, baseado na premissa de que o domínio científico sobrepunha todas as esferas componentes da realidade — tanto aspectos naturais quanto sociais. A aspiração ao predomínio científico objetivava o salvamento da humanidade em relação aos enganos a que se sujeitavam em seu processo de sociabilização. Ademais, Harvey (2017) frisa a pretensa promessa de liberdade frente à escassez, à necessidade e às arbitrariedades que poderiam ser impostas por calamidades naturais. Assim sendo, apenas por meio da consecução de tal plano poderiam ser reveladas de forma integral as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade.

Ainda de acordo com Bauman (1999), verificamos que a modernidade tem suas bases formadoras vinculadas às noções de ordem e de razão aplicadas às práticas sociais. A perseguição incessante pelo ideal de ordem, viabilizado pelo controle do mundo pela racionalidade, objetivou a eliminação da ambivalência⁹² e das coisas fora de ordem, por meio da categorização, precisão e previsibilidade dos eventos. Em vista disso, Estado e ciência figuraram como substanciais no que tange à instauração do projeto moderno, visto que o primeiro se apresentou como espaço de poder e de dominação política preponderante na organização da sociedade, e a segunda garantiu a prevalência da natureza frente às demandas humanas. Todavia, conforme argumenta Bauman (1999), o empreendimento científico de categorização e classificação, responsável por avanços significativos, insurgiu-se contrariamente à própria modernidade. Assim dizendo, o progresso técnico também foi utilizado com propósitos nocivos à sociedade, como bem revela os desastres causados pelas tecnologias desenvolvidas para emprego nos conflitos da Segunda Guerra Mundial.

⁹² O teórico entende por ambivalência a ‘possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, uma falha na função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar’ (Bauman, 1999, p. 5).

Sobre o contemporâneo, a obra do filósofo francês Lyotard torna-se referência no estudo da pós-modernidade, visto que se propõe a responder à questão sobre o que efetivamente seria ela, que é assim definida pelo teórico de forma simplificada já no preâmbulo de sua obra:

Simplificando ao extremo, considera-se “pós-moderna’ a incredulidade em relação aos metarrelatos [...]. A função narrativa perde seus atores (*functeurs*), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ele se dispersa em uma nuvem de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc. [...] Assim, nasce uma sociedade que se baseia menos numa antropologia newtoniana (como o estruturalismo ou a teoria dos sistemas) e mais numa pragmática das partículas de linguagem (Lyotard, 2004, p. XVI).

Ao considerar que o saber científico é também um tipo de discurso, Lyotard (1984) defende que a concepção moderna de verdade definitivamente fracassou. A pretensão moderna de que a emancipação do homem em relação ao saber transcendente seria conduzida pela razão e de que o progresso e a evolução social seriam comandados pela ciência não passam de uma hipótese, que teria se mostrado malsucedida com o declínio das metanarrativas no século XX. Na visão de Lyotard (1984), tal como destacado por Bauman, o progresso e a evolução também deram lugar a um estado de barbárie, que culminou na ascensão de regimes totalitários.

Com o intuito de compreender o tempo contemporâneo, Morin propõe uma reflexão que auxilie no delineamento de soluções para superar as limitações daquilo que julga como conhecimento científico simplificador. Como já ilustramos nesta pesquisa, Morin (2011) considera que o pensamento científico tradicional se edificou sobre três pilares básicos: ordem, separabilidade e razão. No contexto atual, podemos convalidar que o projeto de ordenamento da modernidade, o qual esteve apoiado na verdade e certeza afiançadas pelo conhecimento científico, entra em crise principalmente pela própria característica em que buscava segregar e anular na ambição da ordem como tarefa: a ambivalência.

A ciência se instala doravante em uma ambivalência fundamental. Ela produz saberes novos que revolucionaram nosso conhecimento do mundo, concedendo-nos capacidade extraordinárias de desenvolver nossas próprias vidas, mas, simultaneamente, desenvolve capacidade gigantescas de morte, tais como a morte nuclear, dada a disseminação de armas de destruição em massa e de regressão humana, caso prossiga a degradação da biosfera que nosso desenvolvimento provoca (Morin, 2011, p. 23).

Bauman (1999), de igual modo, julga que dentre as inúmeras tarefas inerentes ao projeto de modernidade, a instauração da ordem configura-se como a menos possível, posto que a própria construção da modernidade é envolvida por uma desordem:

A ordem é o contrário do caos; este é o contrário daquela. Ordem e caos são gêmeos modernos. Foram concebidos em meio à ruptura e colapso do mundo ordenado de modo divino, que não conhecia a necessidade nem o acaso, um mundo em que apenas era, sem pensar em como ser. [...] A história da modernidade é uma história da tensão entre a existência social e sua cultura. A existência moderna força sua cultura à oposição a si mesma. Essa desarmonia é precisamente a harmonia de que a modernidade precisa. A história da modernidade deriva seu dinamismo excepcional e sem precedentes da velocidade com que descarta sucessivas versões de harmonia, primeiro desacreditando-as como nada mais que pálidos e imperfeitos reflexos dos seus *foci imaginarii*. Pela mesma razão, pode ser vista como a história do progresso, como a história natural da humanidade (Bauman, 1999, p. 12)

Ademais, a crítica de Morin (2006) também se dirige à maneira moderna de se pensar as coisas como totalmente separadas, tal qual o conhecimento especializado apregoado por Descartes, que acaba por culminar em um estado em que o todo perde significado e termina por ser ignorado. Para Morin (2011), o principal desafio contemporâneo é o processo de reconhecimento da complexidade científica e da vida humana, bem como a participação e a autoria na reforma do pensamento, na religação dos saberes, na construção de uma ciência com consciência. No discernimento do teórico, o pensamento científico tradicional é simplista em demasia, fato que justifica a premência de articulação de um pensamento complexo, de modo a contemplar e lidar adequadamente com a incerteza. Assim, defende

O pensamento complexo é, pois, essencialmente o pensamento que trata com a incerteza e que é capaz de conceber a organização. É o pensamento capaz de reunir (*complexus*: aquilo que é tecido conjuntamente), de contextualizar, de globalizar, mas, ao mesmo tempo, capaz de reconhecer o singular, o individual, o concreto (Morin, 2000, p. 207).

A metáfora baumaniana é compreendida por Saraiva e Veiga-Neto (2009) como fundamental para o entendimento de boa parte das mudanças sociais pelas quais o mundo passa nas últimas décadas. Vemos no quadro elaborado pelos autores, a apresentação, de forma esquemática, de alguns deslocamentos que podem ser visualizados como característicos no âmbito da contemporaneidade. Frisa-se que não

se trata de um processo de substituição, mas de ênfases, ou seja, elementos que se sobressaem dentro de um conjunto.

Quadro 3 - Comparativo entre modernidade sólida e modernidade líquida

Modernidade Sólida	Modernidade Líquida
Permanência	Impermanência
Liberalismo	Neoliberalismo
Mercadorias	Competição
Produção	Consumo
Capitalismo industrial	Capitalismo cognitivo
Fábrica	Empresa
Trabalho material	Trabalho imaterial
Vigilância do corpo	Verificação das metas
Equipe	Rede
Temporalidade contínua/linear	Temporalidade pontilhista
Longo prazo	Curto prazo
Futuro	Devir
Administração	Gestão
Regulamentação — Regulação	Modulação
Segurança/biopolítica	Controle/noopolítica
População	Público
Rigidez/docilidade	Flexibilidade
Especialista/especialização	Expert/expertise
Unitário	Fragmentário
Fronteirizado	Desfronteirizado

Fonte: Adaptado de Saraiva e Veiga-Neto (2009, p.196).

Conclusivamente, a transição do século XX para o início do século XXI caracteriza-se por transformações significativas no tecido social e ideológico, conforme explorado por Bauman (1999) e Harvey (2017). Bauman descreve essa evolução como uma mudança da "modernidade sólida" para uma "modernidade líquida", marcada pela instabilidade e pela impermanência. Tal mudança é simbolizada pelo declínio das metanarrativas e pela perda de credibilidade dos grandes discursos de legitimação, uma perspectiva também enfatizada por Lyotard

(2004). Harvey (2017) observa que o projeto moderno, fundamentado na supremacia científica e na busca por ordem e controle, encontra-se em crise diante da complexidade e ambiguidade da realidade contemporânea. Este período de transição desafia as estruturas tradicionais, exigindo novas abordagens para compreender e interagir com um mundo em constante mudança.

No mesmo contexto, Morin (2011) critica a abordagem simplista do pensamento científico moderno e propõe o pensamento complexo como uma alternativa para lidar com a incerteza e a interconexão da realidade atual. Esse pensamento procura superar a fragmentação do conhecimento e promover uma visão integrada e holística da ciência e da vida humana. Portanto, a contemporaneidade desafia as noções de certeza e estabilidade da modernidade e impulsiona a busca por um entendimento mais fluido e adaptável, capaz de abraçar a complexidade inerente às dinâmicas sociais e científicas do nosso tempo.

5.2. Um giro epistemológico no saber

Considerando o prisma da ciência, recorreremos inicialmente a abordagem epistemológica do fazer científico realizada por Santos (2010), para quem o projeto de ciência moderna parece estar mergulhado em profunda crise, constituída fundamentalmente pelo declínio de seus paradigmas reguladores. O teórico aponta para uma possível dissolução do paradigma dominante da ciência moderna, que em seu ponto de vista se assenta no rigor metodológico, na logicidade e na racionalidade dos procedimentos metodológicos de pesquisa (Santos, 2010). O autor argumenta que

o rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que, ao objectivar os fenómenos, os objectualiza e os degrada, que, ao caracterizar os fenómenos, os caricaturiza. É, em suma e finalmente, uma forma de rigor que [...] reprime a pergunta pelo valor humano do afã científico assim concebido. Esta pergunta está, no entanto, inscrita na própria relação sujeito/objecto que preside à ciência moderna, uma relação que interioriza o sujeito à custa da exteriorização do objecto, tornando-os estanques e incomunicáveis (Santos, 2010, p. 11-12).

Com o intuito de problematizar o colapso das bases da ciência moderna — que intitula como o paradigma científico dominante —, Santos (2010) busca compreender o tempo presente, ou contemporaneidade. Em seu recorte temporal, essa abrange as décadas finais do século XX e décadas iniciais do século XXI. Esse período é considerado pelo autor como crucial no que diz respeito a um processo de transição de paradigmas, o qual manifesta o aparecimento de uma nova concepção de ciência, que é marcada pela pós-modernidade. A partir de uma ciência pós-moderna passa-se a considerar uma multiplicidade de condições que até então não eram vislumbradas pelo fazer científico padrão. Dentre essas, notabiliza-se a relevância da perspectiva teórica que culmina em uma necessidade de maior aprofundamento de conhecimento, que por sua vez gera desconfiança sobre os pilares que sustentam a ciência moderna. Portanto, o próprio avanço científico suscitou a identificação de insuficiências estruturais do paradigma dominante.

Podemos verificar outro exemplo do citado em Lyotard (2004), quando define a ciência moderna como aquela que se refere a um metarrelato — um discurso de legitimação, uma filosofia, em busca da verdade e que é contraposta no seio da pós-modernidade, que se caracteriza justamente pela incredulidade em relação aos metarrelatos. De acordo com o filósofo, na cultura pós-moderna "o grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido: relato especulativo, relato da emancipação" (Lyotard, 2004, p. 69), pois "a ciência joga seu próprio jogo" não podendo assim "legitimar os outros jogos de linguagem" (Lyotard, 2004, p. 73).

Santos (2010, p. 8) argumenta que "são hoje muitos e fortes os sinais de que o modelo de racionalidade científica [...] atravessa uma profunda crise". A crise do modelo tradicional de cientificidade é abordada pelo autor a partir do anúncio de sua debilidade, a qual é apresentada pela aferição das distinções básicas em que tal paradigma se assenta. Dessa forma, algumas das características constituintes da ciência, já levantadas na subseção 2.2 deste trabalho, são postas em discussão. Dentre essas, o teórico destaca a questão chave que envolve a polarização entre sujeito e objeto, que a partir de uma concepção científica renovada passa a apresentar relações de maior aproximação, ou até mesmo da consideração do objeto como um *continuum* do sujeito, perspectiva em que há a dissolução da incompatibilidade dicotômica entre ambos. Para Santos:

O conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até há pouco considerávamos insubstituíveis, tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjectivo/objectivo, colectivo/individual, animal/pessoa (Santos, 1988, p. 14).

Nesse viés, tanto sujeito quanto objeto são considerados construções sócio-históricas. Isto é, independentemente da figura do observador, aquele que procede com a investigação, nenhum objeto existe de forma autônoma no mundo no real. Os objetos que antes eram considerados naturais, agora são concebidos como objetivações resultantes de uma série de fatores, como características, convenções e das práticas linguísticas. As práticas de objetivação incluem o conhecimento, científico ou não, e as categorias conceituais com as quais o mundo simbólico do indivíduo é organizado. Sobre isso, Gadamer (2011) julga que a linguagem é o meio universal no qual se realiza a compreensão. Isso significa que a relação entre sujeito e objeto ganha novos contornos, visto que o sujeito é, tacitamente, constituído pela linguagem. Dessa forma, os conceitos referentes à realidade, desenvolvidos pelo conhecedor, estarão sempre impregnados de conteúdos culturais seus.

Sob essa perspectiva, apercebe-se que dois dos pilares da concepção epistemológica que escoram o conhecimento moderno são postos em impugnação: a possibilidade de desenvolvimento de conhecimento sem a interferência de valores do observador e a possibilidade de alcance a uma representação exata do real. Podemos considerar que, na contemporaneidade, a objetividade é relativizada, posto que cada vez mais o comportamento e a ação humana, que de forma oposta aos fenômenos naturais, não podem ser descritos e nem explicados por meio de uma concepção objetivista. De acordo com Morin (2011), sujeito e objeto são indissociáveis, de tal modo que se constituem mutuamente. Assim, o conteúdo do conhecimento não pode ser visto apenas como reflexo do conhecedor, como é considerado na tradição racionalista, tampouco a própria realidade, como é na tradição empirista. Agora, a realidade deve ser compreendida enquanto vivida pelo sujeito cognoscente. Santos acrescenta:

[...] defendo uma posição epistemológica antipositivista e procuro fundamentá-la à luz dos debates que então se travam na física e na matemática. Ponho em causa a teoria representacional da verdade e a primazia das explicações causais e defendo que todo o conhecimento científico é socialmente construído, que o seu rigor tem limites inultrapassáveis e que a sua objetividade não implica a sua neutralidade.

Descrevo a crise do paradigma dominante e identifico os traços principais do que designo como paradigma emergente, em que atribuo às ciências sociais antipositivistas (ditas pós-modernas) uma nova centralidade, e defendo que a ciência, em geral, depois de ter rompido com o senso comum, deve transformar-se num novo e mais esclarecido senso comum (Santos, 2010, p. 8-9).

Além disso, pode-se verificar que na modernidade predomina a existência de uma hierarquização entre saberes, onde a ciência moderna prevalece e constitui-se como conhecimento dominante. Portanto, boa parte dos outros conhecimentos que não perfazem as condições de cientificidade é inadmitida. Por esta lógica, “o que não é quantificável é cientificamente irrelevante. [...] o método científico assenta na redução da complexidade. O mundo é complicado e a mente humana não pode compreender completamente” (Santos, 2010, p. 28).

Para que a ciência possa dar conta dos desafios contemporâneos, Santos (1989, 2010) sugere ser crucial a suplantação das dicotomias epistemológicas desencadeadas pela ciência moderna: conhecimento científico em contraposição ao conhecimento do senso comum; ciências naturais opondo-se às ciências humanas; e a secessão entre sujeito e objeto. Como resposta, buscando um modelo de ciência mais adequado às peculiaridades da contemporaneidade, Santos (1989) defende que o conhecimento desenvolvido a partir do discurso das ciências deve transformar-se em discurso do senso comum. Para esse fim, o teórico propõe um modelo de aplicação do conhecimento científico, intitulado como “aplicação edificante” que apresenta algumas características relevantes:

1. Os conhecimentos científicos devem voltar-se para uma situação concreta onde quem aplica está existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da aplicação;
2. As aplicações decorrentes do conhecimento científico devem procurar novas alternativas de realidade e, para isso, as formas institucionalizadas devem ser questionadas, pois tendem a promover violência em vez de argumentação, o silenciamento em vez de comunicação, o estranhamento em vez de solidariedade;
3. A aplicação dos conhecimentos tem de ser contextualizada tanto pelos meios como pelos fins, daí decorrendo dever o cientista falar como cientista e cidadão, simultaneamente, no mesmo discurso (Santos, 1989, p. 158).

Considerando nosso intento de identificação de elementos constituintes do discurso moderno na primeira parte deste trabalho, vemos agora a possibilidade de abordarmos também a reconfiguração de pensamento necessária à compreensão das múltiplas facetas da realidade experimentada pela sociedade contemporânea.

Reconhecendo a existência de uma crise que se assenta sobretudo nas características determinísticas e reducionistas do racionalismo científico moderno e tendo em vista a extrema quantidade de interações e interferências entre um número muito grande de unidades, que compreende incertezas, indeterminações e aleatoriedade inerentes à contemporaneidade, sobrelevamos o pensamento complexo, em contraponto ao pensamento linear eminentemente moderno.

Relembremos que a modernidade engendrou um modelo de conhecimento analítico, empírico-indutivo e positivista e se pautava em princípios deterministas de causa e efeito e na simplicidade, os quais produziam uma percepção de mundo mecânico pronto e acabado. O sistema concebido pela ciência tradicional era fechado e em estado de equilíbrio, refletindo os ideais modernos de ordem e harmonia. Na visão de Morin (2015), a cultura racional e científica moderna está alicerçada em um modelo de conhecimento limitado e separador que não mais se amolda às inquietações contemporâneas, atualmente enredadas por uma dinamicidade e pluralidade de informações impossíveis de serem apreendidas quando da aplicação das formas tradicionais de produção de conhecimento acerca de fenômenos físicos e sociais. Ainda de acordo com o teórico, o Século XXI apresenta outras exigências que dizem respeito a novas categorias de compreensão e de ação sobre estes fenômenos. Para que possam emergir, é necessário o exercício de um pensar complexo, capaz de aceitar a incerteza, os antagônicos, a multidimensionalidade, a dialogicidade.

O autor emite diversas críticas ao que denomina “paradigma da simplificação”, o qual corresponde ao “conjunto dos princípios da inteligibilidade próprios da cientificidade clássica, e que, ligados uns aos outros, produzem uma concepção simplificadora do universo (físico, biológico, antropossocial)” (Morin, 2010, p. 330). Nessa perspectiva, aspectos como desordem, ambiguidade e caos deveriam ser desconsiderados e, quando constatados, deveriam ser eliminados ou superados por meio do progresso científico. Nesse sentido, o modelo de ciência tradicional, assentado nos “pilares da ordem, da separabilidade e da razão” (Morin, 2000, p.199), não seria mais compatível com o atual cenário em que a complexidade se mostra patente.

A crise que teria modificado as bases da ciência moderna no decorrer do século XX é atribuída por Morin (2015) a duas grandes revoluções: a primeira consiste na revolução que se dá na física a partir de 1900, contribuindo sobremaneira para

incertezas sobre a ordem, a separabilidade, a redução e a lógica; e a segunda se manifesta pelo surgimento das ciências sistêmicas, que fomentam reagrupamentos de disciplinas muito diversas em torno de um complexo de interações e/ou de um objeto e que acaba por afetar as bases modernas da separabilidade e da redução.

Como uma espécie de giro epistemológico, Morin (2015) propõe o emprego do pensamento complexo como meio de formulação de respostas aos questionamentos oriundos da instabilidade dos fundamentos científicos modernos, que subsidiaram a produção do conhecimento e, em consequência, propiciaram a consolidação do pensamento linear e da fragmentação. A partir da consideração de que a realidade contemporânea forma uma totalidade complexa, Morin (2013, p. 156-157) assevera que “o problema crucial do nosso tempo é o da necessidade de um pensamento apto a enfrentar o desafio da complexidade do real, isto é, de perceber as ligações, interações e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades que são, simultaneamente, solidárias e conflituosas”. Morin (2015) sistematiza o conhecimento que passa a intitular como teoria, método, paradigma ou epistemologia da complexidade. Para construir a lógica da complexidade, o teórico aprofunda sua investigação no âmago da realidade e recorre a todos os campos da produção científica em busca de eger conceitos congruentes para a concepção de um olhar epistemológico inovador.

Importante salientar que Morin não sugere o abandono por completo daquilo que entende como paradigma epistemológico moderno. O objetivo de sua abordagem é organizar e elaborar um conjunto inovador de princípios e premissas que seja capaz de abranger a complexidade do real, superando dicotomias históricas que tendem a colocar pontos de vista em polos opostos e excludentes. Dessa forma, entendemos que a teoria da complexidade de Morin busca integrar e superar o reputado paradigma da simplificação sem, todavia, desconsiderá-lo por completo.

O pensamento complexo, assim sendo, agrupa fragmentos de variadas teorias, e segundo Morin e Le Moigne (2000), manifesta-se como um edifício composto de diversos andares, complementando:

A base está formada a partir das três teorias (informação, cibernética e sistema) e comporta as ferramentas necessárias para uma teoria da organização. Em seguida, vem o segundo andar, com as ideias de Von Neuman, Von Foerster e Prigogine sobre a auto-organização. A esse edifício pretendi trazer os elementos suplementares, notadamente, três princípios

que são o princípio dialógico, o princípio de recursão e o princípio hologramático (Morin; Le Moigne, 2000, p. 204).

Sobre os princípios, que facilitam a compreensão do real complexo, vê-se que o dialógico “[...] se funda na associação complexa (complementar, concorrente e antagônica) de instâncias necessárias junto à existência, ao funcionamento e ao desenvolvimento de um fenômeno organizado” (Morin, 1997, p. 201). Em nossa visão, trata-se do reconhecimento da coexistência de contrários na constituição da realidade, ou seja, a necessidade de se adotar uma postura de conciliação de ideias antagônicas de modo a complementá-las em um ciclo de ordem, desordem e organização. A dialógica dos antagonismos ou contrários tem a pretensão de integrar princípios antagônicos, mas que são indissociáveis, como razão e misticismo, cultura erudita e cultura popular, bem e mal, certo e errado em uma lógica de inclusão e complementariedade. Uma das interações dialógicas básicas da complexidade consiste na que existe entre ordem e desordem, posto que, segundo Morin (1997), essa relação deve ser ao mesmo tempo uma, complementar, concorrente e antagônica.

O segundo princípio básico estabelecido por Morin (1997) consiste no da recursão, “[...] em que todo momento é, ao mesmo tempo, produto e produtor, que causa e que é causado, e em que o produto é produtor do que o produz, o efeito causador do que o causa” (Morin, 1997, p. 201). Diferentemente da retroação, em que ocorre uma relação de causalidade linear, ou seja, um produz efeito sobre o outro, a recursão permite uma relação complexa de causalidade circular, em que um produz o outro que o produz. Portanto, quando aplicado à compreensão da realidade, possibilita uma leitura do real como um processo auto-ecoorganizador, em que os objetos e os sujeitos se fazem nas inter-relações e ao mesmo tempo as produzem. O teórico cita a linguagem como um exemplo desse princípio, visto que

A linguagem é essa máquina extraordinária da qual somos produtores incontestáveis e sem a qual nada teria nascido de nós mesmos, sem essa possibilidade de criar palavras, de produzir o sentido, de comunicar. Uma vez mais, a linguagem é produto e produtor. Todos os produtos são produtores (Morin; Le Moigne, 2000, p. 190).

O terceiro princípio elementar para a compreensão da complexidade do real é designado como hologramático, que considera que tanto a parte se inscreve no todo, quanto o todo está presente na parte.

Um holograma é uma imagem em que cada ponto contém a quase totalidade da informação sobre o objeto representado. O princípio hologramático significa que não apenas a parte está num todo, mas que o todo está inscrito, de certa maneira, na parte. Assim, a célula contém a totalidade da informação genética, o que permite, em princípio, a clonagem; a sociedade, como um todo, pela cultura, está presente no espírito de cada indivíduo (Morin, 2002, p. 302).

Assim, uma visão hologramática proporciona um alcance ampliado da percepção do mundo físico, biológico e sociológico, posto que o menor ponto da imagem do holograma contém a quase-totalidade da informação do objeto representado, ou seja, cada parte contempla o todo e o todo contém as partes. Podemos perceber sua primazia na intelecção da realidade complexa ao cotejá-la à visão holística, ou sistêmica, que privilegia o todo de um sistema, mas não contempla adequadamente suas partes.

Portanto, compreendemos que o exercício que visa à apreensão da contemporaneidade nos exige estabelecer como premissa básica o fato de que a realidade é complexa — um tecido de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas (Morin, 2015) — e somente se permite compreender por meio da adoção de um pensar contextualizado, multidimensional, transdisciplinar e multirreferencial. É fundamental que ele seja capaz de conceber noções simultaneamente complementares e antagônicas, propiciando variadas possibilidades de compreensão e de reflexão.

Em síntese, o exame crítico sobre a ciência contemporânea, sob a perspectiva de autores como Santos (2010) e Lyotard (2004), revela um panorama de transição paradigmática significativa. O colapso dos fundamentos da ciência moderna, caracterizada pela ênfase no rigor metodológico e na quantificação, cede espaço para uma nova abordagem científica na era pós-moderna. Esta nova abordagem valoriza a multiplicidade, a inter-relação entre sujeito e objeto, e a incorporação de dimensões antes desconsideradas pelo rigor científico tradicional. Santos (2010) argumenta que o conhecimento científico é uma construção social, sujeita a limites e não imune a influências culturais e linguísticas, uma visão ecoada por Gadamer (2011). Esta

reconsideração da relação entre sujeito e objeto no processo científico, segundo Morin (2011), demanda um pensamento mais complexo e integrador, capaz de abraçar a incerteza e a interconectividade inerentes à realidade contemporânea.

A proposta de Morin (2015) de um pensamento complexo, que rompe com a simplificação característica do paradigma científico moderno, é crucial para abordar as multifacetadas interações da contemporaneidade. Este pensamento complexo, articulado por intermédio dos princípios dialógico, de recursão e hologramático, permite uma compreensão mais holística e interconectada da realidade, refletindo a natureza intrinsecamente interligada dos fenômenos contemporâneos. A aplicação deste novo paradigma científico, conforme sugerido por Santos (1989, 2010), requer uma abordagem que vá além das dicotomias tradicionais, integrando o conhecimento científico ao senso comum e transformando-o em um discurso acessível e relevante para a sociedade como um todo.

Assim, a contemporaneidade desafia o pensamento científico a transcender suas limitações históricas, adotando uma abordagem mais inclusiva, que reconhece e valoriza a diversidade de perspectivas e a complexidade do real. Esta transformação epistemológica redefine o papel da ciência na sociedade e exige uma reorientação do processo de produção do conhecimento, alinhando-o mais estreitamente com as necessidades e os valores da sociedade contemporânea.

5.3. Transformações do Estado contemporâneo

Além do viés epistemológico, podemos abordar a contemporaneidade sob a ótica do Estado, sobretudo verificando incompatibilidades entre o modelo estatal tradicional — representante dos traços marcantes da modernidade — e o novo quadro político, social, cultural e econômico contemporâneo. Estabelecemos como premissa inicial o argumento de Giddens (1991), o qual compreende que o Estado ainda em muito se baseia no modelo estabelecido pela modernidade e que ainda não absorveu totalmente as transformações introduzidas pelos processos de globalização ou mundialização. No entanto, é inegável que o atual modelo capitalista de produção também impõe um novo panorama às relações estabelecidas com os Estados,

sobretudo a partir dos novos fluxos globais que suplantam a territorialidade e provocam uma necessidade de redefinição do conceito de soberania.

Chevallier (2009) julga que o movimento de expansão do aparelho estatal moderno, calcado na razão e na garantia do bem-estar coletivo, entra em crise no século XX sobretudo em virtude da influência de duas dinâmicas conjugadas, uma externa e outra interna: a primeira consiste na reavaliação do lugar do Estado, da relação entre Estado e sociedade; e a segunda, na internacionalização, ou globalização, que contribui para minar certas posições conquistadas pelo Estado.

Ao analisar a desconstrução dos pilares da instituição central da modernidade, o Estado, Bolzan de Moraes (2011) elenca ponderações e observações que podem ser vinculadas às incongruências desse em relação às peculiaridades da contemporaneidade. O autor sistematiza sua observação sobre o que entende como crises a partir de cinco vertentes: conceitual, estrutural, constitucional, funcional e política. Uma síntese das características de cada uma delas nos auxilia na compreensão do mosaico único que simboliza o porquê de a forma jurídico-política do Estado moderno ter sofrido alterações expressivas em seus fundamentos nas últimas décadas.

A primeira das crises diz respeito à soberania, que, para Bolzan de Moraes (2011), tem seu entendimento como poder estatal incontestável, uno, imprescritível e inalienável relativizado face aos novos contornos propiciados pelo alargamento de limites territoriais das nações. O fato de o Estado não compreender mais o centro único e autônomo de poder, sujeito exclusivo da política, revela um aspecto fundamental da crise chamada como conceitual, posto que afeta a soberania, núcleo conceitual de sua feição moderna. Castells (2018) também lança questionamentos sobre a forma como devemos conceitualizar o Estado-nação, principal repositório de poder da era moderna, no contexto da globalização ou desaparecimento de fronteiras — desterritorialização — e do envolvimento de outras forças. Para ele, o Estado-Nação parece estar sendo superado pelas transformações históricas. Acerca dessa questão, Chevallier afirma que:

As fronteiras, físicas e simbólicas, que delimitavam a esfera de influência, o espaço de dominação do Estado, tornaram-se porosas: os Estados são atravessados por fluxos de todas as ordens, que eles são incapazes de controlar, de canalizar e, se necessário, conter; já não tendo controle sob as variantes essenciais que comandam o desenvolvimento econômico e social,

a sua capacidade de regulação tornou-se, concomitantemente aleatória (Chevallier, 2009, p. 32).

A crise estrutural é problematizada a partir da contínua transformação imposta pela questão social no bojo dos Estados Nacionais. Pela perspectiva do projeto moderno, a partir do século XX, o Estado extrapola o dever de garantir a sobrevivência das pessoas e incorpora uma função de garantia de qualidade de vida, realizando efetivamente promessas de liberdade e igualdade para todos, impondo segurança generalizada. Em resumo, pode-se aperceber um enfraquecimento das estruturas públicas ante os direitos sociais, tornando o Estado instância incapaz de concretização de suas promessas. Bolzan de Moraes (2011) identifica o declínio do Estado de bem-estar social a partir de três dimensões principais: a crise fiscal-financeira, associada à necessidade de reestruturação sustentável das bases sociais frente aos seus fundamentos econômicos; a crise ideológica, vinculada às metodologias burocráticas de organização e administração empregadas por esse sistema; e a crise filosófica, que reflete a falha do Estado em solidificar o projeto antropológico que define seu propósito e na transição do indivíduo liberal para um consumidor dos serviços administrativos, possuidor de uma percepção coletiva.

A terceira, a crise constitucional ou institucional, relaciona-se à incapacidade de o constitucionalismo moderno responder aos novos desafios derivados dos efeitos da globalização. De modo sumário, podemos acentuar a existência de novos lugares de regulação produzidos por sujeitos transnacionais que afetam a produção jurídica e reduzem a atuação estatal. Em seguida, a crise funcional relaciona-se à multiplicação de locais de poder. Bolzan de Moraes (2011) compreende esse aspecto como uma forma de superação da supremacia da ordem estatal, que acarreta a perda de centralidade e exclusividade do Estado na execução de suas funções. Como exemplo, pode-se verificar os fenômenos contemporâneos de incorporação, integração e unificação política — tal como o ocorrido com a criação da União Europeia.

Por derradeiro, o processo de transformação do Estado pode ser visualizado a partir de uma crise política, que é representada pela ruptura do mecanismo moderno de democracia. A complexidade da democracia representativa pode ser traduzida nas dificuldades técnicas impostas pela variedade de temas propostos e pelo amontoado de questões colocadas em discussão para resolução estatal, que suscita a exclusão

de parcelas importantes de cidadãos do jogo político. Logo, Bolzan de Moraes (2011) percebe que há um esvaziamento da política, especialmente em razão do seu distanciamento com problemas sociais e enfatiza que o debate social fomentado pelo Estado no âmbito democrático mostra-se incapaz de responder adequadamente a todas as intenções, anseios e tensões da população, tornando a democracia “um estereótipo formal pela ausência de alternativas reais de escolha popular direta no seu interior” (Bolzan de Moraes, 2011, p. 25).

Conquanto a constatação das alegadas crises por quais passam os elementos formadores do Estado moderno, Chevallier (2009) não o considera como uma forma de organização ultrapassada, tendo em vista que “ainda persiste na atualidade como o princípio fundamental de integração das sociedades e o local de formação das identidades coletivas” (Chevallier, 2009, p. 23). Ainda, “essa persistência é acompanhada de um conjunto de mudanças que, longe de serem superficiais, são de ordem estrutural e contribuem para redesenhar a figura do Estado” (Chevallier, 2009, p. 23). Nessa visão, as transformações por quais passam o Estado refletem o atual panorama da sociedade e caracterizam, segundo o autor, a emergência de um Estado pós-moderno, que enfrenta a falibilidade e a incerteza de que suas amarrações e institutos são aplicáveis e efetivos. Dentre essas mudanças, além das questões atinentes à soberania e territorialidade, podemos salientar a concepção de cidadania, que, para o teórico,

foi superada: uma concepção mais flexível e mais tolerante da cidadania tornou-se indispensável, tendo em conta a dinâmica de evolução das sociedades contemporâneas; a cidadania tende a ser concebida como uma cidadania ‘ativa’, implicando uma influência real sobre as escolhas coletivas, ‘alargada’ pela abertura em direção a novos direitos e novos beneficiários, ‘tolerante’, por autorizar uma margem maior de operação, ‘desintegrada’, passando por diversos locais de sociabilidade, ‘plural’ enfim, porque compatível com vários princípios de identificação (Chevallier, 2009, p. 258).

Nesse prisma, a relação entre Estado e cidadão na contemporaneidade transfigura-se significativamente. No modelo tradicional, sobreleva-se a conexão hierárquica, em que as prerrogativas do Estado concorrem para ditar direitos de forma impositiva e sentido unilateral. Antes, conforme verificamos na visão habermasiana destacada na seção 1.4, as atividades estatais podiam ser claramente distinguidas dos interesses privados. Agora, já se pode verificar uma interligação de funções públicas que possibilita a reposição da sociedade no âmago do Estado e, também,

que o cidadão tem direitos e garantias que asseguram sua participação política. Assim, o novo perfil de cidadania tende a ser o de uma cidadania ativa, com efetiva influência dos cidadãos nas escolhas coletivas (Benevides, 1991).

Esse movimento é impulsionado sobretudo pela imbricação entre globalização e tecnologia que conduz à chamada “sociedade da informação” ou “sociedade informatizada” (Lévy, 2011) — uma sociedade mundial em conectividade global, em que informações são instantaneamente intercambiadas de um ponto ao outro do planeta e em que a internet assume papel extremamente relevante, dada a sua essência descentralizada (Chevallier, 2009). Desse modo, torna-se possível a superação de fronteiras territoriais com o conseqüente incremento de acesso e trânsito das informações em qualquer local do mundo, possibilitando aos cidadãos novos relacionamentos com o Estado e entre si, a partir da identificação de pontos de convergência de interesses ou necessidades, ou seja, pontos de identidade. Desse modo, a crescente discussão em torno da cidadania ativa fomenta a implementação de mecanismos mais efetivos de participação da sociedade civil. Isto é, a cidadania está diretamente vinculada à participação da sociedade e à existência de instrumentos que a possibilitem.

As relações de poder entre Estado e seus cidadãos também sofrem um impacto significativo no âmbito da contemporaneidade. O filósofo francês Gilles Deleuze (1992) parte da perspectiva foucaultiana e afirma que a sociedade disciplinar, típica da modernidade, tem sido substituída por uma sociedade de controle, que está vigente até hoje. Na primeira parte de nosso trabalho, verificamos que a sociedade disciplinar se passava de um espaço fechado para o outro, com instituições bem definidas quanto a suas competências e atribuições. Exemplificando: a família é responsável por educar e ensinar valores; a escola por preparar o indivíduo para a sociedade; os hospitais, prisões e arquivos exercem suas funções específicas, assim como as outras demais instituições. A regulação nesses espaços ocorre a partir da imposição de um rigor disciplinar por meio do estabelecimento de horários e de definição de ações que poderiam ou não ser desenvolvidas pelos cidadãos. Já na contemporaneidade, passa-se a uma sociedade de controle, em que impera a fluidez e a mobilidade, e que, segundo Deleuze (1992, p. 226) “[...] nunca se termina nada, a empresa, a formação, os serviços estão em estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que um deformador universal”.

Concluindo, a apreciação da contemporaneidade sob a ótica do Estado revela uma complexa transição do modelo estatal tradicional da modernidade para um quadro mais dinâmico e fluido, adaptado às exigências do cenário político, social, cultural e econômico atual. As reflexões de teóricos como Giddens (1991), Chevallier (2009) e Bolzan de Moraes (2011) evidenciam um Estado em constante evolução, lutando para se adequar aos impactos da globalização, tecnologia e mudanças nas relações de poder. Este Estado, outrora caracterizado por sua soberania territorial incontestável, agora enfrenta desafios impostos pela desterritorialização e pela emergência de novas formas de cidadania. A concepção de cidadania avança, movendo-se para uma forma mais ativa e influente, refletindo as mudanças nas estruturas sociais e na dinâmica de poder.

Neste cenário, a sociedade da informação desempenha um papel crucial, redefinindo as relações entre Estado e cidadãos e ampliando as possibilidades de participação e engajamento político. A tecnologia, particularmente a internet, emerge como um instrumento poderoso de descentralização e democratização, facilitando o intercâmbio de informações e a formação de comunidades globais. A cidadania ativa, impulsionada por esta nova realidade, exige do Estado uma resposta mais flexível e adaptativa, capaz de acomodar a diversidade e a complexidade das sociedades contemporâneas.

Por fim, a transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle, como argumentado por Deleuze (1992), simboliza a mudança fundamental na natureza do poder e da autoridade. O Estado contemporâneo, portanto, não é apenas um remanescente da modernidade, mas um ente em constante transformação, enfrentando desafios inéditos e buscando reinventar suas estruturas e funções para permanecer relevante e eficaz em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado. Essa realidade implica uma reavaliação contínua dos conceitos de soberania, governança e cidadania, elementos essenciais para a compreensão e o funcionamento eficaz do Estado na era contemporânea.

5.4. A era do espaço virtual e do tempo real

Na primeira parte desta pesquisa, pudemos verificar que toda história elabora uma concepção de tempo e toda cultura produz uma experiência temporal própria. As histórias se equiparam: a combater incessante contra o caráter destrutivo do tempo. Na Grécia antiga, o tempo era entendido como circular e contínuo, uma absoluta imobilidade, sem direção. Na experiência cristã, o tempo é representado por uma linha reta, e prepondera a crença de que o mundo foi criado no tempo e acabará no tempo — do Gênese ao Apocalipse. Nessa concepção, o mundo é finito e limitado, por isso a imagem do tempo como linha, processo (Agamben, 2005). Com a modernidade o tempo cristão é tornado laico, e mesmo que a ideia de tempo linear seja mantida, o sentido é modificado. Essa passa a ser constituída pelo antes e o depois, como histórico, despertando a concepção de progresso e desenvolvimento. Além disso, especialmente sobre o tempo, verificamos que os instrumentos mecânicos de medição desenvolvidos, como o relógio, serviram para a separação dos ritmos da natureza. De acordo com Deleuze (1985), a ciência moderna pode ser definida principalmente por isolar o tempo como uma variável. O tempo moderno é objetificado e parece homogêneo.

De acordo com Harvey (2017), é factível entrever que os ritmos espaciais e temporais na modernidade são organizados de acordo com a racionalidade do capitalismo, logo, há um tempo e um lugar determinados para toda ação humana. Para Veiga-Neto (2004), os preceitos do capitalismo acentuam a ideia de consumir e produzir mais e em menos tempo, ou seja, “resulta desse fenômeno que, para aumentar o lucro, não apenas é preciso que se acelerem os ciclos de produção — ou seja, é preciso produzir e consumir mais em menos tempo” (Veiga-Neto, 2004, p. 8). De acordo com Castells (2020), a sociedade contemporânea ainda é dominada pelo tempo cronológico. Nessa visão, a modernidade é concebida como o domínio do tempo cronológico frente ao espaço e à sociedade. Esse tempo cronológico torna-se uma das partes constituintes do capitalismo industrial, e tem como representação clara o maquinismo industrial que colocou o cronômetro como instrumento fundamental no controle da produção e do trabalho de operários nas fábricas.

Entretanto, percebemos que a perspectiva moderna entra em contrassenso. Para Le Goff (2003, p. 14), “a crença num progresso linear, contínuo, irreversível, que

se desenvolve segundo um modelo em todas as sociedades já quase não existe.” Isso se deve aos questionamentos postos à ideia de progresso, sobretudo a partir de meados do século XX. As razões para tal são variadas, afirma o teórico. Dentre essas, os horrores do fascismo e do nazismo, as destruições ocasionadas pelos conflitos travados na Segunda Guerra Mundial, a bomba atômica, o reconhecimento de culturas diversas daquelas dominantes no ocidente. Nessa conjuntura de dissidências, vê-se como irrealizável manter um esquema evolutivo único e determinista, que seja válido para realidades e culturas diversas. Dado o colapso da ideia moderna de progresso, os contemporâneos buscam novas concepções temporais, a partir de categorias e significados novos, para que se torne possível conjecturar novas interpretações.

O novo espírito científico, conforme articulação de Bachelard (2011), apresenta uma perspectiva revolucionária em relação à forma que a ciência era analisada até então. Seu momento inicial corresponde à primeira década do século XX e é marcado por transformações que modificam conceitos pensados como imutáveis. As principais mudanças são indicadas por Bachelard como a eclosão da teoria da relatividade einsteiniana, a adoção das geometrias não-euclidianas, a formulação das mecânicas quânticas e ondulatórias e a profusão da radioatividade. Para Capra (1995, p.48-49), “duas descobertas no campo da física, culminando na teoria da relatividade e na teoria quântica, pulverizaram todos os principais conceitos de visão do mundo cartesiano e da mecânica newtoniana”.

A teoria da relatividade, por exemplo, contraria diretamente a ideia de tempo e espaço absoluto da teoria newtoniana. Entre 1905 e 1916, o físico Albert Einstein expôs sua teoria e afirmou a inexistência de um tempo e espaço absolutos, que pudessem ser objeto de medidas absolutas. Segundo Elias (1998, p. 35), “as correções trazidas por Einstein para o conceito newtoniano de tempo ilustram essa mutabilidade da ideia na era moderna. Einstein mostrou que a representação newtoniana de um tempo único e uniforme, através de toda a extensão do universo físico, não era sustentável”. No mesmo sentido, Gauer assevera que

a impossibilidade de o observador estabelecer a ordem temporal dos acontecimentos no espaço — não havendo na natureza velocidade superior à da luz, para medir a velocidade faz-se necessário conhecer a simultaneidade dos acontecimentos —, põe em dúvida o caráter absoluto do tempo e do espaço, ele rompe com a cosmovisão moderna. Einstein demonstra que a simultaneidade dos acontecimentos distantes não pode ser verificada, tão-só definida e, dada a arbitrariedade das medições, a hipótese

de contradição dos resultados é forçosamente incorporada. Sob esse aspecto, uma nova concepção de conhecimento afeta a visão do tempo que lhe será associada (Gauer, 1998, p. 174-175).

Nesse contexto, floresce a ciência contemporânea, sob os auspícios do novo espírito científico, caracterizada pela difusão de abstrações racionais e técnicas, que propiciam mutações intelectuais, de modo a romper com conceitos antes definitivos e inabaláveis, e retificar verdades julgadas absolutas e universais.

A modernização tem como um de seus objetivos a desorganização ininterrupta desses ritmos espaciais e temporais e desafia os pós-modernos — aqueles que se dedicam às experiências do espaço e do tempo da atualidade — a produzir novos sentidos para o espaço e o tempo em um mundo norteado pelo efêmero, pelo transitório, pelo acelerado e pelo fragmentado. De acordo com Gumbrecht (1998), a mudança na experiência temporal consiste em uma das mais significativas características da condição pós-moderna. O autor acredita a sensação hodierna é a de que o presente se torna cada vez mais alongado, dilatado, fenômeno que ele designa como “destemporalização” — ou seja, a noção de temporalidade atual se opõe à crença no progresso própria da visão moderna. Lipovetsky (2004) corrobora com esse pensamento e assevera que a supremacia do presente emerge juntamente à transformação do cotidiano e é repercussão direta da revolução tecnológica.

Em vista disso, Harvey defende a existência de uma condição pós-moderna da acumulação capitalista que, por meio da compressão espaço-temporal da acumulação flexível pós-fordista, vem estabelecendo a superação das barreiras espaciais e o aniquilamento do espaço pelo tempo (Harvey, 2017). A questão que se apresenta na contemporaneidade é que, embora não seja um fenômeno novo a aceleração dos ritmos da vida moderna, tal compressão tem gerado impactos desorientadores nas práticas econômico-políticas, no equilíbrio do poder de classe e na vida cultural e social.

Se há algum sentido na história, há que descobri-lo e defini-lo a partir de dentro do turbilhão da mudança, um turbilhão que afeta tanto os termos da discussão como o que está sendo discutido. A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes (Harvey, 2017, p. 22)

No entanto, a contemporaneidade eleva a máxima da aceleração e da utilização dos espaços a um novo patamar. Harvey (2017) nomeia tal fenômeno como “compressão do tempo-espaço”, no qual se destaca uma circulação social tão rápida, que encurta distâncias e que imediatiza serviços, consumos, comunicações, e que preconiza consigo os valores e virtudes da instantaneidade e da descartabilidade como fatores da existência humana. Por intermédio desses mecanismos, que são altamente eficazes da perspectiva da aceleração do giro dos bens no consumo, as pessoas são impelidas a lidar com a descartabilidade, com a novidade e com a obsolescência instantânea. O autor salienta que “em comparação com a vida numa sociedade que se transforma com menos rapidez, hoje fluem situações em qualquer intervalo de tempo dado — e isso implica profundas mudanças na psicologia humana” (Harvey, 2017, p. 258-259). Portanto, a subjetividade humana que se constrói nesse quadro advém da força da individualização, imediatividade, descartabilidade e obsolescência, que são marcos da lógica contemporânea.

Giddens (1991), diferentemente da compreensão de Harvey, contesta a ideia de uma sociedade pós-moderna, argumentando, em vez disso, que estamos vivenciando um período em que as influências da modernidade estão se intensificando e se espalhando mais amplamente do que nunca. Ao explorar o que ele trata de “consequências da modernidade”, o teórico faz reflexões bastante relevantes acerca das categorias de espaço e de tempo. No âmbito de sua teoria da estruturação, Giddens (1991) tenta reconciliar a ideia de agência humana, ou seja, a capacidade dos indivíduos de fazer escolhas e agir de forma independente, com as estruturas sociais, que são os sistemas e as normas que podem influenciar ou limitar essas escolhas. Ele chama essa relação de “dualidade da estrutura”, sugerindo que agência e estrutura estão constantemente interagindo e moldando uma à outra. Um aspecto crucial dessa teoria é a importância das dimensões de espaço e tempo.

Para ele, as práticas sociais estão sempre situadas dentro de contextos espaço-temporais específicos, e que compreender essa localização é essencial para entender como as sociedades funcionam e avançam. Com o advento da modernidade, a percepção e organização do tempo e espaço mudaram drasticamente, afetando significativamente as relações sociais. Por exemplo, avanços em tecnologias de comunicação e transporte diminuíram as barreiras de tempo e espaço, facilitando

interações mais rápidas e fáceis entre pessoas em diferentes lugares do mundo. Segundo ele, esse fenômeno tem suas origens na modernidade:

A invenção do relógio mecânico e sua difusão entre virtualmente todos os membros da população foram de significação chave na separação entre o tempo e o espaço. [...] O tempo ainda estava conectado com o espaço até que a uniformidade de mensuração do tempo pelo relógio mecânico correspondeu a uniformidade na organização social do tempo. [...] O 'esvaziamento do tempo' é em grande parte a pré-condição para o 'esvaziamento do espaço' e tem assim prioridade causal sobre ele. Pois, [...] a coordenação através do tempo é a base do controle do espaço (Giddens, 1991, p. 22).

No contexto da teoria da estruturação de Giddens (1991), a evolução das ferramentas de medição do tempo e espaço, em conjunto com o advento da modernidade — o que para os outros autores reportados constitui a pós-modernidade ou contemporaneidade —, representou um marco significativo na transformação das relações sociais. Esta mudança, descrita como um "desencaixe" do tempo e do espaço, permitiu que ações realizadas em um local específico repercutissem em locais e tempos distantes, desvinculando as relações sociais do contexto imediato. Este processo de desencaixe levou à expansão dos "sistemas de desencaixe", mecanismos que permitem que relações sociais transcendam as interações face a face, criando redes de interdependência em larga escala. Estes sistemas incluem, por exemplo, o sistema monetário e simbólico, fundamentais para a compreensão de fenômenos contemporâneos como a globalização e as mudanças na natureza do trabalho e das relações sociais.

Na contemporaneidade, a flexibilidade e fluidez do tempo e do espaço têm profundas implicações na identidade pessoal e social, na organização das instituições e na natureza das relações sociais. Constatamos, em Giddens (1991), que a sociedade contemporânea é caracterizada por sistemas de interação que transcendem as limitações geográficas e temporais, evidenciados pela globalização econômica e pela comunicação digital, permitindo interações e influências em uma escala global, independentemente da localização física. Portanto, as estruturas sociais e as relações individuais na sociedade contemporânea são marcadas por uma dinâmica e complexidade únicas, exigindo uma adaptação contínua às novas realidades criadas pela modernidade. Esta compreensão oferece um *framework* vital para abordar e compreender a complexidade das sociedades contemporâneas,

desafiando concepções tradicionais e destacando a importância de considerar o impacto global das ações locais.

Maffesoli (1998) enfatiza o discurso genérico da globalização, que está estreitamente vinculado à noção de desterritorialização, ou de "desenraizamento" — no sentido da perda das raízes culturais. Giddens (1991), por sua vez, designa como desencaixe a forma com que os indivíduos, graças aos avanços tecnológicos da sociedade contemporânea, exercitam um distanciamento progressivo de suas referências de tempo e espaço. O processo de desencaixe corresponde ao “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Giddens, 1991, p. 29). Assim, essa reconfiguração da percepção do tempo advém da existência de mecanismos de desencaixe, os quais facilitam as relações sociais entre indivíduos, transcendendo as barreiras locais e de distância. Complementarmente, o teórico considera que:

A separação entre tempo e espaço e sua formação em dimensões padronizadas, ‘vazias’, penetram as conexões entre a atividade social e seus ‘encaixes’ nas particularidades dos contextos de presença. As instituições desencaixadas dilatam amplamente o escopo do distanciamento tempo-espaço e, para ter este efeito, dependem da coordenação através do tempo e do espaço. Este fenômeno serve para abrir múltiplas possibilidades de mudança liberando das restrições dos hábitos e das práticas locais (Giddens, 1991, p. 28).

No discernimento de Santos (1994, p. 21), o “meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo”. Para o geógrafo, foi a padronização das técnicas, ou seja, a preponderância de um sistema técnico unificado, comum em todas as partes do globo, que levou à unificação do tempo e do espaço. Para ele, “o espaço é tornado único, à medida que os lugares se globalizam” (Santos, 1994, p. 20). Interessante observar que acontecimentos ocorridos em um lugar podem ser imediatamente comunicados a qualquer outro. Logo, o caráter instantâneo da informação disseminada globalmente torna possível uma simultaneidade na tomada de conhecimento e cria uma relação unitária entre lugares posicionados em diferentes partes do mundo.

Sobre a mudança de perspectiva acerca das dimensões espaço e tempo, recorreremos à analogia articulada por Bauman (1999) acerca do que ele compreende sobre a passagem da modernidade pesada à modernidade leve. A modernidade

pesada, sólida, preza pelo volume e pelo tamanho e pode ser comparada a um *hardware*. Amarram-se a esse contexto os desenvolvimentos dos meios de transporte e a elaboração de um sistema universal de mensuração do espaço e tempo. Por outro lado, a modernidade leve, líquida, pode ser assemelhada a um *software*, visto que se tornou possível o desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais velozes, quase instantâneos. A mudança em epígrafe faz com o que o espaço perca sua relevância, posto que uma viagem pode ser atravessada em tempo nenhum, tendo por cancelada a diferença entre o longe e o aqui. A quase instantaneidade do tempo do *software* anuncia a desvalorização do espaço e do tempo. Para Virilio (1999), o tempo absoluto se desmantelou, não havendo mais asserções de duração ou cadência cronológica, posto que ele não é mais inteiriço, mas fracionado em explosões e instantaneidades capitaneadas por técnicas comunicacionais.

Apoiando-nos em Harvey (2017), podemos afirmar que uma marca importante da noção espaço-temporal na contemporaneidade diz respeito ao entendimento de que esses não mais configuram uma estrutura solidificada e duradoura. Conforme assinalamos anteriormente, baseando-nos no ideário de Bauman (1999), tempo e espaço na atualidade são definidos por um estado de liquidez, que favorece a velocidade e o mal-estar na vida cotidiana⁹³. Das relações heterogêneas entre capitalismo, globalização e tecnologia, constatamos que a aceleração das transmissões faz desaparecer a separação entre o próximo e o distante. Podemos verificar que os conceitos de velocidade e de aceleração aparecem como centrais nas teorias contemporâneas sobre tempo e espaço.

Sobre o tempo, podemos verificar o surgimento de teorias que sugerem interpretações distintas da perspectiva moderna. Primeiramente, notabilizamos a elucubração do filósofo Henri Bergson (1859-1941)⁹⁴ que, ao estudar a filosofia da

⁹³ O mal-estar da vida cotidiana é abordado por Bauman (1999) como as complexidades e incertezas da sociedade contemporânea. O teórico descreve uma era em que as relações e identidades são efêmeras, caracterizando-se pela fluidez e pela constante mudança, o que contribui para sentimentos de insegurança e instabilidade entre os indivíduos. As conexões humanas tornam-se mais superficiais e menos duradouras, levando a um desafio constante em encontrar significado e propósito em meio a um contexto social em rápida transformação. Essa condição da modernidade líquida provoca reflexões sobre como vivemos e interagimos uns com os outros, questionando conceitos tradicionais de comunidade, pertencimento e segurança em um mundo dominado pela mobilidade e pela transformação contínua.

⁹⁴ Henri Bergson, filósofo francês nascido em Paris, destacou-se no início do século XX, tornando-se professor no Collège de France em 1900, membro da Academia Francesa em 1914 e laureado com o

evolução da vida, percebe que a concepção de tempo vigente traz consequências que não correspondem ao progresso factual de um ser vivo, mas sim à noção mecanicista newtoniana de universo. Bergson (2006) acredita que os estudos sobre o tempo deveriam partir da experiência pessoal baseada na própria consciência. A essa noção de tempo, Bergson (2006) deu a alcunha de duração. Segundo ele, a duração não recebeu a devida atenção ao longo de toda a história da filosofia e da ciência devido a um equívoco na interpretação entre as noções de tempo e espaço. Tendo em consideração que o espaço, até certo ponto, era passível de medição, segmentação e recomposição conceitual rigorosa, diversos pensadores julgaram que o tempo se comportaria de igual modo, o que confluiu para a fundação da noção de tempo espacializado ou, como o próprio Bergson (2006) defende, o tempo das matemáticas.

Para Bergson (2006), essa ambiguidade se estabeleceu quando da aplicação dos mesmos preceitos para o conhecimento da matéria nos domínios da duração. Essa operação habitual consistia no recorte da totalidade do real somente a aquilo que pretendia conhecer, isto é, ao isolamento de uma parte visando à sua apuração individualizada. Em decorrência desse empreendimento, a realidade em movimento passava a ser interpretada como uma série de posições isoladas, assentada em uma visão de tempo linear. Para o teórico, caso fosse buscado o conhecimento do movimento da vida em toda sua diversidade, sem fragmentação, ele se revelaria como uma duração, uma continuidade indivisível em que todos os elementos se encontrariam em interação (Bergson, 2006). Desse modo, não seria possível equiparar representações e realidades, tais como a representação intelectual do tempo com o tempo em si, ou a representação intelectual do movimento da vida com o próprio movimento da vida.

Prêmio Nobel de Literatura em 1927. Seu pensamento espiritualista visa revitalizar a metafísica, opondo-se ao kantismo e ao positivismo predominantes no final do século XIX. Bergson propôs um dualismo entre espírito e matéria, introduzindo o "elã vital" como crítica ao materialismo e ao determinismo, e valorizou a intuição frente ao intelecto para captar a essência da realidade. Distinguiu entre tempo cronológico (*temps*) e duração (*durée*), esta acessível somente pela intuição. Abordou também religião e moral, diferenciando suas origens na sociedade natural, com uma moral de obrigação, e na sociedade aberta, com uma moral criadora e uma religião dinâmica. Apesar de sua influência ter declinado com o advento da fenomenologia e do existencialismo, Bergson deixou um legado por meio de obras como *Essai sur les données immédiates de la conscience* (1889), *Matière et mémoire* (1896), *Le rire* (1900), *L'évolution créatrice* (1907), *L'énergie spirituelle* (1919), *Durée et simultanéité* (1922), *Les deux sources de la morale et de la religion* (1932) e *La pensée et le mouvant* (1934) (Japiassú; Marcondes, 2001).

Um exemplo disso pode ser verificado em Deleuze — que se inspira na teorização acerca da duração de Bergson — que relata uma exiguidade da concepção retilínea do tempo, arraigada no senso comum, ao propor uma visão do tempo que não esteja pautada na linearidade, mas em “saltos, acelerações, rupturas e diminuições de velocidades” (Gualandi, 2003, p. 71). Em oposição a uma linha contínua, de uma lógica linear, tem-se, no discernimento do teórico, um tempo redemoinho:

[...] ao invés de uma linha de tempo, tem-se um emaranhado de tempo, em vez de fluxo, uma massa; em lugar de rio, um labirinto; não mais um círculo, porém um turbilhão em espiral; não uma ordem do tempo, mas variação infinita, nem mesmo uma forma de tempo, mas um tempo informal, plástico (Pelbart, 2004, p. 180).

Percebe-se que essa outra modalidade de temporalidade, se caracterizada pelo movimento difuso, não linear, rizomático que, tal qual a duração de Bergson, faz com que o tempo fuja da linearidade e da circularidade e avance por outras trajetórias (Deleuze, 1999). A duração se aproxima do tempo subjetivo, distanciando-se do tempo objetivo ou cronológico — *Cronos*⁹⁵. Nesse novo tempo tomado como intempestivo e paradoxal por Deleuze, é impossível diferenciar presente, passado e futuro visto que esses subsistem como coexistência virtual.

Acerca do aspecto rizomático, precisamos elucidar tal conceito que decorre de Deleuze e Guattari (1996). Eles se utilizam de um termo da botânica, o rizoma, para pensar o tempo complexo contemporâneo de modo a contrapô-lo ao tempo linear, caracterizado por ele como da arborescência. Nesse último, a imagem da árvore nos instiga a pensar em sucessão, em hierarquia, em sistemas organizados com centro definido, em um tempo da representação e da unidade. Já na noção do tempo como rizoma, vê-se que esse não remete ao uno, nem dele deriva, posto que retrata um tempo em sua multiplicidade, ou seja, não há início nem fim definidos, mas sim um “entre”, que se configura em uma rede complexa e sem centro.

Nessa perspectiva rizomática, pode-se “saltar” de um ponto a outro muito distante, sem mediações, de forma intempestiva. Portanto, o tempo já não pode mais

⁹⁵ Oliveira (2003) cita que os gregos possuíam três divindades para a temporalidade: *Aiôn* (a ‘eterna presença’, a perenidade imóvel), *Cronos* (o deus da ‘consecutividade’ das épocas) e *Kairós* (deus das encruzilhadas, bifurcações, do ‘momento oportuno’).

ser pensado como um fluxo, porém como uma massa que se dobra e que cria novas configurações. Exemplificando, ao contrário do “rio do tempo”, o tempo rizomático assemelha-se aos estratos emaranhados da terra e seu constante remanejamento. Essa concepção pode ser facilmente visualizada no exemplo do carro e de suas múltiplas camadas contextuais, elaborado por Rago:

Procurando exemplificar essa concepção, sugere que um carro de modelo recente pode ser olhado como um agregado de soluções científicas e técnicas de épocas diferentes e que pode ser historicamente datado do período neolítico, com a invenção da roda, outras peças pertencendo a outros séculos, e assim por diante. Trata-se, então, de uma mudança de olhar que permite reativar a carga do passado que está presente no presente (Rago, 2005, p. 30-31).

Assim, a metáfora do rizoma objetiva subverter a imagem ordeira presente na metáfora arbórea. Embora conceitualmente opostos, na prática, os dois tempos ocorrem simultaneamente. Considerando que um rizoma é composto por linhas de segmentaridade e estratificação, além de linhas de fuga e desterritorialização, “existem nós de arborescência nos rizomas, empuxos rizomáticos nas raízes” (Deleuze; Guattari, 1996, p.31). Aqui, reafirma-se o novo tempo como paradoxal, no qual as metáforas de rizoma e árvore se misturam.

A velocidade é fundamental para se compreender a lógica da atualidade. Na obra de Virilio, a velocidade é o novo indicador de poder e de riqueza e faz com que os produtores de velocidade, veículos, tornem-se cada vez mais importantes. Os veículos mencionados dizem respeito tanto ao universo dos meios de transporte, quanto aos meios de comunicação. Esses últimos operam na intransponível velocidade da luz. Acerca do tempo, podemos destacar inicialmente a concepção de tempo real, engendrada por Virilio (1993). Para ele, as tecnologias causaram distorções e transtornos na percepção das distâncias, o que configura uma era de ubiquidade, transparência e instantaneidade. Tendo em vista a possibilidade de agir quase instantaneamente em lugares cada vez mais distantes fisicamente, a distância perde a relevância, ou o peso — utilizando-se da metáfora baumaniana — que possuía tradicionalmente nas relações sociais. Diante da aceleração e da instantaneidade das ações, surge uma nova forma de tempo, que é nomeada por Virilio (1993) como tempo real.

[...] o tempo real de nossas atividades imediatas, onde agimos simultaneamente aqui e agora na grade de horários da emissão televisiva,

em detrimento do aqui, ou seja, do espaço do lugar de encontro. [...] Como viver verdadeiramente se o aqui não o é mais e se tudo é agora? Como sobreviver amanhã à fusão/confusão instantânea de uma realidade que se tornou ubiqüitária se decompondo em dois tempos igualmente reais: o tempo da presença aqui e agora e aquele de uma telepresença à distância, para além do horizonte das aparências sensíveis? (Virilio, 1993, p.103).

Rosa (2019) coloca o tempo como elemento essencial para a caracterização da modernidade tardia. Ele defende que a sociedade contemporânea está ancorada em um processo dinâmico de aceleração. Conquanto a análise temporal como ansiedade tenha sido comum aos sujeitos da modernidade e pós-modernidade, a perspectiva de ambos difere, posto que o primeiro compreende o tempo pela ausência de passado, enquanto o segundo, pela ausência de futuro. Portanto, na modernidade visualiza-se um tempo sem passado, enquanto que na pós-modernidade, um tempo sem futuro. A visão de Rosa (2019) corrobora com o sublinhado na seção 3 deste trabalho, ao ratificar a valorização do tempo futuro no âmbito da modernidade. Para o autor, aquele contexto delineava-se pela perspectiva positivista que se manifestava na promessa iluminista de um futuro tecnológico libertador que, por meio da evolução científica, desvencilharia as pessoas das trevas e do misticismo. Essa busca contribuía para uma visão de futuro que projetava no imaginário humano uma representação utópica de progresso, a partir da metáfora da luz enquanto razão, em que uma sociedade mais justa libertaria o ser humano pelo esclarecimento, isto é, pela iluminação.

O teórico coloca a aceleração como fator que contribui para a “desintegração das perspectivas de tempo cotidiano, tempo bibliográfico e tempo histórico” (Rosa, 2019, p. 37) e, conseqüentemente, para a articulação de uma visão renovada do tempo. Para ele, a expectativa de que as tecnologias da informação ajudariam na execução do projeto moderno não se cumpriu. Dessa forma, o projeto da modernidade teria sido exterminado pela aceleração social. Para o autor, o primeiro eixo que compõe a aceleração social é a aceleração técnica. Essa é definida por processos direcionados a um objetivo, tais como transportes, comunicação e produção de bens e serviços. Esse tipo de aceleração modificou a forma do “estar no mundo” das pessoas, posto que tempo e espaço são separados na percepção dos sujeitos, que passam a experienciar uma diminuição do mundo. Os meios de transporte, como o avião, possibilitam o rápido percurso de qualquer distância. Ao mesmo tempo, as

conexões informacionais, como as que ocorrem na internet, garantem que diversas ações possam ser realizadas sem a necessidade de deslocamento espacial.

O segundo eixo do processo de aceleração social consiste na aceleração da mudança social, a qual se refere à velocidade das práticas e orientações da ação, de um lado, e das estruturas associativas e modelos de relações de outro. Na contemporaneidade, as taxas de prescrição de experiências e expectativas orientadoras da ação se tornam cada vez menores. O presente é restrito e curto, e o tempo é intemporal — conforme veremos mais adiante na visão de Castells (2020) — de forma que decisões sobre o ritmo, a duração, a sequência e o momento dos acontecimentos se dão concomitantemente à sua ocorrência, de modo imediato. A aceleração do ritmo da vida, terceiro eixo, está relacionada às mudanças na personalidade individual. Para Rosa (2019), existe na atualidade a sensação de que o tempo passa mais rápido ou de as pessoas estarem em um declive escorregadio — *slipping slope*. Logo, agem sob a impressão de mudança permanente e multidimensional, existindo uma exigência constante pela adaptação e atualização com o objetivo de não se tornarem anacrônicas. É como se elas corressem cada vez mais rápido, mas permanecendo nos mesmos lugares.

Sobre o tempo real, podemos constatar que ele se constitui também em um tempo eterno, visto que tem nele incutido todo o passado e futuro, sendo esses possíveis de serem acessados pelas formas de comunicação informatizadas. Castells (2020) nomeia de tempo intemporal a possibilidade de que diversas ações possam ser empreendidas instantaneamente, sem as limitações até então existentes, condicionadas tanto pelo tempo quanto pelo espaço. Castells, assim como na abordagem de tempo real de Virilio, pondera que o tempo intemporal provoca uma confusão na percepção da temporalidade na contemporaneidade, que propicia uma visão de fenômenos de modo descontínuo e aleatório. O tempo agora é entendido de maneira desconexa, em uma confusão entre passado, presente e futuro, em que o tempo se torna indiferenciado (Castells, 2020).

Exemplo do mencionado pode ser verificado em Virilio (1993), que considera que os vetores audiovisuais, como as televisões, apresentam o mundo às pessoas de modo a suprimir distâncias geográficas e justapor o passado e o futuro em um presente incessante. Virilio dispõe como a televisão, e sua transmissão ao vivo, contribui para a velocidade da informação e sua efemeridade.

[...] o calendário é composto por "comutações" de informações sem qualquer relação com o tempo real. [...] Com os meios de comunicação instantânea (satélite, TV, cabos de fibra ótica, telemática...) a chegada suplanta a partida: tudo "chega" sem que seja preciso partir. [...] duração que contribui para a instauração de um presente permanente cuja intensidade sem futuro destrói os ritmos de uma sociedade cada vez mais aviltada (Virilio, 1993, p. 10-11).

O filósofo Lévy (2010) avalia que o tempo real tem origens na informática e, por meio dela, supera as formas de temporalidade até então vigentes — circular e linear. Em síntese, para o teórico, o conhecimento está ligado ao ambiente externo humano, sendo possível apenas por meio do que intitula “tecnologias da inteligência” e das linguagens delas derivadas. Assim, as noções de temporalidade dominantes se consolidam em forma de linguagens — a escrita instaurando uma temporalidade histórica, e a oralidade instaurando uma temporalidade circular. Com o advento da tecnologia informática, Lévy (2010) argumenta que surge uma nova linguagem, portanto um novo modo de conhecer, que outorga um atributo novo ao tempo, a instantaneidade.

A noção de tempo real, inventada pelos informatas, resume bem a característica principal, o espírito da informática: a condensação no presente, na operação em andamento. O conhecimento de tipo operacional fornecido pela informática está em tempo real. Ele estaria oposto, quanto a isso, aos estilos hermenêuticos e teóricos. Por analogia com o tempo circular da oralidade primária e o tempo linear das sociedades históricas, poderíamos falar de uma espécie de implosão cronológica, de um tempo pontual instaurado pelas redes de informática (Lévy, 2010, p.116).

Dentre as teorizações contemporâneas sobre o espaço, iniciamos nossa exposição com a assertiva de Jameson (1997), que examina que a pós-modernidade é marcada essencialmente pelo questionamento sobre o espaço. Para Foucault (2001), a noção de espaço é historicamente determinada. Na era medieval, por exemplo, imperava a ideia hierárquica de lugares, que fazia predominar a noção de espaço como disposição. Ao longo da modernidade, sobressai a noção de extensão, que se baseia na compreensão fornecida por Galileu de que o espaço era infinitamente aberto. Já quanto ao espaço contemporâneo, Foucault (2001) salienta que esse é delimitado por uma rede de relações constantemente reconfigurável. Os novos tempos se caracterizam pela pressa e pela ansiedade, logo os lugares não são mais definidos pela concepção de uma prática determinada. Eles, em sua maioria, constituem-se pela possibilidade de coexistência de diversas práticas em seu interior.

A época atual seria talvez de preferência a época do espaço. Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama (Foucault, 2001, p. 411).

Antes de abordarmos a emergência de um espaço virtual ou ciberespaço, que será objeto da próxima subseção, apresentaremos algumas considerações de eminentes teóricos contemporâneos sobre o espaço. Iniciaremos com a matriz elaborada por Harvey (2012, espaço como palavra-chave), que se compõe de uma visão tripartite constituída pelas seguintes perspectivas: absoluto, relativo e relacional. O espaço absoluto é aquele abordado na primeira parte desta pesquisa, conjecturado por Newton e Descartes, fixo e representado como uma grade pré-existente e imóvel que permite padronizar medições e está aberto ao cálculo (Harvey, 2012). O autor complementa:

É o espaço primário de individuação — a *res extensa*, como afirma Descartes — e refere-se a todos os fenômenos discretos e delimitados, e do qual você e eu fazemos parte enquanto pessoas individuais. Socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas) (Harvey, 2012, p. 10).

Quanto à noção de espaço relativo, Harvey (2012) assevera que essa é associada principalmente à teoria de Einstein e às geometrias não-euclidianas que começaram a ser mais sistematicamente construídas no século XIX. Para ele,

o espaço é relativo em dois sentidos: de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem. Deste ponto de vista, é impossível compreender o espaço independentemente do tempo, e isto implica uma modificação importante na linguagem, com uma passagem do espaço e do tempo ao espaço-tempo ou espaço-temporalidade (Harvey, 2012, p. 10).

O conceito relacional de espaço é visto por Harvey (2012) como mais frequentemente associado ao filósofo Gottfried Leibniz (1646-1716), que faz objeções à visão absoluta do espaço e tempo tão central às teorias de Newton. Nessa visão relacional, não há coisas como espaço ou tempo fora dos processos que os definem, isto é, processos não ocorrem no espaço, mas definem seu próprio quadro espacial.

O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo. Esta formulação implica que, como no caso do espaço relativo, é impossível

separar espaço e tempo. Medições se tornam mais e mais problemáticas quando nos movemos em direção a um mundo de espaço-tempo relacional. Mas por que seria presumível que o espaço-tempo somente existe se é mensurável e quantificável em certas formas tradicionais? (Harvey, 2012, p.10).

O espaço então, na visão de Harvey (2012), não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas ele pode se tornar um ou outro separadamente ou simultaneamente em função de circunstâncias específicas. Ao reconhecer que o espaço pode assumir todas as condições, Harvey elabora um quadro que sintetiza sua visão tripartite concatenada com as proposições de Lefebvre de espaço percebido (as práticas espaciais), concebido (representações do espaço) e o vivido (espaço de representação):

Quadro 4 - Matriz dos possíveis significados do espaço

	Espaço material (espaço experimentado)	Representações do espaço (conceitualizado)	Espaços de representação (espaço vivido)
Espaço absoluto	Muros, pontes, portas, edifícios, cidades, montanhas, continentes, extensões de água, marcadores territoriais, fronteiras e barreiras físicas.	Mapas cadastrais e administrativos, geometria euclidiana, descrição de paisagem, localização, arranjo e posição. Newton e Descartes	Sentimentos de satisfação, de segurança, de insegurança, de medo, de poder, de dominação em relação aos espaços
Espaço (tempo) relativo	Circulação e fluxo de energia, água, ar, mercadorias, povos, informação, dinheiro, capital, acelerações na fricção da distância	Cartas temáticas e topológicas, geometria e topologia não euclidianas, desenhos de perspectivas, metáforas de saberes localizados. Einstein e Riemann	Ansiedade por não chegar na aula no horário, frustração num engarrafamento, tensões ou divertimentos resultantes da compressão espaço-tempo da velocidade, do movimento

Espaço (tempo) relacional	Fluxos e campos de energia eletromagnéticas, relações sociais, sons, odores e sensações trazidas pelo vento	Surrealismo, existencialismo, psicogeografias, ciberespaço, metáforas de incorporação de forças e de poderes. Leibniz, Whitehead, Deleuze, Benjamin	Visões, fantasmas, desejos, frustrações, lembranças, sonhos, fantasmas, estados psíquicos (e: agorafobia, vertigem, claustrofobia)
--	---	---	--

Fonte: Harvey (2012, p.21-22).

Partindo da premissa de que espaço e tempo estão interligados na natureza e na sociedade, Castells analisa o significado social do espaço e do tempo. Para ele, “o espaço organiza o tempo na sociedade em rede” (Castells, 2020, p. 463). No contexto da sociedade em rede é o espaço — que não é mais apenas físico, mas de fluxos — que passa a organizar o tempo. A partir disso, o teórico detecta uma oposição entre o novo espaço de fluxos e o espaço físico de lugares que historicamente assentou a experiência social. O espaço de fluxos consiste na

organização material de práticas sociais de tempo compartilhado, que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos entendem-se as sequências intencionais, repetitivas, e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade (Castells, 2020, p. 494).

Portanto, para Castells (2020) a sociedade contemporânea está edificada em torno de fluxos: de capital, da informação, da tecnologia, de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos. Os fluxos correspondem à expressão dos processos que dominam a vida econômica, política e simbólica, e não a representação de apenas um dos elementos da organização social. O espaço de fluxos pode ser descrito pela combinação de, pelo menos, três camadas de suportes materiais:

- a primeira é constituída por um circuito de impulsos eletrônicos — microeletrônica, telecomunicações, processamento computacional, sistemas de transmissão, transporte em alta velocidade. Tal camada é responsável pelo suporte físico e material das práticas simultâneas, constituindo a infraestrutura tecnológica que constrói a rede, sendo

responsável pela definição do novo espaço. Realizando uma analogia, as redes funcionam como as ferrovias e rodovias e definem as futuras “regiões econômicas”;

- a segunda camada do espaço de fluxos é constituída de nós — centros de importantes funções estratégicas — e do centro de comunicação. Essa camada objetiva conectar diversos lugares possuidores de atividades em comum; e
- por fim, a terceira camada diz respeito à organização espacial das elites gerenciais dominantes que exercem as funções direcionais em torno das quais o espaço de fluxos é articulado.

Esse novo espaço de fluxos, característico da sociedade em rede, contribui significativamente para a fragmentação do tempo — considerado linear, irreversível, mensurável e previsível no bojo da modernidade —, e é conceituado por Castells (2020) como “tempo intemporal”. Para ele, esse “ocorre quando as características de um dado contexto, ou seja, o paradigma informacional e a sociedade em rede causam confusão sistêmica na ordem sequencial dos fenômenos sucedidos naquele contexto” (Castells, 2020, p. 543) e acrescenta:

[...] não estamos apenas testemunhando a relativização do tempo de acordo com os contextos sociais ou, de forma alternativa, o retorno à reversibilidade temporal, como se a realidade pudesse ser inteiramente captada em mitos cíclicos. A transformação é mais profunda: é a mistura de tempos para criar um universo eterno que não se expande sozinho, mas que se mantém por si só, não cíclico, mas aleatório, não recursivo, mas incursor: tempo intemporal, utilizando a tecnologia para fugir dos contextos de sua existência e para apropriar, de maneira seletiva, qualquer valor que cada contexto possa oferecer ao presente eterno (Castells, 2020, p. 516).

O aperfeiçoamento da comunicação no decorrer do século XXI atinge um estado de conexão da sociedade em uma rede interligada de comunicação — escrita, oral e audiovisual — que passa a ser mediada por computadores e proporciona o surgimento de uma “cultura de virtualidade real”. Essa se caracteriza pelo sincronismo de textos, imagens e sons em um mesmo meio comunicativo, com possibilidade de interação entre as pessoas a partir de diversas fontes em tempo real.

Por outro lado, o novo sistema de comunicação transforma radicalmente o espaço e o tempo, as dimensões fundamentais da vida humana. Localidades ficam despojadas de seu sentido cultural, histórico e geográfico e reintegram-

se em redes funcionais ou em colagens de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares. O tempo é apagado no novo sistema de comunicação já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir entre si na mesma mensagem. O espaço de fluxos e o tempo intemporal são as bases principais de uma nova cultura, que transcende e inclui a diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos: a cultura da virtualidade real, onde o faz-de-conta vai se tornando realidade (Castells, 2020, p. 458).

No que se refere ao espaço virtual, teceremos algumas considerações iniciais antes de abordarmos questões técnicas inerentes às tecnologias da informação e comunicação, que reservaremos à subseção seguinte. De início, verificamos, em Levy (2011), que o termo virtual por si só é fonte de muitas controvérsias quanto ao seu entendimento. No uso corrente, por exemplo, o termo é muitas vezes empregado no sentido de representar irrealidade, algo que não existe no mundo material, ao passo que a realidade demanda uma efetivação material, uma presença tangível. Entretanto, no debate filosófico, o virtual pode ser compreendido como algo potencial, isto é, algo ainda não realizado. Essa concepção deriva da filosofia aristotélica, que trata o virtual como uma acepção alternativa para o potencial. Em suma, nesse prisma, a distinção básica entre virtual e real consiste no fato de o virtual se referir a uma potencialidade, e o real a uma atualidade. O real já é, ao passo que o virtual pode vir a ser. Para Lévy (1999, p. 47), “virtualidade e atualidade seriam apenas dois modos diferentes de realidade, diferenciados apenas pela atualização, ou não, da potencialidade”.

Utilizando-nos da abordagem que relaciona atualização e virtualização, podemos compreender a atualização como “a solução de um problema, uma solução que não estava contida previamente no enunciado” (Lévy, 2011, p.16) O atual consiste em criação a partir de uma dinâmica. Já a virtualização é o processo inverso da atualização. Logo, não se trata de uma desrealização, mas de uma mudança de identidade do real. Quando algo é virtualizado, esse algo é desterritorializado e, embora ainda dependa de algum suporte físico, já não se vincula a uma abordagem de tempo e espaço tradicional, isto é, “do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário” (Lévy, 2011, p. 21). A virtualização faz o espaço e o tempo “tomarem a tangente”, uma vez que, tanto um como o outro, são recortados “apenas aqui e ali, escapando a seus lugares comuns 'realistas'”, pois estão possibilitando recursos tais como “ubiquidade, simultaneidade, distribuição

irradiada ou massivamente paralela" (Lévy, 2011, p. 21). Ademais, prossegue o teórico, a "narrativa clássica" é submetida a uma "prova rude", já que a virtualização promove:

[...] unidade de tempo sem unidade de lugar (graças às interações em tempo real por redes eletrônicas, às transmissões ao vivo, aos sistemas de telepresença), continuidade de ação apesar de uma duração descontínua (como na comunicação por secretária eletrônica ou por correio eletrônico). A sincronização substitui a unidade de lugar, e a interconexão, a unidade de tempo (Lévy, 2011, p. 21).

E mesmo que o que é virtual não ocupe nenhum lugar, ele gera efeitos reais. Novamente, frisamos que a virtualização não implica desrealização, pois muitos dos atos produzidos por seus mecanismos são fatos sociais concretos, cujos efeitos são repercutidos na realidade. Portanto, tais ações não dizem respeito ao reino do imaginário, não desaparecem do universo das ações sociais tão logo sejam desligados os mecanismos tecnológicos que permitiram sua existência "virtual".

Mas [...] nem por isso o virtual é imaginário. Ele produz efeitos. Embora não se saiba onde, a conversação telefônica tem 'lugar' [...]. Embora não se saiba quando, comunicamo-nos efetivamente por réplicas interpostas na secretária eletrônica. Os operadores mais desterritorializados, mais desatrelados de um enraizamento espaço-temporal preciso, os coletivos mais virtualizados e virtualizantes do mundo contemporâneo são os da tecnologia, das finanças e dos meios de comunicação. São também os que estruturam a realidade social com mais força, e até com mais violência (Lévy, 2011, p. 21).

Para Lévy (2011), além da desterritorialização — o desprendimento do aqui e do agora — a virtualização apresenta outra característica: a passagem do interior ao exterior e do exterior ao interior. O efeito *moebius*, tal qual intitulado pelo autor, faz com que os limites entre privado e público, próprio e comum, subjetivo e objetivo, mapa e território etc. deixem de estar claros.

As coisas só têm limites no real. A virtualização, passagem problemática, deslocamento do ser para a questão, algo que necessariamente põe em causa a identidade clássica, pensamento apoiado em definições, determinações, exclusões, inclusões e terceiros excluídos. Por isso a virtualização é sempre heterogênea, devir outro, processo de acolhimento da alteridade (Lévy, 2011, p. 25).

Sobre o espaço na contemporaneidade, concluímos que, diante de um processo crescente de virtualização na contemporaneidade, a emergência de lugares desterritorializados e independentes de espaços físicos expande-se sobremaneira. A

despeito de serem espaços reais, na medida em que agregam símbolos e significados compartilhados, são virtuais pois os habitantes dessas localidades não estão presentes em um mesmo espaço físico. O ciberespaço⁹⁶ é esse novo espaço virtual, e, nele, novas formas de sociabilidade permitem a formação de novos lugares.

Finalizando nossa investigação, desvendamos avanços notáveis nas concepções de espaço e tempo, que culminam nas complexidades inerentes à contemporaneidade. A transição do entendimento do tempo, desde uma percepção cíclica na Grécia Antiga para uma linearidade cristã e, mais tarde, para um tempo moderno objetificado, ilustra como estas noções foram constantemente reconfiguradas em resposta às mudanças culturais, científicas e econômicas. Esses avanços alcançam um ponto crítico com as contribuições de Einstein, cujas teorias revolucionárias desafiaram as concepções newtonianas de absolutismo, introduzindo a relatividade no coração da compreensão científica do tempo e do espaço.

Na contemporaneidade, marcada por uma aceleração frenética e uma compressão espaço-temporal, observamos uma nova fase de ruptura. Teóricos como David Harvey (2012) e Anthony Giddens (1991) articulam como os ritmos espaciais e temporais são reorganizados sob a influência do capitalismo, desafiando as noções tradicionais de distância e duração. A ideia de progresso linear e contínuo é questionada, dando lugar a uma busca por novas interpretações do tempo e do espaço, que transcendem os modelos anteriores. A condição pós-moderna, descrita por Lipovetsky (2004), reflete uma “destemporalização”, em que o presente se alonga e as noções de imediaticidade e descartabilidade predominam. A era da ubiquidade, transparência e instantaneidade, trazida pelas TICs, desafia as noções tradicionais de distância e duração, como discutido por Virilio (1993). Hartmund Rosa (2019) adiciona à discussão a ideia de uma aceleração social, transformando profundamente a experiência individual e coletiva do tempo.

Simultaneamente, a nossa apreciação revelou uma transformação profunda na percepção do espaço. A visão de Foucault (2001) do espaço como historicamente determinado e a concepção tripartite de Harvey (2012) — espaço absoluto, relativo e relacional — demonstram a diversidade de experiências espaciais. A ideia do "espaço

⁹⁶ O termo ciberespaço aparece pela primeira vez no conto *Burning Chrome* (1982), popularizado no romance *Neuromancer* (1984), ambos de autoria do canadense William Gibson.

de fluxos" de Castells (2020), característica da sociedade em rede, reconfigura tanto o espaço quanto o tempo, levando à noção de "tempo intemporal", onde passado, presente e futuro interagem de forma aleatória e descontínua. No que tange ao tempo, Bergson (2006) introduz a ideia de "duração", enfatizando a experiência pessoal e a continuidade indivisível do tempo. Esta visão é aprofundada por Deleuze (1999), que propõe um tempo caracterizado por "saltos, acelerações, rupturas e diminuições de velocidades", formando um "tempo redemoinho", repleto de variações e inconsistências. Deleuze e Guattari (1996), com a metáfora do rizoma, expandem essa visão, opondo-se ao tempo linear e arborescente, com uma concepção de tempo rizomático, na qual não há início nem fim definidos, mas um emaranhado de possibilidades e conexões. Lévy (2010) aborda o espaço virtual e a natureza paradoxal do virtual, que produz efeitos reais, apesar de sua falta de presença física. A virtualização transforma a identidade do real, permitindo que espaço e tempo "tomem a tangente", e conduz à emergência de lugares desterritorializados e independentes de espaços físicos.

Em suma, a contemporaneidade testemunha uma transformação profunda nas concepções de espaço e tempo. O espaço, uma vez estático e bem definido, torna-se um domínio fluido e dinâmico, influenciado por tecnologias e redes de comunicação. O tempo, outrora uma sequência ordenada e previsível, agora é um campo de possibilidades e conexões dinâmicas. A contemporaneidade representa, portanto, uma ruptura com o passado e uma oportunidade para a reinvenção e reconfiguração dessas noções essenciais, visando compreender e navegar em um mundo cada vez mais complexo e interligado.

5.5. Novas tecnologias e experimentações espaço-temporais

O final do século XX pode ser apontado como perfeito exemplar das profundas transformações que alteraram o perfil da economia mundial e apresentaram mudanças significativas na configuração política dos Estados e nas formas de sociabilidade contemporâneas. Uma perspectiva de narração dessas atuais transformações da sociedade se baseia no exame dos fluxos e tecnologias de informação, mais complexos e ubíquos, que compõem o que uma vertente de teóricos

entende como sociedade da informação, do conhecimento ou em rede. Castells caracteriza a nova estrutura social, sobretudo pelo prisma da economia, pela emergência de um modo de desenvolvimento informacional, global e em rede:

É *informacional* porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É *global* porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como as suas componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia, mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É *rede* porque, nas novas condições históricas a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. Essa nova economia surgiu no último quartel do século XX por que a revolução da tecnologia da informação forneceu a base material indispensável para sua criação (Castells, 2020, p. 135).

A dissolução das barreiras que circundavam as noções estabelecidas de espacialidade e de temporalidade, característica determinante da sociedade contemporânea, tem muito a ver com a emergência das novas tecnologias da informação e comunicação. Segundo Castells (2020, p. 513), “[...] a transformação do tempo sob o paradigma da tecnologia da informação, delineado pelas práticas sociais, é um dos fundamentos de nossa nova sociedade, irremediavelmente ligada ao surgimento do espaço de fluxos”. No mesmo sentido, Lemos acentua que:

Na pós-modernidade, o sentimento de compressão do espaço e do tempo onde o tempo real (imediato) e as redes telemáticas desterritorializam (desespacializam) a cultura, tendo um forte impacto nas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais. O tempo é, assim, um modo de aniquilar o espaço (Lemos, 2015, p. 72).

Uma nova perspectiva de compreensão de espaço ocasionada pela tecnologia digital também é defendida por Lemos. Para ele, o aspecto linear do tempo cronológico e a noção de espaço físico tradicional são postos em discussão, fazendo surgir uma nova abordagem que é impulsionada por meio do “[...] surgimento da tecnologia digital, permitindo escapar do tempo linear e do espaço geográfico. Entram em jogo a telepresença, os mundos virtuais, o tempo instantâneo, a abolição do espaço físico, em suma, todos os poderes de transcendência e de controle simbólico do espaço e do tempo” (Lemos, 2015, p. 53).

Essa nova configuração tem como principal representante o espaço não físico propiciado pela rede de computadores: o ciberespaço. Segundo Lévy, o ciberespaço

é definido como o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores” (Lévy, 1999, p. 92). Para ele, dois princípios básicos orientam o seu crescimento. O primeiro é o da interconexão, que significa que cada computador ou aparelho interconectado por meio de um endereço permite a recepção e o envio de informações entre si em um fluxo contínuo de trocas sem fronteiras. O segundo se impõe a partir do desenvolvimento de comunidades virtuais que se constroem sobre “afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação, tudo isso independente das proximidades geográficas e das filiações institucionais” (Lévy, 1999, p.127).

Wertheim (2001) trata o ciberespaço como um espaço novo e enigmático que tem sua expansão constante e exponencial, o qual possui as seguintes características:

[...] esse novo espaço digital está além do espaço que a física descreve, pois o ciberespaço não é feito de forças e partículas físicas, mas de *bits* e *bytes*. Esses pacotes de dados são o fundamento ontológico do ciberespaço, as sementes das quais o fenômeno global ‘emerge’. A afirmação de que o ciberespaço não é feito de partículas e forças físicas pode ser óbvia, mas é também revolucionária. Por não estar ontologicamente enraizado nesse fenômeno, o ciberespaço não está sujeito às leis da física e, portanto, não está preso pelas limitações dessas leis. Em particular, esse novo espaço não está contido em nenhum complexo hiperespacial dos físicos. Seja qual for o número de dimensões que os físicos acrescentem às suas equações, o ciberespaço continuará ‘fora’ de todas elas. Com o ciberespaço, descobre-se um ‘lugar’ além do hiperespaço (Wertheim, 2001, p. 107).

Verificamos que a internet viabiliza a criação do espaço cibernético, cuja característica principal é a de consistir em uma entidade desterritorializada, fazendo com que a informação circule de modo a não se circunscrever a limites geográficos. O ciberespaço, ao tornar possível uma combinação flexível de diversos modos de comunicação, apresenta uma nova leitura do processo comunicacional. Segundo Lévy (1999, p.127), os veículos da informação já não estariam no espaço, mas, por meio de uma espécie de reviravolta topológica, todo o espaço se transformaria em canal interativo. Logo, constata-se que, nesse domínio, o processo informativo é acelerado e sobrepuja as barreiras espaciais que antes limitavam a livre circulação de informações.

Lévy (1999) define o ciberespaço como um “não-lugar”, visto que esse ambiente se configura como um espaço não físico, onde as redes de comunicação que se instituem são invisíveis. Os indivíduos que percorrem com bastante facilidade

as diversas redes que constituem esse espaço cibernético são transformados, segundo Lévy (1999) e Bauman (1998), em um novo tipo de nômade. Nesse contexto, o uso de instrumentos tecnológicos de função comunicacional, sobretudo do computador pessoal, permite uma inter-relação humana de um modo marcadamente virtual, uma conexão humana e planetária que cria um contexto social nunca experimentado.

Com a ligação à internet, as noções de espaço e de tempo passam por profundas alterações, visto que, de acordo com Lévy (1999), uma das principais modalidades da virtualização, que é a separação do aqui e do agora, se concretiza. A popularização da internet também contribuiu massivamente para o compartilhamento interativo de informações em uma rede multidirecional, diferentemente do modelo de comunicação característico das televisões, que se baseava na transmissão unidirecional de informações por parte de uma fonte em direção a aparelhos receptores. Agora, de acordo com Lemos (2015, p. 114), “o ciberespaço fez com que qualquer um possa não só ser consumidor, mas também produtor de informação, emissor”.

Desse modo, o ciberespaço afigura-se como um espaço “sem dimensões, um universo de informações navegável de forma instantânea e reversível. Ele é, dessa forma, um espaço mágico, caracterizado pela ubiquidade, pelo tempo real e pelo espaço não físico” (Lemos, 2015, p. 137). Em seu interior, vemos uma modificação substancial de alguns valores pertinentes à compreensão de espaço privado e espaço público. Como exemplo, com base em Lemos (2015), podemos assinalar a possibilidade de comunicação de voz, imagens e sons, simultaneamente. No caso da utilização de uma *webcam*, pode-se verificar a inversão da lógica dos espaços: um espaço privado, que pode ser um cômodo de uma residência, pode ser tornado público por meio das imagens transmitidas pela câmera. Paralelamente, o espaço público também pode se tornar privado. Podemos, com o intuito de ilustrar o disposto, trazer de volta ao debate a abordagem de Deleuze (1992) sobre o que ele entende como “sociedade de controle”. Nesse aspecto, ressaltamos a possibilidade de controle de informações por meio de vigilância — policial ou comercial — do espaço privado.

Ainda de acordo com Lemos (2015), podemos sobrelevar que o entendimento do espaço no ciberespaço sofre alterações ocasionadas pela ausência de dimensões e pela possibilidade de reversibilidade na navegação. Nesse segundo caso, verifica-

se que os caminhos podem ser refeitos e revertidos de modo instantâneo, em tempo real. Quando Lemos (2015) reputa ao ciberespaço a qualidade de espaço mágico, podemos verificar um retorno à magia pertinente às mitologias e aos ritos da antiguidade — que se perdeu na modernidade, muito em função do emprego do método racional e da busca contínua pela objetividade. No ciberespaço, há lugar para o mítico, o simbólico e a imaginação, posto que o homem é capaz de criar um espaço em que ele possa determinar condições ideais para sua permanência. O acesso a ele, por exemplo, pode ser contemplado como um rito de passagem. Para Negroponte (1995), o momento em que um indivíduo liga o seu computador pessoal e se conecta a esse espaço é, claramente, representativo de uma passagem do átomo ao bit, do espaço físico ao espaço virtual ou digital, da modernidade à pós-modernidade. A tela do computador passa a constituir a única fronteira que separa o indivíduo desse espaço simbólico.

Como forma de clarificar aspectos que sintetizam a relação entre a revolução tecnológica contemporânea e as dimensões de espaço e tempo, julgamos relevante apresentar um quadro comparativo (Quadro 5), elaborado por Levy (2010), que apresenta as características do que ele entende como as três tecnologias intelectuais, possibilitadas por se constituírem como importantes instrumentos de memória e de propagação de representações — linguagem oral, escrita e informática. O autor se refere a elas como os três polos do espírito. Podemos constatar que esses polos têm seu surgimento e maior significância nas eras que marcam a divisão consagrada da história — antiguidade, modernidade e contemporaneidade. Entretanto, na visão do autor, a utilização dos polos mostra-se mais adequada, pois eles não correspondem a épocas, instantes ou lugares determinados e, atualmente, coexistem de forma simultânea, mas com intensidade variável. Logo, verifica-se que as tecnologias não são permutáveis entre si, nem substituídas umas pelas outras, visto que “a sucessão da oralidade, da escrita e da informática como modos fundamentais de gestão social do conhecimento não se dá por simples substituição, mas antes por complexificação e deslocamento de centros de gravidade” (Lévy, 2010, p. 10).

Quadro 5 - Os três polos do espírito

	POLO DA ORALIDADE PRIMÁRIA	POLO DA ESCRITA	POLO INFORMÁTICO-MEDIÁTICO
<i>Figuras do tempo</i>	Círculos.	Linhas.	Segmentos, pontos.
<i>Dinâmica cronológica</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Horizonte do eterno retorno. – Devir sem referencial nem vestígio. 	<ul style="list-style-type: none"> – História, na perspectiva de uma realização. – Vestígios, acumulação. 	<ul style="list-style-type: none"> – Velocidade pura sem horizonte. – Pluralidade de devires imediatos (a dinâmica fundamental do polo informático-mediático permanece parcialmente indeterminada).
<i>Referencial temporal da ação e de seus efeitos</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Inscrição em uma continuidade imemorial. – Imediatez. 	<ul style="list-style-type: none"> – Retardo, ato de diferir. – Inscrição do tempo, com todos os riscos que isto implica. 	<ul style="list-style-type: none"> – Tempo real. – A imediatez estendeu seu campo de ação e de retroação à medida da rede informático-mediática.
<i>Pragmática da comunicação</i>	Os parceiros da comunicação encontram-se mergulhados nas mesmas circunstâncias e compartilham hipertextos próximos.	A distância entre os hipertextos do autor e do leitor pode ser muito grande. Distó resulta uma pressão em direção à universalidade e à objetividade por parte do emissor, assim como a necessidade de uma atividade interpretativa explícita por parte do receptor.	Conectados à rede informático-mediática, os atores da comunicação dividem cada vez mais um mesmo hipertexto. A pressão em direção à objetividade e à universalidade diminui, as mensagens são cada vez menos produzidas de forma a durarem.
<i>Distância do indivíduo em relação à memória social</i>	A memória encontra-se encarnada em pessoas vivas e em grupos atuantes.	A memória está semi-objetivada no escrito: <ul style="list-style-type: none"> – possibilidade de uma crítica ligada a uma separação parcial do indivíduo e do saber; – exigência de verdade ligada à identificação parcial do indivíduo e do saber. 	A memória social (em permanente transformação) encontra-se quase que totalmente objetivada em dispositivos técnicos: declínio da verdade e da crítica.
<i>Formas canônicas do saber</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Narrativa. – Rito. 	<ul style="list-style-type: none"> – Teoria (explicação, fundação, exposição, sistemática). – Interpretação. 	<ul style="list-style-type: none"> – Modelização operacional ou de previsão. – Simulação.
<i>Crítérios dominantes</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Permanência ou conservação. – Significação (com toda a dimensão emocional deste termo). 	Verdade, de acordo com as modalidades da: <ul style="list-style-type: none"> – crítica; – objetividade; – universalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> – Eficácia. – Pertinência local. – Mudanças, novidade.

Fonte: Lévy (2010, p. 129).

Do quadro apresentado, podemos realizar inferências que nos permitem cotejar aspectos relativos à disposição de informações no ciberespaço frente aos textos

característicos da modernidade. Nesta, vemos sobressair o texto escrito e registrado em algum suporte material. Santaella (2003) considera que, na modernidade, imperou a cultura impressa, em que o sujeito era constituído por uma identidade fixa e estável, além de se separar definitivamente do texto produzido.

A teoria iluminista do indivíduo racional e autônomo derivou muito de suas bases da prática da leitura da página impressa. A materialidade espacial da impressão, a disposição linear das sentenças, a estabilidade das letras no papel, o espaçamento ordenado, sistemático das letras negras sobre o fundo branco permitem ao leitor se distanciar do autor, promovendo uma ideologia do indivíduo crítico que pensa isoladamente das dependências religiosas e políticas (Santaella, 2003, p. 126)

Com a emergência da informática e com a disseminação do ciberespaço, passou a se popularizar na contemporaneidade, o hipertexto⁹⁷. Aqui, novamente, podemos utilizar como recurso de elucidação a metáfora do rizoma de Deleuze e Guattari (1996). Para Lévy, a forma de produção de conhecimento no cerne do polo informático-mediático, diferentemente do predominante no polo da escrita, passa para uma lógica propriamente rizomática:

Na web, tudo se encontra no mesmo plano. E, no entanto, tudo é diferenciado. Não há hierarquia absoluta, mas cada site é um agente de seleção, de bifurcação ou de hierarquização parcial. Longe de ser uma massa amorfa, a web articula uma multiplicidade aberta de pontos de vista, mas essa articulação é feita transversalmente, em rizoma, sem o ponto de vista de Deus, sem uma unificação sobrejacente (Lévy, 1999, 160).

As seis características fundamentais do hipertexto, propostas por Lévy (2010), nos auxiliam no apontamento de outros aspectos espaciais relativos ao espaço virtual.

São estas:

- Metamorfose: seus contornos estão em constante construção e renegociação;
- Heterogeneidade: seus nós são formados por textos, imagens, sons e vídeos;

⁹⁷ Salientamos que a ideia de hipertexto é anterior à existência da internet. Criado por Theodor Nelson, nos anos de 1960, é usado para designar uma escritura não-sequencial e não-linear, que possibilita ao leitor escolher dentre diversos caminhos de leitura por meio de associações (*links*). Trata-se de uma navegação em acordo com os assuntos do interesse do leitor, a qual caminha de forma original na soma das informações (Lévy, 2010).

- Multiplicidade e encaixe de escalas: seus nós ou conexões podem revelar-se compostos por uma rede completa de outros nós e conexões, indefinidamente, organizando-se em uma estrutura fractal;
- Exterioridade: o crescimento e a diminuição da rede, bem como sua composição e decomposição, dependem de um exterior indeterminado que intervêm constantemente elementos novos e que a ela não pertenciam anteriormente;
- Topologia: seu funcionamento se dá por proximidade, fazendo com que o curso dos fenômenos seja uma questão de caminhos. Logo não existe espaço universal homogêneo, visto que a rede não se situa no espaço, ela é o espaço;
- Mobilidade dos centros: a rede não possui centro único, mas sim permanentemente vários centros, que arrastam em torno de sim infinitos rizomas.

Ramal (2002) considera que a verdadeira subversividade do hipertexto acontece na relação entre mensagem, espaço e tempo. Na visão da autora, a oralidade, que se singulariza pelos fatores presencial e sincrônico, distingue-se da escrita, que se caracteriza pela permanência assincrônica. Já “a comunicação via Internet inaugura um outro tipo de mensagem que mescla elementos do oral e do escrito e ocorre em tempo real” (Ramal, 2002, p. 175). De acordo com Santaella (2004), em vez de um fluxo linear de texto, como é característico na linguagem verbal impressa, o hipertexto desintegra essa linearidade em fragmentos de informação. Sua estrutura de nós e conexões reflete essa condição.

[...] Os nós são as unidades básicas de informação em um hipertexto. [...] consistem em gral daquilo que cabe em uma tela. [...] um outro tijolo básico da construção hipermediática está nos nexos e conexões. [...] o propósito básico desse sistema é conectar um nó ao outro [...]. São essas conexões, geralmente ativadas por meio de um *mouse*, que permitem ao leitor da hipermídia mover-se através do documento, descobrindo e seguindo pistas que são deixadas em cada nó. Basta o instantâneo de um *click* para que, em um piscar de olhos, o leitor salte de um nó para outro (Santaella, 2004, p. 49-50).

Constatamos que a não-linearidade é aspecto marcante das tecnologias digitais. Sobre o tempo, verificamos em McLuhan (2005), que cada nova tecnologia

reconfigura nossa vida sensorial. A materialidade das tecnologias influencia nossa sensorialidade e a própria modulação do tempo. A chegada das tecnologias digitais, sem dúvida, rearranjou nossos padrões de percepção e de sociabilidade, construindo um novo modelo de subjetividade e redefinindo nosso aparelho sensorial. Por tecnologias digitais entendemos aqui toda tecnologia que tem como base a digitalização de dados, ou seja, a transformação de qualquer informação (texto, som, imagem fixa ou em movimento, gráfico, ilustração etc.) em linguagem binária, por meio da codificação 0 e 1. Portanto, ao mencionar essa expressão, referimo-nos a um conjunto variado de dispositivos digitais, que inclui a Internet e a Web, celulares, aparelhos de CD, DVD, MP3, MP4, smartphones, instrumentos de localização geográfica, entre outros.

Segundo Virilio (1993), o regime temporal típico da sociedade pós-industrial, que se estabelece sobre o domínio do denominado tempo real dos sistemas informacionais, é o eterno presente. Além de Virilio, Santos (2004) compreende o tempo real como fundamental para o entendimento da relação entre tecnologia e regimes temporais:

Base da telemática e da teleinformática, o computador é símbolo deste período histórico. Através dele, são unificados os processos produtivos e tanto é possível adotar uma subdivisão extrema do tempo, como utilizá-lo de modo absolutamente rigoroso. O relógio de Taylor torna-se muito mais preciso. É a partir do computador que a noção de tempo real, um dos motores fundamentais da nossa era, torna-se historicamente operante. Graças, exatamente, à construção técnica e social desse tempo real é que vivemos uma instantaneidade percebida, uma simultaneidade dos instantes, uma convergência dos momentos (Santos, 2004, p. 185).

Harvey (1999) corrobora com a visão de Virilio, ao afirmar que vivenciamos uma preponderância do tempo presente, em detrimento do passado e do futuro. O autor complementa:

Podemos vincular a dimensão esquizofrênica da pós-modernidade que Jameson destaca com acelerações dos tempos de giro na produção, na troca de consumo, que produzem, por assim dizer, a perda de um sentido do futuro, exceto e na medida em que o futuro possa ser descontado do presente. A volatilidade e efemeridade também tornam difícil manter qualquer sentido firme de continuidade. A experiência passada é comprimida em algum presente avassalador (Harvey, 1999, p. 29).

Encerrando, o final do século XX assinala um marco histórico nas transformações globais, delineando uma nova era na economia, política e

sociabilidade mundial. Esta transição, profundamente influenciada pela emergência da sociedade da informação, do conhecimento ou em rede, é caracterizada por uma interconexão global e uma economia informacional, como apontado por Castells (2020). Esta nova ordem global transformou as estruturas de produção e competitividade e reformulou as relações sociais e políticas. A capacidade de gerar, processar e aplicar informações de maneira eficiente tornou-se a pedra angular do desenvolvimento econômico e do poder global. Neste contexto, o papel das TICs é central, servindo como alicerce material para a criação de uma sociedade cada vez mais interligada e dependente do fluxo contínuo de informações. Este cenário globalizado e informatizado marca uma ruptura definitiva com as estruturas tradicionais, levando à reconfiguração de antigas noções de fronteiras e limites, tanto geográficos quanto conceituais.

Prosseguindo, a redefinição de espaço e tempo, impulsionada pelas novas TICs, constitui um dos aspectos mais revolucionários da sociedade contemporânea. A dissolução das barreiras espaciais e temporais tradicionais, conforme descrito por Lemos (2015) e outros teóricos, resultou em uma compressão significativa do espaço e do tempo, afetando diretamente as estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais. O ciberespaço emerge como um conceito chave neste contexto, definido por Lévy (1999) como um espaço de comunicação não-físico, transcendendo as limitações das leis da física. Este novo domínio, caracterizado pela interconexão e pela formação de comunidades virtuais, permite uma flexibilidade sem precedentes na troca de informações e na construção de relações sociais. A natureza intangível e a dinâmica não-linear do ciberespaço refletem uma nova realidade em que o espaço físico tradicional e o tempo cronológico são reimaginados, dando lugar a formas de interação e comunicação anteriormente inimagináveis.

Concluindo, a ascensão do ciberespaço e a proliferação de tecnologias digitais remodelaram profundamente a dinâmica social da era contemporânea. As inovações no campo da informática e a ubiquidade da internet transformaram o modo como as informações são produzidas, disseminadas e consumidas, alterando as noções tradicionais de espaço e tempo. O hipertexto, como assinalado por Lévy (1999), exemplifica essa mudança, apresentando uma ruptura com a linearidade e a permanência do texto escrito, característico da modernidade. No ciberespaço, a informação é fluida, dinâmica e interconectada, refletindo uma multiplicidade de

perspectivas e uma estrutura em rede que desafia as noções convencionais de autoridade e centralidade. Este espaço digital, descrito por alguns como “mágico”, reconfigura a compreensão do público e do privado, expandindo as possibilidades de comunicação e interação humana. A sociedade contemporânea, portanto, testemunha um deslocamento paradigmático — do átomo ao *bit*, do físico ao virtual — redefinindo a experiência humana em um mundo cada vez mais mediado pela tecnologia.

6. REFERENCIAIS NECESSÁRIOS À REINTERPRETAÇÃO DE METANARRATIVAS E FUNDAMENTOS DA ARQUIVOLOGIA: RUMO À FORMULAÇÃO DE NOVAS REGRAS

6.1. O multiverso arquivístico: a convergência de saberes

Nesta subseção, exploraremos a ideia de multiverso arquivístico adotando as perspectivas contemporâneas engendradas ao longo da segunda parte deste trabalho, integrando o referencial pautado em uma ecologia de saberes (Santos, 2007) e no pensamento complexo (Morin, 2015). Conforme disposto no preâmbulo desta tese, partimos do princípio de que a arquivologia é um campo disciplinar dinâmico, caracterizado por uma diversidade de ideias e práticas que coexistem, emergem e se enriquecem mutuamente. Em meio à contemporaneidade, marcada por desafios globais e mudanças tecnológicas aceleradas, o multiverso arquivístico se apresenta como uma resposta crítica aos modelos positivistas e cientificistas da modernidade, propondo uma abordagem mais holística e inclusiva para o entendimento da gestão de documentos e de arquivos em um contexto cada vez mais complexo e diverso.

Contrapondo-se à rigidez dos referenciais modernos, o multiverso arquivístico se alinha com uma visão mais fluida e adaptável da arquivologia. Gilliland (2017a) argumenta que

este paradigma fornece uma base para comunicação e padronização entre as comunidades arquivísticas e de *recordkeeping* em todo o mundo e serve como sua representação epistemológica quando interage com outros campos que compartilham interesses ou objetivos comuns. O benefício de ter tal paradigma é que ele permite que um campo declare o que é e o que não é, bem como quais são e não são seus principais objetos de preocupação, a fim de demarcar o domínio profissional e a expertise (Gilliland, 2017, p. 49, tradução nossa).

No contexto contemporâneo, no qual a globalização e a transformação digital remodelam a forma como interagimos com informações e memórias, o multiverso arquivístico oferece uma perspectiva renovada. Longe de ser uma mera coleção de métodos e práticas, ele se apresenta como um convite para repensar e reavaliar as práticas arquivísticas à luz das realidades sociais e culturais em constante mudança. A abordagem de Gilliland (2017a) desafia a arquivologia a se abrir para novas formas

de conhecimento e compreensão, indo além dos limites estabelecidos pela modernidade e seu enfoque na cientificidade e positivismo.

Portanto, esta subseção visa explorar a aplicabilidade do multiverso arquivístico não somente como uma ideia teórica, mas como uma prática tangível e dinâmica que esteja em harmonia com as exigências e a realidade do mundo atual. Com essa abordagem, pretende-se construir uma conexão entre o legado histórico e as futuras direções da arquivologia, considerando a diversidade e a pluralidade como componentes cruciais para o progresso da área em uma era de transformações rápidas e profundas.

Gilliland (2017a) inicia sua reflexão discorrendo sobre as bases para o desenvolvimento do conceito de multiverso arquivístico, ressaltando que as normas e práticas profissionais de *recordkeeping*⁹⁸ adotam como fundamentos teóricos e metodológicos um conjunto essencial de princípios, conceitos e ética. Conforme já discutido nesta tese, a disciplina arquivística, historicamente fundada sobre pilares eurocêntricos, reflete os ideais de cientificidade e positivismo característicos da modernidade. Verificamos que os princípios e as práticas arquivísticas foram desenvolvidos predominantemente nesse contexto espaço-temporal, estabelecendo, assim, o alicerce epistemológico sobre o qual a arquivologia foi construída e tem se sustentado gradativamente. Essa herança cultural e intelectual, embora tenha contribuído para o avanço do campo, também impôs limites que agora são questionados e repensados à luz das exigências de um ambiente globalizado e multifacetado.

⁹⁸ *Recordkeeping* é uma prática abrangente que engloba a criação, manutenção e gerenciamento de documentos como evidências e memórias ao longo do tempo, incorporando tanto a gestão de documentos quanto aspectos arquivísticos. Enquanto a gestão de documentos foca principalmente nas necessidades administrativas, legais e financeiras correntes de uma organização, envolvendo a criação sistemática, o uso, a manutenção e a destinação de documentos, o *recordkeeping* vai além, abordando a preservação e o acesso a esses documentos para múltiplos propósitos e períodos. A diferença fundamental entre *recordkeeping* e a gestão de documentos reside na abrangência e profundidade de suas abordagens. O *recordkeeping* considera a gestão de documentos como parte de um contexto mais amplo, que inclui a preservação do valor dos documentos como evidências e memórias institucionais ou pessoais ao longo do tempo. Isso significa que, enquanto a gestão de documentos pode se concentrar no ciclo de vida imediato dos documentos, desde sua criação até sua destinação final, o *recordkeeping* preocupa-se com a integridade, autenticidade e uso contínuo dos documentos, considerando suas implicações a longo prazo e a necessidade de acesso por gerações futuras. Em resumo, enquanto a gestão de documentos lida com o controle operacional e a eficiência no uso dos documentos, o *recordkeeping* abrange uma visão mais holística, garantindo que os documentos sirvam tanto às necessidades operacionais imediatas, quanto como um recurso contínuo de evidência e memória (Cumming, 2015).

Esse alicerce foi amplamente desenvolvido no Ocidente e no hemisfério norte ao longo de três séculos, embora a autora reconheça que ele tenha incorporado, mais recentemente, a influência do pensamento e das práticas australianas do *records continuum*, especialmente em relação às normas de padronização de boas práticas de gestão de documentos e arquivos da *International Organization for Standardization* (ISO). Este referencial serve como base para a comunicação e padronização entre as comunidades arquivísticas em todo o mundo, funcionando como representação epistemológica em interações com outros campos de conhecimento de interesse comum. Para a autora:

[...] esses princípios continuam hoje a abranger e orientar o campo de arquivamento e manutenção de documentos. Juntos, eles estão no cerne do paradigma arquivístico. Eles estão incorporados em muitos padrões profissionais (especialmente padrões descritivos), incluindo padrões nacionais e setoriais e aqueles promulgados mundialmente pelo Conselho Internacional de Arquivos. O treinamento ou a implementação desses padrões, por sua vez, é frequentemente exigido ao acreditar programas de educação e treinamento em arquivamento e manutenção de documentos, ao contratar pessoal profissional, ao solicitar bolsas governamentais ou ao buscar certificação de repositórios. Ao mesmo tempo em que promovem a consistência, bem como a interação e troca entre instituições, setores e nações, os princípios promovem uma hegemonia que é altamente problemática quando vista a partir de perspectivas mais plurais do que aquelas das quais historicamente surgiram (Gilliland, 2017, p. 39, tradução nossa).

Como uma resposta necessária ao modelo estabelecido, Gilliland (2017a) argumenta que a noção de multiverso arquivístico surgiu como um contrapeso aos fundamentos arquivísticos excessivamente restritivos que historicamente privilegiaram as práticas de *recordkeeping* dos governos, setores corporativos e instituições religiosas e culturais dominantes. Ao fazê-lo, este *framework* pode apontar caminhos para a inclusão e valorização de práticas arquivísticas locais, comunitárias e indígenas que frequentemente foram marginalizadas. Para a autora, considerar estas práticas é essencial tanto para a justiça e equidade quanto para a preservação de um espectro mais amplo e rico de histórias humanas e memórias coletivas.

A concepção do conceito de multiverso arquivístico emergiu do trabalho colaborativo de um grupo de trabalho do *Archival Education and Research Institute* (AERI). Esse grupo tinha como objetivo construir uma infraestrutura que fortalecesse os estudos sobre arquivos e *recordkeeping* no meio acadêmico e profissional. Como resultado das pesquisas, o grupo articulou o conceito de multiverso arquivístico como

um elemento central em uma estrutura pluralista abrangente. Essa formulação foi consolidada em um artigo de 2011, de autoria dos vinte e seis membros do corpo docente e doutorandos de instituições acadêmicas ao redor do mundo, e publicado na revista *The American Archivist*. A definição de multiverso arquivístico, conforme codificada no artigo mencionado, é a seguinte:

O pluralismo de textos evidenciais, práticas de preservação de memória e instituições, motivações burocráticas e pessoais, perspectivas e necessidades da comunidade e construções culturais e legais com as quais profissionais e acadêmicos arquivísticos devem estar preparados, por meio de educação de pós-graduação, para se envolver (AERI; PACG, 2011, p. 73, tradução nossa).

Reconhecemos como uma das principais oportunidades proporcionadas pela abordagem de multiverso arquivístico a possibilidade de a ciência arquivística reexaminar e expandir seus princípios fundamentais para refletir e incorporar uma gama mais ampla de vozes e perspectivas. Gilliland (2017a) compreende que a noção de multiverso arquivístico pode permitir que a arquivologia faça frente ao desafio contemporâneo de construção de uma memória coletiva que é verdadeiramente global e inclusiva, reconhecendo e valorizando as muitas formas diferentes por meio das quais as pessoas entendem e praticam a gestão de documentos e arquivos.

Outro ponto fundamental que podemos sublinhar das reflexões de Gilliland (2017a), que segundo ela é pouco explorado, é o reconhecimento da vasta diversidade presente nas tradições arquivísticas em todas as partes do globo. Atualmente, constatamos que a diversidade é uma consequência natural da expansão e do desenvolvimento contínuo da ciência arquivística, um campo que não é estático, mas dinâmico e em constante desenvolvimento. Cada uma dessas tradições opera com suas particularidades epistemológicas, ontológicas, ideológicas, práticas e até linguísticas, que conservam elementos únicos e, por vezes, divergem entre si, embora operem sob uma base teórica e metodológica comum. Como exemplo, a autora destaca que

em certas sociedades e instituições, as tradições devem levar em conta dimensões espirituais, metafísicas ou emocionais, que muitas vezes estão completamente ausentes das melhores práticas e padrões reconhecidos internacionalmente (Gilliland, 2017, p. 52, tradução nossa).

Profissionais arquivistas e a profissão arquivística como um todo devem enfrentar o desafio de abraçar a pluralidade inerente ao multiverso arquivístico. Gilliland (2017a) argumenta que, ao fazê-lo, a arquivologia pode se tornar mais inclusiva e representativa, integrando efetivamente a diversidade de experiências humanas e histórias nas práticas profissionais. Essa abordagem é crítica tanto para garantir a autenticidade dos documentos, quanto para assegurar a legitimidade e a relevância contínua da profissão. Ao aceitar e valorizar essa diversidade, os arquivistas aprimoram sua capacidade de compreender e atender às comunidades que servem. Assim, o multiverso arquivístico se apresenta como um convite para que os arquivistas e pesquisadores se aventurem além de suas experiências e zonas de conforto, explorando e se engajando com uma gama mais ampla de práticas e tradições arquivísticas. Engajar-se com essa miscelânea de métodos e perspectivas enriquece o campo arquivístico, bem como fortalece a capacidade dos arquivistas de se adaptarem e reagirem a novos desafios e mudanças dinâmicas na sociedade.

As coisas estão mudando, no entanto. Além do que estão aprendendo com evidências arqueológicas, pesquisa antropológica e sociológica de sistemas de gestão de documentos anteriores e existentes, profissionais, acadêmicos e educadores de arquivologia e gestão de documentos, que tradicionalmente estavam intimamente ligados às suas próprias instituições e nações, estão agora interagindo por meio de um número crescente de conferências internacionais, iniciativas de definição de padrões e design de sistemas, intercâmbios e colaborações acadêmicas e educacionais internacionais, e carreiras de consultoria e ativismo. Ao fazer isso, eles estão percebendo que existem diferenças distintas, algumas sutis, algumas muito aparentes, entre como o campo é entendido e praticado em diferentes regiões, nações e comunidades (Gilliland, 2017, p. 63, tradução nossa).

Além do aspecto profissional, Gilliland (2017a) notabiliza a relevância da abordagem de multiverso arquivístico como um *framework* essencial para a pesquisa e formação em arquivologia, a partir da proposição de um novo prisma por meio do qual podemos entender a profunda pluralidade de tradições arquivísticas e a variedade de contextos nos quais a arquivologia opera. Este enquadramento não é apenas uma questão teórica, mas uma ferramenta ativa que permite que educadores e pesquisadores desenvolvam agendas de pesquisa e estudos que respeitem e incorporem as diversas formas de conhecimento e práticas de *recordkeeping*.

A partir da iniciativa do AERI, Gilliland (2017a) ilustra como o *multiverso arquivístico* tem sido central para criar uma comunidade internacional de acadêmicos e profissionais que trabalham para desenvolver a infraestrutura necessária para tornar

os estudos arquivísticos mais relevantes dentro da academia e fazer com que sejam uma fonte rigorosa de apoio teórico e empírico para a profissão arquivística. Segundo a autora, o grupo tem se reunido anualmente de modo que esses encontros têm sido fundamentais para promover a reflexão e o desenvolvimento de estratégias educacionais e de pesquisa que abracem a pluralidade inerente ao campo.

Nas últimas décadas, Gilliland observa o fenômeno que Ketelaar (2017) denomina de "giro arquivístico" nas humanidades, artes e ciências sociais. Este movimento tem centrado seu foco nas construções pós-modernas e pós-coloniais de arquivo, abordando questões epistemológicas, políticas e culturais. Gilliland (2017a) aponta, porém, que frequentemente esses estudos críticos não têm conhecimento aprofundado sobre as bases conceituais em evolução e as práticas da arquivologia. Esta lacuna se estende aos campos emergentes das humanidades digitais e de arquivamento de dados.

A expansão do escopo da pesquisa em arquivologia, especialmente no que se refere ao desafio e à redefinição de conceitos fundamentais como documento e arquivo, além das noções de evidência, autoridade e verdade histórica, é interpretada por Gilliland como uma resposta acadêmica ao giro arquivístico.

Ao fazer isso, estudiosos da área de arquivologia têm, cada vez mais e por vezes de maneira controversa, incorporado estruturas epistemológicas e métodos textuais e antropológicos utilizados por estudiosos dos estudos pós-modernos, pós-coloniais, e de raça, etnicidade e gênero, entre outros, que rejeitam as reivindicações positivistas de validade que fundamentam abordagens metodológicas empregadas na história científica, diplomática ou na teorização legal sobre evidências (Gilliland, 2017a, p. 47, tradução nossa).

Gilliland (2017a) sugere que existem várias áreas de interseção com outros campos profissionais e comunidades que estão influenciando a amplitude e a conceitualização dos estudos arquivísticos. Ela oferece um modelo em que esses estudos estão no centro do domínio e discute como esta configuração poderia mudar se arquivos, documentos e a preservação da memória fossem considerados pontos centrais. A Figura 4, conforme descrita pela autora, oferece uma das muitas representações possíveis de como a situação global dos estudos arquivísticos contemporâneos e suas interseções com outras áreas do conhecimento e comunidades podem ser percebidas atualmente. Nesta representação específica, os

Transcendendo as vertentes acadêmica e profissional, Gilliland (2017a) distingue o papel essencial que a arquivologia desempenha nos grandes desafios da sociedade. Ela argumenta que os problemas complexos, interdependentes e persistentes que podem ser caracterizados como grandes desafios enfrentando o campo dos estudos arquivísticos e de *recordkeeping* que necessitam de um engajamento profundo com a pluralidade de práticas de manutenção de registros e arquivamento. Este engajamento é vital, pois as sociedades constroem sua compreensão do passado e planejam para o futuro com base nesses documentos.

A autora enfatiza a interconectividade dos desafios que a sociedade global enfrenta em áreas como governança corporativa, responsabilidade social, mudança climática, saúde global, direitos humanos e justiça social, e o papel crítico que os documentos desempenham em abordá-los. O conceito do multiverso arquivístico fornece um quadro de referência para profissionais entenderem e enfrentarem esses desafios, sublinhando a importância de uma infraestrutura de pesquisa sólida no campo da arquivologia que suporte tais investigações. Gilliland insiste na visão de que a arquivologia é um componente fundamental na infraestrutura dos sistemas e processos sociais, vitais para questões como sustentabilidade cultural e comunitária, formação de identidade, reconciliação e memória, e descreve esses desafios como "problemas perversos" que exigem "mudanças de mentalidade e comportamentos em larga escala" (Gilliland, 2017a, p. 60, tradução nossa).

Além disso, Gilliland (2017a) vê o multiverso arquivístico não apenas como uma teoria, mas como uma ferramenta prática que empodera arquivistas e profissionais de gestão de documentos a contribuir significativamente para a solução dos grandes desafios da sociedade. Compreender as operações e os efeitos da interação entre sistemas de gestão de documentos paralelos e híbridos permite que os profissionais abordem, de maneira mais eficaz questões de proveniência, agência⁹⁹ e autoridade em um mundo complexo e interligado. Gilliland (2017a) compreende a visão de multiverso arquivístico como um *framework* para a pesquisa global, visto que evidencia a necessidade de um diálogo contínuo e colaborativo entre arquivistas, pesquisadores e as comunidades envolvidas, tornando a pesquisa arquivística um

⁹⁹ No sentido explorado por Giddens (1991), que consiste na capacidade dos indivíduos de fazer escolhas e agir de forma independente, com as estruturas sociais, que são os sistemas e as normas que podem influenciar ou limitar essas escolhas.

meio de engajamento comunitário e um passo em direção à resolução de questões sociais contemporâneas.

Em conclusão desta subseção, verificamos que Gilliland (2017a) oferece uma análise crítica sobre o estado das tradições, bem como sobre a necessidade de uma maior consciência de sua diversidade e complexidade. Constatamos que o cenário globalizado e as dinâmicas de poder contemporâneas diferem drasticamente do contexto espaço-temporal que deu origem a muitas das práticas arquivísticas atuais. A resistência de práticas arquivísticas marginalizadas contra um pensamento dominante é a chave para promover uma profissão arquivística que seja verdadeiramente representativa da diversidade humana e das experiências de manutenção de documentos.

Ademais, baseados em Gilliland (2017a), verificamos que é vital examinar criticamente as tensões entre práticas globais e locais e entre intercambialidade e individualidade, além de considerar como o pluralismo e a emancipação podem ser integrados nesse panorama. Gilliland (2017a) acentua que a pesquisa arquivística foi limitada por dificuldades de acesso a literaturas de pesquisa e profissionais, pela quantidade reduzida de estudiosos no campo e pela falta de fóruns internacionais para a apresentação e crítica de trabalhos.

Além disso, ela menciona que a criação e a tradução de padrões internacionais muitas vezes não levam em conta a diversidade de tradições e semânticas globais, mas observa que essa realidade está em transformação. O aumento do intercâmbio internacional e da comunicação acadêmica está permitindo que se percebam as diferenças distintas de como o campo é compreendido e praticado em várias regiões, nações e comunidades. Verificamos que os desafios contemporâneos exigem que os pesquisadores abordem essas diferenças, reconhecendo a importância das tradições locais e a influência das trocas globais nos avanços das práticas arquivísticas.

Gilliland (2017a) defende que compreender as dimensões e os impactos das interações entre diferentes tradições e sobre as comunidades afetadas é fundamental, à medida que as preocupações e as tecnologias que impactam a gestão de documentos e arquivos avançam globalmente. Isso requer uma nova avaliação de princípios antigos e a implementação de mudanças em sistemas profundamente enraizados.

Por exemplo, à medida que compreendemos mais sobre as operações e efeitos de interação dos sistemas paralelos e híbridos de *recordkeeping* e buscamos abordar os direitos dos cocriadores e outras partes interessadas nos documentos criados, [...] somos imediatamente desafiados a abordar noções dominantes de proveniência única, capacidade de ação e autoridade (Gilliland, 2017a, p. 62, tradução nossa).

Diante da globalização das práticas arquivísticas e tecnologias de *recordkeeping*, é crucial que reavaliemos sistemas arraigados, considerando os impactos de tradições diversas sobre as comunidades envolvidas. Os desafios significativos em relação às noções estabelecidas de proveniência única, agência e autoridade serão discutidos nas subseções posteriores, a partir da apreciação do potencial das noções de proveniência múltipla e paralela como alternativas para superar as limitações impostas por essas perspectivas dominantes.

Compreendemos, assim como a autora, que a pesquisa em arquivologia deve ir além do foco nas tecnologias e padrões, e deve-se dar ênfase ao entendimento das diversas tradições arquivísticas que existem em todo o mundo. Isso inclui a exploração de como diferentes sistemas legais, crenças e estruturas de poder influenciam a teoria e prática arquivísticas. A consideração dessas variações não é apenas uma questão de precisão acadêmica, senão também de respeito e inclusão.

Contrastando com a universalidade de leis naturais e invariáveis inerente à arquivologia moderna, herança cientificista e positivista, o multiverso arquivístico não deve ser compreendido como meramente uma questão de diferenças nas técnicas ou metodologias empregadas na gestão de documentos e arquivos no âmbito da contemporaneidade. Pelo contrário, a noção consiste em uma expressão da rica tapeçaria de contextos culturais, históricos e sociais nos quais os documentos são criados, mantidos e interpretados. Isso implica um reconhecimento de que os métodos arquivísticos não podem ser universais, mas devem ser sensíveis às necessidades e ao patrimônio de cada grupo, respeitando a singularidade de suas práticas e a integridade de seus documentos. Para a autora, novas práticas e compreensões emergem ao redor do mundo, muitas vezes desafiando e redefinindo as noções centrais da disciplina.

6.2. Uma interpretação renovada e ampliada do conceito de documento de arquivo

Questão fundamental nessa discussão diz respeito à renovação da visão sobre o que consistem os documentos de arquivo no âmbito da contemporaneidade. Verificamos, na subseção 4.4.1, desta tese que a construção deste conceito se baseia em aspectos que levam em consideração questões como a institucionalização dos documentos de arquivo, efetivada pela sua localização em espaços oficialmente reconhecidos, condição que lhes confere autenticidade. Gilliland (2017a) complementa afirmando que o discurso arquivístico tradicional, bem como o arcabouço legal e técnico — leis, normas técnicas e dicionários de terminologia arquivística — nos quais está materializado, frequentemente estabelecem parâmetros definidores do que é um "documento" e o que é um "arquivo". Verificamos que esse discurso dominante tende a excluir certas práticas, contextos e configurações que não cumprem o rito de institucionalização do documento, mas que manifestam vontades de manutenção de documentos e de memórias.

Gilliland (2017a) argumenta que documentos podem ir além de textos escritos e podem compreender outros tipos de objetos físicos, como é o caso de documentos chineses antigos gravados em ossos e conchas. A autora frisa que esses objetos podem ser considerados documentos mesmo que as práticas e configurações que os tenham dado origem sejam distintos dos padrões normativos arquivísticos estabelecidos. Destaca-se que, no contexto atual de significação mais abrangente, esses objetos específicos possuem valor documental por suas histórias e significados culturais.

Um exemplo seria o uso de *arpilleras* de tecido feitas por mulheres chilenas para documentar suas próprias experiências sob o regime repressivo de Pinochet, quando as vozes da oposição foram violentamente silenciadas e a disseminação dessa prática por mulheres em outros contextos pós-ditatoriais e pós-conflitos tão diversos quanto Espanha, Birmânia, África do Sul e Irlanda do Norte (Gilliland, 2017, p. 54, tradução nossa).

De acordo com McKemmish *et al.* (2020), os documentos podem assumir diversas formas, incluindo registros falados, escritos ou performados. Eles são criados e preservados devido ao seu valor para indivíduos, organizações e/ou sociedades, independentemente de sua duração. Essa noção ampla de arquivo na sociedade

abrange elementos como registros orais, escritos, literatura, paisagem, dança, arte, ambiente construído e artefatos, na medida em que todos eles fornecem vestígios das atividades sociais, culturais e organizacionais que registram e eternizam as vidas individuais e coletivas.

Embora haja tentativas de diversificação e expansão do conceito de documento em um contexto contemporâneo que adota a perspectiva de multiverso arquivístico, constatamos que o discurso arquivístico profissional, consolidado em normativos e dicionários da área, ainda considera como qualidades distintivas dos documentos de arquivo conceitos como fixidez, estabilidade do conteúdo e textualidade — definida de maneira restrita. Gilliland (2017a) entende que essas definições são, em grande parte, criadas para atender de forma inequívoca possíveis requisitos práticos, legais e tecnológicos, mas considera como essencial notar que elas também criam bifurcações problemáticas. Há o risco de considerarmos apenas como documentos de arquivo aqueles registros provenientes de práticas profissionais institucionalizadas que resultam em formas e formatos tangíveis e concretas de documentos burocráticos.

Em contraste, Gilliland (2017a) salienta que práticas de comunidades que mantêm tradições orais, entre outras, que geralmente não se baseiam em formas textuais, são vistas como dependentes exclusivamente de sistemas intangíveis ou simbólicos de *recordkeeping* — como os que empregam narrativas, rituais, músicas ou danças. Tais categorizações não reconhecem adequadamente que processos de *recordkeeping* e preservação da memória podem acontecer por meio de padrões transitórios e dinâmicos, que muitas vezes divergem dos conceitos ocidentais de temporalidade e permanência. Isso significa que tais divisões tendem a reduzir e simplificar excessivamente a complexidade e multiplicidade de formas de *recordkeeping* e de preservação da memória na sociedade. Segundo a autora:

Elas minimizam a prevalência das chamadas formas tangíveis em sociedades nas quais as tradições orais são mais dominantes; e das formas intangíveis em muitas outras sociedades (caracterizadas como letradas) ao longo do tempo. Elas também submergem situações em que tradições orais e artefatuais foram mantidas ou surgiram especificamente para assegurar a presença e preservação da voz, como uma expressão de identidade, ou como uma forma de resistência (por exemplo, entre escravos africanos e suas comunidades descendentes, ou em certas comunidades de mulheres) (Gilliland, 2017a, p. 55).

McKemmish *et al.* (2020) compreendem que essas definições amplas contrastam com a visão simplista e binária de documentos e arquivos encontrada nas teorias tradicionais de gestão de documentos e arquivos do Ocidente. Estas últimas se concentram exclusivamente em documentos de entidades governamentais e corporativas e em instituições arquivísticas convencionais. No mesmo sentido, Gilliland (2017a) compreende que a diversidade de epistemologias e de formas de *recordkeeping* e preservação da memória têm interagido e se influenciado mutuamente ao longo da história. A intensidade de dinamismo presente no conteúdo e no contexto, bem como a estabilidade dos documentos conforme transitam pelo tempo e espaço, frequentemente são abordadas de maneira simplista ou não são totalmente conceituadas. A migração para práticas de *recordkeeping* digitais e em rede trouxe maior complexidade e detalhamento para as concepções profissionais de estabilidade, temporalidade e materialidade, no que tange à definição de um documento. Este avanço sugere que o setor profissional deveria repensar sua rejeição histórica de práticas consideradas "abstratas", como aquelas prevalentes em comunidades de tradição oral, bem como em sociedades consideradas "letradas".

Conforme discutido por Caswell e Robinson-Sweet (2023), a concepção predominante no pensamento ocidental apresenta uma visão limitada dos documentos, geralmente categorizando-os com base em sua origem, seja de uma organização ou de um indivíduo. Essas definições comumente se baseiam na ideia de informações ou dados criados ou recebidos por uma organização durante suas atividades, ou na noção de emissões e acúmulos pessoais de um indivíduo ou família. No entanto, esse escopo restrito de definição exclui muitos outros tipos de documentos que não se encaixam nessa abordagem convencional. Como exemplo, as autoras mencionam projetos de história oral e projetos participativos de micro-história digital em desenvolvimento¹⁰⁰, que tendem a ter seus acervos documentais classificados como "artificiais" e, por conseguinte, considerados "não arquivísticos" por envolverem a criação deliberada de documentos, em contraste com a simples aquisição e recolhimento de documentos já existentes, que se acumulam progressivamente de forma "natural".

¹⁰⁰ Abordaremos a questão na próxima subseção, explorando como exemplos, ainda que superficialmente, os projetos *Texas After Violence Project* (TAVP) e o *South Asian American Digital Archive* (SAADA).

Sob a perspectiva tecnológica, Cook (1993) aborda os impactos dos avanços tecnológicos na configuração do documento arquivístico, especialmente em relação à sua criação em ambientes digitais. Ele destaca a emergência de documentos "inteligentes", como os encontrados em bancos de dados relacionais, sistemas de informação geográfica ou formatos de hipertexto, que representam uma mudança significativa na maneira como os documentos são gerados e armazenados. Nesses sistemas, informações de diferentes tipos são combinadas eletronicamente para formar um documento marcadamente virtual, que está sujeito a alterações diárias devido à constante modificação dos dados "alimentadores". Essa transformação desafia a concepção tradicional de documento arquivístico, frequentemente substituindo um documento físico tradicional por uma série de tabelas de dados ou entidades, utilizadas de diversas formas conforme a função ou aplicação. Assim, a ideia de um documento pertencendo fisicamente a um lugar ou sistema específico está se desintegrando, sendo substituída por novos paradigmas conceituais em que a "criação" de um documento é um processo dinâmico que envolve a manipulação de informações de várias fontes.

Com o objetivo de buscar uma perspectiva mais alinhada às concepções de espaço e tempo decorrentes das características da contemporaneidade, deparamo-nos com a abordagem de Geoffrey Yeo (2007; 2008) que apresenta uma visão revigorada do conceito de documento de arquivo. O autor questiona muitas das tentativas de definir documentos em termos de evidência ou informação, argumentando que essas abordagens podem ser deficientes ao não abranger completamente a relação dos documentos com a memória e a identidade cultural.

Yeo (2007) fundamenta sua definição de documento na teoria do protótipo, que foi desenvolvida com base nos estudos de Eleanor Rosch sobre a categorização humana. Em síntese, o autor propõe que categorias conceituais geralmente têm protótipos, que são entendidos como representações mentais de características típicas. Por exemplo, um protótipo de pássaro pode ter penas, bico e a habilidade de voar. Ele observa que esses protótipos são culturalmente específicos e podem variar significativamente entre diferentes culturas.

O teórico explica que, segundo a teoria, as categorias têm graus de pertencimento e são avaliadas pela semelhança com o protótipo prevalecente. Ele exemplifica que, no que diz respeito aos animais, gatos, cães e cavalos estariam mais

próximos do protótipo do que, por exemplo, porcos-espinhos ou ornitorrincos. As avaliações de pertencimento, em sua visão, são fortemente influenciadas pelo contexto cultural. Isso significa que essas podem variar entre diferentes culturas e até mesmo entre cientistas. Em resumo, ele sugere que as definições de categorias são frequentemente construções consensuais humanas dentro de uma sociedade e enfatiza que estas definições aceitam que os conceitos têm protótipos e graus de pertencimento, bem como reconhecem que os conceitos têm significados estabelecidos dentro das comunidades que os utilizam, sem impor limites rígidos.

No âmbito da arquivologia, fica claro que existem protótipos para documentos e arquivos que são consensualmente aceitos. Yeo (2008) argumenta que existem protótipos tanto de documentos em nível de item quanto de agregações de documentos. Segundo o autor, o conteúdo prototípico de uma agregação consiste em documentos em nível de item prototípicos, mas protótipos de agregação possuem características adicionais próprias, estreitamente relacionadas à compreensão dos arquivistas sobre os princípios de proveniência e ordem original. Em outros termos, os agrupamentos de documentos trazem significados mais amplos do que a análise de itens documentais individualmente. Sobre o reconhecimento de documentos com base em protótipos, o autor argumenta que:

Muitos objetos, e muitas agregações de objetos, são documentos. Na linguagem dos psicólogos que estudam os efeitos de protótipo, alguns podem ser vistos como exemplos "melhores" de documentos porque estão mais próximos de um protótipo mental, enquanto outros são menos prototípicos e frequentemente vistos com mais cautela. Dado o amplo escopo do conceito de documento e os limites práticos necessários na empresa profissional, arquivistas e *records managers* devem determinar até onde estão dispostos e são capazes de estender sua atuação. Qualquer serviço de documentos ou arquivos exigirá decisões sobre se e em que medida é apropriado aplicar regras rigorosas de gestão de documentos a documentos mais distantes dos protótipos (Yeo, 2008, p. 141, tradução nossa).

Ao explorarmos o vasto espectro do que pode ser considerado como um documento, vemos emergir exemplos variados que desafiam a concepção tradicional de documentos meramente escritos ou impressos. Yeo (2008) revela que a complexidade intrínseca ao conceito de documento se revela por meio de modalidades distintas, como telegramas, que apesar de sua brevidade, carregam significados profundos para seus interlocutores; diários pessoais, que capturam pensamentos íntimos e reflexões espontâneas, oferecendo uma perspectiva singular

sobre a vida cotidiana; e gravações de história oral, que preservam as vozes e memórias vivas de indivíduos, constituindo-se como testemunhos pessoais de eventos e épocas. Esses exemplos de documentos não prototípicos, que serão apresentados no quadro a seguir, ilustram a rica diversidade de formas que os documentos podem assumir, cada um oferecendo uma janela única para compreender os múltiplos aspectos da experiência humana.

Quadro 6 - Exemplos de documentos não prototípicos

Tipo de Documento	Exemplo	Descrição
Telegramas	Telegrama de Victor Hugo ¹⁰¹ com “?”	<ul style="list-style-type: none"> – Ilustra como a comunicação elíptica e o contexto cultural compartilhado entre emissor e receptor podem tornar uma mensagem compreensível para as partes envolvidas, mas potencialmente ambígua para terceiros sem o devido contexto. – São representações persistentes das mensagens e intenções do emissor.
Diários Pessoais e Memórias	Diários e memórias, muitas vezes marginalizados, revelam uma dualidade de atividades descritas e a construção do documento.	<ul style="list-style-type: none"> – Considerados marginalmente no universo dos documentos devido à percepção de falta de imparcialidade e a natureza construída conscientemente. – A dualidade presente nesses documentos reflete a atividade descrita e a atividade de descrição pelo criador. – São baseados em experiência pessoal e conhecimento direto, o que os mantém dentro do conceito de documento, apesar de sua distância de protótipos prevalecentes.

¹⁰¹ O telegrama de Victor Hugo é frequentemente citado como um exemplo de comunicação concisa e eficaz. Após o lançamento de sua obra-prima *Les Misérables*, Hugo estava ansioso para saber sobre o sucesso do livro. Em vez de uma carta, ele supostamente enviou um telegrama com um único caractere, '?', ao seu editor, que respondeu com igual brevidade e otimismo, '!'. Essa troca minimalista reflete não apenas a economia de comunicação da época, quando o custo dos telegramas era baseado na contagem de caracteres, como também a sólida compreensão entre Hugo e seu editor, permitindo que uma mensagem tão lacônica transmitisse muito (Yeo, 2008).

Tipo de Documento	Exemplo	Descrição
Gravações de História Oral	Gravações de história oral, vistas como menos confiáveis, documentam a narração e os eventos recordados.	<ul style="list-style-type: none"> – Documentam tanto a atividade de entrevista ou narração quanto os eventos recordados pelo entrevistado. – Frequentemente vistas com ceticismo quanto à sua confiabilidade e, portanto, marginalizadas, semelhante às memórias. – Ainda são consideradas documentos, representando a experiência pessoal do entrevistado.
Pinturas, Desenhos e Fotografias	Obras de arte criadas mediante encomenda/contrato ou por iniciativa própria, mostrando tensão entre documentação e expressão artística.	<ul style="list-style-type: none"> – Quando produzidos sob encomenda/contrato para documentar eventos, esses são considerados documentos não prototípicos, mas não muito distantes de um protótipo de documento. – Quando criados por iniciativa própria ou com foco em qualidades estéticas, estão mais distantes do protótipo documental. – Fotografias são muitas vezes vistas como mais objetivas do que pinturas ou desenhos, mas mesmo essas podem carregar tensões entre documentação e expressão artística. – Obras de arte não fotográficas podem ser descartadas por aqueles que buscam reproduções objetivamente precisas, mas ainda podem ser documentos se retratarem uma atividade observada pelo artista.

Fonte: Baseado em Yeo (2008).

Ele oferece uma definição de documentos como "representações persistentes de atividades ou de outras ocorrências¹⁰², criadas por participantes ou observadores dessas ocorrências ou por seus representantes autorizados; ou conjuntos de tais representações que representam ocorrências particulares" (Yeo, 2008, p. 136, tradução nossa). Segundo o autor, de acordo a perspectiva de protótipo no presente artigo, agora pode-se afirmar que esta definição também é receptiva a uma ampla gama de tipos de documento — alguns deles próximos dos protótipos prevaletentes, outros mais distantes — e que inclui objetos de fronteira que a comunidade arquivística compartilha com outras áreas do conhecimento.

Segundo o autor, sua proposta consiste em uma definição multidisciplinar e que abrange um amplo espectro de entendimento. Yeo (2007) identifica três atributos cruciais em sua caracterização de documento de arquivo: persistência; representação de atividades ou de outras ocorrências; e geração por indivíduos ou dispositivos que participaram ou testemunharam as atividades ou ocorrências representadas.

Primeiramente, a persistência, que é a capacidade de um documento de se manter além do contexto imediato de sua criação. Ao contrário de reflexos transitórios ou leituras momentâneas de um velocímetro, os documentos são feitos para perdurar, transcendendo o fim das atividades que registram e podendo ser compartilhados e acessados através do tempo e espaço.

O segundo atributo se concentra no conteúdo dos documentos, que são tipicamente representações de atividades. Diferente de objetos inanimados como estátuas ou sinalizações, que são representações estáticas, os documentos capturam uma variedade de ações humanas, incluindo operações realizadas por máquinas sob

¹⁰² Yeo (2008) relata que no seu primeiro artigo sobre sua proposta de definição de documento (Yeo, 2007), a caracterização anterior previa apenas as atividades como originadoras de documentos. Agora o autor julga apropriado introduzir a palavra 'ocorrências', em reconhecimento de que o escopo dos documentos se estende além de atividades unitárias. Segundo ele, a literatura arquivística, assim como a literatura de análise de sistemas de negócios, carece de um termo coletivo para conceitos como função, processo, atividade, transação e evento. No entanto, filósofos às vezes usam o termo ocorrências para se referir a entidades de natureza temporal ou que têm componentes temporais, e parece ser o substantivo coletivo mais apropriado a ser empregado. Ocorrências podem ser pontuais (ocorrem em algum ponto no tempo) ou não pontuais (se estendem por um certo período de tempo), e são frequentemente contrastados com continuantes como objetos físicos que têm dimensões espaciais. Usando esta terminologia, pode-se afirmar que documentos persistem além do término temporal necessário dos eventos que representam.

comando humano. Eles abrangem um espectro de atos e não estão confinados a transações comerciais, refletindo quase todas as formas de atividade.

Por último, Yeo (2007) enfatiza que os documentos são gerados por indivíduos ou dispositivos que participaram ou testemunharam as atividades representadas ou por aqueles autorizados a atuar em nome dos participantes ou observadores. Essa criação ocorre durante ou após as atividades documentadas, proporcionando uma perspectiva autêntica e direta. Enquanto representações feitas por terceiros baseadas em relatos podem não ser consideradas documentos das atividades originais, elas são vistas como documentos das interações comunicativas e esforços criativos que delas derivam. Documentos também podem ser compilados por intermediários como secretários ou funcionários públicos, que, mesmo não estando diretamente envolvidos na atividade, produzem documentos sob a direção de envolvidos na atividade, assegurando a sua fidedignidade.

Quadro 7 - Atributos dos documentos de arquivo

Atributo	Características
Persistência	<ul style="list-style-type: none"> – Capacidade de durar além da circunstância imediata de criação. – Não implica sobrevivência ilimitada; os documentos podem ser destruídos. – Perduram além do fim das atividades que representam. – Potencial para serem compartilhados e transmitidos além do contexto original e do momento de criação.
Representação de atividades	<ul style="list-style-type: none"> – Caracteriza documentos como representações de atos e ações humanas. – Abrange uma ampla gama de atividades, não se limitando a transações comerciais. – Pode incluir atividades realizadas por dispositivos mecânicos sob comando humano. – Difere de representações persistentes que não refletem atividades, como estátuas ou placas de trânsito.

Atributo	Características
Criação por participantes ou observadores	<ul style="list-style-type: none"> – Criados por indivíduos ou dispositivos que presenciaram ou estiveram envolvidos na atividade. – Podem ser produzidos durante ou após a conclusão da atividade. – Os criadores têm conhecimento direto da atividade, diferenciando-se de terceiros sem experiência direta. – Representações de terceiros baseadas em informações de participantes não são consideradas registros das atividades originais. – Registros compilados por representantes, como secretários ou funcionários públicos, são considerados registros se agirem sob autoridade ou instrução de participantes ou observadores diretos.

Fonte: Baseado em Yeo (2007).

Yeo (2007) propõe que o entendimento de muitos itens ou séries como "objetos de fronteira" é significativo para a prática profissional de *records managers* e arquivistas. Ele critica a visão que restringe a participação na categoria de "documento" e ressalta que objetos podem pertencer simultaneamente a várias categorias, como produtos de informação ou obras de arte. Essa visão limitada, segundo o autor, não reconhece a complexidade do nosso mundo. Ele questiona a adequação das práticas e sistemas estabelecidos que forçam a atribuição desses objetos a um único domínio para fins de gestão. O autor observa que as descrições detalhadas feitas por arquivistas frequentemente não são compartilháveis entre diferentes comunidades profissionais, e que os sistemas de recuperação atuais podem forçar os usuários a adivinhar a que domínio profissional um objeto pertence. Ele prevê que a revolução digital e as expectativas dos usuários tornarão insustentável a manutenção de "silos" de recursos separados, especialmente para objetos de fronteira, e sugere que novos padrões interdisciplinares que permitam descrições reutilizáveis seriam um avanço.

Destacamos também as considerações de Yeo (2008) sobre o papel dos profissionais de arquivo no processo de tomadas de decisões inclusivas e estratégicas

sobre quais documentos arquivar, baseando-se no contexto e prioridades da organização. O autor coloca questões que devem guiar esse intento:

- Quais documentos são essenciais para integrar o sistema oficial de gestão documentos de uma organização?
- Quais documentos podem ser regidos por normas menos estritas devido a um *status* menos convencional e mais marginal?
- Quais são pertinentes para a preservação a longo prazo?

Como resposta, ele observa que, em ambientes voltados para as operações e responsabilidades empresariais de uma organização, documentos diretamente relacionados aos negócios e vistos como precisos são geralmente priorizados. Documentos que são criados distantes dos procedimentos operacionais ou muito tempo depois de um evento tendem a ser considerados menos confiáveis ou até irrelevantes. No entanto, em unidades e serviços de arquivo que valorizam as necessidades culturais e externas à organização, materiais não convencionais podem ser mais valorizados.

Yeo (2008) reconhece que os serviços de arquivamento não são uniformes: alguns focam em preservar a história de instituições específicas, outros em reunir materiais para estudo de áreas ou temas, e alguns se dedicam a documentar a vida dos marginalizados. A extensão do que é arquivado varia: quanto mais um serviço se concentra em estruturas institucionais, mais ele tende a limitar a sua coleta a documentos prototípicos. Já os que se focam em comunidades marginalizadas tendem a ter um escopo mais amplo de coleta. O autor conclui que compreender a importância de decisões apropriadas de arquivamento em cada contexto específico é vital para evitar tensões na profissão, em vez de tentar restringir o próprio conceito de documento.

Com base nas reflexões de Gilliland (2017a) e Yeo (2007;2008), e considerando os achados da primeira parte desta tese, fica evidente que os protótipos amplamente aceitos pela arquivologia se enquadram na categoria de documentos textuais institucionalizados que têm origem em espaços oficiais. Essa definição reflete o padrão eurocêntrico que foi construído ao longo da modernidade, com raízes no pensamento positivista e cientificista. Esses protótipos de documentos são

caracterizados pela sua natureza oficial e institucional, o que implica que eles são produzidos dentro de contextos organizacionais formais, muitas vezes seguindo procedimentos padronizados. Além disso, eles geralmente refletem uma abordagem objetiva e factual da documentação, de acordo com a tradição científica que valoriza a precisão e a veracidade. Esse enfoque em documentos textuais institucionalizados que emanam de espaços oficiais é uma parte intrínseca do pensamento arquivístico moderno. No entanto, é importante reconhecer que essa abordagem pode não ser adequada para todas as culturas e contextos. Portanto, é fundamental que os profissionais arquivistas estejam cientes das limitações desses protótipos e estejam dispostos a considerar outras perspectivas e abordagens em seu trabalho.

Em conclusão, e incorporando nossa perspectiva baseada no multiverso arquivístico, a tentativa de demarcar limites absolutos que definam o que constitui um documento é uma tarefa quase impossível, dada a natureza fluida e as fronteiras permeáveis que caracterizam seu domínio. Essa abordagem permite que profissionais de arquivo ponderem as questões colocadas por Yeo (2008) de modo a tomar decisões inclusivas. Os chamados "objetos de fronteira" não apenas desafiam categorizações estritas, como também promovem interseções valiosas entre a arquivologia e outras áreas de estudo. Embora possam ser fonte de discordância, o reconhecimento e a aceitação desses objetos como tal podem facilitar um diálogo enriquecedor entre arquivistas, gestores de documentos e especialistas de campos relacionados.

É essencial reconhecer que, enquanto alguns documentos se alinham estreitamente com protótipos tradicionais e raramente são questionados, outros oferecem um espectro mais amplo de interpretação e aplicação. Apesar das diferenças em sua eficácia em fornecer evidências e informações, o que une todos os documentos é sua função fundamental de representar ocorrências e atividades, servindo como registros duradouros, quer tenham sido criados por aqueles diretamente envolvidos, observadores, ou seus representantes. Na contemporaneidade, esta visão ampla e inclusiva reflete a rica diversidade do universo dos arquivos e a sua capacidade de abarcar tanto os exemplos prototípicos quanto aqueles que se situam nas margens da definição convencional.

6.3. *Records Continuum*: um modelo arquivístico espaço-temporal

Nesta subseção, abordaremos um modelo teórico arquivístico mais alinhado à complexidade dinâmica da contemporaneidade: o *records continuum*. Examinaremos como uma perspectiva mais holística e integrada aos processos de gestão de documentos e arquivos, considerando a natureza complexa e interligada dos documentos no contexto atual, pode proporcionar uma compreensão mais abrangente da natureza complexa e interconectada dos documentos no contexto contemporâneo. Reconhecendo a vasta produção acadêmica sobre a temática, enfatizaremos nossa abordagem no que diz respeito às inovações em relação ao ciclo vital dos documentos e suas características decorrentes de sua concepção eminentemente espaço-temporal: diversidade monística, simultaneidade e multiplicidade e devir documental¹⁰³.

6.3.1. *As bases teóricas e a configuração do modelo*

Modelos nunca podem representar completamente a natureza dinâmica, complexa, multidimensional e dinâmica dos documentos, e suas ricas teias de relações contextuais e documentais no e através do espaço-tempo. Dentro dessas limitações, o que o modelo *records continuum* está buscando são maneiras de representar o *continuum* da forma mais rica e extensa possível. Assim, o modelo *records continuum* é uma ferramenta para perceber e analisar a complexidade, proporcionando visões multidimensionais da gestão de documentos e arquivos, no ponto de criação, dentro de grupos, em níveis organizacionais e interorganizacionais (Upward; McKemmish, 2001, p. 39–40, tradução nossa).

Primeiramente, podemos iniciar nossa exploração acerca do pensamento e teorização sobre o *records continuum* abordando as influências dos ideais pós-

¹⁰³ Propomos o termo 'devir documental' para nos referirmos ao processo contínuo e dinâmico pelo qual os documentos avançam e se transformam ao longo do tempo, dentro dos sistemas arquivísticos. Este conceito, introduzido por McKemmish (1994), enfatiza que um documento não é uma entidade estática, mas está sempre em processo de mudança, seja por meio de atualizações, emendas, ou pelo seu posicionamento e contexto dentro de um sistema arquivístico. O devir documental captura as alterações físicas e de conteúdo de um documento, como no caso de documentos que são continuamente atualizados, bem como as mudanças em seu contexto e significado, muitas vezes evidenciadas apenas por metadados relacionados. Este conceito sublinha a complexidade e a natureza fluida dos documentos em ambientes organizacionais, especialmente em estruturas descentralizadas.

modernos. Conforme identificado na subseção 5.2 de nossa tese, essas ideias se manifestam por meio da incredulidade em grandes narrativas e do esforço para reinterpretar o espaço e o tempo em um contexto global caracterizado por elementos efêmeros, transitórios, acelerados e fragmentados. Nos trabalhos de Upward (2000; 2009), identificamos uma série de postulados pós-modernos que moldam sua visão sobre a arquivologia. Desses, notabilizam-se a rejeição de dicotomias e de discursos totalizadores, optando por uma aceitação da complexidade e caos inerentes ao mundo. Essa perspectiva também abrange questionamentos sobre a capacidade humana de perceber e entender a realidade de maneira objetiva, desafiando conceitos modernos de categorização baseados em características intrínsecas. Assim, Upward se concentra em processos evolutivos e em desenvolvimento, adotando uma postura crítica em relação às práticas convencionais de gestão e organização de arquivos, sugerindo uma abordagem mais dinâmica e adaptativa que reflete a fluidez da sociedade contemporânea.

A interpretação que Upward faz das categorias de espaço e tempo é fundamental para compreendermos como essas ideias estruturam o modelo *records continuum*. Segundo Daniels (2021), a visão de Upward é enriquecida por sua interação com os pensamentos de Samuel Alexander (1859-1938), Henri Bergson (1859-1941) e Anthony Giddens (1938-). Apoiando-se em escritas pós-modernas, ele explora como o mundo contemporâneo reformula a interação das pessoas no espaço-tempo, superando barreiras geográficas. No cerne das referências utilizadas por Upward, podemos sobrelevar a teoria da estruturação de Giddens, já abordada na subseção 5.4 desta tese, sobretudo no que se refere à distanciação de espaço e tempo.

Daniels (2021) destaca que Upward elabora suas concepções de espaço e tempo incorporando elementos da noção de duração de Bergson e os integrando com a teoria da estruturação de Giddens. Essa combinação permite a Upward oferecer uma interpretação mais acessível e abrangente do complexo conceito de tempo bergsoniano. Constatamos que esse entrelaçamento teórico é evidente ao longo do trabalho de Upward, como podemos verificar no trecho a seguir:

há bilhões de momentos e movimentos a partir do momento, sem privilegiar momentos passados, presentes ou futuros. Esse espalhar pode ocorrer a qualquer momento em resposta a quaisquer atos de criação, mas a pressão interna da teoria da estruturação, a maneira como nossos processos de informação afeta a criação da informação, sempre será espacial e

temporalmente específica ao momento, de acordo com o que está disponível para nós e o que escolhemos ou somos forçados a usar (Upward, 2005, p. 201, tradução nossa).

Ao integrar as teorias de Giddens sobre o distanciamento entre espaço e tempo, Upward (1997) utiliza as quatro camadas interativas de Giddens para enriquecer sua compreensão arquivística. Estas camadas variam desde ações imediatas até a dimensão mais abrangente do espaço-tempo, abarcando interseções regionais, rotinização, distanciamento tempo-espaço e formas de totalidade social. Upward correlaciona estas ideias com o que entende como os processos arquivísticos essenciais: criação, captura, organização e pluralização, proporcionando um alicerce teórico robusto para a prática arquivística contemporânea. Com o intuito de contextualizar essas ideias sobre distanciamento entre espaço e tempo no âmbito da arquivologia, Upward as relaciona aos processos arquivísticos supracitados:

- criar equivale a um momento em que indivíduos estão engajados em exercer atividades como fontes criativas. A informação registrada propaga-se para longe de seu ato originador. *A criação é uma dimensão de interseção;*
- capturar equivale a um momento em que as comunicações são trazidas para uma estrutura que permite uma utilização consistente e coerente de informações por grupos de pessoas. Isso envolve a adição de informações sobre as já registradas e a sua comunicação, metadados, que desencaixam a informação do contexto imediato de sua criação. *A captura é uma dimensão de rotinização;*
- organizar equivale à necessidade de empacotar informações por intermédio de uma gama de participantes que não compartilham das mesmas estruturas de interação do grupo. Comumente, entendimentos e estruturas navegáveis têm de ser instituídos no âmbito dos sistemas para que a informação possa ser compartilhada em um espaço-tempo diferente. Esse é um processo que poderia ser descrito como a organização da memória. *A organização é o principal lócus de distanciamento do espaço-tempo;*
- pluralizar equivale ao processo de transmissão de informação para pontos além de contextos organizacionais em formas de totalidades sociais, ainda mais distantes das organizações, e todas as visões do indivíduo, dentro do qual os processos de criação e captura tiveram lugar. Essa é uma região

nebulosa nos alcances mais amplos do espaço-tempo, envolvendo a memória como é formada por meio de totalidades sociais. *A pluralização envolve o uso de informações de maneiras que são menos previsíveis ou controláveis.*

No contexto da arquivologia, constatamos que a base do *records continuum* tem suas origens na década de 1960 a partir dos esforços de Peter Scott e Ian Maclean no âmbito do CAO. Eles, referidos como “arquitetos” Upward (2015), desempenharam papel crucial no desenvolvimento do *series system*¹⁰⁴, uma abordagem que captura a complexidade e fluidez dos arquivos e que desafia perspectivas tradicionais acerca da proveniência arquivística. De acordo com Upward (2015), a década de 1980 foi um período de transformação significativa nas práticas arquivísticas do CAO, impactando profundamente o desenvolvimento da abordagem de *continuum*. Essa mudança ocorreu principalmente pela não implementação efetiva do sistema de séries proposto por Scott, visto que esse sistema exigia um considerável esforço descritivo cuja aplicação ocorria progressivamente ao longo do *continuum* documental. Como resultado, houve uma inclinação para a adoção de estratégias de custódia mais tradicionais, alinhadas com as ideias de Jenkinson, desviando o foco para documentos de valor secundário, conforme a concepção de Schellenberg.

Já nos anos 1990, verifica-se o ressurgimento do interesse pela abordagem do *continuum*, impulsionado principalmente pela emergência dos documentos digitais. Este período viu contribuições significativas de teóricos norte-americanos, canadenses e europeus, que expandiram as ideias sobre a gestão de documentos digitais e redefiniram a teoria e prática arquivísticas. Figuras como Terry Cook, Jay Atherton, David Bearman, Luciana Duranti, Margaret Hedstrom, John McDonald e Hans Hofman foram especialmente influentes, trazendo ideias inovadoras que moldaram profundamente o avanço do pensamento arquivístico e sua adaptação às novas realidades digitais.

¹⁰⁴ Abordaremos algumas das características do sistema de séries australiano na subseção 6.5.1.

A síntese do pensamento do *continuum* na arquivologia acontece por meio da construção de um modelo teórico, desenvolvido por pesquisadores da *Monash University* em 1996 (Upward, 2015), e apresentado à comunidade arquivística por meio dos trabalhos de Upward (1996; 1997). O modelo intitulado como *records continuum* é desenvolvido com o intuito de fornecer uma abordagem teórica e prática para a gestão de documentos e arquivos em um contexto pós-custodial e digital. Ele se concentra na ideia de que os documentos devem ser gerenciados de forma contínua e integrada no decorrer do tempo e do espaço, rompendo com o entendimento baseado no ciclo vital — espaços e momentos bem delimitados para a ocorrência de ações. Esse modelo propõe que os documentos possam ser vistos sob múltiplas perspectivas, podendo ser, por exemplo, simultaneamente administrativos e históricos, correntes e permanentes, de valor primário e secundário.

Além disso, Upward (1996) propõe princípios estruturais adaptáveis para o modelo *records continuum*, visando abordar as complexidades encontradas na preservação de documentos em ambientes tanto digitais quanto tradicionais. Estes princípios são projetados para refletir a natureza dinâmica e evolutiva da gestão de documentos e arquivos, reconhecendo a necessidade de uma abordagem flexível e integrada que possa responder eficazmente aos desafios contemporâneos da arquivologia. Esses princípios são:

- conceito inclusivo de documentos: Upward enfatiza um entendimento abrangente dos documentos, valorizando seu uso contínuo para fins transacionais, comprobatórios e de memória. Este conceito visa unificar as práticas de arquivamento e manutenção, independentemente do tempo de retenção do documento, seja ele mantido por um breve momento ou por milênios;
- enfoque nos documentos como entidades lógicas: a abordagem de Upward notabiliza os documentos como entidades lógicas, em vez de físicas. Isso significa considerar documentos em diversos formatos, seja em papel ou em formas eletrônicas, reconhecendo os avanços tecnológicos e a diversidade dos meios de registro;
- institucionalização do papel da profissão de arquivista: Upward sublinha a importância do papel dos arquivistas, enfatizando a necessidade de integrar práticas de *recordkeeping* com processos sociais e administrativos. Esta

perspectiva reconhece o arquivista como um profissional essencial na gestão da informação;

- arquivologia como base para organização do conhecimento sobre documentos e arquivos: o autor vê a arquivologia como um campo fundamental para organizar o conhecimento sobre a gestão de documentos e arquivos, sugerindo que ela oferece uma estrutura teórica e prática para entender e gerenciar documentos de forma eficaz em um mundo cada vez mais complexo.

O modelo *records continuum*, representado pela Figura 5, é ilustrado por quatro círculos concêntricos, simbolizando a interconexão e simultaneidade de suas dimensões. Este modelo quadridimensional não segue uma base linear, mas é composto por dimensões interconectadas que coexistem no espaço-tempo. Cada dimensão tem um papel específico, contribuindo para uma abordagem mais integrada e holística na gestão de documentos e arquivos. Os quatro eixos mapeiam aspectos cruciais: a criação de documentos no eixo de *recordkeeping*; os atores envolvidos nos processos no eixo de identidade; as ações que ocorrem no eixo transacional; e as qualidades probatórias no eixo de evidência. Reconhecemos que a estrutura complexa e multifacetada do *records continuum* oferece uma compreensão mais clara de como essas dimensões e eixos interagem e se complementam no contexto da gestão de documentos e arquivos na contemporaneidade.

No que se refere às dimensões, de acordo com Upward (1996; 1997), vemos que a primeira dimensão, "criar", envolve o registro de traços de ações. Aqui, as ações realizadas são registradas, deixando um rastro documental que indica que algo ocorreu. A segunda dimensão, "capturar", relaciona-se com a captura desses registros em um sistema de gestão de documentos. Nesta etapa, os documentos são colocados em um contexto específico e são adicionados metadados¹⁰⁵ necessários para que

¹⁰⁵ De acordo com Vellucci (2017), metadados são informações estruturadas, usadas para localizar, acessar, utilizar e gerenciar recursos de informação, principalmente em um ambiente digital. Um esquema de metadados consiste em um conjunto pré-definido de elementos que contêm informações sobre um recurso. Eles auxiliam tanto pessoas quanto computadores em funções descritivas, estruturais ou administrativas. Os metadados descritivos identificam um recurso, descrevem seus atributos, caracterizam suas relações com outros recursos e fornecem dados de localização e avaliação

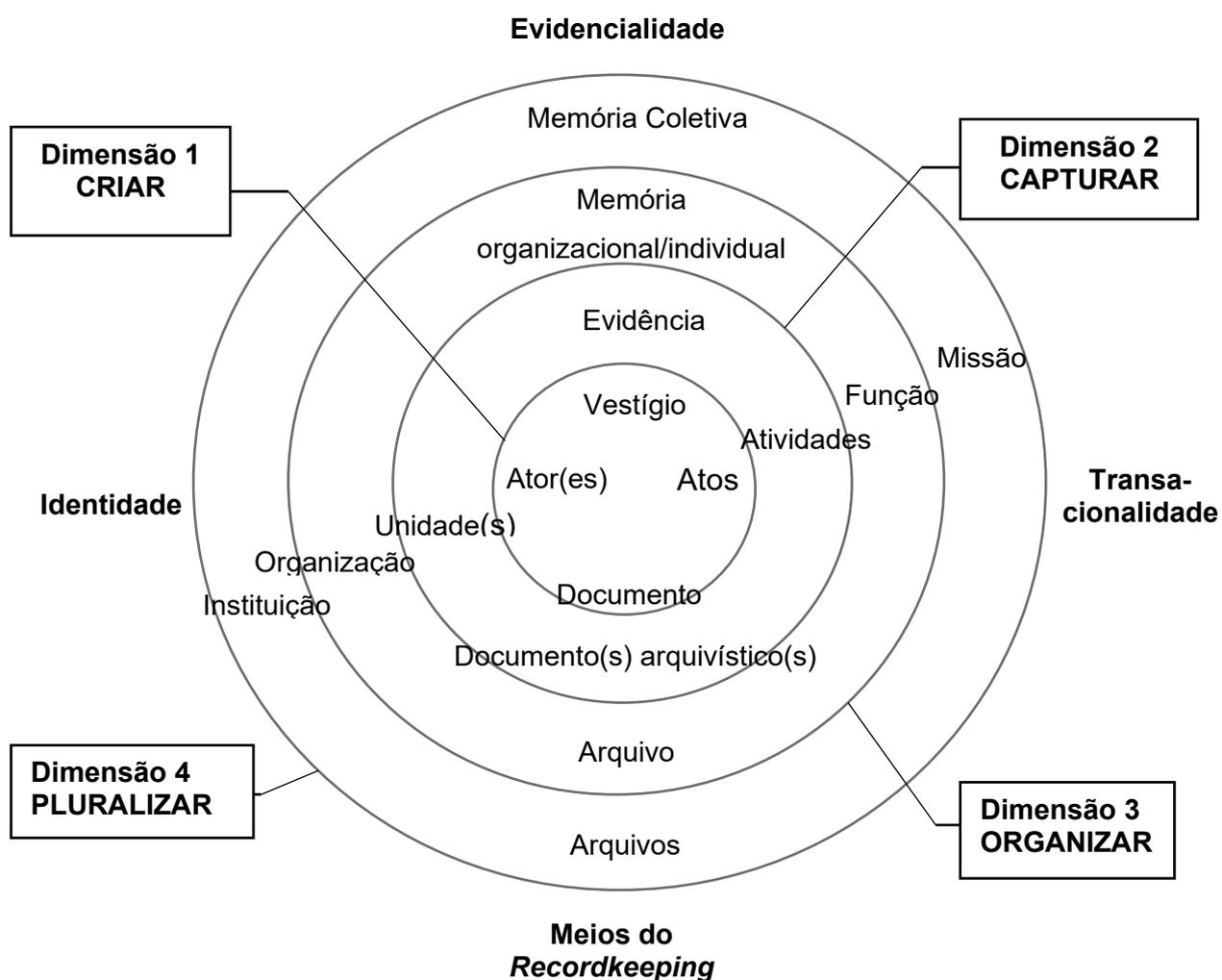
atuem como evidência dos atos que representam. A terceira dimensão, "organizar", aborda como os documentos são organizados dentro de um sistema de gestão de documentos no nível organizacional. Esta organização permite que os documentos atuem como evidência das atividades da organização. Finalmente, a quarta dimensão, "pluralizar", trata da difusão dos documentos para fora dos limites da organização que os produziu. Nesta etapa, os documentos contribuem para a memória social da comunidade mais ampla e podem ser reutilizados de várias maneiras e formas, expandindo assim seu alcance e significado.

Em concordância com Frings-Hessami (2021), admitimos que a teoria que perpassa o *records continuum* pode inicialmente parecer complexa, em parte devido à densidade dos textos de Upward — principal divulgador do modelo. No entanto, a autora salienta que os conceitos fundamentais que simbolizam o modelo podem ser simplificados e que sua essência pode ser resumida em dois pontos:

- Diferentes processos podem ser aplicados aos documentos simultaneamente para atender às necessidades de várias partes interessadas, e
- Os processos arquivísticos não visam produzir um produto final, pois os registros estão sempre suscetíveis a serem utilizados de maneiras diferentes por outras partes interessadas.

para o recurso. Os metadados estruturais fornecem informações que vinculam os arquivos separados de um recurso composto e fornecem ao computador diretrizes arquitetônicas para armazenamento, navegação, sequência e apresentação do recurso. Já os metadados administrativos são frequentemente divididos em subcategorias, incluindo informações técnicas, de proveniência, preservação e gestão de direitos. Metadados técnicos fornecem informações sobre o processo de digitalização, detalhes do formato do arquivo, aspectos técnicos de imagens ou sons, ou dados de migração. Metadados de proveniência fornecem informações sobre a fonte original de um objeto digitalizado e rastreiam sua autenticidade. Metadados de preservação ajudam a garantir que o objeto digital exista e esteja tecnicamente acessível a longo prazo, incluindo informações sobre técnicas de criptografia, histórico de modificação de arquivos e ambiente do sistema operacional. Metadados de gestão de direitos incluem informações sobre propriedade intelectual, direitos de reprodução e acesso.

Figura 5 - Modelo Records Continuum



Fonte: Adaptado de Upward (2000).

Portanto, visando a uma melhor elucidação, acreditamos que os avanços na gestão de documentos e arquivos pode ser compreendida analogamente ao uso de lentes por meio das quais observamos o mundo. A abordagem tradicional, focada no ciclo vital, analisa os processos arquivísticos de forma fragmentada e sequencial. Contrapondo-se a isso, o modelo *records continuum* introduz uma perspectiva mais dinâmica e integrada, refletindo a complexidade da era contemporânea. Este modelo realça a importância de considerar múltiplas aplicações e necessidades para os documentos desde a sua criação, tratando-os como entidades dinâmicas em constante transformação.

6.3.2. A integração espaço-temporal: explorando simultaneidade e multiplicidade

Prosseguindo com nossa investigação acerca do *records continuum*, investigamos agora, o caráter espaço-temporal do modelo. Podemos mencionar que este feito é fundamental para corroborar um dos mais importantes argumentos que compõe nossa tese: demonstrar que um modelo arquivístico aderente à concepção contemporânea de espaço e tempo é mais adequado para lidar com sua complexidade do que um modelo articulado em um contexto espaço-temporal distinto. Antes de adentrarmos à questão central, julgamos importante explorar o caráter linear e sequencial do ciclo vital dos documentos, como forma de firmar um entendimento que favoreça uma adequada interpretação do *records continuum*, constituindo uma base para uma discussão mais assertiva posteriormente.

Primeiramente, é importante ressaltar que, na primeira parte desta tese, especificamente na subseção 4.4.2, conduzimos uma apuração detalhada sobre o conceito do ciclo vital dos documentos, um fundamento teórico e metodológico que reflete de forma clara a compreensão acerca das dimensões de espaço e de tempo na modernidade. Em nossa pesquisa, foi possível constatar que a abordagem arquivística baseada no ciclo de vida retrata uma estrutura linear de passado-presente-futuro, identificando o passado com a criação do documento, o presente com seu uso ativo e o futuro com seu arquivamento definitivo.

Destacamos, também, com base nos estudos de Costa Filho (2019), que o modelo do ciclo vital dos documentos se caracteriza por uma segregação nas práticas arquivísticas, estabelecendo distinções marcadas entre a gestão de documentos administrativos e históricos. De acordo com uma progressão temporal, os documentos evoluem por fases até que, com exceção daqueles escolhidos para preservação, atingem o fim de sua utilidade. Este modelo sugere que as intervenções sobre os documentos seguem etapas fixas e sequenciais, sob a responsabilidade de grupos profissionais específicos, refletindo uma divisão artificial entre os propósitos administrativos e históricos, e perpetuando uma visão fragmentada e limitada dos processos de gestão de documentos e arquivos.

Adicionalmente, podemos ressaltar a visão de Duranti (2015b), que acentua que a perspectiva proporcionada por ciclo vital pressupõe necessariamente uma transferência de responsabilidade pelos documentos do criador para o preservador e é baseado no uso e na localização dos documentos e no propósito das atividades realizadas. A autora ainda frisa que essa fragmentação ocorre independentemente do quanto contínua seja essa transmissão e da colaboração entre esses atores. Costa Filho (2019), no mesmo sentido, acentua que mesmo nos países em que não há a tradição de existência de profissionais distintos para atuar em determinadas fases do ciclo vital, como é no caso dos países que adotam a figura do *records manager* e do *archivist*, isso não necessariamente assegura uma gestão contínua e integrada. Ele aponta que o distanciamento entre espaços e tempos, perpetuado pela segmentação em estágios, continua a ser uma barreira significativa.

Podemos nos utilizar da comparação entre as perspectivas proporcionadas pelo *records continuum* e o ciclo vital dos documentos realizada por McKemmish (1997) para aclarar algumas das particularidades centrais do *records continuum* explorando justamente os pontos divergentes:

A perspectiva do *records continuum* pode ser contrastada com a do ciclo vital. O ciclo vital argumenta que nele são claramente definíveis estágios no *recordkeeping*, e cria uma nítida distinção entre a gestão de documentos correntes e permanentes. O *records continuum*, por outro lado, tem fornecido aos arquivistas australianos uma maneira de pensar sobre a integração dos processos de *recordkeeping* e de arquivos permanentes. O ciclo vital vê os documentos passando através de estágios, até que eventualmente ‘morram’, exceto para os ‘escolhidos’ que reencarnam como arquivos permanentes. Uma abordagem baseada no *continuum* sugere a integração de dimensões no espaço-tempo. Os documentos são ‘fixados’ no tempo e no espaço a partir do momento da sua criação, mas os regimes de *recordkeeping* os levam adiante e permitem a sua utilização para propósitos múltiplos, entregando-os às pessoas que vivem em espaços e tempos diferentes (McKemmish, 1997, tradução nossa).

Considerando que o ciclo vital dos documentos consiste em uma das metanarrativas constituintes da arquivologia, em conformidade com o estabelecido por Gilliland (2000) e por Costa Filho (2019), podemos afirmar que a visão linear e sequencial proporcionada por ele é bastante marcante no pensamento arquivístico moderno. Podemos exemplificar o disposto com os resultados de pesquisas conduzidas por Frings-Hessami (2020; 2021), que realçam uma tendência dos arquivistas à interpretação linear e sequencial do *records continuum*, sobretudo de suas dimensões, tal qual etapas ou fases presentes no ciclo vital. Por exemplo, ao

adotar uma perspectiva linear sobre o modelo *records continuum*, presume-se que os documentos transitam gradualmente através de suas dimensões, desde a associação com outros documentos, ao ganho crescente de valor probatório, até a contribuição para a missão institucional, alcançando uma posição cada vez mais abrangente na estrutura organizacional.

Embora esse processo possa ocorrer em muitos casos, salientamos que a compreensão integral do *records continuum* requer ultrapassar essa linearidade, abraçando a complexidade e a multifuncionalidade do modelo. Podemos afirmar que a interpretação linear e sequencial dos processos de gestão de documentos, que é característica do método de investigação moderno, implica uma interpretação equivocada do *records continuum* e limita a compreensão dos diversos fenômenos envolvidos na contemporaneidade. A respeito disso, Frings-Hessami (2022) explica que o *records continuum* não foi concebido para ser interpretado de maneira linear, tendo em vista que ele foi projetado como um modelo multidimensional e recursivo, contrapondo-se à sequencialidade predeterminada do ciclo vital.

Com vistas a superarmos a leitura linear e sequencial característica do ciclo vital dos documentos, acreditamos que uma exploração detalhada acerca do caráter espaço-temporal do modelo pode nos auxiliar a integrar uma nova perspectiva à nossa forma de pensar sobre os arquivos no âmbito da contemporaneidade. A partir daqui discutiremos aspectos decorrentes do caráter espaço-temporal do modelo: como simultaneidade e multiplicidade. Posteriormente, faremos alguns apontamentos sobre outras características que serão mais bem discutidas nas duas subseções posteriores, como a diversidade monística e o devir documental.

Preliminarmente, estabelecemos, como ponto de partida, o fato de o *records continuum* refletir a transformação contemporânea nas concepções de espaço e tempo, em sintonia com as mudanças trazidas pela era digital e pelo ciberespaço. Daniels (2021) destaca que, na perspectiva do *records continuum*, tempo e espaço não são entidades distintas contra as quais agimos passivamente, mas fenômenos inter-relacionados que moldam como as pessoas e o mundo se formam. Os conceitos de espaço e tempo, portanto, não devem ser vistos separadamente, mas como um todo complexo e sempre presente. Este modelo reconhece que, assim como o espaço e o tempo não são mais estáticos e previsíveis, mas fluidos e interconectados pelas tecnologias digitais, os documentos também não seguem mais um percurso linear e

isolado. Portanto, como já mencionado anteriormente, constatamos que as fronteiras impostas pela visão baseada em fases ou idades, preconizadas pelo ciclo vital, são desconstruídas e desmontadas.

Considerando a sugestão de Frings-Hessami (2022), um dos pontos altos para dirimir desentendimentos causados pela leitura linear e sequencial é salientar que, na perspectiva do *records continuum*, não existe uma etapa final para os documentos. Conforme discutiremos em seguida, os documentos estão sempre em processo de devir (McKemmish, 1994), sempre suscetíveis a serem usados de maneira diferente por atores diferentes. Por exemplo, de acordo com a autora, após a pluralização, os documentos estão suscetíveis a serem reutilizados, recriados, recapturados, reorganizados e repluralizados. Cada reutilização de um documento o traz de volta à primeira dimensão, a da ação e criação.

Tendo em vista que os documentos estão sempre se transformando, a depender de seus múltiplos usos, outro aspecto determinante a ser considerado é o reconhecimento da noção de simultaneidade. Frings-Hessami (2022) discute como as dimensões no modelo são simultâneas, permitindo a representação de múltiplas perspectivas de vários atores no decurso do tempo e do espaço (McKemmish *et al.* 2010). De igual modo, Costa Filho (2019) frisa a capacidade de o modelo propiciar uma leitura dos documentos que considera a possibilidade de eles possuírem diferentes significados para diferentes pessoas em diferentes contextos, tanto imediatamente quanto ao longo do tempo.

Com base em nossa apreciação, propomos o conceito de multifuncionalidade documental. Sob este prisma, entendemos que um documento, ao ser criado e integrado a um sistema de gestão de documentos, pode simultaneamente cumprir funções em múltiplas dimensões. Isso inclui atender às exigências legais de acesso à informação, assim como servir a propósitos sociais mais amplos. Segundo nossa visão, embasada também nos estudos de Costa Filho (2019), as possibilidades de um documento transitar entre várias dimensões, ou mesmo ocupar todas elas de forma concomitante, não apenas são inúmeras como também plenamente factíveis.

Nesse contexto, Daniels (2021), ao explorar a dimensão espaço-temporal do *records continuum*, demonstra como funções arquivísticas, como avaliação e descrição, se inserem dentro de um regime de simultaneidade. A autora salienta a viabilidade e a lógica de que práticas de gestão de documentos, incluindo avaliação e

descrição, possam ocorrer repetidamente, em qualquer sequência e até de forma simultânea. Daniels (2021) realça que, por estarem influenciados e moldados pela dimensão tempo-espaço, os documentos, assim como as pessoas e outros fenômenos, não são entidades estáticas, mas sim dinâmicas, sofrendo alterações tanto físicas quanto conceituais. Assim, sob a ótica do *records continuum*, os documentos têm conteúdo e estrutura relativamente estáveis, mas encontram-se em um contexto que evolui continuamente. Portanto, a autora assinala que a descrição dos documentos deve refletir essa natureza dinâmica, permitindo que sejam compreendidos como objetos de informação autoritativos e relevantes em diferentes contextos espaço-temporais.

Para colocar em prática a noção de simultaneidade inerente ao *records continuum*, Daniels (2021) enfatiza a necessidade de um esforço adicional no controle contextual e na elaboração de metadados, reduzindo a ênfase na localização física ou na sequência. A autora faz referência aos estudos aprofundados de Hurley (1995a, 1995b) sobre como desenvolver sistemas que acomodem documentos que, sob a perspectiva do *continuum*, apresentem duas naturezas temporais aparentemente binárias e incompatíveis — duradouras e efêmeras. Para a autora, o sistema de séries australiano representa, talvez, a manifestação mais clara dessa transição para um paradigma não custodial, que transcende as noções fixas de espaço e tempo.

No que diz respeito à multiplicidade, Daniels (2021) contextualiza esse conceito no âmbito do *records continuum*, ligando-o à teoria da estruturação de Giddens, que inclui a rotinização, a consciência prática e a distanciação, conforme apresentado na seção 5.4 desta tese. Esses elementos operam através e no tempo-espaço para criar múltiplas realidades. A autora frisa que a multiplicidade já aparecia em escritos anteriores aos teóricos do *records continuum*, tendo como exemplo o termo ‘múltiplas realidades’, que parece ter sido usado de forma intercambiável com multiplicidade, uma maneira de reconhecer o mundo como ‘um lugar dinâmico, virtual — um lugar de lógicas, ou virtuais ou múltiplas realidades’ (McKemmish, 1997, p. 8, tradução nossa).

A multiplicidade, conforme incorporada na visão do *records continuum*, é revelada tanto pela compreensão de uma proveniência simultânea e paralela múltipla, que será discutida mais adiante, quanto pelo conceito do multiverso arquivístico, abordado anteriormente na subseção 6.1. A filosofia do *records continuum* percebe o mundo como diverso de forma monística, existindo dentro e através do espaço-tempo,

englobando uma multiplicidade de realidades e perspectivas. Diante disso, Daniels (2021) levanta a questão de como podemos navegar por esse mundo complexo. A autora salienta que, desde a década de 1990, uma quantidade significativa de teóricos do *continuum* e seus contemporâneos têm focado no impacto social da exclusão de perspectivas alternativas, buscando formas de empoderar comunidades por meio da inclusão e do reconhecimento de tais comunidades e indivíduos como participantes ativos e detentores de direitos no processo arquivístico. Segundo os teóricos do *continuum*, enfrentar esse desafio não envolve a desistência ou a simplificação da realidade em categorias artificiais.

Ao concluir esta análise, sobrelevamos a capacidade inovadora do *records continuum* de se alinhar com as concepções espaço-temporais contemporâneas, ultrapassando a linearidade e rigidez do ciclo vital tradicional. Por intermédio do exame das mudanças nas concepções de espaço e tempo, impulsionadas pela era digital, notabilizamos a importância de abordagens que reconheçam a fluidez e o dinamismo dessas noções em um mundo cada vez mais conectado por tecnologias e redes de comunicação. O *records continuum*, ao contrário do ciclo vital, propõe uma visão integrada e multifacetada que reflete a complexidade da gestão de documentos e arquivos na era digital.

Uma das contribuições mais significativas do *records continuum* é a sua visão sobre a funcionalidade dos documentos, que podem servir a múltiplos propósitos para diferentes pessoas, em diversos espaços, simultaneamente e ao longo do tempo. Esta perspectiva é fundamentada no conceito de valor contínuo, que se afasta da limitação dos documentos a um valor primário ou secundário específico e rejeita sua categorização exclusiva como evidência ou memória. Em vez disso, um documento pode simultaneamente ostentar valores primários e secundários, atuando tanto como evidência quanto memória, independente do contexto espaço-temporal em que é considerado. Ressaltamos, ainda, a relevância dessa abordagem ao discutir o potencial dos documentos arquivísticos digitais, cujas possibilidades seriam severamente restringidas por uma visão que não transcende o ciclo vital tradicional. Argumentamos que o aspecto espaço-temporal do *records continuum* quebra as barreiras da linearidade, permitindo que os documentos transcendam as fases tradicionais do ciclo vital e sejam reconhecidos por sua multifuncionalidade e capacidade de servir a propósitos variados, em diferentes tempos e espaços.

Concluindo, ao adotar a perspectiva do *records continuum*, abraçamos uma prática arquivística que se alinha com a era digital, desafiando a necessidade de abordagens lineares e rigidamente estruturadas na gestão de documentos. Portanto, salientamos a urgência de repensar e adaptar nossas metodologias para refletir e responder às complexidades, conexões e dinâmicas do mundo contemporâneo. A visão fornecida pelo *records continuum* nos capacita a conceber uma arquivologia que não é apenas mais adaptável e inclusiva, como também profundamente integrada à realidade multifacetada e interconectada da contemporaneidade.

6.3.3. Para além do dualismo: o conceito de diversidade monística

Na primeira parte desta tese, exploramos a natureza dicotômica do pensamento racional, uma herança do pensamento científico inicial frequentemente atribuída a Descartes. A famosa máxima de Descartes, “Penso, logo existo”, exemplifica essa divisão, ao distinguir claramente o mundo físico, sujeito à dúvida, da inquestionável certeza da mente. Este *insight* deu origem a uma série de dicotomias epistemológicas no coração da ciência moderna: material *versus* espiritual, corpo *versus* mente, e ciência *versus* fé, destacando uma visão dualista do universo.

Estas divisões, embora fundamentais para o desenvolvimento da ciência moderna, impõem limitações ao nosso entendimento da realidade, ao sugerir uma separação estrita entre categorias tais como sujeito e objeto. Tais dicotomias refletem uma tendência humana de simplificar a complexidade mediante a separação e classificação. No entanto, reconhecemos a necessidade de transcender essas divisões, buscando abordagens mais holísticas e integradas que capturem a interdependência e a complexidade do mundo real. Iacovino (2006) explica de forma eloquente como essa divisão emerge no contexto da arquivologia:

A relação do mundo externo (contexto) e como os seres humanos o internalizam, de sujeito (ser humano) e de objeto (coisa), e de valores sociais em mudança, são preocupações éticas contínuas que também foram levantadas na teoria arquivística quanto à relação do documento (objeto ou sujeito) com seu criador (objeto ou sujeito), e dos valores atribuídos à informação registrada em diferentes configurações de tempo-espço. A divisão de Descartes do físico do mental ou espiritual, conhecida como ‘dualidade cartesiana’, é rejeitada pela teoria da demanda ética que se propõe a destruir a epistemologia de sujeito e objeto. Frank Upward em seu modelo

de *records continuum* também rejeita a dualidade sujeito-objeto na qual o documento é o objeto (Iacovino, 2006, pp. 7-8).

Dada a importância de desafiar a visão reducionista das dicotomias cartesianas, propomos uma reflexão mais profunda sobre as interconexões e nuances entre sujeito e objeto, mente e matéria, ciência e fé, público e privado etc. Esta abordagem nos encoraja a superar as divisões tradicionais, reconhecendo a complexa teia de relações que enriquece nossa compreensão e experiência do mundo. Neste contexto, Daniels (2021) contribui significativamente ao assinalar que os arquivos podem ser compreendidos como um fenômeno holístico único, que engloba simultaneamente tanto valores primário e secundário, consistindo em muitas partes diversas. Essa característica, identificada por Upward (2019b) como "diversidade monística", não somente ressoa com a proposta de superação do pensamento racional e dicotômico característico da era moderna, como também representa uma visão mais integrada e abrangente dos arquivos, reconhecendo sua complexidade e a multiplicidade de elementos que os constituem. Upward (2019b), em um marco teórico pós-moderno, estabelece firmemente essa noção, oferecendo um caminho para a integração via desconstrução.

Como Daniels (2021) explica, compreendemos que a diversidade monística é uma ideia bem menos complicada do que pode parecer à primeira vista. Nós verificamos que esta concepção defende a inter-relação de tudo e todos, cada lugar e momento, de maneira que nada possa existir de forma isolada. Logo, esta visão nos leva a constatar que todos os elementos do universo estão intrinsecamente conectados, formando um todo unificado ou um aglomerado monístico. Contudo, observamos que essa unidade não implica homogeneidade. Identificamos que cada entidade, lugar, tempo e evento é singular, caracterizado por configurações relacionais únicas, específicas de seu contexto. Dessa forma, enquanto pertencem a um todo integrado, eles mantêm sua distinção individual. Eles são diversos, mas sob a égide da monisticidade. A própria nomenclatura, sob um ponto de vista cartesiano, pareceria contraditória — "mono" significando um e "diverso" significando muitos. Rejeitando essa abordagem cartesiana, torna-se possível entender os arquivos como um fenômeno holístico único, que simultaneamente engloba valores e finalidades distintos, consistindo em muitas partes diversas.

O monismo é o multiverso arquivístico, um universo lateralmente interconectado de informação registrada que está em um estado de expansão exponencial. A governança da informação existe como parte desse todo simples, mas quaisquer soluções simples para lidar com ela certamente estarão erradas. Elas serão confundidas pelo fato de que a diversidade das partes é muito mais complexa que o todo e estão em movimento, expandindo em sua complexidade (Upward, 2019, p. 260, tradução nossa).

Daniels (2021) explora a ideia de que, mesmo sem usar explicitamente o termo "diversidade monística", muitos pensadores do *records continuum* se alinham à sua essência, desafiando dicotomias tradicionais. McKemmish e Piggott (2013), por exemplo, dedicaram um artigo inteiro a desafiar as dicotomias. A rejeição de binaridades expande as possibilidades para uma gama mais ampla de opiniões e perspectivas, eliminando a necessidade de separações estritas, como entre documentos pessoais e corporativos, ou na atribuição de responsabilidades.

Nesse prisma, McKemmish (2001) defende como característica marcante do *records continuum* a sua capacidade de proporcionar uma abordagem unificada para a gestão de *records* e *archives*, visto que a visão de *continuum* vai além dos dualismos próprios do ciclo vital dos documentos. Como exemplo, a autora declara que o dualismo documento-como-memória *versus* documento-como-evidência desaparece na perspectiva do *continuum*.

Em uma visão de *continuum*, a capacidade de os documentos funcionarem como instrumentos de governança e *accountability* formam a memória, moldam a identidade e fornecem valor às fontes de informação, e estão ligadas com suas qualidades de evidência — sua transacionalidade e contextualidade. Nessa visão, os documentos não podem ser categorizados ou como evidência ou como memória. Eles são ambos. É a sua natureza evidencial que os distingue de outras formas de informação registrada e lhes permite exercer seu papel particular na formação da memória e no molde da identidade (McKemmish, 2001, p. 352, tradução nossa).

Daniels (2021) explora a conexão entre a noção de diversidade monística no *records continuum* e a teoria da estruturação de Giddens, evidenciando como essas abordagens teóricas reconciliam dualismos como agente/estrutura e tempo/espaço. Essa síntese permite, por exemplo, a integração de documentos pessoais e corporativos em uma constante interação, desafiando as divisões tradicionais e promovendo uma prática que supera as dicotomias entre diferentes profissionais, tais como *records managers* e *archivists*. De acordo com Daniels:

A incorporação ao *records continuum* da teoria da estruturação de Anthony Giddens e do distanciamento espaço-tempo é outra maneira como a diversidade monística se manifesta no pensamento do *records continuum*. Ambas as teorias enfrentam dois dualismos (agente/estrutura e tempo/espaço) e tentam reconciliá-los. Um exemplo chave é a forma como a teoria da estruturação une agência e estrutura, macro e micro, tempo e espaço. A teoria da estruturação permite que documentos pessoais e corporativos coexistam, não como opostos, mas entrelaçados e em processo de tornar-se. O papel do arquivista também se baseia na ideia de que as dicotomias entre gestores de documentos e arquivistas, profissionais e leigos, podem ser superadas (Daniels, 2021, p. 151, tradução nossa).

6.3.4. O documento em constante estado de devir

De acordo com Daniels (2021), a ideia de que os documentos estão "sempre em processo de devir" é um pilar central no pensamento do *records continuum*. Essa concepção, embora sugerida pela ênfase no espaço-tempo — já que pouco sentido faria se preocupar com espaço-tempo se as entidades fossem fixas e estáticas —, foi explicitamente apresentada por McKemmish (1994) sobre o sistema de séries australiano. Segundo a autora, torna-se desafiador distinguir as características do *records continuum*, tais como devir documental, multiplicidade, simultaneidade, visto que esses são tão entrelaçados que mal faz sentido tratá-los de maneira independente. Eles existem como um todo diverso, porém monístico (Daniels, 2021).

O conceito de devir documental introduz duas ideias fundamentais para uma ontologia e epistemologia do *records continuum*. Primeiramente, como mencionado anteriormente, enfatiza que os documentos estão sempre em processo de devir, nunca estão "finalizados" e estão sempre sujeitos a mudanças. Em segundo lugar, essa mudança não advém de alguma propriedade mágica inerente aos próprios documentos, mas sim de sua existência em um contexto mais amplo, de suas relações e interações com outras entidades, sejam elas humanas ou não.

Daniels (2021) examina como as conceituações de espaço e tempo de Bergson e Giddens podem ser classificadas como relativistas, considerando objetos como tanto duradouros quanto perduráveis. A autora explica que duradouro se refere a objetos que existem da mesma maneira/forma ao longo do espaço e do tempo, e perdurável a fenômenos que existem em diferentes formas através do tempo. Daniels argumenta que o pensamento do *records continuum* vê *records* e *archives* como ambos duradouros e perduráveis. Ela reafirma que a estrutura e o conteúdo dos

documentos são fixos, mas seu significado, contexto e relações estão sempre em um processo de devir. A autora ressalta que, como os documentos existem como fenômenos tanto perduráveis quanto duradouros, as descrições deles precisam fazer sentido em diferentes momentos. Ela questiona as implicações disso no âmbito da descrição arquivística, questionando como os arquivistas podem fornecer uma descrição ou metadados apropriados que perdurem no futuro.

Para fins de exemplificação podemos afirmar que, conforme verificado por Daniels (2021), a noção de devir documental se manifesta no pensamento do *records continuum* particularmente por intermédio do sistema de séries australiano e das compreensões do *records continuum* sobre a proveniência. Esta noção também é evidenciada no meta-modelo de Rolan (2017) para metadados de gestão de documentos, que incorpora explicitamente o devir documental ao rejeitar o tratamento intelectual único dos documentos. Nesse meta-modelo, os documentos não são vistos como entidades primárias, mas definidos por suas relações. A ontologia do modelo de Rolan enfatiza as relações entre entidades e se elas possuem ou não temporalidade ou espacialidade, existindo em um espaço ou tempo físico. Os documentos incorporam ofertas comunicativas, informacionais e evidenciais que, juntas, formam o "ser-documento", um continuante que pode mudar com o tempo, mas em qualquer momento é integral; uma representação construída e completa até aquele ponto no tempo.

[Documentos] incorporam ofertas comunicativas, informacionais e evidenciais que, juntas, chamamos de 'documento' (Yeo, 2010). Nesse sentido, então, esse aglomerado de ofertas, o 'ser-documento', é um continuante. Ele pode (e irá) mudar ao longo do tempo, mas em qualquer momento é integral; uma representação completa, construída até aquele ponto no tempo. Dessa perspectiva, os documentos também são considerados separados tanto dos eventos que descrevem quanto dos indivíduos que podem compreendê-los. Essa é a perspectiva da relação de Representação no meu modelo conceitual que confere a uma dada entidade substancial ou de performance o "ser-documento" (Rolan, 2017, p. 264, tradução nossa).

Os documentos também são experienciados por pessoas, e ao experimentar um documento, estamos contribuindo para o seu devir e ele para o nosso. De acordo com Rolan, "o fenômeno experiencial da interação com os documentos é um evento ocorrente. 'Ser-documento', portanto, não é estático; é efêmero e existe apenas no olho do observador" (Rolan, 2017, p. 264). Esta concepção implica uma abertura nas

práticas do *records continuum*, em que atividades como avaliação ou descrição não são eventos únicos, podendo ocorrer várias vezes ao longo da vida do documento.

Podemos concluir, com base nas reflexões de Daniels (2021), que a essência dos documentos no pensamento do *records continuum* é fluida e dinâmica, refletindo uma realidade na qual eles estão constantemente em transformação. Esta visão desafia conceitos tradicionais de fixidez, abraçando a complexidade das relações e contextos em que os documentos existem e interagem. A incorporação da teoria da estruturação de Giddens e a rejeição de dualismos simplistas sublinham uma compreensão de que os documentos, e a prática arquivística em si, estão imersos em um processo contínuo de devir, influenciados por e influenciando o tecido social em que estão inseridos.

6.4. Desenvolvendo a autonomia arquivística: o papel dos arquivos participativos e comunitários

Na subseção 6.2, exploramos a noção moderna de que a autenticidade dos documentos de arquivo é amplamente reforçada pela sua institucionalização — a alocação dentro de espaços formalmente reconhecidos que servem como garantia de sua veracidade e integridade. Esta premissa sustenta que é o reconhecimento oficial e a localização em arquivos estabelecidos que conferem aos documentos sua autenticidade, permitindo-lhes servir como registros fidedignos da história e da atividade humana.

Avançando neste diálogo, a exploração realizada nesta subseção busca questionar e apresentar respostas e variantes às premissas relativas ao enunciado moderno do espaço como espinha dorsal que sustenta a integridade, autenticidade e ordem dos arquivos. A título de exemplo, constatamos que o atributo da autenticidade emerge do processo de criação dos documentos, particularmente quando produzidos por agentes autorizados — funcionários públicos e indivíduos atuando em um rito oficial, investidos de autoridade pelo Estado. Conforme discutido na subseção 4.4.6 desta tese, os documentos são frequentemente considerados autênticos devido à posição formal de seus criadores, que atuam *ex officio*, detentores de um mandato público designado pelo Estado. Este entendimento destaca a dimensão performática

na produção de documentos autênticos, uma perspectiva que revela a intersecção entre poder, procedimento e legitimidade.

No entanto, sabemos que a arquivologia é um campo disciplinar marcado por complexidades e desafios significativos, especialmente quando se considera a variedade de agentes envolvidos — desde instituições estatais a grupos comunitários e indivíduos. De acordo com Gilliland e McKemmish (2015), documentos originários de atividades institucionais, comunitárias ou pessoais habitam um complexo de propósitos e processos que muitas vezes não reconhecem todos os agentes envolvidos nem abordam equitativamente os interesses de todos no registro desses documentos. Essa desigualdade se torna particularmente problemática diante do potencial dos documentos para obstruir ou promover a justiça social, os direitos humanos e a recuperação de conflitos e injustiças passadas.

De maneira análoga, Cook (2013) ressalta a importância da definição do que é considerado "mais apto" na preservação de documentos, argumentando que as abordagens tradicionais privilegiam o poder e a oficialidade. Ele ressalta que a sociedade e suas diversas dimensões devem ser incluídas nas memórias arquivísticas, especialmente em contextos não governamentais e locais. Cook (2013) enfatiza que as memórias são seletivas e moldam identidades, desempenhando um papel crucial na compreensão do passado e na vida contemporânea.

Quem determina o que significa 'mais apto'. Com o *laissez-faire jenkinsoniano* e estratégias tradicionais de avaliação, o "mais apto" seria claramente limitado à sobrevivência da memória dos mais poderosos na sociedade, da linha oficial, do resíduo da administração jurídica, como historiadores e outros estão mostrando agora em muitos contextos passados. No entanto, os arquivistas sabem que a sociedade - mesmo no âmbito dos registros governamentais e institucionais - é composta por muitas outras dimensões da experiência humana que devem fazer parte de nossas memórias coletivas arquivísticas. Na vida privada, esferas públicas não governamentais e comunidades locais, os arquivistas também sabem que as memórias são seletivas, projetadas para moldar identidades, formar narrativas, contar histórias e reforçar a identidade no presente de maneiras essenciais para viver a vida hoje, assim como para entender o passado (Cook, 2013, p. 103-104, tradução nossa).

Na seção 2 desta tese, constatamos que a questão da neutralidade do arquivista, especialmente no que se refere à sua responsabilidade em proteger física e moralmente os documentos, é fundamental para garantir a autenticidade e a imparcialidade documental na era moderna. Essa concepção se origina no ideal de

neutralidade científica, essencial para alcançar um conhecimento objetivo e verídico. Mantendo-se afastado das influências pessoais, o arquivista preserva a integridade e a relevância dos documentos, contribuindo significativamente para a formação de um conhecimento autêntico e confiável no contexto moderno.

Segundo Jimerson (2015), apesar de os arquivos serem tradicionalmente vistos como repositórios neutros e imparciais de informações confiáveis, pesquisas recentes desafiam essa percepção. Uma vez que as fontes arquivísticas podem ser utilizadas para estabelecer ou reforçar o senso de memória coletiva de um grupo, os arquivos podem contribuir para a criação de uma identidade de grupo. A arte, a literatura, os museus, as bibliotecas e os arquivos compartilham esse papel. Conforme apontado por Kaplan (2000, p. 147, tradução nossa), "o documento arquivístico não acontece por acaso; ele é criado por indivíduos e organizações e utilizado, por sua vez, para apoiar seus valores e missões". Isso coloca o arquivo em um contexto político e cultural. Esse envolvimento na construção e perpetuação da memória não é neutro. Historicamente, documentos e arquivos escritos têm servido para sustentar os interesses e o poder de indivíduos e grupos com riqueza, influência política e intelectual na sociedade. Diante disso, Jimerson (2015) argumenta que é essencial repensar a noção tradicional de proveniência para além do quadro hierárquico e burocrático predominante. Sua proposta é incorporar abordagens que reconheçam e valorizem o papel das comunidades na criação e manutenção de arquivos, de modo a refletir uma gama mais ampla de perspectivas e experiências.

Horsman e Ketelaar (2015) compreendem que, atualmente, o discurso arquivístico avançou para além das premissas tradicionais de neutralidade e imparcialidade que antes formavam a base do conhecimento em arquivologia.

O discurso arquivístico atual reconhece que o arquivista nunca pode alcançar o ideal de ser imparcial na sua interpretação dos documentos, e que, apesar de seguir os princípios arquivísticos, métodos arquivísticos harmonizados e padrões internacionais, ele ou ela faz escolhas que influenciam a maneira como o usuário entenderá os arquivos. Portanto, o leitor dos arquivos que começa com o instrumento de pesquisa deve estar familiarizado com os sistemas, práticas e políticas relevantes (Horsman; Ketelaar, 2015, p. 55, tradução nossa).

A seguir, exploraremos a **autonomia arquivística**, os **arquivos comunitários** e os **arquivos participativos**, conceitos que propõem alternativas inclusivas e

democratizadas para o tratamento e a valorização dos documentos de arquivo na contemporaneidade.

6.4.1. Arquivos participativos

Podemos definir como ponto de partida para a nossa análise a Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA)¹⁰⁶ da UNESCO de 2011. Esta declaração, sendo um documento contemporâneo, tem o objetivo de orientar para o futuro o desenvolvimento e aprimoramento de políticas nacionais de arquivo em todo o mundo, representando um marco internacional e cooperativo. Dentre os seus objetivos, notabilizamos o papel dos arquivos na promoção de responsabilidade e transparência, bem como no atendimento às necessidades de memória individuais e comunitárias. A referida declaração estabelece que:

[...] Os Arquivos são fontes fiáveis de informação para um governo responsável e transparente. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida (ICA, 2011).

Considerando o disposto, podemos verificar que, na contemporaneidade, questões sobre as complexidades e múltiplas realidades dos arquivos emergem e desafiam os arquivistas, instando-os a refletirem sobre situações em que há um histórico de contestação de direitos ou memória, ou de opressão, marginalização ou até mesmo obliteração de indivíduos ou comunidades. Gilliland e McKemmish (2015), na tentativa de identificar e apoiar o cumprimento do disposto na DUA, lançam os seguintes questionamentos como pontos de partida: os modelos arquivísticos existentes e seus regimes de acesso aberto, como atualmente concebidos, apoiam

¹⁰⁶ A DUA tem o objetivo de estabelecer princípios e diretrizes para a preservação e o acesso aos arquivos em todo o mundo. Essa declaração é um marco importante no campo da arquivologia, uma vez que reafirma o valor dos arquivos como elementos essenciais para a preservação da memória coletiva e o acesso à informação histórica. O principal objetivo da Declaração é promover a conscientização sobre a importância dos arquivos como fontes fundamentais para a compreensão da história, cultura e sociedade. Além disso, ela visa estabelecer padrões e princípios éticos para a gestão de arquivos, garantindo sua preservação a longo prazo e o acesso público apropriado.

agendas de direitos humanos e justiça social e as necessidades arquivísticas críticas de comunidades vivendo e se recuperando de conflitos? Eles entregam e protegem (e fazem isso de forma equitativa) quando se trata das prementes necessidades de identidade, memória e responsabilidade de todos os cidadãos e todos os agentes nos documentos em tais contextos?

Sobre as indagações aludidas, as autoras adiantam que quando são analisados os ramos de pesquisa que se dedicam à temática, bem como suas descobertas e dados e documentação relacionados, os resultados sugerem que ainda não há resposta para cada uma delas. Além de as autoras não vislumbrarem a concretização das proposições registradas na DUA, há lacunas significativas no texto.

Há evidências abundantes de que as estruturas arquivísticas, sistemas e serviços, incluindo ética profissional e estruturas de direitos, falham com muitos membros de comunidades com agudas necessidades de memória, identidade e responsabilidade. De fato, eles também falham com arquivistas individuais em termos da agência pessoal que eles poderiam escolher exercer (ou não). Observamos também que o papel essencial que os arquivos devem desempenhar em apoiar a reconciliação e a recuperação não é mencionado de forma alguma na Declaração Universal (Gilliland; McKemmish, 2015, p. 105, tradução nossa).

Compreendemos que respostas e soluções para os problemas e omissões evidenciados devem partir de uma revisão de literatura crítica da teoria arquivística visando ao desenvolvimento de um novo pilar epistemológico, que considere um conjunto integrado de direitos que reconhecem e respeitam os interesses dos diferentes agentes envolvidos ou implicados nos processos de documentação e gestão de documentos. Nesse sentido, Gilliland e McKemmish (2015) postulam que um imperativo moral e ético crucial para a formação de um arquivo que trabalhe em prol dos interesses daqueles que foram prejudicados, a fim de promover direitos humanos, reconciliação e recuperação, necessitará de "um tipo de arquivo bastante diferente" — um arquivo participativo.

Embora ainda não haja um consenso formal sobre a definição precisa desses arquivos, Theimer (2015) considera que a comunidade arquivística parece amplamente receptiva aos princípios subjacentes dos arquivos participativos, que se baseiam em apelos por uma maior abertura e transparência nas práticas arquivísticas. As mudanças tecnológicas e a adoção generalizada de novas ferramentas também possibilitam uma interação mais direta entre os arquivos e uma ampla gama de

usuários, aproveitando seu conhecimento e entusiasmo. Apresentamos no quadro a seguir algumas definições de arquivos participativos com o intuito de melhor explorar suas principais características.

Quadro 8 - Definições de Arquivo Participativo

Autor	Definição
Huvila (2008)	Arquivo que implementa curadoria descentralizada, orientação radical para o usuário e contextualização de registros e de todo o processo arquivístico.
Yakel (2011)	Espaço onde a informação é correpresentada, normas de credibilidade são co-estabelecidas, conhecimento é cocriado, autoridade é co-negociada e o controle é compartilhado.
Iacovino (2012)	Um arquivo que reconhece todas as partes envolvidas em uma transação como partes imediatas - cocriadoras - com direitos e responsabilidades negociados em relação à propriedade, acesso e privacidade. Uma ferramenta útil para preservar culturas diversas, corrigir injustiças do passado ou promover identidade cultural.
Gilliland e McKemmish (2015)	Arquivos participativos reconhecem que múltiplas partes têm direitos, responsabilidades, necessidades e perspectivas em relação ao registro. Os arquivos conseqüentemente tornam-se um espaço negociado no qual essas diferentes comunidades compartilham a administração - eles são criados por, para e com múltiplas comunidades, de acordo e respeitosos com os valores, práticas, crenças e necessidades da comunidade.
Theimer (2015)	Uma organização, <i>site</i> ou coleção na qual pessoas que não são profissionais de arquivos contribuem com conhecimento ou recursos, resultando em maior compreensão sobre materiais arquivísticos, geralmente em um ambiente <i>on-line</i> .

Fonte: Elaboração própria.

Ao longo desta pesquisa, constatou-se que, na modernidade, a legitimidade dos discursos oficiais do Estado é construída e consolidada quando seus agentes participam de um domínio simbólico. Esse domínio atua como uma forma de validação externa, autorizada e eficaz, que habilita o Estado a criar, instituir, nomear, declarar, prescrever e registrar sua vontade em documentos materiais. Diferentemente do disposto, uma abordagem assente em arquivos participativos envolveria os arquivos que possuem documentos oficiais necessários para provar casos ou reconstruir vidas ampliando o papel dos indivíduos nos documentos e ajustando suas prioridades de forma correspondente. Gilliland e McKemish (2015) acreditam que o desenvolvimento de abordagens participativas baseadas nos direitos das pessoas em relação aos documentos levaria a uma redefinição significativa e uma nova ênfase nas práticas e serviços arquivísticos, abordando de forma mais eficaz e equitativa as necessidades individuais e comunitárias, em conformidade com os princípios da DUA.

Theimer (2015) observa que o conceito de arquivos participativos está em constante desenvolvimento, incorporando diversas abordagens para a prática arquivística no século XXI. De acordo com a autora, essas abordagens englobam uma ampla gama de possibilidades, que vão desde a plena participação dos usuários na criação e gestão dos arquivos, como discutido até agora nesta subseção, até a integração de elementos da cultura participativa em funções arquivísticas específicas, como a descrição e a difusão.

Exemplos desse outro viés de arquivo participativo podem ser encontrados em processos de descrição de acervos, geralmente digitais, que são conduzidos levando em conta sugestões e contribuições de usuários. Nesse aspecto, Theimer (2015) sobreleva modelos ainda mais específicos de arquivos participativos, em que há a incorporação de uma variedade de atividades colaborativas, como transcrição colaborativa e etiquetagem social¹⁰⁷. A participação do público em funções essenciais, como avaliação, determinação de prioridades de digitalização e coleta de

¹⁰⁷ A etiquetagem social, também conhecida como etiquetagem colaborativa, classificação social ou indexação social, é um processo descentralizado em que indivíduos e grupos criam, gerenciam e compartilham *tags* (termos, nomes, etc.) para anotar e categorizar recursos digitais em um ambiente *on-line* com foco na interação social. A resultante da etiquetagem social é uma folksonomia, que nada mais é do que um conjunto de conceitos representados por essas *tags*. A etiquetagem social e outras formas de metadados gerados pelos próprios usuários, como o *crowdsourcing*, estão se tornando cada vez mais relevantes nos recursos *on-line*, atraindo significativa atenção e interesse (McDonald; Levine-Clark, 2017).

contribuições sobre políticas de acesso, são também características dessa concepção de arquivos participativos.

Por fim, Theimer (2015) expõe que a transição em direção aos arquivos participativos — de qualquer definição — é uma consequência de tendências na profissão arquivística que buscam maior transparência, colaboração com as comunidades que criam documentos e engajamento com os usuários, além de acompanhar as mudanças mais amplas na sociedade em direção a uma cultura mais participativa. Ela acentua que essa mudança é também viabilizada pelas transformações tecnológicas que ampliaram a forma como as pessoas podem utilizar a internet. A autora frisa que essa combinação de tendências na profissão e os avanços tecnológicos tornaram os arquivos participativos um conceito popular, embora ainda não claramente definido. Quanto ao nível e tipo de participação nas atividades de arquivo, Theimer (2015) enfatiza que eles podem variar de caso para caso, desde a cocriação e compartilhamento de autoridade até a solicitação ativa de contribuições e descrições, bem como a contribuição em aspectos específicos e limitados do trabalho de arquivo. No entanto, ela argumenta que é possível esperar uma expansão das formas de participação nos arquivos, bem como um debate em andamento sobre o aperfeiçoamento do papel do arquivista e da autoridade arquivística nos arquivos participativos.

6.4.2. Arquivos comunitários

Aliado à participação, outro conceito surge como premente no processo de reconhecimento de direitos sobre documentos e arquivos por parte de pessoas e comunidades alheias e marginalizadas ao processo convencional: os arquivos comunitários. Verificamos em Newman (2010), que o termo “arquivos comunitários” tende a ser aplicado de formas distintas dentro da comunidade arquivística, mas é possível notar que alguns aspectos centrais são mantidos no cerne de todas as discussões. Em primeiro lugar, muitas ocorrências estão ligadas à necessidade de se referir a um fundo ou coleção de documentos que possui como tema uma comunidade de pessoas. Abrimos um pequeno parêntese para explicar, ainda que de forma bem superficial, o que o termo comunidade pode representar nesse contexto: um grupo de

peças que vivem em um mesmo local ou, até mesmo, grupos de interesse, como pessoas que compartilham uma determinada profissão. Outro aspecto que sempre está associado ao uso do termo diz respeito aos cenários em que processos de criação de documentos envolvem uma determinada comunidade.

De acordo com Newman (2010), o termo "comunidade" apresenta uma ambiguidade inerente, e as comunidades são frequentemente vistas como entidades complexas e carentes de uma definição precisa. Elas consistem em grupos de indivíduos que se encontram unidos por algum senso de identidade compartilhada, o que torna sua natureza multifacetada e desafiadora de delinear com precisão. Além disso, a identificação com uma comunidade vai além de simples pertencimento geográfico ou cultural; envolve também conexões psicológicas profundas. Essas conexões psicológicas abrangem aspectos como o sentimento de pertencimento, a influência exercida dentro do grupo, a integração dos indivíduos na comunidade, a satisfação de suas necessidades coletivas e a existência de uma conexão emocional compartilhada entre os membros.

Newman (2010) frisa que, no contexto do estudo sobre arquivos comunitários, é fundamental levar em consideração as complexidades inerentes à natureza das comunidades. Aqueles que se envolvem na criação e manutenção desses arquivos estão intrinsecamente ligados às características da comunidade da qual fazem parte. Portanto, a compreensão desses aspectos psicológicos e identitários desempenha um papel crucial na análise dos arquivos comunitários e em como eles se relacionam com as comunidades que representam. A autora assinala que os arquivos comunitários vão além de simples coleções passivas de documentos, pois surgem de uma comunidade e estão intrinsecamente envolvidos em sua coleta, manutenção e utilização. Nesse contexto, esses arquivos desempenham um papel fundamental na definição e preservação da identidade de uma comunidade.

Segundo a autora, os documentos históricos contidos nos arquivos comunitários possuem múltiplas funções, incluindo a reflexão, o reforço e a recordação, contribuindo para a construção da memória da comunidade. Esses registros desempenham também papéis probatórios e de autenticidade, tornando-se essenciais na compreensão da história da comunidade. Correlacionado à identidade e memória, o patrimônio, entendido como uma forma de memória coletiva, é moldado socialmente e atribui valores e significados a eventos passados, materiais, lugares e

suas representações. Os arquivos comunitários permitem que uma comunidade reavalie e redefina seu patrimônio, buscando novos significados nos mesmos documentos, o que contribui significativamente para a identidade da comunidade.

Além disso, a autora ressalta a conexão entre bem-estar cultural e identidade, enfatizando que a cultura é a base da identidade e dos valores de uma comunidade. Organizações voluntárias, como sociedades históricas, museus e vilas pioneiras, desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar cultural, uma vez que servem como repositórios da memória da comunidade e atendem às suas necessidades culturais e sociais. Os arquivos comunitários, por sua vez, desempenham um papel importante na criação de capital cultural, especialmente devido à sua natureza de base, que empodera os participantes e fortalece um senso de pertencimento à comunidade. Ademais, as organizações voluntárias desempenham um papel vital na construção do capital social, pois estão profundamente enraizadas na comunidade e podem facilitar conexões com redes externas, permitindo a aquisição de habilidades e recursos para participar de redes além das fronteiras da comunidade, ao mesmo tempo em que mantêm suas redes pessoais. Portanto, as atividades de arquivos comunitários estão intrinsecamente ligadas ao bem-estar cultural e ao fortalecimento do capital social nas comunidades em que estão inseridos, contribuindo, assim, para uma compreensão mais profunda e significativa da identidade e memória coletiva dessas comunidades.

De acordo com Flinn (2015), embora o uso internacional do termo arquivos comunitários esteja crescendo, ele não foi claramente definido ou considerado passível de uma definição precisa. Em alguns países, o termo é usado principalmente para descrever arquivos e comunidades locais geograficamente definidas. Em outros lugares, além da localização geográfica, o termo é aplicado a comunidades que se identificam com base em raça, etnia, fé, nacionalidade, gênero, sexualidade, deficiência, classe social, ocupação, interesses compartilhados ou uma combinação desses fatores. De qualquer forma, acreditamos que eleger algumas tentativas são primordiais para guiar nossa apuração e discussão. O quadro 8 consolida algumas definições sobre arquivos comunitários extraídas da literatura arquivística.

Quadro 9 - Definições de Arquivo Comunitário

Autor	Definição
Flinn (2007, p.153)	As atividades de base de documentação, registro e exploração do patrimônio comunitário, nas quais a participação, o controle e a propriedade da comunidade no projeto são essenciais.
<i>National Council on Archives</i> (NCA) (2007, p.3)	Coleções de material que encapsulam a compreensão de uma comunidade específica de sua história e identidade.
Ander (2007, p.3)	<ul style="list-style-type: none"> – Coleções de material de origem primária sobre e geradas por comunidades, amplamente definidas. – Grupos ou organizações que se envolvem em atividades de arquivos comunitários
Newman (2010, p.7)	Coleções de documentos arquivísticos que têm origem em uma comunidade - ou seja, um grupo de pessoas que vivem no mesmo local ou compartilham outras formas de comunidade de interesse - e cuja coleta, manutenção e uso envolvem a participação ativa dessa comunidade.

Fonte: Elaboração própria.

Para Caswell *et al.* (2016), é notório o crescente interesse acadêmico e o aumento das operações independentes de organizações arquivísticas baseadas em aspectos comunitários. Os autores observam que, embora grande parte da pesquisa nesse campo tenha surgido no Reino Unido, também há um corpo crescente de literatura nos EUA, onde a falta de financiamento governamental resultou em arquivos comunitários politicamente engajados, abrangendo identidades étnicas, raciais, religiosas, de gênero e orientação sexual, classes econômicas e localizações geográficas diversas. Flinn, Stevens e Shepherd (2009), na tentativa de demarcar as origens dos arquivos comunitários, destacam o surgimento dos esforços arquivísticos de base em resposta aos movimentos sociais e políticos das décadas de 1960 e 1970. Segundo os autores, essas iniciativas permitiram que grupos historicamente marginalizados passassem a construir suas próprias narrativas, promovendo sua

autorrepresentação e seu empoderamento. Nesse contexto, os arquivos comunitários surgiram como meios pelos quais as comunidades puderam exercer controle sobre a preservação de sua história e memória coletiva.

Fundamental na discussão sobre identidades, memórias coletivas e arquivos são as relações de poder intrincadas nesse processo. Identificamos, na subseção 4.2, desta tese que os arquivos modernos foram edificados como veículos para o exercício do poder simbólico estatal, servindo como recursos para o exercício da autoridade governamental, ao custodiarem documentos naturalmente acumulados e gerenciados por funcionários públicos no exercício de suas funções. Ao refletir sobre esse axioma, Flinn, Stevens e Shepherd (2009) recorrem a trabalhos seminais sobre essa temática, como os de Schwartz e Cook (2002), Greene (2002) e Kaplan (2000), para estabelecer que o poder dos arquivos e dos arquivistas é crucial para o desenvolvimento da memória individual e coletiva. Entretanto, é importante notabilizar que tal conscientização ainda é relativamente pouco explorada no discurso arquivístico profissional.

Verificamos que na contemporaneidade os arquivos que são selecionados para sobrevivência, os termos em que são descritos e os processos pelos quais essas decisões são tomadas, têm impacto sobre a memória coletiva e as histórias públicas que são produzidas a partir deles. Contrapondo o postulado moderno da imparcialidade, julgamos esse processo como intencional e que traz consigo diversas motivações subjacentes. Os autores complementam que os arquivos não são equivalentes à memória:

Objetos de patrimônio, incluindo arquivos, não são as memórias coletivas de nações ou comunidades — a memória, e em particular a memória coletiva, é algo que é produzido, talvez usando e envolvendo arquivos e outros materiais de patrimônio, mas isso não é o mesmo que dizer que os arquivos se equivalem diretamente à memória. Arquivos desempenham um papel significativo nos processos de produção de memória - muitas vezes são as ferramentas ou elementos básicos sobre os quais a memória é construída, enquadrada, verificada e, em última instância, aceita (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009, p. 76, tradução nossa).

De acordo com as indicações de Ketelaar (2005), a memória compartilhada por comunidades e grupos coletivos está, em certa medida, vinculada à consciência e ao compartilhamento de uma narrativa histórica que se fundamenta em diversas fontes, incluindo registros documentais tradicionais, bem como relatos orais e conhecimento

comunitário compartilhado, para estabelecer sua credibilidade, autenticidade e aceitação entre aqueles que a recebem. Compreendemos que essas fontes diversas, incluindo documentos que muitas vezes se encontram nas margens da definição convencional, desempenham um papel fundamental na construção de uma memória autêntica e abrangente para as comunidades e os grupos coletivos.

Na contemporaneidade, observamos o surgimento de novos espaços que desafiam as convenções arquivísticas tradicionais, que costumam depender de espaços institucionais, muitas vezes limitados pela intervenção estatal, para assegurar a integridade, autenticidade e organização dos documentos. Os arquivos comunitários representam um exemplo claro desses novos espaços, onde a narrativa é contada de acordo com os termos da própria comunidade, muitas vezes à margem das organizações de patrimônio convencionais. Contrariando a lógica dominante dos arquivos modernos, Flinn, Stevens e Shepherd (2009) defendem que o controle e custódia da comunidade sobre seus arquivos e seu patrimônio cultural deve ser exercido por ela própria. Isso implica poder decisório sobre o que deve ser preservado ou descartado, como deve ser descrito e sob quais condições pode ser acessado. Isso permite à comunidade exercer algum controle sobre sua representação e a construção de sua memória coletiva e pública. Os autores acrescentam:

No entanto, a maioria dos arquivos comunitários oferece uma assertiva importante e empoderadora de resistência da comunidade a narrativas dominantes, que de outra forma seriam excludentes e frequentemente marginalizadoras. Eles proporcionam às instituições de patrimônio convencionais não apenas um lembrete de sua obrigação de diversificar e transformar coleções e narrativas, mas também talvez a oportunidade, por meio de parcerias equitativas e mutuamente benéficas, de alcançar parte dessa transformação (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009, p. 83, tradução nossa).

Em resumo, Flinn, Stevens e Shepherd (2009) entendem que os arquivos comunitários independentes têm o potencial de democratizar as narrativas locais e nacionais, embora não resultem necessariamente em uma reorganização fundamental das relações sociais ou de poder. No entanto, eles desempenham um papel crucial ao inspirar e informar transformações sociais. É importante reconhecer que as histórias públicas, frequentemente, são espaços de desafio e conflito, realçando a necessidade de incluir vozes minoritárias e ampliar a compreensão do patrimônio arquivístico para abranger uma variedade de fontes. Superar a resistência à revisão crítica das histórias tradicionalmente dominantes é essencial para abordar

as experiências passadas de povos marginalizados e oprimidos, que continuam sendo relevantes na sociedade contemporânea. Portanto, a construção de uma sociedade mais coesa e justa deve incluir um patrimônio que reflita de forma honesta e aberta as experiências de todos os membros da sociedade.

Além do reconhecimento dos arquivos comunitários, Caswell *et al.* (2016) salientam como fundamental a necessidade de uma reformulação da teoria, metodologia e prática arquivísticas tradicionais. Quando se trata do envolvimento de arquivistas profissionais e estudiosos nos arquivos comunitários, é importante frisar que isso inclui a adaptação das abordagens de avaliação, descrição e acesso para atender às prioridades específicas das comunidades, refletir seus valores culturais e envolver ativamente a comunidade nas decisões arquivísticas. Logo, fica evidente a necessidade de mudanças teórico-conceituais na arquivologia, como a incorporação de outras perspectivas sobre a criação de documentos e a interpretação renovada e ampliada da noção de proveniência. Salientamos que discutiremos abordagens contemporâneas acerca da proveniência na próxima subseção.

Exemplo disso pode ser visto no processo de construção de um arquivo comunitário que não segue os padrões convencionais de acumulação natural de documentos. Flinn (2015) descreve que os arquivos comunitários frequentemente surgem de atividades que estão mais ligadas à coleção de documentos do que a própria acumulação — aqui os documentos não prototípicos, seguindo a compreensão de Yeo (2007; 2008), predominam. Esses arquivos incluem uma variedade de registros, como documentos, objetos culturais, publicações, histórias orais, materiais audiovisuais, itens efêmeros, vestuário e obras de arte. As autoras salientam que os arquivistas comunitários não costumam se preocupar com limites profissionais rígidos ou aderir estritamente a conceitos convencionais de valor arquivístico, confiabilidade, autenticidade. Em vez disso, eles estão motivados por uma insatisfação com as ofertas arquivísticas existentes e veem seus arquivos como intervenções críticas, historicamente situadas e contestatórias nas narrativas predominantes do patrimônio. Para esses grupos, as definições profissionais não são prioridade, mas o uso do termo "arquivos" é uma estratégia simbólica para representar significado, memória e evidência, que desempenha um papel fundamental no processo de criação e recriação da história.

Julgamos relevante acentuar a perspicácia de Cook (2013) ao abordar os arquivos comunitários e sua contribuição para enriquecer a identidade da comunidade arquivística como um todo. O autor enfatiza a importância de abraçar a diversidade, reconhecendo esse desenvolvimento ao longo do tempo, o que promove uma comunidade arquivística inclusiva, em contraposição à ideia de depender de mitologias exclusivas. Ele ressalta que os paradigmas arquivísticos estão em constante aperfeiçoamento e que a interação entre continuidade e interrupção permite que a comunidade arquivística abrace a pluralidade, tanto em suas práticas quanto nas diversas comunidades com as quais se envolve. Essa abordagem flexível desempenha um papel crucial na capacidade de enfrentar os desafios contemporâneos da arquivologia, abrangendo questões teóricas, tecnológicas e sociais, e respondendo às expectativas e demandas em constante transformação.

Adicionalmente, entendemos que compreender os princípios que orientam os arquivos comunitários é essencial para elucidar mais profundamente seu papel e impacto na sociedade. Esses princípios, como delineados por Caswell (2014), refletem as práticas e os valores fundamentais dessas instituições e ressaltam um progresso significativo na maneira como esses arquivos são percebidos e organizados. Ao sistematizar esses princípios, buscamos proporcionar uma visão clara e sistematizada, facilitando a compreensão de como os arquivos comunitários contribuem para a preservação da memória coletiva, a promoção da justiça social e a representatividade cultural.

O primeiro desses princípios é a "participação". Nas organizações comunitárias, a participação ativa da comunidade é crucial, sendo os membros da comunidade responsáveis pelas decisões sobre o que coletar, como descrever os materiais e quem deve ter acesso a eles. Essa participação ativa pode se manifestar de diversas maneiras, incluindo conselhos comunitários que determinam prioridades de coleta e o uso de tecnologias digitais para *upload* e catalogação de materiais pelos próprios membros da comunidade. Em seguida, o segundo princípio, "administração compartilhada", desafia o modelo tradicional de transferência de custódia dos documentos. Segundo Wurl (2005), deve-se mudar a abordagem de custódia para administração, caracterizada por uma parceria contínua entre repositório e originador, em que o material arquivístico é considerado um ativo cultural mantido conjuntamente pelo arquivo e pela comunidade de origem.

O terceiro princípio, "multiplicidade", frisa que os arquivos comunitários frequentemente coletam uma gama diversificada de formatos, refletindo a diversidade cultural e as várias perspectivas das comunidades que representam. Esses materiais podem incluir uma ampla variedade de itens, desde efêmeros e objetos artificiais até gravações em cassete¹⁰⁸ e panfletos. Além disso, voluntários nessas organizações frequentemente documentam suas comunidades utilizando a história oral, a fotografia e os projetos de vídeo. Seguidamente, o quarto princípio, "ativismo", considera o trabalho de memória nos arquivos comunitários como uma forma de protesto político e um instrumento para a emancipação política. Esses arquivos são vistos como parte de movimentos sociais e políticos mais amplos, servindo como plataformas de autorrepresentação, construção de identidade e empoderamento para grupos frequentemente ignorados ou marginalizados.

O quinto princípio, "reflexividade", ressalta a importância da autorreflexão crítica no sucesso do trabalho de memória comunitária. Praticantes de arquivos comunitários são encorajados a se engajar em uma autorreflexão contínua, reconhecendo e respondendo às diversas e, por vezes, contraditórias formas como o arquivo é construído e percebido.

Esses princípios, conforme delineados por Caswell (2014), formam a base para um entendimento mais aprofundado dos valores e práticas que guiam os arquivos comunitários, acentuando a importância da participação ativa da comunidade, parcerias, diversidade, ativismo e reflexão crítica. A seguir, apresentamos um quadro que resume estes princípios, oferecendo uma perspectiva estruturada e acessível deste importante aspecto da arquivologia contemporânea.

¹⁰⁸ Cassete é um termo utilizado para descrever um tipo de mídia de armazenamento analógico, em formato de fita magnética, contida dentro de um invólucro plástico. Existem principalmente dois tipos: videocassetes, usados para gravar e reproduzir vídeos, como os formatos VHS e Betamax; e audiocassetes, destinados à gravação e reprodução de áudio, popularizados para uso em gravadores portáteis, sistemas de som automotivos e *walkmans*. Os cassetes revolucionaram a maneira como as pessoas consumiam mídia nas décadas de 1970 e 1980, permitindo tanto a reprodução, quanto a gravação caseira de conteúdo (Pearce-Moses, 2005).

Quadro 10 - Princípios da abordagem comunitária em arquivos

Princípio	Descrição
Participação	A comunidade desempenha um papel ativo na tomada de decisões sobre a coleta, a descrição e o acesso aos materiais. Esta participação pode ocorrer por meio de conselhos comunitários, eventos locais ou tecnologias digitais.
Administração Compartilhada	Contrapõe-se ao modelo arquivístico tradicional de custódia. Envolve uma parceria contínua entre o arquivo e a comunidade originária dos materiais, vendo os documentos menos como propriedade e mais como ativos culturais compartilhados.
Multiplicidade	Reflete a diversidade cultural e a riqueza de perspectivas das comunidades. Os arquivos comunitários coletam uma ampla gama de formatos e abraçam a inclusão de pontos de vista diversos e conflitantes.
Ativismo	O trabalho de memória nos arquivos comunitários é frequentemente visto como uma forma de ativismo político. Projetos arquivísticos são lançados como formas de autorrepresentação, construção de identidade e empoderamento, muitas vezes em resposta a movimentos sociais e políticos.
Reflexividade	Enfatiza a importância da autorreflexão crítica por parte dos praticantes de arquivos comunitários. Isso envolve o reconhecimento das várias maneiras como o arquivo é construído e percebido, as prioridades concorrentes, e a natureza mutável das categorias usadas para descrever documentos. A reflexividade também deve resultar em um diálogo mutuamente benéfico com membros da comunidade para garantir que as necessidades sejam atendidas e as prioridades alinhadas.

Fonte: Baseado em Caswell (2014).

Diante do exposto, fica evidente que os arquivos comunitários desempenham um papel dinâmico e fundamental no cenário da preservação documental e na representatividade das comunidades. Conforme apontado por Flinn, Stevens e Shepherd (2009), esses arquivos estão sujeitos a transformações gradativamente, muitas vezes advindo de iniciativas lideradas por indivíduos para instituições mais

convencionais. No entanto, essas mudanças não estão isentas de desafios relacionados à sustentabilidade das coleções e da infraestrutura que as apoia, especialmente quando os líderes originais não estão mais envolvidos ou quando a comunidade passa por transformações.

É nesse contexto que a perspectiva de Caswell *et al.* (2016) ganha destaque, ressaltando que os arquivos comunitários encontram seu maior valor ao resistir às formas dominantes de representação e exclusão que marginalizam grupos historicamente silenciados. Esses arquivos, ao se oporem aos silêncios, às representações equivocadas e às marginalizações presentes nos arquivos tradicionais, emergem como agentes de mudança e afirmação das identidades e memórias coletivas. Além disso, a reflexão de Newman (2010) sobre o papel dos profissionais que atuam como colecionadores e custodiadores de documentos comunitários ressalta a responsabilidade que recai sobre eles. Esses profissionais têm o poder de decidir o que será lembrado ou esquecido, quem terá visibilidade e quem permanecerá invisível na sociedade. Portanto, a sustentabilidade dos arquivos comunitários, na visão das autoras citadas, é uma questão de grande relevância, visto que visam assegurar que as futuras gerações tenham acesso à riqueza de informações contidas nessas coleções, que frequentemente documentam as vidas de cidadãos comuns.

Assim, para os autores destacados nesta subseção, a manutenção e o fortalecimento dos arquivos comunitários representam um compromisso com a preservação da história e memória das comunidades, bem como um ato de resistência contra narrativas excludentes e opressivas. Na visão deles, torna-se essencial reconhecer a importância desses arquivos e buscar parcerias frutíferas entre arquivistas comunitários e profissionais de arquivologia, a fim de garantir a continuidade dessas valiosas coleções dentro de seus contextos comunitários e promover uma abordagem mais centrada na comunidade.

Embora esta subseção explore profundamente os arquivos comunitários e seus impactos significativos na representatividade e preservação da memória das comunidades, é importante destacar que não se pretende uma defesa irrestrita desta abordagem. Nossa pesquisa tem como principal objetivo identificar referenciais na arquivologia que estejam alinhados à concepção espaço-temporal contemporânea. Neste contexto, a questão espacial se expande, integrando novos espaços além dos

limites oficialmente delimitados pelo Estado, reconhecendo a complexidade e os desafios que essa expansão implica. Nosso objetivo, portanto, é fornecer subsídios para uma compreensão equilibrada, que possam contribuir para uma avaliação que considere tanto as contribuições quanto as limitações dos arquivos comunitários, destacando autores que defendem uma prática arquivística mais inclusiva e adaptativa.

Concluimos, com base nas referências analisadas, que os arquivos comunitários tem o potencial de desempenhar um papel crucial na documentação das histórias e identidades diversas que tradicionalmente foram marginalizadas. No entanto, nossa pesquisa reconhece que a abordagem comunitária, apesar de suas vantagens, não deve ser vista como um remédio universal para os desafios arquivísticos contemporâneos. A adoção de ideais concernentes aos arquivos comunitários deve ser considerada cuidadosamente, com atenção às especificidades locais e às dinâmicas de poder que influenciam a criação e a manutenção desses arquivos. Nosso estudo enfatiza a importância de uma arquivologia crítica que não apenas abrace novos espaços e comunidades, mas que também seja consciente das limitações e desafios associados a essas abordagens. Assim, defendemos uma integração criteriosa dos princípios comunitários às práticas arquivísticas tradicionais, buscando equilibrar inovação com responsabilidade, para promover uma preservação documental que seja verdadeiramente inclusiva e representativa das diversas camadas da sociedade.

6.4.3. *Autonomia arquivística*

Ao longo desta seção temos constatado que apesar de avanços significativos na compreensão do papel complexo dos arquivos na sociedade, a infraestrutura arquivística continua a ser moldada por ortodoxias tradicionais. Evans *et al.* (2015) argumentam que os modelos de avaliação, descrição e acesso têm limitações para considerar direitos nos documentos, posto que se limitam às noções tradicionais de criação, propriedade e custódia. Em vez de promover a constante contestação e negociação das relações de poder existentes, essas práticas tradicionais as reafirmam. Além disso, carecem de mecanismos para garantir responsabilidade e

transparência. Em conformidade com as constatações desta pesquisa, os autores ressaltam que os processos e sistemas arquivísticos tradicionais foram concebidos em um contexto cultural, político e tecnológico diferente, exigindo uma transformação radical para acomodar e respeitar os múltiplos direitos nos documentos.

Com o objetivo de notabilizar as necessidades muitas vezes ignoradas pelas instituições arquivísticas existentes, que costumam estar relacionadas às partes mais desfavorecidas ou vulneráveis em relação aos documentos e, também, de promover uma melhor comunicação entre todas as partes envolvidas, surge o conceito de autonomia arquivística, que pode ser definida como:

a capacidade das pessoas e das comunidades de participarem na preservação da memória social, encontrarem sua própria voz e se tornarem agentes ativos na gestão de documentos e arquivamento para fins de identidade, memória e *accountability* (Evans *et al.*, 2015, p. 347, tradução nossa).

A autonomia arquivística, conforme definida acima, respeita e apoia a autodeterminação, tanto a nível individual quanto comunitário, ao longo do tempo, alinhando-se com o espírito da DUA. Ela poderia impulsionar o desenvolvimento de uma ética profissional na gestão de documentos e na comunidade arquivística do século 21 (Gilliland; McKemmish, 2015). A ponderação dos problemas sistêmicos associados ao atendimento das atuais necessidades de gestão de documentos e arquivos relacionadas à identidade, memória e responsabilidade das comunidades estudadas ilustra uma necessidade imperativa de defesa e ativismo arquivístico, com a autonomia arquivística para apoiar a autodeterminação das comunidades e indivíduos como um objetivo principal.

McKemmish *et al.* (2017) propõem que a autonomia arquivística se apoia nas ideias de cocriação, proveniência múltipla, simultânea e paralela de Hurley (2005a; 2005b), complementando os escritos de Ketelaar (2005; 2006) sobre múltiplos direitos mutuamente negociados em comunidades de documentos, conforme definido por Bastian (2003). Essas perspectivas teóricas, segundo os autores, redefinem fundamentalmente a capacidade de ação nos documentos de uma maneira que respalda um conjunto mais amplo de direitos para todos aqueles que participam, ou são diretamente ou indiretamente impactados, pelos eventos ou ações documentadas nos registros paulatinamente.

A partir dessas e de outras teorias pós-modernas de capacidade de ação, McKemmish *et al.* (2017) afirmam que a autonomia arquivística, no âmbito do multiverso arquivístico, foi conceituada como a recolocação dos "sujeitos dos documentos". Compreendemos, de acordo com os autores citados, que essa plataforma serve para evidenciar as necessidades negligenciadas pelos arquivos existentes, frequentemente relacionadas às partes menos poderosas ou mais vulneráveis em relação aos documentos. Nesses casos, a ideia de autonomia arquivística pode ser concretizada à medida que são desenvolvidos serviços e modelos arquivísticos participativos a fim de facilitar a comunicação entre todas as partes envolvidas. Além disso, podemos verificar que a autonomia arquivística está diretamente ligada à participação de pessoas e comunidades nos procedimentos e nas operações técnicas de gestão de documentos.

Assim, a autonomia arquivística exige a representação e a promulgação de um espectro mais amplo de direitos, responsabilidades e obrigações relacionados à avaliação, descrição, gerenciamento, acessibilidade e uso de documentos no espaço-tempo. Ela traz os múltiplos contextos e perspectivas dos participantes reposicionados para a tomada de decisões — sobre quais documentos criar e manter; quais documentos têm valor contínuo; quais metadados precisam ser capturados para documentar seus múltiplos contextos; cujos direitos precisam ser levados em consideração na determinação de políticas de divulgação, acesso e uso; e que perspectivas precisam ser abordadas nos caminhos de acesso (McKemmish *et al.*, 2017, p.39, tradução nossa).

A realização efetiva do ideal de autonomia arquivística, considerando a intersecção entre arquivos participativos e comunitários, exige uma exploração detalhada. Com o objetivo de ilustrar claramente este conceito, é pertinente examinar projetos que incorporam todos os seus aspectos essenciais. Caswell e Robinson-Sweet (2023) ilustram iniciativas de história oral participativa que desafiam a visão tradicional da teoria arquivística ocidental, que tende a tratar os documentos como neutros e imparciais. Esses projetos indicam um caminho para novas teorias arquivísticas que reconhecem e valorizam as contribuições intelectuais das comunidades marginalizadas. Entre os exemplos citados por Caswell e Robinson-Sweet (2023) estão o *Texas After Violence Project* (TAVP)¹⁰⁹ e o *South Asian*

¹⁰⁹ O TAVP é um projeto comunitário de arquivo de memória pública que busca promover uma compreensão mais profunda dos impactos da violência estatal, incluindo a violência policial, o encarceramento em massa e a pena de morte. O objetivo do TAVP é construir um arquivo de histórias

*American Digital Archive (SAADA)*¹¹⁰, ambos refletindo as abordagens trabalhadas nesta subseção. Segundo as autoras:

Os documentos criados pelos participantes do TAVP e do SAADA não são criados no curso normal dos negócios sem preocupação com seu uso futuro. Eles são criados com o propósito de criar um documento, validando não apenas o indivíduo que conta uma história, mas o próprio processo de criação de registro em si. Esses documentos demonstram que o processo de criação de documentos é importante. Embora os documentos gerados por esses projetos possam ser considerados 'artificiais' por defensores de conceituações estreitas da teoria arquivística, o impacto de sua criação - emocional, ontológico, pessoal e comunitário - ficou bem claro em nossas entrevistas e grupos de foco. Isso destaca a necessidade urgente de forjar estudos arquivísticos mais abrangentes que possam explicar e apoiar teorias e práticas arquivísticas comunitárias, em vez de invalidá-las ou deslegitimá-las (Caswell; Robinson-Sweet, 2023, p. 19, tradução nossa).

A partir do desenvolvimento de projetos que incorporam a perspectiva da autonomia arquivística, é possível verificar que há uma lacuna significativa na maneira como os arquivistas, acadêmicos e financiadores abordam a avaliação do impacto dos arquivos comunitários. Caswell e Robinson-Sweet (2023) pontuam que em vez de concentrar-se unicamente no impacto desses arquivos nos usuários, é fundamental considerar também o impacto que têm sobre os criadores de documentos. Os resultados das pesquisas têm apontado para a necessidade de uma abordagem mais abrangente na avaliação do impacto dos arquivos, abrangendo todas as etapas, desde a criação até o uso dos documentos, incluindo os papéis dos criadores, compiladores, doadores e arquivistas. Os dados indicam que os projetos participativos de história oral têm um impacto significativo nas pessoas que compartilham suas histórias, independentemente do uso futuro dos documentos. Portanto, a criação autônoma de um registro é um resultado importante em si, mesmo que atinja um público menor do que o uso posterior dos documentos.

A partir do desenvolvimento de projetos como os exemplificados evidencia-se uma transformação fundamental no papel do arquivista, desafiando a visão

e materiais que sirvam como recursos para promover a justiça restaurativa e transformadora, com foco em indivíduos, famílias e comunidades diretamente impactadas por essa violência.

¹¹⁰ O SAADA é um arquivo digital comunitário que se dedica à documentação da experiência sul-asiática-americana nos Estados Unidos. Realiza diversos projetos participativos nos quais membros da comunidade documentam suas próprias experiências por meio da criação de documentos escritos, em vídeo ou áudio. Esses projetos abordam uma variedade de tópicos, incluindo relatos de imigrantes e refugiados, histórias de viagens que redefinem a tradição americana e experiências de sul-asiático-americanos durante a pandemia de COVID-19. O SAADA tem como objetivo dar voz a essas experiências e promover a inclusão delas em seus arquivos digitais.

jenkinsoniana de um mero guardião passivo, que se limita à defesa física e moral dos documentos. No contexto atual, marcado por intensas demandas sociais e comunitárias, a postura tradicional do arquivista como guardião neutro e imparcial perde relevância. Em contraste, observamos uma abordagem proativa do arquivista, que agora desempenha um papel ativo na preservação e na criação de documentos. Esta inversão de lógica significa que o arquivista não se limita a aguardar a acumulação natural de documentos, intervindo apenas ao final do ciclo vital. Em vez disso, ele atua em conjunto com os criadores, num processo contínuo que visa garantir registros representativos da memória das comunidades. Essa mudança de perspectiva reflete uma compreensão mais profunda e responsiva das necessidades arquivísticas contemporâneas, na qual o arquivista se torna um facilitador crucial na documentação e preservação da história e identidade comunitária.

Em resumo, a pesquisa aqui apresentada verifica que diversos autores assinalam a importância crítica da autonomia arquivística como um desafio para a profissão arquivística, bem como um imperativo social. As evidências reunidas apontam para a necessidade de reformas profundas nas leis, políticas e práticas arquivísticas. Essas mudanças devem transcender as fronteiras organizacionais e jurisdicionais, visando criar infraestruturas de gestão de documentos e arquivos que protejam adequadamente os direitos dos cidadãos e contribuam significativamente para a melhoria da qualidade de vida.

A transformação necessária transcende a simples promoção da diversidade nas coleções arquivísticas; ela exige uma reavaliação profunda dos sistemas de gestão de documentos e arquivos e de como estes se integram e interagem com as comunidades e o tecido social. Neste contexto, os autores estudados defendem que é crucial que a comunidade arquivística adote uma postura de ativismo arquivístico, encarando a autonomia arquivística como um desafio profissional e como um imperativo social. A pesquisa de Caswell e Robinson-Sweet (2023) sublinha a necessidade de uma mudança de paradigma no qual o arquivista não é mais visto apenas como um guardião passivo, mas como um agente proativo e participativo na criação e manutenção de documentos. Esta transformação do papel do arquivista, conforme ilustrado pelos projetos notabilizados, enfatiza a importância de uma abordagem colaborativa e comunitária na arquivologia, alinhada com as necessidades e realidades contemporâneas. Portanto, identificamos uma tendência que sugere que

esta jornada não apenas requer uma revisão das práticas existentes, mas também uma transformação na percepção do papel do arquivista. Este deve evoluir de uma figura tradicional de guardião para um facilitador dinâmico e colaborativo, engajado no processo contínuo de documentação e preservação da história humana.

6.5.A redescoberta do princípio da proveniência

A proveniência não está mais exclusivamente vinculada a uma relação um para um entre uma entidade criadora e seu arquivo residual. A proveniência agora está imersa em estruturas vivas e sempre fluídas de organizações, comunidades, indivíduos, funções, custodiadores, arquivistas e leitores, como 'ativadores' do arquivo. A natureza e os limites da ordem original, e assim as fronteiras da organização interna, agora são compreendidos como igualmente elásticos. A noção da fisicalidade da ordem foi complementada por perspectivas que destacam sua natureza representativa, criada por meio da iteração de relacionamentos, comportamentos e/ou do processo descritivo (Trace, 2020, p. 358, tradução nossa).

Nesta subseção, focaremos no princípio da proveniência, que representa um pilar fundamental da arquivologia. Nosso objetivo é realizar uma apuração crítica do princípio para ampliar e enriquecer o seu entendimento diante dos desafios contemporâneos. O ideal da proveniência, juntamente com suas noções decorrentes, reflete os valores da modernidade e tem sido essencial para a organização racional dos arquivos governamentais. É crucial, portanto, considerar como esse princípio pode ser adaptado e expandido para se manter relevante e eficaz no contexto atual, mantendo sua vitalidade e aplicabilidade face às novas realidades e necessidades.

Contudo, é essencial frisar que nossa investigação se apoia nas perspectivas de Cook (1997) e Gilliland (2017a), no que diz respeito à importância dos fundamentos contextuais históricos como parte integrante do prólogo da disciplina arquivística. Ao propormos novas abordagens sobre o princípio da proveniência, nosso intuito não é questionar sua legitimidade. Ao contrário, acreditamos firmemente que as contribuições oriundas de uma base teórica sólida, estabelecida pela definição de conceitos teóricos comuns são cruciais para o avanço contínuo da arquivologia. O que buscamos é uma compreensão mais ampla, que esteja em consonância com as dinâmicas contemporâneas, promovendo, assim, um diálogo enriquecedor entre o passado e o presente no campo da arquivologia.

Ao longo de nossa pesquisa, no contexto da modernidade, constatamos que a prática de organizar acervos com base na proveniência dos documentos era uma resposta natural às necessidades da burocracia e hierarquia, uma característica comum entre os estados modernos. Esse enfoque resultou em soluções similares em diferentes países, apesar das variações regionais. Gilliland (2000) ressalta que o benefício do respeito aos fundos ao longo da história da organização de arquivos é evidente. Ela observa que esse princípio incorporou tanto o acesso físico quanto o intelectual aos documentos criados e recebidos pela mesma entidade que os organizou e descreveu. Sob esse princípio, os documentos são vistos como um todo, sem limitações quanto à sua forma, meio ou volume.

Identificamos, que a perspectiva central de alocação de arquivos, respeitando a entidade originadora como critério de diferenciação, permaneceu constante em diversas teorizações identificadas ao longo do nosso estudo. Interessante notar que, mesmo com a experimentação de classificações temáticas, inspiradas pelo ideário enciclopédico iluminista, o retorno à proveniência como princípio organizacional prevaleceu, como evidenciado pela sua ratificação universal no Congresso de Bruxelas, em 1910.

Constatamos, também, que o princípio da proveniência consiste em um dos marcos mais importantes para a arquivologia, conforme reafirmado por diversos teóricos, tais como Duchein (1992), que considera a arquivologia moderna fundamentada nesse princípio e no respeito à ordem original, e Melo (2021), que assinala que o princípio da proveniência é amplamente reconhecido na literatura arquivística internacional como o princípio central da arquivologia. Além disso, a autora considera que “é o condutor da arquivologia na delimitação de seus métodos e técnicas, circunscritos pela organicidade” (Melo, 2021, p. 175). Ratificando o disposto, Tognoli e Guimarães (2020) asseveram que:

O princípio da proveniência é um dos marcos mais importantes na prática e teoria arquivística desde o momento em que seu estabelecimento fundamentou a dimensão científica da disciplina arquivística no século XIX. Desde então, a proveniência e o contexto documental têm apoiado a organização do conhecimento arquivístico (especialmente por meio de procedimentos de classificação e descrição) (Tognoli; Guimarães, 2020, p. 558, tradução nossa).

É importante sobrelevar que as articulações teóricas e metodológicas acerca da proveniência, sobretudo em relação aos princípios do respeito aos fundos e da ordem original, não permaneceram estanques no transcorrer do que apontamos com era moderna. Trace (2020) argumenta que as noções ocidentais acerca desses princípios foram contestadas por diversos teóricos da arquivologia ao longo do século XX. Ela destaca que a compreensão sobre a proveniência variou significativamente, influenciada por diferenças nacionais em termos de governança e cultura burocrática. Por exemplo, na França do século XIX, a abertura dos arquivos ao público e para pesquisa histórica levou à associação dos fundos com entidades específicas, muitas vezes já extintas, cujos documentos eram gerenciados como fundos arquivísticos fechados. No início do século XX, o conceito de *archivkörper* proposto por Brenneke (1953), transformou o entendimento da proveniência, passando a abranger a estrutura orgânica das entidades criadoras, evidenciada por meio de suas funções, programas e atividades. Este movimento marcou uma mudança do enfoque da profissão, do simples rastro documental para o entendimento dos processos de criação dos documentos. Além disso, é importante frisar o desenvolvimento do sistema de séries na Austrália, formalizado como *Commonwealth Records Series* (CRS), na década de 1960. Esse sistema, desenvolvido pelo *Commonwealth Archives Office* (CAO) sob a liderança de Ian Maclean e Peter Scott, estabeleceu uma base para o controle intelectual de documentos. Notamos também que ele consiste em um pilar fundamental para a articulação do modelo teórico *records continuum* e para o desenvolvimento de novas abordagens acerca do princípio da proveniência.

Agora, na contemporaneidade, novas demandas exigem uma ampliação e renovação do princípio de proveniência. Verificamos que ele pode adquirir características diversas, como um documento ser gerado com o objetivo de suportar várias atividades em diferentes momentos e por diferentes entidades. Nesse contexto, a redescoberta da importância da proveniência foi reconhecida e amplamente adotada por diversas abordagens, sobretudo no final dos anos 1980. De acordo com Tognoli e Guimarães (2020), Taylor (1987) salienta que uma significativa mudança de paradigma no campo da arquivologia ocorreu nesse período. O referido teórico pode ser reputado como um dos responsáveis por incentivar a disciplina a revisar suas bases teóricas e práticas tradicionais, a fim de se adaptar ao novo contexto de produção e uso de documentos.

Considerando os questionamentos e desafios à natureza da criação de documentos e ao princípio da proveniência, partimos da premissa de que a arquivologia enfrenta a necessidade de mudanças teórico-conceituais, incorporando perspectivas como a cocriação, criação comunitária, proveniência paralela e múltipla simultânea, etnicidade, dentre outras. De acordo com Ketelaar (2007), a formulação do princípio da proveniência não pode permanecer estática, devido aos objetivos e às aspirações sempre em mudança da sociedade. A proveniência precisa de uma reconceituação para enfrentar os desafios contemporâneos.

Exploraremos, no transcorrer desta subseção, as perspectivas de vários estudiosos sobre as limitações do princípio da proveniência em relação aos desafios contemporâneos. Além disso, enfocaremos conceitos emergentes no campo da arquivologia, que especialistas desenvolveram e definiram diferentes tipos de proveniência. Por fim, estas novas abordagens e conceitos sugerem a necessidade de expandir as práticas atuais do princípio tradicional da proveniência. Tais adaptações são essenciais para abarcar de maneira mais eficaz a variedade de casos relacionados ao processo de criação, complexidade e origem dos documentos. Importante também é a consideração da localização dos documentos em relação aos seus materiais de origem. Esta visão ampliada revolucionou a aplicação da proveniência, influenciando significativamente a organização e descrição dos documentos arquivísticos. Isso é particularmente relevante no contexto de materiais digitais e digitalizados, refletindo as necessidades e realidades do cenário arquivístico moderno.

6.5.1. Limitações da aplicação convencional do princípio da proveniência

Embora Duchein (1986) tenha argumentado que as críticas ao princípio da proveniência focam mais em suas aplicações do que no princípio em si, afirmando que é improvável que ele seja novamente questionado de maneira fundamental e que representa um aspecto decisivo do entendimento arquivístico, temos observado um número crescente de preocupações com relação às tentativas de aplicação estrita desse princípio conforme originalmente concebido no contexto espaço-temporal da modernidade. Temos verificado, também, que as limitações impostas por esse

princípio se tornam mais evidentes, especialmente no contexto contemporâneo. Com o objetivo de situar as abordagens e interpretações contemporâneas do princípio da proveniência, que serão exploradas nas próximas subseções, consideramos necessário identificar os pontos em que os teóricos da arquivologia têm apontado divergências entre a concepção tradicional da proveniência e as práticas atuais de gestão de documentos e arquivos, especialmente em ambientes digitais, diante das exigências sociais e culturais da nossa época.

Uma dessas limitações, conforme apontado por Bearman e Lytle (1985), refere-se à dificuldade de recuperar informações contextualmente dentro de uma organização. Os autores apontam que, "embora a proveniência ofereça percepções valiosas, os arquivistas não têm aproveitado plenamente seu potencial em aplicações arquivísticas tradicionais, nem mesmo exploraram seu uso mais amplo no gerenciamento de informações em suas organizações" (Bearman; Lytle, 1985, p. 14, tradução nossa). Tognoli e Guimarães (2020) destacam que a proveniência é amplamente utilizada como um método para a recuperação da informação, baseando-se nos princípios da administração de arquivos e nas práticas de referência dos arquivistas. De acordo com eles, a recuperação de assuntos, a partir da aplicação de métodos baseados nos princípios da proveniência, é realizada ao vincular consultas de assuntos com informações de proveniência contidas em históricos administrativos ou biografias, produzindo assim pistas para arquivos que são pesquisados usando suas estruturas internas. Podemos assinalar que as informações presentes em um método de recuperação assente em uma perspectiva ordinária do princípio da proveniência derivam apenas do que se sabe sobre o arquivo — as atividades da pessoa ou organização criadora e a estrutura ou princípios organizacionais do próprio arquivo (Bearman; Lytle, 1985).

A aplicação clássica e tradicional do princípio da proveniência, conforme discutido por Bearman e Lytle (1985), limita significativamente a capacidade de recuperação de informações. Os autores pontuam algumas dessas restrições:

- Supervalorização da hierarquia: os autores observam que a prática arquivística coloca uma ênfase excessiva na importância da hierarquia organizacional. Esta abordagem quase obsessiva não reflete adequadamente a dinâmica das organizações contemporâneas,

especialmente diante de mudanças organizacionais complexas, resultando em uma representação distorcida na gestão de documentos;

- Limitações do conceito de *record group*: o conceito de *record group* apresenta sérias limitações para o desenvolvimento eficaz de sistemas de recuperação baseados na proveniência. As críticas a este conceito derivam de sua base em visões tradicionais de organizações mono-hierárquicas e sua função como um sistema de ordenação de arquivos em estantes e prateleiras, o que impõe restrições intelectuais desalinhadas com a realidade das organizações.
- Confusão decorrente do conceito de *record group*: a adoção estrita do conceito de *record group* causou problemas práticos e intelectuais, manifestando-se na errônea suposição de que elementos descritivos devem estar vinculados a um "nível hierárquico". Isso reflete uma mal-entendida importância atribuída à hierarquia, até mesmo influenciando o *design* de bases de dados sobre arquivos, que incorretamente presumem relações hierárquicas entre os documentos.

Para ultrapassar essas barreiras e melhorar a utilização do princípio da proveniência, Bearman e Lytle (1985) sugerem a importância de reconhecer as relações formais e informais que explicam a missão, a estrutura e as atividades de uma organização. Uma abordagem que valorize as múltiplas funções e a interconexão nos sistemas de arquivamento pode oferecer uma representação mais abrangente e dinâmica das organizações. Isso envolveria a implementação de registros de autoridade de proveniência e uma separação rigorosa entre autoridades e a descrição dos documentos, permitindo uma descrição e arranjo mais flexíveis e adaptáveis dos arquivos. Expandir o poder da recuperação baseada na proveniência em ambientes arquivísticos tradicionais, tal como proposto por Bearman e Lytle (1985), significa repensar a informação de proveniência como pontos de acesso para recuperação, destacando a forma e a função dos documentos como elementos essenciais para sistemas de recuperação mais eficientes. Tais melhorias, alinhadas aos avanços tecnológicos, podem transformar a gestão e recuperação de arquivos, explorando completamente o potencial do princípio da proveniência.

Outra limitação está relacionada à forma singular como o princípio da proveniência é aplicado. O pensador arquivístico australiano Scott (1966) observou essa limitação e propôs que uma solução evidente para esses problemas seria abandonar o *record group* como a categoria primária de classificação e fundamentar o arranjo físico dos arquivos na série como um elemento independente, desvinculado do contexto administrativo.

Como solução para os problemas exteriorizados, Scott sugere o abandono do *record group* como a primeira categoria de classificação e base para o arranjo físico dos documentos e propõe a utilização da série como o primeiro nível de classificação. Essa mudança, para o autor, possibilita tanto a manutenção dos documentos no seu contexto administrativo, quanto a manutenção da ordem original, devido à alocação física dos documentos nas séries apropriadas. Outrossim, essa nova sistemática viabiliza a não inclusão das séries em uma ordem física original, pois o contexto administrativo e as associações são registradas em outros instrumentos (Costa Filho, 2019, p. XX).

Cunningham (2005) atribui a Peter Scott e seus colegas do então CAO, precursor do *National Archives of Australia*, o mérito de ter rompido a conexão entre a defesa moral dos arquivos, o arranjo físico e a custódia. Scott foi um dos primeiros a desafiar a ideia de que o fundo, seja em suas dimensões externas ou internas, possa ser representado pela disposição física dos documentos em um repositório arquivístico. Ele também rejeitou a noção correlata de que a descrição dos documentos e seus contextos deveria refletir o arranjo físico do *record group*. Scott defendia que a conformidade com o princípio do respeito aos fundos somente era possível por meio do que ele chamava de "sistemas de controle de contexto", sistemas descritivos arquivísticos que documentam os documentos e seus contextos em termos das relações entre entidades de registros e entidades de contexto. Seu argumento baseava-se na compreensão do fundo como uma construção lógica, e não física.

De acordo com Cunningham (2005), a grande percepção de Scott era que os múltiplos e estratificados contextos nos quais os documentos são criados, gerenciados e utilizados — seus contextos jurídico, funcional, organizacional, procedimental e documental — somente podem ser representados "no papel" ou intelectualmente. Como consequência, o CAO abandonou as tentativas de representar o fundo no arranjo físico dos documentos nas prateleiras do arquivo. Em vez disso, Scott propôs construir um sistema capaz de representar as múltiplas relações lógicas e virtuais entre os documentos e seus contextos de criação e entre

os próprios documentos. Sua notável percepção estava na separação, na estrutura do sistema, do conhecimento sobre o contexto do conhecimento sobre os documentos, e na capacidade do sistema de estabelecer relações entre contextos e documentos, antecipando o uso de bancos de dados relacionais em sistemas arquivísticos, por vinte anos.

Para Cunningham (2005), o *series system* australiano constitui uma dinâmica abordagem para o controle intelectual dos documentos. Utilizando o sistema, qualquer conjunto de documentos pode ser visto simultânea ou sucessivamente por meio de múltiplos prismas contextuais, que refletem a natureza dinâmica e contingencial da criação de documentos. O cunho virtual e intelectual do sistema de séries também é sobrelevado por Reed:

Agora localizado em um mundo digital onde muitas de nossas práticas estão lentamente sendo reveladas como consequência da fisicalidade, estamos tendo que reexaminar quais práticas devem ser mantidas e quais devem ser reconceituadas e substituídas em um mundo digital virtual. O sistema de séries nos fornece modelos para pensar além do físico. O sistema quebrou o nexos de arranjo físico de modo que era, na época, bastante desafiador para muitos implementadores. No entanto, o legado dessa quebra foi a capacitação da habilidade para operar com alguma confiança na evolução do primórdio do mundo digital (Reed, 2012, p. 26, tradução nossa).

Cook (2013) é outro teórico que teceu críticas relativas à limitação da singularidade, adotando, em vez disso, uma abordagem inovadora para os próprios fundos arquivísticos. Para ele, torna-se necessária uma transformação de perspectiva do princípio da proveniência, antes ligado à estrutura e ao lugar e agora relacionado à função e atividade, tornando a proveniência mais intelectual que física. Assim, Cook propõe rejeitar a restrição da singularidade no princípio da proveniência, reformulando o conceito para abranger a diversidade e as alterações dinâmicas na relação entre os documentos e seus autores. Ele expande essa ideia, enfocando a maneira como as narrativas são representadas nos documentos. Cook (2013) salienta que, em uma série ou conjunto de documentos, não se encontra apenas uma narrativa, mas inúmeras, cada uma com suas histórias e objetivos, servindo a variados públicos ao longo do tempo e do espaço. Por este motivo, Cook propõe abandonar a noção tradicional de um criador único em favor de uma abordagem que reconheça múltiplas narrativas.

O teórico também evidencia críticas ao conceito de *record group*, focando nas limitações do modelo hierárquico tradicional de arranjo e descrição. Ele argumenta que este modelo não documenta adequadamente a complexa rede de relações na qual os documentos são criados e utilizados. Ele menciona que a teoria consagrada da burocracia mono-hierárquica, conforme descrita por Weber, em que cada unidade subordinada é responsável por uma unidade superior, está ultrapassada. Em contraste, as organizações contemporâneas são percebidas como entidades dinâmicas e instáveis, com estruturas e funções que mudam progressivamente. Assim, o modelo hierárquico tradicional é considerado restritivo, pois limita as relações entre contextos de proveniência e de gestão de documentos a uma relação linear, estática e hierárquica, não representando a verdadeira complexidade dessas relações.

Cook (1993), corroborando com o ideário de Scott, também sobreleva o caráter virtual sobre o físico. O teórico acredita que a noção de fundos deixa de ser problemática nesse novo ambiente se os fundos forem entendidos não como uma coisa física — algo que Cook via como um resquício da mentalidade custodial dos arquivistas —, mas como uma construção intelectual, na qual a miríade de relações entre criadores, funções, sistemas de informação e documentos poderiam ser reveladas, como Scott imaginou na década de 1960, principalmente pelo processo de descrição. De acordo com a reinterpretação promovida por Cook:

O fundo não é tanto uma entidade física nos arquivos, mas o resumo conceitual das descrições de entidades físicas no nível de séries ou inferior, e descrições do caráter administrativo, histórico e funcional do(s) criador(es) dos documentos — bem como descrições dos processos de criação dos documentos (metadados). O fundo é, portanto, o 'todo' conceitual que reflete um processo orgânico no qual um criador de documentos produz ou acumula séries de documentos que, por sua vez, exibem uma unidade natural baseada em função, atividade, forma ou uso compartilhados. É no coração deste processo ou relação que liga o criador aos documentos que a essência da proveniência ou respeito aos fundos pode ser encontrada e deve ser protegida. É neste coração funcional, ademais, que os sistemas descritivos arquivísticos devem ser direcionados, estruturados e padronizados (Cook, 1993, p. 33, tradução nossa).

Verificamos que Sowry (2014) endossa a abordagem de Cook, ressaltando também como as perspectivas são consideradas dentro do princípio tradicional da proveniência. Ele afirma que "este tipo de descrição baseada em uma única proveniência prejudica a miríade de outros indivíduos — com suas próprias

perspectivas, histórias e preconceitos — envolvidos na criação e no ciclo de vida de cada documento" (Sowry, 2014, p. 105, tradução nossa). Isso, então, fornece evidências sólidas para uma mudança para uma prática moderna da proveniência. Segundo esta abordagem de proveniência intelectual, os arranjos de custódia sob os quais os documentos são mantidos não são mais de grande importância. Embora seja crucial saber onde os documentos estão armazenados em um dado momento, eles não precisam estar sob a custódia dos arquivos para que a instituição tenha uma responsabilidade estratégica e interesse em trazê-los sob controle intelectual. Este enfoque representa uma mudança significativa na maneira como os documentos são gerenciados e descritos, enfatizando uma visão mais abrangente e dinâmica dos processos de gestão de documentos e arquivos.

Fechando a questão, Cunningham (2012) pontua que a visão simplista da proveniência, que está incorporada na abordagem do *record group* para descrição arquivística, representa, sobretudo no contexto da arquivologia australiana, uma degradação do princípio arquivístico do respeito aos fundos. Na verdade, na concepção do autor, a aplicação convencional do princípio da proveniência no contexto atual trata-se de um caso de desrespeito aos fundos. Para ele, os documentos frequentemente possuem múltiplas relações de proveniência, seja simultaneamente ou sucessivamente e, como arquivistas, temos a responsabilidade de projetar sistemas descritivos que reflitam as realidades dinâmicas e complexas da gestão de documentos. Isso implica em uma abordagem mais abrangente e flexível, capaz de capturar a multiplicidade e interconexão de contextos e origens dos documentos, superando, assim, a limitação de uma perspectiva unidimensional e estática de fundos e *records groups*.

Tendo em vista o exposto, podemos assinalar que outra limitação relacionada à proveniência é a restrição da origem de um conjunto de documentos a uma única entidade, apesar da possibilidade de haver múltiplas fontes simultaneamente. No princípio tradicional da proveniência, ainda se prioriza um único criador, mesmo reconhecendo a existência de múltiplos criadores dentro dos fundos arquivísticos. Jennifer Douglas aborda essa questão, observando que:

Nas descrições arquivísticas, a importância da autoria é evidente no peso dado à história administrativa ou ao esboço biográfico, e na escolha do título e do ponto principal de acesso aos fundos, que normalmente correspondem ao nome de um único criador. E, embora seja reconhecido que documentos dentro de um fundo possam ser produzidos por indivíduos diferentes do

criador nomeado, ao interpretar, organizar e representar documentos para uso futuro, o arquivista — em conformidade com o princípio da proveniência — tende a adotar uma visão que enfatiza o papel primário e a perspectiva de um único criador nomeado (Douglas, 2018, p. 29-30, tradução nossa).

Gilliland (2017b) apresenta evidências dessa limitação, utilizando-se de uma apuração fundamentada na perspectiva do *records continuum* para argumentar que, independentemente da localização física, "documentos, *processos de recordkeeping* e agentes responsáveis pela documentação frequentemente coexistem, de maneira simultânea, em múltiplas dimensões de tempo e espaço, e cada um pode se encontrar, ao mesmo tempo, em diversas comunidades" (Gilliland, 2017b, p. 183, tradução nossa). Em consequência, a aplicação do princípio tradicional da proveniência, que limita os documentos a uma única fonte, se mostra inadequada e, possivelmente, sempre foi. Por essa razão, vários pesquisadores da arquivologia estão dedicados a expandir a definição e aplicação da proveniência para incluir as existências múltiplas dos documentos e suas diversas fontes potenciais.

Uma outra limitação, que se conecta diretamente com a noção previamente abordada sobre a restrição da singularidade, reside no fato de que a proveniência aceita é outorgada com direitos de controlar a administração e o uso/usuários dos documentos, conforme permitido pelas normas jurídicas, mesmo em casos de criação por múltiplas partes. Gilliland traz à tona novamente a temática da multiplicidade, desta vez discutindo-a em relação aos direitos autorais. Ela está desafiando a aplicação tradicional da proveniência para incluir os direitos nos documentos de todos os cocriadores envolvidos.

Essencial para os princípios arquivísticos tradicionais que sustentam a proveniência singular e a pertença dos documentos, contudo, é uma concepção incontestada de agência singular nos documentos que limita substancialmente quais direitos partes adicionais deveriam ou poderiam ter em decisões relacionadas a todos os aspectos da gestão de documentos, restringindo assim a capacidade das práticas arquivísticas de se adaptarem a um paradigma pós-nacional (Gilliland, 2017b, p. 184, tradução nossa).

Na próxima subseção, abordaremos mais detalhadamente uma limitação significativa da aplicação estabelecida do princípio da proveniência, que é a falta de envolvimento de uma comunidade mais ampla no contexto em que os documentos residem, seja dentro de uma única entidade ou distribuídos entre várias fontes, conforme frisado por Gilliland (2017b). Esta questão torna-se especialmente

pertinente ao levar em conta a perspectiva das comunidades de origem na organização e descrição dos documentos. Gilliland (2017b) advoga por essa participação e por uma concepção mais expandida da proveniência, um ponto de vista que ressoa com a discussão na subseção anterior deste trabalho, dedicada a arquivos comunitários e participativos. Nessa parte, sublinhamos a importância de envolver as comunidades no processo arquivístico, sobrelevando a valia de suas contribuições e visões únicas na administração e contextualização dos documentos. De acordo com a autora:

Os arquivos precisam se desenvolver de maneira mais participativa, tornando-se um espaço negociado no qual diferentes comunidades compartilham a administração e reconhecendo que os documentos que possuem ou aos quais fornecem acesso são criados por, para e com múltiplas comunidades, de acordo com e respeitando os valores, práticas, crenças e necessidades da comunidade (Gilliland, 2017b, p. 184, tradução nossa).

Ainda sobre a limitação da singularidade, Duff e Harris (2002) acrescentam à necessidade de redefinir a proveniência, argumentando pela remoção da limitação da singularidade e, em vez disso, propondo uma mudança para uma nova abordagem holística para entender o contexto em que os documentos são gerados por múltiplas fontes.

É necessário investigar as diferenças com um desejo de inclusão, em vez de exclusividade. Reconhecer apenas um tipo de proveniência, um ato de criação ou um método de descrição falhará em capturar as ricas complexidades dos documentos sob nossa responsabilidade. Precisamos mover o debate além das discussões sobre o que realmente é a proveniência, problematizando a palavra 'proveniência' e os conceitos arquivados nela, e aceitando que as verdadeiras maneiras sempre foram e sempre serão muitas proveniências, múltiplas vozes, centenas de relações, múltiplas camadas de contexto, todas necessitando ser documentadas (Duff; Harris, 2002, p. 274, tradução nossa).

Verificamos que a aplicação do princípio tradicional da proveniência não aborda de maneira suficiente a possibilidade de existirem múltiplos criadores, oriundos de diversas fontes, que detenham reivindicações legítimas de propriedade e direitos sobre os documentos, indo além dos limites impostos pela única fonte reconhecida. Ketelaar (2005) reconhece que um documento arquivístico pode ser compreendido sob uma ótica pluralista, tendo, portanto, diversos criadores e, conseqüentemente, múltiplas partes que podem reivindicar sua autoria e propriedade. Ao questionar a limitação da perspectiva de um único criador, o teórico propõe a mudança para uma

abordagem mais pluralista e abrangente que aceita e integra a existência de diversas fontes, narrativas e entidades detentoras de direitos sobre um documento arquivístico. Tal abordagem pluralista enfatiza a importância de perspectivas variadas sobre o documento e seu contexto, promove modelos de gestão participativa e possibilita que pessoas e comunidades — previamente consideradas meros sujeitos dos documentos — adicionem suas próprias visões e histórias.

6.5.2. Cocriação e sua contribuição para a redefinição da proveniência

A emergência de novas perspectivas na arquivologia tem desafiado as noções tradicionais sobre a criação de documentos. Neste ponto, exploraremos essas dinâmicas complexas, especialmente em um cenário digital interativo, em que a cocriação emerge como um aspecto fundamental. Salientamos que a noção de que os documentos podem ter origem em múltiplas proveniências não é recente e tem suas origens nas ideias de Scott acerca do *series system*, conforme já abordado anteriormente. Primeiramente, mergulharemos na natureza interativa da criação de documentos no ambiente digital, acentuando como a cocriação se torna central neste contexto. Em seguida, abordaremos como os sistemas de poder influenciam a formação e compreensão da autoria arquivística. Enfatizaremos que as pesquisas acerca da cocriação defendem a importância de reconhecer uma variedade mais ampla de atores envolvidos no processo de criação de documentos, indo além da noção tradicional de um único autor. A discussão se aprofundará nas implicações práticas e teóricas dessa mudança, distinguindo os direitos e responsabilidades dos cocriadores.

Neste contexto, apresentaremos algumas críticas a práticas decorrentes do modelo tradicional de proveniência, enfocando em como ele tende a privilegiar perspectivas elitistas e como se mostra inadequado para abarcar a diversidade e complexidade dos documentos contemporâneos. Essa exploração nos conduzirá à proposta de uma expansão do conceito de proveniência, que será mais bem explorada na próxima subseção, integrando diversas entidades e perspectivas. Esta proposta reflete os avanços das práticas arquivísticas contemporâneas e busca abordar as limitações do modelo vigente.

Inicialmente, assinalamos que a abordagem arquivística tradicional para a criação de documentos, conforme salientado por Trace (2020), é pautada por uma perspectiva dominante focada na noção de uma proveniência única e singular. Esta perspectiva, centrada na autoria individual e exclusiva, tradicionalmente considera o criador do documento como a única entidade relevante no processo de criação, atribuindo-lhe toda a autoria de forma estrita e exclusiva. Tal enfoque implica que a proveniência está diretamente ligada à pessoa ou à organização que registrou a informação — seja empregando a escrita de um texto, a captura de uma fotografia ou a criação de um desenho — desconsiderando, assim, o papel dos sujeitos do documento e o contexto social que impulsionou sua criação. Trace (2020) argumenta que esta visão pode ser vista como estreita e limitada no contexto atual, uma vez que tal abordagem é restritiva e falha ao negligenciar a complexidade e a pluralidade de influências e contribuições envolvidas no processo de criação documental.

Douglas (2018) aponta uma notável contradição na pesquisa arquivística: a criação de documentos é um conceito central na teoria e prática da disciplina, mas paradoxalmente, tem recebido pouca atenção detalhada em estudos. A autora critica essa abordagem simplista para um processo inerentemente complexo, enfatizando a necessidade de uma investigação mais aprofundada e um entendimento mais completo do que realmente implica a criação de um documento. A autora argumenta que essa superficialidade na teorização subestima a complexidade do processo e restringe a capacidade dos arquivistas de compreender integralmente as nuances e variáveis envolvidas na criação documental.

Além disso, Luker (2017) observa que, na teoria arquivística tradicional, existe uma distinção nítida entre os criadores de documentos, considerados como agentes principais na transação documental, e os sujeitos dos documentos, frequentemente vistos como meros terceiros. Em nossa compreensão, conforme verificado na seção 2 desta tese, esta separação é um reflexo característico do pensamento científico moderno, que tende a objetificar os sujeitos do conhecimento. No contexto arquivístico, é evidente que muitos instrumentos de gestão de documentos e de pesquisa, bem como sistemas informatizados de gestão de documentos, geralmente não contemplam a participação ativa dos “sujeitos dos documentos” em aspectos cruciais da gestão arquivística, como avaliação, descrição e difusão, ou na tomada de decisões relacionadas a estas funções.

Contudo, a tendência recente em estudos arquivísticos críticos propõe um modelo mais inclusivo, que reconhece e valoriza o papel de todas as partes envolvidas na transação documental, concedendo-lhes direitos e responsabilidades pertinentes à propriedade, ao acesso e à privacidade das informações. Como Trace (2020) assinala, as articulações contemporâneas expandem a conceitualização estreita da autoria única, revelando um processo complexo com múltiplos agentes que criam e mantêm documentos de forma colaborativa e solidária. Sobre isso, Duff e Harris (2002) corroboram com o entendimento sublinhando as características das instituições contemporâneas:

Nas burocracias contemporâneas, é comum que os mesmos documentos sejam criados, acumulados e utilizados por várias entidades diferentes, sucessoras ou paralelas. Os documentos emanam de atividades do negócio e, por sua vez, são usados para apoiar e realizar outras atividades do negócio. Essa realidade levou vários arquivistas a sugerirem que os aspectos multifacetados da proveniência são atenuados quando a prática arquivística dita a criação de descrições em nível de fundo e atribui a criação dos documentos (e, portanto, a proveniência) a apenas um indivíduo ou organização (Harris; Duff, 2002, p. 267, tradução nossa).

É importante destacarmos o impacto significativo das TICs na complexificação do processo de criação de documentos na era contemporânea. Ketelaar (2008), por exemplo, observa que a criação de documentos em plataformas baseadas na Web 2.0 está se tornando um processo cada vez mais interativo, caracterizado por um diálogo contínuo entre organizações e clientes. Neste cenário, clientes e cidadãos atuam como cocriadores, participando ativamente no desenvolvimento do documento dentro do contexto institucional. Neste ambiente digital, textos interativos e hiperlinkados se transformam em "hipertextos", que são continuamente reconstruídos durante a leitura, atribuindo, ao leitor, um papel ativo na criação do conteúdo, similar ao de um autor. Esse fenômeno de cocriação, tanto social quanto cultural, indica uma mudança significativa na noção tradicional que define a natureza dos documentos e o princípio da proveniência. O autor frisa que a prática de armazenar documentos com proveniências paralelas, criados por múltiplas entidades em contextos distintos e envolvidos em diferentes ações como criação e controle, está se tornando cada vez mais comum em arquivos públicos e privados. Este fenômeno reflete uma inovação na forma como os documentos são criados e gerenciados, adaptando-se às novas realidades do mundo digital e interconectado.

Outra perspectiva que desponta nas pesquisas acerca da cocriação arquivística diz respeito aos aspectos sociais, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento dos sujeitos dos documentos, envolvidos na definição da proveniência dos arquivos. Conforme discutido na subseção 5.3 desta tese, constatamos que as relações de poder entre o Estado e os cidadãos na contemporaneidade têm se modificado. Neste aspecto, o Estado, anteriormente marcado por sua soberania territorial indiscutível, agora se ajusta a um cenário moldado pela globalização e pela tecnologia, enfrentando a desterritorialização e o surgimento de novas formas de cidadania. A era da informação e o advento da internet redefinem as relações Estado-cidadão, promovendo uma cidadania mais ativa e influente. Esta nova realidade exige que o Estado seja mais flexível e adaptável, capaz de abarcar a diversidade e complexidade das sociedades, enquanto a tecnologia atua como um instrumento de descentralização e democratização, intensificando o engajamento político e a participação cidadã.

Respondendo às novas exigências da cidadania contemporânea, Gilliland (2012) e Ketelaar (2005) sustentam que a noção arquivística de cocriação reconhece e dá voz a todos os envolvidos na criação de documentos e seus metadados, bem como descreve seus diversos papéis, sejam eles contribuintes, sujeitos, vítimas ou legatários. Interessantemente, ela também inclui, na categoria de criadores, aqueles que, até então, não eram oficialmente reconhecidos nos marcos legais e arquivísticos. Essa perspectiva ampliada desafia as noções tradicionais de proveniência ao redefinir quem pode ser considerado um cocriador, indo além dos autores oficiais. Ademais, salientamos que o conceito de cocriação suscita debates fundamentais sobre os direitos dos cocriadores. Isso inclui a escolha de quais documentos devem ser preservados, suas formas de gestão, locais de armazenamento e métodos de disseminação. Além disso, questiona-se como as experiências e perspectivas de todos os cocriadores podem ser refletidas nas descrições arquivísticas e quem terá acesso a essas informações. Portanto, a cocriação inaugura um debate enriquecedor sobre a participação e o reconhecimento de diversas partes envolvidas na criação documental, redefinindo como os arquivos entendem e registram a história e as narrativas.

Iacovino (2010), por exemplo, argumenta que o foco tradicional na proveniência deve ser ampliado para incluir todas as entidades contextuais envolvidas na formação

do documento. Sua argumentação parte de uma premissa que se coaduna à noção de cidadania ressaltada anteriormente: em uma democracia, os documentos pertencem ao povo e, essencialmente, o governo os mantém em confiança. Para ela, “a pluralidade das vozes arquivísticas modifica a noção de como se define o bem público e o papel do Estado na criação e propriedade de documentos” (Iacovino, 2010, p. 363, tradução nossa). Considerando o escopo do seu estudo, a proposta de um modelo participativo para comunidades indígenas, ela sugere um modelo de relação participativa que reconhece a cocriação — ou a proveniência paralela, conforme veremos a seguir — como um princípio arquivístico altamente significativo para fornecer evidências de reivindicações no estabelecimento de direitos indígenas a documentos que capturam seu conhecimento e identidade. Além disso, Iacovino (2010) argumenta que um novo direito legal, um direito de propriedade *sui generis*, deveria ser considerado para os povos indígenas possuírem informações pessoais sobre eles coletadas pelo Estado ou uma entidade privada. Sobre o disposto, entendemos como relevante notabilizar que o reconhecimento da cocriação depende fundamentalmente de uma abordagem participativa, conforme discutido na seção anterior.

Em um modelo participativo totalmente implementado, cada contribuinte, incluindo a pessoa que é o sujeito do documento, tem direitos e responsabilidades legais e morais em relação à propriedade, acesso e privacidade, que por sua vez são comprovados por registros que fornecem prova da existência desses direitos e/ou obrigações. O modelo oferece uma maneira útil de mapear os direitos e obrigações existentes e nos locais em que eles podem precisar ser estendidos (Iacovino, 2010, p. 363, tradução nossa).

As críticas de Lapp (2023) à abordagem tradicional de criação na arquivologia apontam que ela tende a valorizar uma perspectiva paternalista da proveniência, privilegiando criadores únicos e centrais, sobretudo grupos detentores de poder e elites. Para ela, esta visão simplifica as origens de um documento a um único criador, ignorando que, geralmente, os documentos são moldados por múltiplas influências e intervenções. Para a autora:

A autoria arquivística historicamente se consolidou em torno, e foi legitimada pelos mesmos sistemas de poder que tornaram os arquivos — eles próprios poderosos instrumentos ópticos com sua própria capacidade de revelar e obscurecer — brancos, patriarcais e estratificados por classe. Criadores singulares foram centralizados e amplificados em parte porque historicamente eram homens brancos poderosos, e em parte porque

reconhecer a autoria existindo fora desse paradigma ameaçava sua supremacia (Lapp, 2023, p. 122, tradução nossa).

Paralelamente, Gilliland (2012) assinala que:

O ato de designar a proveniência é um reconhecimento da autoridade e responsabilidade e, por implicação, reforça o *status* de poder da entidade criadora oficial sobre qualquer outra parte envolvida na criação dos materiais. Tais partes, se mencionadas, são tratadas como sujeitos ou objetos desses materiais e podem nem mesmo ser necessariamente reconhecidas por meio de pontos de acesso descritivos adicionais (Gilliland, 2012, p.341-342, tradução nossa).

Em conclusão, é fundamental ressaltar a transição significativa do campo arquivístico de uma abordagem tradicional de proveniência centrada em um único criador para um modelo mais inclusivo e representativo, conforme proposto por Evans *et al.* (2015) e outros teóricos proeminentes. Reconhecer os indivíduos anteriormente vistos apenas como “sujeitos” dos documentos como cocriadores implica uma expansão substancial da noção de proveniência. Isso envolve a concessão e aplicação de um conjunto mais amplo de direitos aos documentos, envolvendo os cocriadores ativamente nas decisões sobre avaliação, descrição e acesso. Esse processo de cocriação reconfigura a relação entre os documentos e seus criadores e promove a autonomia arquivística.

A cocriação redefine o papel do criador, especialmente em plataformas digitais, em que a interatividade e a participação dos usuários desafiam a noção tradicional de criação de documentos. Essa mudança ilustra como a inclusão de múltiplas vozes e contribuições enriquece o campo arquivístico, proporcionando uma visão mais holística e representativa da história e da cultura. McKemmish e Piggott (2013) enfatizam que, ao ampliar a definição de criadores de documentos para incluir todos os envolvidos no processo criativo ou afetados pela ação do documento, o conceito de cocriação reposiciona os sujeitos dos documentos como agentes ativos. Isso apoia um espectro mais amplo de direitos, responsabilidades e obrigações relacionadas à propriedade, gestão, acessibilidade e privacidade dos documentos ao longo do tempo.

Além disso, verificamos que o desenvolvimento de abordagens, conforme veremos a seguir, que se baseiam na noção de cocriação sublinha a importância de uma abordagem arquivística mais ética e sensível às dinâmicas de poder e aos contextos sociais. Assim, constatamos que expandir a noção de proveniência para

incluir diversas entidades e perspectivas evidencia a complexidade dos documentos arquivísticos e fomenta um maior reconhecimento e respeito pela diversidade de experiências humanas e culturais. Por meio dessa perspectiva, o campo arquivístico pode avançar em direção a práticas mais inclusivas e democráticas, refletindo as mudanças e os desafios contemporâneos.

6.5.3. *Abordagens contemporâneas acerca da proveniência*

A proveniência ainda é vista principalmente em seu nível superficial — informações formais e oficiais bastante óbvias, como o título do(s) criador(es), funções outorgadas e estruturas e ligações organizacionais. Houve pouca exploração de suas dimensões sociais e de seu lugar na teoria e prática arquivísticas. As dimensões sociais da criação e arquivamento de documentos ainda permanecem em grande parte um aspecto marginal da preocupação arquivística. Elas deveriam ser uma parte mais explicitamente desenvolvida e integral da teoria e prática arquivísticas (Nesmith, 2006, p. 352, tradução nossa).

Nesta subseção, nosso foco será em como as teorizações contemporâneas acerca da proveniência arquivística, que emergem da noção de cocriação e proveniência múltipla e consideram as partes envolvidas na proveniência dos documentos não apenas como meros sujeitos, mas como agentes ativos, amplia a noção desse princípio fundamental de modo a incorporar a dinâmica complexa que envolve a contemporaneidade, em acordo com o cenário e respectivas implicações apresentadas e discutidas na seção 5 desta tese. Verificaremos, agora, de que modo perspectivas mais amplas e inclusivas desafiam o entendimento tradicional de proveniência, reconhecendo a complexidade e a multiplicidade das relações e contextos que moldam os documentos arquivísticos.

Para iniciar, exploraremos o conceito de **proveniência social**¹¹¹, proposto por Nesmith (1999), que notabiliza a dimensão social como uma influência predominante em todas as camadas da proveniência. Em seguida, daremos atenção à noção de **proveniência múltipla simultânea** e **proveniência paralela**, uma importante contribuição de Chris Hurley (2005a, 2005b), que desafia a ideia de uma proveniência

¹¹¹ Nossa opção de tradução para *societal provenance*.

singular e linear, propondo uma abordagem que reconhece a existência de múltiplos criadores e proveniências coexistindo simultaneamente. Além disso, discutiremos a **comunidade de documentos**¹¹² ou **criação comunitária**, uma ideia desenvolvida por Bastian (2006), que expande o conceito de proveniência social de Nesmith para abranger a sociedade e seus povos como cocriadores. Posteriormente, examinaremos a abordagem de Nordland (2004) e sua concepção de **proveniência secundária**, notabilizando como os documentos adquirem novas camadas de significado e contexto ao longo do tempo. Por fim, analisaremos a contribuição de Wurl (2005), que introduziu a **etnicidade** como um elemento chave na proveniência, ampliando a perspectiva de proveniência para incluir estruturas culturais e comunitárias, particularmente no contexto de grupos étnicos.

Ressaltamos que não é nosso intuito realizar uma apuração exaustiva de todas as abordagens contemporâneas acerca da proveniência arquivística. Reconhecemos que essa seria uma tarefa vasta e complexa, que ultrapassa os limites deste trabalho. A intenção é, portanto, apenas demonstrar que a proveniência tem recebido grande atenção dos pesquisadores em arquivologia e seus principais pontos de discussão encontram relação com sua noção tradicional, que recebe grande influência do pensamento moderno, sobretudo de sua concepção espaço-temporal. Uma apreciação mais abrangente, incluindo outras abordagens contemporâneas, constará como recomendação para pesquisas futuras, que será registrada nas considerações finais desta tese. Ao longo desta subseção, discutiremos como essas abordagens contemporâneas reformulam a noção de proveniência, integrando as perspectivas sociais, culturais e comunitárias nas práticas arquivísticas.

Iniciamos nossa análise pelo conceito de **proveniência social** desenvolvido por Nesmith (1999). O teórico ressalta que todos os documentos, não apenas os interculturais, possuem uma proveniência social. Esta dimensão social não se limita a ser apenas mais uma camada de informação a ser acrescentada às outras, como o título do(s) criador(es), as funções e as conexões organizacionais; ela, na verdade, permeia todas as outras camadas. Nas palavras de Nesmith:

Como conceituamos a noção de proveniência social? Todos os documentos têm uma proveniência social, não apenas os interculturais, e todas as camadas de informações de proveniência têm origens sociais. A proveniência

¹¹² Do original *Community of records*.

social não é apenas mais uma camada de informação de proveniência a ser adicionada a outras, como o título do(s) criador(es), funções e ligações organizacionais e estruturas. A dimensão social infunde todas as outras (Nesmith, 2006, p. 352, tradução nossa).

O teórico explica que a criação, o uso e o arquivamento de documentos são processos que têm origens sociais. As pessoas criam e arquivam documentos em contextos sociais e para fins sociais, agindo com base em seu entendimento do funcionamento do seu ambiente social, seu lugar nele e como podem alterá-lo. Condições socioeconômicas, pressupostos sociais, valores, ideias e aspirações moldam e são moldados pelas perspectivas e pelos comportamentos das pessoas em relação ao registro e arquivamento de informações. As circunstâncias sociais influenciam o que pode ser conhecido, registrado ou não, e como isso pode ser feito, incluindo a escolha do meio. Estas circunstâncias afetam quem detém informações e por quê, e quem pode ter acesso a elas. Elas também influenciam a linguagem utilizada para descrever fenômenos, determinam o que é considerado confiável, autêntico, digno de ser lembrado ou esquecido e como e quando tais informações são utilizadas e por quem.

Além disso, Nesmith (2006) propõe que a proveniência de um documento ou conjunto de documentos consiste nos "processos sociais e técnicos da inscrição, transmissão, contextualização e interpretação dos documentos, que justificam sua existência, características e história contínua" (Nesmith, 1999, p. 146). Ele insta os arquivistas a reconhecerem que os criadores de documentos são membros da sociedade, criando e arquivando documentos em ambientes sociais e para fins sociais. Dessa forma, a dimensão social permeia todas as camadas da proveniência, oferecendo uma compreensão mais rica e contextualizada dos documentos e das histórias que eles representam (Nesmith, 2007).

Verificamos, nas pesquisas analisadas, que uma das mais importantes teorizações baseadas na noção de cocriação vem dos trabalhos do proeminente arquivista australiano Chris Hurley. Para fins de contextualização, ressaltamos que as ideias de Hurley são repercussões diretas das abordagens de *series system* e, também, integram o *corpus* teórico do *records continuum*. Sobre isso, é importante pontuar que Cunningham (2015) reconhece o australiano Chris Hurley como o mais proeminente, articulado e prolífico desenvolvedor da abordagem de *series system*,

inicialmente engendrada por Peter Scott. De particular interesse tem sido o desenvolvimento por Hurley do pensamento de Scott sobre proveniência sincrônica ou múltipla simultânea: o fenômeno pelo qual mais de um criador pode participar simultaneamente na criação de um conjunto de documentos.

Hurley (2005a, 2005b) propõe que a propriedade contestada dos arquivos no cenário atual é parcialmente resultado sobre como a proveniência dos documentos é capturada nos sistemas arquivísticos, ou seja, baseada em uma perspectiva única que leva em consideração apenas o contexto da entidade criadora. Esta abordagem dominante é reforçada por McKemmish e Piggot (2013), que observam como as políticas e práticas modernas de avaliação e descrição arquivística tendem a privilegiar o contexto no qual um único criador de documentos atua. Para os autores, decisões importantes sobre os documentos, tais como as que envolvem as funções avaliação e descrição, são tomadas dentro desse contexto, frequentemente sem consulta às outras partes envolvidas. Ademais, os modelos de descrição arquivística são construídos para representar o contexto do criador singular, ignorando os contextos de outros que participaram das atividades ou eventos documentados como partes legítimas das atividades e transações originadoras. Consequentemente, o criador singular de documentos geralmente exerce um conjunto mais amplo de direitos sobre os documentos do que os demais participantes.

Hurley (2005a, 2005b) desafia essas abordagens convencionais baseadas em uma proveniência singular, propondo os conceitos de **proveniência múltipla simultânea** e de **proveniência paralela**. De acordo com o autor, o conceito de proveniência múltipla simultânea¹¹³ preconiza que todos os participantes diretos nas atividades registradas no documento são considerados cocriadores, e não apenas a pessoa ou organização que capturou o documento em seu sistema pessoal ou corporativo de gestão de documentos. Entretanto, conforme ponderam McKemmish e

¹¹³ Para fins de exemplificação, recorremos a Sowry (2014, p. 109, tradução nossa) que frisa: 'nesta forma de proveniência, 'dois ou mais criadores' do documento arquivístico podem ser identificados 'ao mesmo tempo', existindo efetivamente de forma paralela um ao outro'. Para exemplificar a ideia de proveniência múltipla simultânea, o autor salienta o caso de fotografias tiradas durante uma manifestação. Neste cenário, múltiplos sujeitos como manifestantes, a polícia e os espectadores são considerados criadores das fotografias, juntamente com o fotógrafo que as está capturando ativamente. Cada um desses sujeitos/criadores é retratado na mesma fotografia, no mesmo momento, embora suas compreensões e percepções individuais da realidade permitam diferentes interpretações e perspectivas. Essas variadas formas de ver a situação refletiriam um contexto histórico mais profundo e abrangente, incorporando as perspectivas de todos os sujeitos envolvidos como criadores.

Piggot (2013), a implementação prática desse conceito exige o desenvolvimento de meta-sistemas arquivísticos com a capacidade de descrever documentos a partir das perspectivas de todos os "criadores" dos documentos, considerando seus diferentes propósitos e funções. Para McKemmish (2015), esse é um grande desafio para os desenvolvedores de sistemas informatizados de gestão documentos, dada a complexidade para se desenvolver metaestruturas que possam acomodar múltiplas realidades.

Tendo em vista essa constatação, o conceito de proveniência paralela se apresenta como uma alternativa. Verificamos que sua distinção se concentra justamente na ausência de tal meta-sistema para prover a descrição de múltiplas proveniências. No espectro da proveniência paralela, a solução consiste no registro dessas descrições em sistemas paralelos. De acordo com o autor:

A descrição arquivística deve necessariamente estar fundamentada em um ponto de vista (uma ambiência). Frequentemente, a ambiência é não declarada — implícita em vez de explícita. Pontos de vista diferentes estabelecem um contexto alternativo. A teoria arquivística pode ser desenvolvida para permitir a documentação simultânea desses pontos de vista alternativos (paralelos) em um único sistema descritivo ou declaração. Um [meta]sistema é preferível porque permite o gerenciamento contínuo do conhecimento coletivo. Críticos pós-modernistas desafiaram a teoria arquivística a prover uma articulação de diferentes vozes na maneira como os documentos são preservados e descritos. A proveniência paralela oferece um método aceitável para atender a esse desafio sem perturbar o tradicional respeito pela proveniência (Hurley, 2005b, p. 81-82, tradução nossa).

Hurley, em seus trabalhos, defende a existência da proveniência paralela, reconhecendo a simultaneidade de múltiplos criadores tanto na formação dos documentos, quanto nas funções ou nos processos nos quais eles participaram (Hurley 2005a). Ele pontua que as descrições arquivísticas tradicionais muitas vezes refletem a escolha de excluir narrativas contestadas, optando por uma única visão de proveniência. Contudo, ele argumenta que os documentos são dinâmicos e sua compreensão é enriquecida ao contextualizar diferentes narrativas em uma única descrição das variadas ambiências.

Central para a proveniência paralela é o conceito de "ambiência", uma ideia que enfatiza que a proveniência de um documento tem seu próprio contexto. De acordo com Hurley, a ambiência é o contexto em que a proveniência de um documento está inserida, significando que cada documento é influenciado por um conjunto mais amplo de fatores e circunstâncias além do seu criador imediato. Por exemplo, embora

o criador direto de um documento possa ser considerado como sua proveniência primária, os órgãos ou entidades aos quais esse criador está subordinado também exercem uma influência indireta na criação do documento. Este conceito é fundamental para entender que os documentos não são criados isoladamente, mas dentro de uma estrutura mais ampla de relações e influências.

Incluir a noção de ambiência nas práticas descritivas de documentos permitiria uma compreensão mais profunda e contextualizada, proporcionando *insights* sobre as forças e os fatores que moldam a criação e a gestão dos documentos. Por exemplo, ao aplicar o conceito de ambiência a documentos que atualmente são identificados como tendo proveniência paralela, pode-se esclarecer conhecimentos contextuais que ficam obscurecidos em sistemas de proveniência única. Isso significa que, ao compreender as várias ambiências que influenciam um documento, é possível evitar a simplificação excessiva e reconhecer a complexidade inerente ao processo de criação de documentos. A aplicação da ambiência a documentos futuros poderia prevenir a ocorrência de proveniências paralelas, garantindo que todas as influências relevantes sejam consideradas desde o início. Proporcionar um contexto de ambiência aos documentos adicionaria camadas de compreensão, ampliando as possíveis utilizações dos arquivos e aprofundando o entendimento dos arquivistas sobre os documentos.

A proveniência paralela, segundo Hurley (2005b), surge em contextos confusos ou mal documentados e é resolvida quando os atos criativos são adequadamente representados, revelando diferentes maneiras pelas quais os documentos são criados, o que ele chama de proveniência múltipla simultânea. Hurley sugere que a proveniência paralela pode ser convertida em proveniência múltipla simultânea por intermédio de três estratégias: 1) esclarecendo os diferentes significados de 'criação' para permitir declarações distintas sobre a autoria dos documentos; 2) ampliando a ambiência dos documentos para incluir uma visão geral unificada de todos os participantes no processo de criação; e 3) estruturando a proveniência para estabelecer relações de criação em diferentes níveis. Essas abordagens permitem uma compreensão mais abrangente e matizada dos documentos, considerando as diversas histórias e contextos de criação.

No que diz respeito ao conceito de **comunidade de documentos**, evidenciamos que ele está intrinsecamente ligado às teorias de proveniência social

de Nesmith (1999) e ao conceito de cocriação, e representa um avanço significativo no campo do estudo da proveniência arquivística. Esta teoria, apoiada pelo entendimento enriquecido da proveniência conceitual de Cook (1993) e Nesmith (1999) e influenciada pela ênfase no contexto ambiente de Hurley (2005a; 2005b), propõe uma abordagem mais holística e inclusiva da proveniência. Essencialmente, Bastian (2003) coloca a cocriação no centro da geração de documentos arquivísticos. Ela destaca que estes documentos possibilitam o acesso a aspectos do passado que de outra forma permaneceriam inacessíveis, frisando que a relação entre uma comunidade e seus documentos é tão intrínseca que ambos não podem ser vistos como entidades separadas. Neste contexto, a estudiosa afirma que "todas as camadas da sociedade são participantes na criação de documentos, e a comunidade inteira é a proveniência maior dos documentos" (Bastian, 2003, p. 82-83).

Outrossim, ela argumenta que "arquivos podem ser tanto espaços físicos quanto espaços de memória... recipientes da memória coletiva de seus criadores, bem como de seus usuários e intérpretes" (Bastian 2003, p. 13, tradução nossa). Este exame se concentra em compreender melhor as interações entre os documentos e as comunidades que os produzem, bem como a relação entre os documentos e os conceitos de memória e acesso. Ela enfatiza que para usar documentos como indicadores confiáveis de uma sociedade inteira, é essencial considerar tanto os sujeitos quanto os criadores dos documentos como participantes ativos no processo de criação de registros. Neste contexto, a criação de documentos é influenciada tanto pelo ato de criação em si, quanto pelo ambiente, pelas pessoas envolvidas e pela comunidade em que estão inseridos.

Além disso, Bastian (2003) reconhece que "a comunidade como uma entidade criadora de documentos e a comunidade como um quadro de memória... contextualiza os documentos que cria" (Bastian, 2006, p. 281, tradução nossa). Ela percebe os documentos arquivísticos como o resultado de um processo criativo que se inicia com o indivíduo, mas que é plenamente concretizado apenas no contexto amplo da comunidade do criador. Dessa forma, documentos individuais se tornam parte de uma comunidade mais ampla de documentos, em que cada indivíduo ou entidade que de alguma forma contribui para o registro é considerado um cocriador. Esta perspectiva coloca todos os níveis da sociedade como participantes ativos na criação de

documentos, atribuindo valor e reconhecimento iguais a todos os segmentos da comunidade na determinação da proveniência dos documentos.

Uma comunidade igualitária de documentos relembra a idealização conceitual do fundo — o conjunto de documentos dentro da totalidade da comunidade. Se aceitarmos a ideia de que documentos de todos os tipos e em todos os formatos possíveis, encarnações e expressões, incluindo tanto conceitos tradicionais de documentos quanto textos de memória não tradicionais, refletem e espelham verdadeiramente as ações e transações de uma comunidade, então a proveniência deve ser ampla o suficiente para interpretar esse conjunto de um corpo de documentos dentro de um contexto abrangente, mas estritamente entrelaçado. Se documentos criados por pessoas sobre pessoas refletem e representam a interação entre pessoas, então o contexto deve oferecer maneiras de descrever, interpretar e abranger essas interações (Bastian, 2006, p. 283, tradução nossa).

Para fins de elucidação, Bastian (2003) fornece um exemplo notável que tanto serve para basear sua fundamentação quanto fornece subsídios para uma aplicação da sua teorização. Ela dedica atenção ao estudo de arquivos coloniais, explorando especificamente a transferência das Índias Ocidentais Dinamarquesas para os Estados Unidos, em 1917, que foram renomeadas como Ilhas Virgens Americanas. Esta mudança teve consequências significativas para o patrimônio documental e a memória cultural da região. No livro *Owning Memory: how a Caribbean community lost its archives and found its history*, Bastian examina como, ao longo de quarenta anos após a transferência, a maior parte dos documentos arquivísticos de uma sociedade colonial de 250 anos foi removida das Ilhas Virgens para os Arquivos Nacionais da Dinamarca e dos EUA. Durante esse período, documentos governamentais essenciais foram transferidos, deixando nas ilhas apenas documentos locais de propriedade e de polícia, até a década de 1960.

Bastian aborda esta perda de documentos no contexto de tratados políticos, influências climáticas, colonialismo e suas consequências para a identidade e memória da comunidade. A remoção dos documentos resultou na perda de controle e acesso imediato dos ilhéus virgens à sua própria história registrada. Esta situação forçou a comunidade a depender de interpretações secundárias de sua história por estudiosos estrangeiros e historiadores locais com acesso limitado aos registros arquivísticos. A estudiosa argumenta que, "sem a capacidade de interpretar os documentos por si mesmos, os ilhéus virgens estão à mercê dos intérpretes, reféns de sua própria história" (Bastian, 2003, p. 47, tradução nossa). Com vistas a suprir a ausência de documentos, tendo em vista a importância do acesso aos documentos

escritos, ela ressalta que a memória coletiva também é criada e preservada de outras maneiras, como comemorações públicas. Esses eventos refletem os valores e preocupações da comunidade e incluem celebrações de marcos históricos significativos.

No contexto da custódia de documentos pelos colonizadores, que segue a tradicional noção de proveniência arquivística, Bastian (2003) defende que os ilhéus virgens devem ser vistos como cocriadores desses, ainda que não tenham atuado diretamente no processo de criação. Bastian (2003) argumenta que os documentos gerados no contexto colonial refletem as transações e atendem às necessidades de toda a sociedade das Ilhas Virgens. Assim, ela ressalta que não são apenas as entidades coloniais da Dinamarca que formam o contexto mais amplo desses documentos, mas sim a sociedade colonial das Ilhas Virgens como um todo. Este ponto de vista amplia significativamente a compreensão da proveniência, reconhecendo a contribuição e o impacto de todos os membros da comunidade na criação dos documentos.

A partir do exemplo citado, Bastian propõe um entendimento da proveniência que reconhece a participação de todas as camadas da sociedade na criação de documentos, considerando a comunidade inteira como a proveniência mais ampla dos documentos. Frisamos que este ponto de vista desafia a noção tradicional de proveniência, que muitas vezes privilegia a perspectiva dos autores oficiais em detrimento da comunidade mais ampla, conforme verificado nas reflexões presentes na subseção anterior. Portanto, esta abordagem de Bastian ressalta a importância de considerar as diversas vozes e experiências dentro de uma comunidade ao abordar a proveniência arquivística, acentuando a necessidade de uma prática arquivística mais inclusiva e representativa das realidades sociais e culturais das comunidades.

Julgamos importante sobrelevar, no contexto da comunidade de documentos, o papel do arquivista, que transcende a leitura e a interpretação de documentos isolados. Bastian (2006) propõe uma mudança na abordagem tradicional jenkinsoniana, salientando a importância de os arquivistas adotarem uma visão mais holística e inclusiva na compreensão dos documentos. Segundo ela, é fundamental entender o contexto mais amplo em que os documentos foram criados e como eles contribuem para esse contexto. Esta perspectiva implica uma descrição arquivística que acomode todas as vozes e todos os documentos, proporcionando uma

representação mais completa e equitativa da comunidade. Essa abordagem é especialmente crítica em contextos coloniais, nos quais frequentemente se encontram narrativas oficiais em contraponto ou complementaridade com as contranarrativas. A abordagem de Bastian sublinha a importância de equilibrar essas diversas perspectivas para fornecer um entendimento mais amplo e justo do passado e dos registros históricos.

Em vez de ler o documento, o texto, o traço ou a representação, em uma comunidade de documentos, os arquivistas devem ler o contexto, ler o documento como parte e contribuinte desse contexto e, além disso, oferecer descrições e notas que acomodem todas as vozes e todos os documentos. Desta forma, os arquivistas podem equilibrar as versões oficiais dos arquivos coloniais com esses outros registros de contranarrativas. Os arquivos podem ser esse espaço no qual a totalidade da comunidade é verdadeiramente representada (Bastian, 2006, p. 283-284, tradução nossa).

Outra abordagem importante a ser notabilizada é a de Nordland (2004), a qual introduziu o conceito de **proveniência secundária** para descrever as camadas adicionais de contexto e significado que um documento adquire ao longo de *continuum*. A autora desenvolveu um estudo de caso em 2004, examinando como um documento específico ganha novas identidades e significados ao ser interpretado, reinterpretado e representado em diferentes momentos no tempo. A autora acentua que sua abordagem é baseada nas percepções de Taylor (1987) sobre os impactos das TICs no campo dos arquivos. Sobre isso, Nordland (2004) observa que cada “mudança transmidiática”¹¹⁴ — termo utilizado por Taylor (1987) — adiciona novos significados ou camadas ao contexto e estrutura do documento, refletindo uma evolução contínua de sua história, mesmo após ser “fixado” sob custódia arquivística.

No processo de mudança transmidiática, um documento pode ser reinterpretado para se adaptar ao novo meio e aos desejos do autor da intervenção, que neste contexto pode ser o arquivista ou a pessoa responsável pela digitalização. Nordland (2004) discute como a aplicação de processos de digitalização adicionam uma proveniência secundária ao item original. Ela argumenta que, à medida que os documentos adquirem novos significados e contextos, as compreensões de

¹¹⁴ ‘*Transmedia shift*’ é um termo introduzido por Taylor (1987) para descrever a transformação na maneira como a informação é apresentada e consumida por meio de diferentes meios ou plataformas de mídia. Este conceito aborda o avanço do conteúdo de uma forma de mídia para outra, impactando significativamente na acessibilidade, interpretação e no valor do conteúdo.

proveniência devem se expandir para incluir os contextos originais de criação e os novos contextos adquiridos.

Nordland (2004), em seu estudo de caso, enfatiza como exemplo um mapa histórico elaborado no início do século XIX, que faz parte de uma coleção arquivística significativa. Este mapa, um dos primeiros a representar uma região geográfica específica, foi crucial para a organização que o comissionou e posteriormente foi integrado em um mapa mais abrangente da região. A autora discute como o uso e a reutilização deste mapa progressivamente conferiram-lhe um valor e contexto únicos, destacando-o em diversas publicações relacionadas à história da região representada. As reproduções e reinterpretações subsequentes do mapa, tanto em formato impresso quanto digitalizado, são citadas por ela estudiosa como exemplos de mudanças transmidiáticas, demonstrando como cada mudança altera ou adiciona novas camadas de significado à proveniência original do documento.

Nordland (2004) ressalta que a proveniência "original" de um documento permanece com o criador do documento original. No entanto, no caso do mapa reportado e em muitos outros documentos, as informações disponíveis habitualmente limitam-se ao contexto apresentado na publicação ou no *site* em que são exibidos, muitas vezes desconsiderando a conexão do documento com seu criador original e os processos de criação. Assim, em muitos casos, a proveniência original é "esquecida ou enterrada", substituída por um conjunto diferente de circunstâncias ou uma proveniência secundária. A estudiosa, alinhando-se a Nesmith (1999), defende que as reutilizações do documento por criadores sucessores e autores posteriores tornam-se dimensões importantes do contexto do documento, que são frequentemente negligenciadas na definição de uma visão de proveniência ampliada e mais diversificada.

Destacaremos agora, o trabalho Wurl (2005), o qual propõe uma abordagem que realça a **etnicidade** como um elemento central na proveniência arquivística. Esta perspectiva, que se alinha à de Bastian, é fundamentada na literatura arquivística sobre a redescoberta do princípio da proveniência que se expandiu nos anos 1990. Wurl (2005) argumenta que a proveniência, anteriormente percebida de maneira mais simples, desenvolveu-se para abranger diversos aspectos do contexto de criação dos documentos. Ele sobrealça a complexidade dos agrupamentos sociais, os quais não estão "convenientemente delimitados pelas paredes de um órgão governamental, um

conjunto de estatutos empresariais ou um domicílio" (Wurl, 2005, p. 67, tradução nossa).

Wurl (2005) trata como primordial a importância de considerar as comunidades imigrantes e étnicas como grupos sociais difusos, mas significativos, na questão da proveniência. Em sua abordagem abrangente para a representação das experiências de povos imigrantes e seus descendentes, o autor entende como crucial reconhecer que a etnia não é uma entidade estática, mas se manifesta por meio de estruturas interpessoais e interdependentes. Essas estruturas, argumenta ele, devem ser compreendidas e respeitadas como expressões válidas da proveniência, desafiando assim a definição convencional de proveniência, que constantemente se limita ao indivíduo, família ou organização responsável pela criação ou recebimento dos documentos. O estudioso expande essa noção, enfatizando o contexto, particularmente no que se refere às representações culturais ou comunitárias, com uma ênfase especial na etnia. Ele vê a etnia como uma identidade de grupo socialmente construída, dinâmica e mutável ao longo do tempo, paralela aos documentos gerados por tal construção.

Sobre a etnia, Wurl (2005) fundamenta suas ideias em pesquisas realizadas por cientistas sociais sobre etnicidade. Esses estudos abandonaram a visão essencialista de grupos étnicos, definidos e delimitados por qualidades intrínsecas, e passaram a analisar a formação étnica como um construto social dinâmico e mutável, moldado por interações sociais complexas. Esta perspectiva lança luz sobre a natureza ainda mais difusa e complexa da etnicidade. Ao se apoiar nesses estudos, Wurl reforça a necessidade de uma abordagem mais ampla e inclusiva na arquivologia, em que a etnicidade é entendida como um componente vital e em constante desenvolvimento no processo de documentação e arquivamento.

Além do mais, Wurl (2005) ressalta que, embora a proveniência arquivística englobe mais do que apenas a etnicidade, considerá-la como a fonte primária de identidade na formação de uma comunidade pode levar a coleções fragmentadas e limitadas, pois a etnicidade é apenas um dos diversos agrupamentos sociais que moldam a identidade coletiva. No entanto, ele encoraja os arquivistas a cultivarem uma abertura de pensamento e a abandonarem a noção convencional de evidência arquivística, assim como resistirem à tentação de tratar a diversidade como uma moda passageira. O autor enfatiza que, sem esse pensamento aberto e a conscientização

do contexto sociocultural em que ocorre o arquivamento, os esforços de coleta nunca serão sustentáveis e eficazes, pois faltarão o apoio e o engajamento das comunidades envolvidas.

Para abordar esta tarefa desafiadora, e alinhada com a visão reformulada que prioriza o contexto de criação dos documentos sobre os documentos em si, Wurl (2005) reconhece a necessidade de redefinir as perspectivas arquivísticas tradicionais de custódia e propriedade. Estas últimas, segundo ele, estão em conflito com os sistemas convencionais de arquivos, que são baseados em jurisdição e responsabilidade. Em vista disso, o estudioso propõe uma mudança na estrutura de poder dos arquivos, deslocando o foco do documento sob custódia para o processo e contexto de sua criação, e do arquivo para o seu criador. Este paradigma pós-custodial sugere uma transição do papel do arquivista de guardião para curador.

Nesse contexto, Wurl (2005) sugere que os arquivistas substituam o *ethos* da custódia pelo da curadoria, definida por ele como a "parceria e continuidade de associação entre o arquivo e o originador" (Wurl, 2005, p. 72, tradução nossa). O objetivo desta abordagem é, segundo ele, garantir a preservação e o acesso aos documentos. Aprofundando a ideia de cooperação, o estudioso utiliza o exemplo da doação de um fundo arquivístico a um arquivo para propor uma nova característica para a função de aquisição de documentos. De acordo com ele, esta não deve ser vista como o término da relação entre o doador e os arquivos, mas como o início de uma nova fase. Assim, a curadoria, em contraste com a custódia, se alinha à noção de *records continuum*, em que arquivistas e criadores de documentos estão constantemente envolvidos um com o outro. Destacamos que essa característica se distancia da noção tradicional do ciclo de vida dos documentos, na qual ambos os agentes se sucedem em espaços e tempos bem delimitados.

Salientamos que reconhecer a etnicidade como um componente da proveniência é vital para uma compreensão mais profunda das questões culturais e sociais. Essa abordagem, em sintonia com a noção de cocriação e com a abordagem participativa em arquivos, reflete as respostas dos arquivistas aos desafios da contemporaneidade, proporcionando uma nova perspectiva sobre como arquivar e interpretar documentos. Ao explorar as diversas facetas da proveniência, os arquivistas desenvolvem uma consciência mais ampla sobre a importância de

contextualizar os documentos, expandindo suas metodologias para incluir a avaliação, organização e descrição destes.

Apesar das complexidades e das disputas inerentes a esse processo, a abordagem coletiva e participativa, que promove a autorrepresentação de comunidades étnicas, se distingue como um método mais justo de representação. A colaboração contínua entre arquivistas e representantes de comunidades étnicas ao longo de todo o *continuum* documental enriquece a diversidade cultural dos arquivos, bem como é fundamental para integrar a etnicidade como um elemento chave na proveniência. Wurl (2005), portanto, evidencia como a compreensão da proveniência arquivística é enriquecida ao incorporar o elemento étnico como parte fundamental do contexto de criação dos documentos, ampliando assim a abrangência e a relevância dos arquivos na representação de diversas comunidades.

Em suma, as teorizações contemporâneas acerca da proveniência arquivística, exploradas nesta subseção, oferecem uma visão ampliada e inclusiva deste conceito fundamental, desafiando a abordagem tradicional e incorporando a complexa dinâmica da contemporaneidade. O conceito de proveniência social, proposto por Nesmith (1999), ressalta a dimensão social como influência predominante em todas as camadas da proveniência. Ele enfatiza a natureza social da criação, do uso e do arquivamento de documentos, em que as condições socioeconômicas e culturais moldam a produção e o acesso à informação.

Hurley (2005a, 2005b), com sua noção de proveniência múltipla simultânea e proveniência paralela, desafia o conceito de uma única proveniência linear. Ele propõe uma abordagem que reconhece múltiplos criadores e proveniências coexistindo, ampliando significativamente a compreensão dos documentos arquivísticos e suas inter-relações. Por sua vez, a comunidade de documentos, uma ideia desenvolvida por Bastian (2006), expande a proveniência social de Nesmith (1999), considerando a sociedade e seus povos como cocriadores de documentos. Essa abordagem sublinha a interconexão entre documentos e comunidades, vendo-os como inseparáveis e enfatizando a cocriação como elemento central na formação de documentos arquivísticos.

Nordland (2004) introduz o conceito de proveniência secundária, que descreve como documentos adquirem novos significados e contextos progressivamente, especialmente via mudanças transmidiáticas e reinterpretações. Finalmente, Wurl

(2005) enfatiza a importância da etnicidade na proveniência. Ele propõe uma abordagem mais abrangente para representar as experiências de comunidades imigrantes e étnicas, na qual a etnicidade é vista como um construto social dinâmico e mutável, desafiando as noções convencionais de custódia e propriedade em arquivologia.

Cada uma destas abordagens contemporâneas contribui para uma compreensão mais rica e diversificada da proveniência arquivística, refletindo as mudanças e os desafios do nosso tempo. Elas ressaltam a necessidade de práticas arquivísticas mais inclusivas e democráticas, que reconheçam e respeitem a diversidade de experiências humanas e culturais. Ao integrar as perspectivas sociais, culturais e comunitárias nas práticas arquivísticas, essas teorizações abrem caminho para uma representação mais equitativa, inclusiva, sensível e abrangente nos arquivos.

6.6. Novos horizontes na descrição arquivística

Nesta seção, navegaremos pelas correntes de transformação e inovação que estão remodelando a descrição arquivística no mundo contemporâneo. Assim, mergulharemos em algumas nuances das práticas arquivísticas modernas já estabelecidas, desvendando como avançaram em resposta às demandas de um ambiente cada vez mais complexo e interconectado. Iniciaremos a análise com uma reflexão profunda sobre as noções tradicionais de ordem e proveniência, notabilizando como elas estão sendo reavaliadas e adaptadas no contexto atual. Neste ponto, enfocaremos como a organização física e lógica dos documentos, anteriormente ancorada em estruturas rígidas e conceitos estabelecidos, está se abrindo para abordagens mais flexíveis e contextuais. Esta mudança representa um esforço consciente para capturar a complexidade e a dinâmica inerente aos documentos e aos processos que eles representam, desafiando a ideia de que a ordem nos arquivos é apenas uma consequência de lógicas inerentes e imutáveis.

Seguiremos para uma discussão sobre a continuidade e persistência do processo de descrição arquivística, antes relegado ao final do ciclo vital, salientando uma transição significativa para práticas mais integradas e contínuas. Este avanço,

pautado no *records continuum*, reflete a necessidade de uma abordagem mais holística e dinâmica, que reconheça a importância dos metadados e a interconexão dos processos de gestão de documentos ao longo do tempo. Abordaremos como a descrição arquivística está se adaptando para manter sua relevância em um mundo digital.

A influência das TICs na natureza dos arquivos é outro tema central desta seção. Exploraremos como os avanços tecnológicos estão redefinindo a descrição arquivística, movendo-se para além das tradicionais estruturas hierárquicas e adotando abordagens mais alinhadas com as percepções contemporâneas de espaço e tempo. Esta mudança realça a crescente importância do ciberespaço e de estruturas de dados mais flexíveis e adaptáveis na gestão de arquivos. Finalmente, abordaremos a emergente descrição arquivística multidimensional, que se vale de modelos de rede e de grafos para capturar as complexas inter-relações e contextos dos documentos modernos. Esta abordagem revoluciona a prática arquivística ao oferecer uma estrutura mais adaptável e capaz de refletir a realidade multifacetada dos documentos no mundo contemporâneo.

Em suma, esta seção não apenas ilumina as tendências atuais no campo da descrição arquivística, como também projeta um caminho para o futuro, enfatizando a importância de abordagens inovadoras e adaptativas. Neste contexto em constante transformação, a flexibilidade, a inovação e uma compreensão ampla e integrada são fundamentais para capturar a essência dos documentos e de suas histórias complexas em um mundo digital e interconectado.

6.6.1. Além da ordem e da proveniência

Constatamos nas seções 3.3 e 4.4.1 do nosso trabalho que a visão do espaço como um ambiente quantificável foi, e ainda é, crucial para a organização física e lógica dos documentos de arquivo. A ordem no conhecimento arquivístico, portanto, transcende as estruturas conceituais e se manifesta fisicamente na disposição dos documentos, acentuando a importância de localizar e acessar com precisão cada documento no espaço físico do arquivo. Essa abordagem é refletida na maneira como os documentos são organizados em fundos, projetados para espelhar a ordenação

original dos documentos, especialmente em contextos dominados por documentos públicos, tendo em vista a já constatada influência do Estado moderno. A descrição arquivística, dessa forma, busca preservar a estrutura e função originais, bem como o contexto espacial dos documentos. Em essência, a descrição arquivística moderna é um esforço para mapear a organização espacial dos documentos, mantendo a fidelidade à sua origem e ordem, demonstrando como o pensamento arquivístico é moldado pela compreensão do espaço como um elemento ordenado e essencial para a preservação do conhecimento.

No que diz respeito ao ideal de ordem moderno, tradicionalmente visto como um pilar fundamental na classificação e descrição arquivísticas, temos observado um movimento da pesquisa arquivística contemporânea em direção à reavaliação e relativização desse conceito, conforme indicado por Trace (2020). Percebemos que a perspectiva moderna de ordenação, que busca categorizar e estruturar os documentos de maneira lógica e sistemática, está sendo questionada quanto à sua capacidade de refletir a complexidade e a dinâmica dos documentos e dos processos que eles representam. Opondo-se aos ideais de neutralidade e imparcialidade, Trace (2020) aponta que a ordenação é um processo intencional, evidenciando que a organização de documentos reflete as intenções e as percepções dos agentes envolvidos.

Analogamente, Brothman (1991) aprofunda essa ideia, argumentando que a ordem nos arquivos não é uma manifestação de lógica inerente, mas o resultado de práticas de agrupamento que escolhemos. Esses agrupamentos tanto estruturam, quanto podem obscurecer a complexidade dos documentos, sugerindo que a ordenação arquivística pode ser mais uma interpretação subjetiva do que uma representação objetiva da realidade. Brothman vai além, ao argumentar que a "ordem edênica nos arquivos" é uma construção, formada por meio de práticas de agrupamento que refletem ações e intenções subjacentes.

A ordem arquivística não surge como resultado de alguma restrição inexorável imposta sobre nós, da qual somos impotentes para repudiar. A ordem edênica nos arquivos é aquela que é moldada através da prática de agrupamento. Esses agrupamentos de documentos são criações; eles são, para emprestar um termo recentemente cunhado na sociologia da ciência, micromundos que são demarcados por limites de nossa escolha - indivíduos, estruturas institucionais etc. - e que disfarçam à medida que conquistam uma profunda complexidade que também está aumentando no governo e no mundo em geral (Brothman, 1991, p. 84, tradução nossa).

O autor sugere que esses agrupamentos, ao invés de revelar, muitas vezes disfarçam a complexidade inerente aos documentos e aos processos que representam. Isso ressalta a ideia de que a ordenação nos arquivos não é uma representação completa e fidedigna da realidade, mas uma interpretação influenciada por vários fatores. Em suma, verificamos que o ideal de ordem moderno nos arquivos, que busca estabelecer uma estrutura clara e lógica, está sendo questionado em favor de uma abordagem mais flexível e consciente das complexidades sociais e contextuais. Isso sugere uma mudança em direção à compreensão da ordenação como um processo contínuo e socialmente construído, que não pode ser plenamente capturado ou fixado em um ponto no tempo. Na visão de Trace (2020), a ordenação, portanto, tem sido vista como insuficiente para abordar a complexidade e a multiplicidade de relações e contextos envolvidos na criação e no uso de documentos.

Outro ponto relevante em nossa exploração é o fato de a descrição arquivística ter seguido rigorosamente o entendimento tradicional do princípio da proveniência. Detectamos, em nossa investigação, que a descrição arquivística, tradicionalmente, é uma abordagem hierárquica e introspectiva, focada em um único fundo. O processo descritivo começa com a descrição do fundo em si, prosseguindo para descrever seus componentes e subcomponentes e assim por diante. A hierarquia pode chegar até a descrição de um documento individual, embora comumente não o faça. De acordo com o ICA (2023), esse modelo de descrição arquivística está incorporado na ISAD(G). Atualmente, descrições baseadas nesse modelo são criadas e mantidas por meio de uma variedade de TICs, incluindo processadores de texto e bancos de dados. Além disso, muitas dessas descrições são codificadas em *Encoded Archival Description (EAD)*¹¹⁵, utilizando o formato *Extended Markup Language (XML)*¹¹⁶. A

¹¹⁵ EAD é um padrão XML para codificar instrumentos de pesquisa, mantido pela SAA, em parceria com a *Library of Congress*. Este padrão possibilita a codificação de descrições de recursos arquivísticos em XML, permitindo que tais descrições sejam interoperadas, modificadas e processadas por computadores. O EAD acomoda variações na extensão e no conteúdo dos instrumentos de pesquisa dentro e entre repositórios, e preserva em forma eletrônica, as informações descritivas complexas e estruturadas hierarquicamente (Pearce-Moses, 2005).

¹¹⁶ XML é um padrão que visa promover o compartilhamento de informações na internet, especificando formas de descrever a estrutura semântica da informação e validar se essa estrutura está bem formada. Descrito como extensível, o XML é uma metalinguagem que permite a criação de etiquetas (*tags*) para a marcação semântica. O maior valor do XML é realizado por meio de vocabulários comuns de *tags*, permitindo que as aplicações utilizem esses vocabulários para compreender documentos de diferentes fontes. Esse padrão é fundamental para a troca eficiente e estruturada de informações na *web*, facilitando a interoperabilidade entre sistemas distintos (Pearce-Moses, 2005).

maioria dessas descrições visa à produção de um instrumento de pesquisa tradicional impresso ou uma apresentação *on-line* que é, mais ou menos, análoga a ele.

Ao longo da elaboração de nossa tese, constatamos que um legado marcante da arquivologia moderna é o modelo organizacional burocrático oriundo do século XIX. Nesse período, a burocracia e a hierarquia desempenharam um papel crucial, fornecendo uma estrutura organizacional racional e padronizada para os Estados. Essa estrutura burocrática, por sua vez, impulsionou a criação de um esquema de organização para os arquivos que fosse tanto natural quanto eficiente, espelhando a lógica e a ordem inerentes a esses sistemas. Em relação ao aspecto hierárquico, Trace (2015) levanta questionamentos sobre a utilização de hierarquia e níveis padronizados de controle para representar as relações de proveniência entre documentos. Outro ponto de intensa controvérsia diz respeito à eficácia dos níveis hierárquicos e padronizados de controle na representação fiel da complexa rede de relações de proveniência e de gestão documental. Diante disso, alguns arquivistas começaram a questionar o modelo mono-hierárquico de arranjo, rejeitando ideias como a de que um conjunto de documentos possua um único criador ou que as séries documentais estejam naturalmente organizadas em uma relação hierárquica entre si.

Gilliland (2017a) também tece críticas à descrição arquivística tradicional. Primeiramente, ela afirma que a noção embutida nos princípios de respeito aos fundos e ordem original é a de busca por uma ordem original singular e fixa, que não leva em conta a natureza dinâmica da gestão de documentos e a existência de múltiplos contextos das pessoas documentadas nesses documentos. Esses princípios tendem a privilegiar a perspectiva do criador singular nos sistemas de descrição arquivística. Outra consideração está na abordagem hierárquica que privilegia a prática da descrição coletiva¹¹⁷ em detrimento do devido destaque que poderia ser dado a itens documentais. Segundo a autora:

Embora responda às preocupações duplas de reter e explicar documentos e seu contexto de produção e uso e processar grandes volumes de documentos (que também podem ser bastante semelhantes em estrutura e conteúdo), a

¹¹⁷ A descrição coletiva, que se distingue da descrição em nível de item, procura descrever os materiais de forma conjunta em vez de individualmente. Devido ao tamanho das coleções arquivísticas, a descrição em nível de item é impraticável, exceto para os materiais mais importantes. A descrição coletiva começa do geral para o particular, iniciando com a coleção como um todo, seguindo com a descrição de grupos e subgrupos, séries e subséries, e às vezes pastas dentro da coleção (Pearce-Moses, 2005, p. 77, tradução nossa).

descrição coletiva falha em destacar as evidências de e sobre indivíduos que muitas vezes existem apenas no nível do item ou dentro do item, e que podem ser tão importantes na reconstrução das vidas e atividades de não-elite (Gilliland, 2017, p. 40, tradução nossa).

No mesmo contexto, o ICA (2023) salienta que um conceito chave na descrição multinível adotada pela ISAD(G) é a "unidade de descrição". A ISAD(G), juntamente com uma ampla gama da literatura profissional em descrição arquivística, parte do pressuposto de que itens documentais e seus respectivos conjuntos — conhecidos por arquivistas como fundos, grupos, séries, dossiês, entre outros — podem ser descritos de maneira uniforme, sugerindo implicitamente que todos representam o mesmo tipo de entidade. Conforme exposto pelo ICA (2023), a origem e a história dos documentos não se limitam apenas à pessoa ou ao grupo que acumulou um conjunto de documentos. Elas incluem também outras pessoas e grupos diretamente relacionados a esses documentos, bem como as atividades a eles associadas. Essa visão tradicional tem sido alvo de críticas por enfatizar excessivamente o acumulador dos documentos, resultando, conseqüentemente, na marginalização ou omissão de outras pessoas e grupos que desempenharam papéis ativos na criação, no uso ou que foram assuntos dos documentos.

Podemos adiantar que uma das bases para essa mudança de visão na arquivologia, conforme já mencionado na seção anterior, está nas ponderações de Scott (1966) sobre a aplicação prática do princípio da proveniência. Podemos verificar que o ponto de vista proporcionado por Scott (1966), por meio do *series system*, também desafia a influência da percepção moderna de espaço e tempo no pensamento arquivístico. McKemmish (1994) acentua a inovação introduzida por Peter Scott na área da arquivologia, ao questionar a ligação tradicional entre a defesa moral, o arranjo físico e a custódia dos documentos. Ela explica que Scott desafiou a concepção do século XIX, ainda prevalente em alguns sistemas arquivísticos, de que um fundo arquivístico pode ser representado por meio do arranjo físico dos documentos em um arquivo.

Segundo McKemmish (1994), Scott opôs-se à ideia de que a descrição arquivística deve refletir a organização física dos documentos sob custódia de uma autoridade arquivística. Em vez disso, seu método de “controle de contexto” visa à garantia da documentação de arquivos e seus contextos por meio das relações

existentes entre eles, negando a necessidade de reconstruir fisicamente o fundo. A autora ressalta que essa abordagem reconhece a realidade virtual, em vez da física, dos fundos arquivísticos, argumentando que a tentativa de reconstrução física de um fundo em um agrupamento singular de documentos oferece apenas uma visão limitada de uma realidade mais complexa e multifacetada.

6.6.2. A descrição como um processo contínuo e persistente

Além da hierarquia e da noção tradicional de proveniência, características intrínsecas ao pensamento arquivístico moderno, identificamos outro aspecto fundamental na aplicação da descrição arquivística: a abordagem centrada no ciclo vital dos documentos. Como discutido na subseção 4.4.2 desta tese, a percepção do tempo na arquivologia moderna compreende os documentos como entidades estáticas, funcionando como conexões entre o presente e o passado. Essa perspectiva, baseada em uma visão linear do tempo, resulta em uma segregação nas práticas de gestão de documentos e arquivos, culminando em um processo fragmentado e limitado. Sob este prisma, a descrição arquivística tende a ser aplicada somente após os documentos perderem sua funcionalidade administrativa, visando facilitar seu acesso para fins de pesquisa histórica.

McKemmish (2017) pondera que a descrição arquivística avançou para se tornar um elemento fundamental da arquivologia contemporânea. Este incremento reflete uma mudança do modelo tradicional, em que a descrição era um processo realizado após o arquivamento, para uma abordagem integrada que captura e vincula metadados autoritativos aos documentos, considerando os contextos sociais e institucionais, desde o momento da criação. A abordagem centrada no *continuum* promoveu uma visão mais holística e dinâmica da descrição arquivística, reconhecendo a importância dos metadados e a interconexão dos processos de gestão de documentos ao longo do tempo.

No *records continuum*, a descrição é, portanto, definida como uma série de processos iterativos de *recordkeeping* que capturam e vinculam inextricavelmente metadados autoritativos a documentos criados no contexto de atividades sociais e institucionais desde o momento de sua criação e ao longo de sua vida. O objetivo principal desses processos é fornecer os controles intelectuais que permitem que documentos confiáveis, autênticos, significativos e acessíveis sejam transportados ao longo do tempo, dentro e

além dos limites organizacionais, pelo tempo que forem necessários para os múltiplos propósitos que servem. Os processos de *recordkeeping* (incluindo processos de arquivísticos) 'fixam' documentos que são criados no contexto de atividades sociais e institucionais e os 'preservam' como evidência dessas atividades de maneiras que assegurem sua acessibilidade pelo tempo que forem valiosos (McKemmish et. al, 1999, p. 8, tradução nossa).

No mesmo sentido, Cunningham (2012) sublinha que, diferentemente das abordagens tradicionais de descrição arquivística, que se concentram na descrição estática de documentos permanentes ou históricos — segundo a perspectiva do ciclo vital —, a abordagem pautada no *series system* é empregada para obter um controle intelectual amplo de gestão de documentos e arquivos. Bearman e Hedstrom (1993) reconhecem que os arquivistas tradicionalmente descreviam os documentos após sua avaliação e recolhimento, tomando como base seu conteúdo e estrutura. Segundo eles, esse processo perde a oportunidade de utilizar informações coletadas sobre a estrutura e funções da organização, bem como a ligação entre transações e documentos, e também presume que a descrição pós-arquivamento será possível. Os autores já vislumbravam, no início da década de 1990 que os sistemas informatizados de gestão documentos propiciariam a utilização de metadados para auxiliar no processo de descrição, desde a concepção dos documentos.

Adicionalmente, Sousa e Araújo Júnior (2019) ressaltam que as mudanças recentes sobrelevam a necessidade de abordar as funções de classificação e descrição de documentos de arquivo de maneira renovada. Segundo eles, é inadequado limitar estas funções a etapas específicas do ciclo de vida dos documentos. Ao contrário, tais funções devem ser aplicadas desde a criação dos documentos até sua eliminação ou preservação permanente. Eles argumentam que apenas assim é possível fornecer informações precisas sobre as decisões relacionadas aos documentos e sobre o contexto de sua existência ao longo de todo o seu contínuo.

Trace (2020), por sua vez, credita essa ideia de enxergar o processo de descrição como contínuo, a partir da produção documental, ao sistema de séries australiano. Segundo ela, a abordagem australiana de que o controle arquivístico deveria ser um processo contemporâneo e contínuo, e não simplesmente um exercício pós-arquivamento, em resposta a uma "acumulação estática" documentos

- uma exigência histórica que ajudou a formar o conceito de *record group* nos EUA
- transformou ideias sobre a proveniência arquivística.

6.6.3. *Tecnologia e novas dimensões espaciais*

Verificamos, em Trace (2020), que as TICs, sobretudo a computação, desempenharam um papel crucial na transformação da natureza dos arquivos, facilitando a transição de uma entidade predominantemente física e hierárquica para uma mais alinhada com as percepções contemporâneas de espaço e tempo. É possível afirmar que esta mudança reflete um avanço significativo além das estruturas hierárquicas tradicionais, considerando as dimensões do ciberespaço e adotando uma abordagem rizomática em sua organização e acesso, conforme identificamos na subseção 5.4 desta tese.

Ainda de acordo com Trace (2020), arquivistas contemporâneos começaram a adotar modelos de dados que integravam conceitos do século XIX e XX, como funcionalidade, predeterminação e hierarquia, com uma nova ênfase na flexibilidade, integração, granularidade no gerenciamento de objetos e relações, e fluidez nas ligações e conexões. As inovações na computação anteciparam e instigaram uma mudança fundamental na visão de mundo dos arquivos: de um repositório físico e tátil, que fixava uma proveniência e arranjo taxonômico específico, para uma concepção de arquivo que também pode ser visto como um repositório virtual de dados, acessível de maneira às vezes aleatória. Constatamos que este novo cenário reflete uma visão mais adaptada às realidades contemporâneas, nas quais espaço e tempo são percebidos de maneira mais fluida e dinâmica, em consonância com a natureza interconectada e expansiva do ciberespaço.

Ademais, a pragmática de gerenciar, preservar e fornecer acesso a informações digitais em escala trouxe consigo novas formas de colaboração interdisciplinar e inovação técnica. Nesse processo, os arquivistas têm se voltado para modelos de classificação arquivística que passam de documentar relações por meio de uma hierarquia fixa para a rede, reconhecendo as possibilidades da tecnologia e a complexidade dos sistemas de informação atuais. A era digital introduz uma nova dinâmica em que a não-linearidade, interconexão e interdependência tornam-se

características fundamentais na organização e compreensão de documentos e arquivos.

Como uma força estética, esses novos modelos de classificação são abrangentes, adotando características de não-linearidade, interconexão e interdependência. A noção do limite da proveniência externa, assim, se desloca de um quadro de demarcação clara (por exemplo, uma entidade criadora ou receptora); para um com mais dimensão, tendo temporalidade, movimento e um senso do que está dentro e fora; para um que é sempre expansivo, em rede e interconectado. A estrutura da ordem original e a noção da parte e seu todo (em termos analógicos, o fundo, a série, o processo e o item) são, correspondentemente, interrompidos e estendidos. O tamanho das coleções digitais e a natureza da tecnologia subjacente à sua estrutura significam que a coleção abrangente e o item sobrevivem, mas as camadas intermediárias (aquelas que tradicionalmente identificamos como séries e processos físicos) se tornam desestabilizadas no espaço digital. Em escala, o item se torna a unidade natural no domínio digital (Trace, 2020, p.359, tradução nossa).

Cook (1993) ressalta que a tendência dos arquivistas foi, por décadas, fragmentar nos arquivos o que era originalmente um conjunto orgânico no escritório do criador, concentrando-se em níveis distintos da hierarquia administrativa, subunidades organizacionais, sistemas de registro separados, diferentes mídias e locais de armazenamento de documentos. No cenário atual, o autor compreende que a descrição arquivística se foca mais em metadados e na documentação dos processos contextuais, que permitem, ao arquivista, entender e recriar as relações entre dados ou entidades para os pesquisadores. Para ele, isso indica uma transição da era da custódia para uma era pós-custodial na arquivologia, na qual a compreensão das inter-relações conceituais entre as estruturas criadoras, suas funções, os sistemas de informação e os documentos resultantes é mais importante do que a curadoria de objetos físicos.

Na mesma linha, Sousa e Araújo Júnior (2019) observam que a recuperação de documentos digitais em sistemas automatizados oferece muito mais opções do que os métodos manuais antigos. Eles apontam que a familiaridade dos usuários com motores de busca, como o *Google*, tem gerado novas expectativas de comportamento informacional. Essa mudança leva a uma demanda por desempenhos comparáveis em sistemas de informação, especialmente no que diz respeito à pesquisa de informações. Os autores ressaltam que, em um contexto digital, a lógica de indexação por assuntos, essencial para a recuperação de informações ou o conteúdo dos documentos, pode ser enriquecida. Esta lógica inclui a “recuperação” do vínculo

arquivístico e a possibilidade de associar nomes de entidades, eventos, áreas geográficas e períodos, bem como assuntos tópicos, como metadados. Essa abordagem facilita a recuperação de informações e proporciona uma visão multidimensional dos documentos. Esta perspectiva ampliada é crucial para enriquecer o contexto arquivístico, melhorando significativamente o acesso e a compreensão dos documentos.

Nesse cenário podemos verificar o surgimento de uma perspectiva rizomática de representação da informação, tal qual abordado na subseção 5.4 desta tese. Podemos salientar a proposta de Thibodeau (2016) sobre a utilização de conceitos e métodos da Linguística Sistemico-Funcional (LSF)¹¹⁸ e da teoria dos grafos para obter *insights* acerca da criação e do uso de documentos no mundo, bem como analisar e compreender a procedência e a miríade de relações descobertas nesse processo. No contexto da arquivologia, a LSF fornece uma maneira de investigar como a linguagem é usada em documentos e como ela está intrinsecamente ligada ao contexto em que os documentos foram criados e usados. Isso ajuda a compreender a função dos documentos e as relações entre os atores envolvidos. Por outro lado, a teoria dos grafos oferece uma ferramenta para analisar e quantificar as relações entre documentos, agentes e atividades nos arquivos. Isso pode ser útil para identificar padrões e tendências nos documentos no decorrer do tempo, bem como para agrupar documentos com base em medidas de similaridade. Em conjunto, de acordo com Thibodeau (2016), essas duas abordagens complementam o campo arquivístico, que estuda as relações entre documentos e as atividades nas quais foram criados ou usados, ao fornecer instrumentos para analisar como a linguagem e as relações entre coisas estão presentes nos documentos arquivísticos. O autor também sobreleva que a teoria dos grafos liberta a descrição arquivística do esquema hierárquico rígido tradicional.

Uma estrutura de dados baseada em grafos consiste em uma representação composta por dois conjuntos: um conjunto de elementos, chamados de nós ou vértices, e um conjunto de relações binárias entre esses elementos, chamadas de

¹¹⁸ Segundo Thibodeau (2016), a LSF é uma abordagem que analisa como a linguagem é usada em contextos sociais para atingir objetivos, enfocando o texto como linguagem funcionalmente ligada ao contexto e investigando as interações entre pessoas. Por outro lado, a teoria dos grafos é um ramo da matemática que estuda relações entre elementos por meio de representações gráficas

arestas ou *links*. Isso significa que um grafo é composto, basicamente, por pontos (nós) e linhas que conectam esses pontos (arestas), e essas linhas representam relações entre os elementos do conjunto. A teoria dos grafos oferece diversas maneiras de ser aplicada na arquivologia, trazendo inúmeros benefícios para esse campo. A seguir, sistematizamos as diferentes formas como Thibodeau (2015) vislumbra a utilização da teoria dos grafos na arquivologia:

- Coleta e organização de dados: a teoria dos grafos proporciona métodos apropriados para coletar e organizar dados arquivísticos. Isso inclui a extração automática de dados relevantes de sistemas de negócios, *e-mails*, mídias sociais e ferramentas de colaboração *on-line*. Essa organização eficaz dos dados é essencial para uma gestão adequada de documentos.
- Análise de dados: a teoria dos grafos oferece capacidades analíticas poderosas, permitindo a representação quantitativa de relacionamentos. Isso possibilita o cálculo de estatísticas reveladoras que resumem grandes conjuntos de dados complexos, mesmo quando envolvem milhões de documentos. Essa análise é fundamental para compreender como os documentos são utilizados e quais deles são frequentemente usados em conjunto.
- Visualização de dados: a teoria dos grafos permite a apresentação visual de grandes quantidades de dados relacionados de maneiras otimizadas para diferentes propósitos. Essas visualizações facilitam a compreensão e a comunicação de informações arquivísticas, permitindo a exploração de detalhes a partir de uma visão geral.

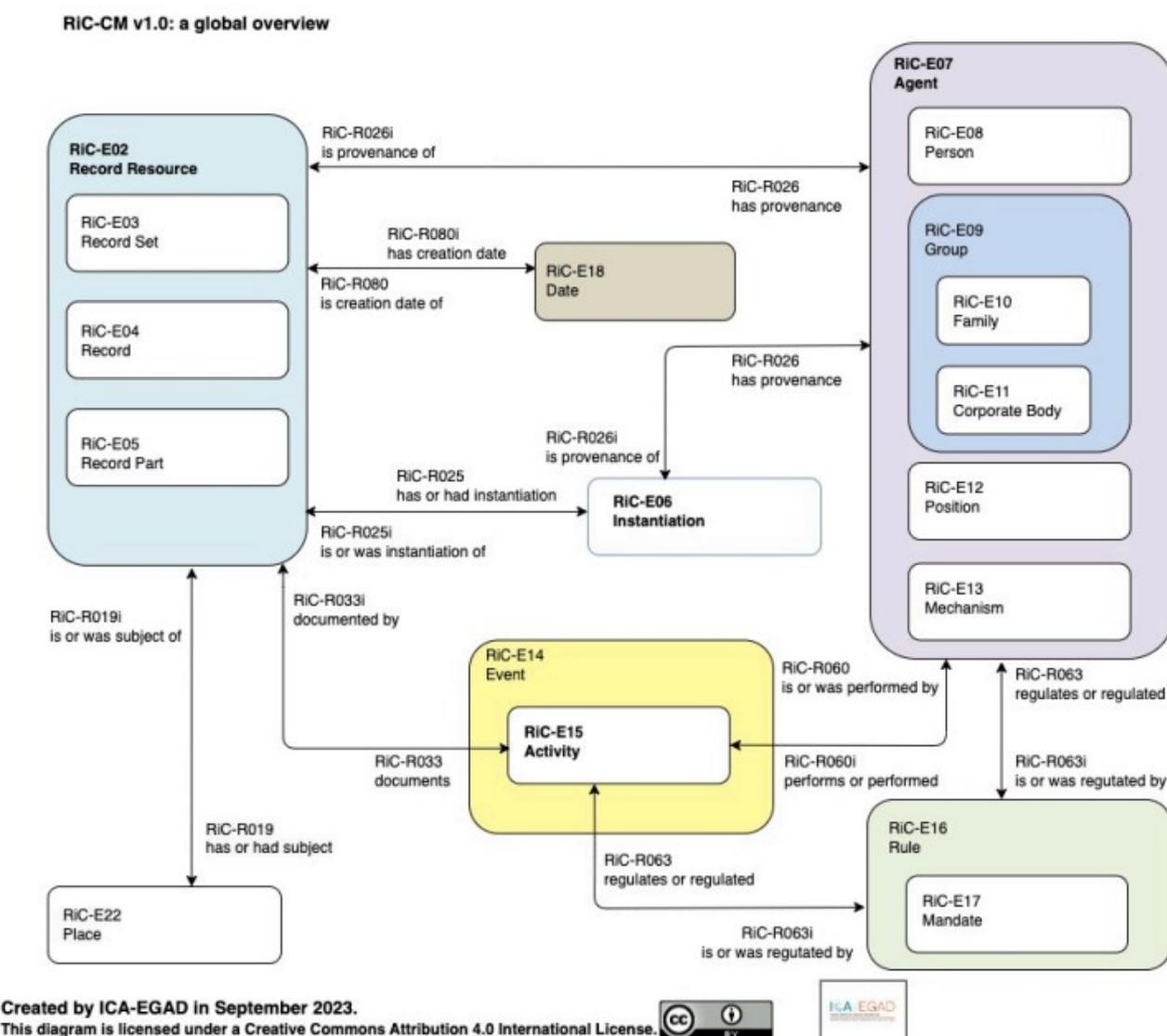
6.6.4. Descrição multidimensional: capturando a complexidade e inter-relações do mundo contemporâneo

Com base no exposto, podemos considerar que, no contexto contemporâneo, os documentos digitais proporcionam possibilidades amplas para a utilização das tecnologias baseadas em grafos. Como exemplo, de acordo com Thibodeau (2016), está a adoção de um modelo de grafo para a descrição arquivística, visto que ele pode permitir uma representação mais adequada e simplificar a integração de dados entre

diferentes instituições. Sobre isso, enfatizaremos a seguir as perspectivas fornecidas pela norma *Records in Contexts (RiC)*¹¹⁹, elaborada pelo *Expert Group on Archival Description* do ICA (EGAD), sobretudo por meio do exame do *Records in Contexts - Conceptual Model (RiC-CM)*, representado na Figura 6, como um exemplo sobre como a percepção espacial e temporal contemporânea tem apresentado novos enfoques para a teoria e prática arquivísticas.

¹¹⁹ *Records in Contexts (RiC)* é um *framework* abrangente para descrever documentos, composto por quatro partes: a) *Records in Contexts - Foundations of Archival Description (RiC-FAD)*: este componente delinea os princípios fundamentais e os objetivos da descrição arquivística; b) *Records in Contexts - Conceptual Model (RiC-CM)*: O RiC-CM é um arcabouço conceitual que forma o núcleo do RiC e se concentra na descrição de documentos, agentes e atividades dentro de um contexto mais amplo. c) *Records in Contexts - Ontology (RiC-O)*: é uma implementação do RiC-CM expressa na *Web Ontology Language (OWL)*. Ele permite à comunidade arquivística usar técnicas de *Linked Open Data (LOD)* para disponibilizar descrições arquivísticas com um vocabulário e uma estrutura conceitual específica adaptada aos contextos arquivísticos. d) *Records in Contexts - Application Guidelines (RiC-AG)*: oferece orientações práticas e exemplos para auxiliar profissionais e desenvolvedores de *software* na implementação do RiC-CM e do RiC-O em sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos.

Figura 6 - Visão geral do RiC-CM

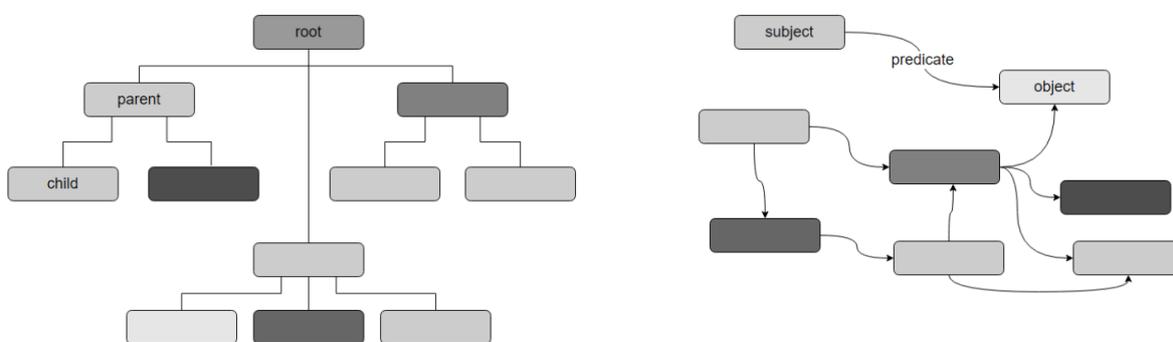


Fonte: ICA (2023).

Identificamos que a descrição arquivística tradicional, predominantemente hierárquica e centrada em um único fundo, muitas vezes limita as múltiplas possibilidades de relacionamentos entre entidades. Com o objetivo de superar essas limitações, pesquisas demonstram ser necessário explorar estratégias mais dinâmicas e interativas de descrição e apresentação de arquivos. Segundo o ICA (2023), o mundo real em que vivemos e trabalhamos pode ser entendido como uma vasta rede dinamicamente inter-relacionada de pessoas e objetos situados no espaço e no tempo. Considerando essa complexidade, o referido grupo compreende que as

tecnologias baseadas em grafos oferecem formas novas e mais expressivas de representação da informação, posto que estas tecnologias permitem uma abordagem mais dinâmica e interconectada à descrição arquivística, alinhando-se mais estreitamente com a complexidade e as inter-relações do mundo contemporâneo. A Figura 5 tem como objetivo proporcionar uma visualização mais clara e elucidativa, permitindo-nos entender melhor como os relacionamentos se desenvolvem tanto em uma estrutura hierárquica quanto em uma estrutura de grafos.

Figura 7 - Esquerda: Representação de dados em uma estrutura hierárquica. Direita: Representação de dados em uma estrutura de grafos.



Fonte: ICA (2023).

Tendo em vista o disposto, percebemos que, em vez de uma hierarquia, a descrição pode assumir a forma de grafos ou rede. O RiC-CM adota o que pode ser denominado como descrição multidimensional, que além de acomodar a descrição tradicional e multinível, permite uma ampliação de possibilidades. Segundo o ICA (2023):

Modelar a descrição como um grafo acomoda o modelo de descrição única, baseada em fundos e multinível modelado na ISAD(G), mas também possibilita uma descrição mais aberta da proveniência muitas vezes complexa e mista de documentos encontrados em um fundo. O modelo torna possível, usando várias relações entre recursos documentais e agentes ou atividades, descrever conjuntos de documentos com procedência complexa, por exemplo, uma série de documentos que documenta uma atividade que é realizada em série por uma sucessão de diferentes grupos, e ao mesmo tempo, situar a série dentro dos fundos dos diferentes grupos que tiveram responsabilidade sequencial pela atividade (ICA, 2023, p. 11, tradução nossa).

De acordo com o ICA (2023), a abordagem multidimensional é uma complementação, e não substituição, da metodologia multinível. Exemplo disso é que o RiC-CM reconcilia e integra as entidades já expressas nas quatro normas de descrição arquivística existentes¹²⁰. Agora, o referido modelo conceitual prevê uma hierarquia conceitual e extensível de entidades, sendo a entidade "coisa" a raiz dessa hierarquia. Entre as entidades, sobressaem-se quatro entidades centrais: recurso documental¹²¹¹²²; instanciação¹²³; agente e atividade. Estas são consideradas essenciais para descrever os documentos e os contextos nos quais eles surgem e são utilizados ao longo do tempo. Há ainda, além das quatro entidades centrais, outras no segundo nível da hierarquia, como evento, regra, data e lugar, que são importantes para descrever completamente as entidades centrais. De acordo com o ICA (2023), a descrição dessas entidades captura as origens dos documentos e sua história contínua, preservando intelectualmente os contextos originais e contínuos dos documentos.

¹²⁰ As normas de descrição arquivística existentes são: Norma geral internacional de descrição arquivística (ISAD-G); Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (ISAAR(CPF)); Norma internacional de descrição de funções (ISDF); e Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (ISDIAH).

¹²¹ É importante observar que o termo em inglês '*record resource*' ainda não tem uma tradução oficial em português. Isso se deve à falta de uma versão em língua portuguesa da norma RiC e de publicações do Arquivo Nacional sobre o assunto. Constatamos que há uma escassez de referências a este termo na literatura arquivística em português e espanhol. No entanto, entre as poucas ocorrências encontradas, o termo 'recurso documental' se destaca. Além disso, foram identificadas variantes como 'recurso arquivístico' e 'recurso de documento arquivístico'.

¹²² Recurso documental pode ser compreendido como uma unidade de descrição, isto é, um conceito que abrange três outros: documento arquivístico (*record*), conjunto documental (*record set*) e parte constituinte do documento (*document part*). Logo, nas menções posteriores a recurso documental, frisa-se que ele pode compreender um documento único, uma parte dele, ou até mesmo um conjunto de documentos.

¹²³ No contexto do RiC-CM, 'instanciação' refere-se à representação física (digital ou analógica) do conteúdo informacional ou mensagem comunicada em um documento ou parte de um documento. Um documento ou parte dele somente existe quando é representado em pelo menos uma instanciação. Essa distinção é introduzida por razões práticas e não como uma afirmação epistêmica absoluta. Reconhece que o conteúdo informacional (um documento) pode ser inscrito em mais de uma instanciação.

Por exemplo, um documento criado no *Microsoft Word* (uma instanciação) e depois salvo como um *Portable Document Format* (PDF) (uma segunda instanciação). Ou, um conteúdo informacional impresso em papel (uma instanciação) que é posteriormente digitalizado e salvo como um documento PDF (segunda instanciação). Embora uma comparação detalhada do conteúdo informacional transmitido pelas duas instanciações em cada exemplo possa revelar diferenças, dependendo do contexto, essas diferenças podem ou não ser consideradas significativas. Se as diferenças forem significativas em contextos de uso específicos, a informação transmitida em cada instanciação pode ser vista como dois documentos distintos, embora relacionados. Assim, a relação entre um documento e uma instanciação apresenta um dilema, dependendo da perspectiva e do contexto de uso (ICA, 2023).

Por meio da descrição multidimensional, o RiC-CM busca representar documentos e seus conjuntos — quer sejam fundos, coleções, seções, séries — assim como suas inter-relações com pessoas, instituições e atividades, em uma estrutura de rede flexível que permite a contextualização de fundos individuais (ICA, 2023). Este modelo reconhece a permeabilidade das fronteiras de cada entidade, permitindo que estas se situem dentro de uma malha complexa de conexões inter-relacionadas. Ao modelar a descrição de documentos e os contextos de sua criação, acumulação, uso e preservação, o RiC-CM busca expressar a complexidade das realidades contextuais mais eficazmente do que as descrições hierárquicas isoladas. Contudo, ressaltamos novamente que o RiC-CM não descarta a hierarquia, visto que o modelo permite a integração de conjuntos de documentos que podem conter e se relacionar com outros conjuntos, formando estruturas que podem ser hierarquizadas, conforme necessário. Assim, o RiC-CM proporciona uma base mais rica e detalhada para entender as relações e histórias dos arquivos.

Em consonância com os referenciais identificados nesta seção do trabalho, julgamos como fundamental explorar mais detalhadamente a relevância dos relacionamentos em um ambiente complexo. Segundo o ICA (2023), o papel das relações no RiC-CM é descrever as conexões entre entidades à medida que contribuem para o contexto da criação e preservação de documentos e, como resultado, expressam características significativas da história e gestão de documentos e arquivos ao longo do tempo e do espaço. As relações no RiC-CM têm o foco em documentar conexões que têm impacto no mundo do ponto de vista arquivístico e não pretendem ser exaustivas.

Um aspecto primordial que se destaca é a divergência conceitual nas relações previstas pelo RiC-CM em comparação com a ISAD(G). Esta divergência é evidente em padrões baseados em XML, como o EAD, que se apoiam em uma hierarquia estrutural para estabelecer conexões. Tais conexões ocorrem entre elementos como documentos, processos, dossiês, séries, seções e fundos. Em vez disso, as relações

do RiC-CM são baseadas em um modelo de grafos, semelhante ao *Resource Description Framework* (RDF)¹²⁴, que permite conexões mais simples e flexíveis.

Como exemplo do que foi definido, o ICA (2023) prevê que um documento pode fazer parte de vários conjuntos diferentes, tanto como parte de seu fundo arquivístico quanto em uma coleção temporária curada por um pesquisador ou como parte de uma exposição física ou virtual. Igualmente, Sousa e Araújo Júnior (2019), considerando influências do ambiente digital, da legalização do acesso à informação e de novos comportamentos informacionais, enfatizam a importância de permitir ao usuário possibilidades diversas de agrupar documentos e informações para além de uma busca ancorada na relação orgânica.

É fundamental permitir ao usuário (seja ele o administrador, que cria o documento ou que participa das atividades vinculadas a essa evidência, o cidadão comum em busca de informações para exercer plenamente a cidadania ou o pesquisador à procura das fontes de sua investigação) a possibilidade de agrupamentos temporários [...] (Sousa; Araújo Júnior, 2019, p. 87).

O ICA (2023) aponta que quando a descrição arquivística for capaz de fazer conexões entre entidades dessa maneira, será possível inferir informações mais complexas sobre o contexto dos documentos que podem não ser registradas explicitamente como parte de uma nota de fundo ou declaração de proveniência. Para fins de ilustração, assinalamos alguns exemplos breves de cenários complexos que agora podem ser descritos, em concordância com o ICA (2023):

- Dois agentes realizam uma atividade e, no curso dessa atividade, enviam documentos um ao outro, que eles então mantêm como evidência dessa atividade.
- Um agente ocupa uma posição ocupada em uma data anterior por outro agente com o objetivo de realizar uma atividade. Os documentos mantidos

¹²⁴ O *Resource Description Framework* (RDF) é uma linguagem de representação de conhecimento para a Web Semântica, usada para expressar informações sobre coisas na Web e fora dela. O RDF é versátil, permitindo a descrição de recursos da Web e objetos do mundo real. Junto com as linguagens de descrição de vocabulário *RDF Schema* e OWL, o RDF é usado para criar descrições complexas em domínios de aplicação, permitindo a inferência de novos conhecimentos. O RDF desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da Web Semântica, integrando-se à arquitetura da Web para criar e publicar dados estruturados (Gibbins; Shadbolt, 2017).

pelo último agente incluem alguns conjuntos de documentos criados pelo primeiro agente.

- Um documento é uma cópia de outro e contém o mesmo conteúdo. No entanto, a mensagem tem um "significado" diferente em seu novo contexto, no qual está vinculada a outros materiais que modificam como a fonte é compreendida.

Ainda no nosso intuito de proporcionar uma melhor clarificação da ampla possibilidade de relacionamentos em um ambiente complexo, reconhecemos como importante ilustrar os tipos de relações entre entidades previstos no RiC-CM. Conforme estabelecido pelo ICA (2023), observamos que, em muitos casos, a simples conexão entre duas entidades não proporciona informações suficientemente detalhadas. Superando as tradicionais relações do tipo todo-parte, que têm sido predominantes no pensamento arquivístico moderno, o novo modelo conceitual de descrição arquivística introduzido pelo ICA propõe novas possibilidades de relacionamento. Estas possibilidades são detalhadas no quadro apresentado a seguir.

Quadro 11 - Tipos de relações previstas no RiC-CM

Tipo de Relação	Descrição
Relações todo-parte	A relação que existe entre um todo e suas partes, como a relação entre um documento e sua(s) parte(s) constituinte(s).
Relações sequenciais	Qualquer relação que descreva uma sequência lógica entre duas entidades, como a relação entre um agente e seu agente antecessor.
Relações de assunto	Qualquer relação que existe entre um recurso documental e um tópico ou assunto, como a relação entre um recurso documental e o(s) principal(is) assunto(s) que o recurso documental descreve ou aborda.
Relações de recurso documental para recurso documental	Qualquer relação que existe entre um recurso documental e outro recurso documental, como a relação entre um recurso documental e um rascunho ou cópia desse recurso documental.
Relações de recurso documental para instânciação	Qualquer relação que existe entre um recurso documental e uma instância desse recurso documental, como a relação entre um recurso documental e uma versão digital desse recurso documental.

Tipo de Relação	Descrição
Relações de proveniência	Qualquer relação que descreve a proveniência ou origem de um recurso documental ou instanciação, como a relação entre um recurso documental e o agente que o criou ou a atividade da qual resultou.
Relações de instanciação para instanciação	Qualquer relação que existe entre uma instância e outra instância, como a relação entre uma instanciação digital e uma versão migrada dessa instanciação.
Relações de gerenciamento	Qualquer relação que descreve a autoridade de um agente sobre outra entidade, como a relação entre uma pessoa e seus subordinados em uma organização.
Relações de agente para agente	Qualquer relação que existe entre um agente e outro agente.
Relações de evento	Qualquer relação que existe entre uma entidade e um evento, como a relação entre um recurso documental e um evento que resultou na criação ou modificação desse recurso documental.
Relações de regra	Qualquer relação que existe entre uma entidade e uma regra, como a relação entre um agente e o mandato que autoriza a existência e/ou ações desse agente.
Relações de data	Qualquer relação que existe entre uma entidade e uma data, como a relação entre um recurso documental e a(s) data(s) em que foi criado ou modificado.
Relações espaciais	Qualquer relação que existe entre uma entidade e um lugar, como a relação entre um agente e o(s) lugar(es) em que o agente estava localizado ou tinha alguma jurisdição.

Fonte: ICA (2023).

Encerrando nossa apreciação, notamos que o RiC fortalece a metodologia convencional de entendimento da proveniência, enquanto simultaneamente acolhe críticas intelectuais e éticas. Conforme ressaltado pelo ICA (2023), o RiC admite que a proveniência não se limita a uma estrutura estática; pelo contrário, envolve uma rede dinâmica e complexa que interage com outros documentos, atividades, pessoas e grupos. Este modelo foi desenvolvido dentro desse entendimento expandido da proveniência, alinhando-se com as TICs tanto estabelecidas quanto emergentes. Seu objetivo é acomodar práticas de descrição já existentes e, ao mesmo tempo, reconhecer novos entendimentos, aproveitando as oportunidades trazidas por novas tecnologias. O RiC, portanto, busca refletir ambos os aspectos do princípio da

proveniência: tanto os tradicionalmente compreendidos e praticados quanto um entendimento mais amplo e dinâmico. Este último é incorporado no conceito de "contextos", visando possibilitar uma descrição mais completa — embora reconhecidamente sempre incompleta — dos contextos nos quais os documentos são criados e existem. Esse enfoque permite abarcar múltiplas perspectivas e oferecer diversas vias de acesso à informação.

Dessa forma, podemos asseverar que o modelo conceitual de descrição arquivística preconizado pelo ICA (2023) é altamente aderente à percepção espaço-temporal contemporânea visto que seu caráter flexível e capaz de refletir situações altamente variáveis de maneira precisa, permite a captura de diferenças sutis entre entidades e relacionamentos. Além disso, oferece uma base sólida para a prática arquivística, dada sua capacidade de lidar com dados complexos, heterogêneos e de grande escala, que são comuns na gestão de documentos em ambientes digitais.

É importante frisar que concordamos com a visão do ICA (2023) de que a descrição arquivística hierárquica do tipo "topo para baixo", conforme prescrita pela ISAD(G), continuará a ser a abordagem predominante para a descrição arquivística no futuro próximo, por várias razões interconectadas. Primeiramente, essa abordagem se alinha ao entendimento tradicional do princípio da proveniência que está enraizado no pensamento arquivístico, conforme nossos achados de pesquisa. Além disso, trata-se de um método amplamente compreendido pela comunidade arquivística, o que é um fator crucial. Além disso, a existência de vários métodos e sistemas informatizados que facilitam a criação, manutenção e publicação dessas descrições torna essa abordagem ainda mais viável. Por fim, segundo o ICA (2023), ela representa uma estratégia relativamente econômica para lidar com um desafio excepcionalmente complexo e que exige muita mão de obra, integrando eficiência e praticidade no tratamento de documentos arquivísticos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para se atingir uma compreensão do **objetivo geral** deste trabalho, que foi demonstrar como o discurso da modernidade, sobretudo sua concepção espaço-temporal, está integrado ao pensamento arquivístico e sistematizar subsídios teórico-epistemológicos compatíveis com a dinâmica complexa da contemporaneidade, quatro **objetivos específicos** foram explorados: identificar, nos fundamentos teóricos e metodológicos da arquivologia, preceitos relacionados ao modelo de ciência e à visão de mundo inerentes à modernidade; em seguida, reconhecer indícios da noção de espaço e tempo moderna nos discursos legitimadores da arquivologia e compreender de que maneira esses indícios influenciam na construção de seus fundamentos essenciais; além disso, analisar o cenário complexo da contemporaneidade a fim de assimilar suas configurações espaço-temporais; e, por fim, identificar referenciais e abordagens condizentes com a perspectiva contemporânea que permitam a reinterpretação das metanarrativas e dos fundamentos da arquivologia, contribuindo assim para a formulação de subsídios coerentes com os desafios do novo contexto.

No cumprimento do **primeiro objetivo específico** deste trabalho, nos dedicamos à identificação de preceitos inerentes ao modelo de ciência e à visão de mundo da modernidade, nos fundamentos teóricos e metodológicos da arquivologia. Esse enfoque incluiu uma análise aprofundada dos fenômenos relacionados à ciência e ao Estado, dada a sua centralidade no contexto da modernidade.

Na subseção 2.1, *As matrizes da modernidade e seus pressupostos ideológicos*, exploramos as características distintivas da modernidade, um período marcado por mudanças intensas e nuances variadas. Identificamos a Revolução Industrial e a Revolução Francesa como marcos cruciais que impulsionaram transformações rápidas e abrangentes em várias dimensões, desde os avanços tecnológicos até as reflexões filosóficas e as expressões artísticas. Notamos que essas inovações, estimuladas por progressos em sistemas de transporte e inovações tecnológicas, redefiniram a percepção humana do tempo e do espaço.

Observamos também que, durante este período, a ciência e o Estado emergiram como pilares centrais, influenciando e sendo influenciados pelas

transformações da época. Ambos exerceram um impacto profundo em várias esferas do conhecimento e nas práticas cotidianas, ressaltando sua importância na constituição do pensamento e das ações do período. Reconhecemos que, conforme as ideias de pensadores como Bourdieu e Foucault, a concepção de "verdade" se tornou estreitamente vinculada aos sistemas de poder. Esta ligação sobleva a necessidade de compreender a interação entre verdade e poder para desvendar as complexidades socioculturais da modernidade. Por meio dessa exploração, ilustramos como a modernidade configurou o cenário para mudanças significativas na compreensão e prática do pensamento humano, moldando profundamente as estruturas sociais, políticas e culturais que conhecemos hoje.

Em nossa apreciação acerca da ciência moderna, abordada na subseção 2.2, *Alguns aspectos fundamentais da ciência moderna*, discutimos como a ascensão do conhecimento científico se alinha com uma natureza teórico-metodológica rigorosa, baseada em princípios de separação, quantificação e classificação. Identificamos o impacto do determinismo mecanicista das ciências naturais sobre os estudos sociais, uma herança do racionalismo cartesiano e do empirismo baconiano, que se solidificou posteriormente no positivismo do século XIX. Ademais, constatamos a distinção do modelo de racionalidade científica de outras formas de conhecimento, com a ciência moderna adotando uma postura totalitária, rejeitando modos de conhecimento que não seguem estritamente seus padrões epistemológicos e metodológicos. Este modelo, apesar de suas origens nas ciências naturais, permeou as ciências sociais nos séculos XIX e XX, marcando sua institucionalização nas universidades e sua contribuição na estruturação disciplinar do conhecimento.

Na subseção 2.3, *O positivismo como baliza do pensamento científico moderno*, analisamos profundamente como a modernidade, com suas raízes na racionalidade e objetividade, estabeleceu as bases para o advento do positivismo. Identificamos que este movimento elevou o conhecimento científico a um nível de autoridade inquestionável no progresso humano. Constatamos que o positivismo é, em essência, um produto da modernidade, preservando seus ideais e ressaltando a supremacia da ciência. Apesar das diversas tentativas de se desvencilhar do positivismo no século XX, especialmente no âmbito epistemológico, é inegável seu sucesso e influência duradoura nas ciências sociais. Isso nos levou a refletir sobre seus pressupostos ideológicos fundamentais, como a objetividade e a neutralidade.

Ao explorar as contribuições de Comte, observamos a expansão do positivismo, sob a qual a ciência é exaltada como o único meio legítimo de conhecimento, marginalizando métodos baseados em crenças ou superstições. Comte define esta era como o "estado positivo", caracterizado pela rejeição da busca por causas ou essências metafísicas, e focando na observação e na identificação de leis constantes. A ciência, definida pela sua habilidade de prever, controlar e intervir na realidade, espelha o espírito da modernidade e seu desejo de classificar e sistematizar o conhecimento. Concluimos que a influência do positivismo e seus ideais permanece relevante e perceptível na evolução do pensamento científico moderno.

Na subseção 2.4, *A constituição do Estado moderno: burocracia, aparato legal e estruturas de poder*, identificamos que o Estado moderno se desenvolve como uma entidade abstrata, moldada pelos ideais modernos de objetividade e progresso. Analisamos a evolução do conceito de Estado recorrendo aos estudos de Elias e Hegel, e notamos a transição para um modelo de poder mais abstrato e racional com Foucault. Destacamos a importância da soberania, do poder disciplinar e da racionalidade burocrática no estabelecimento da modernidade, enfatizando o papel central do Estado na organização e no controle da sociedade. Também percebemos, com Bourdieu e Giddens, a relevância do poder administrativo, vinculado ao poder simbólico e aos mecanismos de vigilância e controle da conduta humana.

Antes de procedermos ao segundo grupo de resultados referente ao nosso primeiro objetivo específico, é vital ressaltar a relevância da subseção 4.1, *Um percurso histórico dos arquivos e da disciplina arquivística no âmbito da modernidade*, para o nosso intento de efetuar o referido objetivo. Essa seção nos possibilitou situar os arquivos e a arquivologia dentro do período da modernidade, proporcionando um pano de fundo fundamental para entender a relação entre as características desse período e os princípios da arquivologia.

Abordamos os avanços da arquivologia e sua interação com a modernidade, mostrando a transformação da disciplina de práticas tradicionais para uma ciência alinhada aos avanços tecnológicos e científicos. Enfatizamos o impacto da Revolução Francesa e a introdução de conceitos como o princípio da proveniência e o respeito aos fundos. Examinamos a crescente relação entre arquivologia e historiografia no século XIX, marcando os arquivos como recursos vitais para a pesquisa histórica e destacando a profissionalização dos arquivistas. A formação de arquivos nacionais e

a distinção entre documentos administrativos e históricos são etapas importantes no desenvolvimento dos arquivos modernos, refletindo um entendimento mais profundo de seu papel na sociedade e de sua importância para a memória nacional. O século XX distingue-se pela consolidação do *records management* e a adoção do conceito do ciclo vital dos documentos, respondendo ao aumento na produção documental e às complexidades da administração moderna com uma abordagem sistemática para o gerenciamento de documentos.

Contatamos que a arquivologia avança com as mudanças históricas, tecnológicas e sociais, adaptando-se e refletindo as transformações na valorização e gestão da informação e documentos. Esta adaptabilidade mantém sua relevância e eficácia em diferentes contextos. Podemos afirmar que a arquivologia tem sua inauguração como uma disciplina científica autônoma e essencial, com uma identidade e metodologia próprias, vital para a compreensão e preservação do patrimônio documental.

Dando continuidade à exploração do primeiro objetivo específico, dedicamo-nos a aprofundar a compreensão sobre as metanarrativas modernas e sua influência na formação do discurso arquivístico. Esta apuração, estruturada nas subseções 4.2, *O imperativo do Estado: o arquivo como escrita e a arquivologia como saber*, e 4.3, *Sinais da modernidade no delineamento dos fundamentos da arquivologia*, é abordada em várias subseções, cada uma explorando diferentes dimensões da interação entre a modernidade, o Estado e a arquivologia. Na subseção 4.2, investigamos a complexa relação entre arquivos e poder estatal, revelando como essa interação tem historicamente moldado as práticas e teorias arquivísticas. Na subseção 4.3, cada subseção explora como a modernidade influencia diretamente os fundamentos arquivísticos através de diferentes aspectos teóricos e metodológicos.

Na subseção 4.2, *O imperativo do Estado: o arquivo como escrita e a arquivologia como saber*, empenhamo-nos em desvendar as complexas relações entre os arquivos e o Estado, explorando como essa interação tem moldado tanto a teoria quanto a prática arquivística desde a antiguidade até o advento do Estado moderno. Na subseção 4.2.1, *As relações intrincadas entre arquivos e Estado*, discutimos o papel dos arquivos como instituições fundamentadas e perpetuadas pelo poder estatal. Analisamos como, historicamente, desde as civilizações da Grécia e Roma antigas, os arquivos serviram como ferramentas de controle e autoridade,

destacando-se como espaços onde documentos eram autenticados e legitimados, reforçando a estrutura governamental.

Na subseção 4.2.2, *O enquadramento estatal na definição consagrada de arquivo*, abordamos como o Estado moderno, por meio de suas práticas centralizadoras e absolutistas, veio a definir e moldar a natureza dos arquivos. Estudamos como a definição de arquivos públicos surgiu como resposta às necessidades administrativas e legais, com documentos estatais tratados como representações oficiais e autorizadas da ação governamental. Na subseção 4.2.3, *A presença da dimensão burocrática na formação prática arquivística moderna*, investigamos a influência das teorias burocráticas de Weber na arquivologia. Demonstramos como as práticas arquivísticas modernas foram desenvolvidas em resposta às estruturas burocráticas dos Estados-nação, o que reforçou os arquivos como locais de custódia de documentos oficiais e como centros de gerenciamento de informação.

Na subseção 4.2.4, *Arquivos como pilares da legitimidade estatal: a atuação do Estado moderno na concentração e custódia de arquivos*, destacamos como o Estado utilizou arquivos para centralizar o poder e controlar as narrativas históricas e legais. Examinamos exemplos históricos de concentração de arquivos em repositórios centralizados, que serviram como modelos para o desenvolvimento de arquivos nacionais em vários países europeus, ampliando a capacidade do Estado de regular e manipular informações. Na subseção 4.2.5, *Abertura dos arquivos ao público*, consideramos o papel fundamental do Estado na regulamentação do acesso público aos arquivos. Discutimos como, embora inicialmente restritivo, o acesso foi progressivamente liberalizado, refletindo uma mudança nas funções dos arquivos de ferramentas de poder estatal para instituições de memória pública e pesquisa acadêmica.

Por meio das análises empreendidas em cada subseção da seção 4.2, estabelecemos que os arquivos, mais do que simples depósitos de documentos, são entidades profundamente influenciadas pelo contexto estatal em que estão inseridos. Revelou-se uma interdependência significativa entre arquivologia e poder estatal, onde os arquivos servem tanto como ferramentas de administração quanto como meios de construção e legitimação da autoridade estatal.

Na subseção 4.3, *Sinais da modernidade no delineamento dos fundamentos da arquivologia*, começamos a exploração com a subseção 4.3.1, *O ideal de verdade moderno como alicerce definidor dos fundamentos arquivísticos*. Investigamos o ideal filosófico da verdade moderna e seu impacto nos fundamentos da arquivologia. Observamos como o racionalismo do século XVIII e o positivismo do século XIX moldaram a teoria e método arquivísticos, ressaltando a imparcialidade, autenticidade e naturalidade dos documentos. A diplomática e a crítica documental, fundamentadas no realismo científico e no positivismo, desenvolveram princípios para a validação da autenticidade documental, definindo uma metanarrativa histórica e legal na arquivologia. Avançando para a subseção 4.3.2, *Positivismo e cientificidade na conformação do pensamento arquivístico moderno*, abordamos a influência do positivismo do século XIX na arquivologia. Visualizamos que a realidade social passou a ser interpretada como algo objetivamente descritível e representável. Notamos que a filosofia positivista, intrínseca ao fazer científico moderno, tem atributos amplamente arraigados no pensamento arquivístico, dos quais destacamos: a análise de fenômenos anteriores para entender influências em fenômenos subsequentes; a formulação de leis gerais; e a busca pela ordem como caminho para o progresso.

Na subseção 4.3.3, *Arquivologia em dissonância: consequências da interdependência com o iluminismo e a pesquisa histórica*, focamos nas consequências da interdependência entre a arquivologia e a pesquisa histórica. Identificamos que, no século XVIII, a gestão dos arquivos se orientou para satisfazer os interesses dos historiadores, resultando em uma organização temática dos acervos que impactou negativamente a organização dos fundos documentais. Esse período também foi marcado pelo desenvolvimento de uma visão que tratava a arquivologia como disciplina auxiliar da história, influenciando a organização arquivística e desviando sua função original. Na subseção 4.3.4, *O ideal orgânico: reflexos das ciências naturais na estruturação da teoria arquivística*, analisamos como essas influenciaram a arquivologia, percebendo os arquivos como entidades orgânicas em crescimento. Verificamos que este entendimento foi influenciado pelo darwinismo e pela visão orgânica oriunda das ciências naturais, que foi responsável por promover a aplicação de sistemas de classificação inspirados nessas disciplinas e consolidar a visão dos arquivos como entidades históricas orgânicas. Percebemos que a tentativa de adaptação da investigação de fenômenos sociais ao método das ciências naturais

trouxe várias repercussões para a arquivologia, como a apuração da fidedignidade de documentos e o uso de metáforas geológicas e biológicas. Evidenciamos, que a aproximação geológica forneceu um modelo rigoroso para a leitura da história a partir da acumulação de sedimentos, enquanto as metáforas biológicas contribuíram para ilustrar a noção de arquivos como organismos vivos.

Em seguida, na subseção 4.3.5, *Princípios arquivísticos em perspectiva: proveniência e respeito aos fundos como reflexos dos ideais da modernidade*, discutimos a importância do princípio da proveniência e seus desdobramentos, refletindo os ideais da modernidade na teoria arquivística. Este princípio tornou-se essencial na teoria arquivística, ganhando cientificidade e consolidando-se como uma teoria arquivística fundamental, beneficiando-se de contribuições internacionais na sua construção teórica. Por fim, na subseção 4.3.6, *O manual holandês como protótipo do pensamento moderno*, focamos no referido manual, que se apresenta como um reflexo dos ideais da modernidade e um protótipo do pensamento arquivístico moderno. Sua apreciação nos leva a compreender a importância do contexto político e governamental em sua formulação, acentuando a conexão entre teoria arquivística e o contexto de sua criação. O manual também é notável por sua universalidade e autonomia, refletindo a busca da arquivologia por princípios universais aplicáveis em diversos contextos. Em nossa visão, o manual holandês ilustra a tentativa de articular princípios universais, marcando o início de aquisição do *status* de cientificidade da arquivologia alinhada ao padrão epistemológico moderno.

Os resultados pontuados nos permitem notabilizar a profunda interação entre os ideais da modernidade e os avanços da arquivologia como disciplina científica. Concluímos que as influências da ciência moderna na arquivologia se relacionam, sobretudo, com a separação, quantificação, classificação e determinação de relações sistemáticas, enfatizando a objetividade como essencial. Além disso, os sustentáculos do saber científico moderno, como ordem, separabilidade e razão emergem como referenciais teóricos e epistemológicos cruciais para a disciplina. Assim, asseveramos que houve uma transposição quase irrestrita do referencial teórico e metodológico da ciência moderna para a arquivologia, estabelecendo limites epistemológicos de produção de sentidos dentro de uma concepção racionalista, mecanicista e instrumental, moldando seus fundamentos teóricos e metodológicos.

Prosseguindo com a exploração dos resultados de nossa pesquisa, voltamos agora para o **segundo objetivo específico** do nosso estudo: reconhecer indícios da noção de espaço e tempo moderna nos discursos legitimadores da arquivologia e compreender de que modo esses reverberam no delineamento de seus fundamentos basilares. Julgamos este objetivo como fundamental para entender como as concepções modernas de espaço e tempo influenciam e moldam a prática e a teoria arquivística.

Na subseção 3.1, *Uma breve análise do estudo das categorias de tempo e espaço*, desvendamos as significativas transformações destas categorias ao longo da história, com uma atenção particular às alterações drásticas ocorridas durante a modernidade. Identificamos que estas mudanças foram profundamente influenciadas por inovações tecnológicas e mudanças nos paradigmas filosóficos e artísticos. Constatamos que a modernidade reformulou nosso entendimento do espaço e do tempo, priorizando conceitos de imediatismo e inovação, enquanto relegava as tradições a uma posição menos proeminente. Percebemos que o espaço e o tempo, como categorias essenciais à experiência humana, foram abordados de maneira interdisciplinar, incorporando perspectivas das ciências humanas, sociais e naturais. Nossa exploração enfatizou como diferentes sociedades e épocas percebem essas categorias, variando de visões sistematizadas a interpretações mais flexíveis. Concluimos que, na modernidade, o tempo e o espaço ganham um papel crucial na formação da vida social e na estruturação do conhecimento. Notamos que a Revolução Industrial e as inovações como a imprensa alteraram significativamente a percepção do tempo, estabelecendo uma nova cronologia baseada em velocidade e periodicidade. Além disso, teóricos como Weber e Durkheim acentuaram a relevância do tempo na configuração da sociedade moderna, reforçando sua importância em nossa compreensão de mundo.

Em seguida, na subseção 3.2, *A experiência moderna do tempo*, exploramos a concepção moderna do tempo como uma sequência linear e irreversível de eventos, uma ideia que ganha prevalência durante o Iluminismo europeu e influencia profundamente nossa compreensão da história e evolução. Identificamos que a tradição judaico-cristã introduziu uma visão linear e unidirecional do tempo, complementada pela física newtoniana, com sua noção de um tempo absoluto e uniforme. Constatamos que essa percepção do tempo, como um recurso escasso e

valioso, torna-se fundamental na economia capitalista industrial. Além disso, a regulamentação do tempo emergiu como um elemento essencial na organização das atividades sociais e econômicas, moldando as estruturas e os ritmos da vida moderna. Esta inspeção revelou como o tempo, em sua concepção moderna, é uma medida de duração, bem como um fator crítico na estruturação da sociedade e na definição de progresso e eficiência no contexto industrial e econômico.

Já na subseção 3.3, *A compreensão do espaço na modernidade*, abordamos a evolução do conceito de espaço durante a modernidade, detalhando a passagem do espaço concreto, conforme concebido por Aristóteles, para uma concepção mais abstrata e geométrica, impulsionada pelos avanços na ciência e arte renascentista. Percebemos que a visão moderna do espaço, caracterizada por sua objetividade, quantificação e tridimensionalidade, torna-se fundamental para nossa interpretação cotidiana. Destacamos as contribuições significativas de Galileu, Descartes e Newton na reformulação do espaço na física moderna. Além disso, discutimos a noção de heterotopia de Foucault, demonstrando como certos espaços contestam e revertem as disposições espaciais habituais. Essa averiguação evidenciou que as percepções de espaço e tempo são construções sociais e culturais, variando entre diferentes sociedades e períodos históricos. Constatamos que, na modernidade, essas categorias sofreram transformações significativas, refletindo as mudanças nas tecnologias e no pensamento filosófico e científico.

No que se refere aos indícios da noção de espaço e tempo modernos nos discursos que legitimam a arquivologia e na compreensão de como esses indícios afetam os seus princípios fundamentais, investigamos a influência da visão moderna de espaço e tempo no discurso arquivístico, moldando, assim, os alicerces essenciais dessa disciplina. Ao compreendermos as transformações espaço-temporais na modernidade, tornou-se possível identificar como essas noções impactam o discurso arquivístico. Verificamos que essas mudanças na percepção do tempo e do espaço tanto reconfiguraram a maneira como os arquivos são gerenciados e acessados, quanto a forma como são concebidos dentro do contexto histórico e cultural mais amplo.

Na subseção 4.4, *Condições e questões espaço-temporais fundadoras do pensamento arquivístico moderno*, analisamos as inter-relações entre as percepções de espaço e tempo durante a modernidade e como estas influenciaram o

desenvolvimento da arquivologia. Esta apreciação demonstrou que as transformações socioeconômicas e filosóficas da época reconfiguraram as práticas e teorias arquivísticas. A noção moderna de tempo, com sua linearidade e irreversibilidade, juntamente com a redefinição do espaço, teve um impacto significativo na organização, preservação e interpretação dos arquivos.

Além disso, na subseção 4.4.1, *A noção espacial moderna e sua influência no conhecimento arquivístico*, notabilizamos como o espaço físico e sua organização são essenciais na autenticação e preservação de documentos. Reconhecemos que, na modernidade, essa relação espaço-arquivo evoluiu, afetando as metodologias arquivísticas. A arquitetura dos edifícios de arquivo, por exemplo, ganhou uma dimensão simbólica, refletindo a importância dos arquivos na sociedade. O espaço nos arquivos é meticulosamente estruturado para espelhar a organização e a ordem do conhecimento, seguindo o princípio da proveniência e o conceito de fundo.

Em sequência, na subseção 4.4.2, *A cronologia moderna e a noção de temporalidade no pensamento arquivístico*, ressaltamos como a concepção moderna de tempo linear influencia a teoria e prática arquivísticas. Os arquivos, como locais de memória, servem de ligação entre o passado e o futuro, com a materialidade dos documentos autenticando o tempo histórico. A temporalidade linear é essencial na arquivologia, manifestando-se no conceito de ciclo vital dos documentos, que evoluem desde sua criação até um estado de inatividade. Esta abordagem biológica ao ciclo vital enfatiza a progressão dos documentos através de diferentes fases, refletindo o caráter progressivo e linear do tempo na modernidade. A distinção entre o tratamento de documentos administrativos e históricos estabelece uma divisão nas práticas de gestão de documentos.

Concluimos, portanto, que as concepções de espaço e tempo na modernidade são fundamentais na configuração do pensamento arquivístico. A arquivologia moderna é moldada por uma visão linear e progressiva do tempo, na qual os documentos atuam como testemunhas do passado para uso futuro, e o espaço físico do arquivo transcende sua função de armazenamento, tornando-se crucial na autenticação, organização e preservação dos documentos. Essa compreensão abrangente das dimensões espaço-temporais na arquivologia ressalta sua relevância nos avanços da disciplina no contexto moderno.

Iniciamos a exploração do **terceiro objetivo específico** de nosso estudo, que se concentrou em analisar o panorama complexo da contemporaneidade, com um foco particular em assimilar suas configurações espaço-temporais. Este objetivo nos guiou por uma jornada de investigação profunda, em que procuramos compreender as nuances e as características intrínsecas da era atual, bem como a sua percepção no contexto espaço-temporal.

Na subseção 5.1, *O panorama complexo da contemporaneidade*, enfatizamos as transformações profundas ocorridas nas esferas da sociedade, ciência e Estado, principalmente no contexto da transição do século XX para a contemporaneidade. Essa transição é caracterizada por mudanças significativas que desafiam as bases estabelecidas da modernidade. Observamos uma contemporaneidade marcada por uma relação única com o tempo, em que há simultaneamente uma adesão e um distanciamento. Essa característica sugere que a compreensão verdadeira dos tempos atuais exige uma posição de parcial descolamento, um olhar crítico que permite uma reflexão mais profunda e significativa acerca das tendências atuais.

Discutimos conceitos como "hipermodernidade", "modernidade líquida" e "pós-modernidade", que descrevem a fase atual da sociedade. Estes conceitos apontam para uma transição da modernidade "sólida" estabelecida, caracterizada por estruturas estáveis e previsíveis, para uma realidade "líquida", marcada por incertezas, instabilidades socioeconômicas e uma rapidez de mudanças sem precedentes. Além disso, a crise das metanarrativas na pós-modernidade e a perda de fé nos grandes discursos de legitimação refletem uma transição para uma sociedade que valoriza mais a pragmática das partículas de linguagem, em vez de grandes narrativas unificadoras. Isso representa um desafio significativo ao pensamento tradicional que, no passado, era sustentado por essas metanarrativas.

A visão da ciência também sofre uma transformação. O pensamento científico "simplista" da modernidade é desafiado, dando lugar à necessidade de abordagens mais holísticas e integradas para lidar com a incerteza e a complexidade da vida humana. Julgamos que, embora a ciência produza conhecimentos revolucionários, ela também gera capacidades destrutivas, exigindo um equilíbrio cuidadoso e uma consideração ética em sua aplicação. Concluimos que a contemporaneidade é uma era definida por uma coexistência de ordem e caos, evidenciando a falha do projeto da modernidade em estabelecer uma ordem definitiva e estável. Destacamos a

necessidade de reconhecer a complexidade tanto da ciência quanto da vida, superando as divisões e limitações do pensamento tradicional. Em suma, nossa pesquisa sublinha uma busca contínua por um entendimento mais integrado e complexo das dinâmicas sociais e científicas contemporâneas, superando as barreiras do pensamento tradicional e se adaptando a um mundo em constante mudança. Essa transição nos exorta a abraçar abordagens mais fluidas e adaptáveis para compreender e interagir com as complexidades da contemporaneidade.

Prosseguindo para a subseção 5.2, *Um giro epistemológico no saber*, acentuamos os achados significativos referentes à mudança epistemológica na ciência contemporânea. Esta transição paradigmática ressalta a crise dos modelos científicos modernos e a ascensão de novas abordagens na era pós-moderna. Identificamos, em nossa averiguação, uma crítica ao rigor metodológico da ciência moderna, particularmente sua tendência à quantificação e objetivação. Percebemos que o conhecimento científico não é um construto isolado, mas uma construção social influenciada por fatores culturais e linguísticos. Essa compreensão desafia a concepção tradicional de ciência como um domínio neutro e objetivo.

Verificamos a incredulidade pós-moderna nos metarrelatos, incluindo os da ciência, sugerindo que a busca da verdade absoluta na ciência moderna perde sua credibilidade na era pós-moderna. Essa visão reflete uma mudança na percepção do conhecimento e na sua validação. Destacamos a necessidade de um pensamento complexo para abordar as interações multifacetadas da contemporaneidade, a partir de uma abordagem holística e interconectada, incorporando princípios como o dialógico, a recursão e o hologramático, desafiando, assim, o paradigma simplificador da ciência moderna. Por fim, abordamos a relevância da integração do conhecimento científico com o senso comum e a transformação da ciência em um discurso acessível e relevante para a sociedade, por meio de uma crítica à hierarquização dos saberes na modernidade, propondo a superação das dicotomias epistemológicas tradicionais.

Em suma, a nossa investigação sublinha uma necessidade premente na ciência contemporânea de adotar uma abordagem mais inclusiva e integradora. Esta abordagem valoriza a multiplicidade, a interconexão e a complexidade do real, redefinindo o papel da ciência na sociedade e exigindo uma reorientação no processo de produção do conhecimento. Esta mudança paradigmática redefine a ciência e

alinha mais estreitamente o conhecimento científico com as necessidades e os valores da sociedade contemporânea.

Na subseção 5.3, *Transformações do Estado contemporâneo*, abordamos as significativas transformações que o Estado contemporâneo vem sofrendo, ajustando-se às mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas do mundo atual. Reconhecemos que, embora o Estado ainda se baseie no modelo da modernidade, ele enfrenta desafios para absorver completamente as transformações trazidas pela globalização. Identificamos que o Estado moderno, outrora focado na razão e no bem-estar coletivo, enfrenta uma crise no século XX. Esta crise é impulsionada por fatores internos e externos, notavelmente a globalização, que desafia a soberania estatal e suas fronteiras tradicionais. Percebemos que as crises do Estado são multifacetadas, nos seus vieses conceituais, estruturais, constitucionais, funcionais e políticas. Estas crises refletem a luta do Estado moderno para se adaptar às características da contemporaneidade, como a relativização da soberania e as mudanças nas estruturas sociais e políticas.

Apesar desses desafios, concluímos que o Estado não é uma forma de organização obsoleta, mas está passando por transformações estruturais significativas. Entre essas transformações, notamos a redefinição da cidadania, que se torna mais flexível, ativa e plural, em resposta à dinâmica das sociedades contemporâneas. Destacamos a influência da globalização e das tecnologias, especialmente a internet, como fatores cruciais na transformação das relações entre o Estado e os cidadãos. Esta nova realidade da "sociedade da informação" facilita uma maior participação dos cidadãos e a formação de comunidades globais, alterando fundamentalmente a natureza do Estado. Percebemos, também, uma mudança na sociedade, da disciplinar da modernidade para uma sociedade de controle na contemporaneidade, indicando uma transformação no exercício do poder e da autoridade.

Em síntese, nossa pesquisa assinala como o Estado contemporâneo está avançando para enfrentar desafios sem precedentes. Busca-se reinventar suas estruturas e funções para manter sua relevância em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado. Essas transformações implicam uma reavaliação contínua dos conceitos de soberania, governança e cidadania, fundamentais para o funcionamento eficaz do Estado na era contemporânea. Este aprimoramento do

Estado reflete um esforço para se adaptar às complexidades e dinâmicas do cenário global atual.

Na subseção 5.4, *A era do espaço virtual e do tempo real*, revelamos uma transformação notável destes conceitos, culminando nas complexidades únicas da contemporaneidade. Observamos uma transição histórica do tempo, que avançou de uma percepção cíclica na Grécia Antiga para uma linearidade cristã e, eventualmente, para um tempo moderno objetificado, ilustrando como essas noções foram constantemente reformuladas em resposta às transformações culturais, científicas e econômicas. A contemporaneidade se apresenta como um período de ruptura significativa. Caracterizada por uma aceleração frenética e uma compressão do espaço-temporal, assistimos ao questionamento do progresso linear e contínuo e ao surgimento de novas interpretações do tempo e do espaço que transcendem os paradigmas anteriores. Identificamos uma "destemporalização" marcante, sob a qual o presente se prolonga e as noções de imediaticidade e descartabilidade se tornam predominantes.

Paralelamente, nossa exploração revelou uma transformação profunda na percepção do espaço. O espaço, de tradicionalmente concebido como estático e bem definido, passou para um domínio fluido e dinâmico, moldado pelas tecnologias e redes de comunicação. Enfatizamos a emergência do "espaço de fluxos" e do "tempo intemporal", em que passado, presente e futuro interagem de forma aleatória e descontínua. No âmbito do tempo, a ideia de "duração" de Bergson ressalta a experiência pessoal e a continuidade indivisível do tempo. Esta visão é ampliada pelo conceito de "tempo redemoinho" de Deleuze, caracterizado por saltos, acelerações, rupturas e diminuições de velocidades. A metáfora do rizoma de Deleuze e Guattari desafia ainda mais a linearidade do tempo, propondo uma concepção rizomática na qual múltiplas possibilidades e conexões coexistem. Exploramos, também, como o espaço virtual e a natureza paradoxal do virtual, descrita por Lévy, transformam a identidade do real, permitindo que espaço e tempo "tomem a tangente" e conduzindo à emergência de lugares desterritorializados e independentes de espaços físicos.

Em resumo, reconhecemos que a contemporaneidade marca uma transformação significativa nas concepções de espaço e tempo. O espaço torna-se um domínio fluido e dinâmico, enquanto o tempo emerge como um campo de possibilidades e conexões dinâmicas. Essas transformações representam uma

ruptura com o passado e uma oportunidade singular para a reinvenção e reconfiguração desses conceitos essenciais, facilitando a nossa compreensão e navegação em um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

Na subseção 5.5, *Novas tecnologias e experimentações espaço-temporais*, exploramos as transformações significativas que marcaram o final do século XX, remodelando a economia mundial, a configuração política dos Estados e as formas de sociabilidade. Estas mudanças são analisadas principalmente por meio dos avanços em tecnologias de informação, resultando no conceito de sociedade da informação, do conhecimento ou em rede. Notamos a emergência de uma economia informacional, global e em rede, profundamente influenciada pela revolução da tecnologia da informação. Esta nova economia se caracteriza pela importância da capacidade de gerar, processar e aplicar eficientemente informações baseadas em conhecimentos. As atividades produtivas e o consumo estão organizados em escala global, com uma interação intensificada em redes empresariais.

A transformação do tempo e do espaço surge como uma característica central da sociedade contemporânea. Discutimos como a compressão do espaço e do tempo, a desterritorialização da cultura e o impacto nas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais são consequências diretas das novas tecnologias da informação e comunicação. O ciberespaço, definido como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores, emerge como um elemento-chave nessa nova configuração. Ele se caracteriza pela interconexão e pela formação de comunidades virtuais baseadas em interesses comuns, independente de proximidades geográficas. O ciberespaço é identificado como um espaço digital além do espaço físico, contendo suas próprias características únicas e não sujeito às leis da física. Também enfatizamos a redefinição da noção de espaço por intermédio da tecnologia digital, com a emergência de fenômenos como a telepresença, mundos virtuais, tempo instantâneo e a abolição do espaço físico. A internet, ao possibilitar a comunicação global instantânea, altera profundamente as noções convencionais de espaço e tempo.

Concluimos que o final do século XX marca um ponto de inflexão nas transformações globais, caracterizando uma nova era na economia, política e sociabilidade mundial. Esta transição é profundamente influenciada pela sociedade da informação, refletindo uma ruptura com estruturas tradicionais e levando à

reconfiguração de antigas noções de fronteiras e limites. O ciberespaço e as tecnologias digitais remodelam a dinâmica social, transformando as formas de disseminação e consumo de informação e redefinindo as experiências humanas em um mundo cada vez mais mediado pela tecnologia.

Em resumo, nossa pesquisa proporcionou uma compreensão mais aprofundada da contemporaneidade, desafiando as noções tradicionais de tempo, ciência e sociedade e exigindo um entendimento mais dinâmico e integrado da realidade. Concluímos que as mudanças nos conceitos de tempo e espaço, impulsionadas por avanços científicos, tecnológicos e sociais, redefiniram profundamente a experiência humana na era contemporânea. A contemporaneidade marca uma transformação significativa em direção ao virtual, redefinindo a experiência humana em um mundo cada vez mais mediado pela tecnologia.

Chegamos ao **quarto e último objetivo específico** de nossa tese, uma etapa crucial que buscou identificar referenciais arquivísticos alinhados à perspectiva contemporânea. Estes referenciais são essenciais para a reinterpretação de metanarrativas e fundamentos da arquivologia, visando contribuir para a formulação de subsídios congruentes ao novo cenário que se desenha no horizonte da nossa área de estudo. Nossa abordagem se estrutura sobre o que Gilliland (2000) define como os fundamentos essenciais que sustentam a perspectiva arquivística. Estes fundamentos, que consideramos metanarrativas integrantes do pensamento arquivístico moderno, incluem: a santidade da evidência; a proveniência, o respeito aos fundos e a ordem original; o ciclo vital dos documentos; a natureza orgânica dos documentos; e a hierarquia de documentos e de suas descrições. Esses conceitos-chave são minuciosamente explorados ao longo de todas as subseções de nossa apreciação.

É importante ressaltar que, apesar de termos abordado todos esses fundamentos ao longo da seção, alguns conceitos receberam uma atenção mais aprofundada em subseções dedicadas. Por exemplo, os referenciais que nos permitiram a reinterpretação da santidade da evidência e da natureza orgânica dos documentos foram encontrados nas subseções 6.1, 6.2 e 6.4. A questão da proveniência foi central nas subseções 6.4 e 6.5. O ciclo vital dos documentos foi explorado na subseção 6.3. Por fim, abordamos a hierarquia dos documentos e suas descrições na subseção 6.6. Este objetivo, portanto, nos conduziu por um caminho de

investigação profundo e reflexivo, no qual buscamos reinterpretar e reavaliar os fundamentos da arquivologia à luz das demandas e compreensões contemporâneas. Nosso intuito foi contribuir para uma visão renovada da arquivologia, que esteja em sintonia com os desafios e as dinâmicas do mundo atual, mantendo a relevância e a eficácia da disciplina em um contexto em constante transformação.

Na subseção 6.1, *O multiverso arquivístico: a convergência de saberes*, identificamos que a arquivologia, como campo disciplinar dinâmico, está em constante adaptação e desenvolvimento. Esta diversidade reflete uma valorização de diferentes culturas e tradições, reconhecendo a riqueza proveniente de sua interação. O conceito do multiverso arquivístico emerge como um movimento além do positivismo e cientificismo, sublinhando a variedade de abordagens na gestão de documentos e arquivos. Observamos que ele promove flexibilidade e adaptabilidade, essenciais para abordagens que acompanhem as realidades sociais e culturais em mutação.

Reconhecendo o desafio de atualizar normas e práticas profissionais, compreendemos a necessidade de adaptar as práticas arquivísticas para refletir uma gama mais ampla de histórias humanas e memórias coletivas. A colaboração e desenvolvimento de uma infraestrutura cooperativa na arquivologia promovem uma abordagem internacional e plural. A arquivologia contemporânea abraça uma abordagem inclusiva e representativa, integrando efetivamente uma variedade de experiências humanas nas práticas profissionais. A interação global entre profissionais e acadêmicos de arquivologia tem aumentado a conscientização sobre as diferenças nas práticas arquivísticas ao redor do mundo, enriquecendo o campo com novas perspectivas e abordagens.

O multiverso arquivístico, como *framework*, é essencial tanto para a prática profissional quanto para pesquisa e formação em arquivologia, permitindo o desenvolvimento de agendas de pesquisa que respeitem e incorporem diversas formas de conhecimento. Gilliland nos fornece um referencial importante para compreendermos o papel da arquivologia no enfrentamento de desafios sociais complexos, como governança corporativa e justiça social. A abordagem do multiverso arquivístico fornece um quadro para entender e enfrentar esses desafios, sublinhando a importância dos arquivos na resolução de problemas sociais contemporâneos. A integração de tradições diversas e a adaptação à globalização são cruciais para reavaliar e adaptar sistemas e práticas arquivísticas.

Concluimos que o multiverso arquivístico representa um avanço significativo na arquivologia, transcendendo noções tradicionais e acolhendo a diversidade e complexidade do mundo atual. Esta perspectiva enriquece a arquivologia com novas ideias e práticas, bem como fortalece a capacidade dos profissionais de responder a desafios sociais emergentes e de construir um legado documental mais inclusivo e representativo.

Na subseção 6.2, *Uma interpretação renovada e ampliada do conceito de documento de arquivo*, revisamos e expandimos a visão tradicional sobre documentos de arquivo. Inicialmente baseada em aspectos institucionais e autenticidade, nossa averiguação revelou que documentos podem também incluir objetos físicos com significados culturais relevantes, exemplificados por artefatos históricos de várias culturas. Julgamos que documentos podem abranger registros falados, escritos ou performáticos, possuindo valor tanto individual quanto social. Esta expansão desafia as definições tradicionais, que tendiam a se concentrar na textualidade e estabilidade, abrindo caminho para formas mais dinâmicas e transitórias gestão, preservação e acesso.

Discutimos, ainda, o impacto significativo da tecnologia na natureza dos documentos, especialmente notável no contexto digital. Através de nossa pesquisa, identificamos a necessidade de uma visão alternativa para compreender documentos, enfatizando a variação cultural e contextual. Reconhecemos a ampla gama do conceito de documento, que vai além dos registros tradicionais, incluindo formas menos convencionais. Ressaltamos também a importância de as decisões estratégicas dos arquivistas sobre quais documentos arquivar, sobrelevando a necessidade de incorporar diversidade e inclusão em suas práticas. Identificamos as limitações dos protótipos arquivísticos tradicionais, notando um padrão frequentemente eurocêntrico em suas abordagens.

Concluimos, assim, que é crucial adotar uma perspectiva mais abrangente e inclusiva no conceito de documento de arquivo. A visão tradicional, centrada na textualidade e estabilidade, é agora desafiada por abordagens mais dinâmicas e variadas. Nossa apuração sublinha a relevância de considerar as variações culturais e contextuais na definição de documentos. A contemporaneidade exige dos profissionais de arquivo uma abordagem mais flexível e adaptável, que reconheça a diversidade e riqueza do universo dos arquivos. Isso abrange desde formas

prototípicas até manifestações marginais e não convencionais, refletindo assim a diversidade das realidades e experiências humanas.

Focamos, agora, na análise detalhada do modelo *records continuum*, um marco inovador na arquivologia. Na subseção 6.3, *Records Continuum: um modelo arquivístico espaço-temporal*, exploramos o modelo *records continuum* como uma resposta teórica mais alinhada à complexidade dinâmica da contemporaneidade. Investigamos uma abordagem mais holística e integrada à arquivologia, considerando a natureza interligada dos documentos no contexto atual. Constatamos que este modelo propõe uma compreensão abrangente da natureza complexa e interconectada dos documentos, abordando inovações em relação ao ciclo vital dos documentos e suas características distintas em uma concepção eminentemente espaço-temporal, incluindo diversidade monística, simultaneidade, multiplicidade e devir documental.

Discutimos, na subseção 6.3.1, *As bases teóricas e a configuração do modelo*, as bases teóricas do *records continuum*, reconhecendo que nenhum modelo pode capturar completamente a natureza dinâmica e complexa dos documentos e suas teias de relações contextuais. Dentro de suas limitações, verificamos que o *records continuum* busca representar essa complexidade de forma extensa, oferecendo um instrumental para analisar a gestão de documentos de maneira multidimensional, desde o ponto de criação até níveis organizacionais e interorganizacionais. Exploramos as influências dos ideais pós-modernos no pensamento sobre o *records continuum*, notabilizando a rejeição de dicotomias e a aceitação da complexidade inerente ao mundo. Essa perspectiva questiona a capacidade humana de compreender a realidade de maneira objetiva, propondo uma abordagem mais dinâmica e adaptativa à gestão e organização de arquivos que reflete a fluidez da sociedade contemporânea. Julgamos que a interpretação das categorias de espaço e tempo é crucial para entender como essas ideias estruturam o *records continuum*. O entrelaçamento teórico das concepções de espaço e tempo de pensadores como Alexander, Bergson e Giddens enriquece a visão de Upward, explorando como o mundo contemporâneo reformula a interação das pessoas no espaço-tempo.

Em seguida, notamos na subseção 6.3.2, *A integração espaço temporal: explorando simultaneidade e multiplicidade*, que enquanto o ciclo vital dos documentos impõe uma progressão temporal rígida e segregações práticas, o *records continuum* oferece uma visão integrada, reconhecendo a simultaneidade e a

multiplicidade dos documentos em diversos contextos. Identificamos que a abordagem tradicional do ciclo vital limita a gestão de documentos em um ambiente interconectado, enquanto o *records continuum* propõe uma flexibilidade maior, permitindo aos documentos servirem a múltiplos propósitos ao longo do tempo e espaço. Este modelo desafia concepções estáticas, enfatizando a adaptação dos documentos às dinâmicas contemporâneas. Constatamos a necessidade de superar interpretações lineares, adotando a complexidade e multifuncionalidade. Este enfoque reflete a realidade digital atual, em que documentos coexistem em múltiplos significados e usos, demandando práticas arquivísticas mais dinâmicas e integradas. Concluímos que abordagens inovadoras e flexíveis na descrição arquivística são fundamentais para capturar a essência dos documentos em um mundo digital.

Na subseção 6.3.3, *Para além do dualismo: o conceito de diversidade monística*, abordamos a superação do dualismo cartesiano, explorando o conceito de diversidade monística no contexto do *records continuum*. Reconhecemos a limitação das dicotomias tradicionais como sujeito e objeto, ou físico e espiritual, que simplificam a complexidade do mundo real. Nosso estudo apontou para a necessidade de uma abordagem mais integrada que abrace a complexidade e interdependência das relações no universo documental. Identificamos que a rejeição de dualidades no *records continuum* propicia uma visão mais holística dos arquivos, reconhecendo simultaneamente os valores primários e secundários dos documentos. Esta perspectiva nos permitiu entender os arquivos como fenômenos únicos que englobam uma multiplicidade de partes diversas, desafiando a separação estrita entre categorias. Constatamos que a diversidade monística, como uma faceta fundamental do *records continuum*, reflete um universo arquivístico interconectado, salientando a complexidade e a expansão constante dos documentos. Este entendimento nos levou a reconhecer que todas as partes do universo estão conectadas, formando um todo unificado, apesar da diversidade.

Na subseção 6.3.4, *O documento em constante estado de devir*, discutimos o dinamismo constante dos documentos dentro da perspectiva de *records continuum*, acentuando a ideia de que eles estão sempre em um processo de transformação. Reconhecemos que essa mutabilidade não é intrínseca aos documentos, mas resulta de sua interação com o contexto mais amplo e com outras entidades. Isso desafia a noção de documentos como entidades estáticas, sublinhando sua transformação

contínua em resposta ao ambiente em que se encontram. Exploramos as conceituações relativistas de espaço e tempo de Bergson e Giddens, que veem os objetos como simultaneamente duradouros e perduráveis, isto é, mantendo a mesma forma no decorrer do tempo e, simultaneamente, existindo em diferentes formas. Essa visão é crucial para entendermos os documentos no *records continuum*, que são vistos como tendo conteúdo e estrutura estáveis, mas cujo significado, contexto e relações estão sempre avançando. Nosso exame salientou a manifestação do conceito de devir documental, especialmente por meio do sistema de séries australiano, das noções de proveniência no *records continuum* e no meta-modelo de Rolan para metadados de gestão de documentos, que considera os documentos definidos por suas relações e em constante mudança.

Destacamos que a interação com documentos contribui para seu processo de devir, influenciando e sendo influenciado por essa interação. Isso implica uma abertura nas práticas do *records continuum*, em que atividades como avaliação e descrição podem ocorrer repetidamente, refletindo a natureza dinâmica dos documentos. Concluimos que a essência dos documentos no pensamento do *records continuum* é caracterizada por uma fluidez e dinâmica que reflete a realidade complexa de suas interações e contextos. Isso desafia conceitos tradicionais de fixidez e frisa a importância de abordagens que reconheçam a contínua transformação dos documentos. A incorporação da teoria da estruturação e a rejeição de dualismos simplistas reforçam a compreensão de que os documentos, assim como a prática arquivística, estão em um constante estado de devir, profundamente enraizados no tecido social.

Na subseção 6.4, *Desenvolvendo a autonomia arquivística: o papel dos arquivos participativos e comunitários*, aprofundamos nosso entendimento de como a arquivologia está avançando para refletir uma sociedade mais diversa e inclusiva. Concentramos nossa análise na transformação do papel dos arquivos e dos arquivistas, marcando a transição de práticas tradicionalmente institucionalizadas e neutras para abordagens mais inclusivas e participativas. Percebemos que, tradicionalmente, a autenticidade dos documentos de arquivo era reforçada pela institucionalização, com documentos de agentes autorizados recebendo maior credibilidade. No entanto, identificamos desafios significativos na arquivologia, especialmente na representação equitativa de diferentes grupos. Destacamos a

importância de os arquivos refletirem as diversas facetas da experiência humana, ressaltando seu impacto na justiça social e nos direitos humanos.

Observamos uma mudança na percepção dos arquivistas, anteriormente vistos como neutros. Agora, reconhecemos que os arquivos tanto armazenam informações, como moldam a memória coletiva e a identidade dos grupos. Nessa nova lógica, o arquivista não se restringe a esperar passivamente pela acumulação natural de documentos, intervindo apenas no final do ciclo de vida, ele trabalha em colaboração com os criadores em um processo contínuo, com o objetivo de assegurar a preservação de registros que representem adequadamente a memória das comunidades. Aqui, a relevância dos arquivos participativos e comunitários se torna clara. Estes arquivos promovem maior abertura e interação com o público e refletem a identidade e memória de comunidades específicas, sendo cruciais para o bem-estar cultural e o fortalecimento do capital social. Constatamos que a autonomia arquivística pode se tornar um conceito fundamental, referindo-se à capacidade das comunidades de participarem ativamente na gestão de seus documentos. Este conceito é vital para a identidade, memória e responsabilidade das comunidades, promovendo uma participação ativa na gestão de documentos e na preservação da memória social.

Concluimos que esta subseção aborda um aspecto crucial da arquivologia contemporânea: a adaptação a um mundo em constante mudança, onde diversidade e inclusão são cada vez mais valorizadas. Ao reconhecer e incorporar a riqueza de diferentes perspectivas e experiências, a arquivologia não apenas enriquece seu campo, mas também contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A mudança para práticas arquivísticas mais inclusivas e representativas é um passo importante para responder efetivamente às necessidades de diferentes grupos sociais, incentivando arquivistas a assumir um papel mais proativo e engajado na documentação e preservação das histórias e vozes das comunidades.

É importante ressaltar que a introdução de práticas arquivísticas participativas, comunitárias e a promoção da autonomia arquivística não implica uma superioridade sobre as abordagens arquivísticas tradicionais. Nosso objetivo não é suplantiar os fundamentos teóricos e metodológicos consagrados, mas verificar como a dinâmica espaço-temporal contemporânea pode ser mais efetivamente refletida nas práticas arquivísticas. Estas conclusões espelham as referências analisadas, oriundas de uma

corrente teórica dedicada ao estudo e à defesa desses conceitos, enfatizando que essas novas abordagens são complementares e adequadas à realidade contemporânea, sem desmerecer as práticas tradicionais.

Em nossa tese, a subseção 6.5, *A redescoberta do princípio da proveniência*, aborda o avanço e a expansão do conceito de proveniência na arquivologia contemporânea. Tradicionalmente centrado na relação direta entre a entidade criadora e seus arquivos, o princípio da proveniência está sendo reinterpretado para se adequar a contextos mais dinâmicos e fluidos, respondendo às complexidades da gestão de documentos na era contemporânea.

Na subseção 6.5.1, *Limitações da aplicação convencional do princípio da proveniência*, avaliamos como as críticas modernas ao princípio da proveniência sublinham a necessidade de atualizar os métodos de gestão de documentos para os ambientes digitais e as atuais demandas sociais e culturais. Identificamos os desafios na recuperação eficiente de informações em organizações e como a criação e acumulação de documentos por vários órgãos e entidades complicam a aplicação da proveniência. Discutimos as limitações de uma abordagem tradicional singular da proveniência, favorecendo uma perspectiva mais dinâmica e contextual. Na subseção 6.5.2, *Cocriação e sua contribuição para a redefinição da proveniência*, investigamos como a cocriação no contexto digital reconfigura o papel do criador e como a inclusão de diversas vozes e contribuições enriquece a arquivologia. Esta abordagem mais inclusiva desafia as práticas tradicionais de proveniência, sugerindo a importância de uma visão mais holística e representativa da história e da cultura.

Prosseguindo para a subseção 6.5.3, *Abordagens contemporâneas acerca da proveniência*, exploramos conceitos emergentes como proveniência social, múltipla, simultânea, paralela, e comunidades de documentos. Estas abordagens representam uma expansão significativa do conceito tradicional, considerando fatores sociais, culturais e comunitários, e promovendo práticas arquivísticas mais inclusivas e democráticas. Essas subseções, em conjunto, revelam uma transformação notável na arquivologia, na qual o princípio da proveniência está sendo revisado e ampliado para abranger uma variedade mais rica de contextos e atores. Essa expansão é crucial para manter a arquivologia relevante e eficaz no mundo contemporâneo, especialmente diante das novas realidades e necessidades de documentação no ambiente digital. Julgamos que a proveniência, mais do que um elemento formal, é

um fenômeno complexo e multifacetado que reflete as dinâmicas contemporâneas. Vemos a importância contínua de explorar essas abordagens para fomentar práticas arquivísticas mais inclusivas e representativas, que respeitem a diversidade de experiências humanas e culturais.

Na subseção 6.6, *Novos horizontes na descrição arquivística*, abordamos a reavaliação das noções tradicionais de ordem e proveniência na descrição arquivística. Reconhecemos uma adaptação das práticas arquivísticas tradicionais, que eram centradas em estruturas rígidas, para abordagens mais flexíveis e contextuais. Esta mudança reflete o esforço para capturar a complexidade e a dinâmica dos documentos contemporâneos. Discutimos a transição para práticas integradas e contínuas de descrição arquivística, inspiradas no conceito do *records continuum*. Esta transição revela a necessidade de uma abordagem holística que valoriza os metadados e a interconexão dos processos documentais progressivamente. Inspecionamos como as TICs estão redefinindo a descrição arquivística, movendo-se além das estruturas hierárquicas tradicionais e se alinhando às percepções contemporâneas de espaço e tempo.

Na subseção 6.6.1, *Além da ordem e da proveniência*, discutimos os avanços das práticas arquivísticas contemporâneas, enfatizando a importância da localização e do acesso precisos, e os desafios às visões tradicionais de ordem e proveniência. Examinamos críticas à noção tradicional de ordem nos arquivos e a influência da burocracia do século XIX na organização dos arquivos. Na subseção 6.6.2, *A descrição como um processo contínuo e persistente*, abordamos os rumos da descrição arquivística em direção a uma abordagem integrada e contínua, considerando contextos sociais e institucionais. Discutimos a crítica à descrição tradicional e a necessidade de renovação nas funções de classificação e descrição. Na subseção 6.6.3, *Tecnologia e novas dimensões espaciais*, exploramos a transformação impulsionada pela computação, a mudança para estruturas rizomáticas, os avanços dos modelos de dados e os desafios da era digital. Discutimos as influências das tecnologias na recuperação de documentos e a transição para uma era pós-custodial.

Na subseção 6.6.4, *Descrição multidimensional: capturando a complexidade e inter-relações do mundo contemporâneo*, exploramos como a descrição arquivística está se adaptando às necessidades do ambiente digital por meio de modelos de grafos

e rede, exemplificado pelo RiC. Este modelo promove uma visão interconectada e dinâmica dos documentos, superando as limitações das abordagens hierárquicas tradicionais. Identificamos que o RiC-CM facilita a representação de complexas redes documentais, permitindo uma compreensão aprofundada das relações entre documentos, suas origens e trajetórias. A averiguação ressaltou a transição para uma descrição multidimensional, que captura efetivamente a complexidade e a multiplicidade das interações documentais. O RiC-CM se apresenta como uma solução para incorporar a complexidade da proveniência, oferecendo flexibilidade para adaptar-se às mudanças arquivísticas.

Concluimos que a adoção de modelos baseados em rede e grafos reflete um avanço significativo nas práticas arquivísticas, alinhando-se com as demandas contemporâneas de representação e gestão de documentos em um contexto digital. Essa abordagem multidimensional enriquece a compreensão dos arquivos, evidenciando a importância de práticas descritivas que abordem a riqueza e a dinâmica dos contextos documentais no mundo contemporâneo. Em resumo, a descrição arquivística está passando por uma mudança significativa, mudando de uma abordagem estritamente hierárquica para uma mais flexível, adaptável e consciente das complexidades sociais e contextuais. Esta mudança reflete um crescente reconhecimento de que a organização dos arquivos é moldada tanto por práticas e intenções específicas quanto por uma lógica inerente. A descrição arquivística contemporânea deve ser adaptável, multifacetada e capaz de capturar a complexidade dos documentos em um mundo em constante transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como tema central a análise dos avanços e dinâmicas da arquivologia, intentando demonstrar como o discurso da modernidade, particularmente sua concepção espaço-temporal, está integrado ao pensamento arquivístico. Constatamos que a compreensão das dimensões de espaço e tempo desempenha um papel fundamental nessa integração. Ao mesmo tempo, nosso objetivo foi sistematizar subsídios teórico-epistemológicos compatíveis com a dinâmica complexa da contemporaneidade, reconhecendo que as mudanças no entendimento dessas dimensões são cruciais para a arquivologia moderna e contemporânea. Nossa pesquisa se situa “entre o ser moderno” da arquivologia, destacando sua herança marcadamente moderna, que está fortemente vinculada à concepção tradicional de espaço e tempo. No entanto, também abraçamos o que denominamos “o devir contemporâneo” da disciplina, visto que novas abordagens estão a reconfigurando. A compreensão aprofundada das dimensões de espaço e tempo nos permitiu explorar como a arquivologia se adapta e responde às complexas demandas do presente, enriquecendo assim nosso estudo sobre o desenvolvimento da disciplina.

Para organizar os argumentos e explorar as diversas facetas deste campo, adotamos a metáfora de “jogos” proposta por Upward (2000), com o intuito de sistematizar o trabalho a partir da demarcação e caracterização de “jogos” distintos — o “jogo antigo”, que reflete as concepções e práticas estabelecidas durante a modernidade, e o “novo jogo”, que abrange as abordagens emergentes na contemporaneidade —, cada um com suas abordagens e perspectivas prevaletentes. Este esquema de “jogos” proporcionou um exame detalhado que objetivou elucidar a complexidade da arquivologia, evidenciando a interconexão contínua e o enriquecimento mútuo entre diferentes ideias e práticas no decorrer do tempo. Assim, o estudo se debruçou sobre a arquivologia não como uma dualidade, mas como um espectro contínuo de ideias e práticas que se interconectam, emergem e se enriquecem mutuamente, refletindo tanto as influências históricas da modernidade quanto as exigências e inovações da contemporaneidade.

Na primeira parte da tese, nossa averiguação centrou-se na formação histórica e no desenvolvimento da arquivologia, explorando como as dimensões de espaço e

tempo influenciaram a formulação de seus conceitos e teorias fundamentais. Esta análise histórico-crítica permitiu uma compreensão aprofundada dos pressupostos e discursos que fundamentaram a disciplina, salientando como o conhecimento arquivístico se configurou paulatinamente. A segunda parte da tese avançou para abordar as contribuições contemporâneas à arquivologia. Aqui, enfocamos como novas interpretações e práticas têm remodelado a gestão e o entendimento dos arquivos. Podemos adiantar que nossa discussão ressaltou, além do imperativo tecnológico, uma sensibilidade social mais profunda e uma abordagem mais inclusiva, refletindo as mudanças e os desafios da contemporaneidade.

Para sustentar nosso trabalho, defendemos a imprescindibilidade de não renunciar ao núcleo identificador da arquivologia, reconhecendo a importância de suas bases e seus princípios históricos mesmo diante das inovações e desafios atuais. A justificativa para nossa pesquisa reside na convicção de que uma compreensão abrangente e integrada das bases históricas e das manifestações contemporâneas da arquivologia é crucial para promover um campo de estudo e prática mais crítico, reflexivo e adaptável. Nosso objetivo foi unir as contribuições modernas com as contemporâneas, propondo um posicionamento que responda de maneira eficaz e sensível às complexas demandas do presente.

A metodologia empregada foi de natureza teórica, qualitativa e exploratório-descritiva, apoiando-nos em um extenso levantamento bibliográfico e na apreciação de textos fundamentais no campo da arquivologia. Utilizamos o método da história cruzada, que nos possibilitou analisar as fontes bibliográficas a partir de um referencial teórico composto por três perspectivas: arqueológica, hermenêutica e epistemológica. A abordagem metodológica foi delineada em torno dessas três dimensões interconectadas, cada uma contribuindo de forma única para a exploração profunda da disciplina.

Utilizamos a arqueologia dos saberes de Foucault na dimensão arqueológica para explorar as articulações e interpretações teórico-conceituais na arquivologia. Esta abordagem nos permitiu identificar acontecimentos chave e extrair discursos significativos, com foco nas convenções das abordagens predominantes e nas percepções das dimensões de espaço e tempo. Inspirados por Cook, nosso objetivo foi desvendar a “história das ideias arquivísticas”, enfatizando a importância de compreender os discursos arquivísticos em seus respectivos contextos temporais e

espaciais. Na dimensão hermenêutica, adotamos a hermenêutica da profundidade, que considera cada discurso como um processo e produto de um contexto determinado, refletido pelo pesquisador. Esta perspectiva nos habilitou a acentuar a importância das condições sócio-históricas na produção textual, reconhecendo a interação entre o discurso e seu contexto, sem atribuir completa autonomia semântica ao discurso. Por fim, na dimensão epistemológica, abraçamos o conceito de ecologia de saberes, alinhando-se à noção de multiverso arquivístico. Esta abordagem nos possibilitou reconhecer a existência de uma vasta pluralidade de conhecimentos heterogêneos que coexistem e interagem, respeitando a autonomia de cada um. Essa perspectiva foi crucial para o reconhecimento da diversidade epistemológica nos estudos arquivísticos contemporâneos, acolhendo uma multiplicidade de vozes e perspectivas que enriquecem a disciplina.

No decorrer de nossa pesquisa, empenhamo-nos profundamente na análise e compreensão da arquivologia sob a ótica de seus avanços teóricos e metodológicos, buscando, inicialmente, elucidar como a disciplina se configura e se adapta diante dos modelos dominantes de ciência e visão de mundo. Nossos pressupostos iniciais sugeriam que a arquivologia, como campo disciplinar, está fortemente ancorada nos modelos científicos e nas concepções espaço-temporais vigentes nos contextos de sua origem e desenvolvimento. A investigação detalhada dessas premissas revelou-se frutífera e confirmou nossas conjecturas iniciais, demonstrando a profunda interação entre a disciplina e os padrões da modernidade, especialmente no que tange à influência do pensamento científico positivista e às compreensões de espaço e tempo.

Verificamos que os fundamentos da arquivologia analisados — santidade da evidência, proveniência, ciclo vital dos documentos, natureza orgânica dos documentos e hierarquia dos documentos e de suas descrições — são, de fato, manifestações das influências da modernidade, sobretudo sob a ótica da ciência e do Estado, assim como da percepção espaço-temporal que a caracteriza. Essa constatação corrobora nosso pressuposto de que as dimensões de espaço e tempo moldam significativamente o conhecimento arquivístico, reforçando a ideia de que a disciplina reflete e é modelada pelas concepções dominantes de seu tempo.

Além disso, nossa investigação apontou para uma tendência da pesquisa em arquivologia na revisão crítica dos fundamentos arquivísticos à luz das demandas e

dinâmicas contemporâneas. A contemporaneidade, marcada pela aceleração tecnológica e por novas formas de sociabilidade, impõe desafios que exigem uma adaptação da arquivologia para abraçar a complexidade e a fluidez das novas configurações espaço-temporais. Identificamos, portanto, referenciais teóricos e metodológicos mais alinhados com o presente, tais como o multiverso arquivístico, o *records continuum*, uma visão renovada do conceito de documento, novas abordagens sobre a proveniência, as noções de autonomia arquivística, arquivos participativos e comunitários, além de uma atualização na concepção de descrição arquivística. Esses referenciais emergem como possíveis respostas às limitações impostas pelo modelo moderno e positivista, apontando caminhos para a formulação de regras para o "novo jogo" que podem ser mais inclusivas, sensíveis, flexíveis e representativas da diversidade e complexidade do mundo contemporâneo.

Adicionalmente, é importante ressaltar que o intuito deste estudo não é estabelecer uma supremacia de abordagens contemporâneas sobre as modernas, nem suplantando os fundamentos teóricos e metodológicos consagrados da arquivologia. Reconhecemos que cada abordagem tem suas virtudes conforme o contexto específico em que é aplicada. Nosso objetivo primordial foi explorar como as transformações na dinâmica espaço-temporal contemporânea podem ser refletidas ou necessitam de adaptações nas práticas arquivísticas. Dessa forma, identificamos novos referenciais teóricos e metodológicos que respondem de maneira mais adequada às configurações atuais de espaço e tempo, sem desconsiderar a validade e a importância das contribuições tradicionais. Esses novos referenciais são vistos não como substitutos, mas como complementos necessários que permitem à arquivologia responder de forma mais eficaz às exigências de um mundo em constante mudança. Ao considerar a aplicação prática desses referenciais, é crucial avaliar cuidadosamente as especificidades locais, reconhecendo que as teorias e métodos devem ser adaptados para refletir a realidade específica de cada contexto.

Concluindo nossa tese, acreditamos sinceramente que ela tem o potencial de fazer uma contribuição significativa para a arquivologia brasileira, especialmente considerando os desafios crescentes e complexos que os profissionais da área enfrentam. Ao longo deste trabalho, buscamos de forma esclarecedora demonstrar que o discurso arquivístico é construído por metanarrativas, moldadas por influências de contextos históricos, sociais e culturais, com destaque para a influência do

pensamento moderno e sua percepção espaço-temporal, que são significativos em nosso repertório teórico-metodológico.

A partir da sólida compreensão que estabelecemos das bases modernas do pensamento arquivístico, estamos confiantes de que podemos despertar uma consciência mais profunda em relação à nossa maneira de abordar e fundamentar as práticas arquivísticas. Acreditamos que, ao reconhecer a complexa dinâmica da contemporaneidade e as divergências na assimilação das dimensões de espaço e tempo, podemos estimular uma reflexão crítica mais apurada sobre nossa tendência a aplicar rigidamente o referencial moderno já estabelecido.

Confiamos plenamente que, se essa reflexão estiver fundamentada em uma base teórica sólida e atualizada, seremos capazes de promover e orientar uma prática mais crítica, reflexiva e alinhada com a dinâmica complexa da contemporaneidade. Dessa forma, esperamos que nossa tese possa servir como um ponto de partida para discussões mais profundas, pesquisas futuras e avanços significativos na arquivologia brasileira, capacitando os profissionais da área a enfrentar os desafios do presente e do futuro com maior compreensão e adaptabilidade.

PROPOSTAS PARA ESTUDOS FUTUROS

Ao apresentar os resultados obtidos e conclusões da tese, aspiramos elucidar os fundamentos arquivísticos sob uma nova perspectiva e fornecer subsídios que possam enriquecer as práticas arquivísticas e sua teoria, adequando-as às necessidades atuais e futuras. Assim, acreditamos que nossa tese não se limita a uma mera revisão teórica, mas representa um passo significativo em direção à inovação no campo da arquivologia. Com base nos subsídios teóricos fornecidos por nossa tese, identificamos algumas possibilidades de pesquisa que podem contribuir para o avanço do campo e aprimorar a compreensão da gestão de documentos e arquivos no cenário atual. Nossas **propostas** incluem:

- Pesquisa sobre referenciais modernos na arquivologia: estudar como a modernidade e sua percepção do espaço e do tempo influenciam diferentes princípios, fundamentos e funções arquivísticas;
- Análise das abordagens contemporâneas do princípio da proveniência: investigar em profundidade as abordagens atuais relacionadas ao princípio da proveniência;
- Avaliação crítica de práticas e políticas arquivísticas: examinar políticas, normas e plataformas digitais de gestão de documentos (incluindo sistemas informatizados e repositórios digitais) para determinar sua conformidade com os princípios fundamentais da arquivologia e testar a eficácia de abordagens contemporâneas;
- Modelos inovadores de descrição arquivística: desenvolver modelos de descrição que manejem eficientemente dados complexos e volumosos, transcendendo abordagens hierárquicas tradicionais em direção a abordagens multidimensionais;
- Inclusão e democracia na descrição arquivística: incorporar abordagens mais inclusivas e democráticas na descrição arquivística e nas plataformas de acesso, considerando os cocriadores dos documentos;
- Abordagem participativa em arquivos: explorar modelos de gestão de documentos e arquivos que envolvam a sociedade e as comunidades interessadas;

- Atualização de tipologias documentais: atualizar e expandir manuais de tipologias documentais para incluir uma variedade mais ampla de tipos de documentos;
- Integração de abordagens na criação de sistemas e documentos: desenvolver projetos que integrem múltiplas perspectivas, tais como gestão, transparência, preservação da memória e difusão, desde a criação de documentos e a concepção de sistemas informatizados;
- Políticas de gestão de documentos baseadas em uma abordagem espaço-temporal: criar políticas de gestão de documentos que adotem abordagens como o *records continuum*, evitando limitar as funções arquivísticas a fases e espaços específicos;
- Integração entre órgãos e instituições arquivísticas: propor a integração entre órgãos e instituições arquivísticas para facilitar a custódia compartilhada e a colaboração profissional; e
- Desenvolvimento de modelos de metadados dinâmicos: criar modelos de metadados que apoiem uma gestão de documentos mais integrada e adaptativa, considerando contextos institucionais e sociais.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- AERI - ARCHIVAL EDUCATION AND RESEARCH INSTITUTE; PACG - PLURALIZING THE ARCHIVAL CURRICULUM GROUP. Educating for the archival multiverse. **The American Archivist**, v. 74, n. 1, p. 69-101, 2011.
- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ALONSO, L. E. **La mirada cualitativa en sociología**. Madrid: Fundamentos, 1998.
- AMPUDIA MELLO, J. E. **Institucionalidad y Gobierno**. Un ensayo sobre la dimensión archivística de la Administración Pública. Ciudad de México: Archivo General de la Nación, 1988.
- AMIN, S. **Eurocentrism**. New York: Monthly Review Press, 1989.
- ANDER, E. **Black and minority ethnic community archives in London**. London: Museums Libraries Archives London, 2007.
- ANDERSON, K. The footprint and the stepping foot: archival records, evidence, and time. **Archival Science**, v. 13, n. 4, p. 349-371, 2013.
- ARAÚJO, A. de M. Leopold von Ranke (1795-1886). *In*: PARADA, M. (Org.). **Os historiadores: clássicos da história**, vol. 2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2013. p. 73-94.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BACHELARD, G. **Epistemologia**. São Paulo: Zahar, 1993.
- BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.
- BANAT-BERGERE, F.; NOUGARET, C. Archival Fonds. *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 50-53, 2015.
- BARROS, T. H. B. **Uma trajetória da arquivística a partir da análise do discurso: Inflexões histórico-conceituais**. São Paulo: Editora Unesp, 2016. 267p.
- BASTIAN, J. A. Taking custody, giving access: a postcustodial role for a new century. **Archivaria**, v. 53, n.1, p. 76-93, 2002.

BASTIAN, J. A. **Owning memory**: how a Caribbean community lost its archives and found its history. New York: Bloomsbury Publishing, 2003.

BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUTIER, R. H. Les Archives. *In*: SAMARAN, C. (org.) **L'Histoire et ses méthodes**. Paris: Gallimard, 1961.

BAUTIER, R. H. La phase cruciale de l'histoire des archives: la constitution des dépôts d'archives et la naissance de l'archivistique (XVIe – début du XIXe siècle). **Archivum**, v.18, p. 139-150, 1968.

BEARMAN, D. A.; LYTLE, R. H. The power of the principle of provenance. **Archivaria**, n. 21, p. 14-27, 1985.

BENEVIDES, M. V. **A cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1991.

BERGER, S. The role of national archives in constructing national master narratives in Europe. **Archival Science**, v. 13, n. 1, p. 1-22, 2013.

BERGSON, H. **Duração e simultaneidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOLZAN DE MORAIS, J. L. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espaço-temporal dos direitos humanos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

BONFIGLIO-DOSIO, G.; GIORGI, A.; MOSCADELLI, S. Francesco Bonaini (1806-1874). *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. C (ed.). **Encyclopedia of Archival Writers, 1515-2015**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 53-57, 2019.

BOURDIEU, P. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. *In*: **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996. p. 91-135. (Coleção Os Pensadores).

BRAGA, M.; GUERRA, A.; REIS, J. C. **Breve história da ciência moderna: das máquinas do mundo ao universo-máquina**. v.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRENNEKE, A. **Archivkunde**: Ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des europäischen Archivwesens. Leipzig: Koehler & Amelang, 1953.

BRICHFORD, M. The origins of modern European archival theory. **The Midwestern Archivist**, v. 7, n. 2, p. 87-101, 1982.

BRICHFORD, M. The provenance of provenance in Germanic areas. Provenance, **Journal of the Society of Georgia Archivists**, v. 7, n. 2, p. 5, 1989.

BROTHMAN, B. Orders of value: Probing the theoretical terms of archival practice. **Archivaria**, n. 32, p. 78-100, 1991.

BROTHMAN, B. The past that archives keep: memory, history, and the preservation of archival records. **Archivaria**, n. 51, p. 48-80, 2001.

BROTHMAN, B. Archives, life cycles, and death wishes: a helical model of record formation. **Archivaria**, n. 61, p. 235-269, 2006.

CAPRA, F. **O Tao da Física**. Um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 1983.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. 14.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 1).

CASWELL, M.; MIGONI, A.; GERACI, N.; CIFOR, M. "To be able to imagine otherwise": community archives and the importance of representation. **Archives and Records**, v. 38, n. 1, p. 5-26, 2017.

CASWELL, M. **Urgent Archives**. London and New York: Routledge, 2021.

CASWELL, M; ROBINSON-SWEET, A. "It was as much for me as for anybody else": the creation of self-validating records. **Journal of Contemporary Archival Studies**, v. 10, n. 1, p. 10, 2023.

CAVAILLÉ, J.-P. **Descartes**: a fábula do mundo. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

CHAUÍ, M. **A Nervura do Real** (Volume 1). São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CHEVALLIER, J. **O Estado pós-moderno**. Tradução de Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CODEBÒ, M. **Narrating from the Archive**: Novels, Records, and Bureaucrats in the Modern Age. Cranbury: Associated UP, 2010.

COMTE, A. Curso de filosofia positiva. *In*: **Auguste Comte**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978a. p. 1-39 (Coleção Os Pensadores).

COMTE, A. Discurso sobre o Espírito Positivo. *In*: **Auguste Comte**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978b. p.41-94 (Coleção Os Pensadores).

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

COOK, T. The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. **Archivaria**, n. 35, p. 24-37, 1993.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, n. 43, p. 17–63, 1997.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001.

COOK, T. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. **Archival Science**, v. 13, n. 2, p. 95-120, 2013.

COSTA FILHO, C. M. A. **Records Continuum**: limitações do ciclo vital dos documentos na era pós-custodial e as contribuições da arquivologia australiana. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

COUTURE, C. Le concept de document d'archives à l'aube du troisième millénaire. **Archives**, v. 27, n. 4, p. 3-18, 1996.

COX, R. **Personal archives and a new archival calling**: readings, reflections and ruminations. Duluth: Litwin, 2008.

CRESWELL, J. W. **Research design**: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 2 ed. Thousand Oaks: Sage, 2003.

CROSBY, A. W. **A mensuração da realidade**: a quantificação e a sociedade ocidental (1250-1600). Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CRUZ MUNDET, J. R. Evolución histórica de la archivística. **Bilduma**, n. 7, p. 103-129, 1993.

CUMMING, K. Recordkeeping. *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 319-323, 2015.

CUNNINGHAM, A. Archival Institutions. *In*: MCKEMMISH, S.; PIGGOT, M.; REED, B.; UPWARD, F. (ed.). **Archives**: recordkeeping in society. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 21–50 (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24).

CUNNINGHAM, A. Peter J. Scott and the Australian series system: main features and historical context. *In*: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES CONGRESS, 2012, Brisbane. **Peter J. Scott and the Australian series system**: it's origins, features, rationale, impact and continuing relevance.

CUNNINGHAM, A. Postcustodialism. *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 274-278, 2015.

CUNNINGHAM, A. Archives as a Place. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (ed.). **Currents of Archival Thinking**. 2nd ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, ABC–Clio, 2017. p. 53–79.

DANIELS, E. **Records Continuum Thinking and Postfoundationalism**. 2021. Thesis (Doctor of Philosophy) – Faculty of Information Technology, Community, Organisational and Social Informatics (COSI), Monash University, Clayton, 2021.

DEKKER, C. La Bible archivistique nerlandaise et ce qu'il en est advenu. *In*: BUCCI, O. **Archival science on the threshold of the year 2000**. Ancona: University of Macerata Press, Italia, 1992, p.69-79.

DELEUZE, G. **A imagem-movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 1. São Paulo: Editora 34, 1996.

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?: textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. 196 p.

DELSALLE, P. L'archivistique sous l'Ancien Régime, le Trésor, l'Arsenal, et l'Histoire. **Histoire, économie et société**, n.4, p. 447-472, 1993.

DELSALLE, P. **Une histoire de l'archivistique**. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 2000.

DERRIDA, J. **Mal de Arquivo: uma impressão Freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DESCARTES, R. **Discurso do Método: as paixões da alma**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

DESCARTES, R. **Regras para a orientação do espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DINGWALL, G. Life cycle and continuum: a view of recordkeeping models from the postwar era. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (ed.). **Currents of Archival Thinking**. Santa Barbara: Libraries Unlimited, ABC–Clio, 2010. p. 139–161.

DOSSE, F. **A história**. Bauru: EDUSC, 2003.

DOUGLAS, J. A call to rethink archival creation: exploring types of creation in personal archives. **Archival Science**, v. 18, n. 1, p. 29-49, 2018.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, 1986.

DUCHEIN, M. The history of European archives and the development of the archival profession in Europe. **The American Archivist**, v. 55, n. 1, p. 14-25, 1992.

DURANTI, L. Diplomatics: New uses for an old science, Part I. **Archivaria**, n. 28, p. 7-27, 1989.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, n. 35, p. 47-54, 1993.

DURANTI, L. Archival Science. *In*: KENT, A. (ed.). **Encyclopedia of Library and Information Science**. London: CRC Press, v. 59, p. 1–19, 1996.

DURANTI, L. Meeting the challenge of contemporary records: does it require a role change for the archivist? **The American Archivist**, v. 63, n. 1, p. 7-14, 2000.

DURANTI, L. Archive as a place. **Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research**, v.1, p. 445-466, 2007.

DURANTI, L. Impartiality (Record). *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 223-224, 2015a.

DURANTI, L. Records Lifecycle. *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 342-346, 2015b.

DURANTI, L.; FRANKS, P. C (ed.). **Encyclopedia of Archival Writers, 1515-2015**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2019.

DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ELIAS, N. **O Processo civilizador: Uma História dos Costumes**. Volume I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v. 1.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EVANS, J.; MCKEMMISH, S.; DANIEL, E.; MCCARTHY, G. Self-determination and archival autonomy: advocating activism. **Archival Science**, v. 15, p. 337-368, 2015.

FLINN, A. Community histories, community archives: Some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. **Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream**. *Archival science*, v. 9, p. 71-86, 2009.

FLINN, A. Community Archives. *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 145-149, 2015.

FOSCARINI, F. Diplomatics and genre theory as complementary approaches. **Archival Science**, v. 12, n. 4, p. 389-409, 2012.

FOSCARINI, F. Function. *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 215-218, 2015.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 8. ed. Tradução de Selma Tannus Muchail, São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

FOUCAULT, M. Outros espaços. *In*: FOUCAULT, M. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Ditos e Escritos III).

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRASER, N.; NICHOLSON, L. Social criticism without philosophy: An encounter between feminism and postmodernism. **Social Text**, n. 21, p. 83-104, 1989.

FRIEDRICH, M. **The Birth of the Archive**: A History of Knowledge. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2018.

FRINGS-HESSAMI, V. The flexibility of the records continuum model: a response to Michael Karabinos "in the shadow of the continuum". **Archival Science**, v. 20, n. 1, p. 51-64, 2020.

FRINGS-HESSAMI, V. The societal embeddedness of records: teaching the meaning of the fourth dimension of the Records Continuum Model in different cultural contexts. **Archival Science**, v. 21, n. 2, p. 139-154, 2021.

FRINGS-HESSAMI, V. Continuum, continuity, continuum actions: reflection on the meaning of a continuum perspective and on its compatibility with a life cycle framework. **Archival Science**, v. 22, n. 1, p. 113-128, 2022.

FRÓES, V. L. **O Livro de Horas dito de D. Fernando** – uma maravilha para ver e rezar. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, v. 129, 2011.

GADAMER, H. G. **Verdade e método II**: complementos e índice. Petrópolis: Vozes, 2011.

GAUER, R. M. C. **A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GAUER, R. M. C. Falar em tempo, viver o tempo! *In*: GAUER, R. M. C. (coord.); SILVA, M. L. (org.). **Tempo/história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p.17-30.

GIBBINS, N.; SHADBOLT, N. Resource Description Framework (RDF). *In*: MCDONALD, J. D.; LEVINE-CLARK, M. (ed.). **Encyclopedia of library and information sciences**. Boca Raton: CRC Press, 2017.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **Política, Sociologia e Teoria social**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GIDDENS, A. **O Estado-nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: Edusp, 2001.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GILLILAND, A. J. **Enduring paradigm, new opportunities**: the value of the archival perspective in the digital environment. Washington: Council on Library and Information Resources, 2000.

GILLILAND, A. J. Neutrality, social justice and the obligations of archival education and educators in the twenty-first century. **Archival science**, v. 11, n. 3, p. 193-209, 2011.

GILLILAND, A. J. Contemplating co-creator rights in archival description. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 5, p. 340-346, 2012.

GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S. The role of participatory archives in furthering human rights, reconciliation and recovery. **Atlanti**: Review for Modern Archival Theory and Practice, v. 24, p. 78-88, 2014.

GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S. Rights in records as a platform for participative archiving. In: COX, R. J.; LANGMEAD, A.; MATTERN, E. (ed.). **Archival Education and Research**: Selected Papers from the 2014 AERI Conference. Sacramento: Litwin Books, p. 355-385, 2015.

GILLILAND, A. J. Archival and recordkeeping traditions in the multiverse and their importance for researching situations and situating research. In: GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. J. (ed.). **Research in the archival multiverse**. Clayton, Victoria: Monash University Publishing, 2017a.

GILLILAND, A. J. Networking Records in their diaspora: a reconceptualization of “displaced records” in a postnational world. In: LOWRY, J. (ed.). **Displaced Archives**. New York: Routledge, 2017b. p. 180–195.

GIROUX, A. **A theoretical and historical analysis of pertinence — and provenance — based concepts of classification of archives**. 1998. Thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1998.

GOMES, C. D. L. de S. **Contribuições histórico-epistemológicas da organicidade como nível de integração teórica da arquivologia**. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GORDON, A. A. **Eurocentric archival knowledge production and decolonizing archival theory**. 2014. Dissertation (Graduate Program in Social and Political Thought) – Faculty of Graduate Studies, York University, Toronto, 2014.

GREENE, M. The power of meaning: the archival mission in the postmodern age. **The American Archivist**, v. 65, n. 1, p. 42-55, 2002.

GUALANDI, A. **Deleuze**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

GUERCIO, M. Auxiliary Sciences. *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 124-126, 2015.

GUMBRECHT, H. U. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**: Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Ed. Taurus, 1987.

HAM, F. Archival strategies for the post-custodial era. **The American Archivist**, v. 44, n. 3, p. 207–216, 1981.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28. p. 8-39, 2012.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

HEDSTROM, M. Understanding electronic incunabula: a framework for research on electronic records. **The American Archivist**, v. 54, n. 3, p. 334–354, 1991.

HEGEL, G. W. F. **A Razão na História**. Lisboa: Edições 70, 2014.

HENSEN, S. "NISTF II" and EAD: The evolution of archival description. **The American Archivist**, v. 60, n. 3, p. 284-296, 1997.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general**: teoría y práctica – actualizada y aumentada. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

HORSMAN, P. The last dance of the phoenix or the de-discovery of the archival fonds. *Archivaria*, v. 54, n.1, p. 1-23, 2002.

HORSMAN, P.; KETELAAR, E.; THOMASSEN, T. New respect for the old order: the context of the dutch manual. **The American Archivist**, v. 66, n. 2, p. 249-270, 2003.

HORSMAN, P.; KETELAAR, E. Archival history. *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia Of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 53-58, 2015.

HOTTOIS, G. **História da Filosofia**. Da renascença à Pós-Modernidade. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

HUREL, O. Dom Jean Mabillon, moine benedictin et acteur de la republique des lettres dans l'Europe de Louis XIV. **Rivista di Filosofia Neo-Scolastica**, v.1, p.3-15, 2008.

HURLEY, C. Problems with provenance. **Archives and Manuscripts**, v. 23, n. 2, p. 234-259, 1995.

HURLEY, C. Parallel provenance (1): What, if anything, is archival description. **Archives and Manuscripts**, v. 33, n. 1, p. 110-145, 2005a.

HURLEY, C. Parallel provenance (2): When something is not related to everything else. **Archives and Manuscripts**, 33, n. 2, p. 52-91, 2005b.

HUVILA, I. Participatory archive: towards decentralised curation, radical user orientation, and broader contextualisation of records management. **Archival Science**, v. 8, p. 15-36, 2008.

HUYSSSEN, A. **Políticas de memória no nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014.

IACOVINO, L. Recordkeeping and juridical governance. *In*: MCKEMMISH, S.; PIGGOT, M.; REED, B.; UPWARD, F. (ed.). **Archives: recordkeeping in society**. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 255–276 (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24).

IACOVINO, L. Rethinking archival, ethical and legal frameworks for records of Indigenous Australian communities: a participant relationship model of rights and responsibilities. **Archival science**, v. 10, p. 353-372, 2010.

IACOVINO, L. Reshaping Identity and Memory: Balancing Competing Human Rights in the Participatory Archive. *In*: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES CONGRESS, 2012, Brisbane. **Papers [...]**. Paris: ICA, 2012.

ILERBAIG, J. Archives as sediments: metaphors of deposition and archival thinking. **Archival Science**, v. 21, n. 1, p. 83-95, 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Declaração Universal sobre os arquivos**, 2011.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Records in Contexts: Conceptual Model**. Version 1.0, 2023.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.

JAMMER, M. **Conceitos de espaço: a história das teorias do espaço na Física**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2010.

JAPIASSÚ, H; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

JARDIM, J. M. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EdUFF, 1999.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration**. 2nd ed. London: Percy Lund, Humphries & Co. Ltd., 1937.

JENKINSON, H. The Choice of Records for Preservation in Wartime: Some Practical Hints. *In*: ELLIS, R.H.; WALNE, P. (Eds.). **Selected Writings of Sir Hilary Jenkinson**. Gloucester: Alan Sutton Publishing, 1980a.

JENKINSON, H. The English archivist: a new profession. *In*: ELLIS, R.H.; WALNE, P. (Eds.). **Selected Writings of Sir Hilary Jenkinson**. Gloucester: Alan Sutton Publishing, 1980b.

JIMERSON, R. C. **Archives Power: Memory, Accountability, and Social Justice**. Chicago: Society of American Archivists, 2009.

JIMERSON, R. C. Archives and memory. *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 99-102, 2015.

KAPLAN, E. We are what we collect, we collect what we are: Archives and the construction of identity. **The American Archivist**, v. 63, n. 1, p. 126-151, 2000.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KETELAAR, E. Archives in the digital age: new uses for an old science. **Archivaria**, v. 52, p. 1-25, 2001.

KETELAAR, E. Archival temples, archival prisons: Modes of power and protection. **Archival science**, v. 2, n. 3, p. 221-238, 2002.

KETELAAR, E. Sharing: collected memories in communities of records. **Archives and Manuscripts**, v. 33, n. 1, p. 44-61, 2005.

KETELAAR, E. Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony. **Archival Science**, v. 7, n. 4, p. 343-357, 2007.

KETELAAR, E. Archives as spaces of memory. **Journal of the Society of Archivists**, v. 29, n. 1, p. 9-27, 2008.

KETELAAR, E. Archival turns and returns: Studies of the Archive. *In*: GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. J. (ed.). **Research in the archival multiverse**. Clayton, Victoria: Monash University Publishing, 2017.

KIRK, G. S.; RAVEN, J. E. **Os Filósofos Pré-Socráticos**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1979.

KLUMPENHOUWER, R. **Concepts of value in the archival appraisal literature: an historical and critical analysis**. 1988. 161 f. Thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1988.

KOYRÉ, A. **Estudos de história do pensamento científico**. Trad. Márcio Ramalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

KOYRÉ, A. **Do mundo fechado ao universo infinito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KUROKI, I. F. M. **Demarcações conceituais dos princípios científicos da arquivologia e da Ciência da Informação**: contribuições para a configuração científica das disciplinas no Campo da Informação. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1993.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LELAND, W. G. The National Archives: A Programme. **The American Historical Review**, v. 18, n. 1, p. 1-28, 1912.

LEMIEUX, V. Terry Cook (1947-2014). *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. C (ed.). **Encyclopedia of Archival Writers**, 1515-2015. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 141-145, 2019.

LEMOS, A. Aspectos da cibercultura: vida social nas redes telemáticas. *In*: PRADO, J. L. A. (org.). **Crítica das práticas midiáticas**: da sociedade de massa à cibercultura. São Paulo: Hacker Editores, 2002. p.111-129.

LEMOS, A. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 7. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LEROI-GOURHAN, A. **O Gesto e a Palavra**: Memórias e Ritmos. vol. 2. Porto: Edições 70, 1987.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LODOLINI, E. **Archivística**: principios y problemas. Madrid: Anabad. 1993.

LOPES, J. L. Tempo = espaço = matéria. *In*: NOVAES, A. (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 167-175.

LÖVBLAD, H. Monk, Knight or Artist? the Archivist as a Straddler of a Paradigm. **Archival Science**, v. 3, n. 2, p. 131-155, 2003.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009.

LUSTIG, J. Epistemologies of the archive: toward a critique of archival reason. **Archival Science**, v. 20, n. 1, p. 65-89, 2020.

LYOTARD, J.F. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: José Olympio, 2004.

MACNEIL, H. Archival theory and practice: between two paradigms. **Archivaria**, n. 37, p. 6–20, 1994.

MACNEIL, H. Metadata strategies and archival description: Comparing apples to oranges. **Archivaria**, p. 22-32, 1995.

MACNEIL, H. **Trusting records**: legal, historical and diplomatic perspectives. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. 2000.

MACNEIL, H. Trusting records in a postmodern world. **Archivaria**, v. 51, p. 46- 47, Spring 2001.

MACNEIL, H. Trust and professional identity: narratives, counter-narratives and lingering ambiguities. **Archival Science**, v. 11, n. 3, p. 175-192, 2011.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**: o declínio do indivíduo nas sociedades de massa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1998.

MARQUES, A. A. da C. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011.

MARQUES, A. A. da C. **Contribuições francesas para a institucionalização da arquivologia brasileira**. Rio de Janeiro: IBICT, 2021. (Coleção PPGCI 50 anos).

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. P. **La construcción teórica en archivística**: el principio de procedencia. Madrid: Universidad Carlos III y BOE, 1996.

MCDONALD, J. D.; LEVINE-CLARK, M. (ed.). **Encyclopedia of library and information sciences**. Boca Raton: CRC Press, 2017.

MCKEMMISH, S. Are records ever actual? *In* MCKEMMISH, S.; PIGGOT M. (ed.). **The Records Continuum**: Ian Maclean and Australian Archives First Fifty Years. Melbourne: Ancora Press in association with Australian Archives, 1994. p. 187–203.

MCKEMMISH, S. Yesterday, today and tomorrow: a continuum of responsibility. *In*: NATIONAL CONVENTION RMAA, 14., 1997. Preserving yesterday, managing today and challenging tomorrow: proceedings. **Papers [...]**. Perth: Records Management Association of Australia, 1997.

MCKEMMISH, S. Describing records in context in the continuum: the Australian Recordkeeping Metadata Schema. **Archivaria**, p. 3-37, 1999.

MCKEMMISH, S. Placing Records Continuum Theory and Practice. **Archives & Museum Informatics**, v. 1, n. 4, p. 333–359, 2001.

MCKEMMISH, S.; REED, B.; PIGGOT, M. The Archives. *In*: MCKEMMISH, S.; PIGGOT, M.; REED, B.; UPWARD, F. (ed.). **Archives**: recordkeeping in society. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 159–196 (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24).

MCKEMMISH, S.; PIGGOTT, M. Toward the archival multiverse: challenging the binary opposition of the personal and corporate archive in modern archival theory and practice. **Archivaria**, p. 111-114, 2013.

MCKEMMISH, S. Recordkeeping in the Continuum. *In*: GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. J. (ed.). **Research in the archival multiverse**. Clayton, Victoria: Monash University Publishing, 2017.

MELO, Í. F. **As funções arquivísticas à luz do princípio da proveniência**: um *habitus* em construção. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2021.

MENDES, J. C. **Paleontologia Básica**. São Paulo: Edusp, 1988. 347 p.

MENDO CARMONA, C. El largo camino de la Archivística: de práctica a ciencia. **Signo – Revista de Historia de la Cultura Escrita**, 2, p. 113-132, 1995.

MICHETTI, G. Eugenio Casanova (1867-1951). *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. C (ed.). **Encyclopedia of Archival Writers**, 1515-2015. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 120-124, 2019.

MILLAR, L. An unnecessary complication: international perspectives on Peter Scott's series system. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVES, 2012, Brisbane. **Peter J. Scott and the Australian series system**: it's origins, features, rationale, impact and continuing relevance.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOMIGLIANO, A História antiga e o antiquário. **Anos 90**, v. 21, n. 39, p. 19-76, 2014.

MOORE, L. J. A. **Restoring order**: The Ecole des Chartes and the organization of archives and libraries in France, 1820-1870. Duluth: Litwin Books, 2001.

MORIN, E. A noção de sujeito. *In*: SCHNITMAN, D. F. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

MORIN, E. **Meus demônios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J.L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

MORIN, E. **O método 5**: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, E. **Terra pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORIN, E. **Rumo ao abismo?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORTENSEN, P. prime. **Archivaria**, n.47, p. 1-26, 1999.

MÜLLER, P. Ranke in the lobby of the archive: metaphors and conditions of historical research. *In*: JOBS, S.; LÜDTKE, A. (org.). **Unsettling History: Archiving and Narrating in Historiography**. Frankfurt: Campus Verlag, 2010. p. 109-125.

MÜLLER, P. Archives and history: Towards a history of 'the use of state archives' in the 19th century. **History of the Human Sciences**, v. 26, n. 4, p. 27-49, 2013.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1973.

MURGUIA, E. I. Percepções e aproximações do documento na historiografia, Documentação e Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 2, p. 42-53, 2011.

NATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - NCA. **Community Archives Development Group helpsheet: Engaging with wider agendas**. United Kingdom: National Council on Archives, 2007.

NEGROPONTE, N. **Vida Digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NESMITH, T. Still fuzzy, but more accurate: Some thoughts on the "ghosts" of archival theory. **Archivaria**, p. 136-150, 1999.

NESMITH, T. The concept of societal provenance and records of nineteenth-century Aboriginal–European relations in Western Canada: implications for archival theory and practice. **Archival Science**, v. 6, p. 351-360, 2006.

NESMITH, T. Principle of Provenance. *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 284-288, 2015.

NEWMAN, J. **Sustaining community archives**. 2010. Thesis (Master of Arts) – School of Information Management, Victoria University of Wellington, Wellington, 2010.

NORLAND, L. P. The Concept of "Secondary Provenance": Re-interpreting Ac ko mok ki's Map as Evolving Text. **Archivaria**, p. 147-159, 2004.

OLIVEIRA, L. A. Imagens do tempo. *In*: DOCTORS, M. (org.). **Tempo dos tempos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 33-68.

ORR, W. J. Archival training in Europe. **The American Archivist**, v. 44, n. 1, p. 27-39, 1981.

PANITCH, J. Liberty, equality, posterity? Some archival lessons from the case of the French Revolution. **The American Archivist**, v. 59, n. 1, p. 30-47, 1996.

PARKINSON, J. **Accountability in archival science**. 1993. Thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1993.

PEARCE-MOSES, R. **A glossary of archival and records terminology**. Chicago: The Society of American Archivists, 2005.

PELBART, P. P. **O tempo não reconciliado**: imagens de tempo em Deleuze. São Paulo: Perspectiva, 2004.

PÉROTIN, Y. L'administration et les "trois ages" des archives. **Seine et Paris**, v. 20, p. 1-4, 1961.

POPP, J. H. **Geologia geral**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

POSNER, E. Some aspects of archival development since the French Revolution. **The American Archivist**, v. 3, n. 3, p. 159-172, 1940.

POSNER, E. European experiences in training archivists. **The American Archivist**, v. 4, n. 1, p. 26-37, 1941.

POSNER, E. **Archives in the ancient world**. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

PROCTER, M. Life before Jenkinson: the development of British archival theory and thought at the turn of the twentieth century. **Archives**, v. 33, n. 119, 2008.

RABELLO, R.; RODRIGUES, G. M. Prova documental: inscrições e materialidade. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 1-21, 2014.

RABELLO, R.; RODRIGUES, G. M. Documento, forma e materialidade: abordagens probatórias e representação da realidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais[...]**. Salvador: ANCIB; UFBA, 2016.

RAGO, M. O Historiador e o Tempo. *In*: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (org.). **Quanto tempo o tempo tem**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Alínea, 2005.

RAMAL, A. C. **Educação na Cibercultura**: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. São Paulo: Artmed, 2002.

REED, B. Standing on the shoulders of giants: the legacy of Peter Scott's archival thinking. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVES, 2012, Brisbane. **Peter J. Scott and the Australian series system**: it's origins, features, rationale, impact and continuing.

REIS, J. C. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RIBEIRO, F. Archival science and changes in the paradigm. **Archival Science**, v. 1, n. 3, p. 295-310, 2001a.

RIBEIRO, F. **Os arquivos na era pós-custodial**: reflexões sobre a mudança que urge operar. *In*: ENCONTROS DO OUTONO – MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO – BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS, 4., 2001, Vila Nova de Famalição. **Anais [...]**. Vila Nova de Famalição: Casa das Artes, 2001b.

RIBEIRO, F. A arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em gestão & conhecimento**, v. 1, n. 1, p. 59-73, 2011.

RIBEIRO, F. Arquivística: novos reptos para o futuro. *In*: III XORNADAS OLGA GALLEGU DE ARQUIVUS. Novos retos: Arquivística para mañá, 3., 2018, A Coruña. **Actas[...]** A Coruña: Fundación Olga Gallego, 2018.

RICOEUR, P. **Interpretação e Ideologias**. Tradução: Hilton Japiassú. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

RIDENER, J. **From polders to postmodernism**: a concise history of archival theory. Minnesota: Litwin Books, 2009.

ROLAN, G. Towards interoperable recordkeeping systems: A meta-model for recordkeeping metadata. **Records Management Journal**, v. 27, n. 2, p. 125-148, 2017.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, 356 p. (Nova Enciclopédia, 56).

ROSA, H. **Aceleração**: a transformação das estruturas temporais na modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SALISBURY, J. de. Metalogicon, III, 4. *In*: MCGARRY, D. D. **The Metalogicon of John of Salisbury**: a twelfth-century defense of the verbal and logical arts of the Trivium. Los Angeles: University of California, 1971.

SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTAELLA, L. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B. de S. O social e o político na transição pós-moderna. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 31, p. 181-208, 1993.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2004.

SANTOS, P. R. E. dos. **A arquivística no laboratório**: história teoria e métodos de uma disciplina. 2008. 259 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SARAIVA, K.; VEIGA-NETO, A. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, 2009.

SCOTT, P. J. The record group concept: a case for abandonment. **The American Archivist**, v. 29, n. 4, p. 493–504, 1966.

SCHELLENBERG, T. R. **Modern archives**: Principles and techniques. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

SCHMIDT, C. M. dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHWARTZ, J. M.; COOK, T. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science**, v. 2, p. 1-19, 2002.

SCHWARTZMAN, S. O dom da eterna juventude. **Dados**, v. 8, p. 26-46, 1971.

SHEPHERD, E. **Archives and archivists in 20th century England**. Surrey: Ashgate Publishing Limited, 2009.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F.; RAMOS, J. de S.; REAL, M. L. C. de S. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, T. T. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUSA, R. T. B. de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. *In*: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. **Organização e Representação do Conhecimento**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 240-269.

SOUSA, R. T. B.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. Considerações sobre a classificação e descrição de documentos de arquivo no contexto do ambiente tecnológico e social. **Ciência da Informação**, v. 48, n. 2, 2019.

STEGLICH, S. The archive as chronotopos in the nineteenth century: Toward a history of archival times. **History and Theory**, v. 60, n. 2, p. 234-248, 2021.

STIELOW, F. Archival theory redux and redeemed: definition and context toward a general theory. **The American Archivist**, v. 54, n. 1, p. 14-26, 1991.

SWEENEY, S. The ambiguous origins of the archival principle of “provenance”. **Libraries & the Cultural Record**, v. 43, n. 2, p. 193-213, 2008.

TANODI, A. **Manual de archivologia Hispanoamericana: teorías y principios**. Córdoba: Editora Brujas, 2009.

TAYLOR, H. A. Transformation in the archives: technological adjustment or paradigm shift? **Archivaria**, n. 25, p. 12–28, 1987.

THEIMER, K. Participatory archives. *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 261-262, 2015.

THOMASSEN, T. The development of Archival Science and its European dimension. **Archol: Archivistika Online**, p. 75-83, 1999.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOGNOLI, N. B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Ciência de Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da informação**, v. 16, n. 1, p. 21-44, 2011.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. Provenance as a knowledge organization principle. **Knowledge Organization**, v. 46, n. 7, p. 558-568, 2020.

TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRACE, C. B. Archival arrangement. *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 21-24, 2015.

TRACE, C. B. Maintaining records in context? Disrupting the theory and practice of archival classification and arrangement. **The American Archivist**, v. 83, n. 2, p. 322-372, 2020.

UHL, B. The Significance of the Principle of Provenance for Archival Science and Historical Research. **Archivalische Zeitschrift**, v. 84, n. 1, p. 91-122, 2001.

UPWARD, F. Structuring the records continuum – part one: post-custodial principles and properties. **Archives and Manuscripts**, v. 24, n. 2, p. 268-285, 1996.

UPWARD, F. Structuring the records continuum – part two: structuration theory and recordkeeping. **Archives and Manuscripts**, v. 25, n. 1, p. 10-35, 1997.

UPWARD, F. Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond – a personal reflection. **Records Management Journal**, v. 10, n. 3, p. 115–139, 2000.

UPWARD, F. The records continuum. *In*: MCKEMMISH, S.; PIGGOT, M.; REED, S.; UPWARD, F. (ed.). **Archives: recordkeeping in society**. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 197–222 (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24).

UPWARD, F.; REED, B.; P; OLIVER, G.; EVANS, J. Recordkeeping informatics: re-figuring a discipline in crisis with a single minded approach. **Records Management Journal**, v. 23, n. 1, p. 37-50, 2013.

UPWARD, F. Records Continuum. *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 334-338, 2015.

UPWARD, F. Ian Maclean (1919-2003). *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. C (ed.). **Encyclopedia of Archival Writers**, 1515-2015. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 362-365, 2019a.

UPWARD, F. The monistic diversity of continuum informatics: A method for analysing the relationships between recordkeeping informatics, ethics and information governance. **Records Management Journal**, v. 29, n. 1/2, p. 258-271, 2019.

VAN ALBADA, J. On the identity of the American archival profession: a European perspective. **The American Archivist**, v. 54, n. 3, p. 398-402, 1991.

VEIGA-NETO, A. Currículo, cultura e sociedade. **Educação Unisinos**, v. 8, n. 15, p. 157-171, 2004.

VELLUCCI, S. L. Metadata. *In*: MCDONALD, J. D.; LEVINE-CLARK, M. (ed.). **Encyclopedia of library and information sciences**. Boca Raton: CRC Press, 2017.

VICKERS, B. Francis Bacon and the progress of knowledge. **Journal of the History of Ideas**, v. 53, n. 3, p. 495-518, 1992.

VIRILIO, P. **O espaço crítico**. São Paulo: Editora 34, 1993.

VIRILIO, P. O resto do tempo. **Revista Famecos**, v. 6, n. 10, p. 57-61, 1999.

VISMANN, C. **Akten**: Medientechnik und Recht. Frankfurt: Fischer, 2000.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2012.

WEBER, M. **Conceitos básicos de Sociologia**. Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da Sociologia Compreensiva. v. 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 1999.

WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. Pensar a História Cruzada: entre a empiria e a reflexividade. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n. 1/2, 2003.

WERTHEIM, M. **Uma história do Espaço**: de Dante à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WHITROW, G. J. **O tempo na História**. Concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

WURL, J. Ethnicity as provenance: in search of values and principles for documenting the immigrant experience. **Archival issues**, p. 65-76, 2005.

YAKEL, E. Credibility in the Participatory Archives. *In: ANNUAL MEETING OF THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 75.*, 2011, Chicago. **Papers [...]**. Chicago: SAA, 2011.

YEO, G. Concepts of record (1): evidence, information, and persistent representations. **The American Archivist**, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.

YEO, G. Concepts of record (2): prototypes and boundary objects. **The American Archivist**, v. 71, n. 1, p. 118-143, 2008.